O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 73.º



4.ª SÉRIE — VOLUME 2.º

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1926

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Candido Sotto Mayor — Marquez de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Porto, Antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, da I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elisio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital. da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Luciano P. da Silva, da U. C., D. E. N. S. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da secção de sciências físico-químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SUMÁRIO

Boletim do Instituto 1
Os Portugueses da Renascença, a Medicina Tropical e a Parasitologia, por Carlos França 5
De algumas damas ilustres a quem foram concedidas várias mercês e viagens da India, por Ernesto de Vasconcelos 43
Sôbre localizações cerebrais, por Maximino Correia 47
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo..... 91
Sur une transformation birationnelle monoïdale involutive, por Lucien Godeaux 112
Les nouveaux instruments spectrographiques, por F. M. da Costa Lobo 128
Plan d'organisation tradictionaliste actualisé pour une nation, por F. M. da Costa Lobo 142
Livros recebidos 155

O INSTITUTO

VOLUME 73.º

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 73.º



4.ª SÉRIE VOLUME 2.º

NÚMERO 1

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1926

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto, antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C, D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Luciano P. da Silva, da U. C., D. E. N. S. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico-Químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

ÍNDICE POR AUTORES

Pág.

Álvares Pereira (C. E.) — Apreciação da representação geométrica dos imaginários..... 399

Bettencourt Rodrigues — A pátria brasileira..... 195

Brites (Geraldino) — Dr. Carlos França..... 786

Camargo (Odecio Bueno de) — Da influência coimbrã na Faculdade de Direito de São Paulo 412

Carvalho (Joaquim de) — D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos . 161

—— Uma epístola de Nicolau Clenardo a Fernando Colombo..... 237

Cordeiro Ramos (Gustavo) — Algumas considerações sôbre a epopeia alemã *Kudrun*, a propósito das referências que ali se fazem a Portugal..... 315–445

Correia (Maximino) — Sôbre localizações cerebrais..... 47

Correia Lopes (Edmundo) — D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos. 163

Costa (Laurindo) — A ourivesaria em Portugal..... 735

Costa Gomes (João Carlos A. R. da) — Observações à hipótese de Mr. l'abbé Moreux sôbre «La science mysterieuse des pharaons»..... 511

Costa Lôbo (F. M. da) — Les nouveaux instruments spectrographiques de l'Observatoire astronomique de l'Université de Coimbra..... 128

—— Plan d'organisation tradictionaliste actualisé pour une nation. 142

Ferreira (Mgr. José Augusto) — O desacato, que se diz praticado em Coimbra pelo arcebispo de Braga D. João Peculiar, não tem base histórica aceitável 527

Figueiredo da Guerra (Luís de) — Castelos do distrito de Viana. 671

França (Carlos) — Os portugueses da Renascença, a medicina tropical e a parasitologia..... 4

Gago Coutinho (Almirante) — Tentativa de interpretação simples da «Teoria da relatividade restrita» 354–540–637

Giorgi (Giovanni) — Sôbre a série $\sum_{-\infty}^{+\infty} A_n \left(\frac{z-i}{z+i}\right)^n$ 708

Pág.

Godeaux (Lucien) — Sur une transformation birationnelle monoïdale involutive 112

Gomes de Sousa (António) — A futura guerra e as instituïções militares na Europa 304

Laporte (Marcel) et Mário A. da Silva — Mobilité des ions négatifs et courants d'ionisation dans l'argon pur 783

Laranjo Coelho (P. M.) — Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da história geral portuguesa..... 285

Leite de Vasconcelos (J.) — A propósito de patronímicos 375

Moran Bardon (P. Cesar) — Prehistoria de Salamanca 471-611

Peixoto (Afrânio) — O «Parnaso» de Camões, fonte d'«Os Lusíadas» 172

Prestage (Edgar) — A embaixada do padre-mestre Inácio Mascarenhas à Catalunha em 1641 575

Rocha Madahil (António Gomes da) — O tratado da vida e martírio dos cinco mártires de Marrocos impresso em Coimbra em 1568. 409

Rodrigues Denis (José Cipriano) — Influência da farmácia no desenvolvimento da química — A farmácia em Portugal..... 758

Silva (Mário A. da) — Veja Laporte (Marcel)

Silva Correia (João da) — O problema do simbolismo fonético .. 421

Simões de Castro (Augusto Mendes) — O mosteiro de Lorvão e as invasões francesas 604

Sousa da Câmara (Manuel de) — Novae fungorum species duae *Hederae Helicis* parasiti propeque Colares (Sintra) collectae. 406

Sousa Viterbo — Subsídios para a história da música em Portugal 91-262-381-494-715

Susto (Juan António) — El precursor de la fundación de la nueva ciudad de Panamá fué un portugués 255

Vasconcelos (Ernesto de) — De algumas damas ilustres a quem foram concedidas várias mercês e viagens da Índia... 43

Voretzsch (E. A.) — Esculturas hindus em Portugal 340

ÍNDICE POR ARTIGOS

Pág.

Apreciação da representação geométrica dos imaginários por C. E. Álvares Pereira 399

Bibliografia:

Daniel Mornet — *Histoire des grandes oeuvres de la littérature française* por J. de C. 271

Els nostres classics por J. de C. 272

Prof. J.-M. Meunier por O. G. 408

O tratado da vida e martírio dos cinco mártires de Marrocos impressos em Coimbra em 1568 por António Gomes da Rocha Madahil 409

Homero Seris — *La réaparicion del «Tirant lo Blanch» de Barcelona de 1497* por J. de C. 566

Boletim do Instituto:

Assembleia Geral de 11 de Outubro de 1925 1

Assembleia Geral de 6 de Dezembro de 1925 157

Assembleia Geral de 21 de Abril de 1926 573

Carlos (Dr.) França por Geraldino Brites 786

Carolina (D.) Michaëlis de Vasconcellos por Joaquim de Carvalho 161

Carolina (D.) Michaëlis de Vasconcellos por Edmundo Correia Lopes 163

Castelos do distrito de Viana por Luís de Figueiredo da Guerra .. 671

Considerações (Algumas) sôbre a epopeia alemã *Kudrun* a propósito das referências que ali se fazem a Portugal por Gustavo Cordeiro Ramos 315-145

Damas (De algumas) ilustres a quem foram concedidas várias mercês e viagens da Índia por Ernesto de Vasconcelos 43

Desacato, (O) que se diz praticado em Coimbra pelo arcebispo de Braga D. João Peculiar, não tem base histórica aceitável por Mgr. José Augusto Ferreira 527

Embaixada (A) do padre mestre Inácio Mascarenhas à Catalunha em 1641 por Edgar Prestage 575

Pág.

Epístola (Uma) de Nicolau Clenardo a Fernando Colombo por Joaquim de Carvalho 237
Esculturas hindus em Portugal por E. A. Voretzsch 340
Futura (A) guerra e as instituïções militares na Europa por António Gomes de Sousa 304
Influência da farmácia no desenvolvimento da química — A farmácia em Portugal por José Cipriano Rodrigues Denis 758
Livros recebidos 155–284–416–567
Localizações (Sôbre) cerebrais por Maximino Correia 47
Mobilité des ions négatifs et courants d'ionisation dans l'argon pur por Marcel Laporte e Mário A. da Silva 783
Mosteiro (O) de Lorvão e as invasões francesas por Augusto Mendes Simões de Castro 604
Nouveaux (Les) instruments spectrographiques de l'Observatoire astronomique de l'Université de Coimbra por F. M. da Costa Lobo 128
Novae fungorum species duae, *Hederae Helicis* parasiti propeque Colares (Sintra) collectae por Manuel de Sousa da Câmara .. 406
Observações à hipótese de Mr. l'abbé Moreux sôbre «La science mystérieuse des pharaons» por João Carlos A. R. da Costa Gomes 511
Ourivesaria (A) em Portugal por Laurindo Costa 735
«Parnaso» (O) de Camões, fonte d'«Os Lusíadas» por Afrânio Peixoto 172
Pátria (A) brasileira por Betiencourt Rodrigues 195
Patronímicos (A propósito de) por J. Leite de Vasconcelos 375
Plan d'organisation tradictionaliste actualisé pour une nation por F. M. da Costa Lôbo 142
Portugueses (Os) da Renascença, a medicina tropical e a parasitologia por Carlos França 4
Precursor (El) de la fundación de la nueva ciudad de Panamá fué un portugués por Juan António Susto 255
Prehistoria de Salamanca pelo P. Cesar Moran Bardon 471–611
Problema (O) do simbolismo fonético por João da Silva Correia. 421
Publicações periódicas recebidas no Instituto de Coimbra 799
Série (Sôbre a) $\sum_{-\infty}^{+\infty} A_n \left(\frac{z-i}{z+i}\right)^n$ por Giovanni Giorgi 708
Subsídios para a história da música em Portugal por Sousa Viterbo 91–262–381–494–715

Pág.

Tentativa de interpretação simples da «Teoria da relatividade restrita» pelo Almirante Gago Coutinho..... 354-540-637
Trabalhos (Alguns) da prof. senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos por J. de C..... 168
Trabalhos publicados pelo Dr. Carlos França 788
Transformation (Sur une) birationelle monoïdale involutive por Lucien Godeaux..... 112
Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da história geral portuguesa por P. M. Laranjo Coelho 285
Vária:
Portugal e a Exposição ibero-americana de Sevilha — Representação dirigida ao Govêrno da República 276
Congrès géologique international 282
Da influência coimbrã na Faculdade de Direito de São Paulo por Odecio Bueno de Camargo 412
A edição das «Cartas» do P. António Vieira, dirigida pelo Sr. J. Lúcio de Azevedo apreciada na Academia Brasileira de Letras..... 414
A edição crítica das «Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses» dirigida pelo prof. Dr. José Joaquim Nunes, apreciada na Academia Brasileira de Letras... 797

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 11 DE OUTUBRO DE 1925

Aos 11 dias do mês de Outubro de 1925, reüniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. Costa Lobo.

O presidente participou o falecimento do Sócio Honorário Henrique de Gama Barros e do Sócio correspondente, almirante Augusto Eduardo Neuparth, propondo se lançasse na acta um voto de profundo sentimento pela perda de tão ilustres personalidades, o que foi aprovado por unanimidade.

No cumprimento da deliberação da última assembleia geral, o presidente fez uma detalhada exposição da colaboração que o Instituto prestou ao Congresso mixto das Associações Portuguesa e Espanhola para o Avanço das Sciências, realizado em Coimbra, assim como das homenagens promovidas em honra dos congressistas estrangeiros, membros desta Sociedade, referindo-se também às apreciações extremamente lisongeiras que a Imprensa e algumas revistas scientíficas fizeram a este Congresso. A assembleia aplaudiu calorosamente esta exposição e congratulando-se pelo êxito do Congresso resolveu por aclamação que se lançasse na acta um voto de louvor ao seu presidente. O Dr. Joaquim de Carvalho comunicou ter em seu poder valiosos artigos, que sem dúvida concorrerão para o crédito e difusão

da nova série da revista do Instituto, e estar já no prelo o volume I das *Memórias de Castilho*, de Júlio de Castilho, cuja revisão é feita pelo Dr. Amadeu Ferraz de Carvalho.

O presidente anunciou que brevemente recomeçarão as conferências promovidas pelo Instituto, devendo realizar-se as do Dr. A. Bettencourt Rodrigues, Conde de Planas Suarez, almirante Gago Coutinho, Dr. Jaime Cortesão e Albino Forjaz de Sampaio. Em seguida procedeu-se à votação de Sócios, que deu o seguinte resultado:

sócios efectivos nacionais

Antero Frederico de Seabra, naturalista do Museu de História Natural da Universidade de Coimbra.

Manuel Gomes de Almeida, Assistente da Faculdade de Sciências.

sócios correspondentes nacionais

António Caldeira Pires, publicista.

Fernando Augusto Pereira da Silva, Ministro da Marinha.

Laurindo Costa, publicista.

Jacinto de Andrade Albuquerque de Bettencourt, publicista.

Luís Viegas, Prof. do Instituto Superior de Comércio.

sócios correspondentes estrangeiros

Adéodat Boissart, publicista.

Zofia Daszynska-Golinska, prof. da Universidade de Varsovia.

J. Mascart, director do Observatório de Lyon.
Luis Camilleri y Ramon, capitão de artilharia.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu Cabral de Moncada, lavrei a presente acta.

(aa.) F. M. da Costa Lobo.
Cabral de Moncada.

OS PORTUGUESES DA RENASCENÇA, A MEDICINA TROPICAL E A PARASITOLOGIA

Ex.mo Sr. Presidente:

Quando recebi da Sociedade de Sciências Médicas de Lisboa o honroso convite para vir fazer uma conferência durante êste congresso anuí, mas não sem que tivesse hesitado perante o que vi ser uma tarefa superior às minhas fôrças.



DR. CARLOS FRANÇA

Acedi porém porque pôde mais em mim o desejo de contribuir para evidenciar o papel honroso, e ainda ignorado, que os portugueses dos séculos dos descobrimentos desempenharam no progresso da Sciência, de que o legítimo receio de me apresentar ante tão culto auditório.

A escolha do assunto da conferência, impunha-se. Durante o século XVI muitos foram os portugueses que ocuparam cátedras nas Universidades de Espanha e alguns de lá vieram para Coimbra.

Quando da reforma universitária de D. João III tivemos

entre nós muitos professores espanhóis e algumas das figuras mais prestigiosas da Medicina portuguesa da Renascença — Garcia da Orta, Amato Lusitano, Ambrósio Nunes, etc. ou foram discípulos ou mestres na Universidade de Salamanca.

Nessa época as duas Nações eram políticamente antagónicas, visto terem ambas uma mesma desmedida ambição de expansão colonial, scientíficamente, porém, caminhavam na maior harmonia.

Fazendo pois a minha conferência sôbre os *Portugueses da Renascença e a Medicina Tropical* trato dum assunto que interessa os dois países cujos representantes Scientíficos se acham aqui reünidos.

Antes de iniciar a minha palestra devo dizer que os elementos sôbre que ela se baseia não foram em regra colhidos nos escritores médicos, e isso explica que a investigadores de História da Medicina, muito mais competentes que o Conferente, tenham passado despercebidos alguns dos factos que vou ter a honra de, pela primeira vez, tornar conhecidos.

*
* *

Sempre me surpreendeu a ausência de nomes portugueses na História das Sciências Naturais. Conhecendo a orientação Scientífica dos nossos descobrimentos, repugnava-me absolutamente admitir que só a estrangeiros se devesse o que veio a saber-se sôbre a História Natural das Terras que fomos os primeiros a pisar e a colonizar.

Não podendo acreditar que os portugueses não tivessem deixado nas suas publicações dados valiosos sôbre as Sciências, resolvi-me a ler os velhos cronistas e foi com desvanecimento que verifiquei que não só fomos os primeiros a descrever a maioria dos seres exóticos mas que, mesmo na

Medicina Tropical, tivemos a prioridade na descripção de muita entidade mórbida.

Alguns dos factos que aqui citamos fazem parte do capítulo que escrevemos para a *História da Colonisação Portuguesa no Brasil*, monumento que o patriotismo dos portugueses, vivendo do outro lado do Atlântico, erigiu em honra de Portugal.

*
* *

Para bem se avaliar o valor do esfôrço português para o progresso da Sciência é necessário não esquecer que a Renascença Scientífica foi mais tardia que a renascença literária e artística. Ao passo que a Arte atingira o seu apogeu no meado do século XV, foi a partir da segunda metade do século XVI que a Sciência começou a desenvolver-se, graças à criação das Academias Scientíficas, de novos métodos de estudo, etc.

Quando pois os portugueses devassavam em tôdas as direcções os segredos da terra, ainda a Sciência se encontrava num estado rudimentar e portanto mais maravilha ver que soma de conhecimentos êles possuíam e que abundância de factos novos divulgaram.

Nunca é de mais que se diga que não nos limitámos a, com assombrosa coragem, descobrir ignotas regiões ou a fornecer a estrangeiros estudiosos elementos para os seus trabalhos.

Aperfeiçoando os rudimentares instrumentos náuticos até então empregados, e criando outros, executando cartas de navegação, escrevendo interessantes roteiros de viagem, foram os portugueses tirando às suas dilatadas explorações marítimas o carácter de aventura e dando-lhes a feição scientífica que gradualmente foram adquirindo.

A participação portuguesa no progresso das Sciências foi na realidade, naquela época, enorme. Todos conhecem o papel dum Pedro Nunes e o de D. João de Castro nas matemáticas e na cosmografia mas é ignorado ainda por muitos que, nas Sciências Naturais, não contribuímos menos para o avanço dos conhecimentos e fizemo-lo, por vezes, por forma verdadeiramente genial.

Na África, na Ásia e sobretudo no Brasil, fomos os primeiros a descrever, e em regra primorosamente, os animais e plantas mais curiosas dessas regiões.

Em qualquer dos nossos cronistas se encontram interessantes capítulos de História Natural.

Gomes Eanes de Azurara descrevia em 1448 o africano imbondeiro, a famosa *Adansonia*, a árvore milenária que o botânico Adanson só tornou conhecida trezentos anos mais tarde.

O desdentado africano *Orycteropus* era descrito em fins do século XVI por Fr. João dos Santos que assinala, com inexcedível precisão, a forma e hábitos dêste animal que o erudito Buffon considerava ainda, em face das descrições dos escritores do século XVIII, um ser fabuloso.

Se Buffon tivesse conhecido a bela descrição de Fr. João dos Santos não teria negado a existência de desdentados no Continente Negro.

Êste mesmo Fr. João dos Santos descreve muito bem um peixe dipnóico, provàvelmente um Protóptéro, um peixe eléctrico (o tremedor), o hipopótamo, etc.

Duarte Pacheco Pereira, que tinha tanto de valente quanto de sábio, deixou uma obra em que abundam factos do maior interesse para a Sciência.

António Galvão, o erudito apóstolo das Molucas refere-se no seu curioso livro a vários animais e plantas e entre estas à *coca* que, segundo êle, «mata a sede & a fome».

Do Marsupial americano a Sarigueia *(Didelphis marsupialis)* deram os portugueses e espanhóis ótimas descrições mas foram os portugueses, António Galvão anteriormente a 1557 e José de Anchieta em 1560, que nìtidamente compreenderam que não era na bôlsa marsupial que os pequenos Sarigueias eram gerados. Lá o dizia Galvão que «depois que parem hos filhos, tornam-se a meter por hum buraco que tem junto da natura: neste antrefolho da barriga tem hũa mama cõ que ho cria, por onde parece que anda prenhe ate ser de ydade que a natureza o despede & vay buscar sua vida».

Isto é simplesmente admirável quando nos lembramos que um século depois os famosos naturalistas Marcgraff e Pison ainda sustentavam que a bôlsa era o próprio útero do animal.

Do Amendoim *(Arachis hypogoea)*, planta de origem basílica que disseminámos ràpidamente pelo Velho Mundo, deu Gabriel Soares de Sousa uma ótima descrição em que mostra tratar-se do fruto duma leguminosa. Pois pela mesma época o notável médico espanhol Monardes comparava o amendoim as trufas, dizia que êsse fruto, «ni tiene rayz, ni produze plãta alguna, ni plãta la produze a ella, sino que se cria debaxo da tierra como se crian las turmas que llaman de tierra...».

A Preguiça *(Bradypus tridactylus)* foi descrita por todos os autores que escreveram sôbre o Brasil, a partir de Anchieta, por forma tão correcta que algumas descrições não são excedidas em rigor pelos autores contemporâneos.

Das Araras podemos diagnosticar, a tantos séculos de distância, as duas espécies bahianas que Gabriel Soares de Souza observou: a *Arara araraúna* e a *Ara chloroptera,* e a *Ara macao,* que representava no planisfério português de Cantino, de 1502, a fauna basílica.

Os Portuguezes de quinhentos descreveram inúmeras

plantas úteis americanas tais como a Copahiba, a Mandioca *(Manihot)*, os aipins *(Manihot dulcis)*, o Cajueiro *(anacardium occidentale)*, o Ananaz, a Batata doce *(Ipomaea batatas)*, o mamoeiro *(Carica papaya)*, o Jaracatia, o Umbuzeiro *(Spondias tuberosa)*, as *Musa* americanas ou pacoubeiras, o Jaborandi, a Ipeca *(Ipecacuanha)* etc... Garcia de Orta tornou conhecidas as mais importantes plantas asiáticas e as espécies africanas foram mencionadas por todos as viajantes portugueses.

Na Zoologia deve-se aos portugueses do século XVI o conhecimento das Emas *(Rhea americana)*, dos Tatus, da Alpaca, dos Agutis *(Dasyprocta aguti)*, dos Cangambàs, e dos Guaribas *(Alonata belzebul)* aqueles macacos que graças ao aparelho resoante anexo à laringe, aparelho descrito pela primeira vez por Fernão Cardim em 1585, atroam as florestas do Novo Mundo. Foram também os portugueses que deram descrições exactíssimas da Capivara *(Hydrochoerus capivara)*, do Tamanduà ou grande formigueiro, das Antas ou Tapires *(Tapirus americanus)*, as Pacas, dos Pecaris *(Dicotyles tajacu)*, etc.

Além desta contribuïção para o estudo da fauna e da flora ainda aos portugueses da Renascença se deve a disseminação de inúmeras plantas úteis, a introdução nos paizes tropicais de espécies europeias e a difusão no Velho Mundo Tropical duma enorme lista de plantas americanas da maior utilidade. Foram êles que transportaram cêrca de 1425 para a Madeira as cêpas e a cana sacarina e que, mais tarde, da ilha da Madeira levaram a cana do açúcar para o Brasil. Foram êles que espalharam pela Europa, África e por tôda a América as larangeiras doces que foram buscar à China. Introduziram no Brasil quási tôdas as plantas úteis que havia na Europa e o mesmo fizeram os Espanhóis nas suas colónias da América. Logo nesse século XVI os portugueses levaram do Brasil para a África e para a Ásia o Ananás, a

Mandioca, os Aipins, o Amendoim, o Cajueiro, o Mamoeiro, o Tabaco, etc... e aos espanhóis se deve a introdução no Velho Mundo da tão útil planta americana que é o Milho *(Zea mays)*.

Pode dizer-se afoitamente que todos os produtos vegetais que hoje fazem a riqueza dos povos colonizadores foram introduzidos, nas respectivas colónias, pelos ibéricos.

Desde o início dos seus descobrimentos tiveram os navegadores luso-espanhóis o inteligente hábito, que outros povos não tinham, de transportar nas suas caravelas sementes e animais com que povoar as terras que encontrassem no seu caminho e delas trazer para as regiões precedentemente descobertas, ou para a Europa, as espécies vegetais mais úteis e interessantes.

Aos portugueses da Renascença deve a Sciência Médica como vamos demonstrar o conhecimento de algumas das mais curiosas e importantes doenças exóticas.

I. — Hemeralopia ou Ambliopia crepuscular

O Missionário Fr. João dos Santos, que viajou na Costa Oriental da África em 1586, deixou registadas na sua *Ethiopia Oriental*, impressa no Convento de S. Domingos de Évora em 1609, numerosos factos sôbre Sciências Naturais. Nessa valiosa obra não só, como se diz num dos frontispícios, se dá relação «dos animaes, bichos & feras» mas sôbre plantas medicinais, úteis, ou simplesmente curiosas, muito se encontra nêste livro.

Em certa altura do seu trabalho descreve Fr. João dos Santos a Hemeralopia ou Ambliopia Crepuscular nos têrmos seguintes:

«Outro genero de doença ha sómente em Moçambique, que vem a muytas pessoas, sem se saber de que procede, a qual é, privar da vista de noute, não sómente a portuguezes,

mas tambem a cafres, sem lhes causar dôr nem pena alguma, mais que a de não poderem ver de noute; esta cegueira lhe começa desde que se põe o sol até que torna a nascer, no qual tempo nenhuma cousa veem, ainda que faça muito grande luar, e tão cegos ficam, como se fôssem de sua nascença. Mas tanto que o Sol nasce, logo tornam a ver muito bem e todo o dia veem, inda que o Sol ande encoberto.

«Outros afirmam, que todo o que tiver êste mal, se se fôr de Moçambique para outra qualquer terra, também se lhe tirará, e verá de noute como d'antes».

Pouco se tem acrescentado ao que o inteligente dominicano escreveu sôbre a Hemeralopia e não podemos senão admirar o rigor duma tal descrição.

II. — O escorbuto

Indo, em 1497, Vasco da Gama a caminho da Índia e achando-se entre Moçambique e Sofala, começou a aparecer na tripulação o escorbuto. João de Barros nas suas Décadas não deixa de descrever a enfermidade nos termos mais correctos.

Diz êle que «... por espaço de um mez que ali estiveram no corregimento dos navios adoeceo muita gente, de que morreo alguma. A maior parte foi de herisipolas e de lhes crescer tanto a carne nas gengivas, que quasi não cabia na boca aos homens, e asi como crescia apodrecia, e cortavam nela como em carne morta; cousa mui piedosa de ver, a qual doença vieram depois a conhecer que procedia das carnes, pescado salgado, e biscouto corrompido de tanto tempo».

Para actualizar o que disse em 1552 João de Barros bastaria acrescentar-lhe, o que só muito recentemente se soube, que o escorbuto é uma *doença de carencia* que realmente procede «das carnes, pescado salgado e biscouto

corrompido» a que faltam certas substâncias *(vitamina* antiscorbútica ou factor c) indispensáveis à nutrição, fàcilmente destruídos pelo desecamento.

III. — A Filaria de Medina

A Filaria de Medina, o *Dracunculus medinensis*, foi descrita em 1623 por Aleixo de Abreu, a que adiante nos referiremos, pela forma seguinte:

«Como tambien en toda la Costa de la Mina otro Guzano se engendra, en las piernas de los hombres principalmente, el qual nasciendo pequeñito, se haze del tamaño y anchura de una cuerda gruessa de viguela. Este se cura, sacãdole poco a poco embolviẽdole en un palito, de suerte que no se quiebre, de lo que resulta mayor daño».

São tão perfeitamente apontados os caracteres do animal e o processo de o extrair que a identificação com o *Dracunculus* é facílima. De resto já Duarte Lopes, o descobridor das origens do Nilo, durante a sua estada no Congo de 1578 a 1587, observara a Filaria e descrevera o seu tratamento.

IV. — A Pulga penetrante

Dos Insectos parasitas do homem um dos que, nos países tropicais, mais o molesta é o *Dermatophilus penetrans*, a pulga penetrante.

Nós e os espanhóis fomos encontra-lo na América e connosco o transportâmos para o Continente africano e mais tarde para a Ásia.

Tem-se atribuído erradamente a Pison a caracterização do *Pulex penetrans* como fautor do *bicho dos pés*.

Um século antes de Pison ter publicado o seu tão citado livro já havia descrições portuguesas da pulga penetrante. Os escritores peninsulares, após o descobrimento da

América, deram dela descrições que não só precederam, e de muito, as dos escritores dalém Pirenéus, mas que as excedem em perfeição.

Um dos primeiros autores que se referiram à pulga penetrante foi António Galvão o valoroso Capitão que foi Governador das Molucas, cargo que exerceu com tanta generosidade como coragem, e que morreu no Hospital de Lisboa em 1557. Oito anos depois da sua morte foi impresso o interessante livro *Tratado dos descobrimentos Antigos e Modernos* em que Galvão descreve as várias regiões do Glôbo e os animais e plantas mais típicos ou curiosos dos respectivos países.

Ao falar das Antilhas diz: «Hay otro Bicho que chamam *Nigũ*, salta como pulga, he muyto mais pequeno, mete-se de antre a unha & carne, & poem aly emproviso tanta lendea, que se lhe nam acodẽ logo multiplicam de maneira que perdem os dedos & ficam aleijados algũs a vida,...»

Gabriel Soares de Sousa o inteligente roceiro português que deixou um precioso tratado sôbre o Brasil, em 1587, a que nesta conferência nos havemos de referir por mais de uma vez, escreveu sôbre a pulga penetrante umas páginas admiráveis como rigor de observação. Antes de as transcrevermos digamos que a designação deste Afaníptero em linguagem tupi era *tungaçù*, isto é, pulga grande o que mostra o perfeito conhecimento que os aborígenes tinham das afinidades zoológicas do «bicho do pé».

Escreve Gabriel Soares: «... convem que se diga que são estes bichos tão temidos em Portugal, que se metem nos pés da gente, a que os Indios chamam *tungas* os quais são pretinhos maiores que ouções».

Conta em seguida como se criam em casas despovoadas e nas casas sujas «maiormente se estão em terra solta, e de muito pó, em os quaes lugares estes bichos saltão como pulgas nas pernas descalças mas nos pés he a morada, a

que êles são mais inclinados maiormente junto das unhas; e como estes bichos entrão na carne logo se sentem como picada de agulha».

Descreve depois como se faz a extracção, que nas pessoas descuidadas é tardia sendo já os bichos do tamanho de camarinhas «e daquella côr porque estão por dentro cheio de lendeas, e como arrebentão, e vão estas lendeas lavrando os pés, do que se vem a fazer grandes chagas». Diz que no princípio da povoação do Brasil chegaram alguns homens a perder os pés mas que na época em que escrevia já tal não acontecia por terem mais cuidado em extrair cedo o Insecto.

Um outro escritor quinhentista o Padre Gaspar Afonso que visitou, em 1596, a ilha de S. Domingos e o Brasil refere-se assim à pulga penetrante:

«Crião-se por todo o Brazil, diz elle, huns bichinhos, que lá chamam *Tungas* e nas Indias onde tambem abrange esta praga, *Niguas* (1); invisiveis em seu nascimento, e tais, que se não dá fé dellas, senão depois que pegadas nos dedos dos pés sobre as unhas, e comendo nellas delicadissimamente como ouçoens, vem a crescer, e fazer-se às vezes tamanhas como camarinhas ou grãos d'aljofar; porque taes parecem ellas quando as tirão daquellas cellas, que cada um lavra para si sobre o dedo. Praga de que ainda os que andão descalços levão a peyor, ninguem ainda q.^{e} muito calçado lhe escapa».

Embora se atribua a Pison o conhecimento da pulga penetrante foram os ibéricos quem na realidade primeiro descreveram o curioso afaníptero. Como acabamos de mostrar, o *Dermatophilus* do Brasil foi primorosamente descrito no século XVI por António Galvão, por Gabriel de Sousa e pelo

---

(1) O nome vulgar dado ainda hoje à pulga penetrante na Nicarágua e no México é o de *Niguas*. (K. Wohlflügel).

Padre Gaspar Afonso. Na América espanhola o grande cronista Oviedo (1547) descreve-a também com rigor e reconhece nela um afaníptero pois diz: «... porque la Nigua es una cosa viva y muy pequeñissima mucho menor que la menor pulga que se puede ver. Pero en fin es genero de Pulga, porque assi como ella salta, salvo que es mas pequeña».

Em comêço do século XVII ainda não existia em Angola a pulga penetrante, como se vê no livro de Aleixo de Abreu. Diz êste médico: «Otro genero de Guzano hay en aquellas partes do Brazil, el qual se engendra en las plantas de los pies, y entre los dedos y uñas delles; y quando nasce, es como una pulga pequeña; cresciendo se haze de la grandura de un gravanço pequeño redondo y blanco todo, y la cabeça negra».

Estas descrições da pulga penetrante pelos autores que no século XVI escreviam sôbre a América e a ausência de referências a êste animal nos cronistas de África tinham conduzido a considerar-se quási certa a origem americana do *Dermatophilus penetrans*. Recentemente dois investigadores brasileiros os Drs. Artur Neiva e Belisário Pena *(Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* 1916*)* fizeram uma observação que contribue para estabelecer a origem americana da pulga penetrante. Viajando nos Sertões do Brasil estes autores encontraram uma Anta *(Tapirus americanus)* tendo as patas crivadas de *Dermatophilus*.

É natural supor que seja o *Tapirus* o hospedeiro primitivo do ectoparasita o qual, depois do descobrimento da América, encontrou nos Suínos o meio excelente para se desenvolver e propagar.

V. — Miyases

A mais importante obra escrita sôbre o Brasil no século XVI é a de Gabriel Soares de Sousa.

Êste inteligente e erudito escritor foi roceiro na Baía e faleceu com 51 anos, num naufrágio, quando regressava a Portugal. Em 1587 ofereceu êle a Cristóvão de Moura o manuscrito da sua obra que é um trabalho completo, interessantíssimo.

Da obra de Gabriel de Sousa, onde muito forragearam os escritores nacionais e estrangeiros do século seguinte, existiam várias cópias nas principais bibliotecas da Europa.

A primeira vez que foi impressa esta notável monografia foi entre 1800 e 1801 na oficina do Arco do Cego e recebeu então o título de *Descripção Geographica da America Portugueza*. Infelizmente, surgindo divergências entre o editor da obra e director da oficina tipográfica o botânico Fr. José Mariano da Conceição Veloso e o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o livro não chegou a imprimir-se ficando apenas com 202 páginas e sem rosto. Como tantos outros trabalhos de valor esta edição foi vendida a pêso no Pará e Maranhão e dela existe apenas, que saibamos, um exemplar na Biblioteca Pública de Lisboa.

Só em 1825 se fez a primeira impressão completa do Tratado de Gabriel Soares. Foi a Academia Real das Sciências, à qual cabe a honra de ter salvo do esquecimento tanta obra magnífica, quem a imprimiu com o título de *Noticia do Brazil, descripção verdadeira da Costa daquelle Estado que pertence á Coroa do Reino de Portugal, Sitio da Bahia de todos os Santos.*

Na segunda parte dêste tratado enciclopédico sôbre o Brasil encontram-se interessantes indicações sôbre animais, plantas, culturas, etnografia e até sôbre a Medicina Tropical.

Num dos capítulos refere-se Gabriel de Sousa a Dipteros causadores de Miyases. «Ha outra casta de Moscas a que os indios chamam *Merús*, são outras moscas grandes, e azuladas, e mordem muito, aonde chegão, tanto que por cima da

rêde passam o gibão, a quem está lançado nella e logo fazem arrebentar o sangue pela mordedura, e aconteceo muitas vezes porem estas varejas a homens, que estavão dormindo, nas orelhas, nas ventas, e no ceo da boca, e lavrarem da feição por dentro as varejas sem saber o que era, que morrerão alguns d'isso».

Há aqui uma evidente confusão entre um Díptero vulnerante, provàvelmente um tabanídeo, e o agente da Miyase. Este é quási seguramente a *Chrysomia (Cochliomyia) macellaria,* a antiga *Lucilia hominivora,* cuja larva infesta o homem em tôda a América do Centro e do Sul.

Não há porém dúvida que Gabriel de Sousa descreve nesta frase Miyases cavitarias assim como, em outro ponto da sua obra, se refere a miyases cutâneas.

Falando do tabaco diz êle: «Petume é a herva que em Portugal chamam Santa; onde ha muita della pelas hortas e quintaes, pelas grandes mostras que tem da sua virtude, com a qual se tem feito curas estranhas; pelo que não diremos desta herva senão o que é notorio de todos, como é matarem com o seu summo os vermes que se criam nas feridas e chagas da gente descuidada; com o qual se curam...»

As virtudes antimiyásicas do tabaco eram apregoadas por grande número de escritores quinhentistas. O Dr. Nicolau Mónardes de Sevilha no seu interessante livro *Historia Medicinal de las Cosas que se traen de nuestras Indias occidentales que sirven en Medicina,* publicado em 1580, menciona as grandes virtudes do tabaco na cura de um caso de miyase nasal. Tratava-se de um indivíduo que tinha uma úlcera do nariz do qual «sortoit de la fangue».

A instilação do suco de folhas de tabaco no nariz determinou a saída de numerosas larvas e a cura foi rápida.

Aos médicos peninsulares, e sobretudo aos portugueses, se devem sem dúvida as primeiras descrições de Miyases e a menção das propriedades parasiticidas do tabaco.

VI. — O Mal do Bicho

Se existe na Medicina Tropical uma doença que tenha sido quási exclusivamente descrita por portugueses é a rectite gangrenosa e o primeiro autor que minuciosamente a descreveu foi Aleixo de Abreu.

Aleixo de Abreu era alentejano, fez o seu curso em Coimbra e veio clinicar para Lisboa. Na capital não lhe sorriu a fortuna e «como la hazienda es el nervio de todas las acciones humanas» e êle em Lisboa não obtinha êsse *nervio,* resolveu partir para as colónias e na companhia de João Furtado de Mendonça se passou a Angola. Na nossa colónia da Costa ocidental de África exerceu clínica durante nove anos voltando ao reino em 1606.

O resultado das suas observações sôbre patologia tropical encontra-se numa obra o *Tratado de las Siete enfermedades* impresso em Lisboa em 1623.

Neste curioso livro lê-se um soneto de Francisco Rodrigues Lobo, o último que êle fez, que diz:

.....

«Chronista de teus proprios inimigos
Contas a vida de a quẽ deste a morte
E asseguras na fama, eterna vida».

Não falta à verdade o distinto poeta porquanto Aleixo de Abreu descreve principalmente no seu curioso livro o *mal do Bicho* de que padeceu cruelmente.

Segundo Abreu o *mal do Bicho* nessa época não só existia em Angola, onde êle o contraíu, mas ainda no Congo e no Brasil. Os sintomas eram: dores de cabeça, cansaço de braços, câimbras «con dolor, y ardor en el ciesso, algunas con calentura», diarreia, inaptência e muita sêde.

Havia chagas no ânus e «en aquellas mismas partes interiores arrugadas, corrompidas, y llagadas se engendra en algunos enfermos un guzanilllo, o guzanillos (blancos como lombrizes, del tamãno de la largura de un pulgar, y de la anchura de un hilo de coser, no muy gruesso, tiene el cuerpo mole, y blando, la cabeça dura, y negra) los quales royendo aquella carne, que juntamẽte con la podricion se va corrõpiendo, y corroyẽdo brevemente desnudan al intestino recto por la parte posterior...»

A morte rematava tão horroroso sofrimento se prestes não se lhe acudia com o tratamento adequado. Os tratamentos empregados em África eram, segundo Abreu, a cânfora, o limão e a *fedegoza* a que naquelas regiões chamaram *Ierva del guzano* e que êle considerava diferente da fedegosa de Dioscórides e de Mathiolo.

Antes de iniciar o tratamento, e para colher elementos de prognóstico, introduzia no ânus do paciente «una cala de limõ agrio larga cõ cascara, y meollo juntamente pulverisada con sal menuda e assi se queda con ella hasta que obligue a haver camara...». Se o doente acusava dor muito violenta ou se nada sentia, é que a doença estava muito adiantada.

Bastantes anos antes de Aleixo de Abreu, em 1585, Gabriel de Sousa dá conta da existência do *mal do Bicho* no Brasil em têrmos dignos de serem fixados.

«Deu na Costa do Brazil uma praga no gentio como foi adoecerem do sêsso, e criarem bichos nelle, da qual doença morreu muita somma de gente, sem se entender de que; e depois que soube o seu mal, se curaram com esta herva Santa e curam hoje em dia os tocados.»

A acção benéfica que o tabaco, tão útil no tratamento das miyases internas e externas, tinha na cura do *mal do Bicho* confirma a opinião de que esta última enfermidade seja uma rectite gangrenosa ligada a uma miyase intestinal como

o supôs Ricardo Jorge na curiosa monografia que consagrou à doença (1).

O que não há dúvida é que os portugueses foram os primeiros a descrever esta moléstia quási desaparecida da nosografia tropical, e que o fizeram com uma precisão que nos permite, tantos séculos depois, reconstituí-la inteiramente.

VII. — Ofidismo

Os vários portugueses que no século XVI escreveram sôbre História Natural do Brasil deixaram sôbre cobras venenosas e ofidismo páginas que excedem em rigor tudo quanto, sôbre o assunto, se publicou nesse século e mesmo na primeira metade do imediato. Não admira que tanto lhe despertasse a atenção êste estudo porque o ofidismo fazia no Brasil, ainda recentemente, cêrca de 2000 vítimas em cada ano, e muito maior devia ser a mortalidade por êle causado nessas épocas remotas.

Atribui-se a Pison o conhecimento da sède do veneno ofídico. Nada mais falso. Muito antes de Pison ter escrito a sua notável obra já José de Anchieta claramente indicava a sède do veneno das cobras venenosas na seguinte frase: «... outras que chamam jararacas mais pequenas, tem um dentinho na boca, ôco por dentro, cheio de peçonha; se morde em alguma pessôa, morre se em 24 horas, e antes se não lhe acodem com remedios.»

Mas é sobretudo em Fernão Cardim que encontramos um valiosíssimo capítulo sôbre cobras venenosas.

O Padre Fernão Cardim que era natural de Viana, onde nasceu em 1540, entrou para a Sociedade de Jesus em 1555. Permaneceu bastantes anos no Brasil e faleceu em Abrantes em 1625. Numa das suas viagens ao Brasil em 1601 foi

---

(1) Ricardo Jorge, O mal do Bicho. *Medicina Contemporanea*, 1909.

aprisionado por um corsário inglês que lhe roubou um manuscrito.

Escritor muito elegante deixou uma *Narrativa* de viagem muito curiosa, escrita em 1585, e é-lhe atribuída a obra publicada em 1625 na colecção de Purchas cujo manuscrito deve ter sido o roubado em 1601.

Na rica Biblioteca de Évora li o interessante trabalho de Cardim que tem por título « *Do Clima & Terra do Brazil e de alg.as cousas nataveis que se achão assi na terra como no Mar* » (1) e que é uma das mais importantes contribuïções para o estudo da Fauna e flora brasílicas.

Nesse manuscrito há um admirável capítulo sôbre as *cobras que tem peçonha* e nêle diz Cardim que:

« Jararaca he nome que comprehende quatro generos de cobras mu.to peçonhentas, a maior jaracaçú ou jararaca grande, & são de dez palmos, tẽ grandes prezas na boca, escondidas ao longo do queixo, e qu.º mordem estendẽ como dedo de mão, tẽ a peçonha nas gingivas tem os dentes curvos e na costa delles hũ rego, p.r onde lhe corre a peçonha. Outros dizem q.e a tem dentro do dente q.e he furado p. dentro, tem tam vehemente peçonha q.e em 24 horas & menos mata hũa pessoa. A peçonha he muito amarella como agua de açafrão. Parem mujtos filhos, algũas se achão treze na barrigà. »

Ora de facto os Crotalídeos a que pertence a Jararaca — uma *Lachesis* — têm na parte dianteira do maxilar superior dois dentes muito maiores que os outros e curvos que, devido à sua articulação especial, se colocam quási horizontalmente aplicados contra a abóboda palatina, quando a cobra tem a bôca fechada e verticalmente quando ela abre a bôca

---

(1) Encontra se no Códice $\frac{\text{CXVI}}{1\text{-}33}$.

e procura morder. Os seus dentes são realmente atravessados por um canal que se acha em relação com a glândula do veneno e, finalmente o veneno das jararacas é amarelo ao contrário do que sucede ao veneno doutras cobras, como a cascável, que é incolor.

Para se avaliar até que ponto eram inexcediveis observadores estes portugueses do século XVI, para se ver quanto eram inteligentes e como contribuiram para o avanço da Sciência, procuremos averiguar agora o que sôbre ofídios escrevia no século XVII uma das maiores autoridades sôbre o assunto.

Êsse autor era Moyse Charas, doutor em medicina e «apothicaire artiste du Roy en son jardin des plantes medicinales» que publicou em 1672 um interessante livro sôbre Viboras (1). Em tôdas as obras em que há um capítulo sôbre ofidismo não deixa de se citar o Dr. Charas ao passo que não há a menor alusão aos escritores portugueses do século anterior.

Vejamos pois o que sôbre ofídios sabia o tão conceituado boticário do Rei, o naturalista do jardim das plantas. Charas, na sua hoje tão rara e apreciada obra, afirma que «pas même ses crochets ne contient de venin si la vipère est morte» e essa afirmação é a conseqüência de êle crer firmemente que é necessário que a Víbora esteja excitada para que os seus «esprits irrités», que ela expulsa quando morde, actuem coagulando o sangue nas veias e impedindo-o de circular.

É certo que desde 1664 Francisco Redi, o criador da

---

(1) Moyse Charas — «Nouvelles expériences sur la Vipère, où l'on verra une description de toutes ses parties, la source de son venin, ses divers effets, et les remèdes exquis que les Artistes peuvent tirer du corps de cet animal». Paris, 1672. Desta obra rara existe um exemplar no Museu de Paris onde o consultámos graças a M.me Phisalix.

Parasitologia, tinha demonstrado a localização do veneno (1) e estabelecido uma vida polémica com o erpetólogo francês, polémica sobretudo interessante quando o sábio naturalista italiano na sua *Experimenta naturalia*, publicada em 1675, afirma categòricamente que a saliva da víbora retirada do animal e inoculada com um instrumento qualquer actua porque « é ella, e só ella, que é venenosa ».

Mais tarde Redi de novo torna a insistir nas suas afirmações dizendo (2): « ... che il veleno viperino non è altro che un certo liquore gialloguollo, che stagna in quella guaina, che cuprono i denti maggiori della vipera, e che questo liquoro nom solamente è velenoso, quando è shizzato delle vipera viva mentre ella morde, ma ancoro quando egli è raccolto delle Vipera morta ... ».

Cem anos antes de Redi ter escrito estas palavras já o português Gabriel Soares de Sousa admitia precisamente o mesmo que Redi veio a demonstrar, isto é, que o veneno existe nos dentes e que nêles persiste mesmo depois de morto o animal.

Dizia Gabriel Soares de Sousa descrevendo as jararacas que « ... tem estas cobras nos dentes prezas, com as quaes mordem de ilharga e aconteceu na capitania dos ilheus morder huma destas cobras hum homem por cima da bota e não sentir couza que lhe doesse, e zombou da Cobra, mas morreu ao outro dia, e vendendo-se o seu fato em leilão comprou outro homem as botas e morreu em vinte e quatro horas com lhe inchar a perna, pelo que se buscarão as botas e acharão nellas a ponta do dente como de huma agulha que

---

(1) Francesco Redi — Osservazioni intorno alle Vipere — Firenze, 1664, 91, p. in 4.°

(2) Lettere de Francesco Redi sopra alcune opposizioni fatte alle sue osservazioni intorno alle Vipere. Firenze 1686.

estava metida na bota, no que se vio claro, que estas *jararacas* tem a peçonha nos dentes . . . ».

Como os seus antecessores Anchieta e Cardim, Gabriel de Sousa não só reconhece a sède do veneno mas admite que êle pode persistir nos dentes venenosos após a morte do animal.

Mesmo não aceitando a completa veracidade da história da *Lachesis lanceolatus* dos Ilhéus não deixa a observação de Soares de Sousa de ser muito importante porque é certo que os dentes venenosos podem reter no canal bastante veneno para determinar, pelo menos, uma acção flogística local e é próprio do veneno das jararacas causar forte edema que pode terminar por esfacêlo dos tecidos.

A pesar dos dados tão precisos dos escritores portugueses da Renascença sôbre o veneno das *Lachesis*, a despeito das experiências concludentes de Francesco Redi, foi a errónea opinião de Charas que prevaleceu até 1781, data em que Fontana, baseado em mais de 6000 experiências, veio a confirmar as afirmações dos nossos compatriotas e as de Redi.

Não se limitaram os nossos velhos naturalistas a descrever duma forma geral os caracteres e a situação do veneno ofídico, deixaram também descrições de várias espécies de cobras venenosas do Novo Mundo e dos sintomas de envenenamento por elas produzido.

Gabriel Soares de Sousa além do *Lachesis lanceolatus* menciona as seguintes espécies:

A *Bojubú*, quere dizer cobra verde, que « tambem mordem gente, se podem, mas não são muito peçonhentas . . . »

Êste ofídio deve ser a *Lachesis bilienatus* Wied. 1821.

As *Ubiracoãs* « que são pequenas, e de côr ruiva, as quaes andão sempre pelas arvores, donde mordem no rosto e pelos lugares altos das pessoas, e não se descem nunca ao chão, e se não acodem à mordedura destas com brevidade, he a sua peçonha tão fina, que faz arrebentar o sangue em

tres horas por todas as partes, do que o mordido morre logo ».

Esta serpente é na opinião de M.me Phialix um Crotalíneo (*Lachesis* ou *Crotalus*) pois que determina lesões hemorágicas múltiplas e extensas. Inclino-me a que seja antes uma *Lachesis* pois o veneno destas é mais hemorragípero (Vital Brasil).

Descreve também Gabriel de Sousa a *Boissininga,* nome que em idioma gentílico significava *cobra que tange*, e à qual os portugueses chamavam *cascavel* «porque tem sobre o rabo huma pelle dura, a modo de reclame tamanho como uma bainha de gravanço... » e esta baínha lhe retine muito quando andam. A *Boissininga,* cujo nome scientífico é *Crotalus terrificus* Laur. 1768, tem realmente a cauda terminada pela curiosa formação constituída por peças córneas encaixadas umas nas outras e designada sob o nome de *Crepitaculum* ou *Crotalon.*

Os sintomas de envenenamento pela *Boicininga*, pelo *Crotalus,* eram descritos em 1560 por José de Anchieta nos têrmos seguintes:

«paralysam-se a vista, o ouvido, o andar, e todas as acções do corpo, ficando sómente a dôr do veneno espalhada pelo corpo todo, e o juizo, até que, vinte e quatro horas depois expira-se. »

Os trabalhos modernos não deixam de frisar precisamente a preponderância das paralisias no envenenamento pela cascavel e, em regra, com persistência da consciência, e o predomínio das hemolisinas no envenenamento pela jararaca.

Dos *Colubridæ* descreveu Gabriel Soares as *Caninao* e as *Ibibocas.*

Pela descrição da Caninao deve identificar-se esta cobra à *Coluber carinicaudatus* Wied, 1821.

Quanto às *Ibibocas* ou *Ububocas* « são outras cobras assim chamadas do tamanho das jararacas, mas mais delgadas e que os portugueses chamão de coral, porque tem cobertas

as pelles de escamas grandes vermelhas e quadradas, que parecem coral, e entre huma escama, e outra vermelha, tem huma preta e pequena. Estas cobras não remettem à gente, mas se lhe tócão, picão logo com os dentes dianteiros, e são as suas mordeduras mais peçonhentas que as das jararacas e de maravilha escapa pessoa dellas mordida. »

Trata-se do *Elaps corallinus* Wied, 1821. Ainda neste ponto se revela Gabriel Soares de Sousa o rigoroso observador de sempre porque, com efeito, os *Elaps* são menos agressivos que os Viperídeos mas o seu veneno é mais tóxico.

Sôbre imunidade também não ficaram silenciosos os escritores portugueses. A imunidade natural contra o veneno das cobras é assinalada (1) numa obra: O *Problematum libri* publicado em 1538 de que é autor o Dr. António Luís que foi professor da Universidade de Coimbra em 1547. Parece que ainda hoje no Brasil se diz dos indivíduos possuindo esta imunidade terem o *corpo fechado*.

A imunidade adquirida foi claramente afirmada em 1560 por José de Anchieta.

Desde tempos muito remotos os Indígenas de certas regiões da América tinham noções claras sôbre a habituação ao veneno dos ofídios venenosos e até faziam inoculações preventivas. Assim os *curados de culebras* da costa ocidental do México praticavam inoculações com os dentes venenosos das próprias serpentes (2).

É porém José de Anchieta talvez o primeiro escritor que, por forma claríssima, alude à imunidade conferida por uma primeira mordedura de cobra venenosa. Referindo-se à *jararaca* diz Anchieta que os índios quando « mordidos suc-

---

(1) Êste facto foi pôsto em evidência pelo falecido professor Dr. Maximiano de Lemos a quem se deve quási tudo quanto se conhece sôbre História da Sciência Portuguesa, e especialmente da Medicina.

(2) Marie Phisalix—Les Venins. *La Science Moderne*, n.os 3 a 4, 1924.

cessivamente não só não correm risco de vida, como mesmo sentem menor dôr, o que tivémos mais d'uma vez occasião d'observar. »

Os escritores a que me tenho referido dão igualmente indicações sôbre o tratamento mas estas, evidentemente, não têm interêsse hoje que dispomos da soroterapia antivenosa que teve precisamente por base as noções sôbre imunidade adquirida a que acima aludimos.

Sôbre ofidismo escreveram, como V. Ex.as vêm, os portugueses da Renascença capítulos da mais extraordinária perfeição e avantajando-se aos estrangeiros da mesma e de posterior época.

VIII. — A Cólera

Sendo os portugueses dos primeiros europeus que chegaram à pátria da cólera não era de esperar que êles deixassem a outrem a prioridade da descrição do mal gangético.

O aspecto horrível que a doença imprime na face das suas vítimas, a sua fácil expansibilidade e grande mortalidade, não podiam deixar de impressionar vivamente aqueles que pela primeira vez assistiam a uma grande epidemia.

Ora a epidemia de 1543 foi tão intensa que, como refere Gaspar Correia, em Goa « todo o dia dobravão sinos, e enterravão mortos de doze a quinze cada dia ; e em tanta maneira que mandou o Governador que se nom tangessem sinos nas igrejas, por nom fazer pasmo à gente. »

Não admira pois que Gaspar Correia e Garcia da Orta deixassem da cólera boas descrições. Gaspar Correia nas suas *Lendas da India* diz que a doença, a que os indígenas chamam *moryxy,* não mostrava predilecção por idades ou sexos e que atacava indistintamente tôdas as pessoas.

Iniciava-se por uma dor abdominal muito forte e o doente começava « d'arravesar, e beber muyta agoa, com desaguamento do estomago, e cambra que lh'encolhia os

nervos das curvas e palmas dos pés, com taes dores que de todo o enfermo ficava passado de morte...». Não se esquece de mencionar a profunda cianose tão acentuada nas unhas das mãos e dos pés.

Foi uma forte epidemia, e como o governador tivesse a convicção de que nada se sabia sôbre a enfermidade mandou fazer uma necropsia que apenas revelou «o bucho encolheito, e tamaninho como uma muela de gallinha, e assy enverrugado como coiro metido no fogo».

Não era esta descrição que faria avançar a Anatomia Patológica da cólera, mas Gaspar Correia não era um clínico.

Garcia da Orta, o erudito médico cuja obra traduzida por Clusius tanto contribuíu para difundir conhecimentos sôbre plantas medicinais do Oriente, dá da cólera uma descrição perfeitíssima. Não lhe faltou material para o seu estudo pois assistiu à epidemia de quarenta e três e, como supunha o Conde de Ficalho seu douto biógrafo, deve ter tomado parte na necropsia do colérico.

Garcia da Orta começa por ennumerar os nomes da doença: *cholerica passio* entre os médicos, *morxi* entre os indianos, *mordexi* entre os portugueses da Índia e *hacaiza* entre os Arabes. Assinala a gravidade da enfermidade que, comummente, matava em 24 horas e às vezes em menos.

Os sintomas de cólera refere-os da seguinte forma:

«Ho pulso tem muyto sumerso, que poucas vezes se sente, muyto frio com algum suor tambem frio, queixa-se de grande incendio e clamosa sede, os olhos sam muyto sumidos, non podem dormir, arrevezam e sáem muyto até que a vertude de tam fraca que nam pode expellir cousa alguma, tem caimbras nas pernas.»

Como se vê o quadro da cólera, tal qual foi desenhado pelos dois autores portugueses, é perfeito.

O início em regra brusco, as grandes dores abdominais, os vómitos, a algidez, a diarreia, a diminuïção de pressão

arterial, a grande desidratação produzindo uma sêde horrorosa e o encovamento dos olhos, as câimbras, a cianose das extremidades, nada falta para caracterizar perfeitamente a doença.

Quanto a tratamento preconiza Garcia da Orta a mais rápida intervenção com aplicações quentes e cita ao seu interlocutor (pois como se sabe o livro de Orta é dialogado) o tratamento que os físicos gentios empregavam contra as câimbras consistindo em ligar fortemente o corpo. O resto do tratamento eram vomitórios e clisteres.

A descrição da cólera por Gaspar Correia merecia bem o realce que lhe deu Maximiano Lemos na sua *Historia da Medicina em Portugal,* a de Garcia da Orta é digna de não inferiores elogios e ambas devem divulgar-se porque atestam o extremo cuidado com que os portugueses registavam as doenças exóticas.

IX. — A Sífilis

Quando, em Março de 1493, a Armada de Colombo chegou a Espanha, trazia consigo, proveniente da América, uma nova entidade mórbida que em breve alastraria por tôda a terra: a Sífilis.

Se bem que ainda hoje se encontre quem conteste a origem americana da avariose, esta é a verdade.

Basta consultar alguns autores espanhóis da época para disso nos convencermos.

Gonçalo Hernández de Oviedo diz o seguinte: (1)

« Muchas vezes en Italia me reyia oyẽdo a los ytalianos

---

(1) Gonçalo Hernãdez de Oviedo y Valdes. — *Coronica delas Indias. La hystoria general de las Indias,* agora nuevamente impressa, corregida y emendada. Salamanca 1547 (exemplar da Biblioteca Pública de Évora). Esta obra tinha também por título *General y natural hystoria de las Indias...* e foi publicada primeiro em 1535.

nos decir el mal frãcez, y a los frãcezes llamarle el mal de Napoles : y en la verdad los unos y los otros le acertaran el nombre si lo dixeran el mal de los Indios. »

Oviedo falou com alguns dos companheiros de viagem de Colombo, entre os quais Vicente Yañez Pinzon de quem foi amigo, e dêles soube a verdade. Desde o ano do regresso começou a manifestar-se a doença entre os espanhóis, conhecendo-se já então que a moléstia era transmitida pelo coito. Muitos eram os que morriam desta enfermidade contra a qual, por ser desconhecida, nenhum tratamento havia ainda. Oviedo diz que « como la dolencia era cosa nueva no la entendian ni sabian curar los medicos ».

Tempos depois, para auxiliar o Rei Fernando de Nápoles contra Carlos VIII de França, mandaram os espanhóis tropas para Itália tendo por capitão o célebre Gonçalo Fernandes de Cordóva. Como entre as tropas espanholas iam sifilíticos, em pouco a doença aparecia nos campos francês e italiano e, sendo enfermidade dêles ignorada, os franceses passaram a chamar-lhe *mal de Nápoles* e os italianos *mal francês*. « Pero la verdad (diz Oviedo) es que de aquesta ysla de Hayti ou española passo este trabajo a Europa segun es dicho ».

Com os franceses regressados da campanha de Itália deve ter entrado a sífilis em França onde até influíu na moda masculina pois que foi, inicialmente, para ocultar a alopecia sifilítica que se inventaram as cabeleiras postiças. Assim o li num velho viajante francês o R. P. Labat (1) que diz : « C'est à elle (*à sífilis*) à qui l'on doit l'invention des Perruques . . . »

Há quem interprete mal o texto de Oviedo e admita que foi na viagem de 1496 que os espanhóis introduziram na Europa a sífilis.

---

(1) R. P. Labat. — *Nouveau voyage aux isles de l'Amérique*, tom. III, Paris. M.DCC.XLII. O autor esteve na América em fins do século XVII.

São expostos confusamente os factos pelo grande cronista que era Oviedo mas, lendo atentamente o que êle escreveu, percebe-se que já na primeira viagem vieram tripulantes infectados. Em certa altura do seu trabalho diz êle que a doença era tão banal naquelas regiões que as Indias comunicaram a moléstia «a algunos de los primeros españoles que con el almirante vinieran à descobrir estas tierras . . . » (1).

Natural é que nas duas viagens tenham chegado sifilíticos a Espanha, mas que os da primeira devem ter sido o ponto de partida da avariose na Europa demonstra-o o facto de campanha de Nápoles, que determinou a eclosão da doença em Itália, ser em 1494.

Outro depoimento, pelo menos tão valioso como êste, é o de Ruy Díaz de Ysla, um dos primeiros sifilígrafos (2) do nosso Hospital de S. José, que publicou em 1539 uma notável monografia sôbre a sífilis (3).

Díaz d'Ysla começou, em 1497, a tratar a sífilis de que estavam afectadas algumas das pessoas da comitiva de Colombo e outras que haviam adoecido em Barcelona onde, segundo êle, se observaram os primeiros casos na Europa. Para relatar a sua extraordinária viagem, Colombo permaneceu algum tempo em Barcelona, onde estavam então os Reis Católicos, e a sífilis começou ali a generalizar-se infundindo o maior terror.

Quanto à forma como a doença foi levada pelos espanhóis para a Itália diz o mesmo que Oviedo.

---

(1) Oviedo — Liv. II. Cap. XIII.

(2) Desde 1498 até Rui d'Ysla era o médico do Hospital que fazia a assistência dos sifilíticos.

(3) Ruy Díaz d'Ysla — *Tractado côtra el mal serpentino:* que vulgarmente en España es llamado bubas q.ª fue ordenado en el ospital de todos los Sanctos. Sevilha. M.D.XXXIX. Analisado por Maximiano Lemos in *Hist. da Med. en Portugal.*

No nosso país deve a sífilis ter entrado quási ao mesmo tempo que em Espanha pois Colombo, de volta da América, desembarcou em Lisboa a 4 de Março de 1493 e aqui esteve vários dias.

Em Portugal muito cedo se tratou da sífilis com o maior cuidado. O Regimento dado em 1498 por D. Manuel ao Hospital de Todos os Santos menciona a *Casa das Boubas* onde eram tratados os padecentes de moléstias venéreas (1). Pouco depois, entre 1507 e 1511, foi Ruy d'Ysla nomeado clínico da enfermaria de sífilis (2).

É admirável a forma como nessa época se cuidava a sério, entre nós, da profilaxia da doença.

Dizia Ysla que êle e o provedor do Hospital, que nesse tempo era Gonçalo de Miranda capelão de El Rei D. Manuel iam «en busca de los ẽfermos d'este morbo serpẽtino por las puertas de las yglesias y monasterios de los buscar y traer al dicho ospital p.ª los curar: lo qual no pienso que se hizo en ningun ospital de la europa» (3).

A busca dos sifilíticos feita pelas portarias dos conventos, ponto de reünião obrigatório dos miseráveis daqueles tempos, era realmente o que de mais proveitoso se podia fazer, então, na profilaxia da avariose.

Durante o século XVI connosco transportámos o terrível morbo até ao Extremo Oriente. Falando da sífilis em Ceilão dizia um escritor português do século XVII (4): «Ao mal

---

(1) S. Costa Santos — «*O tratamento das boubas no Hospital Real de Todos os Santos em principios do século* XVI». Lisboa, 1916.

(2) Não consta dos registos do Hospital a sua nomeação (Alfredo L. Lopes — *O Hospital de Todos Santos*. Lisboa, 1890).

(3) Obra de Diaz d'Ysla, verso da folha LXII, erradamente numerado LII da edição de 1539 (cit. ap. Costa Santos que possue essa primeira edição).

(4) Capitão João Ribeiro. — *Fatalidade histórica da Ilha de Ceilão*. Obra escrita em 1685, e inserta no tôm. V da *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*. 1836.

gallico chamão *Paranque rere,* que vem a ser doença de Portuguez, e com razão lhe chamão nossa, porque de nós a receberão. »

Teremos nós que nos acusar de ser os introdutores da sífilis no Brasil onde ela, no século XVI, tantos estragos fazia? Cremos poder categòricamente afirmar que não. A sífilis não era exclusivamente oriunda das ilhas espanholas da América, devia existir também no Novo Mundo Continental.

Vejamos o que nos leva a esta conclusão.

No momento da difusão da sífilis na Europa, após a descoberta da América, aventou-se a idea de que esta doença tinha sido dada aos índios por um insecto que êles faziam picar os seus órgãos genitais (1).

Ora sôbre êste assunto é altamente interessante o que diz o nosso Anchieta. Ao falar de certas lagartas felpudas aponta umas (2) que têm o corpo preto e a cabeça vermelha e cujos pêlos são venenosos e provocam desejos libidinosos. « . . . Os Indios costumam applica-los às partes genitais, que assim incitam para o prazer sexual: ».

O uso dêste afrodisíaco não raro era seguido de lesões gravíssimas, de ulcerações seguidas de adenites: « muitas vezes o propucio se fura em diversos logares, e algumas vezes as mesmas virilhas contrahem uma corrupção incurável; »

---

(1) B. Galli-Valerio. — *L'adaptation du parasite à l'hôte et son importance au point de vue de la pathologie et de l'épidémiologie — Schweizenischen Medizinischen Wochenschrift.* 1920, n.º 8.

(2) Carta de Anchieta de 1560. Gabriel Soares (*Noticia do Brasil,* pág. 239), também se refere a estas lagartas nos seguintes termos: «Ha outras mais pequenas que as de trás, que são pretas de côr muito fina, todas cheias de pello tão macio como veludo e tão peçonhenta que faz inchar a carne se lhe tocão, com cujo pello os indios fazem crescer a natura e chamão a estas *Socaùna:* »

O mal dado por essas aplicações é contagioso às mulheres pelo coito: «não só se tornam elles feios com o aspecto horrivel da molestia, como tambem mancham e infeccionam as mulheres com quem se pôem em contacto.» (1)

Sendo certo que a maior parte dos agentes patogénicos de Vertebrados têm por hóspedes primitivos invertebrados, não repugna ver no facto, mencionado tão claramente por Anchieta, a origem da sífilis.

Seria bem curioso procurar identificar a larva descrita por José de Anchieta, a *socaúna* de Gabriel de Sousa, e ver se nela existe um ser Treponemiforme. Quem sabe se o Treponema de Schaudinn não será o descendente, adaptado ao homem, dalgum organismo parasitando as lagartas a que, em 1560, se referia Anchieta?

Os nossos actuais conhecimentos parasitológicos não permitem considerar absurda esta idea.

Além disso o que aí fica referido leva-nos a concluir que no Brasil existia a sífilis pois que, mesmo que não admitamos uma relação entre a *socaúna* e a Treponemíase, os sintomas referidos por Anchieta são os desta doença.

X. — A Framboesia

(Boubas, Yaws ou Pian)

Esta outra Treponemíase a que o talento de Bernardino António Gomes, em 1815, deu foros de identidade mórbida autónoma, divergindo dos que, como Pison, Sauvages, etc., a consideravam idêntica à sífilis, mereceu a atenção dos escritores peninsulares.

O facto mais interessante pôsto em evidência pelos por-

---

(1) No original diz-se: «nec se solum ea morbi foeditate deturpant, sed et ipsas etiam foeminas quibus se immescuerint, conspurcant et inficiunt.»

tugueses foi a transmissão do Virus de Boubas por Dipteros não vulnerantes que se encontra claramente dita numa frase de Gabriel Soares de Sousa. Como já tratámos detalhadamente dêste assunto num trabalho anterior, (1) limitamo-nos aqui a transcrever a frase do inteligente escritor de 1587.

Escreveu êle: « Digamos logo dos mosquitos, a que chamam nhitinga, e são muito pequenos e de feição de moscas: os quaes não mordem, mas são muito enfadonhos, porque se poem nos olhos, nos narizes, e não deixom dormir de dia no campo, se não faz vento. Estes são amigos das chagas, e chupam-lhe a peçonha que tem; e se vão pôr em qualquer cossadura de pessoa sã, deixam-lhe a peçonha nella, de que se vem muitas pessoas a encher de boubas. »

Vê-se pois que tresentos anos antes dos trabalhos do ilustre parasitologista Aldo Castellani, que descobriu o agente da Framboesia (o *Treponema pertenue*) e estabeleceu experimentalmente o transporte dêste micro-organismo por meio das môscas, já o nosso inteligente Gabriel de Sousa tinha afirmado essa transmissão (2). Cremos mesmo que foi a primeira vez que se admitiu o papel dos insectos na transmissão do Vírus.

XI — Febre amarela

Foi o médico João Ferreira da Rosa, formado pela Universidade de Coimbra, quem primeiro descreveu clara e exactamente a febre amarela.

A obra de Ferreira da Rosa, hoje muito rara (3), mostra o

---

(1) Carlos França — *An Early Portuguese Contribution to Tropical Medicine. — Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine*, 1921, may, vol. XV, n.º 1.

(2) Ainda não conseguimos apurar qual o Díptero não vulnerante e de habitos diurnos a que os indígenas chamavam *nhitinga*.

(3) « *Trattado unico da constituiçam pestilencial de Pernambuco offerecido a el rey N. S. por ser servido ordenar por seu Governador aos*

grande critério clínico dêste médico que largos anos exerceu a sua profissão no Brasil.

No seu livro o autor português estuda a tremenda epidemia que, iniciada em 1684 ou 1685, ainda era bastante intensa em 1691.

A seguir damos os sintomas apontados por Ferreira da Rosa tendo tido apenas o cuidado de os apresentar por uma ordem mais racional.

Logo de comêço ha dor de cabeça «tremor de mãos, & lingua» com notável desinquietação e «quasi todos sẽpre estão sẽtindo horripilação sẽdo a febre continua e sem se perceber da febre exacerbação.»

Em todos os doentes há dores pelo corpo e especialmente na região dorso-lombar (cadeiras) e nas pernas.

O estado do pulso é muito variável pois aparecem pulsos freqüentes «& com languor», mas muitas vezes o pulso é no princípio quási natural.

A respiração é «como de opprimidos; & dilacerados».

O fastio é constante e mais acentuado quando o doente apresenta vomitos, náuseas, soluços, etc.

Existem grandes vigílias *(vigias)* e os doentes passam noites inteiras sem dormir; estas insónias são causadas principalmente, segundo diz Ferreira da Rosa, pela intensa cefalagia. Quando dormem é com «somno mui turbulento» e apresentam freqüentemente delírio agitado e deambulatório.

Em uns doentes observam-se logo de comêço diarreias, em outros não, e as urinas também se apresentam com caracteres variáveis segundo os enfermos.

Medicos da America,.. tem as licenças do S.to Officio datadas de 1693.» Que saibamos, existem desta obra três exemplares: um na Fac. de Medicina de Lisboa, outro na do Pórto e um terceiro na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

« Sobre todos os sinaes ha dous tremendos, que são a Ictericia (ou por outro nome Morbo regio) & a suppressão de ourinas. O primeiro he presagio trabalhoso & miseravel, vindo antes do septimo: . . . » « porem nunca vem suppressão que deixe de ser acompanhada de Ictericia. »

Dêstes sinais, diz Ferreira da Rosa, que a *supressão alta de urinas* é sinal mortífero de que não viu que livrasse qualquer doente.

A estes elementos prognósticos junta mais êste: experimentamos nesta constituição pela mayor parte livrarem aquelles que até terceiro dia ou quarto não tem evacuações algumas symptomaticas. »

Se porém a doença não termina pela cura sobrevêm violentas dores de estomago, e os vómitos de *atrabilis* que, como diz outro documento português contemporâneo (1), eram de « humor negro ao modo de ferrugem (fulligem) de chaminè » e também enterorragias.

Emfim « tremendo presagio he o tremor, & fraquesa que se percebe ao tomar o pulso. . . »

Como se vê o quadro clínico é feito por mão de mestre: calafrios, dores violentas na região epigástrica, cefalalgia violenta, dores na região dorso lombar, diminuïção de urinas, insónia. icterícia, vómitos tomando o caracter de *vómito negro*, nada falta para a diagnose da famosa *bicha*.

Sôbre prognóstico nada se adiantou: atualmente, como nessa época, a acentuada icterícia com anúria determina um terrível prognóstico. Quási estamos tentados a dizer que a Ferreira da Rosa não escapou o que se chama *sinal de Faget*, a dissociação do pulso e da temperatura, pois que êle men-

---

(1) Sumário de testemunhas no inquérito a que por ordem do Rei procedeu em Lisboa o Corregedor Civil ouvindo os Tripulantes da Charrua *Sacramento e Almas* — saída de Pernambuco em Agôsto de 1691 e tendo tido a bordo vários casos de febre amarela.

ciona em certos casos um pulso quási normal, e em todos uma respiração ofegante.

É finalmente curioso ver o bem que êle descreve os sintomas denunciadores de perturbações do sistema nervoso provocadas pelo vírus amarílico: tremor de mãos e língua, delírio, insónias e os sobressaltos tendinosos de tão tremendo prognóstico.

A sua terapêutica era eminentemente progressiva. Dava limonadas, administrava, contra a opinião da maioria, primeiro laxativos e no fim da doença purgantes. Recorria à água dos maracujás *(Passiflora)* como refrigerante e antitérmico. Se aprova as ventosas, rejeita os vesicatórios. Para combater as dores do estômago e vómitos empregava o pó da raíz do angelicô *(aristolochia trilobata)*.

Como se vê, Ferreira da Rosa era um clínico de grande merecimento.

Recentemente o Dr. Rose Carter na *International Conference on Health Problems in Tropical América*, realizada na Jamaica por iniciativa da *United Fruit Company,* disse que a freqüência com que os médicos portugueses encontravam, nas autópsias, vermes no intestino de pessoas tendo vivido na América, levou-os a dar à febre amarela o nome de *Bicha*. Isto não é verdade. Houve de facto quem atribuísse aos Vermes a febre amarela mas essa opinião foi enèrgicamente combatida por Ferreira da Rosa.

Bicha foi a designação dada pelos baïanos à febre amarela pela analogia dos seus sintomas com os do envenenamento ofídico.

MEUS SENHORES.

Quem ler as referências de estrangeiros, e mesmo de nacionais, à participação luso-espanhola no progresso das Sciências, fica desolado.

A dar-lhes crédito só aos holandeses se deve o que veio a saber-se sôbre as Índias Ocidentais e Orientais. Num capítulo sôbre a Medicina brasileira antes da organização do ensino médico escrito por um erudito, o Dr. Teixeira de Sousa, lê-se que «... Pisão creou a pathologia e a historia Natural intertropical das Indias occidentaes, como Jacob Boncio creara a das Indias orientais.» Não admira que êle faça semelhante afirmação porque citando cronològicamente os autores que escreveram sôbre Sciências Naturais do Brasil passa de Anchieta (1560) a Pison e Marcgraff (1648 e 1658), omitindo todos os portugueses que, naquele largo lapso de tempo, deixaram sôbre Sciência tantas páginas da mais rigorosa observação.

E falando duma maneira geral das Índias Ocidentais, isto é, da América do Centro e do Sul, não menciona um Hernández, um Monardes, um Oviedo, um P.e Joseph d'Acosta, escritores espanhóis de elevado merecimento que, no século XVI escreveram livros admiráveis sôbre a fauna e flora da América espanhola.

Os nacionais não são mais justos na apreciação dos nossos esforços durante a Renascença para aumentar os conhecimentos scientíficos.

Um português do século XVII, o Dr. Bernardes Moura, felicitando Ferreira da Rosa pelo seu tratado da febre amarela dizia que sôbre patologia não tinhamos «mais noticias que as que nos deu Guilherme Pisão, podendo a curiosidade hollandeza entre estrondos militares, affrontar a nossa ignávia e desattenção...»

Como acabo de demonstrar estas afirmações são inteiramente destituídas de base e têm apenas a fazê-las perdoar a ignorância que criaturas, mesmo ilustradas, têm sôbre o nosso papel nas colónias e nomeadamente no Brasil.

Não é também para ser apreciada pelos povos práticos, que nas Colónias apenas têm visto uma forma de enriquecer, a acção que a Espanha e o Portugal dos séculos XV e XVI desempenharam no Mundo. É tão fácil a êsses povos julgarem-nos como a um bom mercador da Rua Nova compreender a vida dum Camões, dêsse poeta que incarna o nosso espirito naquela época.

Como êle a Ibéria de então era ilustrada, generosa e cheia de curiosidade, tinha ideas superiores e batia-se por elas e, depois de realizada a sua missão, estava mais pobre que antes. A outros a tarefa de se enriquecerem à custa do nosso esfôrço.

Nacionalidades como as nossas precisam de ter a consciência do seu grande valor histórico, do enorme papel que representaram na Civilização Mundial, para terem o aprumo e a dignidade que se impõem. Não é pois condenável imodestia, antes um imperioso dever, fazermos valer o extraordinário merecimento dos nossos maiores. É com a lição do passado, bem interpretada, que devemos preparar a nossa regeneração.

O estado a que chegámos é produto de vários factores e não dos menores era a acentuada falta de patriotismo da nossa literatura que timbrava em ser demolidora. Causa mágoa lermos certas obras, aliás de grande valor literário, em que se confronta com a nossa civilização a estrangeira concedendo a esta louvores mesmo quando não os merece.

Era num tom depreciativo que um ilustre escritor português comparando a tão diferente orientação das nossas navegações e das dos holandeses, dizia:

«Os hollandezes por sua parte nunca navegaram, nem descobriram, nem conquistaram terras, como nós, com o

sentido especialmente peninsular de propagar a fé para maior honra e gloria dos seus reis e de seus sacerdotes, mas sim para seu directo proveito delles navegantes e descobridores ».

Não há dúvida que levámos a nossa civilização às terras que fomos descobrindo e que nos movia inicialmente o desejo de propagar a fé, mas não sofre dúvida também que nos interessavam os problemas de economia política e que dêles tínhamos uma noção verdadeiramente superior.

Não há dúvida que os portugueses, ao contrário do que sucedia a outros povos colonizadores, antepunham ao prazer de arrancar ouro ao solo do Brasil o do o ver prosperar pela agricultura. Um dos nossos ministros do século XVIII ordenava que se impedisse a exploração duma mina de ouro porque S. M. entendia que a prosperidade do Brasil só se podia conseguir « pelos utilissimos estabelecimentos de agricultura e commercio ».

É certo que a par dum excelente critério de colonização tornávamos scientificamente conhecidas as novas regiões descobertas e que nos merecia a maior atenção a saúde física e moral dos povos que dominávamos.

O nosso papel foi o de uns precursores geniais mas, como disse um escritor português, « misera atlante, a nação succumbia ao pêso da sua gloria consumidora » (1).

Na sciência é um facto banal não serem os grandes sábios que realizam as aplicações práticas das suas maravilhosas descobertas.

Outros por via de regra menos bem dotados intelectualmente, é que vêm a tornar lucrativos êsses descobrimentos que deixaram pobres os seus autores. Assim sucedeu aos povos peninsulares nessa estupenda Renascença.

---

(1) C. Malheiro Dias — *O Piedoso e o Desejado*.

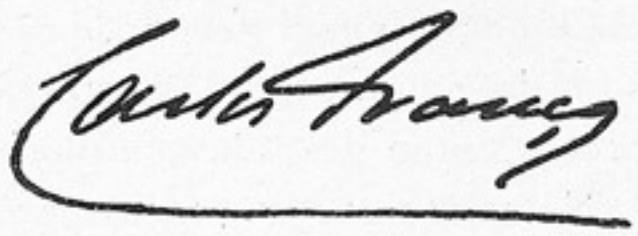
Temos porém o direito de exigir que seja feita justiça à nossa acção, e é tempo de, por uma bem orientada política, nos aproximarmos dos povos transatlânticos nosses filhos, e de com êles contrairmos uma fecunda sinbiose.

Recordar o que representámos na evolução dessas Nações, é preparar o terreno para futuros entendimentos e, ao mesmo tempo, relembrar os nossos antepassados tão dignos de tôda a homenagem.

Os trabalhos dos portugueses sôbre medicina, a que pormenorizadamente me referi, assim como as contribuïções peninsulares no domínio da Etnografia, da Zoologia, da Botânica, da Geografia e da Economia política, mostram-nos que os luso-espanhóis dos séculos XV a XVII tinham uma mentalidade superior.

Os homens que deram ao então Mundo Civilizado tanta extensão de terra para civilizar, os homens que pelos seus descobrimentos dotaram a Humanidade de novas, ricas e quási inexgotáveis fontes de abastecimento, tinham tanto de corajosos como de inteligentes e ilustrados.

Bemdita seja a sua Memória!



DE ALGUMAS DAMAS ILUSTRES A QUEM FORAM CONCEDIDAS VÁRIAS MERCÊS E VIAGENS DA ÍNDIA

Devido à interferência de um antigo amigo que à causa absolutista consagrou uma grande parte da sua activa dedicação, conseguimos obter permissão da actual representante de uma das mais nobres casas senhoreais deste país, para consultar o Registo da Casa da Índia, na parte referente a mercês e viagens da Índia. Pelo que os nossos melhores agradecimentos.

Tinha, como é, sabido, a carreira da Índia por fim estreitar as relações comerciais e mesmo políticas com a séde da nossa administração indiana e galardoar serviços prestados a El-Rei, como então era de uso dizer-se.

Muitos dos mais ilustres nomes de famílias receberam o donativo das viagens redondas da Índia, trazendo os navios abarrotados de carga, que representava verdadeira riqueza pelo seu valor comercial, e, além disso, recebiam outras mercês de vários cargos que iam exercer no Oriente.

Por me parecer que as concessões de mercês e viagens para a Índia, feitas a senhoras nobres são pouco conhecidas, não posso furtar-me ao desejo de divulgal-o.

Referem-se as que citamos ao período da nossa história que antecedeu o domínio dos Filipes e algumas durante o seu reinado.

Sob a denominação de Índia incluímos mercês e viagens

para quaisquer pontos do Oriente, onde então tínhamos domíñio.

Uma delas refere-se ao reinado de D. Manuel, outras são de D. Sebastião e D. Filipe e algumas foram doadas em Almeirím, simpática vila do Ribatejo, fundada por D. João I em 1411 e onde faleceu o cardeal rei em 1580.

É singular que, reunindo-se por vezes ali as côrtes, cousa alguma reste que denuncie maiores vestígios de edificações desse tempo.

A própria frente dos paços, chamados do Cardeal, foi deitada abaixo por se dizer que ameaçava cair.

Possuo uma fotografia dessa frente tirada por um fotografo ambulante acêrca de 55 anos. Vê-se por ela que se tratava de um edifício grandioso. Se bem me recordo as suas grossas paredes eram de tijolo e a situação devia corresponder ao centro da actual vila de Almeirim, pois se encontravam próximo da praça e á direita da rua que conduz à freguesia e antes de chegar à ermida do Espírito Santo, da qual igualmente possuo uma fotografia tirada na mesma ocasião.

Seria interessante fazer a história da célebre vila.

Mas, não sendo êsse agora o nosso objectivo, entremos na referência a mercês.

A primeira que se nos depara é feita a *Joana Vaz de Almada* que recebe a *Alcaidaria mór da Fortaleza de Çofala* doada em Almeirim a 28 de Janeiro, tendo sido Francisco Homem que fez a escritura no ano de 1515, como consta a fol. 10 v., do respectivo livro da chancelaria régia.

No livro 13 do Registo das mercês da Casa da Índia del Rey D. Sebastião, fol. 21, encontra-se outra doação dizendo:

«Avendo respeito aos serviços de D. Bernardo de Castro fidalgo de sua caza e o matarão os mouros na guerra de

Mangalor, onde foi por capitam de hua Galeota, *fez El-Rei mercê a D. Antonia sua molher* de duas viagens da China a Sunda». Doada em Almeirim a 26 de Fevereiro e Álvaro Fernandes fez a escritura no ano de 1574.

A fol. 73 v. temos outra doação interessante a *Leonor Valenha de Lemos* filha de Lopo Barriga (Um dos valentes defensores de Zafim), licença para renunciar em seu irmão João Barriga Simões, que anda na Índia, os cargos de alcaide mór e provedor dos defuntos em Baçorim. Feita em Lisboa a 3 de Dezembro por Álvaro Fernandes no ano de 1575.

Figura ainda no registo uma permissão a *D. Leonor Pereira* para que possa fazer hua viagem da China para o Japam. A escritura foi lavrada em Almeirim a 9 de Feveveiro por Gaspar Seixas no ano de 1578.

Outra a *Margarida Pimentel*, de uma viagem de Maluco pelos serviços de Manuel Pimentel e Gaspar Pimentel que morreram nas célebres ilhas e bem assim aos de António Pimentel que morreu na Índia, em Naquilor, todos seus filhos e de Francisco Pimentel seu marido. Feita em Lisboa a 9 de Março de 1596. (Liv. 10 del Rei D. Felipe I, fol. 334).

Ainda outra doada a *Dona Fabiana de Noronha* de uma viagem da China para seu casamento, pelos serviços de seu pai D. Francisco de Almeida que foi do Conselho. Feita em Lisboa a 10 de Fevereiro de 1614. (Liv. 26 de D. Filipe II fol. 360).

A ordem cronológica que vamos seguindo leva-me agora à seguinte mercê: A Dona *Maria de Melo* filha de D. Rui Gomes da Silva, a capitania de Chaul tambem para seu casamento em rasão do dito D. Rui Gomes ter falecido indo do Reino para a Índia. Concedida em Lisboa a 10 de Março de 1623. (Liv. 26 del Rei D. Filipe II fol. 143).

Muitos nomes de homens notáveis da nossa história

heróica figuram também no registo da Casa da Índia como os Gama, os Pereira, os Pimentel, os Côrte Real, etc. e se Deus nos der vida e saude esperamos ter ocasião azada para mostrar as mercês que eles receberam em galardão dos seus feitos ou das dos seus antepassados.

Por agora vão apenas algumas damas nobres de outros tempos.

Ernesto de Vasconcellos

SÔBRE LOCALIZAÇÕES CEREBRAIS (1)

MEUS SENHORES:

A insaciável curiosidade do homem, desde remota data o impeliu a procurar relações entre o seu *Ser psíquico* e o seu *Ser físico.*



MAXIMINO CORREIA

Neste sentido julgo poder afirmar que a primeira tentativa de localização visceral da consciência da personalidade, nasceu... com o primeiro homem.

Foi percutindo, com o seu punho fechado, a felpuda parede torácica, que o nosso venerável Pai afirmou pela vez primeira, à sua incipiente consciência, a sua existência, ao mesmo tempo que deixava escapar das güelas uma espécie de rugido que bem podemos considerar como o primeiro *EU* proferido pela Humanidade.

---

(1) Conferência realizada na Associação dos Médicos do Centro de Portugal em 8 de Março de 1925.

E foi assim que durante tantos séculos se atribuíram às diversas vísceras intratorácicas, e até abdominais, as responsabilidades de localização dos sentimentos afectivos, as percepções sensoriais, os instintos, as tendências e as volições.

A estreita simpatia emocional, que liga as diversas vísceras, umas às outras, e tôdas aos centros superiores, é de molde a ter induzido em êrro os filósofos e sábios mais circunspectos.

Dessas concepções abstractas, restam-nos os consagrados erros, que pertencem a tôdas as línguas e que tantas vezes empregamos todos nós.

Ter bom coração, *ter mau coração*, *o coração amoroso*, *ter maus fígados*, e até o *estômago danado* que Camões empregou, são frases destituídas de sentido anàtomopatológico,

¿Mas, quem pode opor-se a um êrro que atravessa a imensidade dos séculos e é apregoado ao mundo pelos portentosos cérebros de Platão e Aristóteles?

É efectivamente com a filosofia de Platão que aparece no mundo a concepção da existência de três almas. A *Alma Racional*, imortal e residindo no cérebro; a *Alma Irrascível*, ou dos sentimentos, e a *Alma Concupiscente* ou dos desejos, ambas mortais como o corpo e residindo, respectivamente, no coração e no fígado.

Aristóteles modificou as doutrinas de Platão discutindo-as à luz da razão, mas complicando-as, por pretender integrar nelas os conhecimentos scientíficos que possuía, aliás extraordinários para a sua época.

Dêste híbrido conluio, da filosofia com a sciência positiva, saíu um tão emmaranhado *embroglio* que tem levado séculos a desfiar e que, estou certo, tem extraviado muitos espíritos para a mais ingrata e improficua das tarefas.

Para Aristóteles, o cérebro era apenas um órgão secundário que teria por única função o *resfriar* o coração.

Vai mesmo mais longe não admitindo qualquer relação entre o encéfalo e os órgãos dos sentidos.

E esta afirmação é de tal quilate que o próprio Galeno, aliás mostrando-se muito respeitoso das opiniões de Aristóteles, diz còrar de vergonha por ter de a citar.

É que o ilustre Pai da medicina era um verdadeiro sábio, investigador das verdades scientíficas e não cedia fàcilmente terreno às primeiras investidas dos filósofos.

No entanto, mau grado nosso, temos de concluir que foram ainda as doutrinas filosóficas que lhe prejudicaram as suas monumentais obras.

Sem querer levar as minhas presunções até uma completa concordância com Voltaire, que diz algures que «sujeitos que falam sem se entenderèm e falam do que não entendem estão a filosofar», devo dizer que não há nada mais injusto do que chamar aos propugnadores de tais ideas, *filósofos*. ¿Filosofos? Fobósofos, aliás...

E, na verdade, se algum elemento scientífico podemos apurar em Galeno, respeitante ao assunto em questão, é preciso expurgar a sua obra das passagens em que se deixa resvalar para as discussões de doutrinas filosóficas, embora, em certos casos, os seus comentários sejam até de um sabor irónico especial.

A propósito das afirmações, já citadas, de Aristóteles, escreve Galeno no Capítulo II, livro VIII *Da utilidade das partes do corpo:* «aqueles que têm esta opinião devem encontrar a cabeça tanto mais supérflua quanto êles não sabiam indicar uma finalidade ao encéfalo, nem alojar à volta dêle os órgãos dos sentidos...

«Ainda que ela (a natureza) tivesse desprezado estas condições, ela não teria colocado o pescoço entre os dois órgãos, pescoço que é tão longo nos carnívoros, que têm o sangue muito quente, e mais longo ainda nas aves, de sorte que nelas o encéfalo é tão distante do coração como os pés.

«O que quere dizer, segundo a minha opinião, que o calcâneo foi criado para resfriar o coração».

E remata o capítulo demonstrando como Aristóteles é incoerente, pois, pela sua doutrina, tudo o que a natureza fez tem a sua utilidade e atribuindo ao encéfalo, como única função, o resfriar o coração, função totalmente negada por Galeno... o encéfalo para nada serviria, o que é contra a doutrina aristótelica.

Galeno é bem explícito atribuindo ao encéfalo as funções de origem de tôda a motilidade e sensibilidade e considerando-o a origem de todos os nervos, como o coração é a origem de todos os vasos e do calor animal.

Mas, desviado da exposição pela malfadada interferência filosófica, mete-se a discutir se a cabeça foi feita para o cérebro ou se terá outro fim.

Por argumentos curiosos, a que não é estranha a anatomia comparada, Galeno conclui que existindo animais sem cránio, mas que possuem motilidade e sensibilidade e que portanto devem possuir um encéfalo (e aqui faz notar a impropriedade do vocábulo) noutra qualquer parte do corpo, êste pode pois existir sem haver cabeça, o que tanto vale dizer que a cabeça não foi feita para o encéfalo, como quere Aristeteles.

De maneira que, segundo o modo de ver de Galeno, a cabeça foi feita para suster os olhos, e argumenta do seguinte modo: «Em todos os acéfalos os olhos encontram-se sôbre um colo alongado; estes olhos não poderiam, com efeito, estar em parte baixa, como a bôca, o nariz e as orelhas; porque a sua função exige uma situação elevada.

«É por êste motivo que aqueles que vigiam os inimigos, ou os malfeitores, vão postar-se sôbre muralhas, tôrres elevadas ou sôbre montanhas.

«Os marinheiros, que também trepam aos mastros, vêem a

terra antes dos passageiros. De um sítio elevado, com efeito, vê-se uma païsagem mais extensa que numa planície».

De modo que, pela sua situação acima de todo o corpo, a cabeça seria especialmente apropriada pela natureza para alojar os órgãos da visão.

Mas, a par dêstes ingénuos argumentos, Galeno vai-nos apresentanto a dupla innervação, motriz e sansitiva, atribuindo ao cérebro as funções superiores de percepção das sensações e elaboração das volições.

E, os conhecimentos que demonstra, das particularidades anatómicas do encéfalo, são tão grandes, e os seus conceitos sôbre as suas funções tão elevados, por vezes, que foi necessário decorrerem catorze séculos para aparecer o primeiro contraditor da sua obra.

*

* *

André Vesalio, analisando as obras anatómicas de Galeno, expurgou as de alguns erros, mas não alterou fundamentalmente a sua essência.

De modo que, mesmo nas suas impugnações, é afirmada a grandiosidade dessas obras. E não faltaram defensores de Galeno por tôda a parte.

Até dêste cantinho quási ignorado no domínio das sciências, saiu um acérrimo defensor das suas doutrinas, dandonos a primeira obra anatómica impressa em Portugal.

Mas, por nada se ter acrescentado ao conhecimento anatómico do encéfalo, nada se pôde acrescentar à sua fisiologia, que continuou a ser campo aberto às discussões filosóficas, acumulando-se os erros, com o decorrer dos anos.

*
* *

Pela filosofia cartesiana, concedia-se ao cérebro a função de distribuïção a todo o corpo, por intermédio dos nervos, dos espíritos animais, que seriam gerados no coração e levados até lá pelos vasos.

Transcrevo a parte respeitante ao assunto, do livro de Louis de Forge intitulado: *L'homme de René Descartes*, Capítulo XIV:

«Por o que diz respeito às partes do sangue que penetram no cérebro, elas não servem sòmente para nutrir e manter a sua substância, mas principalmente também para aí produzir um certo vento muito subtil, ou antes, uma chama muito viva e muito pura que se chama os *espíritos animais*. Porque é preciso saber que as artérias que os trazem do coração, depois de se terem dividido numa infinidade de pequenos ramos e terem composto estes pequenos tecidos que estão estendidos como tapessarias no fundo das concavidades do cérebro, se juntam à volta de uma pequena glândula situada perto do meio da substância cerebral, à entrada das suas concavidades, e tem neste sítio um grande número de pequenos buracos por onde as mais subtis partes do sangue que as contêm se podem escoar para essa glândula...».

E aqui têm, meus senhores, como o consagrado filósofo, Descartes, nos apresenta, a dezasseis séculos de distância de Galeno, os ventrículos cerebrais, os plexos coróides, a pia-máter, a glândula pineal e o espaço perfurado posterior, tão laboriosa e exactamente descritos pelo ilustre médico de Pérgamo, e tão disfarçados pelas hipóteses do filósofo, que quási os não reconheciamos...

Ao pé desta piramidal fisiologia filosófica, até os porten-

tosos conceitos no nosso Brás Luís de Abreu ficam a perder de vista.

Aí vão alguns a título de colagogo: logo no capítulo intitulado «Região Animal», a cabeça é assim definida:

«Olimpo do homem, tribunal da razão, sacro palácio da alma, côrte dos sentidos e região animal do microcosmo.

«Ela tem dado vida aos mais altos emblemas, fundamento às mais ajustadas moralidades, ocasião aos mais certos provérbios e vigor aos mais copiosos hieroglíficos. Por ela tem explicado prodígios o tempo, sacrifícios as aras, simulacros a gentilidade, numismas as moedas, ritos as histórias, sinaturas, fisionomias e sonhos a natureza. Emfim ela é a parte mais excelsa do composto físico, a denominação mais soberana do corpo político, e o mais sublime ápice do mundo criado...».

¿Não perceberam, pois não?... Nem eu.... É que isto deve ser filosofia...

Mas basta de história prècientífica.

Em 14 de Março de 1808, os alemães Francisco José Gall e o seu discípulo João Gaspar Spurzheim, depois de terem sido proïbidos de ensinar as suas doutrinas, em Viena, por ofensivas da moral e da religião, apresentam em Paris ao Instituto de França uma grande memória intitulada *Investigações sôbre o sistema nervoso em geral e sôbre o cérebro em particular.*

Logo de comêço os autores investem com os antigos anatomistas, acusando-os de não darem a devida importância às circunvoluções dos hemisférios e de concederem um papel dos mais importantes aos ventrículos cerebrais.

A comissão encarregada de examinar esta memória era composta pelos ilustres anatomistas Tenon, Portal, Sabatier, e Pinel, e tinha como relator a figura gloriosa de Cuvier.

A discussão que se levantou em tôrno desta memória, teve o condão de aprestar uma legião de estudiosos, que, por

diversos caminhos e métodos, analisaram detidamente tôdas as particularidades morfológicas do cérebro, mesmo pelo que diz respeito à estrutura, tanto quanto lho permitiam os processos técnicos de que dispunham.

Mesmo os maiores detractores das ideas de Gall eram concordes em afirmar a precisão das descrições do encéfalo, sob o ponto de vista morfológico.

Assim Flourens, que classificou de *sistema absurdo* o conjunto das doutrinas do médico alemão, escreveu acêrca dos reais progressos anatómicos introduzidos por Gall, o seguinte: «Eu não esquecerei nunca a impressão que experimentei a primeira vez que vi Gall dissecar um cérebro. Pareceu-me que eu nunca tinha visto êste órgão».

A-pesar de tudo e, a despeito do real valor da memória apresentada por Gall, Cuvier não teve a isenção de a relatar favoràvelmente, antes, sob a acção de quaisquer pressões, o relatório apresentado chega, pela parcialidade, a parecer mesquinho e pouco próprio de um tão alto espírito.

É que Napoleão era um adversário encarniçado de tôdas as teorias materialistas e é com verdadeiro desprêzo, que referindo-se às teorias de Gall, lhes chamou as «rêveries germaniques» confessando mesmo no *Memorial de Santa Helena* que êle muito havia contribuído para aniqüilar Gall.

Mas Gall tinha compreendido e, quando em 1818 publicou a sua obra monumental sôbre as funções do cérebro, apelidou o relatório de Cuvier de *diplomático* e escreveu o seguinte: «Se Napoleão queria destruir a tendência para o materialismo, como êle entendia, devia começar por proïbir o estudo não só da fisiologia e da anatomia do cérebro, mas também o da física, da história natural, da influência da alimentação, da estação, do clima, do temperamento sôbre o carácter do homem, etc. E, depois de ter ordenado que se ensinasse que para ver e para ouvir não há necessidade nem dos olhos nem dos ouvidos; que para pensar e para querer

se pode passar sem cérebro, êle deveria empregar ainda tresentas mil baionetas e outros tantos canhões para tornar as funções da alma absolutamente independentes do organismo».

Com esta vitória promulgada e reconhecida teria desbaratado a anatomia e a fisiologia ensinadas por um humilde filho de Esculápio. Mas... o sangue circula a-pesar-das oposições de Gassendi; a terra gira a-pesar-do anátema do Papa... e a anatomia e a fisiologia do cérebro do doutor alemão, subsistem e subsistirão a-pesar-dos esforços de Napoleão e dos seus imitadores e da sua numerosa horda.

Não se pode dizer que a arrogância germânica seja uma figura de retórica...

Emquanto as vistas de Gall se restringiram ao domínio da anatomia descritiva do encéfalo, nada havia a opor ao que apresentava.

Mas as ideas que desde longa data se lhe agitavam no cérebro, fizeram-lhe arquitectar uma teoria, que, não sendo sem algum interêsse, é no entanto destituída de fundamentos sérios.

Na sua monumental obra sôbre a anatomia e a fisiologia do cérebro, Gall expõe as suas doutrinas sôbre o funcionamento cerebral.

E, ao contrário das teorias dominantes na sua época, pelas quais o cérebro seria um órgão a que estão adstritas as elevadas funções do pensamento, das percepções sensoriais, das volições, etc., mas distribuídas igualmente por tôda a massa cerebral, pertencendo a cada parte um pouco de tôdas essas funções, Gall estabeleceu que cada percepção, cada volição, cada sentimento, etc., deveria ter uma representação cerebral, de modo que o cérebro seria, em última análise, um aglomerado de pequenos órgãos, cada qual adestrito a uma função especial, bem determinada e sempre a mesma.

Mas, em virtude do crânio ser moldado sôbre o encéfalo,

cada um dêsses órgãos teria como correspondente reflexo craniano, uma saliência, uma depressão, um acidente, emfim, ocasionado pelo maior ou menor desenvolvimento do órgão que cobria.

E aqui, meus senhores, dou largas à minha admiração pelos poderes de análise de um homem, que num terreno falso conseguiu, a-pesar-de tudo, impor por muitos anos as suas doutrinas, que só foram totalmente abandonadas depois que a experiência e a observação clínica, estimuladas ainda por elas, lançaram uma luz, aliás bem ténue, sôbre a questão dos territórios cerebrais.

De dedução em dedução, de análise em análise, Gall deu origem a uma sciência nova: a *Cranioscopia*, que mais tarde o seu discípulo Spurzheim apelidou de *Frenologia*.

Pela análise detalhada e sistemática das bossas cranianas, seria possível determinar os instintos de um indivíduo, os seus apetites, os seus sentimentos afectivos, as suas qualidades de inteligência, etc., etc.

Era esta análise minuciosa de tôdas as particularidades cranianas que permitia ao frenologista, ou cranioscopista, ler na mentalidade de um indivíduo como quem pode ler num livro aberto e decidir da conduta que êsse indivíduo podia ter na sociedade, como se pode resolver uma função de que se conhecem os valores das variáveis.

¿Mas, como chegou Gall a estabelecer as bases da sua sciência?

Aí é que reside, quanto a mim, a *curiosidade* do método.

Consideremos uma localização qualquer, à nossa vontade, por exemplo a localização do amor físico.

O amor físico ou instinto sexual residiria, segundo Gall, no encéfalo, nos dois hemisférios cerebelosos que estão em relação com duas bossas situadas aos lados e um pouco abaixo da protuberância occipital externa.

¿ Como chegou Gall a esta extraordinária conclusão ?

Transcrevo a passagem respeitante ao assunto.

«Gall foi conduzido à descoberta dêste órgão por a observação de uma viúva *ainda nova,* à qual dispensava os seus cuidados, e que sofria muito pela continência que lhe impunha a sua condição.

«Êle observou que antes dos acessos de ninfomania, aos quais ela era atreita, se queixava sempre de uma tensão extrema na região do cerebelo, o que fazia com que ela recuasse a cabeça (colocando-a em extensão).

«Gall, amparando-a um dia, com a sua mão, ficou admirado do calor e da largura que tinha essa região e supôs desde logo a existência de qualquer relação desconhecida entre o cerebelo e o instinto sexual».

Não nos elucida o tratadista de qual a terapêutica empregada por Gall para atenuar um pouco os juvenis ardores da pobre viúva, nem a categoria de cuidados que lhe dispensava; mas devo dizer, ao que me parece, que perdeu uma ocasião única para se certificar, por contra-prova, da verossimilhança da sua hipótese. Seria um forte argumento em seu favor, o verificar após um tratamento adequado às circunstâncias, que o calor da região occipital havia desaparecido...

E assim arranjaram, Gall e Spurzheim, trinta e cinco localizações diferentes, que tomavam tôda a superfície do cérebro estendendo-se ainda como a precedente à superfície do cerebelo.

A-pesar-da falibilidade do sistema de Gall, as suas doutrinas perduraram por largos anos e pode dizer-se que tiveram uma influência decisiva em descobertas subseqüentes, como adiante terei ocasião de referir.

Mas mesmo ainda durante o tempo que medeou entre o apogeu das doutrinas frenológicas e a primeira descoberta retumbante relativa à fisiologia cerebral, essas doutrinas

foram sendo modificadas e adaptadas ao sabor de novas descobertas e teorias que faziam a sua aparição.

Assim, foi ainda durante a vida de Gall que o formidável génio de Goethe deu a conhecer a sua engenhosa teoria da constituïção vertebral do crânio. Pois houve logo quem quisesse ver nessa teoria, senão uma confirmação das doutrinas de Gall e Spurzheim, ao menos uma hipótese que podia perfeitamente coadunar-se com elas.

E assim Gustavo Carus, no seu atlas de cranioscopia, diz: «nas três vértebras do crânio há, segundo o indivíduo, indicação positiva das três faculdades essenciais da alma; em virtude das relações de cada uma destas vértebras com uma certa parte primitiva da massa do cérebro, observa-se que os instintos e a vontade se encontram claramente indicados na vértebra posterior ou occipital; a vida vegetativa e o sentimento, na vértebra intermediária; a subtileza dos sentidos e a inteligência, na vértebra anterior ou frontal.

Do mesmo modo que o desenvolvimento das vértebras do nariz, das órbitas e da vértebra auricular é sempre notàvelmente significativa para o desenvolvimento e a preponderância do olfato, da vista ou do ouvido, e para a influência dêstes órgãos sôbre a individualidade psíquica do homem.

Trata-se, como se vê, de uma frenologia mitigada em simbiose com a teoria vertebral do crânio.

*
* *

Se Gall descreveu, com exactidão, as particularidades do sistema nervoso, tendo sido levado, pelas suas ideas, muito além do que lhe permitiam os seus conhecimentos, é necessário não esquecer que outros, antes dêle, já haviam enriquecido a anatomia nervosa, com preciosos elementos, tendo-se

no entanto mantido nas suas hipóteses, dentro do domínio estritamente scientífico.

Por isso lhes lembro aqui os nomes, para não confundir os scientistas com os ideólogos.

Vicq d'Azyr avulta entre todos, não só pela sua memorável obra sôbre a *Anatomia de cérebro*, mas ainda por outras onde expende os mais judiciosos conceitos sôbre as funções nervosas.

São dêle estas palavras, num artigo intitulado: *De la sensibilité,* publicado já depois da sua morte: «existe no cérebro uma massa pulposa, órgão das funções intelectuais, onde as imagens se pintam com mais extensão e se combinam com mais fecundidade... há, no cérebro do homem, uma parte automática que forma principalmente a base e acima dos tubérculos que a constituem fica uma região mais elevada e destinada a usos mais importantes».

Esta passagem, embora deficiente sob o ponto de vista descritivo, corresponde no entanto, com grande exactidão, ao que se sabe actualmente, relativamente às funções dos núcleos opto-estriados e do córtex cerebral.

Pedro Cabanais, o médico de Mirabeau, reformador do ensino médico em França, publicou em 1802 um livro que fez sensação, sôbre as *Relações entre o físico e o moral do homem.*

Embora com tinturas de filósofo, pois havia sido discípulo de Sthal, aponta factos que não deixam de ter interêsse para o acreditarmos como um precursor das doutrinas de localização.

Assim, a pág. 131, encontra-se esta passagem: «Se se picarem ou irritarem, de uma maneira qualquer, diferentes pontos do órgão cerebral, observam-se as convulsões que são ordinariamente provocadas por êste meio, passarem de um músculo a outro, e muitas vezes não se estenderem para lá daqueles que se referem aos pontos irritados. A observa-

ção dos fenómenos regulares, dá ainda os mesmos resultados. Durante o sono, se agitarmos o braço, a perna ou outra parte do corpo, segundo a sede das impressões que o órgão sensitivo recebe e combina, segundo o carácter próprio das ideas que se formam então no cérebro; e, durante a vigília, no estado mais natural, vemos as recordações longínquas traçadas pela memória, ou quadros formados pela imaginação, produzirem em certos órgãos particulares, movimentos circunscritos, de que a casa actua, sem dúvida, exclusivamente, sôbre pontos do sistema cerebral, com os quais estes órgãos correspondem».

Prolixidade, sem dúvida, mas também a afirmação, bem categórica, da excitabilidade do córtex cerebral.

O italiano Luís Rolando contribuíu também poderosamente para o conhecimento morfológico e estrutural do sistema nervoso.

Em 1809 publicou a sua obra sôbre a *Estrutura do cérebro do homem e dos animais;* em 1824 publicou um importante trabalho sôbre a *Textura da espinhal-medula;* e, finalmente, em 1830, um ano antes de morrer, publicou ainda um trabalho sôbre a *Estrutura dos hemisférios cerebrais.*

Mas se enriqueceu a anatomia morfológica, pouco contribuíu para o esclarecimento da fisiologia nervosa, sôbre a qual apresentou, no entanto, algumas ideas bizarras.

Assim, para Rolando, o cerebelo, com a sua constituïção lamelar, parecia realizar tôdas as condições necessárias para formar um verdadeiro electromotor, análogo à pilha de Volta.

Efectivamente, Rolando, numa das obras citadas, diz o seguinte:

«Se um aparelho composto de diversas substâncias não metálicas, tais como o chisto, o carvão, a carne muscular, a substância cerebral; se o órgão eléctrico da tremelga, do siluro e do gimnoto, composto de uma substância albumino-gelatino-cartilagínea e outras semelhantes, são próprias para

preparar e desenvolver grande quantidade de fluido eléctrico, capaz de produzir violentos abalos; «¿ porque é que não há de ser formado um princípio semelhante pelos numerosos folhetos de substância amarela e cinzenta do cerebelo ?

«¿ Que se poderá encontrar de mais evidente, para estabelecer que o cerebelo é um órgão de que a estrutura é inteiramente semelhante ao aparelho de Volta ?».

A-pesar-de nestas concepções haver muito de fantasia, devemos conceder que elas demonstram um certo engenho e é precioso acentuar que, vinte anos depois, ainda Baillarger lhes dava uma certa aceitação.

Com Flourens uma nova época se abre ao estudo da fisiologia do sistema nervoso. Procedendo à ablação ou destruïção metódica, em certos animais, dos diversos segmentos do encéfalo, pôde Flourens atribuir a êsses segmentos funções que seriam relacionadas pelas perturbações apresentadas, com as mutilações sofridas pelo animal.

A célebre experiência do pombo a que extraíu os hemisférios cerebelosos, ficou clássica.

Dêste modo, pôde Flourens ennunciar um certo número de princípios, que, embora já perfilhados por alguns, não tinham a sanção da experiência, e estabelecer outros com a autoridade que lhe vinha da observação directa dos fenómenos que provocava.

Para Flourens o centro da coordenação dos movimentos da marcha, da corrida, do vôo, o centro regulador das atitudes e da estação seria o cerebelo.

Estabeleceu uma diferença capital entre as funções cerebrais e as funções bulbo-espinhais, afirmando que o órgão pelo qual o animal *percebe* e *quere,* não *coordena* nem *excita;* emfim restituíu ao cérebro as faculdades de percepção sensorial, da vontade e do raciocínio, tendo sido o primeiro a dar uma demonstração prática do que afirmava.

Mas, como já fiz notar, embora Flourens tivesse procedido com verdadeiro método e espírito scientífico, as amplas destruïções a que procedia nos diversos animais que eram o objecto do seu estudo não lhe permitiam fazer uma observação sistemática das localizações, mas apenas um estudo vago, pelo qual só pôde deduzir que no cérebro existem os fundamentos de tôdas as faculdades, mas distribuídas igualmente, homogèneamente, por tôda a massa cerebral, comparticipando cada elemento cerebral de tôdas essas faculdades.

Por isso Flourens se tornou um irredutível inimigo do método de Gall.

Magendie, o insigne fisiologista, a-pesar-de ter vivido no tempo em que se debatiam estes magnos problemas, não se deixou influenciar pelas ideas dos outros. O seu espírito prático, que o levava, segundo êle próprio dizia, a deixar, quando entrava no seu laboratório, as teorias ao vestiário, apenas o conduziu à verificação das experiências de Flourens, corrigindo-lhes, por vezes, certas interpretações erróneas.

E tinha pelas ideas de Gall uma opinião pouco lisongeira, que o levava a catalogar a frenologia como uma pseudo-sciência comparável à astrologia e à quiromância.

*
* *

A fisiologia do cérebro despertou, como era natural, um grande interêsse em todos os meios médicos; mas estou certo de que a maior repercussão se fez sentir na Escola da Salpétrière, onde, em 1820, as lições de Esquirol sôbre as doenças men tais atrairam uma enorme quantidade de médicos de tôdas as partes da França e mesmo do estrangeiro.

Um novo horizonte se abriu ao estudo da fisiologia nervosa; pode dizer-se que aí foi inaugurado o método de estudo

anátomo-patológico que tantos ensinamentos nos trouxe e que ainda hoje tem lugar de honra entre os processos de estudo e investigação da fisiologia do sistema nervoso.

Com Delaye, Foville, Pinel, Trelat, etc., são iniciados os estudos anátomo-patológicos em alienados, paralíticos gerais, hemiplégicos, etc.

Decerto, o método a-pesar-de esplêndido, pode induzir em êrro, e assim aconteceu, por vezes, sobretudo por pretenderem, os iniciadores, ir mais longe nas conclusões do que uma estrita observação de lesões lhes permitia.

Mas um conjunto de factos valiosos foi relatado e estabelecido, como, por exemplo, as alterações parciais do córtex correspondendo a monoplegias braquiais ou crurais, donde se podia inferir que cada um dos membros devia ter uma representação cortical diferente, as alterações das regiões sub-corticais dando também origem a paralisias, neste caso mais extensas, como é natural.

Mas Foville foi longe de mais nas suas hipóteses, tendo por isso dado lugar a muitas contraditas.

Quis, por exemplo, estabelecer uma distinção funcional entre o córtex cerebral e o centro oval, considerando o primeiro, como ùnicamente adstrito à inteligência e o segundo em relação com a motilidade voluntária, êrro de que teve de penitenciar-se.

Ao fisiologista alemão Carlos Burdach se devem também importantes trabalhos anátomo-patológicos sôbre o sistema nervoso.

Na sua monumental obra *Da estrutura e da vida do cérebro*, aparecida em 1826, são relatados 1.117 casos clínicos com os exames anátomo-patológicos correspondentes. Um certo número de importantes factos são relatados e apontados por êste autor, como a freqüência das hemiplegias por lesões apopléticas da região rolândica e os casos de cegueira por lesões do lobo occipital.

Baillarger conseguiu, por um engenhoso processo de estudo, descrever seis camadas no córtex cerebral.

Examinando cortes, relativamente finos, de uma circunvolução entre dois vidros, observou uma sucessão de zonas claras e escuras que descreveu com grande minúcia, relacionando essas diversas zonas umas com as outras por intermédio de fibras e de células.

Estudou também a superfície do cérebro que êle avaliou, por um processo aliás bem falível, em 1.700^{c2} e chegou a esta conclusão que é hoje tida por errónea, que o desenvolvimento da inteligência está na razão inversa da superfície cerebral. Além disso, não repelindo a hipótese de Rolando quanto ao funcionamento nervoso, diz como realmente a tratar-se de um arranjo eléctrico, entre a substância branca e cinzenta como Rolando queria para o cerebelo, êsse arranjo seria particularmente extenso no cérebro em que existem à superfície como que três pares de elementos de pilha...

Luís Gratiolet publica em 1858 a sua *Anatomia comparada do sistema nervoso* em que descreve, com grande cópia de pormenores, o feixe óptico intra-cerebral.

E pode dizer-se que estava feita a anatomia macroscópica do sistema nervoso.

*
* *

À medida que se acumulava êste precioso material, os fisiologistas iam-se apropriando dêle e construindo o seu edifício scientífico. E, bem podemos afirmar que a fisiologia nervosa, tão obscura até aqui, só começou a ter foros de verdadeira sciência depois que se fundamentou nos dados anatómicos.

Isto não quere dizer que a anatomia não seja feita muitas vezes pela fisiologia, apenas quero acentuar como do excesso

de doutrinas sôbre a penúria de factos estabelecidos resultaram as trevas que durante tantos anos envolveram o conhecimento ainda incompleto das funções do sistema nervoso.

*
* *

A partir de 1825 uma série de publicações de vários autores aborda o assunto das localizações cerebrais, algumas ressentindo-se ainda da influência das doutrinas de Gall, mas tôdas elas tendo como fundamento a observação de casos clínicos de indiscutível valor.

Bouillaud, nos arquivos gerais de medicina, Maio de 1825, publicou um artigo intitulado: «Observações clínicas próprias para demonstrar que a perda da palavra corresponde à lesão dos lóbulos anteriores do cérebro e para confirmar a opinião de Gall, sôbre a sede do órgão da linguagem articulada».

O título não carece de elucidações: por êle se verifica como êste neurologista perfilhava as doutrinas de Gall e também a influência decisiva que estas doutrinas tiveram na eclosão de diversos e importantes trabalhos, como já tive ocasião de acentuar.

Mas a-pesar-dos casos clínicos examinados, a-pesar mesmo de ulteriormente ter verificado que a perda da palavra estava em relação com uma lesão do hemisfério esquerdo, a despeito de ter contribuído bem eficazmente para a descoberta de Broca, o nome de Bouillaud foi quási coberto de ridículo, pelo seu apêgo às doutrinas frenológicas, excessivo apêgo, que o fez, ainda em 1895, quatro anos depois da descoberta de Broca, defender, na Academia de Medicina, contra todos os presentes, as doutrinas do médico alemão.

Num congresso de medicina em Montpellier, realizado em 1836, são relatados, pelo médico Marc Dax, três casos

de perda da palavra por lesões do hemisfério esquerdo. É interessante a conclusão do relatório, que a seguir transcrevo:

«De tudo o que precede, julgo poder concluir, não que tôdas as doenças do hemisfério devem alterar a memória verbal, mas que quando esta memória é alterada por uma doença do cérebro, é preciso procurar a causa da perturbação, no hemisfério esquerdo e procurá-la ainda aí, se ambos os hemisférios estão lesados conjuntamente, ... Gall e a sua escola atribuem êste esquecimento das palavras a uma lesão dos lobos anteriores do cérebro; mas já se viu em muitos casos os lobos anteriores destruídos por uma doença sem que esta memória fôsse alterada».

Em Abril de 1861, Paul Broca, tendo seguido e estudado minuciosamente um doente chamado Leborgne, internado, havia anos, no hospital de Bicêtre, doente que veio a sucumbir, foi levado, pelo exame das lesões do cérebro e pela história do doente, à conclusão retumbante de que a função da linguagem articulada residia na parte posterior da terceira circunvolução frontal esquerda.

Leborgne tinha ficado afásico na idade de vinte e um anos, e sendo admitido no hospital, foi sucessivamente piorando, tendo perdido a motilidade do lado direito, perda que começou pelo membro superior estendendo-se ao membro inferior do mesmo lado, apresentando ao mesmo tempo um notável enfraquecimento da visão.

Embora inteligente, as suas faculdades mentais tinham sofrido um grande *deficit*, segundo atestavam os que de perto lidavam com êle.

Havia também, do lado paralizado, uma hipoestetesia acentuada.

O doente compreendia o que lhe diziam executando sem hesitações as ordens que lhe davam: e tinha conservado alguns poderes de expressão pela mímica facial e por gestos. Não sabia ler nem escrever, ao que deduzo do relato donde

extraí estas notas, mas conhecia as horas num relógio, o que provava por indicações com os dedos e do mesmo modo respondia com exactidão, quando o interrogavam, acêrca do número de anos que estava internado no hospital.

A afasia era de molde a não pronunciar uma única palavra, apenas as sílabas «tan tan» repetia com freqüência e, um dia em que o arreliaram, num acesso de cólera pronunciou, claramente, uma praga.

Trinta anos depois de internado, um fleimão gangrenoso, do membro inferior paralizado, vitimou-o.

Na autópsia feita por Paul Broca averiguou-se a existência de lesões bastante profundas e extensas do hemisfério esquerdo, lesões tão profundas que davam a impressão de haver perda de substância com atrofia, de tal modo que o pêso total do cérebro, com a pia-máter, era de 987 gramas ou sejam menos 300 gramas do que o pêso considerado como normal.

A peça, que ainda hoje se pode ver no museu Dupuytren, mostra a existência de lesões que atingem a superfície do hemisfério cerebral esquerdo e mesmo a substância branca, interessando essas lesões a parte posterior da segunda e terceira circunvoluções frontais, principalmente desta última, o lobo da insula a parte inferior das circunvoluções frontal ascendente e parietal ascendente, a maior parte da primeira temporal e uma grande parte da segunda parietal até ao lóbulo da prega curva.

O território lesado coincide com a destribuïção da artéria cerebral média ou sílvica, a cuja obliteração se devem atribuir essas alterações.

Para Broca, que examinou o doente, que o seguiu, impressionando-o, acima de tudo, a perda da palavra, era fora de dúvida que a zona da linguagem, a existir, como já tantos investigadores tinham afirmado antes dêle, devia estar situada na zona cerebral atingida pelas lesões.

¿Mas, como descriminar, numa tão grande extensão de lesões, aquela que era responsável pela perda da linguagem?

É preciso não esquecer que o *primeiro* sintoma apresentado por êste doente foi, precisamente, a perda da linguagem, o que facilitou singularmente a conclusão de Paul Broca.

E por um raciocínio, aliás bem simplista, Broca concluíu que a lesão inicial, devendo corresponder ao sintoma inicial, seria aquela que se apresentasse mais profunda, mais intensamente interessando a massa cerebral.

É o que êle próprio afirmou no relatório que foi presente à Sociedade de Antropologia de Paris e de que transcrevo a seguinte passagem:

«Sabendo que no comêço da doença e durante um longo período de dez anos, o doente tinha perdido ùnicamente a faculdade de articular as palavras, ... fui levado a pensar que a perda da palavra tinha sido a conseqüência de uma lesão primitivamente bastante circunscrita e que o órgão central da linguagem articulada era, provàvelmente, aquele no qual esta lesão tinha começado; para descobrir êste órgão entre todos aqueles que estavam lesados, no momento da morte, procurei qual era o ponto onde a alteração parecia mais antiga e encontrei que, segundo tôdas as probabilidades, a terceira circunvolução frontal, talvez também a segunda, deveriam ser o ponto de partida do amolecimento».

Esta conclusão, discutível sob o ponto de vista anátomo-patológico, foi no entanto acatada e considerada como verdadeira até aos nossos dias.

¿Será possível negar a influência das teorias de Gall na linguagem de Broca?

Adiante darei a razão dêste reparo.

Mas estava definitivamente assente que a uma lesão determinada do córtex cerebral correspondia a abolição de uma função intelectual.

É o grande alcance da descoberta de Broca: e êle pró-

prio tinha bem a noção da grandeza das suas afirmações quando escreveu: «desde o momento que esteja demonstrado sem réplica que uma faculdade intelectual reside num ponto determinado dos hemisférios, a doutrina da unidade do centro nervoso intelectual será invertida e será muito provável, senão certo, que cada circunvolução está adstrita a funções particulares».

*
* *

Em 1870, os alemães Hitzig e Fritsch publicam uma memória sôbre a *Excitabilidade do cérebro.*

A origem da descoberta deve-se a uma experiência de Hitzig, que êle próprio relata dêste modo: «fazendo passar correntes galvânicas pela parte posterior da cabeça, eu obtenho fàcilmente movimentos dos olhos, que, a julgar pela sua natureza, não podiam ser produzidos senão pela excitação directa dos centros cerebrais. Estes movimentos não se produzindo senão galvanizando esta região da cabeça, podiamos considerá-los como causados pela excitação dos tubérculos quadrigémios, por exemplo».

Êste último reparo relativamente à excitabilidade dos tubérculos quadrigémios era ocasionado pelo dogma scientífico da inexcitabilidade da superfície do cérebro, dogma que tinha atravessado séculos.

Com uma paciente minúcia e um alto espírito scientífico, Hitzig e Fritsch continuaram as suas experiências, primeiro em coelhos depois em cães.

As primeiras experiências nestes animais, que são assim relatadas por Hitzig:

«Uma parte da convexidade do cérebro é motriz, uma outra não.

«A parte motriz está situada, de uma maneira geral, adiante da não motriz. Por meio da excitação eléctrica da

parte motriz, obtêm-se contracções musculares combinadas, *na metade oposta do corpo*. Estas contracções musculares podem ser localizadas, servindo-nos de correntes muito fracas, a certos grupos musculares estreitamente circunscritos.

«Com correntes mais fortes e consecutivamente à excitação dos mesmos pontos ou de pontos muitos próximos, outros músculos comparticipam da excitação e até músculos do mesmo lado do corpo. A possibilidade de uma excitação isolada, de um grupo muscular circunscrito, é limitada com o emprêgo de correntes muito fracas a regiões muito pequenas que nós chamamos *centros*...

«Se nós afastávamos, um do outro, os dois eléctrodos, ou se aumentávamos a fôrça da corrente, apareciam convulsões; estas contracções musculares invadiam todo o corpo de tal modo que já não podíamos distinguir se elas eram uni- ou bilaterais».

A pouco e pouco Hitzig descobriu os diversos centros motores no cérebro do cão, tendo chegado a descrevê-los com uma tão grande minúcia que foi até à localização cortical do território de certos nervos periféricos, como por exemplo do facial.

Mas o seu espírito não estava satisfeito e procurava todos os ensejos para se certificar de que as suas descobertas deviam poder aplicar-se ao cérebro humano. Neste sentido empreendeu experiências no nosso mais próximo parente na escala zoológica, mas foi infeliz porque apenas conseguiu um exemplar fornecido pelo director do jardim zoológico de Berlim...

Entretanto a guerra franco-prussiana proporcionava-lhe um material, com que não contava, mas no qual pôde ter a suprema satisfação de verificar inteiramente a maior parte das suas descobertas.

Os trabalhos de Hitzig e Fritsch foram continuados e confirmados por sucessivos investigadores. Ferrier passa a empregar correntes farádicas chegando a idênticas conclu-

sões. Depois, Hermano Munk e Schiff, retomando as experiências de Hitzig, procedem a destruïções do córtex, em cães, à maneira de Flourens, mas por pequenos territórios, conseguindo, não só as paralisias, mas também as anestesias cruzadas. E, por êste processo, conseguem estes fisiologistas estabelecer a sede da sensibilidade geral na zona cortical rolândica, bem como precisar a zona da visão que já tinha sido descoberta por Hitzig.

Horsley, Schafer e Luciani repetem estas experiências em macacos conseguindo resultados concludentes.

Sucessivamente, Charcot Dégerine e Monakow descrevem o centro psíquico de compreensão das imagens, no hemisfério esquerdo.

Munk e Vernicke estabelecem os centros da audição.

São sobretudo os trabalhos de Kussmaul, Magnan, Vernick, Charcot e Dégerine que atribuíram as funções da linguagem articulada ao hemisfério esquerdo, compreendendo, claramente, a zona de Broca.

Esta localização cerebral seria do lado oposto no caso de se tratar de um esquerdino.

E, durante muitos anos, até 1906 pelo menos, as localizações cerebrais, sofrendo pequenas modificações descritivas, foram no entanto susceptíveis de uma compreensão metódica e racional.

Evidentemente que, se não explicassem elas um grande número de factos e não estivessem de acôrdo com a observação clínica, na maior parte dos casos, não teriam resistido tanto à acção do tempo, que tudo modifica.

As descrições anatómicas pecam, todavia, por excessivamente esquemáticas, e por isso o esquema estabelecido por 1880-1890, tem de sofrer, com as novas aquisições scientíficas, grandes transformações.

Antes de mais, porém, seja-me permitido recordar, numa rápida exposição, no que consistia êsse esquema.

Descreviam-se centros *motores,* centros *sensitivos*, centros *sensoriais,* centros da *linguagem articulada*, e alguns autores quiseram também descrever centros da *inteligência.*

Os centros motores eram localizados em tôda a extensão das circunvoluções frontal ascendente e parietal ascendente, lóbulo para-central ou prega de passagem fronto-parietal superior e opérculo rolândico ou prega de passagem fronto-parietal inferior.

Êsses centros estariam dispostos, como era demonstrado pela experiência (Hitzig, Schiff e Munk), e pela observação clínica (Charcot e Pitres), de tal modo que a zona de localização mais elevada correspondia à representação cortical da parte mais inferior do corpo. Assim o lóbulo paracentral estaria em relação com a motricidade do pé, sendo possível descrever nêle a zona responsável pela motilidade do dedo grande; a seguir viria a motilidade da perna, da coxa, já para a parte média das duas circunvoluções rolândicas suceder-se-iam os centros do movimento dos músculos do abdómen, depois o membro superior e, finalmente, no opérculo rolândico, estaria localizada a motricidade do pescoço, da face, da língua, emfim, dos músculos animados por nervos crânianos, com excepção, talvez, dos músculos motores do glôbo ocular.

Pelo que diz respeito à localização da sensibilidade geral, Munk e Horsley estabeleceram que a zona cortical de localização seria a mesma zona, já referida para a motricidade. Efectivamente, estes fisiologistas constantemente provocavam perturbações da sensibilidade, quando, pela destruïção de uma parte da zona rolândica pretendiam determinar uma paralisia.

A zona motriz e a zona sensitiva seria, pois, a mesma, pelo que a região rolândica passou a ser designada por o nome de zona sensitivo-motriz.

Como localizações sensoriais descreviam-se quatro zonas

acumulando também a zona sensitivo-motriz a localização do sentido do tacto.

As quatro zonas descritas tinham a seguinte sede:

A zona visual, bem conhecida já em 1874 por Hitzig, está situada na face interna dos hemisférios, principalmente nos dois lábios da cisura calcarina, um pouco no lóbulo lingual e um pouco no *cuneus*.

A zona auditiva foi estabelecida na parte média da primeira circunvolução temporal.

Pelo que diz respeito à localização do olfato, Broca tinha já concluído que essa localização, em virtude das relações da faixa olfática com a parte anterior da circunvolução do hipocampo e ainda pelo enorme desenvolvimento que esta zona toma, nos animais macrosmáticos, se devia estabelecer nessa região.

Finalmente, a localização gustativa confundir-se-ia, sob o ponto de vista cortical, com a precedente.

Esta antiga opinião de Broca teve a sanção do neurologista italiano Luciani, mas sem argumentos de maior valia.

Como centros da linguagem, descreviam-se: dois centros de imagens motrizes e dois centros de compreensão de imagens sensoriais.

Os centros de imagens motrizes eram chamados centro da memória da articulação das palavras ou centro de Broca, localizado como já vimos no pé da terceira frontal; e centro da memória dos movimentos da escrita, cuja existência não foi admitida por um grande número do neurologistas, que corresponderia ao pé da segunda circunvolução frontal.

Os centros de imagens sensoriais, centros de compreensão das imagens verbais, também em número de dois, eram o centro da memória visual das palavras, centro das imagens gráficas, ou centro da prega curva, localizado nesta região ou prega de passagem parieto-têmporo-occipital e o centro da memória auditiva das palavras ou centro de Wernicke situado também na primeira circunvolução temporal, junto do

centro sensorial correspondente, mais ou menos confundido com êle.

Devo acentuar mais uma vez, que as localizações motrizes sensitivas e sensoriais residem em ambos os hemisférios, emquanto que as localizações que acabo de descrever existem apenas no hemisfério esquerdo, nos indivíduos dextros.

Estes dois centros, da memória auditiva e visual das palavras, são dois centros de compreensão e não centros de percepção; nisto se distinguem dos centros sensoriais correspondentes.

Pela existência dêles se explicavam as perturbações apresentadas por certos afásicos. A afasia, perda ou perturbação da linguagem falada ou escrita, poderia em virtude do esquema anatómico ser reduzido a uma de duas categorias.

O afasia motriz ou afasia sensorial.

Se a lesão destrutiva do córtex incidia num dos centros da memória, da articulação ou da escrita, o indivíduo ficava impossibilitado de falar, no primeiro caso, de escrever, no segundo, mas compreendendo perfeitamente a palavra falada ou escrita.

No caso da lesão incidir num dos centros de memória das imagens, auditivas ou gráficas, então o indivíduo ficava na impossibilidade de compreender a palavra falada, no primeiro caso, sem todavia ser surdo, pois ouvia tôdas as palavras e todos os sons, ou na impossibilidade de compreender a palavra escrita, no segundo caso, sem todavia ser cego, pois tinha a visão de todos os objectos e imagens perfeitamente íntegra.

Tínhamos assim realizada uma surdez verbal no primeiro caso, uma cegueira verbal no segundo.

Finalmente, alguns autores, entre êles Hitzig, pretenderam localizar, em determinadas regiões do córtex, a inteligência.

Fundando-se neste facto, aliás bem averiguado, que os lóbulos frontais do cérebro humano são muito maiores, proporcionalmente, do que os de qualquer outro animal e ainda que os lóbulos frontais vão aumentando à medida que percorremos a escala étnica, quiseram concluir que devia ser nêles que residiria a inteligência, que é maior no homem que noutro qualquer animal e maior no homem civilizado do que no selvagem.

Todavia, há já trinta e cinco anos que Munk escrevia estas judiciosas palavras:

«A inteligência tem a sua sede em tôda a parte do córtex cerebral e em nenhuma parte em particular; ela é a soma e a resultante de tôdas as imagens ou representações nascidas das percepções dos sentidos.

*

* *

Em 1906 Pierre Marie insurge-se contra as teorias da afasia dominantes nessa época. Fundado sobretudo na observação clínica, intenta demonstrar que a afasia descrita por Broca não era resultante de lesão da terceira frontal, mas de tôda a região têmporo-parietal à volta da zona de Wernicke.

Um certo número de factos, como a existência de lesões da terceira frontal esquerda sem afasia motriz, e afasias do tipo de Broca sem lesões da zona de Broca, pareceram dar-lhe razão, e então, animado e apoiado por alguns neurologistas, rompe com o que êle chama o *dogma da terceira frontal*.

Vai até ao ponto de destruir, não só o esquema de Charcot a que fiz referência, mas as mesmas ideas de Dégerine.

Efectivamente, a princípio, Pierre Marie repudiou a existência não só da afasia de Broca, mas mesmo a surdez psí-

quica e a cegueira psíquica, que, mais tarde, já depois da morte de Dégerine, teve de aceitar de novo, em face dos exemplares clínicos estudados durante a guerra.

Levar-nos-ia muito longe uma análise, ainda que superficial, do que se tem escrito no domínio da neurologia, da psicologia e até da filosofia acêrca dêste momentoso assunto.

Pode dizer-se, com segurança, que é êste assunto, o da linguagem, que mais tem excitado a *linguagem* de todos os sábios e que por isso mesmo é um dos assuntos mais obscuros.

Ocorre-me neste momento, em face do lance, lembrar aqui aquele conto de Clément Vautel, no qual se historiam todos os flagelos a que os deuses, irritados pela conduta dos seus súbditos, submeteram o velho Egito para o aniquilar.

Pois foram tentados meios os mais violentos para exterminar os seus habitantes sem todavia darem resultado.

Desde a esterilidade das mulheres até à loucura colectiva que os tomou para se juntarem em sítios escuros chamados «Cinêh-mâs», onde espectros luminosos lhes agatanhavam os miolos, a tudo êles resistiram com o seu extraordinário poder de adaptação.

Foi necessário recorrer à sabedoria de um anjo experimentado e renegado, Lucifer, para se conseguir o flagelo que devia, com eficácia, exterminar os egípcios.

Êsse flagelo foi a eloqüência.

E então os oradores apareceram por tôda a parte, em tôdas as circunstâncias, e em todos os tempos. E não se fazia por minorar as desgraças sofridas com os outros flagelos, continuando todos, em tudo e em tôdas as horas... a falar... a falar... e o «Nilo o pai dos rios transformou-se numa torrente de saliva que rolava por entre os templos» e ameaçava submergir tudo, quando entre êles surgiu um, não contaminado, que tomou para si esta divisa gravada sôbre o pedestal de granito da Esfinge: «A acção é filha do

silêncio» e então outros se lhe juntaram e... o Egito foi salvo.

É que na verdade a linguagem articulada, dote máximo do homem, que o eleva acima da animalidade, a alavanca mais potente do progresso, tem também os seus inconvenientes. Levou Talleyrand a enunciar esta enormidade: que a linguagem foi dada ao homem para ocultar o seu pensamento.

Ia subvertendo os egípcios... e ameaça extinguir... a vossa paciência.

*
* *

Dos complexos processos psíquicos da linguagem articulada, resulta, sem dúvida, a enorme dificuldade da interpretação dos factos anátomo-clínicos que vão sendo coleccionados.

Não querendo abordar aqui êste problema, pois me falece a competência, e saïria dos limites que me impus, queria, no entanto, apontar alguns factos que julgo de valor, para o fim que tenho em vista: o de apurar dados anatómicos sôbre as localizações cerebrais da linguagem articulada.

*
* *

Pelo que diz respeito à destituïção da terceira frontal esquerda, do papel que lhe atribuíu Broca, Pierre Marie critica, numa conferência realizada em Paris no ano lectivo de 1920-1921, a conclusão forçada a que foi levado aquele cirurgião, pelo exame do cérebro do doente Leborgne, que já referi.

Como fiz notar, era evidente a influência das doutrinas de Gall na linguagem de Broca, e Pierre Marie atribui, em

grande parte, a essa influência (pois para Gall a linguagem residia nos lóbulos frontais do cérebro), a conclusão de Broca.

E Pierre Marie pregunta: ¿«como, de uma lesão tão extensa, tão complexa, pôde Broca concluir pela localização da faculdade da linguagem no pé da terceira frontal?».

«A resposta a esta pregunta é bem simples: em 1861 os conhecimentos anátomo-patológicos sôbre o sistema nervoso eram ainda extremamente rudimentares.

«Nessa época, em que se julgava, e Broca julgava-o, como tôda a gente, que o amolecimento cerebral é uma espécie de lesão inflamatória, com tendência progressiva, começando num ponto do cérebro e estendendo-se daí às partes vizinhas, como uma mancha de azeite, como uma placa de gangrena e isso durante anos e anos, «propagando-se o mal, diz Broca *de proche en proche*, a outras circunvoluções, ao lóbulo da ínsula, etc.». E aí está a razão porque a-pesar-de as lesões serem tão extensas no cérebro de Leborgne, Broca foi levado, por êste erróneo conceito anátomo-patológico, a uma conclusão forçada».

A par dêstes argumentos, Pierre Marie cita casos irrefutáveis de exemplares clínicos sem afasia com lesão da terceira frontal esquerda e vice-versa.

Além disso existem, apontados, na literatura médica, alguns casos de afasias cruzadas, isto é, afasia por lesão do hemisfério esquerdo num esquerdino e por lesão do hemisfério direito num dextro.

Todos estes factos são tendentes a destruir a especificidade da terceira frontal esquerda (Tese de Adrien Cosman, 1923).

Mas os argumentos de maior valor, aduzidos por Pierre Marie, consistem em verificar constantemente, num afásico do tipo de Broca, um *deficit* da inteligência mais ou menos acentuado conforme os indivíduos, mas com êste carácter especial de interessar sobretudo as aquisições didácticas.

Ora não se compreenderia que a perda da memória dos movimentos levasse à perda das imagens intelectuais adquiridas: essa perda só se produz quando a lesão atinge a zona de Wernicke que era de resto o que acontecia no caso Leborgne.

À zona de Wernicke, incluindo a prega curva e talvez o lobo da ínsula é que devemos pois, na opinião de Marie chamar zona da linguagem articulada.

As perturbações da linguagem que se caracterizam por a perda da memória articular, são incluídas por Pierre Marie, nas anartrias e disartrias, correspondendo a segmentos cerebrais intra-hemisféricos: núcleos opto-estriados cápsula interna e externa a insula e, à superfície, o opérculo rolândico.

Charles Chatelin, no seu livro sôbre as «feridas do cérebro», todo documentado com exemplares observados durante a guerra, confirma inteiramente as doutrinas de Pierre Marie.

Assim, em feridas da zona rolândica encontra-se muitas vezes como sintoma, uma disartria persistente; a anartria encontrando-se apenas em casos de ferida atingindo a parte inferior da zona rolândica e tanto mais pura quanto mais anterior.

Se a ferida é profunda atingindo o centro oval então encontram-se sintomas já mais acentuados no domínio da linguagem traduzidos por incompreensão, da palavra, da escrita, perturbações da articulação, etc.

O sindroma afásico do tipo Wernicke que consiste na incapacidade de dar o nome aos objectos mais usuais, com perturbações intelectuais profundas, foi observado pelo autor em casos de lesão da região temporal média posterior e prega curva, mas menos nestes casos do que naqueles.

Nas feridas muito posteriores da região temporo-parietal, o que predomina é a alexia ou impossibilidade da leitura.

Finalmente, nos casos em que a região frontal posterior

esquerda era lesada, as perturbações da palavra consistiam numa anartria.

Num trabalho recente, 1921, o professor de Basileia, Robert Ring, considera a zona da linguagem com um certo ecletismo.

Sem repudiar a zona de Broca, insinua, todavia que ela se estende ao lóbulo da ínsula e talvez às circunvoluções temporais como quer Pierre Marie.

Faz, no entanto, a afirmação, que julgo importante, de que as diversas zonas de localização da linguagem estão intimamente ligadas por fibras associativas, fibras de trajecto cortical dando-nos assim uma razão plausível de nunca se poder observar uma afasia cortical, com um tipo puro, isto é, com possibilidade de se atribuir a tal ou tal centro.

Desde que a linguagem depende do trabalho sinérgico de todos os centros, a rutura de fibras de associação entre êles, conduz a uma imediata impossibilidade de elaboração verbal, pelo isolamento a que os diversos centros ficam sugeitos.

*
* *

Pelo que diz respeito às localizações motrizes, a partir de 1900, uma série de observações experimentais de estudos histológicos e, finalmente, um formidável material clínico proporcionado pela guerra, permitiram apurar elementos mais seguros para a elucidação da sua zona.

Com efeito os progressos dos estudos histológicos do sistema nervoso, permitiram descrever detalhadamente, não só a estrutura das diversas camadas do cortex, mas mesmo o arranjo de células e fibras, a citoarquitetectónica das diversas circunvoluções chegando-se a determinar, com precisão, diferenças de estrutura consideráveis correspondentes a zonas de localização diversa.

Lícito seria supor que a funções fisiológicas diferentes, deveriam corresponder diferenciações morfológicas especiais.

Foi pelos trabalhos de Marinesco e sobretudo de Brodmann e Vogt que se chegou a concluir que as duas circonvoluções rolândicas têm uma estrutura bem diferente. Em quanto que na circunvolução frontal ascendente se encontram um grande número de células piramidais gigantes ou células de Betz, não é possível encontrar células dessa natureza na parietal ascendente existindo ainda outras sensíveis diferenças, na estrutura destas duas circunvoluções.

Por outro lado a experiência melhor orientada confirmou inteiramente a hipótese sugerida pela cito-arquitectónica.

Efectivamente o trabalho de Sherrigton aparecido em 1911 *Motor localization in the brain of gibbon correlate with a histological examination,* dá conta das notabilíssimas experiências realizadas por métodos de excitação cortical modificados pelo autor, servindo-se da excitação unipolar para não haver difusão da excitação, concluindo-se que a função incito motriz, nos macacos antropóides, pelo menos, reside exclusivamente, na circunvolução frontal ascendente incluindo as pregas de passagem superior e inferior.

Êsses centros encontram-se escalonados com a disposição que estava estabelecida pelas antigas ideas mas precisando-se bem a sede de movimentos especiais.

O que de mais notável há nêste estudo e nas observações clínicas da guerra, que inteiramente as confirmam, é a afirmação bem demonstrada de que a extensão de localização não é proporcional nem ao volume dos músculos, nem mesmo ao seu número estando antes em relação com a multiplicidade e complexidade dos movimentos adstritos ao segmento considerado.

Assim, a localização cerebral correspondente aos movimentos do polegar e do indicador é, só por si, mais extensa

do que a localização correspondente a todos os músculos da perna.

Estes dados foram inteiramente confirmados, como já se disse, pelas observações neurológicas da guerra.

As observações de Charles Chatelin e de Pierre Marie, em 5.000 feridos; as observações publicadas por M.me Athanassio Bénisty, em 100 doentes; as observações de Salkind, publicadas na Revista italiana de Neuro-patologia, etc., vão até à minúcia de poder localizar os movimentos do lado cubital e do lado radical da mão.

*
* *

Dos factos que venho referindo infere-se que a zona cortical da sensibilidade geral fica localizada na circunvolução parietal ascendente, como no antigo esquema, independentemente de qualquer mistura de localização incito-motriz.

Mas, existe, na frontal ascendente, alguma extensão de localização sensitiva ou limita-se esta ao território da parietal ascendente?

Evidentemente que a experimentação em animais não apresenta, para a resolução do problema as mesmas facilidades que no caso das localizações incito-motrizes, a anestesia, hipoestesia e hiperestesia sendo de difícil apreciação apenas pelos gestos ou movimentos de impaciência dos animais.

Mas o americano Harry Cushing, não hesitou em experimentar directamente no homem, sendo logo seguido pelo alemão Krause.

Nas cinqüenta observações de Cushing, publicadas pela revista *Brain* em 1909 conclui-se que a excitação unipolar ao longo da circunvolução pos-rolândica, provocou sensações complexas de contacto, de calor, de entorpecimento com formigueiros, ao longo dos dedos, dos braços, etc.

A representação cortical da sensibilidade, teria um arranjo semelhante ao da representação cortical da motilidade.

Mas a questão é muito mais complexa do que pode parecer à primeira vista.

Em primeiro lugar, sob o nome de sensibilidade englobam-se um conjunto de sensaçóes complexas com diversas modalidades.

Assim, é possível distinguir a sensibilidade à dôr, ao calor, ao tacto, à pressão e à sensibilidade ósteo-articular.

¿Residem estas modalidades tôdas da sensibilidade na parietal ascendente e ìntimamente unidas umas com as outras, ou estendem-se a outras zonas, sendo possível distinguir centros especiais em relação com as diversas modalidades da sensibilidade?

A-pesar-dos trabalhos de Sherrington e de Grunbaum, de Cushing e de Krause e dos mais recentes de Minkowski e de Monakow, não se pode dar uma resposta satisfatória a esta pergunta.

Sabe-se, no entanto, que a zona sinsitiva cortical é bem mais extensa do que se supunha, pois além de interessar tôda a parietal ascendente estende-se ainda até à parte posterior da frontal ascendente (M.me Bénisty) e chegando às circunvoluções parietais, estendendo-se por elas numa zona ainda não determinada... (Charles Chatelin, Foix e Pierre Marie).

Finalmente, êste último neurologista, relata na *Revista neurológica,* 1922, um certo número de factos tendentes a demonstrar a existência de centros diferentes para as diversas modalidades de sensibilidade, sem todavia se afirmar nesse sentido, descrevendo apenas dissociações corticais da sensibilidade.

*
* *

Ás localizações sensoriais pouco se tem acrescentado ao que se sabia pelo antigo esquema.

Relativamente às localizações do gôsto e do olfato, a sua situação profunda torna-as quási inacessíveis à experimentação e observação.

A zona da audição pode dizer-se que também não sofreu, pelos conhecimentos actuais, qualquer modificação importante.

Apenas a zona visual, a-pesar-de colocada na face interna dos hemisférios, foi interessada em muitos ferimentos da guerra, por destruïção do lobo occipital, podendo precisar-se um certo número de detalhes.

Assim, a localização cortical da visão macular corresponde à parte posterior da cisura calcarina e cada quadrante retiniano corresponde ao làbio do mesmo nome da cisura calcarina do hemisfério do mesmo lado ou do lado oposto conforme se trata da metade temporal ou da metade nasal da retina.

Além disso é precisamente esta zona, altamente diferenciada, como o demonstrou Brodmann que a designou por «area striata».

*
* *

¿E os centros da inteligência?

Com Hermann Munck, julgo poder afirmar que a inteligência resulta do somatório funcional de todo o cérebro e que portanto não está localizada em parte alguma especial.

Com efeito, se a inteligência se aprecia pela harmonia existente entre as incitações que se exercem sôbre o indiví-

duo e as reacções dêste sôbre o meio, da análise das determinantes reacionais, deve resultar o conhecimento das fôrças intelectuais.

Ora essas determinantes são condicionadas pelas vias centrípetas sensoriais, pela percepção da sensação e por um complexo de imagens que a imagem recebida evoca.

Da comparação entre a impressão recebida e as impressões anteriores, deve resultar o seu justo conhecimento.

¿Mas, o que será necessário para que o conhecimento, a descriminação da impressão seja feita exactamente, sem deformação alguma?

Necessário se torna que tôdas as imagens anteriores sejam evocadas, tôdas ou o maior número possível, para que a comparação se possa fazer num campo mais amplo, com maior conhecimento de imagens que é o conhecimento das coisas.

Compreende-se então que, sendo as imagens anteriores de tôdas as espécies, uma grande zona cerebral, seja abalada seja acordada, vibre (não discuto a impropriedade dos termos), pela chegada à zona de compreensão sensorial de uma imagem nova. Existindo, como está demonstrado scientìficamente, centros de recepção e de percepção ou coordenação sensorial em zonas bem afastadas dos hemisférios, conclui-se que todo um sistema complexo de fibras associativas entre em acção logo que uma impressão sensorial atinja um dêsses centros.

A êsse complexo de fibras esquematizado por Meynert, compete pois o facilitar a união dos centros e a evocação das imagens anteriores para a sua aproximação da imagem actual.

Da maior ou menor facilidade do estabelecimento dessas associações, ou antes, da utilização ou adaptação dessas associações, deve resultar, em última análise, a melhor ou pior compreensão da imagem nova e conseqüentemente, a har-

monia e proporcionalidade entre ela e a reacção que determina.

Por outras palavras, o acto reacional será tanto mais inteligente, quanto maior fôr o número de imagens, e portanto mais extensa a zona do cérebro que entre em acção pela causa incitadora.

Excluo, necessàriamente, os casos de excitação patológica do cérebro produzida, por exemplo, por certas intoxicações.

Mas ainda aqui é sustentável êste princípio; é de todos conhecido que, nessas condições, o indivíduo parece às vezes dotado de maior inteligência que fora do estado de excitação cerebral ocasionado pela intoxicação.

Sendo assim é necessário conceder um papel bem importante às fibras nervosas, não só corticais, mas mesmo do centro oval.

E as zonas latentes do cérebro não existem então.

São tôdas zonas utilizáveis, zonas adaptáveis para a inteligência.

Simplesmente, a função delas não é uma função inerente, mas uma adaptação cronogénica, como diz Monakow.

Muitos factos militam em favor desta concepção.

Em primeiro lugar, logo que existem lesões em qualquer lóbulo do cérebro, que tenham uma certa profundidade, isto é, que interessem um certo número de fibras as perturbações intelectuais aparecem.

Pierre Marie, Foix e Chatelin, citam vários casos de feridos da guerra, com perturbações da inteligência por lesões do lóbulo frontal.

Apenas se deve fazer uma restrição relativamente à zona rolândica.

Mas pelo que diz respeito à zona da linguagem, como a compreende Pierre Marie as perturbações da inteligência são a regra nas afasias.

Sabe-se, igualmente, que as lesões do corpo caloso, a principal comissura ínter-hemisférica, se denunciam também por perturbações intelectuais.

Em resumo: sempre que um certo número de fibras cerebrais é interessado por lesão, as perturbações da inteligência aparecem imediatamente.

Em certos casos essas perturbações da inteligência têm um carácter estranho, como nos casos que relata Pierre Marie, na *Revista neurológica,* 1919.

Consistem sobretudo em perturbações da orientação no espaço, sem se poder invocar qualquer lesão labiríntica ou cerebelosa, e que determina uma impossibilidade quási absoluta do doente se guiar na obscuridade.

Um dos doentes de Pierre Marie, tendo-se levantado da cama, para se dirigir a um urinol, desorientou-se de tal modo, que, em lugar de tomar a direcção devida, foi parar ao quarto de uma enfermeira, que por estar de vigia se não encontrava lá. Aí o doente, vendo vagamente na semi-obscuridade um objecto com a forma de funil ao pé de uma parede, dirigiu-se para lá e satisfez a sua necessidade...

Tinha urinado no pavilhão de um gramofone...

Neste doente, como nos outros, há uma integridade das funções receptivas, mas a percepção e a transmissão para as zonas executoras é que se encontra prejudicada. E verifica-se que a desorientação é sempre proporcional ao número de fibras interceptadas.

A par da importância capital das fibras corticais e sub-corticais, julgo dever referir também a importância de certas zonas cerebrais, corticais, ainda mal determinadas, mas que me parecem intimamente relacionadas com a inteligência.

O sindroma descrito por Liepmann, a apraxia, caracterizado pela impossibilidade de executar os movimentos apropriados a um fim determinado, sem a existência de paralisia,

leva a supor a existência de uma zona cerebral de localização da memória da coordenação dos movimentos voluntários.

Para se executar um determinado acto é necessário que uma multidão de músculos se contraia, numa determinada medida, de que nos é dado *conhecimento* pelos diversos graus da nossa sensibilidade.

Esta sucessão de contracções musculares, esta *melodia kinética,* como lhe chama Monakow, exige um conjunto de condições que não pode ser satisfeito senão pela existência de íntimas associações entre os diversos centros executores, os centros da volição e os centros sensitivos.

Em muitos casos de apraxia, que pode ter modalidades diferentes, observados durante a guerra, a zona interessada era o lóbulo parietal, especialmente a circunvolução parietal inferior esquerda.

As perturbações observadas são idênticas às de certos afásicos, que tendo conhecimento interior da palavra, não a podem reproduzir.

É sem dúvida uma perturbação intelectual.

Nestas condições podemos concluir que o lóbulo parietal é como o lóbulo frontal adstrito à inteligência.

Mas o que avulta, quanto a mim, a importância dêste sindroma, é a afirmação da existência de um verdadeiro centro intelectual da motilidade.

Qual seja a sua sede exacta, não se pode, no estado actual da sciência, determinar, mas o mesmo podemos dizer, com tôda a segurança, acêrca de todos os centros intelectuais.

Apenas lhes podemos afirmar a existência no hemisfério esquerdo nos indivíduos dextros.

É que essas zonas não são centros na verdadeira acepção desta palavra.

A sua aquisição faz-se tardiamente na série filogenética, como no desenvolvimento ontogénico. A motilidade vem de

muito longe e já assentou arraiais bem determinados no córtex; mas as aquisições intelectuais são recentes na espécie, e aumentam constantemente, tendo de adaptar sucessivamente diversas zonas cada vez mais extensas.

Que êsses centros não são inerentes ao cérebro, demonstra-o sobretudo a impossibilidade de lhes consignar uma indiscutível residência cortical.

As adaptações cronogénicas formam-se no cérebro, segundo um modo especial, certamente, mas êsse esquema, instável ainda, pode ser alterado por diversas interferências; sabe-se que uma hemiplegia condicionada por lesão do hemisfério esquerdo de uma criança que ainda não fale, não a impossibilita de vir a falar.

A adaptação territorial foi diversa, sem dúvida, foi fora do esquema.

¿E quem não conhece o caso extraordinário da americana Helen Keller, que, surda, muda e cega, pôde chegar a ter um completo conhecimento não só da sua língua, mas das línguas clássicas, conhecimento tão profundo que lhe permitiu apreciar as obras literárias de todos os tempos editadas propositadamente para ela com os caracteres em relêvo?...

¿Quais os centros da linguagem neste caso, que zonas de adaptação se formaram, relacionadas apenas com a sensibilidade táctil, única via aproveitável para o conhecimento das coisas?

*

* *

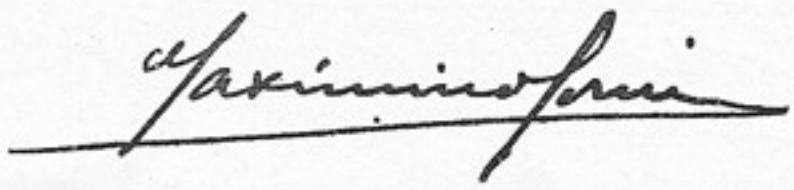
A filosofia moderna, com Bergson à frente, intenta *explicar* o dinamismo íntimo das fôrças intelectuais.

Baldado intento, quanto a mim... Êsse maravilhoso edifício scientífico, que seria o completo conhecimento da actividade pensante, não pode ser começado pela cúpula...

E por mim, meus senhores, só tenho de repetir-vos neste momento as palavras de Sténon, de há 250 anos:

«Em lugar de satisfazer a vossa curiosidade pelo que diz respeito ao conhecimento do cérebro, eu faço aqui sincera e pùblicamente a afirmação de que nada sei...».

Tenho dito.



SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL

(Cont. do vol. 72.º, pag. 480)

ALVARADO (DIOGO D')

Biscainho. Tangedor dos orgãos da capella real. D. Filippe II lhe fez mercê a 13 de abril de 1602, de trinta mil r.^{s} de tença em cada anno, e a 13 de junho do mesmo anno de tres moios de trigo.

Alvarado parece que alcançou ainda os primeiros annos do reinado de D. João IV, pois este monarca, em 6 de março de 1643, fazia mercê á sua viuva Maria da Costa de dous moios de trigo dos tres de tença que elle tinha. O terceiro restante foi concedido a um seu sobrinho Pedro d'Alvarado, moço de numero da capella real.

Alvarado falleceu effectivamente em 1643, segundo reza o epitaphio de sua sepultura na antiga egreja dos Martyres, o qual dizia assim:

Sepultura de Diogo de Alvarado, tangedor de tecla da capella real 43 annos e de sua mulher, o qual falleceu em 12 de fevereiro de 1643.

Alvarado figura no Catalogo de *musica* de D. João IV como auctor de um Motete.

Veja-se o artigo que lhe consagrou Ernesto Vieira no seu *Diccionario.*

«Dom Felipe &c aos que esta minha carta virem faço saber que auendo

respeito á boa informação que tenho de Diogo daluarado, biscainho de nação, e tangedor dorgão em minha capella, e aos muitos anos que ha que me serue, ey por bem de lhe fazer mercê, em quanto nella me seruir, de trinta mil rs de tença cada anno, que pello regimento se prometem, os quaes começará a uencer de dezoito dias de abril deste anno presente de mil seiscentos e dous em diante; e mando a dom Fernando de Noronha, conde de Linhares, meu muito amado sobrinho, do meu conselho do estado, e vedor de minha fazenda, que lhe faça assentar os ditos trinta mil rs no L.º della e despachar cada anno para lugar onde deles aja bom pagamento com declaração que lhe serão pagos com certidão do Deão de minha capella de como o dito Diogo de Aluarado serue nelle autualmente, e para firmesa de todo lhe mandey dar esta carta per mim assinada e aselada com ho meu sello pendente. João Aluẽz a fez em Lixboa a xiij de abril anno do nacimento de noso senhor Jhũ X.º de ĵbjᶜ e dous. Sebastião Perestrello o fez escreuer. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filippe II, Doações,* liv. 9, fol. 320).

«Dom Felipe & Outra tal carta de padrão nem mais nem menos como aacima registada de Diogo Aluarado se passou ao sobredito Diogo Aluarado de tres moios de trigo de tença cadano para os começar a uẽcer no proprio tempo. Dia, mes e ano da carta acima escrita, feita por João Aluẽs a treze de Junho do dito ano de jbᶜj e dous, e sobrescrita por Sebastião Perestrello». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filippe II, Doações,* liv. 9, fol. 320).

«Dom João &c Aos que esta minha carta virem faço saber que auendo respeito a Diogo d Aluarado, tangedor dos orgãos que foi de minha capella real, auer seruido com satisfação, ei por bem de fazer merce a Maria da Costa, viuua que ficou do dito Diogo d Aluarado, de dous moios de trigo, de tres que o dito seu marido tinha de acrecentamento, dos quais dous moios de trigo se lhe fara pagamento em cada hum ano em sua vida; pello que mando aos veadores de minha fazenda que lhes faça (*sic*) asentar nos liuros della e de uinte e hum dias do mes de janeiro deste ano presente, em que lhe deles foi pasado a portaria, por onde se pasou este despacho, cada anno, em parte, onde delles aja bom pagamento, e per firmeza de todo lhe mandei dar esta carta per mim asinada e selada do meu sello pendente. B.ar Ferreira a fez em Lixboa a seis de Março de mil seis centos quarenta e tres. Fernão Gomes da Gama a fez escreuer. ElRei». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João IV, Doações,* liv. 12, fol. 307).

«Dom João &c Aos que esta minha carta virem faço saber que auendo respeito a Diogo d'Aluarado, tangedor de orgão que foi de minha capella real, auer seruido com satisfação, ei por bem de faser merce a Pero d Aluarado, seu sobrinho, moço de numero de minha capella, de hum moio de trigo, dos tres que o dito Diogo d Aluarado tinha de acrecentamento, o qual lhe seruira de patrimonio pera se ordenar sacerdote, e o começara a vencer de vinte e hum dias do mes de janeiro deste ano prezente em diante: pello que mando aos veedores de minha fazenda que lhes fação asentar o dito moio de trigo nos liuros della e do dito tempo em diante despachar cada ano em parte donde delle aja bom pagamento, e por firmeza de todo lhe mandei dar esta per mim asinada e selada do meu sello pendente. B.ar Ferreira a fez em Lixboa a seis dias do mes de março de mil seis centos quarenta e tres. Fernão Gomes da Gama a fes escreuer. ElRei». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João IV, Doações*, liv. 12, fol. 307).

ALVARES (ANTONIO)
Cantor

«Dom Sebastyam etc. Faço saber que Antonio Alvarez camtor morador na cidade de Braga nos enviou dizer per sua petição que elle fora acusado pela Justiça por barregueiro casado e sayra pelo caso condenado em seis meses de degredo pera fora da cidade como constava da sentença que apresentou pela qual se fezera nelle execução do pregão e lhe fora asynado tempo pera hir comprir o dito degredo o quall elle não comprira por adoecer e os annos serem trabalhosos Entre Douro e Minho e por iso fora preso e ora se liuraua solto e hera pobre e este ano hera de fome e hera mall desposto me pedia lhe fizesse merçe perdoar lhe os ditos seis meses de degredo e a culpa que tinha de os não ir seruir no tempo que lhe fora asinado e Receberia merce E eu vendo o que me elle suplicante asi dizer e pedir enviou por lhe fazer merce ey por bem e me praz se asy he como diz de lhe perdoar os seis meses de degredo em que foi condenado pera fora da cidade de Braga e seu termo pelo caso de que fez mensão da maneira que declara e asy ey por bem de lhe perdoar a culpa que tem em não ir comprir o degredo no tempo que lhe foi dado vistas as causas que allega e sentença de sua condenação e pagara mill e b.e reaes pera a piedade, os quaes pagou a Dom Afonso de Castello Branco meu esmoller e lhe forão per Jorge Penalvo carregados en Receita vos mando etc. na forma. Dada em Lisboa de xxiiij.e de setembro. E El Rei noso Senhor o mandou pellos doutores Pedro

Barbosa Gaspar de Figueiredo etc. João da Costa a fez ano do nacimento de noso Senhor Ihus Christo de mill e bº lxxbj. (Torre do Tombo, *Legitimações de D. Sebastião*, liv. 46, fol. 48 v.).

ALVARES (ANTONIO)

Em 1568, no 1.º dabril, foram aforadas em tres vidas a «Antonio Aluẽs, *que serue com ho tãobor de goarda de pe delRey noso Senhor,* duas botiquas delrei que estão nesta cidade de Lixboa debaixo da escada das casas em que pousa J.º Gomez, fidalgo de minha casa e thesoureiro da Casa da India». Foro annual de mil reaes. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações,* liv. 21, fol. 138 v.).

ALVARES (DIOGO)
Trombeta

«Dom Joham &c Saude, sabede que Diogo Aluarez, criado do comde de Momsamto, morador em Cassainhos, freguesya de Santo Antoninho, termo da nossa cidade de Lixboa, nos emuiou dizer que huũ D.º Aluẽz, trombeta, morador em a dita freguesya, e huũ seu filho querellarom e denũciarom delle aas nossas justiças dizendo que por seu aazo delle dito D.º Aluarez lhes foram dadas muitas pancadas, pella qual rezom se elle amorara e amdamdo amorado diz que o dito D.º Aluez, querellosso que lhe perdoara e que o dito seu filho era já finado e ora nam queria por a dita rezam acusar nem demamdar, segundo mais compridamente veer poderiamos per huũ pubrico estormento, o quall perante nos foy apresentado que parecia ser feito e assynado per Garcia de Sequeira tabeliam per nos em a nosa cidade de Lixboa a bij dias do mes dabrill da era de iiijº lxxxiij em o quall se continha amtre as outras coussas que per o dito D.º Aluẽz, tronbeta, querelosso fora dito que elle perdoaua ao dito sopricamte todo mall e sem rezom e pancadas que lhe asy dera e fezera e o nom queria por ello acusar nem demandar, segundo que todo esto e outras muitas cousas milhor e mais compridamente em o dito estormento continha emviandonos elle sopricante pedir por merce que lhe perdoasemos a nosa justiça se nos a ella por rezom da dita querella e mallaficio della en algua guisa era theudo e nos vendo o que nos elle asy dizer e pedir enviou, se asy he como diz e hy mais nom ha, e visto

o perdam e recõtamento da parte que deu ser perdoado e querendolhe fazer graça e justiça e como o filho he finado temos por ben e perdoamoslhe nossa justiça a que nos ella por rezom da dita querella e malleficio della em allgua guisa era theudo comtanto que elle paguasse b^{e} rs pera a piadade e por quanto elle pagou os ditos dinheiros a frei J.^{o} nosso esmoler segundo dello fomos certo per huũ seu asynado e per asynado de Ioham Banha que os sobrele pos em recepta mãdamos etc. Dada em Santarem a xiii dias do mes de n.^{ro} elRey o mãdou pellos doutores Fernã rõis (?) e Ruy Boto ambos seos desembarguadores do paço Aluaro Roiz (?) per Joham Jorge a fez de mill iiij^{c}lxxxiiij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João II*, liv. 22, fol. 126).

ALVARES (DOMINGOS)

Natural da Ameixoeira, termo de Lisboa, filho de João Alvares, tomado por trombeta no logar que vagou por fallecimento de seu pae. Alvará de 25 de fevereiro de 1681. (Torre do Tombo, *Matriculas*, liv. 3, fol. 428 v.).

ALVARES (JOÃO)

Sendo D. Jorge, filho bastardo de D. João II, administrador e governador dos mestrados de Aviz e Santiago, nomeou João Alvares, escudeiro do que fôra duque de Bragança, não só procurador e solicitador das cousas da ordem d'Aviz, mas tambem tangedor dos orgãos do convento da dita villa.

A respectiva carta, rudemente redigida, tem a data de 28 de dezembro de 1493 e é do teor seguinte:

«Eu dom Jorge etc como govornador, e perpetuu aministrador que som dos mestrados d'Aviz e Samtiago etc. a uos Amtam Botelho, caualleiro de minha cassa e comtador do dito meu mestrado d'Avis, e a qual quer outro que depos vos vier e asy ao almoxarife da dita villa, saude, sabede que eu querendo fazer graça e merce a Joham Aluarez dos orguaos, escudeiro do duque que foy de Braguança, connechemdo delle que o fara como compre a meu serviço e bem e proll da dita ordem cousas dellas e comuento outro sy vendo como lhe era necesario pera

o que ao diante faz memçam tenho por bem e o dou por procurador e solicitador de todallas ditas cousas da ordem e cõuemto della e por tangedor dos horguãaos delle e sera obriguado de os tanger domingos e festas de todo anno e mais nom contra sua vontade tera muy bom cudado de todo o que lhe for requerido e mostrado por parte da ordem e muy bem procurar defemder e solicitar com grande deligemcia, e por este trabalho acupaçam e mudança que com sua cassa fez pera a dita minha villa me apraz e he minha merce que aja em cada hum anno des o primeiro dia do mez de dezembro que ora vira da era de mil iiii^{c}lRiii (1493) em diamte hua reçam e vestido e calçado na meneira e modo que a cada freire do dito cõuento he ordenado por anno e além disso quero e me praz que aja pello dito modo em cada hum anno desse dito dia dous moios de triguo paguo todo aos tempos devidos e por ho almoxarife da dita minha villa d'Avis ou recebedor cando hy nom ouuer almoxarife. E por este mando a vos dito comtador ou comtadores que lhe leues em despesa sem outra duvida nem embarguo. O quall Joham Aluarez jurou em a minha chanchellaria aos santos evamgelhos que bem e direitamente e como deue usse e obre dos ditos carreguos sem hy aver outra maliçia nem ma deligença. Dada em Lisboa xxbiij dias de dezembro de mill e iiij^{c}lRiij. O senhor dom Jorge o mamdou por o prior do Crato, etc.». (Torre do Tombo, *Ordem de S. Tiago*, n.º 234, fol. 115).

ALVARES (JOÃO) 2.º

Differente, sem duvida, do anterior, apesar da identidade do nome. N'um documento pertencente ao extincto convento de S. Vicente de Fóra, de 21 de fevereiro de 1486, apparece como testemunha *Johã Aluares, mestre dos orgãos*. (Torre do Tombo, Caixa 142 da Collecção especial).

ALVARES (JOÃO) 3.º

Tangedor de orgão do Infante Santo. (Bibliotheca Nacional de Lisboa Mss. Livro da Cartuxa d'Evora, fol. 89 v.).

ALVARES (NUNO)

A 29 de março de 1462 deu D. Affonso V carta de pri-

vilegio a um Fernão Dias, o Bello, morador na Requeixada, termo de Santarem, a pedido de Nunaluëz, *nosso cantor*. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 1, fol. 10 v.).

Vidé *Ordem de Santiago*, liv. 1, fol. 103 v.

«Dom Affonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merce a Fernam Diaz O Bello morador na Requeixada termo da nossa villa de Santarem pollo de Nuno Aluarez nosso cantor que nollo por elle pedio teemos por bem e privillegiamollo e queremos que daquy em diante nom pague em nenhũas peitas fintas talhas pedidos seruiços nem emprestados que per os concelhos som ou forem lançados per quallquer guissa que o sejam nem vaa com pressos nem com dinheiros nem seja titor nem curador de nenhũas pessoas salvo reesas tetorias forem lidimas nem seja posto por beesteiro do conto se o atee qui posto nom he nem tenha cauallo nem armas nem beestas de garrucha nem de polle nem outra algũa cousa posto que pera ello seja constrangido. Outro si queremos que nom pousem com elle em suas cassas de morada adegas cauallariças nem lhe tomem seu pam vinho rroupa palha lenha gallinhas gaados bestas nem outra cousa do seu contra sua vontade e porem mandamos a todollos nossos corregedores juizes e justiças e ao nosso coudel moor e pousentador moor e a outros quaesquer oficiaes e pessoas que esto ouuerem de ueer que ajam a este Fernam Dijaz por escusado e realeudo das sobreditas cousas e o nom costrangam pera nenhũas dellas e lhe compram e goardem e façam bem comprir e goardar em todo esto nossa carta assy e pella guissa que em ella he contheudo e lhe não vaão nem consentam hir contra ella em maneira algũa porque asy he nossa mercee lhe seer feito pollo do dito Nuno Aluarez. Dada em a nossa villa de Santarem xxix dias de março. Bertolameu Afonso a fez ano de nosso Senhor Jesu Christo de mil iiij^{c}lxij. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 1, fol. 10 v.).

ALVARES (NUNO)

Mestre de capella de D. João 2.º Sucedeu-lhe João de Coimbra. Vide este nome.

ALVARES (PEDRO)

Trombeta, morador na villa de Torres Novas. Foi com

o conde de Penella na expedição de D. Affonso V á Hespanha. Teve carta de privilegio de vassallo identica á de Henrique Fernandes, passada a 31 de outubro de 1475.

Vide Henrique Fernandes.

(Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V,* liv. 9, fol. 18 v.).

ALVARES (PEDRO)

Em 6 de dezembro de 1610 concedia el-rei a Francisco Dourado, seu atabaleiro-mór, tres mil r.^{s} por anno, que era outro tanto como tinham e haviam Domingos d'Aguilar e Pedralvarès, que foram atabaleiros-móres.

ALVARES (PEDRO)

Morador na villa de Benavente. Achando-se vago o cargo de tangedor de orgão da egreja matriz de Benavente, foi nomeado a 25 de setembro de 1686.

Succedeu-lhe em 30 de abril de 1728 José Monteiro e na carta de nomeação d'este se diz que o seu antecessor era padre e se chamava Pedro Alvares Peres, e não sómente Pedro Alvares.

Vide José *Monteiro.*

ALVARES (SEBASTIÃO)

Cantor da capella real em tempo de D. Sebastião, que a 11 de maio de 1576 lhe mandou dar dez mil reaes de tença, alem de outro tanto que ja tinha por outra provisão.

Filippe I, em carta de 10 de janeiro de 1582 deu-lhe a tença de sete mil reaes por anno, e em carta de 10 de março de 1584 mil reaes para sustento de uma cavalgadura.

«Eu ElRei faço saber aos que este aluara virem que avendo respeito ao seruiço que me tem feito e faz em minha capella Sebastião Aluarez,

meu cantor, e querẽdolhe fazer merce, ey por bem e me praz que elle tenha e aja de minha fazenda do primeiro dia do mes de janeiro do anno que vem de quinhentos setẽta e sete em diante em cada hum anno dez mil rˢ alem doutros dez mil rˢ que ja tem de tença per outra minha prouisão: E mãdo aos officiaes de minha fazenda que lhe façã asentar estes dez mil rˢ no L.º della e do dito janeiro do anno que vem em diãte lhos despachem cada anno em lugar onde aja delles bom pagamento com declaração que lhes sejaõ pagos com certidão de hum dos officiaes de minha capella de como o dito Sebastião Aluarez serue nella, e por quanto lhe fiz esta merce ao primeiro dia deste mes de mayo do anno presente de bᶜlxxbj e por este aluara a ha de começar aver do dito janeiro do anno que vem em diãte, eu lhe mãdei pasar aluara pera Simã Rebello, thesoureiro do dinheiro dos Restos lhe pagar seis mil seis centos sesenta e seis rs e meio que lhe mõtarão do dito primeiro dia deste mes de mayo do anno presente ate fim delle a rezão dos ditos dez mil r.ˢ por anno, e este aluara ey por bem que valha e tenha força etc em forma. Diogo Lopez o fez em Lixboa a xi dias de mayo de jbᶜ lxxbj. Sebastião da Costa o fez escreuerª. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações,* liv. 38, fol. 15).

«Dom Felipe &c. aos que esta minha carta virem faço saber que auẽdo respeito aos seruiços de Bastião Aluarez, meu cantor, ey por bem e me praz de lhe fazer merce de biij rˢ de tẽça cadano em dias de sua uida, os quaes começara a vencer do primeiro dia deste mes de janeiro do anno presente de bᶜlxxxij em diante e lhe serã pagos com certidão do bispo capellão moor de como serue autoalmente em minha capella e sẽdo caso que em algum tempo ester (*sic*) doẽte de imfermidade o seruiço della, ey por bem que lhe sejaõ pagos com a dita certidão do capellão mor que declare que não seruio por causa da dita doẽça, e portanto mando aos vedores de minha fazenda que no L.º della lhe fação assentar os ditos biij r.ˢ de tẽça e do primeiro de janeiro deste dito anno em diante despachar cadano pera parte omde lhe sejão bem pagos, e para firmeza desto lhe mandei dar este per mim asinado e selado de meu selo pẽdẽte. Antão da Rocha o fez en Lixboa a x de janeiro de bᶜlxxxij, e eu Aluaro Pirez o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filippe I, Doações,* liv. 1, fol. 223).

«Eu elRei faço saber aos que este meu aluara virem que auẽdo respeito aos seruiços de Sebastião Aluarez, cantor de minha capella, ey por bem e me praz fazerlhe merce de biij rˢ cadano pera mãtimento de

hũa caualgadura ẽquãto a tiuer e seruir em minha capella, os quaes começara vencer de bij dias deste mes de março deste ano presente de b^{c}lxxxiiij em diãte e lhe serã pagos com certidão do capellão mor ou adayão de minha capella de como serue em ella e tem a dita caualgadura, e portãto mando aos vedores de minha fazenda lhe façã asẽtar os ditos biij r^{s} no L.^{o} della e do dito tempo em diãte despachar cadano em parte omde lhe sejaõ bem pagos, e este aluara ey por bem que valha e tenha força &c na forma. Antão da Rocha o fez em Lixboa a dez de março de b^{c}lxxxiiij, e eu Manuel d Azevedo o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filippe I, Doações*, liv. 10, fol. 160).

ALVARES (THOMÉ)

Capellão da capella real, calendarista notavel e pelas suas obras n'esta especialidade recenseado por Barbosa Machado na sua *Bibliotheca Lusitana*. Excluido do *Diccionario Bibliographico*, de Innocencio da Silva.

Era natural de Leiria, como elle proprio declara na sua obra *Notationes in rubricas — Callipolitanum*. Barbosa Machado, duvidoso na interpretação d'este epitheto, diz que elle era natural de Leiria ou Villa Viçosa, mas, no Indice por terras dos escriptores, colloca-o na primeira.

Thomé Alvares era não só calendarista distincto, mas musico tambem. Assim no-lo indicam os documentos que encontrei; assim o confirma uma carta sua autographa que se conserva no Museu da Casa Plantin, em Anvers, dirigida a Balthasar Moreto. N'esta carta subministra curiosas informações acerca da musica em Portugal n'aquella epoca e dos seus mais celebrados professores, confessando-se discipulo de Manuel Mendes e Duarte Lobo.

Dou em seguida a enumeração dos documentos que servem para illustrar a biographia de Thomé Alvares:

a) Noticia bio-bibliographica extrahida da *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado;

b) Descripção da obra *Notationes in rubricas*.

c) Carta por elle dirigida a Balthasar Moreto, escripta em 1610, e publicada pelo dr. Venancio Deslandes a pgs. 149 e seg.tes da 2.ª edição dos seus *Documentos para a historia da typographia em Portugal.*

d) Carta regia de 15 de abril de 1597 concedendo lhe a tença annual de dous moios de trigo, em attenção aos seus serviços e *ao ter ora passado ao foro de meu cantor.*

e) Carta regia de 23 de maio de 1602 fazendo-lhe mercê da tença de trinta mil reaes. N'ella é designado por *sacerdote da diocese d'Evora*, meu capellão e cantor.

f) Apostilla a um alvará, ordenando que o officio de justiça que por este tinha sido promettido a Thomé Alvares para a pessoa que cazasse com Paula Serrão, passasse a ter effeito em Belchior Alvarez, moço da capella real, sobrinho do dito Thomé Alvares, visto Paula Serrão haver desistido dos seus direitos. A data da apostilla é de 1 de outubro de 1607.

g) Alvará de 20 de abril de 1605 concedendo-lhe privilegio para a impressão do *Calendario da reza geral.*

h) Alvará de 27 de novembro de 1609 concedendo privilegio identico.

i) Alvará de 15 de novembro de 1619 renovando com mais garantias o mesmo privilegio.

Estes tres Documentos foram já publicados pelo sr. dr. Deslandes na obra acima citada.

Por certo que o *Calendario* teve diversas edições, mas parece que não ficaram vestigios d'elle, sendo certo que Barbosa não o viu nem o descreve tão pouco, apesar de citar uma referencia do proprio autor. Nem na Bibliotheca Nacional nem na Real Bibliotheca d'Ajuda existem exemplares.

j) Carta regia de 23 de setembro de 1623 nomeando-o thesoureiro da capella real, atendendo aos muitos annos que servia, ao seu zelo e *outrosi ao conhecimento que tem das mate-*

rias e costumes da cappella e ter talento notavel nos ritos e seremonias da igreja.

Succedeu a Vicente da *Motta,* tambem musico, de quem adiante se tratará.

Thomé Alvares devia ter fallecido por 1639, pois a 25 de agosto d'este anno era nomeado thesoureiro da capella real Pero de Matos, logar que vagara por fallecimento de Thomé Alvarez, ultimo e immediato possuidor que delle foi. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filippe III,* liv. 28, fol. 266).

«Natural da cidade de Leiria ou Villa Viçosa, Thesoureiro mór da Capella Real e muito perito nas Cerimonias Ecclesiasticas, como na intelligencia das Rubricas do Missal, e Breviario Romano, merecendo louvores dos mais celebres Authores, que nesta materia escreverão, como são Bartholameu Gavanto *Coment. in Rub. Brev.* fol. 17 chamando-lhe *doctissimus,* João Serrão *Defens. do Kalend. do anno de 1661,* fol. 5 *O mais sciente, e douto varão do seu tempo nas Rubricas do Breviario:* Lucas de Andrade *Illustrou ac Man. da Missa Solemn.* Illust. 3 p. 44 *digno de venerada memoria* e a *Bib. Magna Eccles.* Tomo I, pag. 360, col. I.

Compoz

Scholium in Rubricas 17 Missalis Romani Clementis VIII. authoritate recogniti de ordine genuflectendi in Missa privata & solemni. Ulysipone apud Petrum Crasbeeck, 1613, 8.º

Notationes in Rubricas Breviarii Romani ex Decreto Sacrosancti Concilii Tridentini restituti Pii V. Pontificis maxime justu editi & Clementis VIII. anthoritate recogniti ibi apud eundem Typog. 1629. 8.º

Nesta obra allega varias vezes o seu *Kalendario perpetuo* principalmente no Tit. ultimo p. 145. tratando dos Santos de Hespanha.

Vida de D. Jorge de Ataide, Capellão mor, Bispo de Vizeu. Desta obra o faz Autor o Licenciado Jorge Cardoso *Agiolog. Lusit.* Tomo 2. p. 362. col. 2. no Comment. de 30 de Março letr. D. Por ordem deste Prelado compoz

Directorio do Coro para a Capella Real tirado do Directorio e Ceremonial novo dos Bispos. Obra perfeita neste género». (Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*).

Notationes in rvbricas Breviarii Romani ex decreto Sacrosancti Concillij Tridentino restituti, Pij V. Pont. Max. editi & Clementis VIII auctoritate recogniti. Per Licenciatvm Thomam Aluarez Callipolitanum in Lusitania, Regiæ Cappellæ Thesaurarium.

Illmo et R^mo D. D. Ioanne Sylua Cappellano Maiori, Ordinario Cappellæ Regiæ Domus, ac totiui Curiæ. DD.

Armas dos Silvas — o leão coroado com o chapeo episcopal. 1629. D'um e doutro lado das armas *Cum facultate Vlissipone, Apud Petrum Craesbek.*

8.º, 146 pgs. fora 4 prel. incl. front.

A Balthasar Moreto

«Por quanto determino fazer isto todas as vezes que se me offerecer occasião, e as occupações ordinarias do seruiço da capella e extraordinario que não faltão, me gastão o tempo, e principalmente porque me sinto tardo com pouco cabedal para escreuer em latim, sofra V. M. que uze da lingoa materna que para V. M. tambem deue ser como são todas as mais.

«Foi-me dada uma carta de V. M. scripta IX kalen. novemb. do ano passado em resposta da que screui prediz kalen. sptemb. e para eu poder significar o gosto que com ella tiue folgara de me ser possivel nauegar a essa cidade e beijar muitas uezes as mãos a V. M. por quantas nela me fas, mas ja que o não posso fazer acceiteme V. M. por hũ dos seus seruidores e com este titulo me mande nesta cidade em tudo que se offerecer de seu seruiço porque o farei cõ toda possibilidade e amor. Ao ill^mo sõr bispo Dõ George de Ataide capellão mor li a carta de V. M., a qual folgou muito de uer e agradeceo, mandandome que assi o screuesse a V. M. de sua parte, e que lhe roga muito queira dar ordem (como os missais forem acabados) para que lhe uenhão por sua conta na minha doze dos impressos em pergaminho. E Duarte Lobo, amigo de V. M. e meu, me dará credito ou George Arthur, mercador de liuros nesta cidade. Outro si diz o sõr bispo que dandolhe D^s uida folgará saber quando V. M. determina imprimir segunda vez os livros Euangeliorum et Epistolarum para fazer outras aduertencias.

«Este reino não he pobre de habilidades como he de quem os fauoreça e de comodidade para se publicarem, com que se sepultam todas a que falta posse para se ualerem de reinos estranhos. Lopo Soares de

Albergaria, Deão que foi desta capella, grande amigo de V. M. e tanto meu que, com sua morte, perdi as speranças da terra, tinha tomado a sua conta fazer imprimir huns liuros de Missas e Magnificas de Manuele Mendes (que tambem faleceo) mestre de Duarte Lobo e de toda boa musica deste reino. Com a morte do primeiro e pouca posse do segundo nada se efeituou. Estas obras deixou Manuel Mendes a Phillippe de Magalhães, capellão de Sua Magestade e nesta capella mestre de musica, seu discipulo primogenito no saber, herdeiro nos beneficios, lugar a spiritu, o qual tambem tem trabalhado em muitas, que daõ preço as de seu mestre. Folgara, porque sou discipulo de ambos e me criei em o zelo de Lopo Soares que para honra de Dᵉ, lustre de sua Igreja e credito da nossa patria (se nesta materia o tem perdido) saissem a lume occupações tão bem trabalhadas e desejadas de todos. E quis dar este aluitre a V. M., com o qual cuido que o siruo mais do que aos autores porque hum já tem alcançado no ceo o premio de seus studos e o outro só o mesmo pretende. Se V. M. quizer lançar mão dele tratarsea o negoceo na forma que melhor conuenha. E fico por fiador que a uista das ditas obras as acreditará bastantissimamente sem outras informações, que ás veze saõ apaxonadas.

«Por mandado do sõr bispo tenho feito hũ Directorio cheio para esta capella, ao qual cuido não falta mais que o lustre e perfeição dessa officina, conforme quasi em tudo cõ o que se imprimio em Roma, mas tem mais copia, clareza e acentuação.

«Tambem faço todos os años hũ calendario da reza para o qual este año me concedeu ElRei priuilegio. He bem recebido n'este reino; por certos respeitos me antecipei ao do ano que uem e folgo pelo poder mandar a V. M. para que se nessas partes seruir o possa imprimir e naõ faltarão lá curiosos que o acomodẽ a esses stados e arcebispado com a condição que não uenhão a este reino, saluo se me quiser mandar algum. E se lá for tam bẽ recebido como o he nestas partes, naõ deixará de dar proueito e se assi soceder podeloei fazer a tempo que V. M. o possa mandar imprimir para si e para mi: ordenei a impressão de modo que sirua a frades de S. Francisco e aos clerigos deste arcebispado e aos mais que forem dele, e cada hũ ache ceparadamente o que lhe pertence, conforme a ordẽ que se specifica no preuilegio. Nosso Sõr guarde a V. M. por largos anos para seu seruiço e de sua Igreja. Lx.ª 5 idus martii 610. Tuus amicissimus, Thomas Aluares».

«Dom Felipe &c Aos que esta minha carta virem faço saber que avendo respeito a emformação que tive da suficiencia de Thome Al-

uarez, meu capellão, e de seus seruiços, e ao ter ora passado ao foro de meu cantor, ey por bem e me praz de lhe fazer merce de dous moyos de triguo de tença cadanno, em quanto seruir em minha capella, e que os comece a vencer de dous dias do mes de julho do anno passado de quinhẽtos nouẽta e seis em diante, que foi o tempo em que lhe fiz a dita merce, e portanto mando aos vedores de minha fazenda que lhe fação asẽtar os ditos dous moyos de triguo nos liuros della e leuar cadanno em huũ dos almoxarifados do pão omde lhe sejão bem paguos com certidão do meu capellão mór ou adaiam da dita capella de como serue autualmente nella e pera firmeza de todo lhe mãdey dar esta carta de padrão por mym asinada e passada per minha chancelaria. Dada nesta cidade de Lixboa aos quinze dias do mes dabril — Francisco da Maya a fez — anno do nascimẽto de nosso Senhor Ihu $\overline{\text{Xpo}}$ de mil e b^{c}lRbij. Sebastiam Perestrello o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações,* liv. 2, fol. 103).

«Dom Felippe &c aos que esta minha carta virem faço saber que avendo respeito a boa informação que tenho de Tome Aluẽz, sacerdote da diocesi d Euora, e meu capellão e cantor, e aos muitos annos que ha que me serue em minha capella, ey per bem de lhe fazer merce de trinta mil rs de tença cada anno em quãto nella seruir ate ser prouido de pensão ou benifficio eclesiastico de mor ou igual rendimẽto e os comecará a vencer de xbiij dias dabril deste anno presente de mil e seis centos e dous em diante, e mando a dom Fernando de Noronha, conde de Linhares, meu muito amado sobrynho, do meu conselho do estado e vedor de minha fazenda, que lhe faça asentar os ditos trynta mil r.^{s}... J^{o} Aluẽz a fez cm Lixboa a xxiij de maio anno do naciméto de nosso Senhor Ihũ Xp̃o de mil bj^{c} e dous. E eu Bastião Perestrello a fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de Filipe II, Doações*, liv. 7, fol. 262 v.).

Segue-se outra carta da mesma data fazendo-lhe mercê de mais um moio de trigo alem de mais dous que já tinha.

TRESLADO DE HUA APOSTILLA

«Hei por bem que o aluara escrito na outra meia folha desta, per que fis merce a Thome Aluarez, meu capelão cantor de hum officio da justiça ou fazenda pera Paula Seram, que coubece na qualidade da pesoa que com ela casase, aja effeito o dito aluara em Belchior Aluarez, seu

sobrinho, moço de minha capella, e a elle se cunpra assi como ouuera de ter effeito na pesoa que casase com a dita Paula Seram, por quanto ella desistio pera esse effeito do direito que podia ter ao dito aluara per não querer casar como se uio de hum estromento pubrico de desistencia, feito nas notas de Sebastião Machado, tabelliam dellas nesta cidade em dezasete de maio do ano de mil seis centos e dezaseis. E esta postilla se lhe cumprira inteiramente como nella se contem, a qual me praz que ualha, tenha força e uigor, posto que seu effeito aja de durar mais de hum ano sem embargo da ordenação em contrario. Pedraluares o fez em Lixboa ao primeiro de outubro de mil e seiscentos e sete. Manuel Fagundes o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filippe III, Doações*, liv. 31, fol. 138).

«Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que Thome Aluares, meu capellão, me enviou dizer por sua petição que elle fizera hum *Calendario da reza geral* de cada anno conforme o Breviario e Missal novamente ordenado pelo Santo Padre, e no fim recopillados os Santos deste reino, arcebispados e bispados, e ordens delle, o qual era mui necessario para as pessoas eclesiasticas ocupadas poderem rezar suas oras com facilidade, e porque o tinha impresso á sua custa com despeza de sua fazenda e trabalho, me pedia lhe concedesse privilegio para que nenhuma pessoa podesse imprimir nem vender o dito *Calendario* por tempo de dez annos. E visto seu requerimento, ey por bem e me praz que por tempo de dez annos, impressor nem liureiro algum, nem outra alguma pessoa, possa imprimir nestes reinos nem trazer de fora delles o dito *Calendario*, senão aquelles livreiros e pessoas que pera isso tiverem licença do dito Thomé Alvares .. E o traslado delle se imprimirá no principio de cada hum dos volumes do dito *Calendario*... Lisboa 20 de abril de 1605». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Privilegios,* liv. 3, fol. 120 v.).

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que Thome Aluares, meu capellão, me fez petição em que diz que elle faz e imprime todos os annos, por meu mandado e ordem do bispo meu capellaõ mor, para bom governo do Coro da capella, hum *Calendario de reza* conforme ao Breviario e Missal ordenado por autoridade do Santo Padre Clemente oitavo, mui exacto e curioso, o qual he mui necessario para as pessoas ecclesiasticas ocupadas poderem rezar suas oras com facilidades, e no fim delle huma recopilação dos Santos particulares que as igrejas e religiões deste reino rezão, e a ordem do rezar dos Sanctos da ordem

de Saõ Francisco, o qual *Calendario* elle ordenava e fazia com muito trabalho e imprimia com despeza de sua fazenda; e que depois que elle tomou esta ocupação ha outras pessoas que, ajudando-se desta sua curiosidade e deligencia ordenão tambem e imprimem Calendarios (inda que não são perfeitos e tão certos como o seu, o que he notorio) com os quais embaração as pessoas que por obrigação rezão o officio divino, e a elle defraudavão do que podia interessar para ajuda da despeza que fazia; e me pedia que lhe fizesse merce conceder-lhe privilegio para que elle somente possa imprimir nestes reinos o *Calendario da reza geral* e o particular dos Sanctos da Sé de Lisboa e o dos Sanctos da ordem de Saõ Francisco, respeitando a aver o mesmo privilegio nos reinos de Castella e em Italia e outras provincias. E visto seu requerimento e huma certidão que disso offereceo do bispo meu capellão mór, ei por bem que nenhuma pessoa, de qualquer calidade que seja, possa imprimir nestes reinos o *Calendario da reza geral* e dos Sanctos da Sé desta cidade de Lixboa e da ordem de Saõ Francisco, senão o dito Thomé Aluares ou pessoas que pera isso seu poder tiverem, e isto por tempo de dez annos... com declaração que elle dará impressos os Calendarios que ordenar até meado de agosto de cada um anno, e passando o dito tempo e naõ os tendo impressos, os poderá imprimir qualquer outra pessoa. E elle os imprimirá de modo que quem quizer o *Calendario geral*, sem os Sanctos de que se reza na Sé desta cidade e da ordem de Saõ Francisco, os ache para os poder comprar. E antes de correrem os ditos Calendarios se presentarão em cada hum anno impressos na meza dos meus desembargadores do paço para nella se taxarem... Lisboa 27 de novembro de 1609». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II*, *Privilegios*, liv. 3, fol. 201).

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que Thomé Alvares, meu capelão, me fez petição em que diz que elle tem feito hum Calendario de reza geral conforme ao breviario da boa memoria, o que por ser muy exacto e curioso e mui necessario pera as pessoas eclesiasticas rezarem com facilidade e conforme as rezas do breviario, e por ter no fim huma recopilação dos Santos particulares de cada Igreja e religião deste reino e ordem de resa dos Santos desta cidade de Lisboa, e dos de Braga, Evora e Coimbra, e dos da ordem de Sam Francisco, o imprimio nestes dez annos atras proximos por meu mandado e por ordem do meu capellão mor; e que avendo eu respeito ao trabalho que elle supplicante em fazer o dito *Calendario* tiuera, e despezas que em o imprimir fizera, lhe fizese merce pela provisão que offereceo, de mandar

que por tempo de dez annos nenhuma pessoa podesse nestes reinos imprimir o dito *Calendario*, sob as penas declaradas na dita provisão senão elle supplicante ou as pessoas que seu poder tivessem; e porq̃ os dez annos eram acabados e militavam ainda as mesmas razoẽs porque lhe concedi o dito privilegio, me pedia lhe fizesse merce de lhe prorogar o effeito da dita provisão por outros dez annos. E visto seu requerimento, ei por bem, estando o dito Thomé Alvares neste reyno, e fazendose a impressão nesta cidade, de lhe reformar o dito privilegio por outros dez annos e que nenhuma pessoa de qualquer calidade que seja possa imprimir nestes reinos o dito *Calendario da reza geral* e dos Santos da Sé da dita cidade e dos de Braga, Evora, e Coimbra e da ordem de São Francisco, senão o dito Thomé Alvares ou as pessoas que pera isso seu poder tíverem, sob pena de perderem todos os volumes que forem achados, ametade pera minha Camera, e a outra ametade pera o acusador. Com a declaração que elle dará impressos os Calendarios que ordenar ate meado agosto de cada hum anno, e passando o dito tempo e não os tendo impressos, os poderá imprimir qualquer outra pessoa. E elle os imprimirá de modo que quem quizer o *Calendario geral* sem os santos de que se reza na Sé desta cidade e nas de Braga, Evora, e Coimbra e da ordem de Saõ Francisco os ache pera os poder comprar. E antes de correrem os ditos Calendarios se presentarão em cada hum anno impressos na meza dos meus desembargadores do paço pera nella se taxarem... Lisboa 15 de novembro de 1619». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Privilegios*, liv. 4, fol. 249).

«Dom Fellippe &c faço saber a vos dom Joam da Silua, que servio de mordomo mor de minha casa, que avendo respeito á boa conformação que tiue da vida e costumes de Thome Aluarez, cappellão autual do seruiço de minha cappella real, e os muitos annos que ha que serue nella com satisfação, dando sempre bom exemplo de sua pessoa, e comprindo en tudo con sua obrigação, e outrosi ao conhecimento que tem das matereas e costumes da Cappella, e ter talento notauel nos rictos e seremonias da igreja, ej por bem e me praz de lhe fazer merce de o prouer do cargo de thesoureiro da dita cappella, assi e da maneira que tegóra o teue Vicente da Motta, por cujo fallescimento esta vago, e averá en cada huũ anno o ordenado declarado no Regimento della, e todos os mais proes e percalços do dito officio, o qual terá e seruirá assi e da maneira que o dito Vicente da Motta o seruia. Mandouos que o metaes de posse do dito cargo, e ao meu capellão mór e deão de minha cappella lho deixe seruir a delle vsar e aver o dito ordenado, proes e percalços,

como dito he sem nisso lhe ser posta duuida nem embargo alguũ, e o dito Tome Aluarez jurara em minha chancellaria aos santos evangelhos que bem e verdadairamente sirua o dito officio, guardando em tudo meu seruiço e o mais que nelle for obrigado, e por firmeza do que dito he lhe mandei dar esta minha carta por mym asinada e sellada de meu sello pendente. Dada nesta cidade de Lixboa xxiij de septembro — Luis Pinto de Vasconcellos a fez — anno do nascimento de nosso Senhor Ihũ Christo de mil bj^{e} xxiij (1623) Melchior de Andrade a fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe III, Doações,* liv. 18, fol. 137 v.).

ANDRADE (ANA MARIA DE)

Era musica da rainha D. Isabel de Bourbon, primeira esposa de Filipe IV, de Hespanha, 3.º de Portugal.

Tendo adoecido, veio para este reino, sua patria, para se tratar, concedendo-lhe el-rei, durante o tempo que aqui se conservasse em tratamento, duzentos cruzados e quatro moios de trigo por anno.

Colhem se estes pormenores do Alvará, com força de carta, de 19 de maio de 1627, o qual é do teor seguinte:

«Eu el rei faço saber aos que este alvará virem que avendo respeito a Anna Maria de Andrade, muzica da rainha minha sobre todas muito amada e prezada molher, por se achar falta de saude, haver pedido licença para vir a este Reino, donde he, a curarse e para que nelle se possa sustentar, hei por bem de lhe fazer merce de duzentos cruzados e quatro moios de trigo cada anno, emquanto estiver neste dito Reino curandose, e que lhe seja tudo asentado donde com effeito e brevidade os possa cobrar, pello que mando aos vedores de minha fazenda que lhe fação asentar os ditos duzentos cruzados e quatro moios de trigo nos liuros della e do dia que constar que entrou neste Reino despachar cada anno emquanto nelle estiver em parte onde com effeito e brevidade os possa cobrar como dito he por este que valera como se fora carta feita em meu nome sem embargo da ordenação que o contrario despoem. Baltesar Ferreira o fez em Lisboa a dezanove de maio de mil e seis centos e vinte sete annos. Sebastião Perestrello o fez escrever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe III, Doações,* liv. 31, fol. 126 v.).

ANDRADE (RAFAEL D')

Natural de Lisboa, filho de João Vicente. Praça de charamella na vaga de Francisco Frois. Alvará de 20 de julho de 1676. (Torre do Tombo, *Matriculas*, liv. 3, fol. 423).

ANES (AFFONSO)

Em carta de 2 de agosto de 1439 foi nomeado medidor do celeiro real que estava em Lisboa a S. Vicente de Fora, Fernam de Alvarez primo de Affonso Anes, *tenor da nossa capela*. Já exercia aquelle officio em tempo de D. Duarte. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 20, fol. 32 v.).

ANES (AFFONSO)

A 5 de junho de 1442 foi passada por D. Afonso V carta de privilegio a Affonso Eanes, morador em Lisboa, trombeta do conde de Arrayolos. A carta foi assignada em Santarem. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V,* liv. 25, fol. 18).

Foi-lhe passada outra identica, dada em Sintra a 21 de setembro de 1450. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V,* liv. 11, fol. 154).

ANES (ALVARO)

«AluarEanes, nosso cantor e escripuam da nossa portagem desta cidade de Lixboa — um moyo de trigo por anno pera ajuda de seu mantimento. Dada em Lixboa 16 de Julho de 1451». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V,* liv. 11, fol. 113 v.).

ANES (ALVARO, 2.º)

Trombeta do Infante Santo. (Bibliotheca Nacional de Lisboa Mss. Livro da Cartuxa d'Evora, fol. 89 v.).

ANES (ESTEVE)

«Dom Afonso &c A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merce a Esteue Anes, nosso cantor, teemos por bem e damollo por expriuam da nossa cariagem asy como o era Nuno Fernandez, que o dito oficio tynha per nossa carta, por quanto demos o oficio do almoxarifado da nossa terecena da cidade de Lixboa ao dito Nuno Fernandez. E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e ao veedor da dita cariagem e a todollos outros juizes e justiças, oficiaaes e pesoas e a outros quaesquer que esto ouuerem de ueer per quall quer guissa que seja, a que esta carta for mostrada, que ajã o dito Esteue Anes per escripuam da dita cariagem e outrem nom e o leixem seruir... Dante em Beja xix dias de nº per autoridade do senhor ifante dom P.º regente & — Afonso Uaaz a fez — anno do Senhor Ihũ X.º de mil iiij^{c} Riiij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 25, fol. 21).

(Continúa).

Sousa Viterbo

SUR UNE TRANSFORMATION BIRATIONNELLE MONOÏDALE INVOLUTIVE

Dans un travail récent (1), nous avons étudié une transformation de Jonquières, plane, non périodique, définie en partant d'un réseau de courbes planes d'ordre n ayant, en un point fixe O, un point multiple d'ordre $n-3$. De plus, les courbes d'un faisceau compris dans le réseau ont, en O, la multiplicité $n-1$. Nous allons nous occuper d'une question analogue.



LUCIEN GODEAUX
Professeur à l'École Militaire de Belgique

Nous considérons, dans l'espace, un système linéaire triplement infini de surfaces d'ordre n ayant en général la multiplicité $n-4$ en un point fixe O. Dans le système, nous supposons qu'il existe un réseau de surfaces ayant en O la multiplicité $n-2$. Nous considérons ensuite les bitangentes aux surfaces du système passant par O et nous démontrons que les points de contact de ces bitangentes se correspondent dans une

(1) *Sur certains réseaux de courbes planes.* Bulletins de l'Académie Royale de Belgique, 1923, pág. 521-529.

transformation birationnelle involutive T. En général, cette transformation est d'ordre $n-3$, c'est-à-dire que la surface que T fait correspondre à un plan est d'ordre $n-3$. Ces surfaces ont, en O, la multiplicité $n-4$ et ont entre elles un contact du second ordre dans le voisinage du point O. Après avoir étudié cette transformation T, nous montrons que toute transformation jouissant des mêmes propriétés, peut s'obtenir par le même procédé. Enfin, nous considérons les généralisations possibles.

1. — Considérons, dans l'espace ordinaire, un système linéaire $|F|$, triplement infini, de surfaces F d'ordre n ayant un point base O multiple d'ordre $n-4$. Supposons que, parmi les surfaces F, il y en ait ∞^2, formant un réseau, ayant O comme point multiple d'ordre $n-2$, et désignons ce réseau par $|F_1|$.

Par un point P de l'espace passent ∞^1 surfaces de $|F|$ tangentes en ce point à la droite PO, et ces surfaces forment un faisceau. Dans ce faisceau, se trouve une et une seule surface de $|F_1|$. Les surfaces de ce faisceau découpent, sur la droite PO, en dehors de P_1O, des couples de points formant une involution. Cette involution possède deux points de coïncidence: L'un de ces points de coïncidence est fourni par la surface de $|F_1|$ appartenant au faisceau et est donc le point O; l'autre point de coïncidence Q est fourni par une surface de $|F|$ tangente à PO au point Q, en général distinct de O et de P. Nous voyons donc qu'il existe une seule surface du système $|F|$ bitangente à une droite passant par O, un des points de contact étant assigné. Il en résulte que les surfaces de $|F|$ bitangentes à une droite passant par O ont pour points de contact les couples d'une involution située sur cette droite. Ces couples de points $P_1'Q$ se correspondent dans une transformation birationnelle involutive T que nous allons étudier.

2. — Choisissons comme trièdre de référence un trièdre

Oxyz de sommet O. Les équations de trois surfaces linéairement indépendantes du réseau | F_1 | peuvent s'écrire

$$A(x,y,z) \equiv \alpha_n(x,y,z) + \alpha_{n-1}(x,y,z) + \alpha_{n-2}(x,y,z) = 0,$$
$$B(x,y,z) \equiv \beta_n(x,y,z) + \beta_{n-1}(x,y,z) + \beta_{n-2}(x,y,z) = 0,$$
$$C(x,y,z) \equiv \gamma_n(x,y,z) + \gamma_{n-1}(x,y,z) + \gamma_{n-2}(x,y,z) = 0,$$

les α, β, γ étant des polynomes entiers, rationnels et homogènes en x, y, z, de degrés égaux aux indices.

Soit maintenant

$$\Phi(x,y,z) \equiv \varphi_n(x,y,z) + \varphi_{n-1}(x,y,z) + \varphi_{n-2}(x,y,z) + \\ + \varphi_{n-3}(x,y,z) + \varphi_{n-4}(x,y,z) = 0$$

l'équation d'une surface de | F | ayant la multiplicité $n-4$ en O, les φ étant des polynomes entiers, rationnels et homogènes en x, y, z, de degrés égaux aux indices.

Les surfaces du système | F | auront comme équation

$$\lambda\Phi(x,y,z) + \lambda_1 A(x,y,z) + \lambda_2 B(x,y,z) + \lambda_3 C(x,y,z) = 0. \quad (1)$$

Toutes les surfaces F pour lesquelles λ n'est pas nul, c'est-à-dire n'appartenant pas au réseau $|F_1|$, auront en général la multiplicité $n-4$ en O. Le cône tangent en ce point a pour équation

$$\varphi_{n-4}(x,y,z) = 0$$

et est donc fixe. Les génératrices de ce cône rencontrent en général la surface F en $n-3$ points confondus en O. Les droites communes aux deux cônes

$$\varphi_{n-3}(x,y,z) = 0, \quad \varphi_{n-4}(x,y,z) = 0$$

rencontrent la surface F en $n-2$ points confondus en O.

Ces deux cônes peuvent avoir une partie commune. En représentant par

$$\chi_h(x, y, z) = 0 \qquad (2)$$

cette partie commune, supposée d'ordre h, nous poserons

$$\varphi_{n-3}(x, y, z) \equiv \chi_h(x, y, z) \cdot \psi_{n-3-h}(x, y, z),$$
$$\varphi_{n-4}(x, y, z) \equiv \chi_h(x, y, z) \cdot \psi_{n-4-h}(x, y, z),$$

les cônes

$$\psi_{n-3-h} = 0, \quad \psi_{n-4-h} = 0$$

n'ayant qu'un nombre fini de droites en commun.

Toutes les génératrices du cône (2) rencontrent la surface F en $n-2$ points confondus en O.

3. — Passons maintenant à l'expression analytique de la correspondance entre les points P, Q définie plus haut.

Si x, y, z sont les coordonnées de P, celles de Q pourront s'écrire $x' = kx$, $y' = ky$, $z' = kz$. Pour déterminer k, nous exprimerons que la surface (1) passe par les points P, Q et γ touche la droite PQ. Cela nous donnera quatre équations entre lesquelles nous éliminerons $\lambda, \lambda_1, \lambda_2, \lambda_3$. Nous obtenons ainsi le déterminant

$$\begin{vmatrix} \varphi_n + \varphi_{n-1} + \varphi_{n-2} + \varphi_{n-3} + \varphi_{n-4} & \alpha_n + \alpha_{n-1} + \alpha_{n-2} \cdots \\ \varphi_{n-1} + 2\varphi_{n-2} + 3\varphi_{n-3} + 4\varphi_{n-4} & \alpha_{n-1} + 2\alpha_{n-2} \cdots \\ k^4\varphi_n + k^3\varphi_{n-1} + k^2\varphi_{n-2} + k\varphi_{n-3} + \varphi_{n-4} & k^4\alpha_n + k^3\alpha_{n-1} + k^2\alpha_{n-2} \cdots \\ k^3\varphi_{n-1} + 2k^2\varphi_{n-2} + 3k\varphi_{n-3} + 4\varphi_{n-4} & k^3\alpha_{n-1} + 2k^2\alpha_{n-2} \end{vmatrix} = 0, \quad (3)$$

dans lequel les 3e et 4e colonnes se déduisent de la seconde en remplaçant les α par les β et les γ.

Multiplions les lignes du déterminant précédent respectivement par $-2k^4, k^4 - k^3$, 2 et $k-1$ et additionnons les

trois premières lignes du nouveau déterminant obtenu à la quatrième. Celle-ci devient

$$(k-1)^3[k\varphi_{n-3}+2(k+1)\varphi_{n-4}] \quad 0 \quad 0 \quad 0.$$

Observons que le point Q devant être différent de P et de O, k doit être différent de O et de 1. Comme le mineur du déterminant (3) relatif au premier élément de la quatrième ligne n'admet comme racine que $k=0$ et $k=1$, l'équation (3) n'admet qu'une seule racine k différente de 0 et de 1, soit

$$k=-\frac{2\varphi_{n-4}}{\varphi_{n-3}+2\varphi_{n-4}}.$$

Les formules définissant la transformation birationnelle involutive T sont donc:

$$x'=-\frac{2x\varphi_{n-4}(x,y,z)}{\varphi_{n-3}(x,y,z)+2\varphi_{n-4}(x,y,z)},$$

$$y'=-\frac{2y\varphi_{n-4}(x,y,z)}{\varphi_{n-3}(x,y,z)+2\varphi_{n-4}(x,y,z)},$$

$$z'=-\frac{2z\varphi_{n-4}(x,y,z)}{\varphi_{n-3}(x,y,z)+2\varphi_{n-4}(x,y,z)}.$$

Si l'on introduit l'hypothèse que φ_{n-3} et φ_{n-4} ont un facteur commun χ_h, ces formules deviennent

$$\frac{x'}{x}=\frac{y'}{y}=\frac{z'}{z}=-\frac{2\psi_{n-4-h}}{\psi_{n-3-h}+2\psi_{n-4-h}}. \qquad (4)$$

En particulier, si $h=n-4$, c'est-à-dire si toutes les tangentes aux surfaces F en O rencontrent ces surfaces en $n-2$ points confondus en O, la transformation T est une homographie.

C'est ce qui se présentera toujours si $n=4$, car, alors, on a nécessairement $h=n-4=0$.

Si nous passons aux coordonnées homogènes en posant

$$x=\frac{x_1}{x_4},\quad y=\frac{x_2}{x_4},\quad z=\frac{x_3}{x_4},$$

les formules (4) deviennent

$$\left.\begin{aligned}
\rho x'_1 &= 2x_1\,\psi_{n-4-h}(x_1,x_2,x_3),\\
\rho x'_2 &= 2x_2\,\psi_{n-4-h}(x_1,x_2,x_3),\\
\rho x'_3 &= 2x_3\,\psi_{n-4-h}(x_1,x_2,x_4),\\
\rho x'_4 &= -\psi_{n-3-h}(x_1,x_2,x_3)-2x_4\,\psi_{n-4-h}(x_1,x_2,x_3),
\end{aligned}\right\}\qquad (5)$$

ρ étant un facteur de proportionnalité.

4. — Au plan

$$u_1x_1+u_2x_2+u_3x_3+u_4x_4=0,\qquad (6)$$

la transformation T fait correspondre la surface

$$2(u_1x_1+u_2x_2+u_3x_3-u_4x_4)\,\psi_{n-4-h}-u_4\,\psi_{n-3-h}=0.\qquad (7)$$

Les tangentes en O à cette surface forment le cône

$$\psi_{n-4-h}(x_1,x_2,x_3)=0,$$

qui ne dépend pas du plan (6). Les surfaces (7) ont donc en O la multiplicité $n-4-h$ et le cône tangent y est fixe. Ces surfaces sont donc des monoïdes.

Les $(n-3-h)(n-4-h)$ droites communes aux cônes

$$\psi_{n-3-h}=0,\quad \psi_{n-4-h}=0$$

appartiennent toutes à la surface (7). Ces droites sont d'ailleurs les seules courbes communes à toutes les surfaces (7), car la transformation T étant involutive, à une droite doit correspondre une courbe de même ordre $n-3-h$ que les surfaces (7). Les courbes — base du système des surfaces (7) doivent donc avoir ensemble l'ordre

$$(n-3-h)^2-(n-3-h)=(n-3-h)(n-4-h).$$

Ces courbes ne peuvent donc être que les droites rencontrées plus haut, et de plus, ces droites doivent être simples pour les surfaces (7).

Pour étudier de plus près la manière dont se comportent les surfaces (7) dans le domaine du point O, opérons la transformation quadratique spatiale

$$x_1 : x_2 : x_3 : x_4 = y_1 y_4 : y_2 y_4 : y_3 y_4 : y_2 y_3.$$

A la surface (7) correspond une surface d'équation

$$\begin{aligned} &2[(u_1 y_1+u_2 y_2+u_3 y_3) y_4-u_4 y_2 y_3]\,\psi_{n-4-h}(y_1,y_2,y_3)- \\ &-u_4 y_4\,\psi_{n-3-h}(y_1,y_2,y_3)=0. \end{aligned} \tag{8}$$

La section de cette surface par le plan $y_4=0$ se compose des droites

$$y_2=y_4=0,\quad y_3=y_4=0,$$

fondamentales pour la transformation, et de la courbe

$$\psi_{n-4-h}(y_1,y_2,y_3)=0,\quad y_4=0 \tag{9}$$

qui correspond au domaine du premier ordre de O.

Le plan tangent en un point $(y_1,y_2,y_3,y_4=0)$ de cette courbe (9) à la surface (8) a pour équation

$$2y_2 y_3\left(Y_1\frac{\partial\psi_{n-4-h}}{\partial y_1}+Y_2\frac{\partial\psi_{n-4-h}}{\partial y_2}+Y_3\frac{\partial\psi_{n-4-h}}{\partial y_3}\right)-Y_4\,\psi_{n-3-h}=0.$$

Ce plan ne dépend donc pas de u_1, u_2, u_3, u_4 ; il est le même pour toutes les surfaces (8) correspondant à toutes les surfaces (7). Les surfaces (8) se touchent donc le long de la courbe (9), par suite les surfaces (7) ont entre elles, au point O, un contact du second ordre.

5. — Considérons une droite et la courbe que T lui fait correspondre. La droite peut toujours être considérée comme l'intersection de deux plans

$$\left.\begin{aligned} u_1 x_1 + u_2 x_2 + u_3 x_3 + u_4 x_4 = 0, \\ v_1 x_1 + v_2 x_2 + v_3 x_3 = 0, \end{aligned}\right\} \qquad (10)$$

dont l'un passe par O. La courbe correspondant à la droite sera donc une partie de l'intersection de la surface (7) et de la surface

$$(v_1 x_1 + v_2 x_2 + v_3 x_3)\,\phi_{n-4-h} = 0.$$

La courbe commune à la surface (7) et au cône $\phi_{n-4-h} = 0$ sera formée des $(n-3-h)(n-4-h)$ droites communes à toutes les surfaces (7). La courbe, d'ordre $n-3-h$, qui correspond à la droite (10), sera par suite l'intersection de la surface (7) et du plan

$$v_1 x_1 + v_2 x_2 + v_3 x_3 = 0.$$

Cette courbe passe donc $n-4-h$ fois par O et chacune de ses branches a un contact du second ordre avec les surfaces telles que (7).

En résumé : *La transformation* T *fait correspondre :*

à un plan, une surface d'ordre n — 3 — h *passant* n — 4 — h *fois par* O, *passant par* (n — 3 — h)(n — 4 — h) *droites issues de* O, *et les surfaces qui correspondent à l'ensemble des plans de l'espace ont entre elles, au point* O, *un contact du second ordre ;*

à une droite, une courbe d'ordre n — 3 — h, *située dans le plan déterminé par* O *et cette droite, passant* n — 4 — h *fois*

par O, *chaque branche de la courbe ayant en ce point un contact du second ordre avec les surfaces qui correspondent aux plans le l'espace.*

Les éléments fondamentaux de la transformation T sont le point O et les $(n-3-h)(n-4-h)$ droites communes à toutes les surfaces transformées de plans.

Il est aisé de voir que la jacobienne des surfaces transformées de plans est formée du cône $\psi_{n-4-h}=0$, compté quatre fois.

6. — Pour obtenir l'équation du lieu des points de l'espace invariants pour la transformation T, il suffit de faire $x'_i=x_i$ dans les formules (5). Ou trouve ainsi la surface

$$\psi_{n-3-h}+4x_4\,\psi_{n-4-h}=0. \qquad (11)$$

Celle ci est d'ordre $n-3-h$ et passe $n-4-h$ fois par O. Le cône tangent en ce point est le même que le cône tangent aux surfaces transformées de plans. Il est aisé de voir que la surface (11) n'a pas, en O, avec ces dernières surfaces, un contact du second ordre. Par contre, elle passe par les $(n-3-h)(n-4-h)$ droites fondamentales de la transformation T.

7. — Arrêtons-nous un instant au cas $n=4$. Alors on a $h=0$ et, comme nous l'avons déjà fait remarquer plus haut, la transformation T est une homographie.

La surface (11) est alors un plan, par suite :

Si l'on considère un système linéaire triplement infini de surfaces du quatrième ordre contenant un réseau de surfaces ayant un point double fixe, les points de contact des bitangentes aux surfaces du système, issues de ce point, se correspondent dans une homographie involutive. Le lieu des points de contact des tangentes sur osculatrices aux surfaces, passant par le point fixe, est un plan (plan uni de l'homographie).

8. — Envisageons maintement le problème inverse.

Considérons une transformation T birationnelle monoïdale de sommet O ($x_1 = x_2 = x_3 = 0$) telle que :

1.°) les droites issues de O se correspondent chacune à elle-même ;

2.°) la transformation soit involutive ;

3.°) les surfaces transformées de plans aient entre elles, en O, un contact du second ordre.

Soit m l'ordre de la transformation T'. Cette transformation devant faire correspondre aux plans des surfaces l'ordre m ayant la multiplicité $m-1$ en O, est nécessairement représentée par des formules telles que

$$\left.\begin{aligned}
\rho x'_1 &= (a_{11}x_1 + a_{12}x_2 + a_{13}x_3)(x_4 f_{m-2} + f_{m-1}),\\
\rho x'_2 &+ (a_{21}x_1 + a_{22}x_2 + a_{23}x_3)(x_4 f_{m-2} + f_{m-1}),\\
\rho x'_3 &= (a_{31}x_1 + a_{32}x_2 + a_{33}x_3)(x_4 f_{m-2} + f_{m-1}),\\
\rho x'_4 &= x_3 f'_{m-1} + f_m,
\end{aligned}\right\} \qquad (1)$$

où ρ est un facteur de proportionnalité, f_{m-2}, f_{m-1}, f'_{m-1}, f_m des polynomes entiers, rationnels et homogènes en x_1, x_2, x_3, respectivement de degrés $m-2$, $m-1$, $m-1$ et m.

D'après la première condition imposée, une droite issue de O doit se correspondre à elle-même, donc on a

$$a_{12} = a_{13} = a_{21} = a_{23} = a_{31} = a_{32} = 0, \quad a_{11} = a_{22} = a_{33} = a.$$

Les formules (1) font correspondre au plan

$$u_1 x_1 + u_2 x_2 + u_3 x_3 + u_4 x_4 = 0$$

la surface

$$\begin{aligned}
a(u_1 x_1 + u_2 x_2 + u_3 x_3)(x_4 f_{m-2} + f_{m-1}) +\\
+ u_4 x_4 f'_{m-1} + u_4 f_m = 0.
\end{aligned} \qquad (2)$$

Le cône tangent à cette surface en O doit être indépendent de u_1, u_2, u_3, u_4, d'après la troisième condition. Le coeffi-

cient de x_4 dans l'équation (2) doit donc être indépendant des u, ce qui exige que l'on ait

$$f_{m-2} \equiv 0.$$

Pour exprimer complètement la troisième condition, opérons sur la surface (2) la transformation

$$x_1 : x_2 : x_3 : x_4 = y_1 y_4 : y_2 y_4 : y_3 y_4 : y_2 y_3.$$

La surface (2) devient (en tenant compte de $f_{m-2} \equiv 0$,

$$\begin{aligned} &a(u_1 y_1 + u_2 y_2 + u_3 y_3) y_4 f_{m-1}(y_1, y_2, y_3) + \\ &+ u_4 y_2 y_3 f'_{m-1}(y_1, y_2, y_3) + u_4 y_4 f_m(y_1, y_2 y_3) = 0. \end{aligned} \tag{3}$$

Au domaine du point O sur la surface (2) correspond la courbe

$$y_4 = 0, \quad f'_{m-1}(y_1, y_2, y_3) = 0. \tag{4}$$

Le plan tangent en un point $(y_1, y_2, y_3, y_4 = 0)$ de cette courbe doit être indépendant des u, puisque, les surfaces (2) ayant en O un contact du second ordre, les surfaces (3) doivent se toucher le long de la courbe (4). Or, ce plan tangent a pour équation

$$\begin{aligned} &u_4 y_2 y_3 \left(Y_1 \frac{\partial f'_{m-1}}{\partial y_1} + Y_2 \frac{\partial f'_{m-1}}{\partial y_2} + Y_3 \frac{\partial f'_{m-2}}{\partial y_3} \right) + \\ &+ a Y_4 [(u_1 y_1 + u_2 y_2 + u_3 y_3) f_{m-1} + u_4 f_m] = 0. \end{aligned}$$

Pour qu'il en soit ainsi, le terme $u_1 y_1 + u_2 y_2 + u_3 y_3$ doit disparaître. Mais f_{m-1} ne peut être identiquement nul, donc f_{m-1} doit s'annuler en même temps que f'_{m-1}, c'est-à-dire que l'on doit avoir

$$f_{m-1} \equiv f'_{m-1}.$$

Cette condition est évidemment suffisante, et la transformation T′ est maintenant représentée par

$$\left.\begin{aligned}
\rho x'_1 &= a x_1 f_{m-1}(x_1, x_2, x_3),\\
\rho x'_2 &= a x_2 f_{m-1}(x_1, x_2, x_3),\\
\rho x'_3 &= a x_3 f_{m-1}(x_1, x_2, x_3),\\
\rho x'_4 &= x_4 f_{m-1}(x_1, x_2, x_3) + f_m(x_1, x_2, x_3).
\end{aligned}\right\} \qquad (5)$$

Le carré de cette transformation s'écrit

$$\begin{aligned}
\rho' x''_1 &= a^2 x_1 f_{m-1},\\
\rho' x''_2 &= a^2 x_2 f_{m-1},\\
\rho' x''_3 &= a^2 x_3 f_{m-1},\\
\rho' x''_4 &= x_4 f_{m-1} + (a+1) f_m.
\end{aligned}$$

D'après la seconde condition, ces formules doivent représenter la transformation identique. Pour cela, il faut et il suffit que l'on ait $a + 1 = 0$.

La transformation T′ est donc finalement

$$\begin{aligned}
\rho x'_1 &= - x_1 f_{m-1},\\
\rho x'_2 &= - x_2 f_{m-1},\\
\rho x'_3 &= - x_3 f_{m-1},\\
\rho x'_4 &= x_4 f_{m-1} + f_m.
\end{aligned}$$

Si l'on compare ces formules à celles de la transformation T, on voit que l'on peut obtenir T′ en portant du système linéaire $\infty^3 \mid F \mid$, en posant

$$2\varphi_{n-4} = f_{m-1}, \quad \varphi_{n-3} \equiv f_m,$$

et en supposant que les cônes

$$\varphi_{n-4} = 0, \quad \varphi_{n-3} = 0$$

n'ont qu'un nombre fini de génératrices communes. Les autres fonctions $\varphi, \alpha, \beta, \gamma$ pourront être choisies arbitrairement.

Si une transformation monoïdale involutive et birationnelle est telle que les monoïdes correspondant aux plans aient au point multiple commun O *un contact du second ordre, et que toute droite issue de* O *soit transformée en elle-même, elle peut être considérée comme faisant se correspondre les points de contact des bitangentes passant par* O *aux surfaces d'un système linéaire* ∞^3 *de surfaces d'ordre* n, *ayant* O *comme point* $(n-4)-uple$, *et contenant un réseau de surfaces ayant* O *comme point* $(n-2)-uple$.

9. — On peut généraliser la transformation T qui vient d'être étudiée de la manière suivante:

Considérons une surface Φ, d'ordre n, ayant un point O multiple d'ordre $n-r-s$ et $r+s-1$ surfaces linéairement indépendantes $A_1, A_2, \ldots, A_{r+s-1}$, d'ordre n, ayant en O la multiplicité $n-r-s+2$. Ces surfaces déterminent un système linéaire ∞^{r+s-1} que nous désignerons par $|F|$. On peut étudier la correspondance entre les points P, Q telle qu'il y ait un surface du système $|F|$ ayant avec la droite PQ, en P un contact d'ordre $r-1$, en Q, un contact d'ordre $s-1$, la droite PQ passant par O. Nous allons montrer que cette correspondance est birationnelle.

Soient, O étant l'origine des coordonnées,

$$\Phi(x, y, z) \equiv \varphi_n(x, y, z) + \varphi_{n-1}(x, y, z) + \ldots + \varphi_{n-r-s}(x, y, z)$$

l'équation de Φ,

$$A_i(x, y, z) \equiv a_{i,n}(x, y, z) + a_{i,n-1}(x, y, z) + \ldots + a_{i,n-r-s+2}(x, y, z),$$

$$(i = 1, 2, \ldots, r+s-1)$$

les équations de $A_1, A_2, \ldots, A_{r+s-1}$.

Posons

$$F(u) = \varphi_n + u\varphi_{n-1} + \ldots + u^{r+s}\varphi_{n-r-s},$$
$$F_i(u) = a_{i,n} + ua_{i,n-1} + \ldots + u^{r+s-2}a_{i,n-r-s+2}.$$

Le système | F | est représenté par

$$\lambda\Phi+\lambda_1 A_1+\lambda_2 A_2+\ldots+\lambda_{r+s-1} A_{r+s-1}=0. \qquad (1)$$

Les conditions pour que cette surface ait un contact d'ordre $r-1$ en P (x, y, z) avec la droite PO, sont

$$\left.\begin{array}{l} \lambda F(1)+\lambda_1 F_1(1)+\ldots+\lambda_{r+s-1} F_{r+s-1}(1)=0, \\ \lambda F'(1)+\lambda_1 F'_1(1)+\ldots+\lambda_{r+s-1} F'_{r+s-1}(1)=0. \\ \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots \\ \lambda F^{(r-1)}(1)+\lambda_1 F_1^{(r-1)}(1)+\ldots+\lambda_{r+s-1} F_{r+s-1}^{(r-1)}(1)=0. \end{array}\right\} \qquad (2)$$

Les conditions pour que la surface (1) ait un contact d'ordre $s-1$ en Q, de coordonnées $\frac{x}{k}, \frac{y}{k}, \frac{z}{k}$, avec la droite QO, sont

$$\left.\begin{array}{l} \lambda F(k)+\lambda_1 F_1(k)+\ldots+\lambda_{r+s-1} F_{r+s-1}(k)=0, \\ \lambda F'(k)+\lambda_1 F'_1(k)+\ldots+\lambda_{r+s-1} F'_{r+s-1}(k)=0, \\ \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots \\ \lambda F^{(s-1)}(k)+\lambda_1 F_1^{(s-1)}(k)+\ldots+\lambda_{r+s-1} F_{r+s-1}^{(s-1)}(k)=0. \end{array}\right\} \qquad (3)$$

Écrivons que les $r+s$ équations (2) et (3) sont compatibles en λ. Nous obtenons un déterminant à $(r+s)^2$ éléments dont nous n'écrirons que deux lignes,

$$\Delta=\begin{vmatrix} F(1)\,F'(1)\ldots F^{(r-1)}(1)\,F(k)\,F'(k)\ldots F^{(s-1)}(k) \\ F_1(1)\,F'_1(1)\ldots F_1^{(r-1)}(1)\,F_1(k)\,F'_1(k)\ldots F_1^{(s-1)}(k) \end{vmatrix}=0, \qquad (4)$$

les lignes non écrites se deduisant de la seconde en remplaçant l'indice 1 successivement par 2, 3,..., $r+s-1$.

Si au point P correspond un seul point Q, l'équation (4) doit avoir une seule racine différent de l'unité et de zéro.

Evaluons tout d'abord le degré de l'équation (4) par rapport à k. Pour cela, décomposons le déterminant en une somme de $(r+s+1)(r+s-1)^{r+s-1}$ déterminants ayant $(r+s)^2$ élé-

ments, ces éléments étant les termes de $F(1),\ldots, F^{(r-1)}(1)$, $F(k),\ldots, F^{(s-1)}(k), F_1(1)\ldots$. Il est facile de voir que ceux de ces déterminants, non nuls, contenant k à la plus haute puissance, sont du degré $rs+1$. L'équation (4) est donc de degré $rs+1$.

Observons maintenant que le premier des déterminants, obtenus en prenant les dérivées successives de Δ par rapport à k, qui ne soit pas nul pour $k=1$, est

$$\begin{vmatrix} F(1)\,F'(1)\ldots F^{(r-1)}(1)\,F^{(r)}(k)\,F^{(r+1)}(k)\ldots F^{(r+s-1)}(k) \\ F_1(1)\,F'_1(1)\ldots F_1^{(r-1)}(1)\,F_1^{(r)}(k)\,F_1^{(r+1)}(k)\ldots F_1^{(r+s-1)}(k) \end{vmatrix}.$$

Pour conséquent, l'équation (4) admet l'unité comme racine multiple d'ordre rs.

D'autre part, l'équation (4) n'admet pas la racine o, donc elle possède une seule racine différente de o et de 1; il en résulte qu'il correspond un seul point Q au point P.

Inversement, il correspond un seul point P au point Q; la correspondance entre les points P, Q est birationnelle.

Cette correspondance T_1 est représentée, en coordonnées homogènes, par les équations

$$\left.\begin{aligned} \rho x'_1 &= r\,x_1\,\varphi_{n-r-s}(x_1,x_2,x_3), \\ \rho x'_2 &= r\,x_2\,\varphi_{n-r-s}(x_1,x_2,x_3), \\ \rho x'_3 &= r\,x_3\,\varphi_{n-r-s}(x_1,x_2,x_3), \\ \rho x'_4 &= -\varphi_{n-r-s+1}(x_1,x_2,x_3) - s\,x_4\,\varphi_{n-r-s}(x_1,x_2,x_3). \end{aligned}\right\} (T_1)$$

La transformation inverse, T_1^{-1}, qui fait correspondre le point P au point Q, est donnée pour

$$\left.\begin{aligned} \rho' x_1 &= s\,x'_1\,\varphi_{n-r-s}(x'_1,x'_2,x'_3), \\ \rho' x_2 &= s\,x'_2\,\varphi_{n-r-s}(x'_1,x'_2,x'_3), \\ \rho' x_3 &= s\,x'_3\,\varphi_{n-r-s}(x'_1,x'_2,x'_3), \\ \rho' x_4 &= -\varphi_{n-r-s+1}(x'_1,x'_2,x'_3) - r\,x'_4\,\varphi_{n-r\ \ s}(x'_1,x'_2,x'_3). \end{aligned}\right\} (T_1^{-1})$$

La transformation T_4 n'est donc involutive que pour $r=s$.

La transformation T_1^ν est représentée par les formules

$$\left.\begin{aligned}
\rho x'_1 &= r^\nu x_1 \varphi_{n-r-s}(x_1, x_2, x_3),\\
\rho x'_2 &= r^\nu x_2 \varphi_{n-r-s}(x_1, x_2, x_3),\\
\rho x'_3 &= r^\nu x_3 \varphi_{n-r-s}(x_1, x_2, x_3),\\
\rho x'_4 &= -\frac{r^\nu+(-1)^{\nu-1}s^\nu}{r+s}\varphi_{n\ r-s+1}(x_1,x_2,x_3)+(-s)^\nu\varphi_{n-r-s}(x_1,x_2,x_3).
\end{aligned}\right\}(T_1^\nu)$$

Si elle n'est pas involutive, la transformation T_4 ne peut être cyclique.

Bruxelles, le 27 Octobre 1924.



LES NOUVEAUX INSTRUMENTS SPECTROGRAPHIQUES

DE

L'OBERVATOIRE ASTRONOMIQUE DE L'UNIVERSITÉ DE COIMBRA

Cette communication vient compléter le rapide aperçu sur les travaux astronomiques au Portugal à l'heure actuelle, « A Astronomia em Portugal na actualidade », par la description succinte des deux instruments dernièrement installés à l'Observatoire Astronomique de l'Université de Coimbra, mentionnés dans la précédent publication.



F. M. DA COSTA LOBO

Il s'agit d'un spectrohé liographe destiné spécialment à l'étude de l'atmosphère solaire et d'un spectrographe pour l'observation spectrale des étoiles.

Spectrohéliographe

J'observerai qu'il ne sera pas nécessaire de dire grand chose de cet instrument, étant donné que, comme il a été

dit dans la publication : « A Astronomia em Portugal na actualidade », tant par ses dimensions que par ses caractéristiques, cet instrument est parfaitement identique au grand spectrohéliographe installé depuis longtemps à l'Observatoire de Meudon par leur savant Directeur M. Deslandres, appareil sans cesse doté de nouveaux perfectionnements et par cela même, à l'heure actuelle, le plus remarquable appareil pour

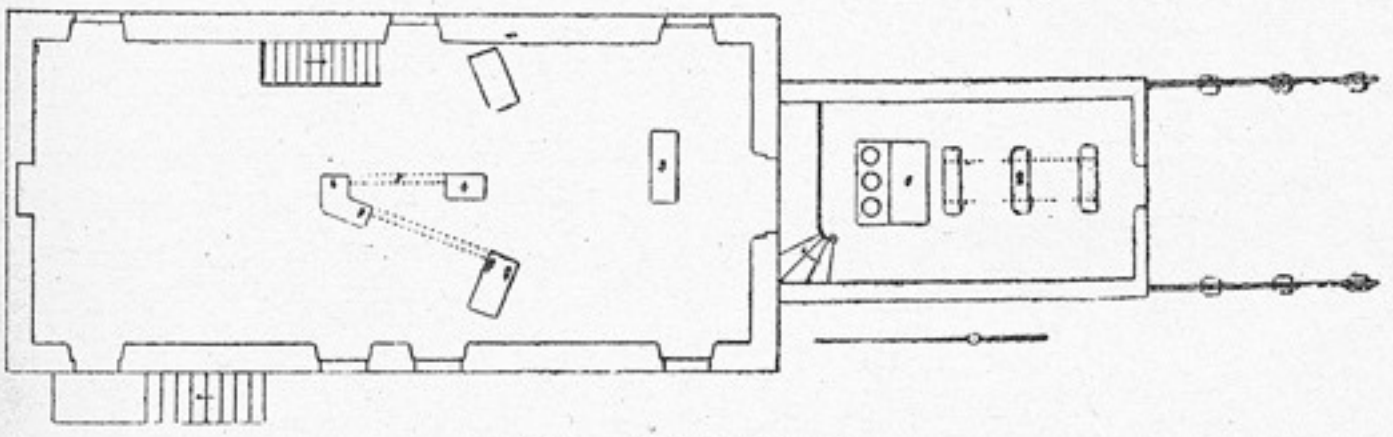


Fig. 1. — Plan général à $^1/_{200}$

1. Coelostat. — 2. Miroir auxiliair. — 3. Objectif de projection. — 4. Première flute. — 5. Objectif de collimation. — 6. Prismes. — 7. Objectif de la chambre photographique. — Deuxième fente. — 9. Chambre photographique.

l'étude approfondie de l'atmosphère solaire installé dans l'Europe.

La fixité de la position de l'image est obtenue au moyen d'un coelostat, l'éxécution des miroirs, chacun de 40 centimètres de diamètre, étant dûe à M. Jobin ingénieur opticien. Deux moteurs mis en action au moyen d'un courant électrique par l'opérateur placé à l'endroit où il faut se trouver, près du spectrohéliographe, permettent d'obtenir facilement le déplacement de l'image en azimuth et en hauteur.

Dans la figure 1 se trouve le plan général du dispositif comportant une partie principale qui comprend l'objectif de projection et l'appareil spectrographique, le tout monté sur des pieds isolés, et mesurant $6^m \times 14^m$, et un annexe avec couverture mobile de $4^m \times 8^m$, destiné au coelostat. Un écran placé devant l'objectif permet de transformer la chambre

du spectrohéliographe en chambre obscure et la construction nous met à l'abri des variations de température.

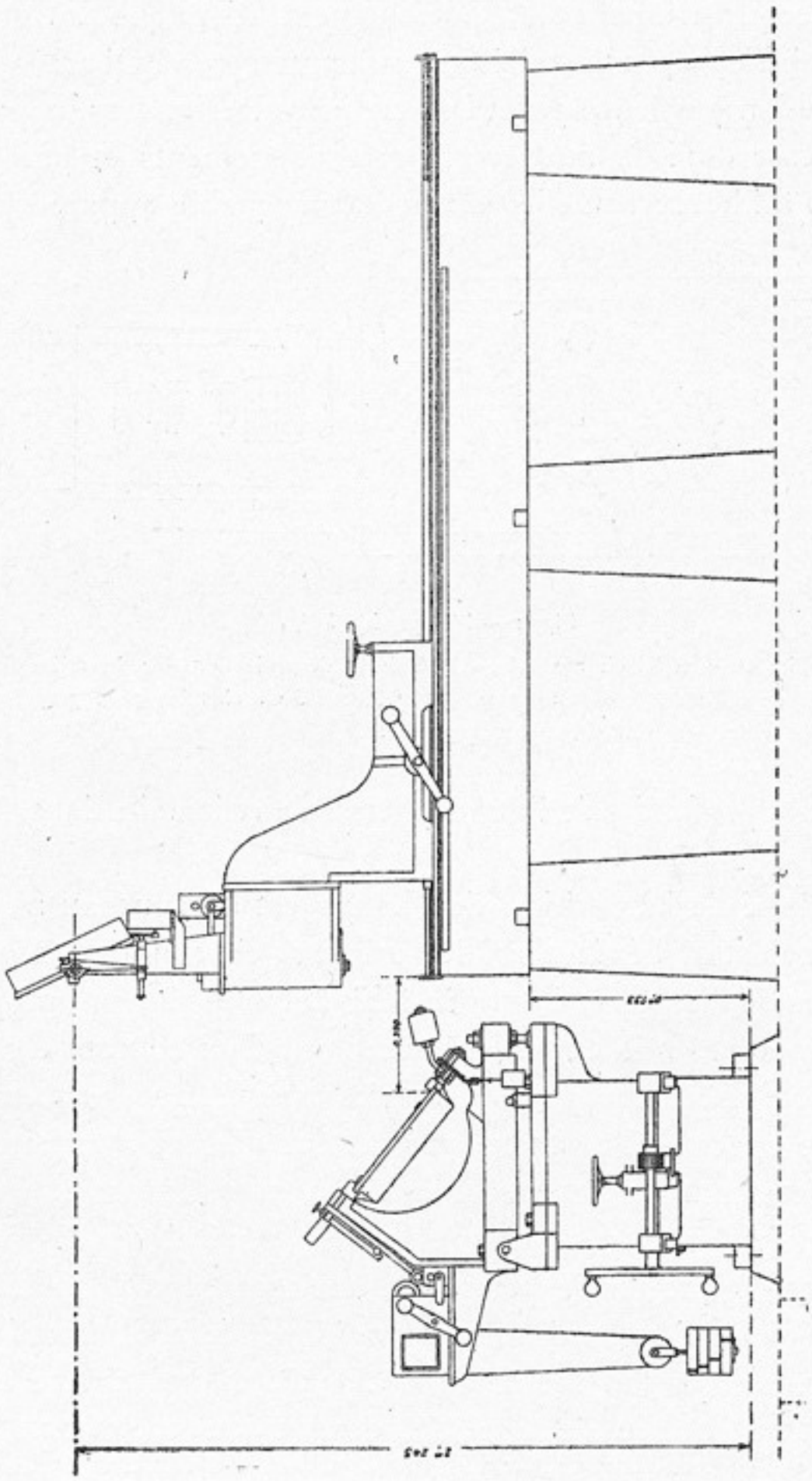


Fig. 2. — COELOSTAT
Coupe longitudinale

La figure 2 représent la coupe du coelostat et la figure 3 montre l'ensemble de l'appareil. La figure 4 montre l'en-

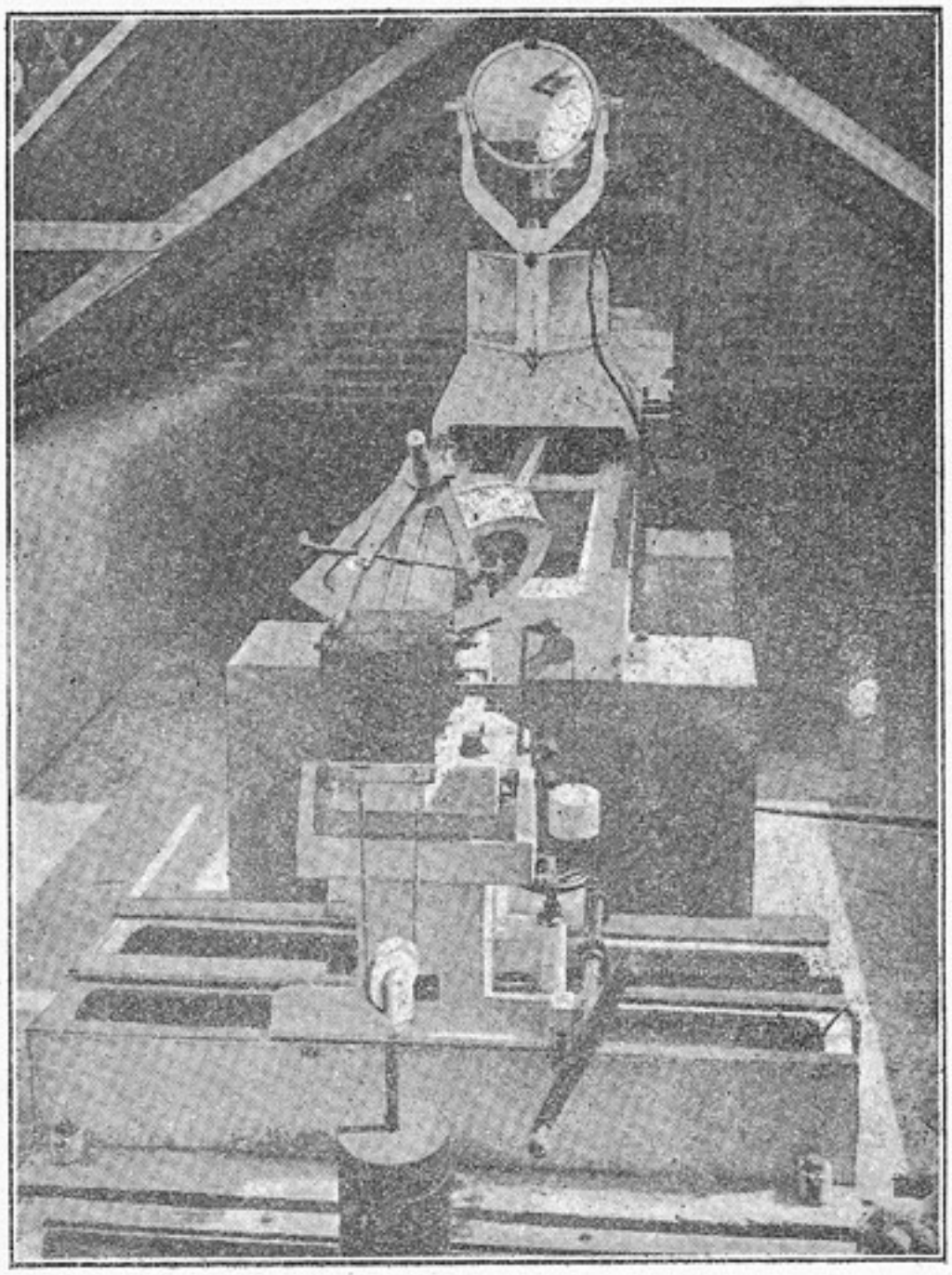


Fig. 3. — COELOSTAT

semble de l'appareil spectrografique et la figure 5 l'objectif de projection avec le moteur et le synchronisateur.

Enfin la figure 6 donne une idée de l'ensemble de l'installation et la figure 7 une idée de l'ensemble, lorsque le coelostat est à découvert.

L'objectif de projection actuellement en usage a été aima-

blement cédé por M. Deslandres afin de ne pas retarder l'installation définitive; mais on atend que bientôt puisse être utilisé l'objectif construit à cet effect par M. Jobin avec 25 centimètres d'ouverture et 4 mètres de distance focale et adapté spécialment pour fournir des images du Soleil avec la raie k_3 du calcium.

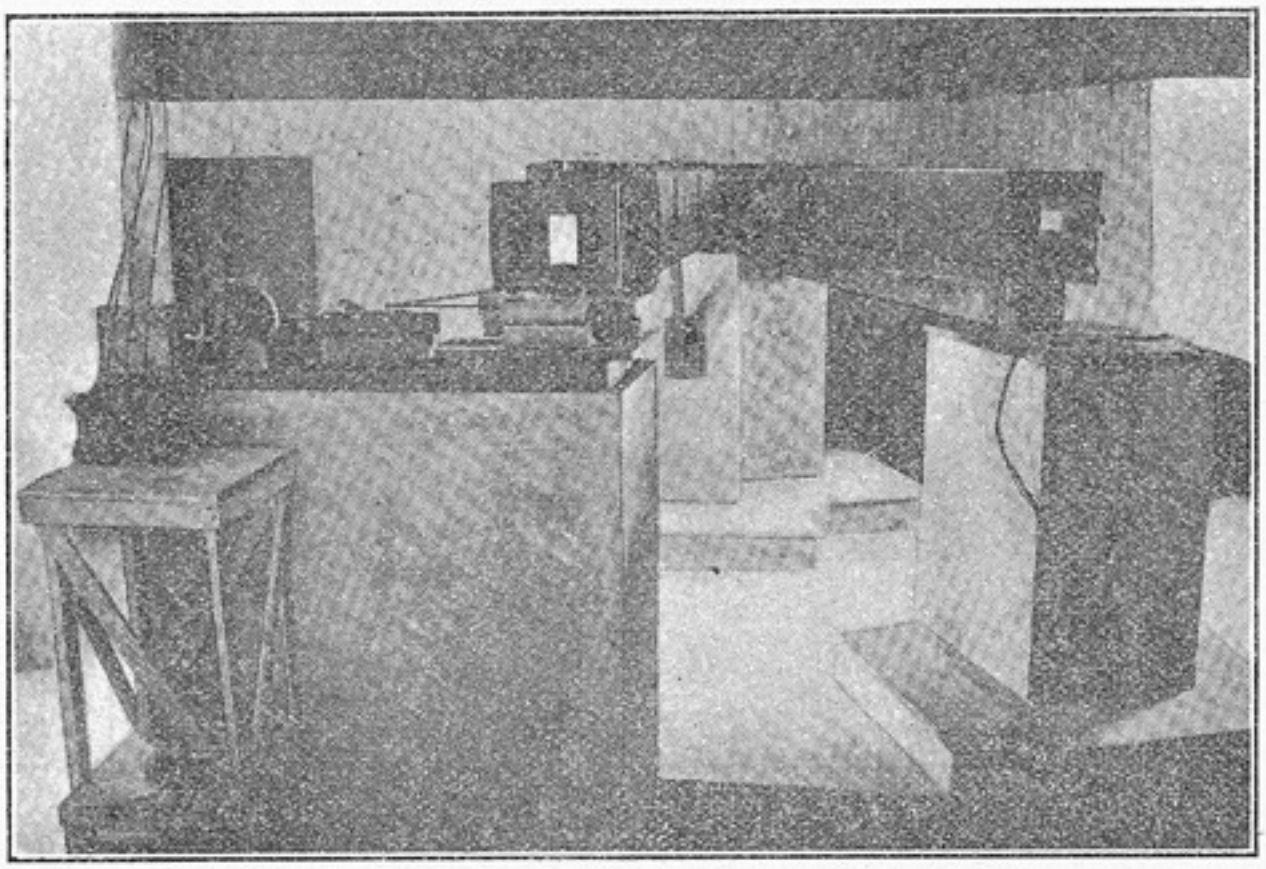


Fig. 4. — Spectrohéliographe

Ainsi qu'on l'a déjà dit, les synchronisateurs ont été construits par la Societé Genevoise de Physique et les moteurs par la maison Carpentier et Cie. La plate-forme des prismes, construite de façon à permettre de les placer facilement avec le minimum de déviation, fut un gentil cadeau de l'Observatoire de Meudon, et représente une amabilité de plus qui s'ajoute à celles dont nous avons été l'objet. Les prismes de 15 centimètres d'arête ont été construits par la maison Zeiss à la condition qu'ils seraient vérifiés à l'Observatoire de Meudon. Ile parvinrent à Meudon quelques jours avant la grande guerre et furent immédiatement mis à l'essai à la

place de ceux qui étaient alors en usage et qui provenaient de la maison Para. On a remarqué que les images obtenues étaient moins bonnes que les premières mais pas assez mau-

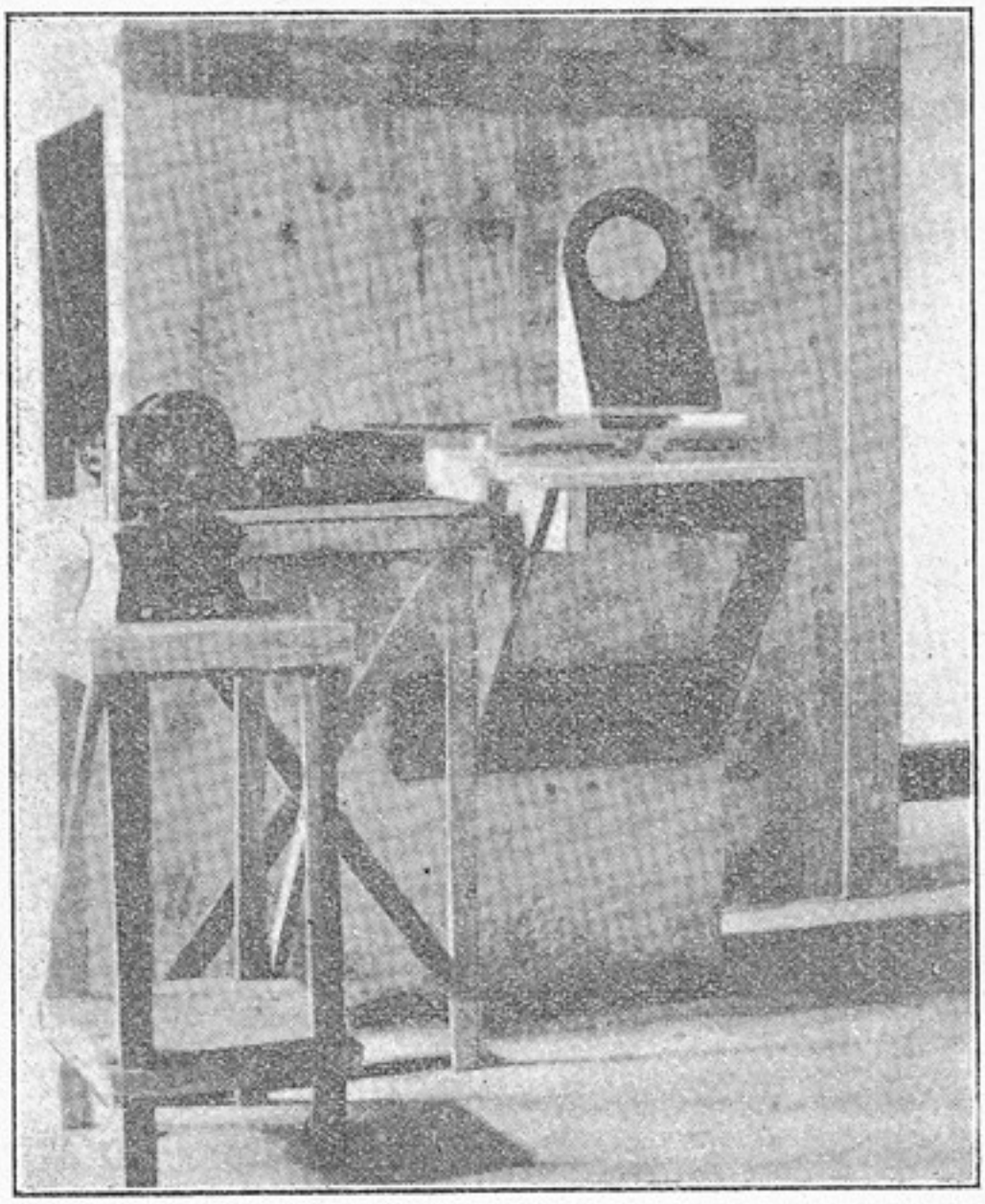


Fig. 5. — Objectif de projection

vaises pour qu'on refusât les prismes, car on pouvait attendre qu'avec le temps les conditions s'améliorassent.

En effet l'expérience fut faite, car à cause de la grande guerre, l'installation du spectrohéliographe a été retardée de 11 ans; et quand M. d'Azambuja, délégué du Gouvernement Français, à la demande de M. Deslandres, est venu prêter son précieux concours à l'Observatoire Astronomique

de Coimbra afin d'achever l'installation du spectrohéliographe, il a eu l'occasion de vérifier que les images témoignaient d'une amélóriation sensible de la structure des prismes.

L'objectif do collimation de 15 centimètres d'ouverture et de $1^{m},20$ de distance focale a été fourni par la maison Zeiss et l'objectif de la chambre photographique de 15 centimètres

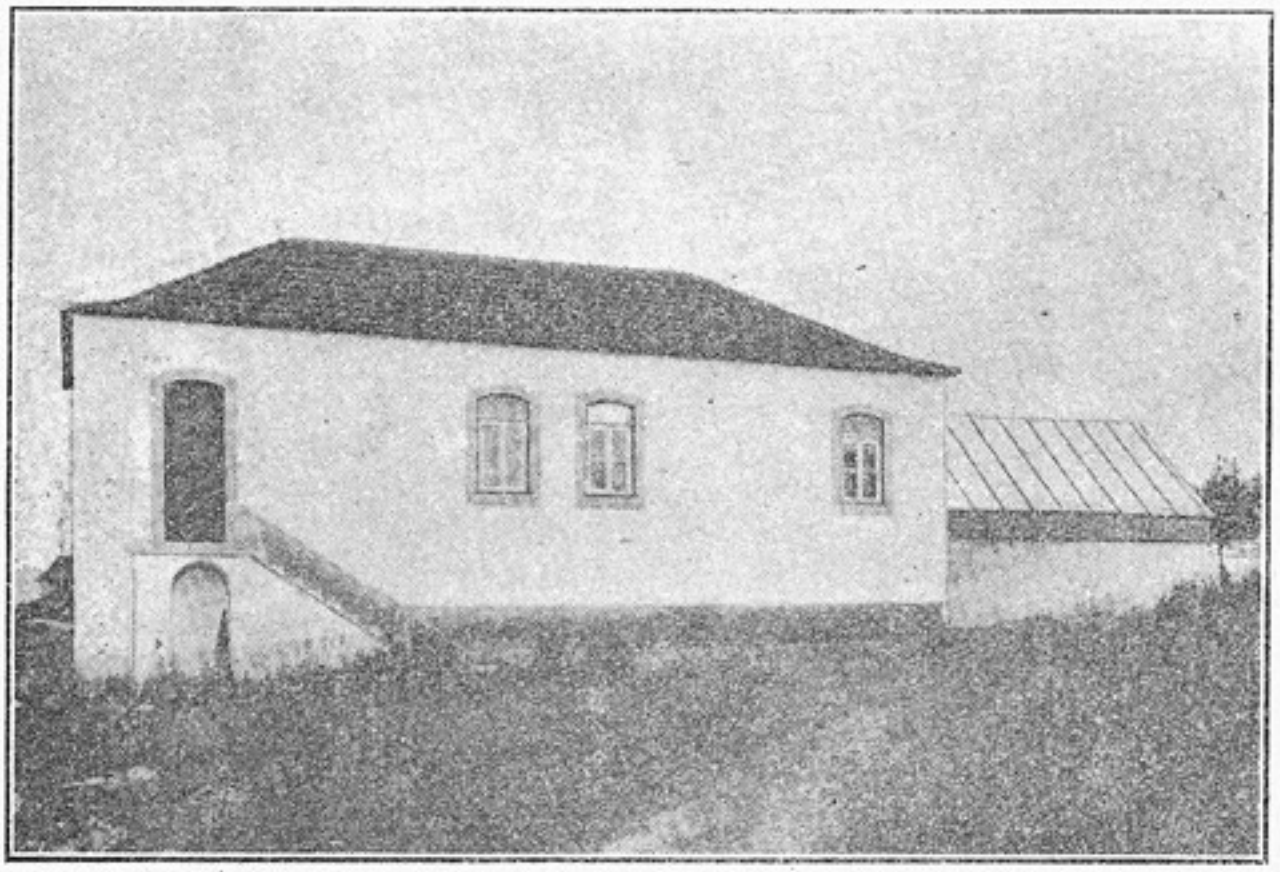


Fig. 6

d'ouverture et de 3 mètres de distance focale, par M. Jobin. Les microscopes micrométriques et les vis micrométriques ont été fournis par M. Prin et aussi par le machiniste Sr. Antonio Ferreira, du Cabinet de physique de l'Université de Coimbra. L'appareil photographique et les fentes ont été fournis par M. Prin, mais malheureusement la deuxième fente, bein que réparée, à la suite d'un accident subi au cours du voyage, et bien que ne présentant rien d'anormal, est hors d'usage, ainsi que le démontrent les images et va ainsi être remplacée. Une fois de plus se prouve, ce que l'on sait déjà, que de très grands soins sont indispensables, tant dans

la construction que dans le montage des différentes pièces de cet instrument, pour qu'un résultat satisfaisant soit obtenu.

Une fois surmontées les difficultés de toute sorte, il fut enfin possible de tirer la première épreuve le 12 avril (fig. 8). On a procédé ensuite à la rectification du coelostat et il a fallu cesser les essais photographiques, afin d'achever les travaux

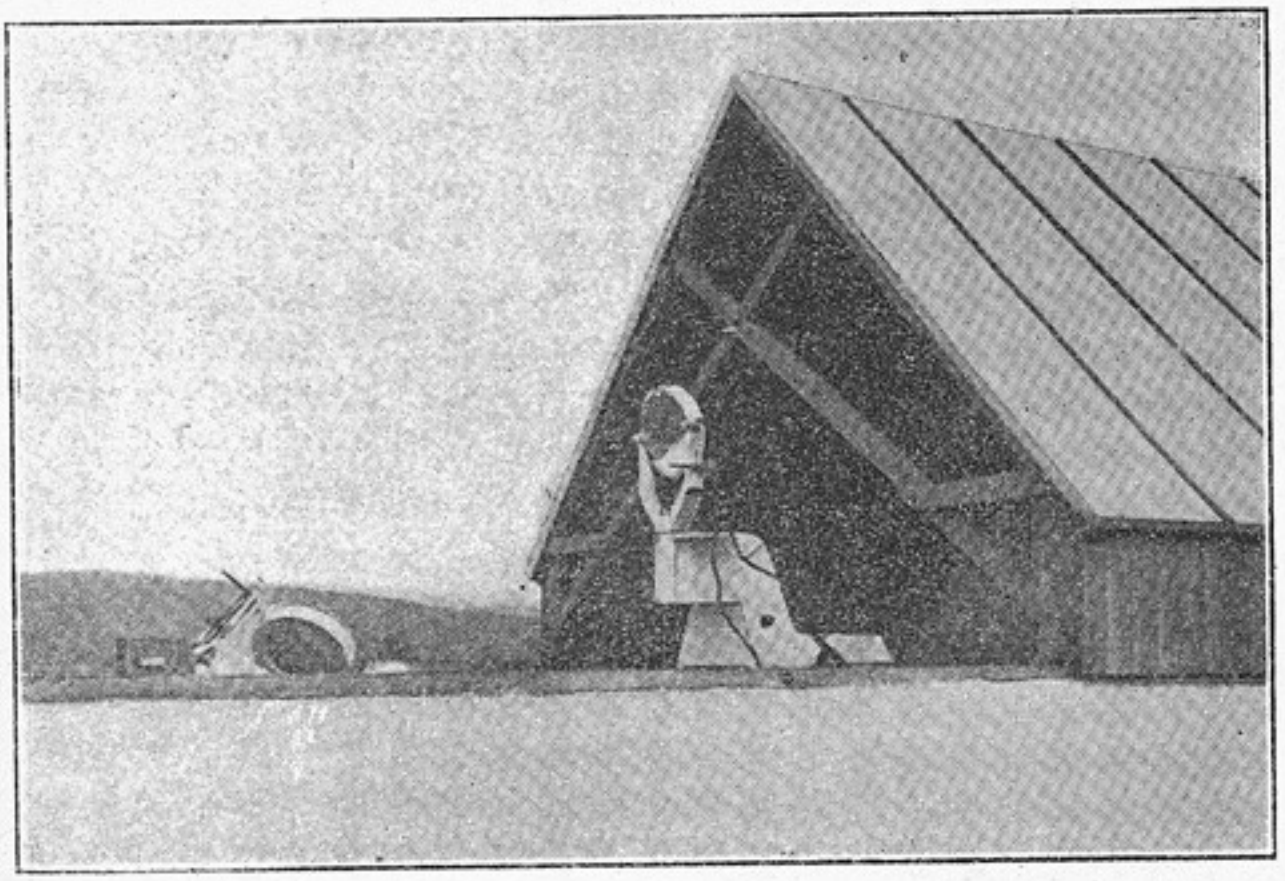


Fig. 7

d'installation et attendre aussi le remplacement de la deuxième fente, dont les épreuves tirées antérieurement avaient montré l'utilisation impraticable.

Les travaux d'installation sont enfin terminés ainsi que le démontrent les photographies et nous devons espérer que l'on puisse bientôt disposer de l'objectif définitif et d'une deuxième fente en bon état.

Je pense qu'à partir du mois d'octobre prochain, l'Observatoire Astronomique de Coimbra pourra enfin prêter aux études solaires le concours que M. Deslandres a déjà an-

noncé dans son rapport au Congrès de l'Union Astronomique Internationale à Rome en 1921.

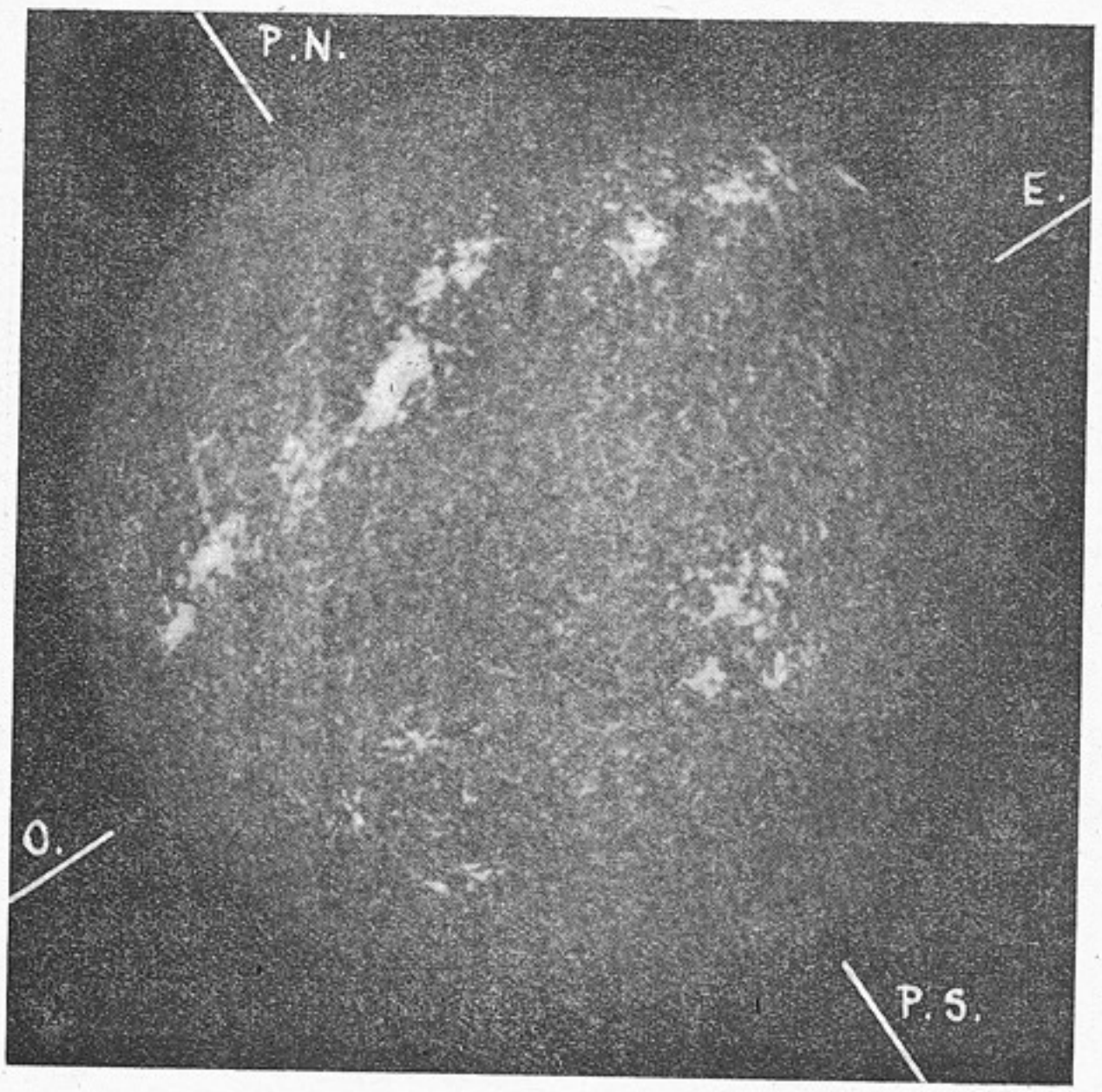


Fig. 8 — Première épreuve, prise le 12 avril 1925

L'Observatoire Astronomique de l'Université de Coimbra conservera toujours d'une façon évidente le témoignage de sa reconnaissance au savant Directeur de l'Observatoire de Meudon M. Deslandres, et n'oubliera pas le précieux coucours de M. d'Azambuja.

Spectrographe Stellaire

Cet instrument du type prisme objectif, construit par Sir Howard Grubb et commencé à Dublin avant la guerre, a été terminé à St Albans en 1923.

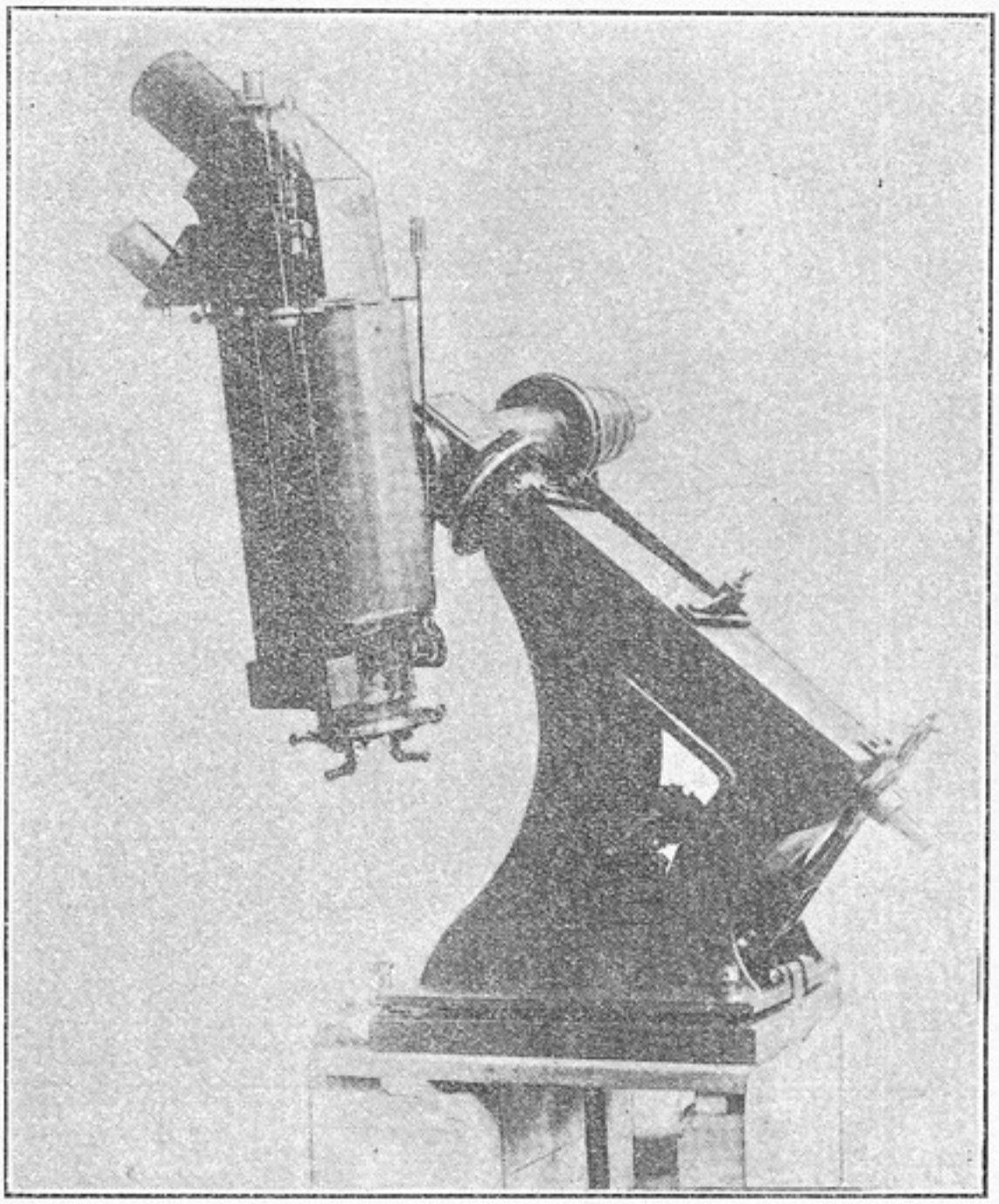


Fig. 9

Destiné a l'étude des régions célestes par la comparaison des spectres des étoiles, il a été construit de façon que l'on pût utiliser avantageusement le plus grand prisme possible de grand dispersion. Sir Gill, le savant directeur de l'obser-

vatoire du Cap, a prêté à l'exécution de cet appareil sa précieuse collaboration. Les figures 9 et 10 donnent une idée de l'ensemble de l'appareil. Les figures 11 et 12 permet-

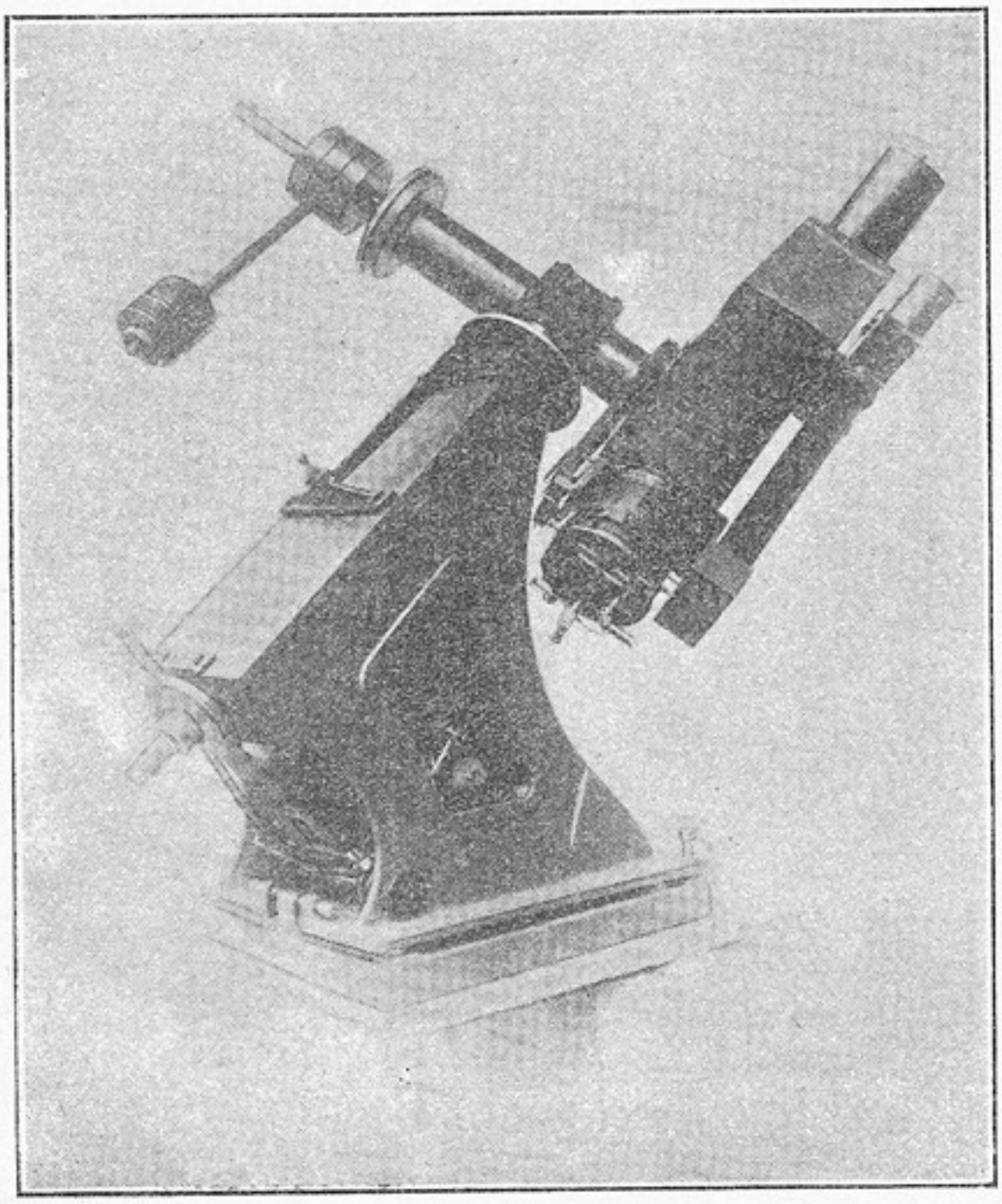


Fig. 10

tent d'apprécier les détails du système oculaire et de la chambre photographique.

Spécialement construit pour enrégistrer photographiquement les aspects des étoiles à l'aide du système de prisme objectif, il peut toutefois être utilisé comme équatorial ordinaire si l'on retire la pièce qui contient le prisme et le sys-

tème de réflecteurs existant dans l'investigateur, afin de produire une déviation analogue à celle du prisme. Voici la description sommaire des principaux éléments:

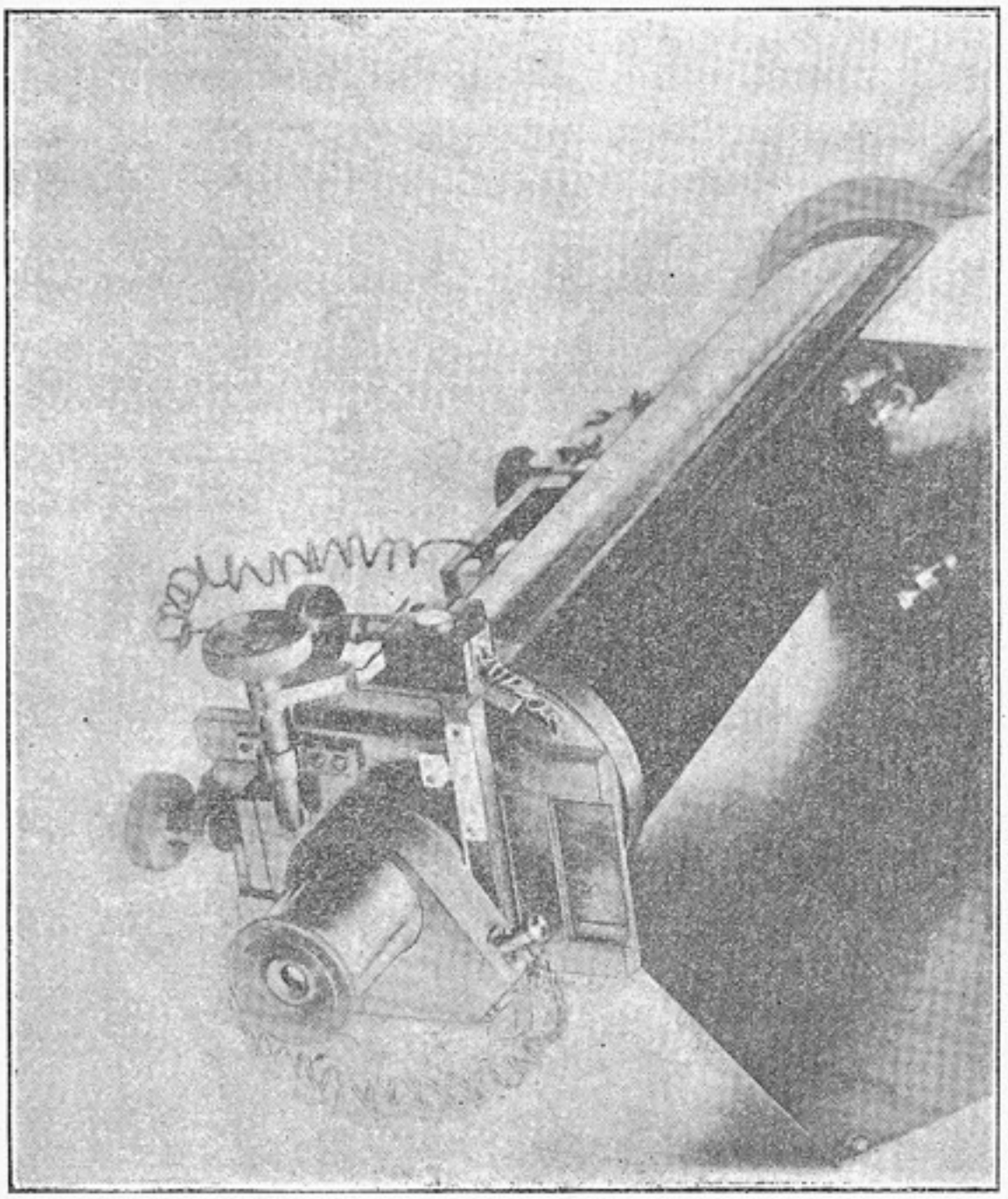


Fig. 11

Equatorial. Construit pour la latitude de Coimbra, il comprend un télescope photographique pourvu d'un objectif Zeiss, Petzval, de 15 centimètres d'ouverture et d'un mètre de distance focale.

On peut lui appliquer un prisme de flint de 60° et de 27 centimètres d'arête, le plus grand qu'il fut possible d'obtenir

et suffisant pour couvrir l'objectif dont les dimensions ont été déterminées par la grandeur du prisme.

Investigateur: C'est un ocule muni d'un objectif de 8

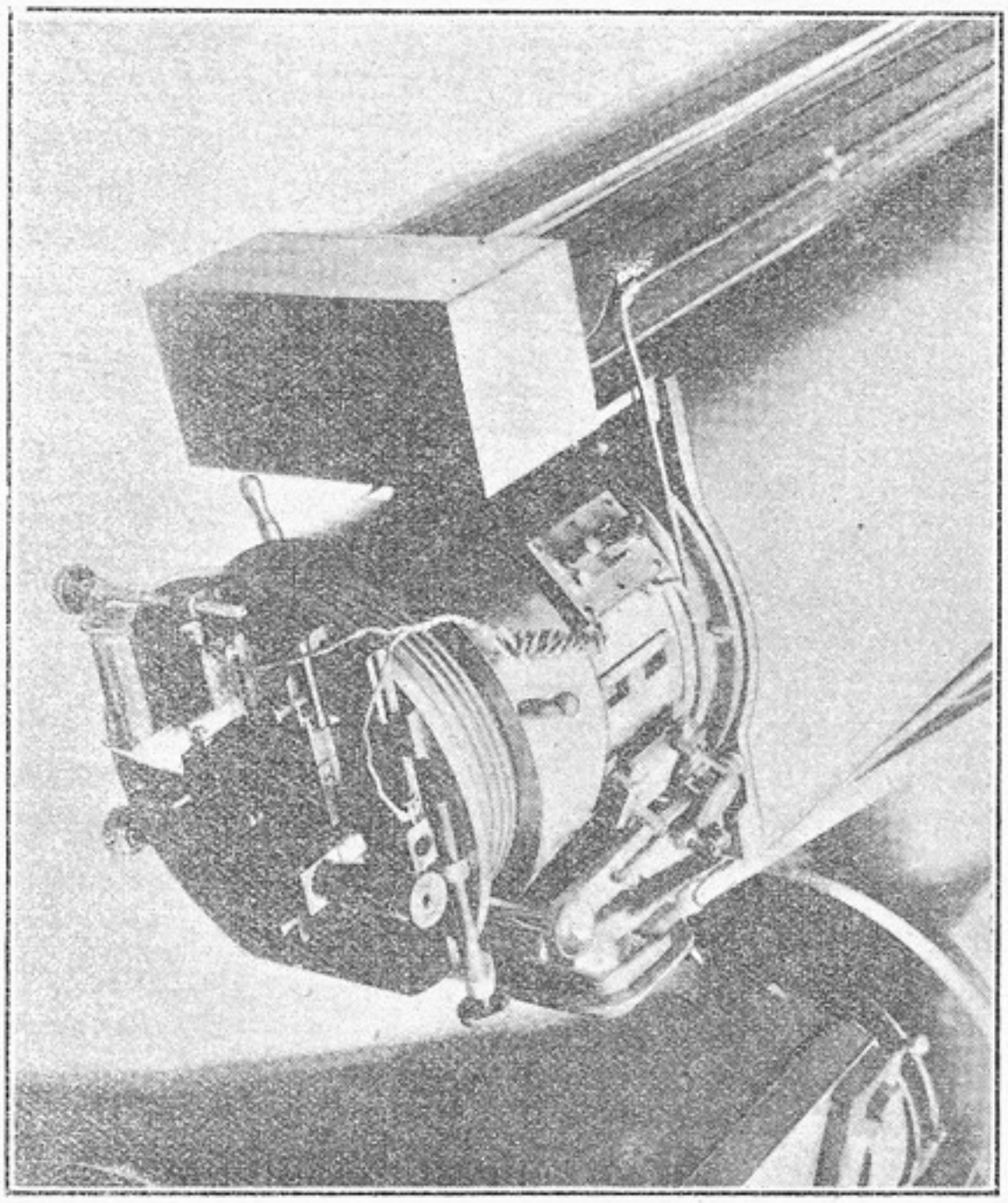


Fig. 12

centimètres d'ouverture et de 3 mètres de distance focale.

Devant l'objectif on peut placer une pièce munie de reflecteurs destinés à dévier le rayon lumineux d'un angle égal à l'angle de déviation du prisme.

De cette disposition résulte que lorsque l'image du spectre de l'étoile se trouve au centre de la plaque photographique,

l'étoile peut être observée par l'oculaire de l'investigateur situé à l'extrémité supérieure du tube.

Chambre photographique: Préparée pour recevoir des plaques 8×8 (centimètres) et munie d'un dispositif qui lui permet d'en recevoir de plus grandes, elle est actionnée par un appareil qui lui permet de mettre au point avec une grande précision.

Microscopes. Il en existe deux destinés à servir à l'observation du champ dans lequel s'opère la photographie des étoiles. Les fils peuvent être éclairés à l'électricité et les oculaires sont munis de prismes à réflexion totale.

Mouvement d'horlogerie: Il est du système électrique de « Russell ».

Secteur: De 30 centimètres de rayon il permet un mouvement continu pendant 3 heures.

Cet instrument a été installé dans la coupole centrale de l'observatoire.

F. M. da Costa Lobo

PLAN D'ORGANISATION TRADICTIONALISTE ACTUALISÉ POUR UNE NATION

L'oubli presque complet auquel on est arrivé dans la plupart des Pays, des formules sociales qui ont contribué à leur consolidation, en les conduisant même a un haut degré de splendeur, a mené les peuples à l'adoption d'un régime parlementaire où ils gouverneraient par l'intervention des délégués.

Ce régime est généralement adopté, quoiqu'il soit l'object des plus fortes critiques en conséquence des graves troubles qui en résultent, particulièrement dans les Pays où le peuple est justement doué d'un caractère passioné.

L'indépendance des pouvoirs de l'État devrait éviter ces événements, mais cette disposition est souvent éludée.

Le pouvoir executif parvient à s'emparer de tous les autres et cette condition constitue l'object de toutes les aspirations. Pour l'atteindre, on oublie facilement, on méprise même les principes les plus élevés de l'administration publique, les seuls qui devraient guider les hommes, et les événements facheux et nuisibles se multiplient à tout instant.

Alors, lorsque l'action de cette situation anormale s'empare de l'Administration publique, la désorganisation de l'État devient un fait inévitable, et nous assistons à l'étrange spectacle de la connivence des éléments qui provoquent le désordre et en profitent et des victimes de cette situation anormale, c'est à dire, ceux qui en souffrent les conséquences.

On peut dire même que la nation entière finit par être aussi la victime de ce desordre.

L'origine principale de ce fait est la corruption electorale exercée en divers degrés, qui conduit les hommes les plus honnêtes à commettre, au moins en complices, les plus graves crimes.

Écarter autant que possible cette cause de perturbation sociale c'est le principal objectif de la doctrine que nous prétendons exposer ici, pour l'administration d'un peuple, ayant en considération la tradiction et les condictions actuelles de la vie sociale.

Tout d'abord il faudra donner la plus grande vitalité aux éléments fondamentaux de la vie sociale, — des petits groupements de familles intimement unies par des intérêts communs et encore par des étroits liens du sang.

Le principe de l'indépendance des pouvoirs doit dominer la constitution de l'État. La situation réservée au pouvoir judiciaire constituera une forte garantie pour l'exacte et rigoureuse exécution des lois, sans que l'on puisse craindre les abus de la part de ce pouvoir.

Quelques membres du pouvoir exécutif auront intervention dans le pouvoir législatif, ce qu'est justifié par leur situation.

La femme trouvera dans cette organisation une situation digne.

I

Nucleum Social (1)

De l'Assemblée Générale. L'assemblée Générale sera constituée par tous les individus des deux sexes, agés de plus

---

(1) Le Nucleum social sera constitué par les familles d'une petite ville, ou de petits groupements de villages, ou par des groupes disse-

de 21 ans, et qui soient dans la possession de leurs droits civils et politiques. Il aura un président et un secrétaire qui seront ceux de la Commission Exécutive.

Fonctionnement de l'Assemblée Générale. L'Assemblée Générale fonctionnera en séance ordinaire, dans le premier dimanche de chaque mois, dès que la majorité de la Commission Exécutive soit présente, et en séance extraordinaire, toutes les fois qu'elle soit convoquée par la Commission Exécutive.

Dans la dernière séance ordinaire de chaque année, la Commission Exécutive qui fonctionnera dans l'année suivante, sera élue aussi bien que les délégués au Conseil du premier degré de l'organisation administrative.

Dans le *nucleum social* on aura seulement des dépenses pour l'expédient, payées par le premier degré de l'organisation administrative. Le *nucleum* devra s'occuper spécialement des services statistiques et régulateurs de son économie, et de la fiscalisation et du développement de l'éducation élémentaire, — physique, morale, artistique et technique.

Commission Exécutive. Cette commission fonctionnera dès que trois membres soient présents, et elle donnera exécution aux résolutions de l'assemblée générale.

II

Premier degré de l'organisation administrative (1)

Gouverneur. Le Gouverneur sera nommé par le Gouverneur Général du deuxième degré de l'organisation administrative et choisi parmi les membres de la région.

---

minés dans les villes d'accord avec la tradiction. Au Portugal c'est la Paroisse.

(1) Au Portugal les Municipes. Parfois le *nucleum* constituera le premier degré de l'organisation administrative. Par exemple la Commune en France.

La nomination sera annuelle et par années civiles.

Conseil. Le conseil sera composé:

Par les délégués des *nucleums,* élus chaque année. Le nombre des délégués sera proportionnel à la population; du moins un pour chaque *nucleum;*

Par les délégués des corporations légalement constituées, dans la proportion d'un sixième du total;

Par les individus nommés par le Gouverneur, qui appartiennent à la région, dans la proportion d'un sixième du total.

Les fonctions des membres du conseil seront gratuites.

Président et secrétaire. Le président et le secrétaire seront élus chaque année.

Commissions. Tous les membres feront partie d'une commission, mais d'une seule.

Les délégués des *nucleums* seront choisis par le sort, les autres seront distribués en harmonie avec leur procédence ou l'indication donnée quand ils seront nommés.

Les commissions fonctionneront dès que trois membres soient présents.

Il appartient aux commissions l'élaboration des rapports et la présentation des propositions.

Fonctionnement du Conseil. Le Conseil aura tous les mois, au moins, une séance, et il fonctionnera dès que la majorité des membres des commissions à qui appartiennent les sujets à resoudre, soit présente.

Le Conseil ne pourra pas discuter: il votera par approbation ou par rejet, mais les membres pourront justifier leur voix par écrit. Les séances ne pourront pas finir avant que les sujets proposés soient votés, et les procès verbaux approuvés.

Les délibérations du Conseil devront être soumises, dans le delai de trois jours, à une commission de redaction déléguée du pouvoir judiciel, fonctionnant dans chaque région

administrative du deuxième degré, qui leur donnera la rédaction définitive, lorsqu'elles soient compatibles avec les lois du pays.

Corps administratifs. Les membres seront nommés à la vie, en harmonie avec les dispositions légales, et ils seront rémunérés.

Aux corps administratifs appartiendra de donner éxécution aux résolutions du Conseil, signées par le Gouverneur qui, une seule fois, pourra, les lui renvoyer, avec les raisons justificatives.

III

Deuxième degré de l'organisation administrative (1)

Gouverneur général. Le Gouverneur Général sera nommé par le Chef de l'État.

Conseil. Le Conseil sera composé:

Par les délégués élus par les conseils des organisations administratives du premier degré, appartenant à la région et dont le nombre devra être proportionnel à la population respective;

Par les délégués des corporations légalement constituées, dans la proportion d'un sixième du total.

Par les individus nommés par le Gouverneur Général, appartenant à la région, dans la proportion d'un sixième du total.

Les fonctions des membres du Conseil seront gratuites, mais les Conseils des organisations du premier degré pourront subsidier leurs délégués.

Président et secrétaire. Le président et le secrétaire seront élus toutes les années.

Commissions. Les membres du Conseil seront distribués

---

(1) Au Portugal les anciennes provinces.

en commissions, mais chacun ne pourra appartenir qu'à une seule de ces commissions.

Les délégués des conseils du premier degré de l'organisation administrative, seront choisis par le sort, les autres seront distribués en harmonie avec leur procédence ou l'indication donnée quand ils seront nommés.

Les commissions fonctionnent dès que trois membres soient présents.

Il appartient aux commissions d'élaborer des rapports et de présenter les propositions.

Conseil Consultif. Ce conseil sera composé par dix membres appartenant à la région, et qui seront nommés par le Gouverneur Général, qui y préside.

Il fonctionnera des que trois membres soient présents.

Les fonctions des membres du Conseil Consultif seront gratuites.

Fonctionnement du Conseil. Il y aura tous les mois, au moins, une séance du Conseil, et il fonctionnera dès que la majorité des membres des commissions aux quelles appartiennent les sujets à resoudre, soit présente.

Le Conseil ne discutera pas: il votera par approbation ou rejet mais les membres pourront justifier leurs voix par écrit. Les séances ne pourront pas finir avant que les sujets proposés soient votés, et les procés verbaux approuvés.

Dans le délai de trois jours, les résolutions du Conseil devront être envoyées à la commission déléguée du pouvoir judiciel, qui devra lui donner la rédaction définitive dans le délai de huit jours lorsqu'elles soient compatibles avec les lois du pays. Ces résolutions seront présentées au Conseil Consultif qui devra les signer dans le délai de trois jours, ayant le droit de les lui renvoyer par une seule fois avec les raisons justificatives.

Corps administratifs. Il pourra y avoir un ou plusieurs pour chaque région.

Les membres des corps administratifs seront nommés à la vie d'accord avec les dispositions légales et ils seront rémunérés.

Il appartiendra aux corps administratifs de donner exécution aux résolutions du conseil, signées par le Conseil Consultif.

ÉTAT

Pouvoir coordonnateur

Ce pouvoir sera composé par le Chef de l'État et le Conseil Privé.

Conseil Privé. Ce conseil sera présidé par le Chef de l'État, ou par le vice-président, qui sera le président du Conseil de l'État, et par dix membres nommés par le Chef de l'État et choisis parmi les anciens membres du pouvoir législatif, du pouvoir exécutif ou du Conseil Supérieur de Justice.

Les fonctions des membres du Conseil Privé seront gratuites.

Fonctions du Conseil Privé. Ce conseil sera appellé dans les questions de haute importance de l'État.

Bureau du pouvoir coordonnateur. Ce bureau sera composé d'un Directeur Général et du personnel nommé d'accord avec les dispositions légales.

Fonctions du Bureau. Il appartiendra a ce bureau de conduire les affaires du pouvoir coordonnateur.

Pouvoir législatif

Ce pouvoir sera composé par la Chambre des Députés, par le Sénat et par le Conseil de l'État.

Chambre des Députés. La Chambre des Députés sera constituée par les délégués (Députés) des régions des organisations administratives du premier degré, et le nombre sera proportionnel à la population.

Les Députés seront élus toutes les années par les délégués des *Nucleums* aux conseils des organisations administratives du premier degré, et ils devront être inscripts dans la région respective.

Les fonctions des Députés seront gratuites, mais ils pourront recevoir des subsides des organismes qui les ont élu.

Président et secrétaires. Ces places seront occupées par le plus ancien et les plus jeunes des membres présents et qui accepteront.

Fonctionnement de la Chambre des Députés. La Chambre des Députés reunira en séances ordinaires deux fois par an, et extraordinairement toutes les fois que le Sénat considerera necessaire sa convocation. Elle fonctionnera lorsqu'on pourra installer le bureau composé par le président et deux secrétaires.

Les Députés seront distribués par autant de commissions qu'il y aura de repartitions de l'État.

La Chambre des Députés décidera par l'approbation ou rejet des propositions envoyées par le Sénat accompagnées de tous les documents respectifs, inclusivement des avis donnés par les membres des commissions de la Chambre et les documents devront être distribués au moins huit jours avant la votation.

Les voix devront être rendues par écrit et pourront être envoyées au bureau avec des considérations justificatives.

Les séances ne pourront pas finir sans la résolution des questions soumises à la délibération de la Chambre et l'approbation des procès verbaux.

Sénat. Le sénat sera composé par:

Les délégués des corporations légalement constituées et par un délai indéterminé;

Les individus nommés par le Chef de l'État, par un délai indéterminé, dans la proportion d'un quart du total;

Les individus qui exercent des fonctions déterminées, dans la proportion d'un quart du total.

Les anciens sénateurs conserveront les honneurs inhérrents.

Les fonctions de sénateur seront gratuites, exception faite au président et aux secrétaires.

Les sénateurs pourront jouir de bénéfices légalement établis.

Président et secrétaires. Le président et les secrétaires seront nommés par le Chef de l'État parmi les membres qu'il aura nommés.

Commissions. Il y aura autant de commissions que de répartitions de l'État.

Chaque membre appartiendra à une seule commission que lui sera désignée quand il sera nommé.

Les commissions fonctionneront dès que cinq membres soient présents. Les commissions devront s'occuper des sujets respectifs en discutant et votant des projects sur les propositions qui leur seront commises ou qui soient de leur iniciative.

Le Sénat devra prendre une résolution dans le délai de 60 jours, au sujet des propositions qui lui soient envoyées et il devra recevoir les propositions envoyées par les chefs des répartitions de l'État, par les conseils des organisations administratives du premier et du deuxième degré, ou par 20 individus jouissant des droits civils et politiques.

Fonctionnement du Sénat. Le Sénat fonctionnera pendant toute l'année et pourra déliberer dès que deux tiers des membres de la commission à laquelle appartiennent les sujets à résoudre, soient presents.

Les rapports et les propositions des commissions devront être distribuées huit jours avant la votation, mais ce délai pourra être réduit sur demande dé la Commission.

Les sénateurs voteront simplement, mais ils pourront

accompagner leur voix de considérations justificatives. Les séances ne finiront pas sans la résolution définitive des sujets soumis à la délibération et l'approbation des procès verbaux.

Conseil de l'État. Les membres du Conseil de l'État seront nommés par le Chef de l'État, par un délai indéterminé, et il désignera un Président et deux secrétaires, les seuls rémunérés.

Les membres du Conseil de l'État jouiront des mêmes bénéfices que les sénateurs.

Fonctionnement du Conseil de l'État. Ce Conseil pourra délibérer dès qu'un tiers soit présent.

Fonctionnement du pouvoir législatif. Quand les résolutions du Sénat ne concernent pas des dépenses ou recettes, elles suivront dans le délai de trois jours pour le Conseil de l'État qui doit les signer dans le délai de huit jours mais qui pourra une seule fois les renvoyer au Sénat avec des raisons justificatives.

Après la signature du Conseil de l'État, les résolutions seront envoyées à une commission du pouvoir judiciel qui devra leur donner la rédaction définitive dans le délai de huit jours et elles seront promulguées avec la signature du Chef de l'État dans le délai de trois jours.

Quand la résolution concerne des dépenses ou recettes, elle sera envoyée par le Sénat à la Chambre des Députés.

Les documents relatifs à chaque proposition comprenant les avis des Députés qui appartiennent à la commission respective, seront distribués par tous les députés dans le délai de huit jours, et les délibérations qui ne soient pas considérées urgentes, par le Sénat, seront votées dans les séances ordinaires.

Quand une proposition n'aura pas obtenu la majorité des voix, elle sera renvoyée au Sénat. Quand elle sera approuvée, elle suivra comme les résolutions définitives du Sénat.

Bureau du pouvoir législatif. Ce bureau sera composé

par un Directeur Général et le personnel nommés d'accord avec les dispositions légales.

Pouvoir exécutif

L'execution des lois appartient au pouvoir executif qui les ordonne au moyen des decrets signés par le Chef de l'État, ou des arrêtés signés par les Chefs des répartitions respectives de l'État.

Chefs des Repartitions de l'Administration de l'État. Ils seront des ministres, sans responsibilité solidaire, mais avec responsabilité personnelle, nommés par le chef de l'État. Exception : — Pour l'armée, *Marechal Chef de l'Armée.* (Le plus ancien des généraux dans l'actif) : — Pour la marine, *Amiral, Chef de la Marine* (le plus ancien des amiraux dans l'actif) : — Pour la justice, *Chancelier de la Justice,* (le plus ancien des membres du Conseil Supérieur de Justice). Ils seront présidents des respectives commissions du Sénat.

Ils seront nommés par le Chef de l'État, mais ils seront présidents des commissions respectives du Sénat : — Pour les relations extérieures, le *Chancelier des relations extérieures* et les chefs des répartitions des administrations des colonies (1).

---

(1) Répartitions de l'administration de l'État. *Pour le Portugal:* — Education publique; assurance publique; armée, marine, finances, thresorerie; relations extérieures, cultes et missions; colonies de l'Orient colonies de l'Occident; commerce; industrie; agriculture; assistence et prévidence sociale; travail; sanité publique; arts; chemins de fèr; routes; lignes fluviales et ports; courriers télégraphes et téléphones; estatistique; judiciel.

Commission de guerre; délégués des corporations des officiers de infanterie, chevalerie, artillerie, aviation, génie, administration militaire, médecins, professeurs des écoles supérieures de l'armée, Maréchal Chef de l'armée, Général Chef de l'armée (P.t), Général chef de l'État major, Général quartier maitre, Directeur de l'École supérieure de Guerre, 4 nommés par le Chef de l'État.

Les chefs de l'Administration de l'État seront rémunerés.

Conseil Exécutif. Il sera constitué par les chefs des répartitions de l'État, et il sera présidé par le Chef de l'État.

Il réunira par iniciative du Chef de l'État ou à la suite de la demande d'un quelquonque de ses membres.

Bureau du pouvoir exécutif. Il aura un Directeur Général et des fonctionnaires nommés en harmonie avec les dispositions legales.

Il lui appartiendra de conduire les affaires du pouvoir éxécutif.

Pouvoir judiciel

Ce pouvoir s'occupera des questions civiles, commerciales et criminelles et de la fiscalisation constante de tous les acts pratiqués par les divers élléments de l'administration publique.

Conseil Supérieur. Il appartient à ce conseil la direction supérieure de toutes les affaires du pouvoir judiciel.

Président du Conseil Supérieur. Le président du Conseil Supérieur sera le membre le plus ancien — *Chancelier de la Justice.*

Fonctionnalisme judiciel. Le fonctionnalisme judiciel sera nommé par le conseil supérieur, suivant la proposition du conseil des nominations et promotions, d'accord avec les dispositions légales.

Bureau du pouvoir judiciel. Ce bureau aura un Directeur Général et il lui appartiendra de conduire les relations du pouvoir judiciel avec les autres affaires publiques.

*
* *

Quelques dispositions génélares. — Des organismes corporatifs seront constitués; ils auront une représentation dans

le Sénat et dans les organisations administratives de premier et second degré.

— Dans le cas où la première votation ne donnera pas la majorité absolue, dans la deuxième seulement les voix données aux deux candidats plus votés dans la première seront profitées.

— Les budgets seront publiés dans les premiers jours de chaque année économique, et organisés d'accord avec les dispositions légales en vigueur.

— Les comptes de chaque mois seront closes pendant la première quinzaine du mois suivant, passant à la dette publique le montant des dépenses non liquidées.

— Les statistiques relatives à chaque mois seront publiées pendant la quinzaine du mois suivant.

— Les nominations auront toujours pour base de larges concours.

— On aura pour orientation réduire et simplifier les services publiques.

F. M. da Costa Lobo

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Congresso Nacional Municipalista de 1922. Preliminares, teses, actas das sessões... publicado sob a direcção de Eloy do Amaral, Secretário Geral do Congresso. Lisboa, 1923.

Los Limites de las Manchas Arcaicas y Primarias en los confines de la Provincia de Huelva con el Alemtejo en Portugal, por H. Dupuy de Lome y Pedro Novo y Chicarro. Madrid, 1923.

IV Centenário de Elio António de Nebrija, Grandioso homenaje celebrado en su honor en la Universidad Complutense por los Alumnos del I. de Cisneros y de las Escuelas Pias presididos por D. Mário Méndez Bejurano. Madrid, 1923.

Subsídios para a História do Minho — O Rio Lethes e o *Forum Limicorum*, por Duro da Sylva. Lisboa, Liv. Rodrigues, 1923.

D. Pedro I e a sua Época, por José Estevão de Morais Sarmento. Lisboa, 1924.

La Electrificacion de fábricas y talleres, por D. Mánuel Velasco de Pando, Sevilla, 1922.

Várias Cédulas sôbre Voces técnicas, por D. M. V. de Pando, Sevilla.

Piezas prismáticas cuyo ejo es una curva plana, cargadas normalmente a su plano, por D. M. V. de Pando. Madrid, 1923.

Discursos ante la R. Acad. Sevillana de Buenas Letras, por los señores D. Manuel V. de Pando y D. Santiago Montoto en la recepcion solemne del primero. Sevilla, 1922.

Drei sehr seltene Fälle von Fremdkörpern der oberen Luftwege, pelo Prof. Dr. Carlos de Melo. Lisboa 1923.

A operação do antro, pelo Prof. Dr. Carlos de Melo. Lisboa 1923.

Leçon d'inauguration du cours pratique d'otoscopie, rhinoscopie et laryngoscopie, pelo Prof. Dr. Carlos de Melo. Lisboa, 1914.

Sôbre um caso de panisunite operado e curado, pelo Prof. Dr. Carlos de Melo. Lisboa, 1914.

Sôbre abcessos cerebrais de origem otitica, pelo Prof. Dr. Carlos de Melo. Coimbra, 1915.

Dois casos de abcesso cerebral otitico, pelo Prof. Dr. Carlos de Melo. Lisboa, 1915.

Introdução ao estudo das fossas nasais, pelo Prof. Dr. Carlos de Melo. Lisboa, 1915.

Sobre cancros de esophago, pelo Prof. Dr. Carlos de Melo. Lisboa, 1915.

Oto-rino-laringalogia em campanha e na prática civil, pelo Prof. Dr. Carlos de Melo. Lisboa, 1916.

Dois anos de Oto-rino laringologia, (Estatística), pelo Prof. Dr. Carlos de Melo. Lisboa, 1916.

Contribution à l'étude de l'asthme nasal, pelo Prof. Dr. Carlos de Melo. Lisbonne, 1919.

Sôbre um caso de auto mutilasões num melancólico, por Eduardo de Freitas. Pôrto, 1923.

Estudo sôbre dois bronzes arqueológicos, por Eduardo de Freitas. Pôrto, 1923.

Les Mitoses de la granulosa atrésique de la Lapine, por A. L. Salazar, Pôrto, 1923.

Comunicações ao Congresso Luso-Espanhol para o avanço das sciências, (Porto 1921), por J. Pedro Teixeira. Coimbra, Imp. da Universidade, 1923.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 73.º



4.ª SÉRIE — VOLUME 2.º

NÚMERO 2

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1926

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 6 DE DEZEMBRO DE 1925

Aos 6 de Dezembro de 1925, reüniu-se a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. Costa Lobo.

O presidente participou o falecimento dos sócios Dr. Cândido de Figueiredo, Dr. J. Diogo Arroio, A. Portugal Durão, D. Luís Cubillo e da insigne professora, Sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, em cujo funeral o Instituto se fez representar pelo Dr. João da Providência, propondo se exarasse na acta um voto de profundo sentimento pela perda destas personalidades, o que foi aprovado. O Prof. Joaquim de Carvalho, usando da palavra, referiu-se com palavras de enternecida veneração à memória da sábia professora, Sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, enaltecendo o valor da sua obra, a qual pela clareza analítica, rigor de método e resultados críticos perdurará como um dos mais preciosos legados intelectuais da nossa época, recordando, demais, que no jornal do *Instituto* publicou o estudo intitulado *Lucius Andreas Resendius, inventor da palavra Lusiadas* (vol. LII, 1905) e a notabilissima *Geschichte der portugiesischen Litteratur* começou a ser traduzida no mesmo periódico, por Alfonso Hincker (vol. XLVII, 1900). Em seguida o presidente deu notícia de ter sido aprovado pelo Ex.mo Ministro do Comércio o orçamento das reparações no edifício do Instituto, o que desde logo agradecera; e anunciou ter sido soli-

citada a colaboração do Instituto para a comemoração do centenário de D. Afonso Henriques, e que em Janeiro se realizaria nesta cidade o Congresso dos Mutilados da Guerra. Foi resolvido prestar a êste Congresso todo o apoio moral, e áquela comemoração a colaboração possível, devendo oficiar-se nestes têrmos ao respectivo presidente da Comissão Executiva, Dr. Eugénio de Castro. Foi lido um ofício do Director da Faculdade de Medicina de Lisboa, Dr. Azevedo Neves, convidando o Instituto a fazer-se representar nas festas comemorativas do primeiro centenário da Régia Escola de Cirurgia, de Lisboa, as quais terão lugar nos dias 14 a 20 do mês corrente.

Foram eleitos representantes e delegados os Profs. Costa Lobo, Alberto Pessoa e Amadeu Ferraz de Carvalho. O Prof. Joaquim de Carvalho deu notícia da representação dirigida ao Govêrno da República, no sentido de Portugal se fazer representar na Exposição ibero-americana de Sevilha, sendo unanimemente aplaudida essa representação, resolvendo-se que fosse publicada no jornal. Depois do presidente e vários sócios terem falado sôbre o movimento nacional pro-colónias, foi resolvido prestar a mais sincera adesão aos esforços da Sociedade de Geografia e da respectiva comissão. Foram apresentados os seguintes trabalhos, para serem publicados no Jornal do Instituto:

1) *Tentativa de interpretação simples da teoria da relatividade restricta,* pelo Almirante Gago Coutinho.

2) *L'assurance-maladie dans le Canton de Bâle-Ville,* pelo Dr. C. Huber.

3) *A noção de espécie em Genética,* por D. Francisco de Vilhena.

4) *Observação à hipótese de Mr. Abbé Moreux sôbre «La Science Mystérieuse des Pharaons»*, por Costa Gomes.

5) *Castelos do distrito de Viana do Castelo,* por L. de Figueiredo da Guerra.

6) *A futura guerra e as instituïções militares na Europa,* por ANTÓNIO GOMES DE SOUSA.

Finalmente procedeu-se a eleição de sócios, a qual deu o seguinte resultado:

SÓCIO HONORÁRIO NACIONAL

Prof. HENRIQUE JARDIM DE VILHENA, Reitor da Universidade de Coimbra.

SÓCIO BENEMÉRITO

CONDE DE FELGUEIRAS.

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

ISAIAS A. NEWTON, capitão de mar e guerra.

JORDÃO DE FREITAS, publicista e director da Biblioteca da Ajuda.

COSTA GOMES, Engenheiro.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

GIOVANNI GIORGI, prof. da Universidade de Roma.

P.e CESAR MORÁN BARDON, arqueólogo, sócio correspondente da Academia das Sciências de Lisboa e da Real Academia de la Historia.

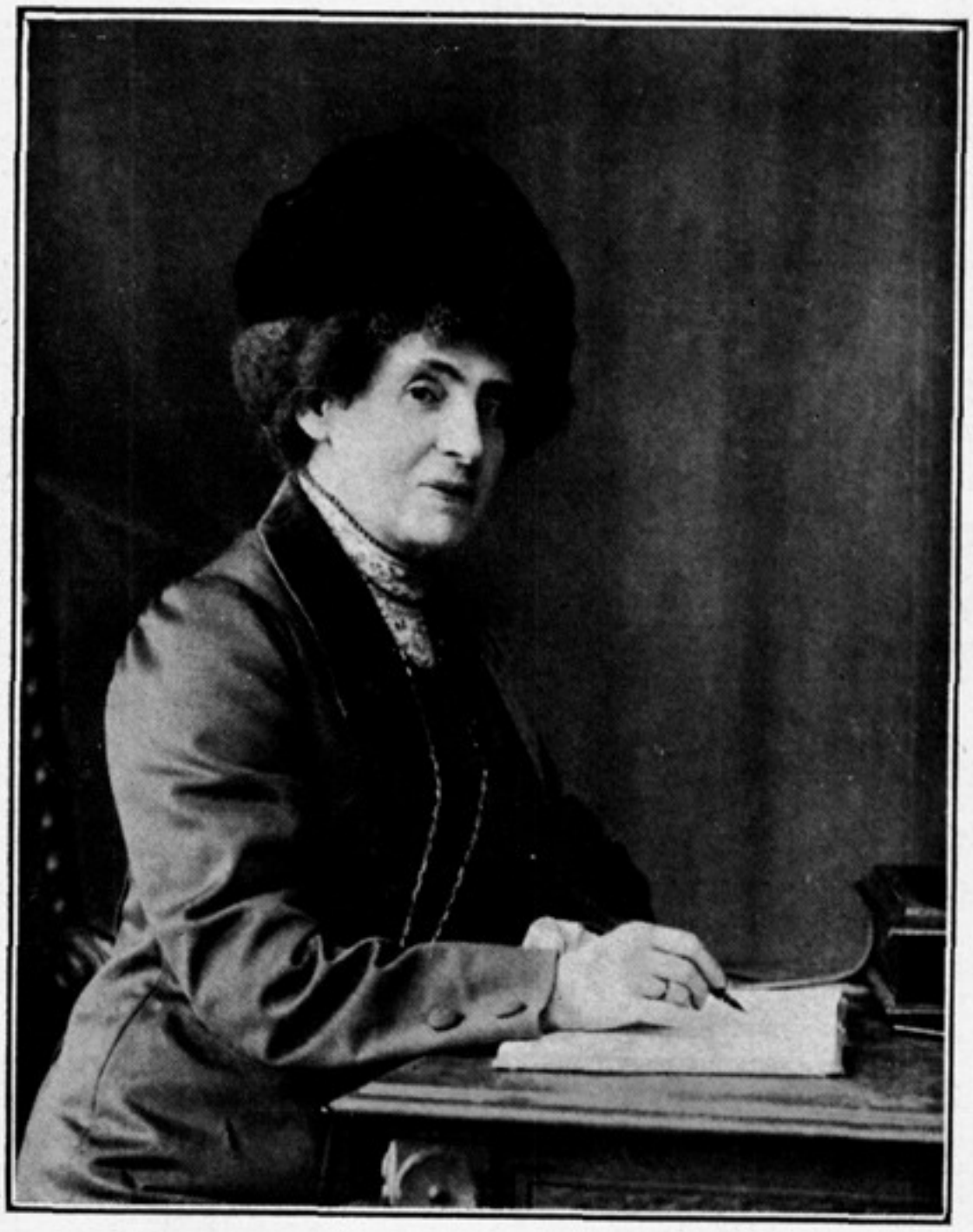
JUAN DE RUJULA Y VACA, Cronista rei de armas de S. M. o Rei de Espanha.

Feito o apuramento, o presidente congratulou-se com os resultados da eleição, referindo-se particularmente com o maior elogio à notável acção scientífica e pedagógica do Sócio honorário, Prof. HENRIQUE JARDIM DE VILHENA, cuja passagem pela Reitoria da Universidade de Coimbra ficará nobremente assinalada; e com palavras de cordial satisfação

acentuou o prazer que o Instituto sente com a eleição do novo sócio benemérito Conde de Felgueiras, não apenas pela benemerência com que procedeu, mas também por ver continuados no filho os relevantes serviços que seu Pai prestou ao Instituto, como antigo Presidente.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu Cabral de Moncada, lavrei a presente acta.

(aa.) F. M. da Costa Lobo.
Cabral de Moncada.



D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

No dia 16 de Novembro de 1925 finou-se no Pôrto, na sua casa de Cedofeita, a insigne Professora da Universidade de Coimbra, Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos.

Alemã no nascimento e no sangue, prussiana no rígido sentimento moral e na concepção grave da vida, o seu nacionalismo jamais lhe obscureceu a clara visão da dignidade humana, no profundo convencimento de que os homens não nasceram para se odiarem. No seu espírito habitou, em lar sempre redivivo, tudo o que constitui a nossa nobreza de europeus. Serenamente confiante no «homem colaborador de Deus», num dos anos trágicos da guerra, em 1917, confessava aos seus alunos da Faculdade de Letras, numa lição que corre impressa, a fé no evoluir desta pobre humanidade, «lentamente e dolorosamente, em linha sempre ascendente, ondulante embora, a-pesar do que em tempos de cataclismo como os de agora pensam os pessimistas».

Foi êste sentimento de confiança na razão que impregnou todo o seu labor fecundíssimo e lhe deu a íntima percepção de que a filologia, para além da exaustão minuciosa, era «amor do logos *ou das sciências (tôdas) do espírito». Daí, também, uma universal curiosidade para todos os productos espirituais, desde as palavras às ideas, desde a etnografia às mais puras criações literárias.*

Numca aplicou o seu penetrante engenho ao estudo dum problema filológico, literário, biográfico ou crítico, que o

não deixasse dilucidado e quando faleciam elementos o seu espírito sabia criar a hipótese de maior harmonia estética ou racional. E assim é que as origens da literatura nacional, a formação da língua portuguesa, a lírica camoniana, a obra vicentina e de Sá de Miranda, o romanceiro peninsular, a novelística pastoril e de cavalaria, para só referir algumas das mais constantes preocupações de tão benemérita e incansável actividade, foram inteiramente renovadas e esclarecidas.

Pela clareza analítica e pela segurança de método, a sua obra tem a sedução tranqüila e perene dos grandes monumentos eruditos do século XVIII, e pelos resultados, criticamente estabelecidos, o viandante futuro que percorrer a marcha do génio português encontrará nas suas laudas repouso estável para algumas inquietações.

Portuguesa pelo casamento, pelo afecto e pelas preocupações intensas do seu espírito, Portugal perdeu com o falecimento da Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos um dos mais fecundos obreiros da construcção espiritual do nosso sentimento da nacionalidade, e a cultura europeia uma das mais lúcidas e compreensivas inteligências da nossa idade.

A comissão de redacção de O Instituto *presta à memória da Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos a mais comovida homenagem de saüdosa veneração, e apresenta a sua Família, em especial ao Prof. Joaquim de Vasconcellos, e à Universidade de Coimbra, o mais profundo pesar por tão irreparável perda.*

JOAQUIM DE CARVALHO.

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

O falecimento da eminente escritora gravou uma data a que um período novo na história da crítica literária portuguesa terá possivelmente de ligar o seu infeliz começo. Assim como a editora de Sá de Miranda foi quási tôda a crítica literária do seu tempo em Portugal — quantos erros e quantas injustiças empanam alhures o brilho efémero do labor português! — assim é lícito recear, na perda do alto sentido da obra dessa fada germânica, a obliteração de algumas qualidades à nossa índole bastante opostas, qualidades sobretudo de acção, tais um confiante e seguro racionalismo, uma disciplina estética e um método operosíssimo que com Carolina Michaëlis recebemos de emprestado e de que, até agora, para mostrar a nossa compreensão, pouco uso temos feito.



EDMUNDO CORREIA LOPES

Havendo para Carolina Michaëlis tão poucos dogmas, admiram-nos profundamente os milagres da sua fé. Deixa uma obra quási homogénea em grau de generalização, como obedecendo a um plano exaustivo que lhe não seria dado realizar, e essa obra é, sob todos os critérios, sólida. Ora, nessa so-

lidez opera principalmente a mais preciosa — e mais falível — das funções criadoras, que é o sentimento. Se alguma vez, nas ideas de Carolina Michaëlis se me ofereceu alguma solução da habitual clareza, levando à perplexidade entre diferentes hipóteses, tive de render-me ao aceno de luz e de beleza com que a hipótese dela tinha sido chamado para escolhida. Partindo do ser humano, cuja observação, através de tôda a sua nobilíssima tarefa, preferiu ao afago lisonjeiro de quaisquer místicas ou ao divertimento de quaisquer cabalas, pendeu muito, talvez demasiado, para considerar o lado passional das obras e das sociedades. O *quid* psíquico foi para a malograda escritora a invulnerável razão das suas apreciações.

Examinando os mais internos recessos das coisas onde a verdade das letras se esconde, tendo por norma uma probidade como dela podia ter a clara noção um espírito tão alto, por encontrar mil específicas aparências nunca seguiu pelo trilho fácil de esconder sob fórmulas irredutíveis alguns segredos selectos para, como outros muitos, nos fazer contemplar no que somos obrigados a confessar os mistérios da sciência dêles. Que a obra filológica indique os pontos que pediam uma intuïção fácil e natural: aí estava a vocação tão femininamente delicada de Carolina Michaëlis.

O seu perfil de sábia é inconfundível: é o seu perfil de mulher. Foi maravilha, mesmo em mulher, o seu método, partindo da mais completa minúcia de reparos que é possível conceber (encontro na minha pasta certo apontamento escrito numa fôlha de papel em que a mestra tinha pacientemente organizada a lista dos nomes próprios literários, mitológicos, históricos e bíblicos encontrados num volume das obras de Moreto, como fazia das demais). Com semelhantes precauções pôde ter o pleno gozo de afirmar, mesmo em alguns pontos que não parecem absolutamente incontrovertíveis; no entanto, quando outro resolvia melhor uma questão que ela

tivesse debatido, o seu contentamento era sinceramente maior, vendo então a verdade mais fortemente escorada. Estou plenamente convencido de que, na sua vida tão cheia de labor a uma clara e doce luz, a posse da obra realizada ou projectada, isenta de vaidades, aliás legítimas, foi apenas íntima satisfação intelectual.

Quem, encontrando-se com ela no campo das letras, não aproveitou directa ou indirectamente dos frutos do seu ardor para o trabalho e curiosidade intelectual ilimitada? Eu, que lhe restituo o pouco que nos meus insignificantes escritos pôde caber do muito do seu aturado trabalho, não saberia restituir os materiais facultados, os conselhos e encorajamentos, as sugestões, nem dizendo — o que pouca importância tem — que a incitamento dela renovei cotidianos propósitos de voltar ao campo das letras, se é que algum dia lá entrei, e, agora, certamente ninguém trará mais ao meu isolamento do meio literário incitamentos nem matéria prima. Para a vastidão enorme da sua obra e ainda pelo merecimento excepcional da sua vocação e correcção literárias, ninguém lhe prestou a ela, também, auxílio, o que não é consideração bastante a animar-me e outros muitos. Com tôdas as restrições do meio, cada dia crescentes, somos levados a crer que à missão de D. Carolina nas nossas letras não faltou o mérito duma vocação fatal. Certamente em Teófilo Braga ou Sousa Viterbo um trabalho tão exigente, como acabo de fazer ver, não tinha a degladiar-se com incomodidades de tal porte.

Mas o labor incansável não encontrava obstáculos que não remontasse, os assuntos, onde isso era possível, não deixavam de ser exaustos, a penetração crítica não sofria os embates da fadiga nem os solavancos da precipitação. Acabar um trabalho representava para a autora um momento supremo em que a matéria bruta dos factos documentados saía do caos das hipóteses evocada para a vida. Alguns pontos duvi-

dosos da nossa literatura que na irresolução habitual andariam a boiar sem fim, pela intervenção de Carolina Michaëlis foram levantados como esteios da crítica. A erudita senhora não foi sòmente a razão de ser da máxima parte do esfôrço crítico sôbre as questões portuguesas. Dir-se-ia que a sua obra era, relativamente ao meio, avultada de mais para fazer a glória dum só nome. Todos sabem, os que se logram nas letras, quantos nomes ventilou e enobreceu, àquem e àlem fronteiras, o esforço isolado da sua pena.

Os autores que não *acabam*, pelo impulso duma concepção firme, só retomam a calma para os trabalhos a sério depois de bem escorrido dos prelos o sumo dos pensamentos. Carolina Michaëlis, porém não precisava dar tempo que das obras saídas lhe voltassem incitamentos ou conselhos. Dado o desimporte com que oferecia materiais desbravados a quem tinha um nome para assinar um trabalho e simultâneamente a ânsia de ver obra própria e alheia, não é de todo compreensível se percam inéditos mais ou menos longamente esperados. E não se perderão talvez, como é de crer pela importância e estado de adeantamento de alguns que, por geralmente conhecidos e não desviar, a curiosidade, de outros que eu possa ignorar, não citarei. Devem ser também objecto dos cuidados editoriais as traduções das obras em alemão; da injustiça do acaso na pouca vulgarização dessas obras, aliás natural por versarem assuntos duma nação onde o conhecimento da língua alemã é raro, queixava-se a autora com freqüência. Para alemão ocupava-se nos últimos tempos em verter o dificílimo texto de Bernardim.

Sòbriamente, com naturalidade e a propósito sempre, a autora das *Notas Vicentinas* manifesta através dos seus escritos eruditos uma profunda penetração objectiva. Os seus juizos, que são sem quebra os dum alto espírito, merecem sobretudo na parte que respeita à vida e ao carácter português carinhosa menção. Ninguém apontou, com tão sin-

ceros desejos de concorrer à emenda, os defeitos da nossa raça e ninguém reconheceu também nesses defeitos o reverso duma fatalidade heróica, parte integrante duma herança redentora, males capazes de encontrar na simpatia da história uma transmutação em virtudes fulgentes. Como nos pensamentos, os escritos de D. Carolina manifestam sólida e tersa feitura no estilo, engenho e método na exposição, um calor convincente. O estilo, que tem qualquer coisa da elasticidade da prosa alemã, parece beneficiar do carácter de muito restrito idealismo da língua portuguesa mantendo o pensamento sempre inequívoco e justo para o mais subtil dos modos da expressão desejada. Não lhe falta variedade nem lhe faltou sentido evolutivo, para a prosa incisiva, afável, caracterìsticamente feminina, sem míngua do potencial subjectivo, que é a seiva do melhor do exercício intelectual, essa prosa tão ajustada aos assuntos, que nos últimos trabalhos exibiu.

A obra de Carolina Michaëlis representa, emfim o belo e nobre desempenho duma alta missão. Oxalá não seja estéril a terra que a recebeu.

Tenhamos a nobreza de compreendê-la e secundá-la.

Pôrto, 24 de Dezembro de 1925.

Edmundo Correia Lopes

ALGUNS TRABALHOS DA PROF. SENHORA D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

A lista de trabalhos da insigne Prof. Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, que adiante inserimos, visa apenas a acentuar alguns aspectos do seu fecundíssimo e variado labor. Uma bibliografia exaustiva, dilatada e dispersa como foi a sua actividade literária, exigiria demoradas investigações, a-pesar da notável contribuïção do Prof. José Leite de Vasconcelos, publicada no volume V do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa,* (1912) dedicado à excelsa romanista e historiadora da literatura portuguesa. Demais, sabemos que o Dr. Gerhard Moldenhauer, em momento oportuno, que não vem longe, publicará os resultados da sua cuidadosa investigação, tendo orientado o seu minucioso trabalho sob um rigoroso critério cronológico. Os livros para os quais chamamos particularmente a atenção dos nossos leitores são os seguintes:

Cancioneiro da Ajuda. Texto, notas, esquemas métricos, investigações bibliográficas, biográficas e historico-literárias, 2 vols., Halle, 1904.

Geschichte der portugiesischen Litteratur, publicado no *Grundriss der romanischen Philologie* de G. Gröber, (II, 2), 1904.

Randglossen zum altportugiesischen Liederbuch, in-*Zeitschrift für romanische Philologie*, vol. XX e segs.

Poesias de Francisco de Sá de Miranda. Edição crítica, acompanhada de um estudo sôbre o poeta, variantes, notas, Glossário e um retrato. Halle, 1885.

Novos estudos sobre Sá de Miranda, in-*Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa,* vol. V, (1912).

Estudos Camonianos:

I. — O Cancioneiro Fernandes Tomás, Indices, nótulas e textos inéditos. Coimbra, 1922.

II. — O Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro. Coimbra, 1924.

Artigos vários sôbre a bibliografia e lírica de Camões publicados no *Circulo Camoniano,* na *Zeitschrift*, cit. e na *Homenagem a Camões*, (1902), etc.

Vida e obra de Luis de Camões. Versão do original alemão de W. Storck, anotada. Lisboa, na Academia das Sciências, 1898.

Anthero e a Alemanha, in-*Anthero de Quental, In Memoriam* Pôrto, 1896.

A Infanta D. Maria de Portugal e as suas damas. (1521–1577) Pôrto, 1902.

Uma obra inédita do Condestável D. Pedro de Portugal — *Tragedia de la insigne reyna Doña Isabel,* in-*Estudios de erudición española en honor de M. Menéndez y Pelayo,* e em ed. independente. Coimbra, 1922.

Investigações a respeito de Sonetos portugueses e Castelhanos, in-*Revue Hispanique*, tom. XXII, (1911).

Estudos sobre o romanceiro peninsular, in-*Cultura española*, Madrid, 1907–1909. Há separata.

Mestre Giraldo e os seus tratados de Alveitaria e Cetraria, Estudo literário e contribuïções para o futuro Dicionário Etimológico das línguas românicas peninsulares, in-*Revista Lusitana*, vol. XIII, (1910).

Uriel da Costa:

I. — Notas relativas à sua vida e às suas obras in-*Revista da Univ. de Coimbra*, vol. VIII, (1922).

II. — Notas suplementares relativas à sua vida e obra. Na *Lusitania*, fasc. I, 1924.

Autos Portugueses de Gil Vicente e da escola vicentina. — Introdução à ed. fac.-similada do Centro de Estudios Históricos. Madrid, 1922.

Notas Vicentinas: — Preliminares de uma edição crítica das obras de Gil Vicente:

I. — *Gil Vicente em Bruxelas ou O Jubileu de Amor*, in-*Revista da Universidade de Coimbra*, vol. I, (1912).

II. — *A Rainha Velha e o monólogo do Vaqueiro, ibid.*, vol. VI, (1918).

III. — *Romance à morte del-rei D. João III, ibid.* vol. VII, (1919).

IV. — *Cultura intelectual e nobreza literária, ibid.*, vol. IX, (1922).

Introdução às *Obras* de Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão, publicadas na *Biblioteca de Escritores Portugueses.* vol. I, Coimbra, 1923.

Colaborou, dentre outras, nas seguintes revistas:

Revista da Universidade de Coimbra.
Revista Lusitana.
Lusitania.
Archivo historico Portuguez.
O Instituto.
Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra.
Biblos.
Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa.

Circulo Camoniano.
Revista da Sociedade de Instrução do Porto.
Zeitschrift für romanische Philologie.
Romania.
Revue Hispanique.
Bulletin Hispanique.
Revista de Filologia Española.
Cultura Española.

Prefaciou vários trabalhos, dentre os quais, pela sua elevada significação nacional, merece especial registo o que consagrou ao *Romance de Amadis composto sobre o Amadis de Lobeira*, por Afonso Lopes Vieira, (Lisboa. 1922).

J. C.

obras portuguesas». (Introd. p. XXXIII à ed. fac-similar d'*Os Lusíadas,* Lisboa, Bibliotéca Nacional, 1921).

Como nas *Fontes d'Os Lusíadas* (Coimbra, 1905) mostrara o que o P. devia a André de Rezende, Duarte Galvão, Castanheda, Barros, Rúi de Pina, Ferreira, Fernão Lopes, Francisco de Morais, e também a Bocácio, Sabelico, Petrarca, Ariosto..., a conclusão será que o museu é de humanismo, de todo o Renascimento, aí devendo incluir os clássicos antigos, Homero, Vergílio, Ovídio, Lucano, Séneca e tantos outros, monumento cultural que prende a Pátria à sua nobre origem Heleno-Latina.

Receio que neste inventário de exegese se não dê o lugar devido exactamente a quem, mais que todos êsses, contribuíu «imediatamente» para a epopéa d'*Os Lusíadas,* — a Camões, o Camões das «Obras menores», o delicioso lírico, anterior ao épico sagrado.

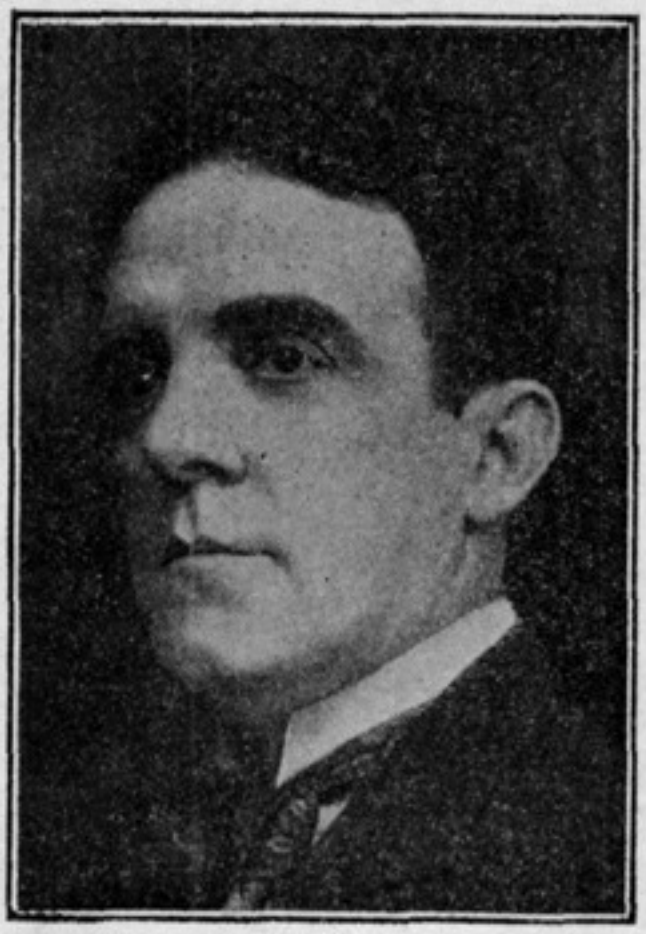
E aqui vem de razão restringir uma certa crítica que, por falta de espírito super-nacional, senão de humanismo, no mais simples e puro sentido da palavra, se faz ao Camões épico, em favor do Camões lírico. Consideram êsses tais ao épico como Lusitano, nacional apenas, não sensível a estrangeiros completamente, e passado de seu tempo... emquanto louvam ao lírico, universal e eterno. Não há nada mais curto de vista, e injusto. O maior Camões, de todos, é indubitàvelmente o dos *Lusíadas,* obra do mais universal e eterno espírito, lírico e épico a um tempo, animado de amor à natureza das coisas e à grandeza do homem, como nenhuma outra epopeia humana, cantado num scenário sem maior, de céu, de mar, de continentes, espalhados pelo mundo...

E a razão disto é precisamente a que nos ocupa. O Camões lírico foi fonte aproveitada e seguida, poder-se-ia quási dizer incorporado ao outro, para a glória total d'*Os Lusíadas*. Se é exacto que o Poeta dos *Sonetos* e das *Redondilhas* teria só por êles, uma glória Petrarquiana, ou

O «PARNASO» DE CAMÕES, FONTE D'«OS LUSIADAS»

A minha já estimada e léda musa (*Lus.* X, 156).

De recente estudo sôbre Camões e *Os Lusíadas,* mais um dos sábios estudos sôbre o Poeta e o Poema, do Dr. José Maria Rodrigues, retive, entre tôdas, estas frases:



AFRANIO PEIXOTO
Antigo Presidente da Academia Brasileira de Letras

«Nos *Lusíadas* não há só a colaboração dos poetas, dos cronistas, dos historiadores, dos eruditos, dos mestres da língua que precederam o P. ou foram seus contemporâneos. Também aí se acham intencionalmente arquivadas muitas particularidades de fonética, de construção gramatical, de ortografia, de métrica, que nêles ocorriam. Isto é: os *L.* são ao mesmo tempo um poema e um museu; são um monumento duplamente nacional, erigido pelo génio do poeta para glorificar a pátria, com materiais buscados principalmente em

uma glória à João de Deus, com as ampliações de perspectiva, não será exagêro dizer que o das *Éclogas,* das *Elegias,* das *Odes* e das *Oitavas,* foi apenas o de ensaio e de treino para o Poeta d'*Os Lusíadas.*

A demonstração dêste juízo é fácil a quem êle tenha acudido, mas pasma que não tenha acudido a tôda a gente. Apenas Faria e Sousa fez alguns cotejos repetidos, mas sem sistema, Epifanio Dias o cita alguma vez, e José Maria Rodrigues completará certamente as suas *Fontes* exaustivas, com essa fonte maior d'*Os Lusíadas,* que é o *Parnaso.*

Com efeito, lendo estas obras menores, com êsse espírito, e antes d'*Os Lusíadas*, já não surpreende tanto aquilo que é uma voz, de biógrafos e críticos, de Storck a Jayne, e a que já, de outra feita aludi: «O assombro dessa cultura e dessa memória nunca será assaz louvado, atendendo à diversidade dêsses apêlos a factos históricos e geográficos, reminiscências mitológicas e literárias, se pensarmos que o poema foi escrito no exílio, sem livros de consulta».

Apenas, antes do Camões épico, o lírico já lhe buscara tôda essa riqueza de erudição humanística... O Hércules dos *Trabalhos,* epopeia em doze façanhas, se ensaiaria em obras menores, que explicam a maior, que as resume e amplia tôdas, à maravilha. Basta lê-las, para se ter a certeza que o aparato histórico, geográfico, mitológico, erudito, necessário dos *Lusíadas,* já estava em germe nas *Éclogas, Elegias, Odes, Canções* e *Oitavas*...

O Hidaspe, Atlas ou Atlante, Tingitano, as Parcas, o fero Marte, as ninfas, Filomela, as Tágides, as Oréadas, Mauritano, Hispánico, Sabéas, Mondego, Guadiana, Taprobana, a fera Alecto, Ampelusa já rimando com Medusa, Euxino, Ibero (I), Ceres, Zéfiro e Flora, Citeréa, Sirenas, Diana, o Nilo, Febo, Dafne, Pindo, a fonte Aganipe, Bóreas, os frios Hiperbóreos, o filho de Climene (II), as Camenas, o Indo, Venus, as Ninfas do Tejo, Orfeu (III), o reino Neptu-

nino, Hélicon, Pégaso, Calíope, Smirna, Homero, a cítara Mantuana, Cupido, Vergílio (IV), o Ponente, a roxa Aurora, Progne e Filomena (V), as Musas, o Olimpo, Anfitrite, Neptuno, o Parnaso, Proteu, Nereidas, Júpiter (VI), Títiro, o Ganges, Efire, Nise, Idálio, Eurídice, Líbicas, fera Hircana, Alfeu, Arcádia, Ericina, Biblis, o monte Ida, Juno, Ciparisso, Frígia, Liso, Helesponto, Clicie, Trácio, Alcione, Egeu, a Ursa, Acteon (VII)... já estão, e repetidamente, nas *Éclogas*...

O cabo «Aromata chamado», Abassia (VIII), Júpiter irado, bravo Marte, Apolo, Mercúrio, Diana (IX), o jardim das Hispéridas, Alcides (XIII) e Quimera (XIV), Vulcano, a Cípria, o Polo, o Oriente, o «meu Planeta» (XV), Favónio, Citerea, Ericina... estão nas *Canções*...

Nas *Odes* há Erimanto, Orionte, Arábia Feliz, o velho Atlante (I), o Sol no Touro (II), Ramadante, Estígio, Sísifo, Ixião (III), Circe, Tessália, Lesbos, Némesis (IV), Doris, Nereidis, Tebas, Anfion, a lei Letéa, Scipião, Alexandro, Octaviano (VII), Tétis, Heitor, Cambáico, Medéa (VIII), Zéfiro, Progne e Filomela, Vulcano, Orionte, Teseo, Perito (IX), Dafnis e Apolo, Larissêo, Pirro (XI), Clície (XII)...

Nas *Elegias:* o Ponto, os Penates, a Roxa manhã, Filomela, o Létes (I), Hércules Tebano, Calpe, o Mediterrano, as Hespéridas, Anteo, Cocito, o músico de Trácia, Eurídice (II), Temstocles, a dura Alecto, a Scitia, Eolo, Favónio, Neptuno, as Nereidas, Panopea, o Cabo de Boa Esperança, o novo Hemisfério, Bóreas, Noto, os raios de Vulcano, Títiro, Citeréa (III), a áurea Chersoneso, o Olimpo, Mercúrio, Apolo, Marte, César, Alexandro, Malaca (IV), Cupido, Zéfiro, Vulcano, Progne (VI), o côro Angélico, o filho e neto de Ciniras (VIII)... o tôrpe Ismaelita (XI), lembram outras tantas referências do poema.

Cesar, o Etna, o Nilo, o Egipto, o Otomano, Hierusalem, Rómulo, Baco, o Tingitano Alceu, os Barões, Constantino,

Bizâncio, seio Gangético, reino Neptunino, a Pérsia, a gente Maometana, o Alcorão, Babilónia, os netos de Agar... estão nas *Oitavas*...

Nos *Sonetos* estão o Roxo mar, os Barões, as Tágides, Temístocles, Scipiões, os Doze Pares, os Laras, Alexandro, Dardânia, o filho de Latona, o Eurotas, o Olimpo, Clície, Atlante, Alcides, Homero, César, Gangético, a Terceira Monarquia, a Aurea Chersoneso, as Sirenas, Gedrosia, Taprobana...

Se do aparato mitológico, geográfico, histórico, citado ao acaso, e apenas para dar uma idea das colecções eruditas do Poeta, passarmos às expressões favoritas, seria nunca acabar. Vejamos contudo algumas:

«afinar» (*El.* III 140, 189; *Canc.* X; X 57; *Lus.* IV 56, V 89)
«asselar» (*El.* III 139: *Son.* CLII; *Sel.; Fil.* II 3; *Lus.* II 71, III 105, VII 71)
«canto» (pedra) (*Od.* III 50; *Red.* I 38; *Lus.* I 91, VII 7)
«divulgados» (versos, pensamentos) (*Son.* LXXXVIII; *Lus.* VII 4, X 122)
«drago» (*El.* XXIX 156; *Lus.* X 88)
«enfrear» (ventos, Eolo) (*Od.* XI 21; *Lus.* XI 6)
«error» (*Ec.* II 242, III 109; *Canc.* XI 14; *Anf.* IV 1; *Lus.* VII 4, X 122)
«influir» (*Son.* LI; *Lus.* VIII 64, IX 5, 22)
«injuriar-se» (*Son.* LXXIV; *Lus.* X 103)
«passadores» (ferros, do amor) (*Son.* CXXVI; *Lus.* IX 30)
«quamanha» (*Son.* CCCI; *Lus.* V 69)
«repugnante» (fôrça, vento) (*Ec.* I 67; *Lus.* VI 35, VII 15)
«agreste avena» (*Son.* CXCII, *Lus.* I 5)
«aguas neptuninas» (*Canc.* XVI 15, *Lus.* IX 49)
«altos peitos» (*El.* X 74, *Lus.* X 23)
«amor intrinseco» (*El.* III 137, IV 85; *Lus.* III 24)
«aurora marchetada» (*Son.* XCIX; *Lus.* I 59)
«bem comum» (*El.* XXII 167; *Lus.* VII 84)
«benigna estrela» (*El.* I 340, VVI 34, 5; *Lus.* VIII 25)
«brancas flores» (*Éc.* III 5; *Lus.* III 132)
«brando peito» (*El.* II 100; *Son.* XCV; *Lus.* X 23)
«capela de ouro» (*Son.* CCXXXIII; *Lus.* VII 81)
«cento e cento» (*El.* III 171; *Lus.* III 63, VI 18)
«crespos fios de ouro» (*Son.* LX; *Lus.* II 36)

«cristalinos paços» (*Son.* CVII; *Lus.* IX 41)
«de juro» (*Son.* CXLIV; *Lus.* VI 27)
«doce fruto» (ou fruito, já rimando com «muito» (*Son.* CCLIX; *Anf.* V 7; *Fil.* IV 2; *Lus.* III 120)
«engenho e arte» (*El.* XVIII 31, XX 129; *Oit.* VIII 4, *Son.* II, CXVII, CXX; *Lus.* I 2)
«espíritos divinos» (*Canc.* XVIII 32; *Lus.* I 26)
«falso parecer» (*Éc.* II 388; *Lus.* III 139)
«ferver as praias» (*El.* X 4-5; *Lus.* II 93)
«flores hiacintinas» (*El.* XI 15; *Lus.* IX 62)
«frauta ruda» (*Son.* CXCII; *Lus* I 5)
«frio medo» (*El.* IV 87, X 56; *Lus.* IV 89)
«gado de Próteo» (*Canc.* XIV 14; *Lus.* I 19)
«húmidas deidades» (*Ec.* VI, 193; *Lus.* VI 8)
«larga historia» (*Son.* LXXIV, LXXXVI; *Ec.* VI 408, 502; *Canç.* IV 59; *El.* X 81; *Oit.* I 12, III 4; *Lus.* X 71)
«lei de cima» (*El.* XIX 20; *Son.* LIX; *Lus.* X 151)
«leve lenho» (*Son.* LXXXIX; *Lus.* I 27)
«linda dama» (*Son.* XXVIII; *Lus.* V 74)
«lindo gesto» (*Canç.* XVIII 87; *Lus.* III 102, V 55, IX 81)
«longa experiência» (*Son.* XXXIV; *Lus.* V 17)
«luz duvidosa» (*Son.* XXXIV; *Lus.* VIII 44)
«mas porém» (*Redond.*; *Filod.* III 1; *Lus.* III 99. VI 18)
«não cessando» (*Ec.* I 317; *Lus.* VI 72)
«não mais» (*Canç.* XI 241; *Lus.* X 145)
«pálida viola» (*El.* XIII 50; *Éc.* I 167; *Lus.* IX 61)
«peito d'aço» (*El.* X 13, *Canç.* XIV 43; *Lus.* III 114)
«puro amor» (*Son.* CXLVII, CCLII; *Lus.* III 119, IX 82)
«roxa aurora» (*Canç.* III 52; *Éc.* V 117; *Son.* LXXI; *Lus.* IV 60)
«roxos lírios» (*Éc.* III 271; VII 55; *Lus.* II 37, IX 61)
«segredos da natura» (*El.* XXIX 76; *Lus.* V 22)
«telas de ouro» (*Son.* CVIII; *Lus.* V 99)
«vital necessidade» (*Oit.* VIII 8; *Lus.* VIII 63)
«vivo lume» (*Od.* VIII 58; *Canç.* XVIII 27; *Son.* LX, CCLVII, *Lus.* V 8)

E o «céu», o «mar», o «vento», a «calma», a «espessura» e os predilectos nomes: «gesto», «peito», «lei», e os predilectos qualificativos «duro», «lêdo», «puro», «alto»... repetidamente, há pelas obras menores, como n'*Os Lusíadas*...

Nem por um instante, interrompo para dizê-lo, tenho isso como defeito ou deficiência do Poeta, em repetir-se, senão que o aponto como documento de minha tese — *Os Lusíadas* foram, senão o primeiro, o grande sonho realizado, de Camões: nêles pôs tudo, sua vida, a de seu povo, a de sua civilização, a de sua fé, para entoar a epopeia, e os acentos líricos, sua erudição, suas expressões favoritas, tudo lhe serviu como preparo, como enfeite, para essa obra colossal. Na *Basílica de S. Pedro,* em Roma, teria Miguel Angelo pôsto muitas de suas obras menores... A *Pietà* se nos depara logo à entrada; no *Juizo Final* da Sixtina deve estar tudo o que antes pintara.

De uma grande obra não se dirá que é só o esfôrço de um povo e uma cultura, através de um homem de génio, capaz de realizá-la — é também, e naturalmente, o ensaio de tôdas as fôrças e tôda a arte das obras menores dêsse génio, que tenta, e emfim realiza, e como evoca o passado de sua erudição, lhe surgem as reminiscências de sua própria inspiração.

A melhor prova disso é que existem versos quási inteiros, ou inteiros, nas obras menores, que apareceram n'*Os Lusíadas.* Mas antes de lá chegarmos, temos reminiscências ou confrontos, ainda curiosos.

Tal palavra ou expressão que nos feriram n'*Os Lusíadas* já estavam nas *Rimas.*

«Cerúleo», endereçado ao mar, marítimo, por exemplo: «cerúleo senhorio» (I, 16), «cerúlea companhia» (II 19);

Dai lugar, altas e cerúleas ondas (*Lus.* IX, 49)

lá estava adiante:

Tristões cerúleos, Próteo com Palemo (*Écl.* VII 94)

«Músico», por musical, melodioso, é comum:

Músicos instrumentos não faltavam (*Lus.* X, 5)
Os instrumentos músicos deixando (*Son.* CCXXXIX)
Os músicos delfins estão perdidos (*Écl.* VI, 309)

Uma impropriedade conserva-se aqui e ali:

Que do sol as carretas move e guia (*Ecl.* VI, 202)
O sol que pera o norte os carros guia (*Lus.* V, 7)

Carro e carreta do sol, dissera, porque era singular; o Poeta a quem tanto sobrava, os multiplicou.

Uma expressão figurada, em sentido metafórico, em vez do exacto, como se vê aqui:

Arde, morre, blasfema e desatina (*Lus.* VI, 6)

«Morre», isto é, diz o mestre J. M. Rodrigues: «mata-se», já estava alhures, numa outra seqüência:

Tambem suspira, morre, desespera (*Écl.* V, 214)

Estas seqüências continuativas de verbos não se parecem ou não lembram uma a outra?

Salta, corre, sibila, acena e brada (*Lus.* I, 88)
Acena, salta, brada, ferve e geme (*Écl.* V, 205)

Não são os mesmos êsses nomes?

Vencendo ferro, fogo, frio e calma (*Son.* CLI)
Por fogo, ferro, água, calma e frio (*Lus.* IV, 104)

Ás vezes as mesmas palavras dão ideas opostas:

Que quer fechar o mar Mediterrano (*Lus.* III, 18)
Dando caminho ao mar Mediterrano (*Écl.* II, 48)

E a mesma idea tem expressão parecida:

Em peito feminil que de natura
Somente em ser mudavel tem firmeza (*Son.* XIV)
O peito feminil que levemente
Muda quaisquer propósitos tomados (*Lus.* IX, 46)

Quando não tem idêntica:

De ruda frauta nem de agreste avena (*Son.* CXCII)
E não de agreste avena ou frauta ruda (*Lus.* I, 5)

Alma co'o débil corpo está liada (*Ec.* IV, 227)
Pois com elle (corpo) *tal alma está liada* (*Son.* X)
Com que co'a alma o corpo se liara (*Lus.* X, 31)

Freire de Carvalho parece que acertou, quando ao «turbulento» do verso 6.º, estância 88, canto X, porque não rimava, substituiu «metuendo»

E do Orionte o gesto metuendo

Estou convencido que o Poeta assim escreveu mesmo, dada a idea deste verso 35, Ode IX:

Temerá o marinheiro o Orionte.

O mesmo epíteto, ou comparação, ocorre-lhe sempre na lírica e na epopeia: «as rosas» do rosto e a «neve» da pele...

Sêcas do rosto as rosas e perdida (*Lus.* III, 134)
Pelo colo que a neve escurecia (*Lus.* II, 6)
E Dione que as rosas entre a neve
No rosto traz... (*Lus.* IX, 36)
Entre as rosas e a neve humana pura
O ouro e o alabastro transparente (*Lus.* III, 142)

Nas *Rimas* não é diferente:

Por entre vivas rosas e alva neve (*Son.* VIII)
Das rosas que seu rosto debuxava (*Son.* XLIV)
Quem vê que em branca neve nascem rosas (*Son.* LX)
Debaixo de ouro e neve cor de rosa (*Son.* XLIV)
E com rubis e rosas, neve e ouro...
Do belo rosto as rosas...
No peito a neve...
De ouro, rosas, rubis, neve e luz pura (*Son.* CXXXI)

O rosto onde com lustre desusado
Purpúrea rosa sobre a neve ardia (*Son.* CLXXXVI)
Vi as pérolas, neve, rosa e ouro (*Son.* CCLXXVI)
Gesto alegre de rosas semeado (*Son.* CXXXVIII)
A cor de rosa e neve semeada (*Son.* CCCVI)
De ouro e rosas composto e claridade (*Ecl.* II, 167)
E as rosas entre a neve semeadas (*Ecl.* XIV, 182)
Rosa e cristal e neve as aparências (*Od.* VI, 35)
E as rosas entre a neve semeadas (*Canç.* VII, 28)
As rosas entre a neve semeadas (*Canç.* VIII, 28)

E por falar em «rosas», agora outras «flores» humanas, não é aqui a mesma idea, na mesma imagem?

Toda a terra esmaltada destas rosas (*Écl.* II, 207)
De que se vestem as humanas rosas,
Fazendo-se por arte mais formosas (*Lus.* IX, 68)

Tal imagem agrada ao Poeta:

Assi como cristal do sol ferido,
Que por fora derrama
A recebida flama esclarecida (*Od.* VI, 41-2)

Não a despreza, e lembra, uma vez mais:

Qual o reflexo lume do polido
Espelho de aço ou de cristal formoso,
Que do raio solar sendo ferido,
Vai ferir noutra parte luminoso (*Lus,* VIII, 87)

Ou est'outra:

Como coração tamanho
Vos pode caber no peito (*Redond*)
O meu peito, onde estais
É para tanto bem pequeno vaso (*Od.* V, 15-6)
Que o coração no peito lhe não cabe (*Lus.* VI, 90)
Que o coração para êle é vaso estreito (*Lus.* IX, 17)

Palavras e imágens concisamente iguais, como estas:

O céu, a terra, o fogo e o mar irado (*Eleg.* XI, 39)
Governa o céu, a terra e o mar irado (*Lus.* I, 21)

Não lhe valeu escudo ou peito de aço (*Eleg.* X, 13)
Sem lhe valer defesa ou peito de aço (*Lus.* III, 114)

Ver e notar do mundo o desconcerto (*Oit.* I, 8)
Vede da natureza o desconcerto (*Lus.* III, 138)

Mas contra o fado emfim nada resiste (*Ecl.* VII, 451)
Que contra o céu não vale defensa humana (*Son.* XXXVI).
E como contra o céu não valem mãos (*Lus.* V, 58)

Oxalá foram fábulas sonhadas! (*Canç.* XI, 249)
Ou parecerão fábulas sonhadas (*Lus.* X, 20) (1)

O gado de Proteu nas águas pasce (*Canç.* XIV, 14)
O profeta Proteu deixando o gado
Marítimo pascer pela água amara (*Lus.* VI, 20)

Caso há em que tais esboços dão em verso a epopeia:

A máquina do mundo parecia
Que em tormentos se vinha desfazendo (*Eleg.* III, 118-9) (2)
Mas vês que a grande máquina inquieta
Do mundo se desfaz tôda em tristeza (*Eleg.* XI, 523)
E destruida a máquina do mundo (*Eleg.* XI, 23)
Arruinar a máquina do mundo (*Lus.* VI, 71)

Este quási que ficou completo:

Que o monte pareceu ser destruido (*Écl.* VII, 147) (3)
Que o mundo pareceu ser destruido (*Lus.* VI, 71)

---

(1) Faria e Sousa, a quem não ocorreu êste, cita dois outros:

Nestas fábulas vós também sonhadas (*Lus.* V, 89)
Mãos do tempo com fábulas sonhadas (*Lus.* VI, 61)

(2) Faria e Sousa confronta apenas êste com o verso da estância 76 do Canto VI.

(3) Faria e Sousa transcreve:

Como se fosse o monte destruido

De uma larva sai uma borboleta, como de um verso incerto:

Numa mão livros, noutra ferro e aço (*El.* IV, 49)

outro melhor, dir-se-ia crisálida:

Mas n'ũa mão a pena e noutra a lança (*Lus.* V, 96)

finalmente, outro perfeito, já alado:

Nũa maõ sempre a espada e noutra a pena (*Lus.* VII, 79)

Não se parecem confrontar êstes versos, como écos?

Assim que as mãos que a tantos mortes deram
Tambem a muitos a vida dar poderam (*Od.* II, 12)
Tambem chagas mortais curar sabia (*Od.* VIII, 18)
As chagas recebidas, cuja ajuda
Não somente dá vida aos mal feridos
Mas põe em vida os inda não nascidos (*Lus.* IX, 32)

Como a cor das amoras é de amores (*Écl.* VII, 342)
As amoras que o nome tem de amores (*Lus.* IX, 58)

Os campos esmaltando de boninas (*Écl.* II, 196)
Qual campo revestido de boninas (*Lus.* I, 58)

Os álamos se abraçam co'as videiras (*Eleg.* VI, 155)
Entre os braços do ulmeiro está a jocunda
Vide... (*Lus.* IX, 59)

Da cândida cecêm... (*Eleg.* VI, 13)
Do matutino orvalho rociadas (*Eleg.* VI, 143)
A cândida cecêm das matutinas
Lágrimas rociada... (*Lus.* IX, 62)

Quando o sol encoberto vai mostrando
Ao mundo a luz quieta e duvidosa (*Son.* XXXIV)
Mas já a luz se mostrava duvidosa,
Porque a alampada grande se escondia
Debaixo do horizonte... (*Lus.* VIII, 44)

Faria e Sousa confronta alguns versos, que são apenas variantes:

Eis a noite com nuvens se escurece (*Eleg.* III, 115)
Uma nuvem que os ares escurece (*Lus.* V, 37)

Bicho da terra vil e taõ pequeno (*Eleg.* X, 75)
Contra um bicho da terra taõ pequeno (*Lus.* I, 106)

Te fêz Deus sacra Fénix, virgem pura (*Son.* CXCVII)
Sôbre a única Fénix, virgem pura (*Lus.* II, 2)

Das naus as velas côncavas rompendo (*Eleg.* III, 123)
Das naus as velas côncavas inchando (*Lus.* I, 19)

Açoute do soberbo castelhano (*Oit.* II, 8)
Açoute de soberbos castelhanos (*Lus.* IV, 24)

Não era de espantar se m'espantasse (*Oit.* I, 5)
Não era de espantar se s'espantasse (*Lus.* VIII, 58)

Está virgineas faces imitando (*Son.* CXXXVI)
Estam virgineas tetas imitando (*Lus.* IX, 56)

Quem faz obras tão dignas de memória (*Oit.* II, 17)
Quem faz obras tão dignas de memória (*Lus.* II, 113)

Que o coração pressago nunca mente (*Écl.* VII, 45)
Que o coração pressago nunca mente (*Lus.* I, 84)

Além dêstes — que achamos, mas foram também achados antes de nós — temos alguns, que parece terem escapado a outros camonistas:

Colhei, colhei do tempo fugitivo
E de vossa beleza o doce fruto (*Son.* CCLIX)
De teus anos colhendo o doce fruto (*Lus.* III, 120)

Por alta influição de minha estrela (*Oit.* I, 26)
Por alta influição do imobil fado (*Lus.* IX, 86)

Aos ventos amorosos que respiram (*Eleg.* X, 107)
C'os ventos navegando que respiram (*Lus.* II, 68)

Ainda mais:

Das namoradas mágoas que dizia (*Eleg.* VI, 184)
As namoradas mágoas que dizia (*Lus.* IX, 82) (1)
O povo pertinaz no antigo rito (*Eleg.* XI, 175)
Do povo pertinaz no antigo rito (*Lus.* III, 117)

Diferenças de uma letra apenas; mas há menos, há um outro, exactamente:

De latrocínios, mortes e adultérios (*Oit.* I, 2)
De latrocínios, mortes e adultérios (*Lus.* III, 137)

Se não muitas vezes as mesmas sílabas e palavras métricas, são palavras, e frases, e ideas:

No Touro entra Febo e Progne vinha;
O corno de Acheloo Flora entornava (*Canç.* VII, 22–23)
Era no tempo alegre, quando entrava
No roubador de Europa a luz febéa,
Quando um e outro corno lhe aquentava
E Flora derramava o de Amaltéa (*Lus.* II, 72)

A constelação do Cruzeiro do Sul, descoberta de Portugueses, tem as mesmas palavras, «nova estrela», por designação:

Debaixo estando já da estrela nova,
Que no novo hemisfério resplandece,
Dando do segundo axe certa prova (*Eleg.* III, 115–7)
Já descoberto tinhamos diante
Lá no novo hemisfério nova estrela,
Não vista de outra gente, que ignorante
Alguns tempos esteve incerta dela (*Lus.* V, 14)

À morte de D. Miguel de Meneses na *Elegia* X, há

---

(1) Faria e Sousa confronta êste verso apenas com est'outro:

O triste som das mágoas que dizia (*Son.* XIV)

versos que lembram aquela estância 84, do Canto III, sôbre a de Afonso Henriques, ou aquela 118 do Canto IX, sôbre a do Apóstolo S. Tomé:

Nas mãos do Córo Angélico que desce
Se entrega, e vai lograr a vida eterna,
Que com morte tão justa só merece.
Vai-te, alma, em paz, à glória sempiterna,
Vai, que quem por a Lei sacra e divina
A solta, áquele a dá que o ceu governa.
Mas se de tal valor foi morte dina,
A ausência que do gosto nos saltéa
A perpétua saudade nos inclina (*Eleg.* X, 37-45)

Aqui apenas a idea comum trouxe os mesmos acentos comovidos. Há porém, mais, e melhor.

No Canto X dos *Lusíadas* há uma estrofe, a 40, das de heroismo e de fé, que diz:

Esta luz é do fogo e das luzentes
Armas, com que Albuquerque irá amansando
De Ormuz os Pársеos, por seu mal valentes,
Que refusam jugo honroso e brando.
Ali verão as setas estridentes
Reciprocar-se, a ponta no ar virando
Contra quem as tirou, que Deus peleja
Por quem estende a fé da Madre Igreja.

Ora, nas III.as *Oitavas*, IV e V, já estavam êstes:

Quando vossas bandeiras despregava
Albuquerque fortíssimo, com glória,
Por as praias da Pérsia, e alcançava
De nações tão remotas a vitória:
As setas embebidas, que tirava
O arco Armuziano, é larga história,
Nos ares, Deus querendo, se viravam
Pregando-se nos peitos que as tiravam.
Oh, querido de Deus, por quem peleja
O ar também, e o vento conjurado!

Ao atambor lhe acodem, porque veja
Que o que a Deus ama é de Deus amado.
Os contrarios reveis á Madre Igreja...

Outras vezes, alguns versos têm o germe de uma *suite*... de estrofes maravilhosas:

Rómulo, Baco e outros que alcançaram
Nomes de semi-deuses soberanos,
Emquanto por o Mundo exercitaram
Altos feitos e quasi mais que humanos (*Oit.* I, 5)

Não é o mesmo evhemerismo, do herói-Deus, do fim do Canto IX, d'*Os Lusiadas?*

Que as imortalidades que fingia
A antiguidade, que os ilustres ama,
Lá no estelante Olimpo, a quem subia
Sobre as asas inclitas da fama,
Por obras valerosas que fazia,
Pelo trabalho imenso que se chama
«Caminho da virtude» alto e fragoso,
Mas no fim doce, alegre e deleitoso (*Lus.* IX, 90)

Não eram senão premios, que reparte
Por feitos imortais e soberanos
O mundo c'os varões que esforço e arte
Divinos os fizeram, sendo humanos.
Que Júpiter, Mercúrio, Febo e Marte,
Enéas e Quirino e os dous Tebanos (1),
Ceres, Palas e Juno com Diana
Todos foram de fraca carne humana (*Lus.* IX, 91)

Mas a fama, trombeta de obras tais,
Lhe deu no mundo nomes tão estranhos
De deuses, semi-deuses imortais,
Indigetes, heroicos, e de magnos! (*Lus.* IX, 92)

---

(1) «Quirino» é Rómulo, e, dos «dous Tebanos», um é Baco: repete-se a idea com outras palavras, sinónimas.

Na *Elegia* III, em alguns versos há esbôço de passágens que reapareceram no V Canto dos *Lusiadas:*

Eis a noite com as nuvens se escurece,
Do ar subitamente foge o dia;
E todo o largo Oceano se embravece;
A máquina do mundo parecia
Que em tormentas se vinha desfazendo;
Em serras todo o mar se convertia.
Lutando, Bóreas fero e Noto horrendo
Sonoras tempestades levantavam.
Das naos as velas concavas rompendo,
As cordas c'o ruido assoviavam;
Os marinheiros, já desesperados,
Com gritos para o ceu o ar coalhavam.
Os raios por Vulcano fabricados
Vibrava o fero e aspero Tonante,
Tremendo os Polos ambos de assombrados (*Eleg.* III, 115–129)

A princípio é um verso do V Canto, lembrado:

Uma nuvem que os ares escurece (*Lus.* V, 39);

depois é a tempestade do mesmo Canto V, que procede:

Daquela nuvem negra que aparece (*Lus.* V, 70)
Quando dá a grande e subita procela (*Lus.* V, 71)
Que o mundo pareceu ser destruido (*Lus.* V, 71)
O ceu fere com gritos nisto a gente (*Lus.* V, 72)
... Os ventos que lutavam
Pela miuda enxarcia assobiando (*Lus,* VI, 84)
Relampados medonhos não cessavam (*Lus.* VI, 84)
Noto, Austro, Bóreas, Áquilo queriam
Arruinar a máquina do mundo;
A noite negra e feia se alumia
C'os raios em que o polo todo ardia (*Lus.* VI, 76)
Nunca tão vivos raios fabricou
O gran ferreiro sórdido...
Nem tanto o gran Tonante arremessou
Relampados ao mundo fulminantes (*Lus.* VI, 78)

Palavras, imágens, ideas, dessas estrofes do Canto VI, que vão de 70 a 84, são apenas desenvolvimento, em beleza e magestade, ao esboço da *Elegia* III... Lendo-os, os dois textos, se não pode deixar de concluir que o Poeta se aproveitou de um para o outro, e a obra menor concorreu para a epopeia.

Para as idílicas paisagens da «ilha dos Amores», estou certo concorreram versos da *Elegia* VI:

Neste formoso sítio se recrêa
O lascivo Cupido, entre as boninas,
Que sempre um brando Zéfiro menêa.

Da candida cecém, das clavelinas,
Da salva, magerona e das mosquetas,
Das rubicundas flores hiacintinas,

Muitas capelas tece, que de setas
Lhe servem contra peitos de donzelas,
A quem inveja traz sempre inquietas.

Não são de uma só côr as flores belas,
Que umas esmalta verde, outras rosado,
Entre as azues crescendo as amarelas.

Dos agrestes loureiros rodeado,
Faz o vale uma sombra deleitosa,
Quando aparece o sol mais levantado.

E por cima da relva bem graciosa
As gotas de cristal quasi imitando
Estão de aljôfar puro a luz formosa.

As cristalinas fontes, que brotando
Por entre alvos seixinhos se derivam,
Das árvores os troncos vão banhando.

Entre as límpidas águas, que inda esquivam
O formoso Pastor que se perdeu,
Preso das falsas mostras que o cativam,

Cresce a por cuja causa se esqueceu
A linda Citeréa de Vulcano,
Quando presa de amor se lhe rendeu.

Na brancura do rosto soberano
Inda as crueis feridas aparecem
Do javali cerdoso e desumano.

As rosas que de sangue resplandecem,
Das cândidas boninas marchetadas,
Qual roxo esmalte, a vista bem se ofrecem.

Do matutino orvalho rociadas
As flores rutilantes e cheirosas
Estão como por cima prateadas.

Os húmidos botões abrindo as rosas,
Que os agudos espinhos vão cercando,
No prado se vêm rindo deliciosas.

A melifera abelha, sussurrando
Por cima das boninas que rodêa
Está co'o som das águas concertando.

Do trémulo regato a branda areia
De jacintos se cobre e de vieiras,
Que encrespam da corrente a branca veia.

Os álamos se abraçam co'as videiras,
De sorte que se enxerga escassamente
Se são os cachos seus, se das parreiras.

E pendendo por cima da corrente,
Outro formoso bosque debuxando
Estão no fundo dela brandamente (*Eleg.* VI, 10-60)

É deliciosa a aguarela, de tons suáves e harmoniosos: serviria para ornar a ilha dos Amores, onde também:

Arvoredo gentil sôbre ela pende,
Como que pronta está para afeitar-se,
Vendo-se no cristal resplandecente,
Que em si o está pintando propriamente (*Lus.* IX, 55)

E árvores, e flores, são as mesmas... A «cândida cecêm» (IX, 62) «das matutinas lágrimas rociada», a «manjarona», as «flores hiacintinas», «as boninas» (id.), aí estão como os loureiros (IX, 57) «entre os braços do ulmeiro está a jocunda vide, c'uns cachos roxos e outros verdes» (IX, 59). No vale ameno, «o sombrio vale mais ameno» (IX, 60) há «a tapeçaria bela e fina» (IX, 60) «da relva bem graciosa», o «gramíneo esmalte» (IX, 54), há «as claras fontes e límpidas» (IX, 54):

Por entre pedras alvas se deriva
A sonora linfa fugitiva (*Lus.* IX, 54)

É como:

As cristalinas fontes que brotando
Por entre alvos seixinhos se derivam (*Eleg.* VI, 7–9)

Na *Écloga* VI, êste verso 75:

As calmas defendiam da alta sesta

lembra êstes outros, da estância 67 do Canto X:

Outras, na sombra que das altas sestas
Defendem a verdura...

As «fraldas delicadas», da estância 91 do Canto IX, estão no verso 8, da *Ode* VII; mas há mais, além do nome e qualificativo, há a mesma imagem:

De uma os cabelos de ouro o vento leva
Correndo, e de outra as fraldas delicadas (*Lus.* IX, 71)
As ninfas, lhe fugiam espantadas,
As fraldas levantadas por os montes (*Écl.* II, 212–213),

E quando o já desesperado Leonardo, «soldado bem disposto», corre atrás de sua esquiva ninfa, que, de indústria

«mais caro que as outras dar queria o que deu pera dar-se a natureza», lhe diz:

Tu só de mim só foges na espessura (*Lus.* IX, 77)

não é exactamente o que Sereno diz a Galatéa:

Tu só foges de ouvir-me e te vás rindo (*Écl.* VIII, 42)

Antes, um dissera:

Dar-te-hei minh'alma: lá m'a tens roubada (*Écl.* VIII, 16)

O outro também:

Espera um corpo de quem levas a alma (*Lus.* IX. 76)

E outras, e outras semelhanças... que são também como a alma antiga do Poeta, levada a sua nova obra definitiva.

Para não ir adiante, por agora, e tornar ao princípio, êsse limite «clássico» do mundo, a longínqua Taprobana, que «ora é Ceilão» (*Lus.* X, 107), mas podera ser antes no Canto I, 1, Samatra, como para Castanheda (III, Cap. III), lembrado por Epifânio Dias, se não era, como pensamos, indeterminado, à moda dos Romanos, de que se lembrava o Poeta — remota paragem que *Os Lusíadas* ultrapassariam:

Passaram ainda além da Taprobana (*Lus.* I, 1),

era familiar à mente do lírico, que já se ensaiava para outro canto, levando-os:

Até o remoto mar da Taprobana (*Écl.* I, 334),

ou, precisamente, marcando-lhes o caminho glorioso:

Do pátrio Tejo alem da Taprobana (*Eleg.* XX, 223)

e extendendo o domínio sôbre o Oceano Índico:

E todo Estado alem da Taprobana (*Eleg.* XIII, 102)

Seria talvez um volume a fazer, e se fará, quando tivermos um «cánon» do «Parnaso», que nos promete e nos dará o Dr. José Maria Rodrigues; será um volume segundo das suas «*Fontes d'Os Lusiadas*», onde o Camões lírico não pôde ser contemplado.

O assunto não é entretanto só interessante, por isso — facto que se dirá, agora, tôda a gente conhecia, embora não o tivesse dito — e está na regra de tôdas as descobertas, grandes ou pequenas, ainda as literárias — mas porque permite talvez algumas referências de ordem geral:

1) Não só sob o ponto de vista «nacional», dominou o Camões d'*Os Lusiadas* o outro o do *Parnaso,* embora êste pareça «universal», quando aquele não o é menos: artìsticamente, literàriamente, o *Parnaso* foi ensaio para a epopeia: fonte «imediata», deu materiais à obra prima, que foi como que a perfeição mesma do Poeta.

2) Para identificação das obras atribuídas a Camões, êsse critério das semelhanças de estilo — aqui, ainda mais que sempre, o homem, o mesmo homem — deve concorrer para separar o seu, do que não é seu — as *Éclogas* (IX, X, XI, XII e XIII) que Faria e Sousa tomou a Diogo Bernardes — sem outro argumento que não êste — lhe podem ser devolvidas: não são camonianas.

3) Se houvera alguma dificuldade cronológica, essas semelhanças demonstrariam a anterioridade de tais e tais obras menores, em que elas se acham, sôbre o Poema, a que vieram ter; compreende-se que no seu monumento tivesse posto Camões tudo o que tinha de mais precioso; que o expoliasse, mais tarde, de detalhes e enfeites, seria absurdo. Convenho que esta conclusão colide, em parte, com a seguinte — o esquecimento da própria obra realizada... — mas a formulo, antes que m'a formulem...

4) Se o aproveitamento não foi consciente, como também pode ser... (que a tamanho poeta sobraria estro para se não repetir e as «fontes», em geral, não são senão reminiscências), os versos iguais, quási iguais, imitados, parafraseados, deporiam na questão geral dos plágios, que os pode haver inocentes, pois que de si mesmo, «auto-plágios», se diria, o que não é novo, e deve ser ainda mais freqüente na poesia. A melhor prova, provada, são os confrontos de I, 44, 8, e II, 70, 4(1); de III, 36, 8, e IX, 7, 8(2); de I, 84, 8, e *Écl.* VII, 457(3), de III, 137, 2 e *Oit.* I, 2, 2(4); de II, 113, 8, e *Oit.* II, 17, 5(5), versos perfeitamente repetidos.

Afranio Peixoto

---

(1) *Mas não lhe socedeu como cuidava* (*Lus.* I, 44)
Mas não lhe socedeu como cuidava (*Lus.* II, 70)

(2) *Segundo estava mal apercebido* (*Lus.* III, 35)
Segundo estava mal apercebido (*Lus.* IX, 7)

(3) *Que o coração pressago nunca mente* (*Ecl.* VII, 457)
Que o coração pressago nunca mente (*Lus.* I, 84)

(4) *De latrocínios, mortes e adultérios* (*Oit.* I, 2)
De latrocínios, mortes e adultérios (*Lus.* III, 137)

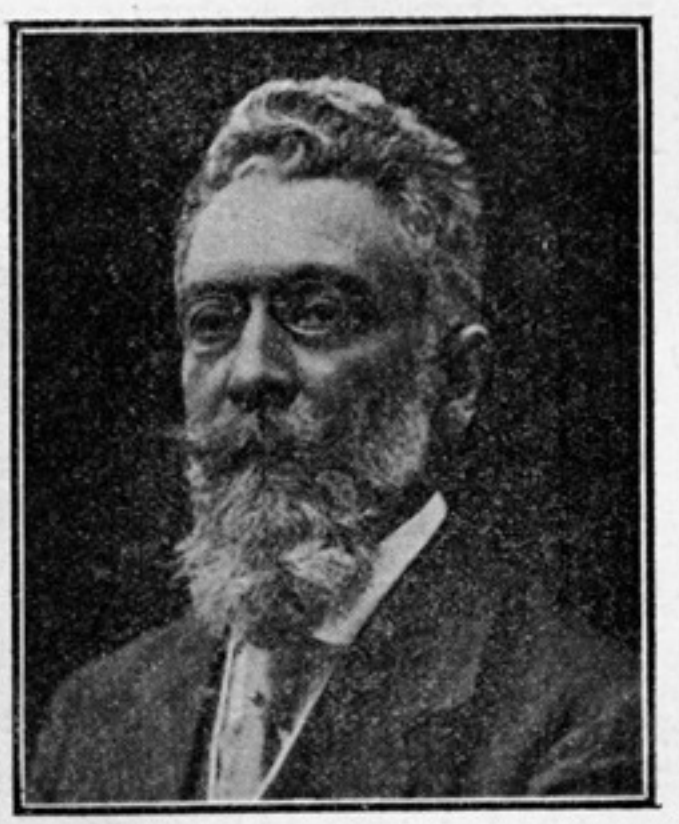
(5) *Quem faz obras tão dignas de memória* (*Oit.* II, 17)
Quem faz obras tão dignas de memória (*Lus.* II, 113)

A PÁTRIA BRASILEIRA (1)

RÁPIDO ESBÔÇO DA SUA EVOLUÇÃO POLÍTICA, SOCIAL E ECONÓMICA

Ex.mo Sr. Vice-Reitor da Universidade (2);
Ex.mo Sr. Presidente do Instituto;
Meus Senhores:

Convidado pelo ilustre presidente do Instituto de Coimbra e sábio professor desta Universidade, o meu Ex.mo amigo, Dr. Costa Lobo, a vir aqui realizar uma conferência em continuação à série das que o Instituto ùltimamente organizou, e, sendo-me concedida a escolha do têma a versar, será o Brasil, onde durante vinte anos residi e ao qual tantos laços me ligam, que constituïrá o assunto desta minha conferência. Mas sendo, para tão vasta matéria, bem



DR. BETTENCOURT RODRIGUES

---

(1) Esta conferência faz parte de uma série das que o Instituto de Coimbra promoveu e que têm sido realizadas na Sala dos Actos Grandes da Universidade de Coimbra.

(2) Dr. Mendes dos Remédios, que me deu a honra de presidir a esta minha conferência.

escasso o tempo de que disponho, é claro que, falando-vos do Brasil, eu me limitarei, depois de vos dar uma muito sumária idea do que seja o seu território e a gente que nêle habita, a indicar-vos, não menos fugidiamente, e apenas nas suas linhas de maior relêvo, as sucessivas fases da sua evolução política, social e económica.

Meus senhores, ao entrar agora no assunto, eu começarei por vos dizer que sôbre um facto primordial, como é o do descobrimento do Brasil, ainda hoje se discute, e muito se tem discutido, para se apurar qual deva ser a sua verdadeira data aniversária — se a de 3 de Maio, estabelecida pela tradição, se a de 22 de Abril, que é a do dia em que Pedro Álvares Cabral avistou a terra. Há também os que, procurando conciliar essas duas datas, dizem que, feita a correcção exigida pela reforma operada no calendário pelo papa Gregório XIII, o dia 22 de Abril passaria a ser o dia 3 de Maio. Mas isto contestam alguns outros, alegando que a reforma gregoriana, sendo de 1582, e portanto muito posterior ao descobrimento, não pode ser a êste aplicável; e quando mesmo o fôsse, e feita, neste caso, a devida correcção, nunca o 22 de Abril corresponderia ao dia 3, mas sim ao dia 2 de Maio. Seja porém como fôr, a data oficial, tanto no Brasil como em Portugal, continua sendo, de acôrdo com a tradição, o dia 3 de Maio.

O Brasil, meus senhores, descoberto e colonizado por portugueses e que a 7 de Setembro de 1822, rompendo os últimos laços que ainda o prendiam à metrópole, proclamou a sua definitiva independência, é hoje um dos mais ricos, dos mais prósperos e dos maiores países do mundo. O quarto pela sua extensão territorial.

Só o excedem a China, os Estados-Unidos do Norte e a Rússia europeia e asiática. Ocupa uma superfície de oito milhões quinhentos e tantos mil quilómetros quadrados, quási metade da América do Sul; quatro quintos da superfície total da

Europa. Confina com todos os países da América do Sul, excepto o Chile e o Equador, e a sua orla marítima estende-se sôbre o Oceano Atlântico, numa extensão de seis mil seiscentos e tantos quilómetros. É o Brasil quinze vezes e meia maior que a Alemanha, dezasseis vezes maior que a França, trinta vezes maior que a Itália, umas cem vezes maior que Portugal e 290 vezes maior que a Bélgica. Tomando como base do cálculo a densidade da população, nalgumas das principais nações da Europa, o Brasil poderia abrigar, comparado com a França, uma população de 622 milhões de habitantes; com a Alemanha, 955 milhões; com a Itália, um bilião e vinte e três milhões; com a Bélgica, dois biliões e 140 milhões.

Êste cálculo, bem entendido, visa apenas a sua capacidade total, sem atendermos às condições de habitabilidade das suas diferentes zonas. Mas ainda assim, feitas tôdas as deduções, o Brasil é susceptível de vir ainda a ter uma população de uns quatrocentos milhões de habitantes.

Possui o Brasil o maior rio do mundo, o Amazonas, que, depois de um percurso de cinco mil quinhentos e tantos quilómetros, se dilata e avoluma atingindo, na sua foz, trezentos quilómetros de largura. Entre os seus dois extremos graus de latitude, 5° 9′ 40″ ao norte e 33° 0′ 45″ ao sul, apresenta o Brasil os mais diversos climas e os mais variados aspectos na sua estrutura geológica, na configuração do seu solo, na sua flora, na sua fauna e no pitoresco das suas païsagens, desde o vale à montanha, desde á zona marítima até aos sertões do interior.

Do seu sistema orográfico destacam-se montanhas elevadíssimas cujos cimos, como o do Itatiaya, chegam a atingir mais de dois mil metros de altitude.

Geogràficamente, pode-se dizer que o Brasil é constituído por um grande planalto cercado de terras baixas. Êste planalto, que se acha ligado à cordilheira dos Andes por uma linha de pequeno relêvo, prolonga-se pela região de Mato

Grosso, descendo suavemente até nivelar-se com os plainos alagadiços do Amazonas.

As depressões que o rodeiam são, ao norte, a depressão do vale amazónico, a oeste a do Paraguai-Paraná. Ao sul, os campos rio-grandenses; e, a oriente, a costa marítima. O máximo relêvo do planalto é na região meridional (Rio, S. Paulo, Paraná), onde desce quási a prumo sôbre o Oceano, constituindo a chamada Serra do Mar, de 800 a 900 metros de altitude. De cada lado de uma linha divisória, cortando o planalto quási a meio da sua maior dimensão norte-sul, os rios dirigem-se, uns para o norte, outros para o sul. Os primeiros, com excepção do S. Francisco, do Parnaíba de alguns outros de menor importância, vão desaguar no Amazonas, cujas águas engrossam a ponto de constituírem êsse enorme estuário, a que já tive ocasião de aludir. Os outros, Paranapanema, Rio Grande, Tiété, reúnem se para formarem o Rio da Prata. Os primeiros, incluindo o rio S. Francisco, apresentam esta particularidade interessante, que é a de dirigirem-se todos para o interior, como se nascessem no mar; e é assim, como estradas movediças, que êles serviram de primeiro veículo ao povoamento do sertão. O rio Tiété, ao sul, deu a principal directriz nesse domínio do solo.

E tal é, meus senhores, esboçada a rápidos e fugidios traços, a hospitaleira e maravilhosa terra, certamente destinada, como já o prevê Paul Doumer, a vir a ser um dia o refúgio da civilização latina.

Vejamos agora a marcha do seu povoamento e os principais factos relativos à sua lenta, mas inteligente, obstinada e trabalhosa colonização.

A primeira viagem de exploração, destinada a tomar contacto com o indígena e a reconhecer-lhe o território, realizou-se em 1501, um ano depois do descobrimento. Mas só trinta anos depois, em 1530, já no reinado de D. João III, é que a metrópole se decide a acudir à nova colónia, quási

esquecida e abandonada, enviando-lhe uma nova esquadra, capitaneada por Martim Afonso de Sousa. Depois de ter percorrido grande parte da costa brasileira, aprisionado algumas naus francesas, à altura de Pernambuco, continua a esquadra o seu rumo até ao Rio da Prata, de onde regressa para fundear em S. Vicente, onde Martim Afonso de Sousa cria um primeiro núcleo de povoamento em terras do Brasil. Isto em 1532. E, dentre as muitas e estonteantes surpresas que estavam reservadas ao destemido e esforçado capitão, nenhuma que tanto pasmo e assombro lhe causasse como a de ali encontrar, nessas tão remotas e inexploradas paragens, vindo, ninguém sabe como nem quando, um seu genuíno compatriota, João Ramalho, português dos quatro costados, e que, acasalado com a filha de um chefe de várias tríbus indígenas, há muitos anos ali vivia, êle e a sua já numerosa prole, em excelentes relações com os selvícolas. E a influência, que sôbre estes exercia, de muito valeu a Martim Afonso, nos seus primeiros ensaios de colonização. Consta que morrera centenário; e, como de 1492 (descoberta da América) até 1532 (chegada de Martim Afonso a S. Vicente) medeiam apenas 40 anos, há quem se julgue com razões para supor que João Ramalho tenha chegado ao Brasil antes de Cristóvão Colombo ter chegado à América, e que seria êle portanto, e não Colombo, o verdadeiro descobridor do Novo Continente. Pena é que sôbre êsse nosso tão singularíssimo compatriota não tenha chegado até nós, em vez das lendas mais ou menos extravagantes que sôbre êle correm, mais completas e verídicas informações.

Mas prossigamos. No intuito de assegurar mais eficazmente a defesa e posse da colónia e favorecer o seu povoamento, é o Brasil dividido em 12 capitanias — grandes tratos de território de muitas léguas de extensão sôbre a costa marítima, mas dilatando-se para o interior — e sôbre as quais os seus respectivos donatários exerciam um senhorio verda-

deiramente feudal. A Martim Afonso fica desde então pertencendo a mais importante de tôdas, a capitania de S. Vicente, a cujo desenvolvimento êle dá um primeiro e forte impulso. Há, todavia, os que sustentam ter sido um êrro o regímen das capitanias, sem atenderem, como demonstra o eminente publicista brasileiro, Oliveira Viana, que «a fatalidade geográfica, isto é, a latitude excessiva do território, destituído de meios prontos de transporte, pondo entre os vários núcleos de povoação distâncias insuperáveis, não permitia outro sistema de govêrno senão o da fragmentação do poder para assegurar a defesa e facilitar a administração». (F. J. Oliveira Viana, *A Evolução do povo brasileiro.*)

Mas se êste sistema do enfeudamento era o que ao princípio se impunha como o único eficaz para ir desde logo garantindo a posse do território e dar início ao seu povoamento e colonização, o que foi nesses primeiros tempos, como diz o muito erudito e ilustre historiador, João Ribeiro, «a salvação da Colónia» *(Historia do Brasil),* também é certo que a grande extensão das capitanias e o isolamento em que viviam umas das outras, numa quási completa autonomia política e administrativa, o que poderia mais tarde contribuir para a sua definitiva desagregação, acabaram por mostrar a necessidade de uma acção coordenadora, que, restringindo os ilimitados poderes dos donatários, entre as capitanias estabelecesse os indispensáveis laços de independência e solidariedade. E foram estas as razões que levaram D. João III a criar em 1549, o cargo de governador geral do Brasil, sendo nêle provido Tomé de Sousa, que funda ao norte a cidade de S. Salvador da Baía.

Tinha assim o Brasil os seus dois principais núcleos de povoamento, um ao norte, S. Salvador, e outro ao sul, S. Vicente, perto do local onde é hoje a cidade de Santos, fundada por Brás Cubas, um dos companheiros de Martim Afonso.

Mas a marcha do povoamento foi ao norte bem diversa do que foi ao sul. «O colono nortista, nas entradas para o oeste ou para o sul — diz Euclides da Cunha no seu admirável livro, *Os Sertões* — batia logo de encontro à natureza antagónica. Refluía prestes ao litoral sem o atrevimento dos dominadores, dos que se sentem à vontade numa terra amiga, sem as ousadias derivadas da própria atracção das paragens opulentas e acessíveis». Por isso o movimento de penetração, ao norte do Brasil, foi lento, esparso e parcelado, tanto mais que a gente do litoral tinha de defender a costa contra os ataques do estrangeiro: aventureiros, piratas e corsários.

«Apertados entre os canaviais da costa e o sertão, entre o mar e o deserto, num bloqueio agravado pela acção do clima, os colonos perderam todo o aprumo e êste espírito de revolta, eloqüentíssimo, que ruge em tôdas as páginas na história do sul».

Não assim na costa meridional, onde aportou Martim Afonso. Ali o forasteiro, comprimido entre a serra e o mar, galgou célere a montanha, e, organizadas as primeiras «bandeiras», parte à conquista do sertão.

Esta penetração do interior em que os primeiros colonos descem, como uma catadupa, do alto da montanha para invadirem, através de todos os perigos, o sertão inóspito, constitui, meus senhores, uma das mais empolgantes epopeias, que marcam o início da formação de uma nacionalidade. Estão ao nível de tão altos feitos, descrevendo-os, algumas páginas do belíssimo livro de Euclides da Cunha, das quais destaco o seguinte trecho:

«Os homens do sul irradiam pelo país inteiro. Abordam as raias extremas do Equador. Seguiam sucessivas, incansáveis, com a fatalidade de uma lei, porque traduziam, com efeito, uma queda de potenciais, as grandes caravanas guerreiras, vagas humanas desencadeadas em todos os quadrantes, invadindo a própria terra, batendo-a em todos os pontos,

descobrindo-a depois do descobrimento, desvendando-lhe o seio rutilante das minas».

. . . . . .

«Quando as correrias do bárbaro ameaçavam a Baía, ou Pernambuco, ou a Paraíba, e os quilombos se escalonavam pelas matas, feitas últimos refúgios do africano revoltoso — o sulista surgia como o debelador clássico dêsses perigos, o empreiteiro predilecto das grandes hecatombes».

Dignas de figurarem ao lado dêste eloqüente trecho de prosa, vou agora dizer-vos, referentes ao mesmo assunto, algumas estrofes do grande poeta brasileiro, Olavo Bilac, e que, pelo vigor da descrição, pelo encanto da frase e pela sonoridade do ritmo, constituem uma das mais puras jóias da literatura brasileira. São do poemeto *O caçador de esmeraldas,* — episódio da epopeia sertanista no século XVII:

«Verde sonho!... É a jornada ao país da Loucura!
Quantas bandeiras já, pela mesma aventura
Levadas em tropel, na ânsia de enriquecer!
Em cada tremedal, em cada escarpa, em cada
Brenha rude, o luar beija à noite uma ossada,
Que vêm, a uivar de fome, as onças remexer...

Que importa o desamparo em meio do deserto,
E essa vida sem lar, e êsse vaguear incerto
De terror em terror, lutando braço a braço
Com a inclemência do céu e a dureza da sorte?
Serra bruta! dar-lhe hás, antes de dar-lhe a morte,
As pedras de Cortez que escondes no regaço!

. . . . . .

Nesse louco vagar, nessa marcha perdida,
Tu foste, como o sol, uma fonte de vida:
Cada passada tua era um caminho aberto!
Cada passo mudado, uma nova conquista!
E emquanto ias, sonhando o teu sonho egoísta,
Teu pé, como o de um Deus, fecundava o deserto!»

. . . . . .

Diz-nos o poeta, nessas magníficas estrofes, o que foi a epopeia do povoamento do sertão brasileiro, cujos pioneiros, suplantando o selvagem, acabaram por dominá-lo e escravizá-lo. E assim se encontraram, mesclando-se no ósculo brutal de um primeiro contacto, os dois primeiros elementos constituïtivos do povo brasileiro — o português invasor e o índio autóctone. O produto dêsse cruzamento, o *mameluco,* ou *cariboca,* encontramo-lo em todo o interior do Brasil, com as suas excepcionais qualidades de coragem, de resistência e de amor ao solo natal, sob as enganadoras aparências de um organismo franzino, submisso e indolente. É vê-lo como se apruma e afoita, no desagravo de uma afronta, na defesa de um direito, ou quando um perigo, por maior que seja, o ameaça e estimula.

Juntem-se a isto as qualidades atávicas do português aventureiro, inteligente e audaz, e digam-me que melhor fermento de uma nacionalidade em gestação?

O terceiro elemento que interveio na formação do povo brasileiro — o negro africano — limitou-se quási que exclusivamente à costa norte, em Pernambuco, Maranhão e Baía. Ali se confinou nas plantações de açúcar, determinando, nessas regiões, um cruzamento bem diverso do que se efectuava nas zonas do interior. Por isso o mulato é em muito maior número no litoral; emquanto que o *cariboca,* ou *caboclo,* é muito mais freqüente no interior, desde os campos do Rio Grande até aos plainos do Amazonas.

Aludindo à resistência, coragem e impetuosidade dêstes últimos, disse-me há alguns anos, em S. Paulo, o coronel Balagny, que chefiou a primeira missão militar francesa para instrução da fôrça pública, e que bem de perto os conheceu, como soldados: *Qu'ils sont superbes, ces braves soldats. Je voudrais bien les voir au feu.*

Quanto ao elemento negro, não se julgue que o sangue que êle tenha infiltrado nos seus produtos de mestiçagem,

seja necessàriamente um factor de declínio moral e intelectual, e portanto nocivo ao progresso brasileiro.

Num interessantíssimo livro — *South American Observations and Impressions* — em que estuda a acção que a mistura das raças poderá exercer na população do Brasil, diz um notável publicista inglês, James Bryce, que, tanto quanto é possível julgar-se por alguns casos notáveis, a mistura do sangue negro com o branco não acarreta fatalmente o abaixamento do nível intelectual, e que as ideas teóricas, muito dogmàticamente emitidas sôbre êste assunto, devem ser postas de lado, em virtude das provas em contrário.

E acrescenta:

«Se o Brasil tropical pode sofrer com a infiltração de um elemento cuja fibra moral é fraca, pode por outro lado neutralizar o efeito dessa infiltração, visto como o sangue de uma raça superior acaba sempre por dominar nos cruzamentos. O mestiço tende ètnicamente a aproximar-se do branco e a afastar-se do negro».

E isto mesmo não o sabemos nós por experiência própria?

Muito e muito menos, é certo, mas muito antes do Brasil, sofremos nós e a Espanha, ao iniciarmos o tráfico da escravatura, em África, uma verdadeira invasão de negros.

Em meados do século XVI, eram já tantos, que o nosso Garcia de Rezende julgou a propósito consignar o facto nesta sua interessante quintilha:

«Vemos no reyno metter,
Tantos captivos crescer,
Irem-se os naturaes,
Que, se assim fôr, serão mais
Elles que nós, a meu ver!»

Há sem dúvida um pouco de exagêro nestes versos do bom Garcia de Rezende, porque, mercê de Deus, Portugal, para aumento da sua população, nunca precisou de efectivar

amores com as cativas, como não teve necessidade de que lhe concedessem o que, para o Brasil, pedia, numa carta a D. João III, o jesuíta Padre Nóbrega, isto é, que para lá mandassem bastantes órfãs, ou mesmo mulheres que «fôssem erradas, que tôdas achariam maridos por ser a terra larga e grossa».

A mestiçagem em Portugal foi devida, não tanto a exigências de ordem demográfica, como a uma verdadeira perversão do sentimento estético dos que, à semelhança de Edgar Poë, acharam especiais encantos na tez escura e na plástica de ébano das Vénus africanas. Mas, como em Portugal, há-de o sangue negro acabar por desaparecer no Brasil, ou reduzir-se a uma tão mínima parcela, que seja quási como inexistente. E é o que já actualmente se observa porque, à medida que o coëficiente etnográfico dos negros vai diminuindo, o dos brancos vai em progressivo e rápido aumento, em quási todos os Estados da União, mas muito principalmente nos do Sul, onde o número de mulatos é já hoje reduzidíssimo.

E era êste o resultado a que necessàriamente se havia de chegar, tendo cessado há longos anos a escravatura e despejando a emigração europeia, anualmente, no Brasil, milhares e milhares de portugueses, espanhóis, italianos e alemães.

Mas, como já em outra ocasião o disse: a despeito de tôdas essas correntes imigratórias e de todos os muitos e vários cruzamentos que elas determinam, o sangue dos primeiros povoadores e colonizadores continuará sempre agindo, sôbre os outros elementos adventícios, como um inalterável fermento que nêles indelèvelmente fixa os traços mais característicos da raça. Dar-se-hão, é certo, as diferenciações resultantes da acção conjugada e contínua do meio físico e social, mas, através dessas diferenciações, há-de sempre manifestar-se, no correr dos tempos, o tipo inicial, como em

plantas, aparentemente as mais diversas, nos é dado reconhecer pela imutabilidade de certos caracteres, que lhes são comuns, não só a espécie, como o género a que elas pertencem.

Creio não ser outro o pensamento de Graça Aranha ao dizer-nos no capítulo *A Nação*, do seu belíssimo livro *A Estética da Vida*, que «o mesmo carácter de raça anima os dois povos e que a mesma lei de vida funde espiritualmente os dois países». E ainda quando mais adiante nos diz que «o privilégio do Brasil é o de fundir as duas nações: a que vem do passado no sangue português, e a que recebe do ardente meio físico em que se desenvolve essa transplantação da alma latina. Essas duas fôrças não se excluem, e emquanto a sua fusão se realiza suavemente e a impulsão americana move sem violência as ideas e a sensibilidade portuguesa, uma vida ardente inflama o imenso país. A terra brasileira eleva-se numa ascenção espiritual.» ..... «Na equivalência do mundo moral e do mundo físico, no esfôrço de adaptar a nação à natureza e de a edificar nas mesmas vastas dimensões desta, acha-se a célula primordial de tôda a idealidade brasileira, herdeira de Portugal».

Eu bem sei que nem todos assim pensam, no Brasil, porque alguns há (bem poucos, felizmente) que, renegando a sua nobre ascendência, continuam a lastimar-se de que tenham sido portugueses, e não outros, os que o descobriram e colonizaram, que abriram à civilização o seu vasto e maravilhoso território e que deram, no berço que fomos os primeiros a embalar, a língua com que se aformoseia a sua já tão opulenta literatura, e que é «de todos os idiomas latinos — como muito acertadamente disse Paul Adam — aquele que melhor conservou as virtudes da língua-mãe, tanto a civilisação parece ter, particularmente, com o solo, penetrado nas almas. E que era de Portugal, do país o mais latino, que a nau de Cabral e de seus companheiros devia partir levando

ao Brasil o essencial dessa energia que lhes fôra transmitida pelos seus antepassados celtiberos e romanos (1).

Mas não celebremos apenas a glória do descobrimento e de quanto fizemos para garantir a posse, porque não menos glorioso e fecundo foi o trabalho inteligente e perseverante do povoamento e colonização. A certificar-nos de quanto foi sàbiamente inspirado o sistema de colonização pôsto em prática pelos portugueses no Brasil, e depois adoptado, como modêlo, por outras nações colonizadoras, como a Inglaterra e a Holanda, basta a rapidez com que foram apontando, numa grande extensão da orla marítima brasileira, os diferentes núcleos de povoamento.

«Esboçavam-se já, nos 14 anos que medeiam entre a criação das capitanias e a do govêrno geral da Baía — diz Oliveira Martins — os primeiros lineamentos da futura nação. Erguiam-se ao longo da costa, desde Pernambuco até S. Vicente, os focos de colonização ulterior. Já se viam rudimentos

---

(1) Quem muito fielmente interpreta o sentimento da quási totalidade dos brasileiros para com a mãe-pátria, é Miguel Lemos, cultíssimo espírito e nobilíssimo carácter, que foi no Brasil, com Teixeira Mendes, outra não menos culta e austera individualidade, um dos grandes apóstolos do positivismo. No prefácio (pág. III e IV) do seu livro sôbre *Luís de Camoens*, escrito em francês a pedido do sábio filósofo, Pierre Lafitte, sucessor de Augusto Comte na direcção do positivismo, traçou Miguel Lemos as seguintes palavras, que, indicando os laços de ordem espiritual e afectiva que devem para sempre ligar as duas nações, bem merecem nunca serem esquecidas:

«*Il faut renoncer aux vieux préjugés contre la mère patrie. Il faut nous pénétrer de ce fait que, sociologiquement parlant, les Brésiliens sont Portugais: des liens d'amour et de reconnaissance doivent nous rattacher éternellement à la souche historique d'où nous provenons. Une nation qui ne se reconnait pas d'antécédents est exposée à se dissoudre, et les appendices américains de l'Occident ont besoin, pour échapper à ce danger, de relier leur naissante histoire aux traditions de leurs ancêtres et d'instituer, sous l'inspiration de la vrai philosophie, le digne culte du passé national*».

de cidades e — cousa de-certo fecunda para o progresso futuro — êsses rudimentos apresentavam a fisionomia europeia e não a desordenada e confusa mistura de raças diversas, não a anarquia dissoluta dos estabelecimentos castelhanos, mineiros e não agrícolas, quais eram os do Brasil. Nas duas colónias, então extremas, e que depois vieram a ser o coração dos dois Brasis do século XVII, em Santos, ao sul, e em Pernambuco, ao norte, divisavam-se já os sintomas da primeira época da vida histórica da América portuguesa».

Ao regímen feudatário dos primeiros tempos sucede-se umã mais directa intervenção da Coroa, com representantes seus, mesmo na administração da colónia, que é dividida em governos ou províncias e organizada eclesiàsticamente, com a criação de bispados e paróquias.

Mas ao lado da acção eficaz da metrópole há a registar o ininterrupto e fecundo trabalho do colono. A produção do açúcar aumenta extraordinàriamente, toma um grande desenvolvimento a indústria pastoril, e, mais que tôdas, a da mineração do ouro, que acode milagrosamente a tôdas as exigências da metrópole. Mas o grau de prosperidade a que ia ascendendo a colónia, a fertilidade do seu extensíssimo território, as suas riquezas nativas, o ouro das suas minas, não podiam deixar de atrair, como atraíram, a cobiça do estrangeiro.

E, meus senhores, para manter intacto o seu domínio numa tão distante e dilatada zona, que outra nação pôs, como a nossa, em movimento, uma tão inquebrantável energia e deu ao mundo um tão alto exemplo de tenacidade e heroísmo? Desde o desembarque de Pedro Álvares Cabral até à expulsão dos holandezes, de Pernambuco; invadindo o sertão ou defendendo o litoral, Portugal bateu-se corajosamente, bateu-se com denodo e valentia, sem tréguas e sem descanso, contra o mistério e as surpresas da floresta, contra a hostilidade do clima, contra os ardis e as acometidas do selví-

cola, e, na costa ou sôbre o mar, contra as incursões dos piratas, contra as veleidades de conquista de franceses, inglêses, espanhóis, e, finalmente, contra os holandeses em sucessivas guerras, desde 1524 até à paz, assinada em Haia, em 1661. E no ardor e bravura com que os brasileiros ao nosso lado combatiam na defesa de uma terra que lhes era sagrada, porque era a terra em que nasceram, mais se lhes ia, no coração, despertando o sentimento de uma nova pátria.

Êsse sentimento, exacerbado pelas violências cometidas por alguns delegados da metrópole, ainda mais se intensifica em todo o decurso do século XVIII, para já então se manifestar nalgumas revoltas contra os portugueses, como a dos *mascates,* em Pernambuco, e a dos *emboadas*, em Minas, até à conspiração mineira, destinada a sacudir o jugo da metrópole e que teve como chefe o alferes José Joaquim da Silva Xavier, alcunhado o *Tira-dentes.* Com o malôgro da conspiração, é Tira-dentes condenado à morte e executado a 21 de Abril de 1792, morrendo no patíbulo, dizem alguns cronistas, «com a perfeita serenidade de um verdadeiro mártir». E, como tal, é ainda hoje a sua memória venerada por todos os brasileiros.

E, no entanto, sob a administração da metrópole ia a colónia atingindo um extraordinário grau de desenvolvimento, de riqueza e progresso, não só no que respeita à mineração do ouro, à criação do gado e à indústria açucareira, como a algumas novas e rendosas culturas, como a dos cereais, do anil, do algodão, etc.

Em 1763 é o Brasil elevado à categoria de vice-reino, e da Baía é transferida a capital para o Rio de Janeiro, onde, além de muitos outros melhoramentos, são construídos dois arsenais, o de guerra e o de marinha. E, a-par dêstes notáveis progressos de ordem material, começa ao mesmo tempo a notar-se, como brilhante afirmação da intelectualidade bra-

sileira, um intenso movimento literário, que vai desde a *História da América portuguesa,* de Sebastião da Rocha Pita, até as mordentes sátiras de Gregório de Matos; desde as farsas e comédias do *judeu* António José da Silva, «cujo chiste vigoroso e habilidade na invenção dos enredos» foram tão merecidamente celebrados por Ferdinand Wolff, até Basílio da Gama, notável autor de um célebre poema, de carácter histórico, o *Uraguay;* desde Santa Rita Durão, autor do *Caramuru,* «o poema mais brasileiro que possuímos», dizem Silvio Romero e João Ribeiro, até Tomás António Gonzaga, o Dirceu, em cujas *Liras* tão maviosamente vibra o seu amor a *Marília;* desde a «Escola mineira», academia de letrados perdida no sertão aurífero, como diz Gilberto Amado, até à «Sociedade Literária», fundada no Rio de Janeiro, em 1786, à «Academia dos Esquecidos», da Baía, à «Arcádia Ultramarina», do Rio, e a várias outras agremiações de ilustres poetas e prosadores, de que ainda hoje o Brasil muito justificadamente se orgulha.

É em tôdas essas múltiplas manifestações da sua extraordinária vitalidade, que tanto se traduz na bravura com que defende o seu território, como se revela nos vivos lampejos de uma já valiosa produção literária, que o povo brasileiro começa a justificar as suas aspirações de independência. E, de facto, tudo ia ràpidamente encaminhando o Brasil para a sua definitiva emancipação.

Finda o século, que foi um dos mais interessantes da história do Brasil, e estamos nos primeiros anos do século XIX. É Portugal envolvido na grande tormenta desencadeada em tôda a Europa pelo imperialismo napoleónico. As tropas de Junot invadem o território português e é na vespera de chegarem a Lisboa que D. João VI, alarmado pelo seu rápido avanço, embarca precipitadamente para o Brasil, na noite de 28 para 29 de Novembro de 1807. Êste súbito êxodo da côrte com o seu numerosíssimo séquito, pulando desordena-

damente para as galeotas que da praia os deviam levar, envoltos nas sombras da noite, para as naus já prontas a partir, quando às portas de Lisboa não tardaria muito que se ouvisse o tropel das fôrças invasoras, foi por muito tempo considerado como uma vergonhosa fuga, até que Oliveira Lima, reabilitando a memória dêsse infeliz monarca, deu polìticamente a essa retirada o seu alto e verdadeiro significado. O próprio Oliveira Martins, fazendo-se eco da opinião corrente, diz no 2.º volume da sua *História de Portugal* que «o príncipe decidira que o embarque se fizesse de noite por ter a consciência da vergonha da sua fuga». Mas Oliveira Lima, encarando com superior critério êsse importantíssimo facto, importante não só pelo que êle em si representa, mas pelas suas ulteriores conseqüências, diz, e diz muito bem:

«Colocando o Oceano entre si e o maior dos conquistadores, o soberano português agiu não só de acôrdo com as regras da mais elementar prudência, desde o momento que lhe faltavam os meios de se opor à invasão, mas aconselhado por uma acertada política, o que lhe permitiu ser, de todos os príncipes reinantes da Europa, o único que escapou à sorte que o Imperador habitualmente reservava às velhas dinastias, às monarquias de direito divino. E, além do mais, manteve intacta a autonomia e a integridade dos seus domínios».

E podemos acrescentar que D. João VI não só manteve intacta essa autonomia, como deu em parte à invasão napoleónica uma bem justificada e oportuna réplica, conquistando e anexando ao Brasil a colónia francesa da Guiana, em 1809, embora oito anos mais tarde se visse obrigado a restituí-la.

De resto, quando D. João VI transferiu a côrte portuguesa para o Rio de Janeiro, não era apenas porque ali iria encontrar um seguro refúgio contra os perigos que o ameaçavam, mas talvez no firme propósito de ir fundar, no Brasil, um novo e grande Império. «A côrte de Portugal levanta a

sua voz do novo Império que vai criar»; são estas as suas palavras num manifesto às potências, em 1 de Maio de 1808. Fazendo do Rio de Janeiro a sede da monarquia, D. João VI tinha certamente em vista realisar o que a D. João IV já fôra aconselhado pelo padre António Vieira, e a D. João V por D. Luís da Cunha.

Aludindo a todos êsses factos vertiginosamente desencadeados, logo a seguir à invasão francesa, diz o estilista insigne e eminente pensador brasileiro, Euclides da Cunha, que êles tiveram, como uma das suas mais memoráveis conseqüências, lançar em terra brasileira o único estadista capaz de a transfigurar («Da Independência à República», no *Á margem da História.*)

E, na verdade, é deveras surpreendente que, no curto espaço de tempo de alguns pouquíssimos anos, êle conseguisse dar ao Brasil, numa série de inúmeras reformas e novas organizações, todo o sólido arcabouço de uma verdadeira e grande nação.

Cria o Desembargo do Paço e o Supremo Conselho Militar, funda a Academia de marinha e a de guerra, assim como o Arquivo Militar, abre bancos de crédito, organiza o ensino superior, cria uma Escola de medicina e uma outra de educação artística, funda uma Biblioteca Nacional e uma Imprensa Régia, de onde saem, entre outras notáveis publicações, o *Dicionário da língua portuguesa,* de Morais, a *Corografia brasileira,* de Aires Casal, e os *Anais do Rio de Janeiro,* de Baltasar Lisboa; funda a *Gazeta do Rio*, órgão oficial, que marca o início do jornalismo no Brasil, dá comêço a um Jardim Botânico, decreta o livre exercício de tôdas as indústrias; franqueia ao comércio de tôdas as nações os portos do Brasil; e, finalmente, criados os Tribunais Supremos e abolida a apelação para os Tribunais portugueses, estava *ipso facto* rôto o único laço de ordem jurídica que ainda ligava a colónia à metrópole, no que respeita aos di-

reitos individuais. E, como coroamento dêste fecundo trabalho de remodelação e organização, é o Brasil elevado à categoria de *Reino-Unido,* com Portugal e Algarve (16 de Dezembro de 1915).

«Analisando mais detidamente esta administração — diz Euclides da Cunha — ver-se-ia que aquela figura histórica, tão deselegante e vulgar de D. João VI, lançou todos os fundamentos essenciais do seu destino».

Da mesma opinião é um outro ilustre brasileiro (e portanto igualmente insuspeito) o Dr. Assis Chateaubriand, que num excelente artigo — *O Brasil político e social* — publicado no número da *Nacion,* de Buenos Aires, em homenagem ao Brasil, por ocasião do centenário da Independência, diz de D. João VI o seguinte:

«A presença do monarca português no Rio de Janeiro consegue para o Brasil o que não conseguiu nenhum dos libertadores hispano-americanos — nem Bolivar, nem San Martin. Salva, com efeito, a unidade política da América Portuguesa, a qual, sem a presença do monarca, se teria fragmentado numa série de republiquetas secundárias, entregues à fúria de governos acaudilhados e irresponsáveis. A translação da monarquia dos Braganças para o Brasil pôs em mãos do príncipe regente o poder de síntese e de equilíbrio das fôrças dispersas da nacionalidade; polariza, na capital do Império, a agitação autonomista, conferindo a D. João VI a missão providencial de disciplinador das tendências divergentes que surgiam aqui e ali, batalhando pela independência. Assim, quando o imperador se retira atendendo ao chamamento da Junta Revolucionária de Lisboa, estava consumada a obra».

De regresso a Portugal, deixa D. João VI o Brasil a 26 de Abril de 1821, ficando no Rio de Janeiro, como regente, seu filho primogénito D. Pedro. E, quando êste príncipe, a 7 de Setembro de 1822, do alto da colina do Ipiranga, em

S. Paulo, solta o famoso brado — «Independência ou morte!» — já a autonomia do Brasil estava quási, por assim dizer, consumada: autonomia económica, com a abertura dos portos brasileiros ao comércio de tôdas as nações; autonomia jurídica, com o alvará de 10 de Maio de 1808, que transformava a Relação do Rio de Janeiro em Casa de Suplicação do Brasil, para ali terminarem, em última instância, todos os pleitos entre indivíduos. É assim que a solene aclamação de D. Pedro I, a 12 de Outubro de 1822, não foi mais do que uma simples formalidade com que o Brasil festivamente sancionou a sua definitiva autonomia política.

A Independência do Brasil fêz-se portanto muito gradativamente, por uma lógica seqüência de factos e mais por decretos e alvarás do que a ferro e fogo, como nas antigas colónias espanholas da América, que só à custa de sangrentas lutas contra a metrópole, é que afinal conseguiram a sua tão ambicionada autonomia. «A separação de Portugal e Brasil — diz Oliveira Lima — só teve que arcar com a nobre resistência do general Madeira, na Baía, depressa vencida. O mais consistiu em amuos, ameaças e ajustes de interêsses».

Meus senhores, tem-se dito que a emancipação das colónias inglêsas da América do Norte, em 1783, muito sugestivamente agiu, no coração dos brasileiros, para nêle reactivar o sentimento da independência. E é certo. Mas não há dúvida que o que mais contribuíu para antecipar a data da separação, criando entre brasileiros e portugueses as mais funestas incompatibilidades, foi a desastrosa e injustificável atitude das côrtes portuguesas, em 1820, para com os deputados brasileiros, que, nas suas propostas de artigos adicionais à Constituïção e relativas ao regímen administrativo e político do Brasil (que nem sequer foram admitidas à votação), julgavam ter encontrado uma fórmula conciliatória na base de *uma bem entendida união de Portugal e Brasil.*

Dêste assunto mais detidamente me ocupo no meu livro *Uma Confederação Luso-Brasileira.*

Não deixarei no entanto de aqui repetir que a atitude das côrtes portuguesas era a que mais convinha aos interêsses da diplomacia inglêsa, absolutamente contrária a uma união, sob qualquer aspecto, de Portugal e Brasil. As razões porque a ela se opunha a Inglaterra deu-as muito acertadamente o então encarregado de negócios em S. Petersburgo, Luís António de Abreu Lima, numa nota dirigida, em Agôsto de 1823, ao Conde de Nesselrode, ministro de Estado do Império Russo, para que, contrabalançando a acção da Inglaterra, conciliatòriamente interviesse na questão com o Brasil.

«Ainda que não pudesse demonstrar-se com o raciocínio o interêsse da Inglaterra na emancipação do Brasil e no desmembramento da monarquia portuguesa, não seria possível pô-lo em dúvida pela evidência dos factos... O Reino-Unido português, na sua integridade — dizia êsse ilustre e sagaz diplomata — possuindo posições muito vantajosas nas quatro partes do mundo, quer se considerem polìticamente como pontos marítimos e militares, quer se encarem pelo lado comercial, *pode algum dia prejudicar o sistema de domínio dos mares e do comércio exclusivo, que a Inglaterra prossegue sem descanso, e que determina o carácter essencial da sua política.* Na mesma hipótese perderá a Inglaterra em Portugal um aliado forçadamente dócil e submisso a tôdas as suas vontades; arriscar-se há também a ter um rival temível no seu comércio das Índias Orientais. *A divisão do Reino-Unido, e especialmente a separação absoluta do Brasil e dos outros Estados da monarquia portuguesa, evitará à Inglaterra os perigos remotos que acabamos de apontar*».

Não me deterei, meus senhores, em apreciar, neste ponto, a atitude da Inglaterra, assim como a acção da sua astuta diplomacia para que D. João VI deixasse o Brasil, onde — a julgarmos pelo seu manifesto às potências, de 1 de Maio

de 1808, como já tive a ocasião de o dizer — êle pretendia formar um *novo e grande Império*. Mas não deixarei de lembrar que, poucos meses antes da independência, houve também um momento em que D. Pedro pensou em seguir o exemplo do pai. Foi quando recebeu de Lisboa ordens formais para dar imediata execução a uma lei votada pelas côrtes a 13 de Janeiro de 1822, extinguindo os Tribunais Supremos, criados por D. João VI, e reduzindo a Casa de Suplicação a uma Relação Provincial. Com esta lei e outras vexatórias medidas regressaria o Brasil, se o Príncipe regente as sancionasse, ao antigo regímen de sujeição colonial. E foi, hesitante entre a obediência às ordens recebidas e o que lhe sugeriam talvez, um pouco de acôrdo com o seu próprio sentimento, a justificada emoção e os rumores de revolta que essas ordens despertaram no Brasil, que D. Pedro chegou a fazer aprontar um navio para o seu regresso a Portugal. É neste momento que intervém, conjuntamente com outros ilustres brasileiros, mas entre todos destacando-se a prestigiosa figura de José Bonifácio de Andrada e Silva, brasileiro nato, mas que nas escolas e institutos scientíficos de Portugal educou e formou o seu espírito e onde também firmou, em vários ramos das sciências naturais, a sua reputação de sábio eminentíssimo. Diplomado nesta Universidade pelas faculdades de Direito e de Filosofia, onde depois regeu a cadeira de Mineralogia, José Bonifácio desempenhou com o maior brilho, ao serviço do govêrno português, algumas importantes missões scientíficas, tanto no reino, como no estrangeiro. Foi secretário da nossa Academia das Sciências; e o seu amor a Portugal êle o atestou alistando-se nas nossas fileiras, contra a invasão francesa. Com o ter sido o principal obreiro da emancipação do Brasil, não perde a sua memória os títulos que tão merecidamente a impõem à nossa veneração. Como qualquer de nós, em idênticas circunstâncias, José Bonifácio não se esqueceu, como não devia es-

quecer, que êle era, mais que tudo, brasileiro. E, como brasileiro, êle veio a ser no Brasil o mais fervoroso e eficiente apóstolo da Independência, como tal agindo junto do príncipe regente, não só dissuadindo-o de regressar ao Reino e de dar cumprimento às ordens recebidas, mas pouco depois como seu ministro e principal conselheiro.

Nove anos se passam e D. Pedro I, sucumbindo aos embates de uma anarquizante agitação política e de uma tumultuária indisciplina militar, que já se ia alastrando pelas províncias, e também a pretexto de que lhe cumpria ir a Portugal defender contra seu irmão D. Miguel os direitos de sua filha, D. Maria II, ao trono português, resolveu abdicar a 7 de Abril de 1831, e, na manhã do dia 13 do mesmo mês, parte para o Reino, em companhia da Imperatriz, a bordo de uma nau inglêsa.

Com a abdicação de D. Pedro I, e, como o seu filho primogénito não estivesse ainda em idade de reinar, várias regências se sucedem, sendo a mais digna de nota a do senador Padre Diogo António Feijó, que, a despeito da sua extraordinária energia e do seu fino tacto político, não conseguiu dominar por completo a crise revolucionária em que se debatia a nação, até que, a 23 de Junho de 1840, declarada a maioridade, ainda antes de admitida a idade fixada pela Constituïção, é D. Pedro II proclamado imperador do Brasil, e no trono se conserva durante quási meio século. Faltou-lhe apenas um ano.

Teve o Império, além de outros menos sangrentos combates com algumas nações vizinhas, como o de 1851 contra o ditador Rosas, duas grandes, duas verdadeiras guerras, em que se cobriu de glória o exército brasileiro, a de 1825–27, no reinado de D. Pedro I, contra a Argentina, e anos depois contra o Paraguai, de 1864 a 1870, no reinado D. Pedro II. Nesta última guerra, um oficial da Armada brasileira, o almirante Francisco Manuel Barroso, português, nascido em Lisboa, realiza

a bordo da fragata *Amazonas*, na batalha do Riachuelo, um dos mais brilhantes feitos da história militar do Brasil.

Reinou D. Pedro II, como já tive ocasião de o dizer, por um longo espaço de 49 anos, durante os quais, grandes e rápidos progressos realizou o Brasil, que muito ficou devendo ao espírito liberal, ao esclarecido patriotismo e à inconcussa probidade política e pessoal dêsse bom monarca, que se gabava de ser o mais democrata de todos os brasileiros, mas cujas virtudes e méritos não foram o bastante para, contra uma inteligente e activa propaganda republicana, lhe garantirem o trono, que era afinal o único de todo o vasto continente americano. E — facto aparentemente estranho e paradoxal — foi ainda um acto de humanidade e benemerência, e que constitui um dos maiores títulos de glória do segundo reinado — a abolição da escravatura — que, ferindo os interêsses dos grandes agricultores pela falta de braços com que ia lutar a lavoura, não pouco contribuíu para acelerar a queda da monarquia. E, se não, vejamos. É de 13 de Maio de 1888 o decreto abolindo definitivamente a escravidão e a 15 de Novembro de 1889, sem maior abalo, e muito prontamente, como numa rápida mutação de scenário, sucede ao Império a República. E para esta súbita mudança de regímen bastou apenas uma pequena demonstração de fôrça, por parte de uma das brigadas da guarnição militar da capital, comandada pelo marechal Deodoro da Fonseca, e que inicialmente só tinha em vista derrubar um ministério, do qual o exército recebera alguns sérios agravos, para que, sem se disparar um tiro, caísse por terra, com o ministério, a monarquia. É que, já mal equilibrada sôbre um solo desde muito minado por uma activa propaganda republicana, uma simples aragem revolucionária foi o suficiente para que ela, de vez, desabasse. E dois dias depois de proclamada a República, a 17 de Novembro de 1889, conservando-se a cidade na mais absoluta calma, sem manifestações de regosijo mas também

sem qualquer atitude de protesto, embarca para o exílio, a bordo do *Alagoas*, tôda a família imperial. E em menos de dois anos morreu no Pôrto a Imperatriz, e, em Paris, o Imperador.

Meus senhores, chegado a êste ponto da minha conferência eu creio ter-vos dito o bastante para vos mostrar quanto o Brasil tem muito rápida mas muito seguramente evoluído, sem grandes desvios na sua trajectória e mantendo a sua perfeita unidade, ao contrário do que sucedeu com a América espanhola, fragmentada num grande número de pequenas repúblicas.

Recapitulando: descobrimento e posse; regímen colonial tributário e feudal; instalação da côrte portuguesa no Brasil, pouco depois elevado à categoria de Reino-Unido; independência da colónia; império de D. Pedro I e de D. Pedro II; e, por último, República federal presidencialista.

Ao contrário do que sucedeu com outras nações da América latina, que bruscamente transitaram de um regímen feudal e de dependência colonial para um regímen *soit disant* democrático, sob a forma republicana, mas que ainda por alguns anos se mantiveram sujeitas à tirania dos caudilhos, teve o Brasil, como período de transição, uma realeza tolerante, uma *democracia coroada,* como a denominou o general argentino Mitre, e que, respeitando a tradição e sem reformas violentas, não só mantém a unidade da nação, como vai, pela lógica dos próprios acontecimentos, tornando possível a República.

E a liberdade, de que actualmente goza, não a obteve o Brasil como imediata conseqüência de uma Constituïção ideal, mas como o previsto resultado de um longo trabalho de preparação. Não faltaram no Brasil, como em todos os países latinos, êsses irredutíveis sonhadores de utopias e de perfeições doutrinárias que, desconhecendo as exigências do momento, as condições do meio e a psicologia do povo a que

pertencem, não raras vezes comprometem, com legislações intempestivas de uma ideologia abstracta, o justo equilíbrio de qualquer organismo, político ou social. A essa perturbadora ou inoportuna acção opôs sempre o Brasil um princípio —o da autoridade.

Depois de, com a maior imparcialidade, ter pôsto em confronto a evolução das duas Américas latinas, a espanhola e a portuguesa, diz um muito ilustre publicista e antigo diplomata peruano, F. Garcia Calderon:

«O imperador que abdica, símbolo de um passado majestoso, prepara a República. Foi liberal em ideas, protector das sciências, filósofo amável. Favorecendo a transformação intelectual do Brasil, entregou à crítica dos liberais a sua própria autocracia. Abolindo a escravatura, enfraqueceu o poder da oligarquia reinante. Destruindo privilégios e unindo as classes opostas, criou emfim uma democracia. O Império representa, na América dividida, a autoridade tutelar».

. . . . . .

«Nas outras repúblicas sul-americanas a anarquia destruíu a unidade e impediu a cristalização das classes sociais. No Brasil, as revoluções sucedem-se sob a Regência; os chefes militares brigam o poder, mas existe contra a desordem uma autoridade permanente inviolável. O imperador é o caudilho dos caudilhos, chefe dos chefes; a Constituïção justifica em parte o seu despotismo. Sem a violar, impõe com ministérios conservadores uma paz durável e lentas reformas. Contra o César inflexível luta uma democracia agitadora; arranca-lhe certos previlégios e conquista-lhe liberdades limitadas até ao nascimento da República, têrmo previsto da evolução política e social. O rigor do princípio da autoridade poupou ao Brasil essa perpétua crise revolucionária de que têm sido vítimas outras nações americanas».

Nestes dois breves trechos do seu livro, *Les démocraties latines d'Amérique,* esboça Garcia Calderon a largos, mas bem vincados traços, a história e a crítica da evolução brasileira, desde o período colonial à proclamação da República.

Nêles se mostram quanto foram nocivos, na América espanhola, estes bruscos saltos de uma política despótica e de um regímen de sujeição a um regímen radical de soberania democrática, sem as prudentes transições que vão gradualmente fixando, na consciência popular, a noção dos seus direitos com a correspondente compreensão dos seus deveres, políticos e sociais.

Um outro ilustre autor hispano-americano, e, como tal, igualmente insuspeito, Luís Alberto Herrera, do Uruguay, chega às mesmas conclusões no seu belo livro, *La Révolution française et l'Amérique du Sud,* onde demonstra quanto foi prejudicial às antigas colónias espanholas do Novo Continente o terem-se lançado «ofuscadas pela conquista da sua independência territorial nas especulações filosóficas as mais descabeladas e nas quais ainda persistem, a-pesar-das desilusões que lhes trouxeram êsses mesmos excessos doutrinários em países de cultura atrasada, completamente estranhos à verdade do sufrágio, ao exercício elementar da soberania, e que só possuíam uma liberdade ilusória, a cada momento em conflito com as oligarquias audazes, mas vulgares e ambiciosas».

E é êste o modo de pensar da grande maioria dos modernos publicistas sul-americanos, dentre os quais se destacam, além dos já citados, dois eminentes brasileiros, Oliveira Lima, nas suas conferências, na Sorbonne, sôbre a *Formação histórica da nacionalidade brasileira,* e Oliveira Viana, num seu admirável estudo (embora um pouco pessimista) sôbre *O idealismo na evolução política do Império e da República,* e o hispano-americano, Carlos Vilanova, no

seu livro, *La Monarquia en América; Bolivar y el general San Martin.*

Escapou a essas precipitadas e violentas transformações a nacionalidade brasileira, que assim viu garantida a sua unidade, e que, por uma lenta, mas segura evolução, tornou efectivo e viável um regímen de liberdade e democracia.

Meus senhores, substituíu o Brasil a uma monarquia parlamentar e unitária uma República presidencial federativa, e escuso dizer — seria ridículo — aos que, neste recinto, me dão a honra de me ouvir, porque melhor o sabem do que eu, as diferenças que existem entre uma República presidencial, como a dos Estados Unidos do Norte e a dos Estados-Unidos do Brasil, e uma República parlamentar, como a nossa.

Bastaria dizer-vos que sob o regímen republicano, proclamado a 15 de Novembro de 1889, vai o Brasil, mais aceleradamente do que nunca, proseguindo na sua marcha para o futuro, manifestando, em todos os campos em que a sua extraordinária vitalidade e a sua inquebrantável energia se exercem, a bem justificada esperança de vir um dia a ser uma das mais ricas e das mais prestigiosas nações do mundo.

E ainda na adopção dêsse regímen presidencialista que concede ao Chefe do Estado uma mais directa interferência no governo da nação e portanto uma mais exacta consciência das responsabilidades do seu alto cargo, mostra o Brasil como continua cioso dêsse princípio de autoridade, que tem sido até hoje uma das principais condições do seu progresso e uma das melhores garantias da sua completa unidade. Não quere isto dizer que não haja no Brasil alguns espíritos que, alarmados pelo excesso de poderes de que se acha investido o Presidente da República, se não tenham manifestado em favor de uma revisão da Constituïção, com o fim de restringir um pouco êsses poderes, mas não por forma a restabelecer, na sua integridade, o regímen parlamentar, que alguns, no

entanto, julgam mais de acôrdo com as tradições políticas e até mesmo com a psicologia do povo brasileiro.

«Seja porém como fôr — diz o ilustre jurista brasileiro, Dr. Plínio Barreto *(A cultura jurídica no Brasil),* — haja ou não haja procedência nas críticas que se fazem ao pacto constitucional, críticas que talvez acertassem mais sôbre os homens que o executam, do que sôbre o espírito que o anima, a verdade é que êle tem assegurado ao povo brasileiro o gôzo de tôdas as liberdades e facilitado, no país, o êxito de grandiosas iniciativas utilitárias».

Aos parlamentaristas pregunta um dos mais eminentes e dos mais acatados jurisconsultos brasileiros, o Dr. Pedro Lessa, há poucos anos falecido, antigo professor da Faculdade de Direito de S. Paulo e antigo ministro do Supremo Tribunal Federal:

«Que espírito observador descobriu jàmais qualquer laço entre o presidencialismo e os nossos inegáveis vícios eleitorais, a fraude e a corrução? Que razão temos para crer que no sistema parlamentar os chefes políticos procedam correctamente, respeitando os rudimentos da moral pública, nas eleições de qualquer espécie? Não será a necessidade vital da maioria parlamentar, para a conservação de um govêrno, razão freqüente de mais censuráveis ardis eleitorais? A irresponsabilidade do chefe da nação de um lado, e do outro a responsabilidade do gabinete coberta por políticos destituídos dos necessários atributos morais e intelectuais, concorreriam no sistema parlamentar para tornar irremediáveis, e como que para sancionar, todos os defeitos eleitorais de que nos acusamos». (*O preconceito das reformas constitucionais,* na *Revista do Brasil*, de Abril de 1917.)

Tem sido esta, meus senhores, a orientação da política brasileira em matéria constitucional. Vejamos agora o espírito de conciliação e tolerância que, no Brasil, presidiu à lei da separação das Igrejas e do Estado, decretada pelo go-

vêrno provisório em 7 de Janeiro de 1890, menos de dois meses depois de proclamada a República e um ano antes de votada a Constituïção. Essa lei, que reconhece a tôdas as Igrejas e Confissões religiosas a sua personalidade jurídica, e lhes garante a posse dos seus templos e de todos os seus bens temporais, é da iniciativa do grande jurisconsulto brasileiro, Rui Barbosa, que integralmente a concebeu e redigiu. Tão admirável pelo espírito liberal que revela, como pela extraordinária concisão e clareza com que, a contento de tôdas as crenças, conseguiu resolver, no Brasil, o momentoso problema das relações entre a Igreja e o Estado, compreende apenas os sete seguintes artigos:

Artigo 1.º — É proïbido à autoridade federal, assim como à dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas.

Art. 2.º — A tôdas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou públicos, que interessem o exercício dêste decreto.

Art. 3.º — A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos actos individuais, se não também as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados, cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem colectivamente segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público.

Art. 4.º — Fica extinto o padroado com tôdas as suas instituïções, recursos e prerrogativas.

Art. 5.º — A tôdas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica para adqüirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concer-

nentes à propriedade de mão morta, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres actuais, bem como dos seus edifícios de culto.

Art. 6.º — O govêrno federal continua a prover à côngrua e sustentação dos actuais serventuários do culto católico e subvencionará por um ano as cadeiras dos seminários, ficando livre a cada Estado o arbítrio de manter os futuros ministros dêsse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Numa conferência realizada na Baía, a 22 de Fevereiro de 1893, declarou Rui Barbosa em tão eloqüentes palavras, que não me furtarei ao prazer de, em parte, vo-las reproduzir, que a lei brasileira da separação tem a sua fonte nas mesmas virtudes de onde nasceu a Constituïção brasileira: no exemplo dos Estados-Unidos. «O povo americano, cujos antepassados — disse o eminente jurisconsulto — transpuseram o Atlântico para sacudir a tirania da igreja oficial, é moral e polìticamente um produto da liberdade religiosa. As páginas da sua história, a mais grandiosa dêste século, foram para nós, os autores da Constituïção republicana e autores do decreto de 7 de Janeiro, a escritura santa das aspirações do mundo moderno. Aí haurimos, com a sciência das formas do novo regímen, a intuïção do espírito que o anima, na pátria de Lincoln: a liberdade fortalecida pelo espírito religioso, o espírito religioso expandindo-se clarificado no seio da liberdade. O decreto de 7 de Janeiro, a constituïção de 24 de Fevereiro não são conquista do positivismo. Não! um e outro descendem da liberdade cristã, que dos Estados-Unidos irradia esplendorosamente sôbre o universo. Uma projecção dêsse foco, refractando sôbre nós, fecundou a nossa educação política e alumiou o 15 de Novembro».

E pouco depois diz ainda Rui Barbosa:

«O padre deixou de ser o funcionário poderoso do es-

tado, perdeu o apoio exterior, a segurança oficial, o orçamento; mas ganhou o que vale mais que tudo: a independência moral; e, graças a ela, o seu rebanho, num país de origens protestantes, numera hoje dez milhões de almas».

Meus senhores, como os Estados-Unidos, assim o entende o Brasil, cuja lei de separação reconhecendo todos os direitos do livre pensamento, do mesmo modo que expressamente proíbe que se promulguem leis destinadas a estabelecer uma religião oficial, assim também se opõe a que se prescreva ou recuse o exercício público de um qualquer culto. Com esta emancipação religiosa, como já o fêz notar J. V. Lastarria nas suas magníficas *Lições de Política Positiva,* coincide, em todos os países em que ela tem sido inteligentemente compreendida e praticada, um maravilhoso progresso das crenças, o que prova que a liberdade a mais completa, em vez de prejudicar, ainda mais avigora o espírito religioso. É o que igualmente se deduz das estatísticas do livro de Maurice Block sôbre a *Europa política e social.* O que é certo é que, nesse bem compreendido regímen de separação, não existe no Brasil nem a menor sombra ou ameaça de uma questão religiosa. Dir-se-ia que os brasileiros, fazendo o que Paul Deschanel pedia que se fizesse em França, resolveram, por consenso unânime, eliminar dos seus dicionários a palavra *intolerância.* E é tal, por parte de governantes e governados, o espírito de tolerância e respeito pela liberdade de consciência, que ainda há pouco, num dos primeiros dias do ano em que estamos, a turma de 1924 dos novos guarda-marinhas da Armada brasileira, seguindo uma tradição ainda em prática, nas escolas militar e naval, fêz muito solenemente benzer as suas espadas junto ao altar de N. S. da Vitória, da Igreja de Santo Inácio, do Rio de Janeiro, assistindo a essa cerimória religiosa altos representantes do Exército, almirantes e oficiais superiores da mari-

nha de guerra brasileira, sem que ninguém, no público ou na imprensa, contra essa cerimónia erguesse o menor protesto.

Quão digno de ser imitado nalguns países que nós bem conhecemos, êsse altíssimo e nobre espírito de tolerância e de respeito pelas crenças alheias, seja qual fôr o Deus ou a religião que as inspire, e sejam quais forem as suas manifestações cultuais.

Meus senhores, como já tive a ocasião de vos dizer, foi votada a Constituïção a 21 de Fevereiro de 1890 e logo depois eleito presidente da República o marechal Deodoro da Fonseca e vice-presidente o marechal Floriano Peixoto. Mas as rivalidades, que não tardaram a declarar-se entre os dois chefes republicanos e alguns actos praticados pelo marechal Deodoro e que o incompatibilizaram, não só com os próprios ministros, mas até mesmo com o Congresso (que êle acabou por dissolver), deram ocasião a que se esboçassem vários movimentos de protesto, que, secundados por uma parte da Armada, sob o comando do almirante Custodio José de Melo, levaram o marechal Deodoro a resignar o seu cargo, passando a presidência ao marechal Floriano Peixoto. De tudo isto resultou uma forte agitação política na qual os monárquicos, que assistiram sem a menor resistência à proclamação da República, julgaram encontrar oportunidade para umas primeiras tentativas de restauração monárquica. Com uma implacável energia, Floriano Peixoto domina tôdas essas revoltas, que, no Rio Grande Sul, assumem as proporções de uma] verdadeira guerra civil. Consolida-se a República; mas, com o triunfo das fôrças legais, inicia-se no Brasil um verdadeiro período de caudilhismo militar, que poderia ser, como nas repúblicas centrais da América, das mais funestas conseqüências, se Prudente de Morais, que sucede, na presidência, ao marechal Floriano, não tivesse muito hàbilmente restituído ao poder civil a sua devida supremacia, começando

por fazer votar pelo Congresso uma anistia a todos os insurrectos.

E, assim, desviando ou vencendo alguns obstáculos com que depara, vai o Brasil seguindo sempre o seu rumo. E pode-se mesmo dizer que a cada novo período presidencial, salvo alguns ligeiros eclipses, um novo progresso corresponde. Num momento de gravíssima crise, que era já quási uma ameaça de banca-rôta, Campos Sales, assumindo o poder (a 15 de Novembro de 1898), restabelece as finanças do Brasil e firma o crédito da República no estrangeiro.

Vem depois Rodrigues Alves, que se propõe fazer do velho Rio de Janeiro uma cidade verdadeiramente moderna, com tôdas as condições de beleza e higiene. E, sob a direcção de Prefeito Municipal do Rio, o eminente engenheiro Oliveira Passos, que traçara o plano dessa grandiosa transformação, iniciam-se, com um arrôjo verdadeiramente americano, os primeiros trabalhos. São ràpidamente demolidas, na parte baixa da cidade, mais de seiscentas casas abrangendo uma superfície de 31.000 metros quadrados. E não tarda que de tôdas essas ruínas comecem a surgir, marginando novas e extensas avenidas, as primeiras belíssimas edificações. E — resultado verdadeiramente maravilhoso! — em menos de uma meia dúzia de anos é a velha cidade colonial, de ruas sombrias, tortuosas e estreitas, soberbamente transformada numa das mais belas capitais do mundo. Mas não bastava porque, se êsses melhoramentos materiais em grande parte contribuíram para o saneamento do Rio de Janeiro, assim diminuindo o coëficiente de mortalidade de um certo número de doenças, como o impaludismo, a tuberculose e a febre tifóide, não conseguiu no entanto pôr a grande capital ao abrigo das mortíferas epidemias de febre amarela, que periòdicamente a assolavam. Continuava ainda em discussão no Brasil o empolgante problema da contagiosidade ou não contagiosidade da febre amarela, tornando-se

impossível um acôrdo entre contagionistas e não contagionistas, porque nem a doutrina hídrica por alguns invocada, nem a influência das altitudes, nem o suposto contágio directo erâm de natureza a projectarem um pouco de luz sôbre êsse ainda então obscuro capítulo da epidemiologia amarílica. Urgia portanto deslocar a questão para o terreno experimental, onde uma exacta observação dos factos, numa série de provas e contraprovas, conduzidas com todo o rigor scientífico, acabando por revelar, sem mais possíveis controvérsias, o segrêdo da transmissão da febre amarela, já então permitiria que, contra esta, se empreendessem, com as melhores esperanças de sucesso, as necessárias medidas de defesa.

Foi esta ingente mas gloriosa tarefa confiada à sciência, à energia e à especialíssima competência do eminente bacteriologista e higienista brasileiro, Osvaldo Cruz. A teoria havanesa da transmissão da febre amarela por intermédio de um mosquito, que depois se averiguou ser o *stegomya fasciata,* teoria tão mal acolhida ao comêço, quando Finlay pela primeira vez a formulou, foi afinal definitivamente sancionada pelas experiências realizadas em S. Paulo, no Hospital de Isolamento, sob a superior direcção do eminente biologista e clínico brasileiro, Dr. Luís Pereira Barreto, e pelo Dr. Emílio Ribas, então director dos serviços sanitários do Estado de S. Paulo.

E é baseando-se no resultado dessas experiências, que Osvaldo Cruz, com um extraordinário espírito de decisão, com o mais meticuloso critério scientífico e com uma absoluta confiança nos resultados, dá início à sua campanha sanitária, e tão admiràvelmente a conduziu, que chegou a acabar de vez com a febre amarela, não só no Rio de Janeiro, como noutros Estados do Brasil. Bastava êste facto, quando muitos outros não houvesse, para cobrir de glória a medicina brasileira e recomendar Osvaldo à posteridade, não só como

um grande sábio, mas como um verdadeiro benemérito da humanidade.

Mas prossigamos. Na presidência de Afonso Pena inicia-se a construção de novas estradas de ferro, e, entre estas, a do Nordeste do Brasil, que, indo até às fronteiras da Bolívia, está certamente destinada a ligar o Pacífico ao Atlântico, através do território brasileiro.

A Afonso Pena sucedem-se, na presidência da República, Nilo Pessanha, Hermes da Fonseca, Venceslau Brás, Epitácio Pessoa, e, no actual quadriénio, o Dr. Artur Bernardes.

Mas, meus senhores, se me escasseia tempo, falta-me também autoridade para entrar numa mais detalhada apreciação da política interna seguida pelos diferentes presidentes que, no Brasil, se têm sucedido no poder, desde a proclamação da República até ao actual governo do Sr. Dr. Artur Bernardes.

No que, porém, mais especialmente se refere à política externa do Brasil, dois grandes nomes neste momento me acodem: o primeiro é o do antigo e benemérito secretário das relações exteriores da República Brasileira, Barão do Rio Branco, a cujo eficiente e zeloso patriotismo e habilíssima diplomacia deve o Brasil um considerável aumento do seu território. Tendo conseguido que fôssem submetidas à arbitragem várias questões litigiosas de delimitação de fronteiras com a França, com a Inglaterra, com a Holanda e com algumas nações vizinhas, tão seguramente se documentou e agiu em cada um dêsses diferentes casos, que o resultado foi ficar ao Brasil definitivamente garantida a posse, até então contestada, de uns setecentos e trinta e tantos mil quilómetros quadrados de superfície, o que representa, como território, alguma coisa mais do que a Alemanha, a Suíça, a Holanda, a Dinamarca e a Bélgica, reünidas.

O outro grande nome é o de Rui Barbosa, uma das mais

lídimas glórias do Brasil intelectual e que, em todos os campos em que exerceu a sua fecunda actividade — no poder, como membro do govêrno provisório, no parlamento, no fôro, na imprensa, na tribuna pública e na tribuna académica — em todos deixou, bem vincadas, as múltiplas feições do seu prodigioso talento.

Nomeado pelo Barão do Rio Branco para representar o Brasil na 2.ª Conferência internacional, reünida na Haia, em Maio de 1907, a fim de ali se estabelecerem as bases e condições (sete anos depois tão brutalmente violadas pela Alemanha) de uma duradoura paz universal, e vendo que se pretendia adoptar como critério, para a composição de um Tribunal Permanente de Arbitragem, o poder militar das grandes potências, logo Rui Barbosa se levanta, e, pugnando pelo princípio da igualdade de soberania de tôdas as nações, enèrgicamente reclama, para as mais pequenas e fracas, direitos e regalias iguais aos das grandes potências, na composição dêsse futuro tribunal. E, tão vigorosa foi a sua dialética e tão altiva e impressionante a sua eloqüência, que êsse franzino brasileiro, que ali fizera muito despercebidamente a sua primeira entrada e ao comêço escutado com manifesta indiferença, não tardou que se imposesse ao respeito e à admiração de todos os seus colegas da Conferência, que à saída abriram alas para darem passagem (diz o jornalista inglês William Stead) à sua grandeza moral e ao seu maravilhoso génio. De igual brilho e igual prestígio para o Brasil foi a atitude de Rui Barbosa desde as primeiras horas da grande guerra. O seu famoso discurso na Universidade de Buenos Aires, discurso que foi o mais tremendo e vibrante protesto contra tôdas as violações do Direito e no qual, depois de profligar a indiferença dos neutros, a estes apontou o único caminho a seguirem, teve, não só na América, como na Europa, uma tão grande repercussão, que, numa das sessões do parlamento francês, o presidente, Paul Deschanel, pondo

em foco a nobre figura do eminente jurisconsulto brasileiro, declarou, por entre as aclamações da assembleia, que a data dêsse memorável discurso seria, em França e em tôdas as nações aliadas, uma *data histórica*. E nunca poderá também esquecer que foi ainda Rui Barbosa que, de pleno acôrdo com o sentimento nacional, já manifestado em vários Estados da União, em grande parte contribuíu para que o Brasil não se tivesse apenas limitado a quebrar a sua neutralidade em benefício exclusivo dos Estados-Unidos, mas, sobrepondo os interêsses humanos aos interêsses puramente continentais (creio terem sido estas as suas próprias palavras) e em completa solidariedade com tôdas as nações aliadas, declarasse, como veio a declarar, o estado de guerra com a Alemanha.

Meus senhores, teve sempre o Brasil — teve-a durante o Império e tem-na agora com a República — uma inteligente e hábil diplomacia, à qual muito deve o seu crescente prestígio internacional, prestígio a que a Sociedade das Nações deu um acentuado relêvo quando, pouco depois da guerra, elegeu para presidir aos trabalhos da sua Comissão executiva um diplomata brasileiro, o Dr. Gastão da Cunha, que era então Embaixador do Brasil em Paris.

Mas quer se trate da sua política interna, quer se trate da sua política externa, ou de quaisquer outras manifestações da sua sempre desperta e pujante vitalidade, o que nós vemos é que tudo se conjuga para que o Brasil venha em breve a ocupar, entre as principais nações, um dos primeiros lugares. Nesta mesma ordem de ideas um ilustre publicista francês, G. Lafond, num interessantíssimo estudo sôbre a *Evolução económica e financeira do Brasil,* publicado no *Journal des Économistes* (número de Junho de 1918), mostra como êsse progressivo e grande país, pondo em valor muitas das suas riquezas, até há pouco inexploradas, vai ràpidamente caminhando para vir a ser, num próximo futuro, um dos maiores centros mundiais de produção. Só o que o Brasil realizou —

verdadeiros prodígios de iniciativa e energia — para acudir, durante a guerra, às exigências do seu consumo, seria já o bastante para justificar essas previsões optimistas.

Não podendo abastecê-lo os seus antigos fornecedores e reduzido aos seus próprios recursos, o Brasil, dando as maís exuberantes provas da sua extraordinária vitalidade e do seu alto e inteligente espírito empreendedor, instala novas indústrias, ensaia novas culturas e, elevando ao máximo a sua produção, procura e consegue atender, não só às suas próprias necessidades, como às de algumas nações beligerantes.

A sua exportação, que, antes da guerra, quási que exclusivamente se limitava aos chamados productos coloniais — café, borracha, cacau, açúcar, tabaco, e pouco mais — já em 1917 consideràvelmente se avoluma com novos produtos, entre os quais a carne, a batata, o feijão, o arroz e o milho. Êste último produto era a Argentina, o Uruguai e o Paraguai que lho forneciam, mas em 1917 é já o Brasil que vende à Inglaterra, à França e à Itália umas 24.000 toneladas.

Não menos prodigioso é o desenvolvimento da sua indústria pecuária, ocupando já o Brasil, na criação do gado, o segundo lugar. E note-se que, em 1913, não exportava um único quilo de carne, mas em 1915 já exporta 8.514 toneladas e, em 1917, 60.452 toneladas. A mesma rápida evolução se nota na exploração e indústria de alguns dos mais importantes minéreos, como a hulha, de que o Brasil possui ricas e extensas jazidas, que vão desde o Rio Grande do Sul até S. Paulo. E, como a hulha, o manganés de que o Brasil está sendo o principal produtor. E, finalmente, o ferro. Êste último minério possui-o o Brasil em tão excessiva abundância, que os mais autorizados técnicos não hesitam em dizer que, devidamente explorado, dará para alimentar, durante séculos, tôdas as usinas metalúrgicas do mundo.

Vejamos agora qual tenha sido, nestes últimos anos, o

movimento da balança comercial do Brasil. Para isso destacarei da mensagem apresentada, em 3 de Maio de 1924, ao Congresso Nacional, pelo actual presidente Dr. Artur Bernardes, os seguintes dados: No ano de 1923 a exportação atingiu a 73:184.000 libras, no valor de 3:297.033 contos (moeda brasileira), tendo-se a importação mantido em 50:613.000 libras, no valor de 2:270.437 contos. Apurou-se portanto um *superavit* de 22:571.000 libras, ou sejam 1:026.596 contos. «Êste saldo — diz ainda a mensagem — é promissor e atesta a pujança das fôrças económicas do país. Significa que continua em ascensão o esfôrço da produção brasileira e a actividade do seu comércio de exportação. Em 1923 exportou o Brasil 2:230.450 toneladas contra 1:121.602, em 1922».

Ora, uma nação que assim afirma a sua pujanja económica; com a sua crescente produção industrial e agrícola; com as suas quedas de água, que representam um potencial de energia hidro-eléctrica como nenhuma outra nação possui; com as inexauríveis riquezas do seu solo, a que não tarda que se juntem as que as suas vias férreas de penetração hão-de necessàriamente drenar de algumas nações vizinhas, é uma grande nação com tão certos e seguros elementos de prosperidade material, que se pode desde já prever que, de aqui a bem poucas dezenas de anos, ela já esteja em condições de abastecer, com os seus produtos e matérias primas, todos os mercados do mundo.

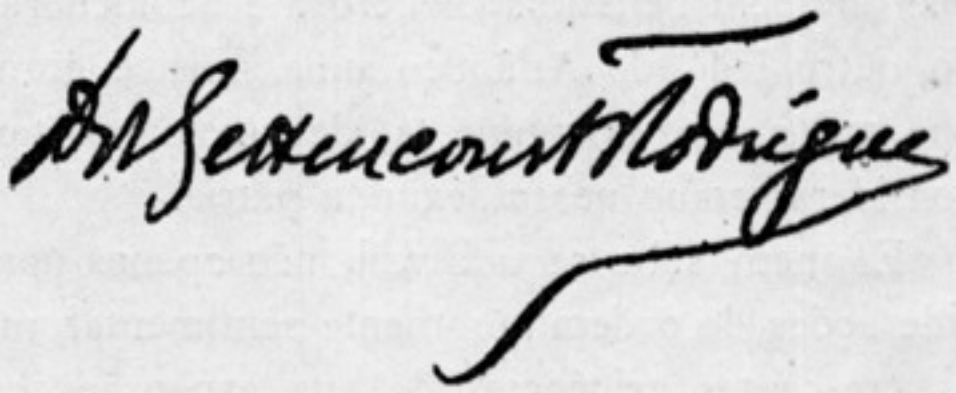
E, acompanhando o seu progresso material, não são menos brilhantes, na literatura e na sciência, as múltiplas manifestações do génio brasileiro. Mas é êste um outro assunto, com que não devo agora abusar da vossa atenção, mas de que possìvelmente me ocuparei numa outra próxima conferência. Hoje, como logo de comêço vos disse, apenas procurei dar-vos uma rápida idea das sucessivas e mais marcantes fases da evolução do Brasil, no exclusivo ponto de

vista político, social e económico; evolução que, ràpidamente prosseguindo, sem grandes desvios na sua trajectória, bem atesta a alta competência, o fecundo espírito de iniciativa e o operante e inteligente patriotismo dos que têm tido em mãos os destinos dessa ainda juvenil, mas já hoje grande e prestigiosa nação. E não só grande e próspera nação, mas também belíssima, generosa e acolhedora terra, que é do outro lado do Atlântico uma nova e grande Lusitânia, que todos nós, portugueses, devemos, por tantos motivos, considerar como nossa segunda pátria.

E quem sabe se o Brasil, não apenas por estéreis considerações de ordem puramente sentimental, mas atendendo às crescentes exigências da sua expansão comercial e do seu concomitante desenvolvimento marítimo, e, sendo Portugal a única potência (a única, insisto) em condições de, para essa expansão, poder muito eficientemente contribuír com as suas numerosas e bem situadas colónias, em todos os mares e continentes — quem sabe, digo, se não estará próximo o dia em que as duas nações irmãs reconheçam afinal a necessidade de entre si estabelecerem uma estreita aliança, que, pela considerável soma de interêsses, intra e extra continentais, destinada de parte a parte a acautelar, viria a ser, não já uma simples e aleatória aliança, mas, para todos os efeitos de política internacional, uma verdadeira *confederação*, que em nada cercearia (como perfeitamente sabem, e é bom não esquecermos) a absoluta e completa soberania de cada um dos dois Estados confederados.

Sôbre êste importante problema de que me tenho, desde há muitos anos, insistentemente ocupado, não só na imprensa portuguesa, como na imprensa brasileira, muito e muito haveria ainda a dizer, mas, como a hora já vai bastante adiantada, eu aqui terminarei, meus senhores, mas não sem primeiro agradecer a Sua Excelência, o Sr. Vice-Reitor desta Universidade, o seu honroso acolhimento, ao emi-

nente catedrático, e presidente do Instituto de Coimbra, o Exmo Sr. Dr. Costa Lôbo, as amigáveis e lisongeiras palavras com que fêz há pouco a minha apresentação, como a todos os meus ilustres ouvintes igualmente agradeço, penhorado, a atenção com que me escutaram.



UMA EPÍSTOLA DE NICOLAU CLENARDO A FERNANDO COLOMBO

A memória de D. Adolfo Bonilla y San Martín, professor da Universidade de Madrid.

Foram estas páginas escritas em Dezembro de 1924 e por então remetidas à comissão promotora da Homenaje a D. Adolfo Bonilla y San Martín. *Ao relê-las agora, corrijo-as levemente, e dilato umas notas.*

Escrevi-as com espírito gentil e ânimo reverente ao saber e à amizade do insigne colega da madrilena Faculdade de Filosofia e Letras, acorrendo ao convite que camaradas de estudo e profissão me faziam para conviver naquele livro gratulatório.

Volvidos treze mêses, eis que o que deveria ser intelectual sodalício se converte abruptamente em lastimosa evocação.

¡Já não labuta aquele coração infatigavel, já não arde aquela mente do Mirandola *espanhol!*

¡Que uma mãe espanhola regale a sua pátria com o sucessor de Bonilla!

Coimbra, 30 de Janeiro de 1926.

Na Biblioteca Columbina de Sevilha, que, a-pesar-das injúrias do tempo e dos homens, constitue ainda hoje um precioso repositório de incunábulos e edições quinhentistas, existe um livro sôbre o qual, cremos, nunca incidiu a atenção esclarecida dum estudioso da cultura peninsular. Êsse livro é: *T. Livij Patani / ni Historici, ab vrbe condita de / cadis prime / liber. j. ad vti / litatem studiosorum, in / formam enchiridij / redactus. / Additus index vo- / cabulorum insigniū, vnde usus lin / gue latine facilius percipi possit.*



JOAQUIM DE CARVALHO

Em 8.º got. de IV-104-16, asign. a-i, 27 l. p. pag. *Impressum Salmantice in edibus Joannis Junte bibliopole. M. D. xxxiii. Cal. Junii.*

D. Simón de la Rosa y López refere-o no *Catálogo da Columbina,* (1) aditando esta nota: «Está el interés principal de este libro en que fué formado expresamente para la instrucción del joven don Luis de Toledo en la Universidad de Salamanca por Nicolás Cleynaerts, aquel sabio hebraista y helenista de Lovaina, después de haber recorrido con don Fernando Colón las ciudades principales de Alemania, y sido testigo presencial de los muchos trabajos y peligros que corrió éste comprando libros para formar su libreria de

(1) Vid. *Biblioteca Colombina. Catálogo de sus libros impresos,* .... t. IV. (Sevilla), pág. 302-5. Harrisse, que tão sábia e diligentemente trabalhou na Columbina, não o aponta nos livros que pudemos consultar.

Sevilla, vino a instancias del mismo a cultivar las ciencias arábigas, a enseñar las letras griegas en el Estudio Salmantino y a encargar-se de la educación del noble descendiente de los Toledo. Creemos de no pequeña oportunidad dar a conocer la epístola dedicatoria que escribió el mismo Cleynaerts, al principio del libro, expresamente dirigida a don Fernando Colón, por referirse al inmortal almirante descubridor del Nuevo Mundo, a las excelsas cualidades del mismo don Fernando, a la magnificencia de la casa y biblioteca de éste en Sevilla, al obispo de Córdoba Fr. Juan de Toledo, hijo de los duques de Alba, y al estado floreciente de la Universidad de Salamanca, que por confesión de tan autorizado escritor, podia entonces competir fácilmente con las más notables de otras naciones... (1).

...D. Fernando Colón de su letra dejó escrita al dorso de la hoja final de este libro la seguiente nota: *Hunc librum misit mihi nicolaus clenardus anno 1534.* Num. 13.175.» Foi esta indicação — concisa e com algumas inexactidões — do prestimoso bibliotecário que nos despertou a curiosidade de o examinar e, com prazer, a breve trecho, verificavamos que enriquecia notavelmente a bibliografia de Nicolau Clenardo, a colectânea das suas epístolas, de par que esclarecia alguns aspectos da sua actividade cultural em Salamanca, relativamente pouco conhecida. Todos os leitores das cartas do humanista diestense, das quais, pelo que a Portugal respeita, possuimos hoje uma tersa tradução (2), ou os conhecedores da sua biografia de cavaleiro andante das humanidades e mártir da «cruzada pacifica» contra o Alcorão, que a morte lhe não consentiu desenvolver e dilatar, não ignoram que Clenardo, em 1531, trocou Lovaina pela Espanha.

---

(1) Transcreve a seguir uns trechos da epístola.

(2) Vid. Dr. Gonçalves Cerejeira, *O renascimento em Portugal. Clenardo.* Com a tradução das suas principais cartas, vol. II, (Coimbra, 1918).

A fama do seu saber linguístico atraira alguns portugueses cultos, como o insigne André de Resende e fr. Roque de Almeida, a quem, em Paris, respectivamente ensinou o grego, e, ao último, além, desta língua, o hebreu (1). A Roque de Almeida, um dos raros averroistas paduanos que a cultura lusitana conta, confessa Clenardo dever a idea de um dia poder vir a Espanha, ao assegurar-lhe, em Lovaina, que em Salamanca se ensinavam as línguas sábias, entre elas o árabe, cujo estudo atraía o curioso espírito do filólogo brabantino (2).

Esta informação, um pouco leviana, escandecera a imaginação de Clenardo, e talvez nunca passasse de irrealisavel aspiração se o acaso feliz lhe não tivesse proporcionado o conhecimento de Fernando Colombo. Êste diligentissimo bibliófilo, herdeiro dum dos mais gloriosos nomes da humanidade e continuador dêsses heróicos renascentes italianos cujo ardor espiritual não cedia aos perigos e intempéries das

---

(1) Pelo que respeita a Resende, a fonte é uma passagem da *Oratio pro rostris*, proferida na Universidade de Lisboa em 1 de Outubro de 1534: «*Vidi ego in celebri Parrhisiorum academia sub hoc Nicolao Clenardo, qui erudiendo Henrico principi, regia liberalitate in Lusitaniam est adcitus, senes quinquaginta annis maiores, prima graecarum literarum fundamenta jecisse, et gnaviter nec sine laude fuisse progressos*». Braancamp Freire, honra e lustre da erudição portuguesa, propoz para esta aprendizagem a data de 1528 (*Noticias da vida de André de Resende, in-Archivo Historico Portuguez*, vol. IX, pág. 323 e 268); mas Gonçalves Cerejeira com boas razões prova, na esteira de Chauvin (e Roersch) — *Étude sur la vie et les Travaux de Nicolas Clénard*, in-t. LX das *Mémoires couronnés et autres mémoires publiés par l'Academie Royale des Sciences, des Lettres et des Beaux-Arts en Belgique*, (1900-1901) págs. 13 e seg., — que só poderia ter tido lugar em 1530. Cf. *O Renascimento em Portugal-Clenardo*, I. Coimbra, 1917, pág. 28-q. *n.* Quanto a R. de Almeida a fonte é a epístola de Clenardo *Ad christianos*... Vid. *Nic. Clenardi Epistolarum lib. duo.* Antuérpia, 1566, pág. 229.

(2) *Epist. ad christianos, ed. cit.*, pág. 239.

viagens, achava-se pela terceira vez em Lovaina, no verão de 1531 (1), na esperança de enriquecer a sua livraria e sobretudo, associar alguns sábios às suas investigações. O douto filho do obscuro diestense Pedro de Beca era o homem que lhe convinha, e guiado pela mão amiga de André de Resende, apresentou-se um dia na própria aula do insigne professor (2). Não chegou até nós o éco desta entrevista, mas é lícito supor que Colombo o tivesse seduzido com a promessa de lhe cometer a secção árabe da sua livraria, facultando-lhe os meios de aprofundar o estudo desta língua, que a curiosidade de filólogo aliada à fé do crente lhe impunham como necessária ao proselitismo a que aspirava devotar-se (3). Os

---

(1) F. Colombo esteve em Lovaina, em 7 de Outubro de 1520, quando foi a Flandres na comitiva de Carlos V (cf. Bonilla y San Martín, *Luis Vives y la filosofia del renacimiento,* Madrid, 1903, pág. 100) e em Fevereiro e Abril de 1522 (cf. Harrisse, *Excerpta Colombiniana*, Paris, 1887, pág. 13).

(2) «Sed ut coeperam, cum venisset Colon Lovanium, comparaturus et illic ornamenta suae bibliothecae, communicatis consiliis cum Poeta Resendio, homine multis nominibus mihi colendo, animum sibi esse dixit, ut quempiam honesto salario secum abduceret in Baeticam, cuius et iudicio in libris, et socio queat uti in studiis. Resendius, qui saepe mihi praedicasset Lusitaniam, et per iocum aliquando vaticinatus esset me illuc concessurum, ansam praehendit a patria divellendi Clenardi opinatus non desideraturum se artes mei pelliciendi in Lusitaniam, si semel intrassem Hispaniam. Quare hominem secum adducit in auditorium, ubi enarrabam Chrysostomum de sacerdotali dignitate, peractaque lectione, statim mihi proposita est conditio, et paucis interiectis diebus accingimur profectioni Hispaniensi. Facile namque res transacta est, cum et sitirem Arabica, nec alia ratione liberari possem a litibus.» *Epistola ad christianos, ed. cit.*, págs. 232-3.

(3) Quando ergo in Arabismum reuoluta est mea peregrinatio, non me mouit quod auctor dicerer professionis Arabicae, non ut medicis operam proeberem restituendo Auicenna, aut Philosophis corrigendo Auerroe, sed hoc tantum ante oculos fero, ut quemadmodum contra caeteros haereticos scribunt latine, sic adversus Machometistas stylum

desejos de Colombo foram satisfeitos, e ao fim de alguns dias estava fechado o contracto, pelo qual Clenardo, assim como João Vaseu, mais tarde, em 1535, bibliotecário da *Columbina* (1), então designada pela *Fernandina,* se comprometia a permanecer em Sevilha, como seu hóspede, durante três anos, com retribuição igual à que receberia em Lovaina (2).

Foi, pois, Fernando Colombo quem o decidiu a vir à Peninsula e na sua companhia, na de João Vaseu e dum palafreneiro, em Outubro de 1531, entre as ironias e críticas dos amigos abandona, mal diria que para sempre, o «dulce Lovanium». Entrando em Espanha em 12 ou 13 de Novembro, *(postridie divi Martini)* esta sábia caravana, à qual se juntaram em França João Hammonio e um criado francês, passa por Vitória, Burgos, Valladolid e detem-se uns dias em Medina del Campo, onde então assistia a côrte de Isabel e se encontrava a «vi-reina de las Indias», D. Maria de Toledo, cunhada de Fernando Colombo. O itinerário marcado impunha a partida para Sevilha; mas o filho do descobridor da América altera-o, vindo a Salamanca, porque «ipse fraterno nomine rem habebat controuersam, et Jurisconsultos adire volebat, quos tenet Salmantica doctissimos» (3). A-pesar-desta concisão de Clenardo, temos por sem dúvida que o motivo desta de-

---

stringerem Arabicum». (Epist. *Iacobo Latomo,* de 9 de Abril de 1541, ed. cit. pág. 43). Repete esta idea em várias cartas, designadamente na epístola *Reverendo Domino Abbati Tongelarensi D. Arnoldo Streyterio,* de 12 de Abril de 1541, também de Fez, e na *Epistola ad christianos,* etc.

(1) Harrisse, *ob. cit.,* pág. 13.

(2) Chauvin et Roersch, *ob. cit.,* pág. 23. Aquele acurado mas não exaustivo biógrafo de Clenardo cita as respetivas passagens das Epístolas que fundamentam estas afirmações. Para êste estudo remetemos o leitor.

(3) *Epist. ad christianos, ed. cit.,* pág. 234.

manda se deve filiar nos «pleitos de Colón», cuja solução, interessando sobretudo D. Maria de Toledo, afectava também os interêsses de seu cunhado, além de que se apròximava a hora da sentença, que veio a proferir-se em 27 de Agôsto de 1534(1). Clenardo acompanha o seu «*egregius patronus*» e uma vez na velha cidade universitária, lembrando-se da informação de Roque de Almeida, procura um mestre de árabe e desde logo se relaciona com alguns dos sábios que fizeram de Salamanca um lugar de peregrinação espiritual de todo o peninsular culto. Basta recordar Scilicco e, sobretudo, o dominicano Francisco de Vitória. Tudo o seduzia na famosa cidade do Tormes: as nobres inquietações de espírito, o ardor dos estudos clássicos, — de que na carta adeante publicada faz tão levantado elogio, — e as relações pessoais. O seu contracto com F. Colombo, porém, proíbitivamente lhe impunha uma discreta reserva às propostas de se incorporar na galaria ilustre dos mestres de Salamanca, da qual só veiu a fazer parte como catedrático quási nas vesperas da sua partida para Portugal. O que os novos amigos não conseguiram, alcançou-o D. João de Toledo, então bispo de Cordova e mais tarde de Burgos. Êste prelado, de tão egrégia estirpe, a quem preocupava a educação literária de seu sobrinho D. Luís de Toledo, filho do Vice-Rei de Nápoles, D. Pedro, conseguiu que Clenardo a dirijisse, obtendo de Fernando Colombo a rescisão amigavel do contracto. Não foi, porém, sem condições que

---

(1) Chauvin (*ob. cit.*, pág. 25-6) e G. Cerejeira (*ob. cit.*, I, cap. III), relatam os episódios da viagem. Foi a leitura dos «pleitos de Colón» que nos sugeriu a hipótese explicativa da ida a Salamanca. Cf. Harrisse, *ob. cit.*, pág. 18, e a pág. IX da introdução de C. F. Duro ao t. I. *De los pleitos de Colón.* T. VII da *Colección de docs inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de ultramar.* Madrid, 1892.

Colombo anuiu, porque se Clenardo não obtivesse no praso de seis mezes uma cátedra na Universidade pagar-lhe hia uma indemnisação de 60 cruzados — o que efectivamente fez por intermédio de João Vaseu. ¿O que ensinou Clenardo ao seu fidalgo discípulo, e com que método? Clenardo não foi apenas um profundo conhecedor das línguas sábias, mas um pedagogo, a cujas ideas e processos muito deve o humanismo português, reorganizando o «estudo das línguas mortas em Portugal» (1).

Particularmente em relação ao latim, há passagens das *Epistolae* que constituem uma teoria do ensino desta língua, destacando-se entre tôdas a carta a João Vaseu, de 18 de Agôsto de 1537, segundo a cronologia estabelecida pelo Sr. Joaquim de Vasconcellos (2). Por isso se compreende que com a própria correspondência clenardiana Henrique Mameranus organizasse o «*Nova Methodus docendi pueros analphabeticos, breve omnino temporis spatio Latine loqui, praesertim intra priuatos parietes. Item, praeceptiones aliquot latinae linguae exercendae perutiles, per Nicolaum Clenardum, trium Linguarum peritissimum, earundemque foelicissimum praeceptorem, olim editae.* Francofurti. Apud Nicolaum Bassaeum. *M D L x x v l.*»

Independentemente das considerações pedagógicas sôbre

---

(1) Vid. Joaquim de Vasconcellos, *As cartas latinas de Damião de Gois*. Coimbra, 1901, pág. 6. (É separata de *O Instituto*, vol. XLVIII).

(2) Êste insigne erudito, que à história da arte e do humanismo lusitano consagrou tão notáveis estudos, preparou uma edição das Epístolas de Clenardo, que ainda não viu a luz da publicidade. As fôlhas impressas existem na Biblioteca da Universidade de Coimbra, onde as examinamos. As cartas são ordenadas cronológicamente. Essa edição leva o seguinte título ms.: *Nic. Clenardi Epistolarum Libi Duo. In fine ejusdem Peregrinationum, ac de rebus Machometicis Epistolae elegantissimae. Ed. nov. emendata et aucta curavit J. de V.* Pôrto, 1912.

o latim, que deveriam ter levado Massebiau (1) a incluir Clenardo entre os defensores mais ilustres do método dos colóquios, o diserto epistológrafo escreveu umas *Institutiones Grammaticae latinae,* liberalmente impressas em 1538 para benefício da mocidade bracarense (2). Destes testemunhos,

---

(1) *Les colloques scolaires du seizième siècle et leurs auteurs.* (1480--1570). Paris, 1878.

(2) Esta edição é hoje *introuvable.* Há, porém, uma 2.ª edição de Coimbra, 1546. Vid. A. Filipe Simões, *Uma edição desconhecida das Instituições de Gramática Latina de Nicolau Clenardo,* in-*O Conimbricense,* n.º 2.213, (1868) — artigo que escapou à benemérita solicitude do compilador dos *Escriptos Diversos* (Coimbra, 1888) do culto e inditoso professor coimbrão, ao tempo bibliotecário eborense.

Filipe Simões, além de ter indicado a rara edição, da qual encontrou um exemplar na Biblioteca de Évora, aditou a esta preciosa notícia a versão da epistola de João Vaseu ao Senado e povo de Diest, a qual abre esta edição. Porque se trata dum precioso documento biográfico, sem embargo da recente e mais elegante tradução de Martins Capela [Cf. Gonçalves Cerejeira, *ob. cit.*, II, (152-3)], e pela raridade de *O Conimbricense,* reproduzimo-la a seguir: «*João Vaseu de Bruges* ao *Senado e Povo de Diest.* Tendo sido, varões ilustrissimos, encarregado pelo vosso senatus consulto, que fizesse chegar ao poder dos pais e herdeiros do vosso concidadão Nicolau Clenardo tudo o que ficasse por seu falecimento, nisto mostrei a diligência, que sem dúvida espero facilmente provarvos. Mas Clenardo, como homem que mais cuidadoso era do comodo público que do seu particular, mostrando sempre menos consideração por essas riquezas transitórias e caducas, aplicou-se mais a enriquecer o espírito com os variados tesouros das línguas e das sciências, e com os monumentos do seu engenho a servir de proveito a seus pais e pósteros, do que a deixar aos seus herdeiros soma avultadissima: e êle vo-lo certificaria e ao mundo todo, se não o viesse estorvar de pretensões tão pias a morte prematura. E para satisfazer completamente aos vossos desejos com a maior diligência busquei as suas produções literárias. Mas nem por isso consegui muito; porque dispoz em testamento que tudo o que não pudesse constituir um livro, fosse entregue às chamas. «Todavia auxiliado por amigos alguma coisa encontrei, mas não obstante imperfeito e mutilado. Se posteriormente poder achar coisa

importantes por mais dum conceito, interessa apenas ao nosso objectivo acentuar que Clenardo defendia ardorosamente o colóquio como método de aprendizagem, e preconizava a leitura directa de certos autores latinos como forma

---

perfeita, logo vos farei parte. E já Pedro de Beca, do vosso município e pai de Clenardo, me pediu instantemente em duas cartas que lhe mandasse ao menos como alívio de dor e saüdade alguma produção literária de seu filho, elucubrada na Espanha, e em satisfação da sua vontade, entendi que lhe devia mandar as *Instituições de Gramática Latina*, as quais havia composto para beneficiar a mocidade bracarense, quando lançou os fundamentos literários e de professor de teologia foi por alguns meses nomeado professor de gramática da nova escola, á custa de tantas despezas e disvelo preparada pelo muito piedoso e muito patriota D. Henrique, infante de Portugal, então arcebispo de Braga e hoje de Lisboa e cardial da santa Igreja romana. E com efeito seguiu elle o exemplo de S. Jerónimo que se não recusava a dirigir as creanças nos seus estudos infantis. Conhecendo portanto que de muita utilidade têm sido para a infancia estas *Instituições* primeiramente em Braga e depois em Évora, e porque Clenardo me rogara com freqüencia que as examinasse e lhes tirasse ou acrescentasse o que melhor me parecesse, me resolvi a fazer aos seus manes o que muitas vezes lhe tinha negado em vida. Tornei com o maior cuidado a ler cada uma das suas partes, e muito pouco lhes acrescentei. Ainda que me cale, estas *Instituições* dirão quão resumidamente incluiu nelas todos os preceitos gramáticos, e quantos outros tenha ajuntado segundo as observações dos autores e até hoje não tocados nos vários tesouros da língua grega.

«Alem disto acrescentei alguns preceitos dele mesmo sôbre o modo de ensinar e praticar a língua latina, nos quais se se não vir sempre observada a ordem, ou se alguns forem muitas vezes repetidos, não ha que admirar, sendo diversos os fragmentos das cartas que de quando em quando me escreveu acerca destas coisas em quanto na Academia [Universidade] de Salamanca ensinava como professor público as letras gregas e latinas. Pareceu-me portanto fazer coisa útil, comunicando-vos e à mocidade de Diest estas coisas, para que excitada pelos estimulos e exemplos do seu compatriota, atinja com mais ardente empenho a perfeição literária. E se conhecer que lançais tudo isto à boa parte, será para mim mais que bastante incitamento, para que se alguma elucubração dêle existe em alguma parte, com maior diligência a busque, e logo

de despertar o interêsse no espírito dos alunos. Escrevendo a João Vaseu, assegurava-lhe, não sem contentamento, o valor prático destas ideas; e na carta adeante publicada, a excelencia do método, vagamente confundida com a aptidão do discípulo, é bem manifesta, porque ao fim de quatro mezes D. Luís de Toledo já era capaz de recitar um discurso na língua do Lácio. Clenardo começou, pois, por praticar com o joven discípulo o latim, não lhe falando outra língua e insinuando-lhe gradual e socraticamente as declinações, as conjugações e as regras da sintaxe. Este método não dispensava a leitura dum livro clássico, antes o impunha num momento adequado em que, já familiar com a língua, o discípulo podesse compreende-lo como obra viva e actual. O livro da sua preferência foram as *Décadas* de Tito Lívio. Duas passagens das Epistolas, em que até hoje, segundo cremos, nenhum biógrafo atentou devidamente, levavam fundadamente à suspeita de que Clenardo ligara o seu nome, como pedagogo e como editor, à obra do historiador romano. Na carta citada a João Vaseu *de modo docendi pueros* extranhava que se admirassem de explicar a D. Luís de Toledo, aliás com formosos resultados, Tito Lívio: «Quam mirabantur quod D. Ludouico enarrarem Liuium! Et tamen res processit pulcherrime» (1). E ao mesmo fraterno amigo, em carta datada de Évora *die Sabbathi post festum Michaelis, non enim libit inspicere Calendarium* (3-10-1535), dizia: «Si Livium leges, omnino trades librum primum, etiam si alius quispiam eum docuerit, tum quod apud Iuntam biblio-

---

a transmita. Tende Saude. Escrita em Évora aos 16 dias de Agôsto do ano de 1546.» O Sr. Joaquim de Vasconcellos, na colectanea citada (pág. 255-6), publicou o texto latino desta epístola. Êste erudito informou Chauvin da existência da edição conimbricense das *Instituições* nas bibliotecas do Pôrto e da Ajuda. (Cf. Chauvin, *ob. cit.*, 202).

(1) *Ed. cit.*, pág. 175.

polam exemplaria sint plurima tempore meo, ut scis, excusa, tum vero quod nullus liber est elegantior» (1). Mas o que seria dúvida, é hoje certeza, em face do livro columbino, e assim há que acrescentar à lista tradicional da sua bibliografia, na qual avultam as numerosissimas edições das *Institutiones in linguam graecam* (2), o *T. Liuii Patauini Historici, ab urbe condita decadis prime, liber I, ad utilitatem studiosorum, in formam enchiridii redactus.* Salamanca, 1533.

Publicando-o, Clenardo não quiz, como êle próprio confessa, limitar os benefícios do seu método e do seu trabalho a D. Luís de Toledo, porque, como pedagogo, liberalmente desejava concorrer para a formação humanista da mocidade salmanticense, que se anunciava tão prometedora e gloriosa para a Espanha. Em Dezembro dêste ano de 1533 (3), a convite de D. João III, e por intermédio de André de Resende, vinha para Portugal dirigir a educação do infante D. Henrique, o futuro Cardial-Rei. Não poude assim no ensino oficial da Universidade, na qual entrara em 5 de Novembro dêste ano, encaminhar os jovens estudantes, como tempos antes fizera no magistério extra-universitário; mas a raridade dêste livro parece provar-nos não ter sido necessária a acção da sua presença para que os exemplares se consumissem nas mãos dos alunos. Aconselha-lo hia, porventura, João Vaseu, se é que o não adoptaram os mestres

---

(1) *Ed. cit.*, pág. 155.

(2) Vid. em Chauvin et Roersch, *ob. cit.*, pág. 190 e seg. a enorme lista das edições. Por esta extraordinária difusão se compreendem os versos de Lafontaine:

> Un écolier qui ne s'amusait guère
> A feuilleter Clénard et Despautère.

(3) G. Cerejeira, *ob. cit.*, 1, pág. 41-5, lucidamente demonstrou, ao arripio da cronologia tradicional, que Clenardo e Resende em fins de 1533 já se encontravam em Évora.

salmantinos de latim? (1). Documentando um dos momentos do método pedagógico de Clenardo, êste livro tem ainda para nós o valor de conter uma epístola dedicatória do seu editor a Fernando Colombo. Da vária correspondência que Clenardo dirigiu ao insigne bibliófilo, salvou-se apenas esta epístola, desconhecida de todos os editores do epistolário clenardiano (2), e na qual se faz o primeiro elogio da famigerada biblioteca Fernandina (hoje Columbina), que anos depois, em 1538, Clenardo visitaria como hóspede do seu organizador (3). A sua exumação integral após alguns séculos

---

(1) Não encontramos uma resposta a esta dúvida; mas ninguem melhor que o insigne humanista-historiador do Trilíngue de Salamanca (*Vária. Notas y apuntes sobre temas de letras clásicas*, Madrid, 1916) e acuradissimo biógrafo de *Francisco Sánchez de las Brozas* (Madrid, 1923), o Prof. P. U. González de La Calle, a pode resolver.

(2) Posteriormente às colectâneas dêste epistolário, a última das quais é a do Sr. Joaquim de Vasconcellos, já citadas, sabemos apenas da descoberta duma carta de Clenardo, dirigida a Aleandro. *(Ornatissimo viro et trium linguarum callentissimo Reverendissimo Domino domino Hieronymo Aleandro, Archiepiscopo Brundurino Nicolaus Clenardus S. P. D.)* pub. por V. Chauvin e A. Roersch, *Une lettre inédite de Nicolas Clénard*. Louvain, 1902. As razões do desaparecimento deu-as Vaseu na carta transcrita na nota da pág. 245.

(3) Sôbre a formação da Columbina, escreveu posteriormente Clenardo: «Sub id tempus [1533] versabatur in Brabantia D. Fernandus Colón, cuius parenti Christophoro debemus repertas Indias. Sit pax et requies utriusque manibus, nam anno superiore [1539] defunctus est Hispali Fernandus: qui, ut plerique nostis, Europam universam hac gratia peragravit, ut quas haberet opes memorabili cuipiam consecraret parandae bibliothecae. Eam contemplatus sum nuper Hispali, omne genus libris refertissimam». *Epistola ad christianos,* pág. 232 da ed. cit., cf. *Ep. a Latomo,* ed. cit., pág. 25. Garcia y Matamoros fez-se eco dum excessivo cálculo, pelo que hoje nos elucidam os *registra* de Fernando Colón, ao referir-se à Columbina: «... F. Colonus prope aequalem vitae dignitatem in otio tenuit, quam pater in negotio habuit. Nam ut erat eximius singularisque philosophus, aedes ad Baetim operose

constitue o mais vivo depoimento da comunhão espiritual que ligou êstes nobres espíritos, cujos talentos, por formas diversas, tão formosamente ilustraram e serviram a cultura peninsular.

MAGNANIMO AC NOBILI VIRO,
DOMINO FERNANDO COLONI, MECENATI SUO,
NICOLAUS CLENARDUS. S. D. P. (1)

Inter tam varia mortalium studia, summus ille rerum artifex deus, hanc mentem quibusdam dedit: ut tanquam aliorum nati commodis, se totos publice devoverent utilitati. laborem, pericula, duraque omnia contemnerent: modo suscepto munere, aliquo cum fructu fungerentur. Imo vero in plerisque adeo insignis haec virtus enituit: ut certissimis obiecti discriminibus, nulla penitus bonorum expectatione, tamen animi sublimitatem in publica commoda nitentis, vel mortem oppetendo, testandam esse putarent. scilicet non eventum quicquam detrahere glorie, sed excelsa consilia merito sibi laudem omnem vendicare. Quanquam tamen egregiis viris, recta fiducia fretis, fauere potius consueuit

---

magnificentissimeque aedificavit in loco salubri et amoeno, Musis etiam maxime convenienti. Has circum topiario opere exornavit, ubi constructa quam amplissima bibliotheca, quae viginti quinque librorum milia dicitur habuisse, tum annuis dotata reditibus, ne non quotidianis librorum accessionibus aucta periret, vitam cum studiis terminavit». *De adserenda Hispanorum eruditione... Op. omnia.* (Madrid, 1769), pág. 75. Os cálculos mais seguros levam a êste número: 15.370 vols. entre impressos e manuscritos. Aludimos a êste ponto nos *Excerpta Bibliographica ex Bibliotheca Columbina.* (Coimbra, 1925), pág. 4. Matamoros refere-se à celebrada *huerta de Colón*, na qual se teria hospedado Clenardo.

(1) Devo cordiais agradecimentos ao amigo e colega Carlos Simões Ventura pelo auxílio na revisão dêste texto, no qual vão desdobradas as abreviaturas.

fortuna quam inuidere. ita enim natura comparatum est: ut quemadmodum inertia, ignauiaque rebus omnibus officit: ita contra, nihil tam alienum a spe, quod non industria parare, et sedulitate seruare augereque possis. Hinc ciuitates, hinc regna, hinc quicquid artium est humanarũ proficiscitur. dum sapientissimus deus, qui unus uniuersa per se ipse administrare potest, in maximi momenti operibus, portionem aliquam obeundi muneris, humanis impartitur ingeniis. Quo factum est: ut antiquitas, velut beneficiorum memor, bene meritos viros in celestium numerum retulerit. Et profecto sic ubi alias supra reliquos, honorifico titulo cohonestandi sunt, hic certe homo homini deus, ut habet prouerbium, non iniuria censeatur. non quod immodica gratitudine lapsi, et errore ceci, in scelus impietatis abeamus: sed quia adeo preclaris dotibus prediti, dignum egregie factis nomen, in ordine suo non repererunt. Itaque quorum auspiciis, ductuque diuina geri cernerent: iis diuinam quoque appellationem non inuiderunt. Quorsum inquies, ista tam longo repetita principio? Nimirum cum mihi in mentem venit fortissimi illius Herois, Christophori Colonis, patris tui, facile omnium retro miracula seculorum euanescunt. Prorogatum terra marique imperium, urbes condidisse ingenti vastitate, monstra domuisse, bellis triumphos reportasse, et breuiter omnes antiquorum glorias pre Colonibus / nihili duco. Quis enim unquam animo concepit victoriam, ubi hostem ne fama quidem cognouisset? quis ante patrem tuum, extra hunc orbem immortalitatis laudem quesiuit? Alii domi, alii peregre, clari atque inclyti euaserunt. nemo tamen ultra mundi huius pomeria ad regnum aspirare sustínuit. At noster hic Christophorus, quasi angustis nimium terminis clauderetur, si vulgata, communique via, ad bene merendum de omnibus grassaretur: Indiam nouam, noua regna, inauditas omnibus cosmographis gentes, et sagaciter inuestigauit, et regibus Hispaniarum feliciter arrogauit: haud aliter profecto, quam si deus orbem alium proferendis

imperii finibus procreasset. Sed quemadmodum solet filius, corporeis lineamentis referre patrem: ita haud raro fit, ut indole quoque animi eundem exprimat, ceterisque moribus respondeat. Itaque tuus ille parens stupendo miraculo, ditionem cultumque Hispanorum alteri mundo inseruit: tu velut beneficii paterni gratiam recepturus, omnium gentium sapientiam in Hispaniam congeris. Quid enim aliud dicam de illa bibliotheca, quam aliquot iam annos, tot tantisque exantlatis laboribus moliris? Sane sumptu, magnificentiaque mirum in modum spectande sunt edes iste tue His / palenses: at multo magis librorum thesauris commendande: quo inde proferre liceat, quicquid usque scriptorum exortum est. Quas diuitias, literatasque opes, ut undique vel e penitissimis angulis erueres: iam semel atque iterum dulci relicta patria, uniuersam ferme Europam perlustrasti: nullo neque pecuniarum dispendio, neque viarum periculo deterritus. Nouissime vero, cum iam uniuersa peragrata Germania, me quoque peregrinationis comitem sumpsisses: quam subinde capitalibus molestiis fueris afflictus, ipse locupletissimus sum testis: ut nisi infractum aduersus omnia mala deus animum dedisset, sustinere nullo pacto potuisses. Sed sine controversia in fatis esse auguror: ut tua industria partam habeat Hispalis, omnium seculorum bibliothecam celeberrimam. Ego interim, dum remoras tui tam salutaris consilii contendis proximis mensibus abrumpere: ita ut studiis nostris iam olim conuenire visum est, Salmantice me Arabicis literis saginaui. videorque mihi hoc saxum non omnino citra frugem voluisse: sed ad iustam rei cognitionem peruenisse. Et quamuis iam plane me in Arabiam demersissem, quasique Musis omnibus reliquis nuntium remisissem: tamen, quum id scriberes tibi gratum futurum, curam suscepi generosissimi ado / lescentis. D. Ludouici a Toledo: presertim cum et Reuerendissimus Dominus. D. Episcopus Cordubensis idem expetiuisset. Quod quidem onus alioqui iam cursus studiormu meorum detrecta-

bat: verum adeo feliciter cecidit, ut me istius opere nunquam penituerit. Si quidem hic meus, quem dico, discipulus, cum primo in familiam me ingressum ne intelligere quidem potuisset, nedum latine loqui: tamen spacio quadrimestri eo usque promouit, ut etiam themate proposito, memoriter orationem habere sit ausus idque sepius. Quod si illud haud quaquam penitendum duci debet: plurimum humanitati tue debetur, plurimum laboribus meis ipse me consolor. Proinde cum viderem tam fecunda Hispanorum ingenia, et tam uberem in ipsis excolendis repositum fructum: cepi consilium, ut in gratiam Salmanticensis iuuentutis, presentem estatem insumerem: partim ut apud te ocii mei constaret ratio: partim ne contra morem meum aliquid admitterem. Nam cum et Louanii semper studiosorum commodis me tradidissem, et Lutetie nuper literata peregrinatione mensibus aliquot vixissem: equum esse credidi, ut Hispanie quoque tue pro modulo virium me commodarem. Initium a Grecis fecimus, omine satis dextro, / spe atque expectatione non admodum exigua. Nam mihi quidem hec Academia, prorsus ardere videtur Grecarum literarum amore. easque dictu mirum, quanta frequentia sequantur. Illud certe faustum sit oportet, quod recta hic studia nulla grauantur inuidia. Quod si, que genti est constantia, in iis quoque literis pergere, ut cepit, instituat: propediem cernere erit Hispaniam ut belli gloria, ita literarum ornamentis cum ceteris omnibus nationibus certare. Eoque magis magisque mè iuuat, discipulorum animos erigere, et pro virili parte prouehere. Ceterum, quando doctissimus quisque Latina Grecis iungenda precipit: hac etiam parte nostre huic Academie operam meam nauare conabor. Idque eo facio libentius: quod post triüm linguarum studia, Hebraice, Chaldaice, atque Arabice, tanquam e pristino mihi ad veteres Musas redire videar. ut si quem forte situm apud me duxit Latium, aliorum institutio velut delimet atque expoliat. Neque tamen

quemuis temere huic rei scriptorem delegimus: sed lactea eloquentia Liuius ille potissimum arrisit. tum quod preter dictionis munditiem, argumenti etiam lenocinio non solum blandiri, verum et conducere potest: tum vero maxime, / quod rem feliciter in uno illo meo tentatam discipulo, publice omnium utilitati communicare volui. Itaque primum Decadis prime librum prelo commisimus: ut post hac sine immenso sumptu, multis freti exemplaribus, multos eadem, qua unum illum, ratione formemus: et quemadmodum unus ille te authore fructum aliquem est consecutus: ita quicquid ipsius exemplo ad plurimos utilitatis manauerit, id omne tibi acceptum merito ferant: mihi vero discipulorum profectu gaudere liceat, qui Hispaniam te auspice et duce sim ingressus. Bene vale vir ornatissime: et bibliothecam istam librorum supellectile, quod strenue facis, in dies magis cumulare perge. Salmantice, Anno. M.D.xxxiij. pridie Idus Maii.

Joaquim de Carvalho

EL PRECURSOR DE LA FUNDACIÓN DE LA NUEVA CIUDAD DE PANAMÁ FUÉ UN PORTUGUÉS

Mucho antes de la fundación de la nueva ciudad de Panamá (21 de Enero de 1673) — vivía en ella un ermitaño portugués, que muchos años antes había pronosticado la destrucción de la antigua ciudad de Panamá, y quien con su ejemplo y gracias a su tenaz valor y nunca bien ponderada labor, animó y obligó a trasladarse a aquel paraje, que él consideraba inmejorable y de excelentes condiciones, a los rehacios habitantes de las ruinas de la ciudad que en 1671 incendiara el pirata inglés Henry Morgan.



JUAN ANTONIO SUSTO

*
* *

A mediados del año de 1669 llegaba a la ciudad de Panamá (la Vieja) en un navío del Capitán Amaro Rodriguez

y procedente del Puerto de Realejo (Guatemala), un ermitaño portugués, de 32 años de edad ya cumplidos, pobre de aspecto y escaso de dineros.

Recorrió la población fundada en 1519 por Pedrarias Dávila, aquella metrópoli que fué orgullo de su tiempo, cuna del descubrimiento del vasto imperio de los Incas, paso obligado de aventureros, de los tesoros que venían a España y teatro de las hazañas de Bachicao, Hinojosa, Contreras, y Morgan, en busca de un asilo sano y seguro. El Prior del Convento de San Juan de Dios no le quiso dar albergue y durante varios dias tuvo que dormir en los muladares de la ciudad. Demoró poco por ventura esa vida accidentada, pues gracias al Padre Fray Pedro de Cabrera, de la Orden de San Francisco, quien lo llevó al Convento y al Padre Fray Martín de Prado, se le hizo la vida un poco más agradable. Su misión consistía en pedir limosnas. En sus diarias correrías llegó a conocer, a trabar íntima amistad con su paisano Manuel Noble Canelas, quien prestó al ermitaño ayuda muy eficaz en todo cuanto le pude ser útil.

Un año llevaba de residir en la ciudad y conocía al dedillo a todos sus habitantes, sus vicios, sus malas costumbres, su poco fervor religioso y no desmayaba en predicarles moderación en sus relajadas costumbres, invocando el castigo de Dios si continuaban en aquella desenfrenada vida (1). Pero sus consejos eran recibidos con gran indiferencia y en su misma cara se reían de sus terribles y dantescos augurios. No desmayó el ermitaño en su redentora labor: hizo pintar un cuadro representando la Gloria, Purgatorio, Infierno, y Mundo y ciudad de Panamá, presa de un voráz incendio y los enemigos, que eran ingleses vestidos de demonios, danzando llenos de júbilo en torno de las llamas.

---

(1) En carta de 2 de Junio de 1673, Francisco Miguel de Marichalar, relata con lujo de detalles las profecias del ermitaño.

Fué colocado ese cuadro en el Convento de San Francisco y Fray Martín de Prado — testigo más tarde en la fundación de la nueva Panamá — predicó desde el púlpito en los mismos términos que el Hermano Gonzalo de la Madre de Dios — así dacía llamarse el ermitaño — acostumbraba a hacerlo por las calles y plaza Mayor de la ciudad. Llamó mucho la atención esa pintura a tal extremo que el Presidente de la Audiencia, Juan Pérez de Guzmán, los Oidores y el Cabido Secular asistieron a curiosear y a mofarse de la ocurrencia de aquel sujeto, de aquel *portugués,* como le llamaban despectivamente.

En Marzo de 1670 abandonaba la ciudad, herido en lo más íntimo de su ser, el Hermano Gonzalo rumbo al Perú en busca de buenos siervos al servicio de Dios. En Trujillo estableció la Hermandad de las Animas del Purgatorio, recogió gran cantidad de limosnas y pasó a la ciudad de Los Reyes (Lima) en donde fué cordialmente recebido por el Conde Lemos, a la sazón Virrey del Perú. Comunicóle a este gobernante sus vehementes deseos de cambiar la ciudad de Panamá, al sitio del Ancón por considerarlo más sano y de más fácil defensa.

En juntas sucesivas celebradas en Lima por el Virrey y las autoridades coloniales se trató de la propuesta del ermitaño, lo que se comunicó al Consejo de Indias, y a la vez que se comisionó a Don Francisco Miguel de Marichalar, quien iba a Panamá a residenciar a Juan Pérez de Guzmán por la pérdida de la ciudad, se le dió el encargo de tratar con los vecinos sobre la conveniencia de cambiar la ciudad a mejor sitio.

A principios de 1672 salía del Callao el Hermano Gonzalo de la Madre de Dios, comisionado por el Conde de Lemos para traer de regresso a Panamá a las Monjas de la Concepción que se habían retirado a Lima al tiempo de la invasión de Morgan y para que alentara y esforzara a los pana-

meños a la mudanza, que tan necesaria se hacía. Trabajo extenso sería el enumerar lo que llevó consigo el Hermano Gonzalo en calidad de limosnas, bastará con mencionar 180 botijas de vino, varias de aguardiente, miel y aceite; 15 quintales de cobre para las campanas, 3 mil pesos en picos, azadones, barras, barretas; 2 fraguas aparejadas, hachas, machetes y 29 negros y 4 españoles maestros de albañilería y carpintería. .

Hizo entrega en Panamá la Vieja, sin desembarcar, de las Monjas de la Concepción a Luis Barreto, Canónigo, encargado del Obispado y siguió al sitio del Ancón. Llegado que hubo a este lugar se dedicó a la limpieza del terreno: los árboles eran muy robustos y el monte demasiado espeso impidían el adelantar mucho. No está por demás recordar que en este mismo lugar se construyeron durante la Presidencia de Iñigo de la Mota Sarmiento (1639-1642) varios alojamientos de madera que al poco tiempo fueron abandonados... Al tercer día de labor en el desmonte, que progresaba debido a la tenacidad del Hermano Gonzalo, se presentaron allí el Presidente de Panamá, Don Antonio Fernández de Córdoba y Mendoza (llegado al país en Diciembre de 1671), los Oidores y varios linajudos vecinos de la vieja ciudad. Quedaron encantados y el presidente Fernández de Córdova prometió ayudar al Hermano, lo que cumplió, pues al cabo de doce días 120 negros cedidos por el Factor del Asiento de Negros, Justiniano Justiniani, eran enviados al sitio del Ancón. Estos negros agregados a los que trajo consigo del Perú hacían 149, cantidad ya suficiente para proseguir la obra iniciada, además de 160 mulas que compró el Hermano con dinero de las limosnas procedentes de Lima.

Incansable, con la fé ciega del convencido, el ermitaño, después de desmontar $\frac{3}{4}$ de legua en perímetro, se dedicó al cultivo del maíz y de semillas, a fin de atraer a los habitantes de las ruinas de Panamá. Construyó una capilla y nueve

galerías con un costo de 37.230 pesos, enorme, y casi fabulosa suma para la época.

Mientras llegaba la órden de fundación de la nueva ciudad, el Presidente Fernández de Córdova juzgó conveniente pasar a las galerías recien construídas la artillería y municiones, luego la infantería y más tarde él con su familia. Siguieron los vecinos el ejemplo de tan alta autoridad y ya en este nuevo asilo comenzaron a construir. Cuando en la Armada que arribó a las costas del Istmo llegó la Real Cédula para la mudanza, el gobernante solicitó del Hermano Gonzalo su ayuda en el delineamiento de la ciudad, lo que se ejecutó apenas partió ésta para España.

Delineada por los ingenieros Juan de Betín y Barnerdo Ceballos, tuvo lugar el acto de la fundación el sábado 21 de Enero de 1673 con la asistencia de todas las corporaciones y dignidades civiles, militares y eclesiásticas y de un numeroso público. El Obispo Don Antonio de León, bendijo el centro de la plaza principal y marcó con cruces el sitio para la catedral y para el cementerio anexo. El escribano Juan de Aranda Grimaldo consignó en un acta las actuaciones y particularidades con que se verificó la fundación de la nueva ciudad.

Como le faltara dinero para continuar el Hospital de las Animas que había comenzado en Febrero de ese año, partió el Hermano hacia Lima a recoger limosnas, las que alcanzaron a 14 mil pesos. A su regreso a Panamá se enteró de la muerte de su amigo Fernández de Córdoba, acaecida el 18 de Abril de 1673, y que el Obispo Don Antonio de León ejercía la Presidencia interinamente.

Injusticias cometidas por parte del Obispo de León contra el ermitaño, obligaron a éste a quejarse ante el Conde de Castellar que en 1674 pasaba por el Istmo, como gobernante del Perú, hacia su destino. El conde quiso llevarle consigo, pero no fué posible porque el Obispo le siguió pro-

ceso por extrangero y por haber pasado a Indias sin la real licencia; le confiscó sus bienes, tomó posesión de las construcciones que llevaba realizadas y le remitió preso a España en la Armada del General Nicolás de Córdoba en el año de 1675. Protestas hubo de los habitantes de Panamá, de las órdenes religiosas, pero todo fué en vano: el Obispo de León tenía que deshacerse de este infatigable luchador, de este dulce y profético ermitaño...

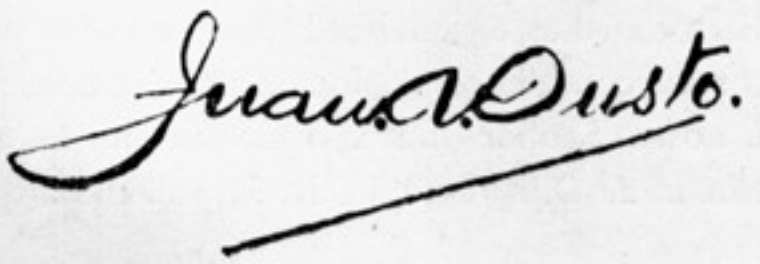
*
* *

En la declaración tomada en Madrid al Hermano Gonzalo de la Madre de Dios en 29 de Julio de 1676, dice llamarse Gonzalo de Meneses Alencastre y Andrade, natural de Lisboa, de 39 años, hijo de ilustre familia. En Portugal vivía de sus rentas: 4.000 ducados de plata cada año que le producían sus fincas en *Viñas* y *Castros*. Tuvo que emigrar porque en la ocasión en que querían tomar preso al Duque de Abeiro salió en su defensa y por temor a persecusiones se fué a Madrid. El Duque de Braganza le confiscó sus bienes, pero pudo llevarse consigo más de 80.000 pesos. De Madrid pasó a los santuarios de Castilla, Galicia y Andalucía en dos años de peregrinación. Tomó al camino de las Indias, no recordaba el año, en la Armada de Don Mendo de Contreras, desembarcando en Veracruz. Quince días estuvo allí y luego se dispuso recorrer el Reyno de Nueva España. Se radicó en el Pueblo de Nexapa dedicándose al laboreo de minas. Vivió en Chichicapa, Tacotalpa, Tampico, Jalapa y otros pueblos de México. Pasó a Guatemala en donde tomó el traje de ermitaño y de este lugar a Panamá, a donde le hemos visto llegar en 1669.

*
* *

Tal es a grandes rasgos la vida del precursor de la fundación de la nueva ciudad de Panamá. En la imensa documentación que atesora el Archivo General de Indias de Sevilla hay materia para escribir la vida febril, intensa y llena de emoción de este simpático aventurero lusitano (1). Como en el marco reducido de una revista es imposible ser muy extenso en descripciones y acontecimientos, dejaremos para el libro esa oportunidad.

Sevilla, Marzo de 1926.



---

(1) Archivo General de Indias — Estante 69 — Cajón 6 — Legajo 71 — Audiencia de Panamá — «Expedientes particulares sobre la fundación de un hospital solicitada por el Hermano Gonzalo de la Madre de Dios» — 1676-1677 —.

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 1, pag. 111)

ANES (ESTEVÃO)
Cantor

«Dom Afonso etc. Item carta d'Esteue Anes, cantor delRei, em que o dam por escpriuam da sisa da marçaria da cidade de Lixboa assy e pella guissa que o ataa quy era etc. carta em forma. Dada em a cidade dEuora xii dias de janeiro. ElRei o mandou per dom Fernando de Castro do sseu conselho e veedor da sua fazenda. Fernando Afonso a fez ano de nosso Senhor Ihu xp̃o de mil iiij^{c}l». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 34, fol. 168).

ANES (ESTEVÃO)
Cantor

«Dom A.º & fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Esteueanes nosso cantor e morador em a cidade de Lixboa, teemos por bem e damollo daquy em diante por escpriuã da nossa sisa da marçaria de Lixboa, asi e pella guisa que o elle foy e agora o era G.º Frz̃, que o dito oficio de nos tynha per nossa carta e ora o arrenũciou em nossas maãos pera o darmos a quem nossa mercee fosse, segundo se contynha em huũ estormento de renũciaçã feito e assinado per Andre Afonso nosso pubrico notario em a dita cidade aos bij dias deste mes desta era presente de iiijlxxb. E porem mãdamos ao nosso contador moor na dita cidade &c. Dada em Euora xb dias dabril — Bras Luis a fez — anno de lxxb». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 30, fol 95).

ANES (GONÇALO)

D. João III em carta de 17 de junho de 1549 lhe fez mercê por anno de 4000 rs. de tença com o officio de uma das trombetas de Tanger, os quaes vagaram por fallecimento de Pero Bernal.

«Dom Johã &c a quamtos esta minha carta virem faço saber que avemdo eu respeito aos seruiços que tenho recebidos de Guomçallo Eanes, trombeta, morador na cidade de Tangere, ey por bem e me praz de lhe fazer merce de quatro mill rs. de temça em cada huũ ano, que sam ordenados a huũ dos trombetas que seruir na dita cidade, os quaes vagarão per falecimento de P.º Bernall, trombeta, que os tynha, e quero e me praz que sejão paguos ao dito G.º Eanes ẽquãto nela seruir no almoxarifado da dita cidade per esta soo carta sem mais outra prouisão da minha fazemda... J.º Esteuez a fez em Lixboa a xbij dias do mes de junho de jb^{e} Rix anos. Ruy Guomez a fez escpreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 70, fol. 229).

ANES (JOÃO)

Em 25 de agosto de 1444 D. Affonso V deu carta de privilegio a Johane Anes, trombeta do conde de Ourem, morador na Charneca, termo de Lisboa. A carta é datada d'esta cidade. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 24, fol. 97).

ANES (JORGE)

Residente em Santarem e trombeta de elrei D. Manuel, que em carta de tres de setembro de 1517 o isentou do pagamento da jugada de uma terra e vinhas que possuia no termo d'aquella villa e que lavrava por suas mãos. Esta carta foi confirmada por D. João III a 23 de janeiro de 1532.

«Dom Joam &c A quamtos esta minha carta vyrem faço saber que por parte de Jorge Anes, trombeta, morador em ha villa de Santarem, me foy apresentado huã carta delRey meu senhor e padre, que samta groria aja, da quall o thecor tall he: «Dom Manoell per graça de D.ª Rey de Portugall e dos Algarues... a quãtos esta nossa carta vyrem fazemos saber que querendo nos fazer graça e merce a Jorge Anes, nosso trombeta, morador em a nossa vylla de Santarem, avemdo respeito aos serviços que delle temos recebidos e ao diamte esperamos receber, teemos por bem e nos praz que elle nam pague jugada de hũa terra que nos disse que tinha no termo da dita villa sua propia e que elle laura per sy e asy da jugada de duas vinhas que dyz que tem em Valada que leuarã de caua quatorze ou quinze omẽs. E porem mandamos ao nosso comtador da dita villa e ao almoxarife das ditas jugadas e a todolos houtros nossos oficiaaes e pesoas a que esto pertemcer, que daqui em diamte o nam costramgaão nem mandem costramger por a jugada da dita terra e vinhas por quamto nos lhe fazemos della merce e o avemos asy por merce. Dada em ha nossa cidade de Lisboa a tres dias de setẽbro — Jorge Fernandez a fez — anno de mill e quinhemtos e dezaseis. A quall terra dyz que leuara quinze ou dezaseis alqueires de semeadura, e esto de janeiro do ano que vem de quinhemtos e dezasete em diamte se emtemderaa esta merce e emquamto for nossa merce». Pedimdome ho dito Jorge Annes por merce que lhe comfyrmasse a dita carta e vysto por mim sem requerimento, queremdolhe fazer graça e merce, tenho por bem e lha confirmo e mando que se cumpra e goarde e da maneira que se nella contem. Dioguo Lopez a fez em Alvito a xxiij dias de janeiro de ĵb^{e}xxxij anos». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III,* liv. 18, *Doações,* fol. 8).

ANES (LOURENÇO)

Trombeta de D. Afonso V, que em carta de 3 de março de 1462 lhe fez mercê da tença annual de tres mil reaes e mais um moio de trigo. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V,* liv. 1, fol. 35 v.).

ANES (PERO) 1.º

Cantor da capella real. D. Affonso V lhe fez mercê, em carta de 13 de dezembro de 1455, do logar de tabellião e

escrivão das sisas de Penella, que estava sendo exercido por um Pero Affonso, que d'elle fôra tirado pelos erros que comettera. Uma das clausulas da carta é que Pero Anes perderia o officio se por ventura, posto o caso em litigio, elle, sem consentimento d'el-rei, se concertasse com as partes.

«Dom A.º A quamtos esta carta virem fazemos saber que a nos diseram que hũu P.º A.º tabaliam e escpriuam das nossas sisas de Penella, fez taaes erros em os ditos oficios per que os deue perder, per a quall razom, se asi he, per bem da nosa hordenaçam sobre esto feita, os ditos oficios pertencem a nos e os podemos de direito dar a quem nosa mercee for, e ora querendo nos fazer graça e mercee a P.º Anes, cãtor em a nosa caapella, sse asi he como nos foy dito e que pella dita razom elle perde pera nos os ditos oficios e os podemos dar, teemos por bem e fazemoslhe mercee do dito oficio da espriuaninha das ditas sissas. E porem mandamos a todollos nossos corregedores, contadores, juizes e justiças, oficiaes e pesoas, a que o conhecimento desto pertencer que seemdo o dito P.º A.º ou partes a que esto pertencer citados e ouuidos, segundo direitamente deuem saibam desto o certo e vaão pello feto em diante como por dereito tirando sobre ello inquiriçom judiciall como he hordenado e achando que asi he como nos diseram, e que pella dita razom elle perde pera nos o dito oficio e o podemos dar o julguem asi per sentenca, e sse o sobre dito P.º A.º ou partes a que pertencer per ella quiserem estar fazee logo meter em posse do dito oficio da expriuaninha das ditas sisas o dito P.º Anes e o leixaae seruir e auer o mantimento, proes, rendas e direitos que lhe de direito pertencerem assy e pella guisa que o seruio té ora o dito P.º A.º sem outro embargo alguũ, e sse o sobre dito P.º A.º ou partes a que pertencer quiserem apellar ou agrauar da dita sua sentença daaelhe apellaçom e agrauo nos casos que o direito outorga, guardando a cada hũa das partes seu direito compridamente como he hordenado sem outro embargo algũu, por quanto nos lhe fazemos delle mercee o mais firmemẽte que seer pode ssee a nos de direito pertence se a outrem primeiramente nom he dado per nosa carta. E esta mercee lhe fazemos cõtãto que nom faça aveença com as partes sem nosa licença e sse a fizer que perca pera nos esto de que lhe asi fazemos mercee e mais o preço que por ello receber, o quall jurou em a nosa chancelaria &c. Dada em Euora a xiij dias de dezembro — elRey o mandou per dom Fernamdo de Castro, de sseu conselho e veedor da sua fazenda. P.º A.º a fez ano de noso Senhor Ihu Xº de mill

iiij^{c} lb.» (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 15, fol. 122, v.).

ANES (PERO) 2.º

Trombeta de D. João III. Elle e seu genro Francisco de Araujo, tiveram umas questões com Sebastião Ferreira mestre de ensinar meninos no Lumiar, de que tiveram de dar contas á justiça. D. João III lhes passou carta de perdão a 22 de fevereiro de 1543, pagando cada um d'elles quatro mil rs. para o cofre da Piedade.

«Dom Joham &c a todolos corregedores, etc., façovos saber que P.º Anes, minha trombeta, e Francisco d Araujo, seu jemro, me emvyarão dizer por sua petiçã que Bastyã Ferreira, mestre de insynar moços, morador no Lumiar, que per hũa petição lhes demandara imjuria, dizemdo que ho imjuriarão de pallavras em a cidade de Lixboa na travesa que vem do Carmo para Vall Verde, e que aramcarã das espadas e forão apos elle, pello qual per sentença forão comdenados em cimquo mill rs. e as custas e cada hum degradado por hum ano pera cada hum dos lugares d Africa por aramcarem na dita cidade e que elle hera satysfeito dos cimquo mil rs. e as custas e não lhe queria perdoar senão que lhe allargase hũa seruemtya que tynha por hũa porta que hy a pera hum seu cerado que lhe ficara ja de avoos de sua molher delle P.º Anes e estava muyto emperado niso e por que não hera bem, pois lhe pagara o que lhe julgarã asy primcipall como custas que perdese sua fazemda pois ho não ferirã nem maltratarã com has espadas e o degredo lhes não fora dado senão por aramcarem na cydade comtra forma de minha hordenação e que tynhão pago o primcipall e custas a parte e o pregão lhes fora dado segundo que todo esto eu ver poderia pella sentença de seu lyvramento que peramte mjm apresemtar emvyou que hera pasada...

«Perdão — dando cada um 4:000 rs. pera a Piedade. Dada a 22 de fevereiro de 1543». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Perdões e Legitimações*, liv. 13, fol. 117).

ANES (PERO) 3.º

Pero Anes era trombeta do Duque de Guimarães, morador em a villa de Torres Novas. Carta de perdão por desordem que tivera — 14 dagosto de 1476. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V,* liv. 6, fol. 31 v.).

ANGEES (JOÃO DE)

«Carta isentando de apousentadoria a Ruy Vaaz caieiro, morador em a nosa cidade d'Euora pello de Joham dangees tambory do Ifante dom Fernamdo, meu sobre todos preçado e amado irmaão que nollo por elle pedio e nos disse que era cunhado de sua molher. Dada em a villa de Fronteira xiiij de feuereiro de 1451». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V,* liv. 15, fol. 5).

ANGELELI (FRANCISCO MARIA)

Mestre de S. A. a Infanta Regente:

Cantou o solo principal da Missa pontifical (composição de Antonio Leal Moreira) na Igreja da Encarnação de Lisboa na festa mandada celebrar pelos Voluntários reaes do commercio de Lisboa, em 1826, por occasião do juramento da Carta da Constituição.

Veja-se pags. 124 da Descripção dos mesmos festejos.

ANGELO (MIGUEL)

Lê-se no *Primeiro de Janeiro,* do Porto, de 2 de fevereiro de 1901:

«O maestro Miguel Angelo — Succumbiu hontem na casa de saude onde ha dias fôra recolhido, não ao peso dos annos, mas, talvez, ao da adversidade que lhe amargurou do mais travoso fel o ultimo periodo da vida, o illustre compositor e professor de musica Miguel Angelo.

«Teve uma longa vida de trabalho e de lucta, e nem sempre logrou

ver coroados de bom exito os esforços que fez para honrar o seu nome. Compoz o «Eurico», a sua opera querida, e viu-o cantado em Lisboa, no Porto e no Brazil. Mais duas outras operas n'um acto que se lhe seguiram, essas ficaram ineditas, como o ficaram tambem, ou pouco menos, muitas peças de camara que escreveu, algumas de grande valor. Deixa ainda uma «Ode sinfonica» executada no Palacio de Cristal por occasião das festas camoneanas, grande numero de trechos coreograficos, rapsodias de motivos populares, e tambem, e sobretudo, alguns excellentes discipulos de musica e de piano, que professava magistralmente.

«Nos ultimos annos, a lucta pela vida assumiu para o pobre maestro aspectos de verdadeira ferocidade. Sentindo fugir-lhe o *publico*, essa caprichosa e crudelissima creança de sempre, elle luctou desesperadamente, raivosamente, até que o seu espirito, exhausto, mergulhou na pavorosa treva da demencia. Ainda ha dois annos fizera uma viagem ao Brazil, onde estivera já com muito melhor fortuna, partindo talvez d'esta ultima *tournée* os primeiros rebates da loucura a que succumbiu.

«Repousa, afinal, o illustre artista. E chega-lhe a hora da consagração, a hora da justiça!

«A sua esposa e a seus filhos a expressão do nosso bem sentido pesame.

«O funeral é hoje, no templo do Carmo.

«Os seus responsos funebres celebram-se no dia 2 na egreja do Carmo».

*
* *

«O maestro Miguel Angelo — Foi hontem o saimento do desditoso e illustre maestro.

«O corpo foi transportado da casa de saude, da rua Duqueza de Bragança, até ao templo do Carmo e até ao compo santo de Agramonte, em côche tirado a duas parelhas e acompanhado pela Officina de S. José, com a sua banda de musica, que executou a «Marcha funebre», de Cipriano Gil.

«Aos responsorios assistiram numerosissimos amigos e apreciadores de Miguel Angelo, professores de musica, os alumnos da Ordem do Carmo, os do Asilo do Terço, etc., etc.

Entre a assistencia, em que havia muitos capitalistas, commerciantes, industriaes, homens de sciencia, ecclesiasticos, publicistas, medicos, professores, vimos Moreira de Sá, a quem Alfredo Keil telegrafara para

tambem o representar, Luigi Tagliapietra, traductor do poema do «Eurico», Antonio Soller, Artur Ferreira, Xisto Lopes, Guilherme Fernandes com um ajudante e um chefe de companhia, uma deputação de voluntarios, autoridades.

Officiou o vigario da Ordem, rev. Rodrigues de Sousa, acolitado por seis ecclesiasticos tocando o Sextetto Portuense «A morte de Azas», de Grieg, a «Rêverie», de Schumann, e «Au bord de la mer», de Dunkler.

«A chave do feretro, sobre o qual foram depostas coroas e *bouquets* das discipulas do illustre extincto D. Laura Albertina Bessa Cardoso Soares e D. Alice Adelaide Bessa Cardoso Lima, do seu discipulo Francisco José, de D. Maria Carolina Castilho, e do sr. Arnaldo Soares da Silva, foi entregue ao sr. Eduardo Honorio de Lima.

«Ás azas do caixão pegaram, por turnos, os srs. Moreira de Sá, Ernesto Maia, Artur Ferreira, Antonio Bessa Ribas, Augusto Suggia, Arnaldo Soares Silva, Moura Guimarães, Alfredo Maia e um piquete dos bombeiros voluntarios.

«O templo estava luctuosamente armado pela casa José Maria da Silva & Filho». *Primeiro de Janeiro*, de 3 de fevereiro de 1901.

ANTONIO (MARCOS)

Vide Milcent.

ANTUNES (MANUEL)

Natural de Lisboa, filho de Nicolau Antunes, charamella do Principe, tomado por moço de aprender sacabucha com quarenta rs. de mantimento por dia. Alvará de 10 de julho de 1668. (Torre do Tombo, *Matriculas*, liv. 3, fol. 421).

Foi nomeado praça de charamella na vaga de Vicente Martin, fallecido. Alvará de 30 d'agosto de 1677. (Torre do Tombo, *Matriculas,* liv. 3, fol. 423).

ARANDA (DIOGO D')

Provavelmente parente de Matheo de Aranda, de quem em seguida se tracta. Era organista e organeiro, isto é, tocava orgão e concertava instrumentos da mesma espécie.

Em 1539 recebia elle quatro mil réaes por concertar tres cravos da rainha D. Catherina, como se vê da seguinte verba que se acha inscripta a fls. 101 do Livro da despesa da mesma rainha:

«iiij rs. a Dioguo dAranda de mercee pelo trabalho que levou ẽ concertar trees cravos que Iha dita senhora mãdou cõcertar per mandado ẽ xx de dezembro de 538 e seu conhecimento em iij dias de janeiro de b^{c} xxxix».

Em 7 de junho de 1551 D. João III, a recommendação do infante D. Luiz, seu irmão, escrevia ao Senado da Camara de Lisboa para que readmittisse como organista da Casa de Santo Antonio a Diogo dAranda, que d'esse cargo havia sido desapossado, cargo que exercera por vinte e um annos, tendo deixado para isso de tocar os orgãos de Santa Justa.

Veja-se o que a respeito d'este artista escrevi no meu livro *Artes e Artistas em Portugal* e o respectivo artigo que no seu *Diccionario* lhe consagra o sr. Ernesto Vieira.

(Continúa).

Sousa Viterbo

BIBLIOGRAFIA

DANIEL MORNET, maître de conférences à la Sorbonne — *Histoire des grandes oeuvres de la littérature française.* 1 vol. 1925, Paris. Larousse. 7 fr. 50. encad.

Há 3 anos, na Sala dos Capelos e na Faculdade de Letras, o público culto de Coimbra teve o prazer intelectual de ouvir algumas conferências do Prof. Daniel Mornet, cuja palavra subtil e límpida ficou na memória de todos os que o escutaram.

Independentemente da sedução do objecto, essas conferências exemplificaram o actual método de crítica e interpretação literária da escola francesa. O livro agora dado à estampa é a afirmação brilhante dêsse método, que sem desprezar a contribuïção valiosa da erudição e da crítica externa, transforma a literatura na história das ideas e sentimentos. Desde Rabelais a Balzac, perpassam neste livro algumas das grandes obras literárias francesas, que são simultâneamente algumas das melhores criações do espírito humano, estudadas sempre na sua origem, ambiente, integração na ideologia do autor e significação estética. Todo o homem culto lerá com prazer êste livro, mas os seus benefícios far-se hão sentir especialmente nos estudantes da literatura francesa, não apenas pelo carácter didáctico que o autor lhe imprimiu, mas pela fecunda compreensão do valor das grandes obras literárias. Fazemos votos porque o livro do Prof. Mornet circule entre os estudantes portugueses, e nêle colham, demais, sugestões metodológicas para o estudo de algumas criações literárias portuguesas.

J. C.

ELS NOSTRES CLÀSSICS

O julgamento de acontecimentos politicos furta-se à índole dêste jornal; mas sem embargo, a imparcialidade dita-nos a obrigação de confessar que a despeito das vicissitudes que actualmente sofrem algumas respeitáveis instituïções de cultura da Catalunha, que chegaram a atingir uma verdadeira significação europeia e em parte serviram de modêlo à notável obra pedagógica do ministro e ex-Reitor da Universidade do México, D. José Vasconcelos, os estudos catalães persistem, revestindo naturalmente a forma mais grata ao espírito de continuïdade e revivescência histórica. É o que a biblioteca de clássicos catalães, publicada sob o titulo que encima esta noticia, prova.

Els nostres clàssics, pela sua extensão, rigor na fixação dos textos e elegância das edições, constitui um empreendimento literário, que nenhum estudioso da cultura peninsular deve desconhecer, e cuja finalidade e alcance a comissão editora definiu nos seguintes termos: «O objecto desta colecção é divulgar na Catalunha, Valência e Baleares, o conhecimento dos nossos clássicos medievais, mediante edições acuradas de textos que interessem os leitores não iniciados nos estudos românicos e que sejam de fácil leitura, sem as dificuldades das edições destinadas apenas ao público erudito... Empreendendo esta obra, procuramos dar a conhecer na sua pureza primitiva, em todo o nosso país, as mais nobres produções da poesia e da prosa catalã, as obras em que melhor se manifesta a elegância dos nossos escritores, e o vigor do espírito pátrio que os anima. Uma característica do nosso programa é a sua homogeneidade: todos os autores, cujas obras publicarmos, pertencem à época que decorre desde o aparecimento da vida literária na nossa língua, até o comêço do século XVI, em que se acentua ràpidamente a decadência. Dêste período não há um autor importante, de cuja produção se não publique a parte mais selecta.

As obras mais intensas da nossa literatura, as de maior ambiente e côr local e as mais humanas, assim como as mais notáveis versões em catalão, figurarão na nossa biblioteca, na certeza de que, pelo seu alto valor estético, o público de hoje as lerá com o mesmo deleite que o de há cinco séculos. Além das obras capitais dos principais autores, publicaremos selecções de escritos, de vário género e de verdadeiro interêsse para a compreensão da nossa civilização medieval. Assim, as ideas políticas de antanho são reflectidas na Oratória; as Vidas de Santos cons-

tituem um género bem definido, impregnado de elementos folklóricos, e que ao mesmo tempo influiu muito na vida posterior das tradições populares; o Epistolário de evidente actualidade no actual momento de depuração do idioma, dá-nos a medida de elegância de estilo a que chegou o nível médio daquela sociedade. Temos a convicção que a divulgação desta biblioteca importará as melhores conseqüências na ordem cultural e patriótica. A familiaridade com os escritores da boa época aumentará o conhecimento da língua e afinará o sentido estilístico. Ao mesmo tempo ajudará a formação espiritual da nossa *gens* culta, facilitando-lhe e fazendo-lhe agradável ao mesmo tempo, o conhecimento duma outra época da cultura catalã, permitindo-lhe aprofundar o nosso carácter e pondo-lhe em relêvo a continuïdade da nossa civilização e da nossa história desde a formação da língua aos nossos dias.»

As edições têm um caracter popular; mas sem embargo, o texto é rigoroso, acompanhado de glossários das palavras arcaicas, e precedido duma introdução sôbre o autor e carácter da obra. *Els nostres clàssics* dividem-se em 3 séries: *a*) *Obras capitais de escritores catalães; b*) *Colectâneas; c*) *Manuais de língua* e *literatura* catalã antigas. O programa compreende os seguintes vols:

SÈRIE A

Jaume I. — *Crònica*, (2 volums).

Ramon Llull. — *Blanquerna*, (2 vols.). — *Fèlix de les Meravelles.* — *Llibre d'Amic e Amat.* — *Llibre de Contemplació.* — *Llibre de les Bèsties.* — *Llibre de l'Home.* — *Doctrina pueril.* — Poesies.

Desclot. — *Crònica*, (2 vols.).

Arnau de Vilanova — Obres.

Sant Pere Pasqual. — Obres.

Muntaner. — *Crònica*, (2 vols.).

Pere III. — *Crònica.*

Eiximenis. — Extrets del *Terç del Crestià*, (2 vols.). — *Regiment de Princeps.* — *Llibre de les Dones.*

Bernat Metge. — *Somni.*

Sant Vicents Ferrer. — *Sermons*, (2 vols.).

Turmeda. — *Disputa de l'Ase.* — (Versió en català modern de la traducció francesa, únic text antic conservat). — Altres obres.

Isabel de Villena. — *Vita Christi.*

Traducció catalana del *Decameron.*

Bernat Boades. — *Llibre dels fets d'armes de Catalunya.*

Jordi de Sant Jordi. — Poesies.
Ausies Marc. — Poesies.
La Fi del Comte d'Urgell.
Dietari del Capellà d'Alfons IV.
Jaume Roig. — *Espill o Llibre de les Dones.*
Rois de Corella. — Obres.
Tirant lo Blanc.
Curial i Güelfa.
Consulat de Mar.

SÈRIE B

Antologia de Poetes, (2 vols.), per Carles Riba.
Antologia de Prosistes, (2 vols.), per Josep M.ª de Casacuberta i Marçal Olivar.
Escrits literaris de Reis i d'Infants, (2 vols.), per Ferran Soldevila.
Poetes menors de l'Escola valenciana, per J. Sanchis Sivera, pvre.
Poetes menors de l'Escola de Barcelona, per Jaume Massó i Torrents.
Obres satiriques de l'Escola valenciana, per Salvador Guinot.
Noves rimades, per Pere Bohigas i Balaguer.
Codolades, per Marçal Olivar.
Novel les breus, per Jordi Rubió.
Fabulari, per Josep M.ª Casas i Homs.
Misteris i Miracles, per Agustí Duran i Sampere.
Escrits d'Humanistes, (2 vols.), per Lluis Nicolau d'Olwer.
Proverbis, per Josep M.ª Capdevila.
Sermonari, per Josep Vives, pvre.
Opuscles filosòfics i de controvèrsia religiosa, per Joan Crexells.
Vides de Sants, per Llorenç Riber, pvre.
Llegendes històriques catalanes, per Pere Bohigas i Balaguer.
Notes de dietaris, per Josep Rovira i Armengol.
Oratòria política, per Antoni Rovira i Virgili.
Prosa jurídica, per Ramon d'Abadal i de Vinyals.
Ordenacions de Cort, per Ramon d'Alòs.
Escrits sobre Medicina, per Josep M.ª Girona.
Escrits sobre Agricultura, per August Matons.
Epistolari, (2 vols.), per Francesc Martorell.
Diplomatari, per Ferran Valls i Taberner.

SÈRIE C

Història de la Literatura catalana antiga, (2 vols.), per L. Nicolau d'Olwer.
Història del català antic, per Josep M.ª de Casacuberta.
Compendi de Gramàtica del català antic, per Pompeu Fabra.
Diccionari manual del català antic, per Manual de Montoliu.

Acham-se já publicados os vols:

Bernat Metge — *Lo Sommi.*
Tirant lo Blanc, (vols. 1.º e 2.º).
Ramon Lull — *Poesies.*

Dirigem êste notável empreendimento cultural os Srs. Ramon d'Alós, Pere Bohigas Balaguer, Josep M.ª de Casacuberta, Lluis Nicolau d'Olwer e Marçal Olivar; e nêle se acusa brilhantemente o magistério do insigne Prof. A. Rubió y Lluch, sábio instaurador dos estudos catalães.

J. C.

VÁRIA

PORTUGAL E A EXPOSIÇÃO IBERO-AMERICANA DE SEVILHA. REPRESENTAÇÃO DIRIGIDA AO GOVÊRNO DA REPÚBLICA

SENHOR PRESIDENTE DO MINISTÉRIO:
SENHORES MINISTROS:

Não ignoram vossas excelências que o govêrno de Espanha, no confessado propósito de estreitar os laços que unem aquele país a Portugal e às Repúblicas da América, resolveu convocar em Sevilha, em Abril de 1927, uma verdadeira assembleia geral dos povos ibéricos, durante a qual, além de uma Exposição Ibero-Americana, se realizarão congressos e conferências destinados a estudar e tratar os importantes problemas económicos, políticos e culturais que interessam vitalmente a esses povos e cuja solução pode melhor conduzir à estreita solidariedade e fecunda harmonia das suas relações actuais e futuras.

O que é a exposição ibero-americana. — Foi escolhida a antiga e ilustre cidade de Sevilha, capital da Andaluzia, para sede da Exposição e do Congresso, tendo em vista o saliente papel que lhe coube na história das navegações transatlânticas, pois foi do seu pôrto que partiram tantas expedições ao Novo Mundo, entre elas a que, comandada por Magalhães, deu, pela primeira vez, a volta ao globo, e foi num pôrto andaluz que embarcou Colombo para a memorável viagem de que resultaram a revelação e a colonização da América.

A Espanha convidou para o certame de 1927, além das nações americanas, suas filhas de sangue e de idioma, e dos Estados Unidos da América do Norte, que com elas partilham o domínio de grande parte do continente novo, a Nação portuguesa, sua gloriosa irmã e companheira na história daqueles mares e terras, e os Estados Unidos do Brasil, de quem Portugal é a venerada Mãe-Pátria.

No «Comité» de Honra, presidido por Sua Majestade o rei D. Afonso XIII, figura como primeiro vogal S. Ex.ª o Presidente da República Portuguesa, como de direito cabia ao Chefe do Estado de uma das duas metrópoles ibéricas.

Os vários centros, em que a Exposição se divide, foram, respectivamente, situados na praça de Espanha, na praça da América e na praça de Portugal.

A história comercial e marítima de Portugal e Espanha é um dos números, assim expressamente mencionados, do programa da Exposição.

Os trabalhos desta iniciaram-se já há anos e prosseguem com ininterrompida actividade, permitindo augurar, ao futuro certame, esplendor e êxito excepcionais. A capital andaluza deu-lhe formosa e extensa localização, entre os belos jardins e parques que marginam o Guadalquivir. Ali estão já em construção, e alguns terminados e destinados a sobreviver à Exposição, magníficos palácios e pavilhões, onde a história, as artes e as indústrias do reino vizinho encontrarão adequada moldura. As principais Repúblicas da América preparam-se desde já para corresponder condignamente ao convite da Espanha, construindo em Sevilha os seus pavilhões e concorrendo àquela solene parada das fôrças culturais ibéricas com tudo quanto possa atestar os seus progressos, glórias e riquezas.

Segundo os dizeres do programa, do qual foram textualmente reproduzidas as mais significativas informações que estamos expondo a vossas excelências, a exposição de Sevilha compreenderá importantíssimas secções de arte antiga e moderna, de história e de geografia e da actividade industrial nos seus aspectos artísticos. A casa real de Espanha exibirá os seus mais ricos tesouros de pintura, armaria, tapeçaria, ourivesaria, cerâmica, etc. A Andaluzia terá a sua exposição regional artística e etnográfica, em competência com as demais províncias espanholas. Haverá uma desenvolvida secção de turismo ou excursionismo. Exposições da indústria e do comércio, da agricultura e da pecuária, abrangendo a metrópole e as colónias espanholas, completarão êste amplo programa. E, emfim, na secção desportiva, hão-de realizar-se desafios inter-ibéricos de «lawn-tennis», «foot-ball», regatas, etc.

A par da Exposição, como já referimos, o programa compreende uma série de conferências e congressos destinados a pôr em maior relêvo a história ou a cultura das Nações representadas, ou a defender os interêsses que lhes são comuns; e também não se esqueceu de recomendar a realização de cortejos históricos, torneios literários, festas regionais, etc.

«*É um dever imprescritível concorrer à Exposição e aos Congressos de Sevilha*». — Cremos que bastariam a simples enunciação dêste programa, e a menção do lugar de honra e de excepção que nêle foi reservado a Portugal, para se ter a certeza de que o Govêrno do República há-de considerar como dever nacional imprescritível a nossa aceitação do convite da Espanha e a nossa concorrência à Exposição e aos Congressos de Sevilha, para afirmar ali, perante um auditório único, e de tal modo que se acrescente e até refaça o nosso prestígio, quem fomos, quem somos ainda e quem temos claro e forte direito de vir a ser.

Portugal e Brasil não podem nem de-certo querem faltar a um tal apêlo. O Brasil, sem Portugal, iria órfão e não encontraria, para explicar a ausência da Nação de que descende, senão deprimentes razões de abdicação, de apatia, de impotência. Portugal, sem o Brasil, ver-se-ia privado do maior atestado vivo da capacidade da sua raça e da repercussão da sua língua, e mal poderia invocar a cooperação do povo que constitui a sua projecção na América, a confirmação e expansão do dualismo ibérico, representado na Europa pelas duas gloriosas Nações da Península, mas que ao mesmo tempo estabelece, e para sempre firma, o desejado equilíbrio entre esses dois ramos do mesmo tronco, abrindo ao seu comum futuro horizontes ilimitados de confiante solidariedade, de paz e de civilização.

É êste um aspecto das nossas relações externas de que bem podemos sublinhar a essencial importância. Não temos na América ibérica senão amizades e simpatias. Do Brasil é supérfluo falar. Mas dos povos americanos, de criação espanhola, devemos recordar que êles estimam em nós, ainda acima do maravilhoso rastro histórico que deixámos no seu solo, a sêde insaciável de liberdade, o culto religioso da independência, que nos assinalam e caracterizam através de oito séculos de existência como Nação. Assim nenhuma sombra, nenhuma reserva, nenhum desencontro de mentalidade ou de sensibilidade nos separam. Também os interêsses nos não distanciam. E será numa Assemblea ibero-americana que teremos mais completa ocasião de verificar quanto vale a tradição portuguesa naquele continente para onde vertiginosamente se desloca a preponderância política e económica no mundo, e como ali havemos de encontrar àmanhã, mais ainda que na Europa, eco às nossas legítimas aspirações e compreensão simpática das nossas virtudes e dotes.

Temos o dever sagrado de reaprender a história americana de Por-

tugal. — A história americana de Portugal, ofuscada sempre pelo esplendor mais scénico das conquistas e navegações do Oriente, emerge dia a dia da sua injusta sombra. Temos o dever sagrado de reaprendê-la e fixá-la, como padrão que é, não só da nossa audácia e do nosso génio descobridor, mas também da nossa intuïção política, da nossa capacidade de organizar e governar, da nossa persistência e obstinação prodigiosas, e, emfim, do nosso êxito patente e crescente a tôdas as vistas. Cabe-nos não ignorar que essa história, que trasbordou do Brasil, infiltrando-se por tôdas as regiões vizinhas, não terminou e prossegue hoje ainda, no mesmo sentido e rumo da tradição que a gerou.

Outrora foi o português Sólis que descobriu e outros portugueses que baptizaram o Rio da Prata; foi o português Aleixo Garcia que primeiro avistou o Paraguai e o grande Magalhães, que, ao transpor o Estreito, primeiro revelou o Chile. Foi Portugal que, no seu ambicioso propósito de fazer do Atlântico, desde o Amazonas ao Prata, um mar lusitano, firmou no século XVII, mesmo em frente de Buenos Aires, a baliza da Colónia do Sacramento, onde tanto sangue nosso gloriosamente correu. Mas não podemos esquecer que também hoje o esfôrço individual de compatriotas nossos se faz sentir em tôda a América meridional e que em tempos bem recentes a êle se deveu a fundação de cidades, a revelação e exploração frutuosa de vastas e férteis regiões; que há ali numerosos núcleos portugueses de que freqüentemente se destacam eficazes propulsores do comércio e da indústria; que alguns dos nossos maiores escritores são tão apreciados e conhecidos na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Peru, como no próprio Brasil; e que o nome de Portugal brota, de todos os lábios sul-americanos, espontâneamente entoado com carinho e ternura.

Viu-se bem isso quando, por ocasião da visita oficial ao Brasil do Presidente da nossa República, Dr. António José de Almeida, tôdas as Repúblicas de língua espanhola se empenharam em rodear das maiores homenagens o eminente Chefe do Estado português, o primeiro das antigas metrópoles que, depois da independência, honrava com a sua presença o solo americano.

Como deve ser feita a nossa representação em Sevilha. — Muitas vezes tem Portugal concorrido a exposições universais, onde o seu lugar, por mais honroso que tenha sido, dificilmente poderia concentrar a atenção pública, repartida entre tão formidáveis competidores. Hoje, porém, o convite que nos é feito dá-nos, ao lado e ao nível da Espanha, uma posição de singular relêvo no certame de Sevilha. Estaremos ali

em foco; sôbre o nosso esfôrço incidirão e se inclinarão todos os olhos e todos ouvidos; do que realizarmos e revelarmos nos provirá, portanto, o máximo lustre e o máximo proveito.

Sem dúvida, o pêso de tão consideráveis responsabilidades poderia fazer-nos duvidar da robustez dos nossos ombros para arcar com elas. Não desconhecemos que são pouco folgadas as circunstâncias financeiras do país e que ninguém tem o direito de agravá-las com encargos supérfluos ou improdutivos. Mas pode tal nome caber aos que propomos?

Não se trata, aliás, de deslumbrar ninguém com sumptuosidades e opulências que nem seriam de bom gôsto. Havemos de ir a Sevilha ricos de tôda a nossa cultura passada e presente, mas sem ouropeis. Tudo está em que se confie a emprêsa a mãos competentes — às mais competentes — e, inútil di[illegible]-lo, desinteressadas e exclusivamente movidas por fins patrióticos. Devemos ter na Exposição o nosso pavilhão, mas êle pode ser tão belo de linhas como razoável de proporções, e falar a nossa linguagem arquitectónica sem a exagerar com ênfases retóricas de nova e discreta riqueza.

Êsse pavilhão deverá conter, no nosso juízo, uma exposição de arte retrospectiva e contemporânea, de história e cartografia, bibliográfica, etnográfica, colonial e também industrial, agrícola e comercial, cumprindo advertir-se que estas últimas secções devem ser organizadas com selecção sintética e dentro das proporções que lhes correspondem no conjunto da nossa capacidade, actividade e cultura.

Crêmos que se devem mandar a Sevilha os mais preciosos tesouros dos nossos museus, bibliotecas e arquivos, desde os painéis de Nuno Gonçalves e a custódia de Belém, até aos mais importantes e raros mapas e documentos da Tôrre do Tombo.

Poder-se há constituir uma exposição da nossa pintura primitiva, a par de outra análoga que a Espanha organizasse.

Também a nossa vizinha e amiga poderia consentir em levar a Sevilha as famosas tapeçarias de Arzila, há poucos anos reveladas a Portugal.

As nossas indústrias artísticas, de outrora e de hoje, teriam na Exposição o seu lugar marcado, e conviria que o ocupassem com o maior brilho e nos seus mais notáveis e perfeitos modelos.

Grandes são as facilidades que nos deparam para cumprir tão amplo e sedutor programa: dispomos de rápidas e seguras comunicações terrestres e marítimas com a capital andaluza, a ponto que melhores não seriam se a Exposição se efectuasse em território nacional.

Ao lado do que expusermos em Sevilha, deverão achar-se, na propaganda vigilante das nossas sciências, letras, artes e indústrias, alguns dos seus mais consagrados intérpretes. Por meio de conferências, publicações, tomando a palavra nos congressos, um núcleo de sábios, artistas, escritores e homens de pensamento e de acção na nossa terra, recordarão os passos mais típicos da história pátria, sustentarão as fundamentais teses geográficas que derramam luz nova sôbre o descobrimento da América, informarão dos nossos progressos económicos, tanto continentais como coloniais, revelarão a actual orientação nacionalista da nossa arte e literatura, entrarão em contacto pessoal e directo com os seus camaradas da Espanha e da América, trocando com êles ideas e aspirações, inter-câmbio mais fecundo ainda que o de mercadorias e artefactos, concertando com êles, num encontro que difìcilmente se sonharia mais completo, o programa da nossa acção futura em prol da coësão e da vitalidade dos povos ibéricos.

Em vez de meditarmos, desalentados, sôbre as nossas fraquezas, façamos delas fôrças. — É impossível que até o patriotismo mais inerte não acorde perante esta ante-visão, convertível em satisfatória realidade, do que pode ser a representação de Portugal na Exposição de Sevilha. Estamos convictos de que o Govêrno da República a incluïrá entre os objectivos de maior urgência e alcance nacional que lhe estão confiados. Crêmos que lhe não faltarão, nem o apoio da opinião, nem o auxílio gratuito e até abnegado de tôdas as instituïções e indivíduos chamados a participar no certame, nem até o concurso material dos filhos da nossa Pátria, quer os de aqui, quer os estabelecidos na América e nas nossas possessões do ultramar, que se acharem em condições de prestar-lho.

Em vez de meditarmos, desalentados, sôbre as nossas fraquezas, façamos delas fôrças, congregando-nos, somando-nos, multiplicando-nos, tomando a peito, com o espírito de sacrifício com que o fizemos nas trincheiras de Flandres, esta emprêsa, que, nem por ser de paz, importa menos à nossa honra, ao nosso prestígio, ao nosso futuro.

Relevem-nos V. Ex.as, que, em termos de tanta gravidade, solicitemos para êste assunto a mais cuidadosa e imediata atenção do Govêrno da República. As instituïções e as classes que aqui representamos não negarão, assim o cremos, a sua adesão mais ampla às iniciativas de carácter oficial que desde esta hora esperamos.

Parece-nos que não há tempo a perder, para se designar uma comissão de consagrados especialistas, que tome a seu cargo a organiza-

ção de um programa e de um orçamento, enviando prèviamente a Sevilha um delegado encarregado de informá-la sôbre todos os pormenores de concepção e execução do projectado certame.

Parece-nos, igualmente, que devemos pôr-nos, sem demora, em contacto com o Brasil, para indagarmos das disposições do seu Govêrno a respeito da Exposição, procurando entender-nos com êle tão intimamente, que entre os seus delegados e os nossos se mantenha sempre a mais perfeita convergência e unidade de propósitos.

Agradecemos reconhecidos a V. Ex.as, Senhores Presidente do Ministério e Senhores Ministros, a complacência com que nos ouviram, e não duvidamos um instante do acolhimento que fará o Govêrno a estas palavras. — *José Maria Rodrigues, General Garcia Rosado, Almirante Ernesto de Vasconcelos, Alberto d'Oliveira, Columbano Bordalo Pinheiro, Bettencourt Rodrigues, Jaime Cortesão, Júlio Dantas, Luciano Pereira da Silva, Reinaldo dos Santos, Joaquim Bensaúde, Joaquim de Carvalho, José de Figueiredo, Jorge Colaço* e *António Sérgio.*

CONGRÈS GÉOLOGIQUE INTERNACIONAL

Le 24 Mai 1926, sous la présidence de Sa Majesté le Roi Alphonse XIII, aura lieu à Madrid. la séance solennelle d'ouverture du XIV Congrès International de Géologie.

Les géologues et les ingénieurs les plus éminents du monde entier participeront à ce Congrès; plusieurs États ont annoncé déjà l'envoi de représentants: l'Angleterre, la Belgique, le Danemark, Cuba, le Mexique, la Bulgarie, etc.

En se basant sur les nombreuses inscriptions reçues, on peut calculer que le nombre des congressistes dépassera le millier; diverses fêtes en leur honneur sont en cours d'organisation.

Du 5 au 22 Mai, auront lieu des excursions extrêmement intéressantes, à la fois géologiques, industrielles et artistiques, à Séville, Ronda, Huelva, Cordoue, Burgos, au Maroc et aux îles Canaries.

Des excursions semblables se feront pendant le Congrès à Almaden, Aranjuez, à la Sierra de Guadarrama, etc., et à partir du 1er Juin, dans les Asturies, à Bilbao, en Catalogne et aux îles Baléares.

Le montant du droit d'inscription est de 30 pesetas.

Les communications destinées à être lues au Congrès doivent être

remises avant le 1er Avril; un très grand nombre d'entre elles en est déja parvenu.

Le bureau du Comité d'organisation communique gratuitement les renseignements de tous ordres qu'on peut désirer sur le Congrès. La correspondance doit être adressée au Secrétaire: Plaza de los Mostenses 2, Madrid, Espagne.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Ministério das Finanças. Direcção Geral de Estatística.

—— *Situação Bancária em 1924.* Bancos, Caixas e Companhias de Crédito.

—— *Estatística Comercial,* 1924 (Boletim trimestral, n.º 4. Janeiro a Dezembro), Lisboa, Imprensa Nacional, 1925.

Observaciones contradictorias á la Teoria de la Relatividad del professor Alb. Einstein. Conferência pronunciada en el Ateneo de Madrid por D. Horácio Bontaval y Ureta. Año 1925.

La Sociedad Natural — Estudio social filosófico por Ramon Soto Fernandez. Toledo, Imp. del Colégio de Maria Cristina, 1925.

Uma arte famosa — Estudos sôbre a arte da ourivesaria e as instituïções de Santo Eloi por Laurindo Costa, Pôrto, Costa & C.ª, Editor, 1920.

Estudos sôbre Ourivesaria — Artistas portugueses, pelo mesmo autor, Pôrto, Costa & C.ª, 1922.

A Ourivesaria antiga. Evolução pelo mesmo autor. Pôrto, Imprensa Nacional, 1925.

A Evolução do Ensino Profissional, (Séculos XVIII a XX) pelo mesmo autor. Pôrto, Imprensa Nacional, 1925.

Subsídios para a história genealógica insulana. VII. *Bethencourt,* por Jacinto de Andrade Albuquerque de Bettencourt. S. Miguel, Açores, Oficina de Artes Gráficas.

Luís de Camões — Dinamene. Introdução e notas de Afrânio Peixoto Rio de Janeiro, Benj. Costa Hat e Miccell's. Av. Rio Branco, 127. 1925.

EDIÇÕES
DA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA

(Colecção louvada pelo Ministério da Instrução Pública)

Publicados:

I. — VERGÍLIO CORREIA. — Um túmulo Renascença. A Sepultura de D. Luís da Silveira em Gois. Com um prefácio do Dr. Teixeira de Carvalho. 1 vol. broch. . . . . 6$00

II. — D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. — Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal. Ed. refundida e ilustrada. 1 vol. broch. (Esgotadó).

III. — INDEX DA FAZENDA DO MOSTEIRO DE CELAS. — Manuscrito de Fr. Bernardo d'Assunção, publicado e revisto pelo Dr. Teixeira de Carvalho. 1 vol. broch. (Esgotado).

IV. — JOSÉ DA CUNHA TABORDA. — Regras da arte da pintura com breves reflexões críticas sobre os caracteres distinctivos das suas escolas, vidas e quadros dos seus mais célebres professores. Escritas na língua italiana por Michael Angelo Prunetti e acrescida duma Memória dos mais famosos pintores portugueses e dos melhores quadros seus. 1 vol. broch. (Esgotado).

V. — CYRILLO VOLKMAR MACHADO. — Collecção de Memórias, relativas às vidas dos pintores, e escultores, arquitectos, e gravadores portugueses, e estrangeiros, que estiveram em Portugal. Revista e anotada pelos Drs. Teixeira de Carvalho e Vergílio Correia. 1 vol. broch. (Esgotado).

VI. — VERGÍLIO CORREIA. — Sequeira em Roma (Duas épocas). . . . . 10$00

VII. — HENRIQUE FERREIRA LIMA. — Joaquim Rafael, pintor portuense . . . . . 10$00

VIII. — ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES. — Estatuária lapidar no Museu Machado de Castro, de Coimbra. Com ilustrações.

Em papel de linho. . . . . 40$00

Em papel de algodão. . . . . 16$00

IX. — PEDRO FERNANDES TOMÁS. — Canções da Beira. 15$00

X. — D. JOSÉ PESSANHA. — O Cális de Ouro do Mosteiro de Alcobaça. A Porcelana em Portugal . . . . . 12$00

XI. — VERGÍLIO CORREIA. — Artistas de Lamego . . . . 12$00

XII. — JULIETA FERRÃO. — Rafael Bordalo Pinheiro e a Crítica. . . . . 6$00

XIII. — VERGÍLIO CORREIA. — Vasco Fernandes, Mestre do Retábulo da Sé de Lamego . . . . . 15$00

XIV. — ANTÓNIO CALDEIRA PIRES. — História do Palácio Nacional de Queluz. Com ilustrações, vol. I . . . . . 30$00

XV. — LUÍS CHAVES. — Os Barristas Portugueses (Nas escolas e no povo). . . . . 12$00

XVI. — HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA. — Joaquim Machado de Castro, Escultor Conimbricense — Notícia biográfica e compilação dos seus escritos dispersos . . . 20$00

XVII. — HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA. — Princesas Artistas (As filhas de El-Rei D. José) . . . . . 7$00

XVIII. — PEDRO VITORINO. — José Teixeira Barreto, Artista Portuense (1763-1810) . . . . . 8$00

XIX. — J. C. RODRIGUES DA COSTA. — João Baptista, Gravador Portugues do século XVII (1628-1680) . . . . . 15$00

A sair:

D. JOÃO IV. — Defensa de la musica moderna contra la errada opinion del obispo Cyrillo Franco. Rev. pelo Sr. Viana da Mota.

PEDRO FERNANDES TOMÁS. — Canções Portuguesas. (Do século XVIII à actualidade).

VERGÍLIO CORREIA. — Santa Cruz de Coimbra. — Artistas e obras de arte.

Artistas portugueses em Itália.

Regimento dos oficios mecânicos da cidade de Lisboa. 1572.

A. CALDEIRA PIRES. — História do Palácio Nacional de Queluz. Com ilustrações, vol. II.

LUÍS CHAVES. — Subsídios para a história da gravura em Portugal.

EDMUNDO CORREIA LOPES. — Cancioneirinho de Fozcoa. Contribuïção para a história e crítica da musica do povo português.

D. JOSÉ PESSANHA. — Arquitetura pre-romana em Portugal — S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa.

SCRIPTORES RERVM LVSITANARVM

SÉRIE A)

Publicado:

FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA. — História do descobrimento, e conquista da Índia. Ed. revita pelo Sr. Pedro de Azevedo, vol. I.

Em papel de linho . . . . . 90$00

Em papel de algodão. . . . . 35$00

Vol. II no prelo.

No prelo:

DAMIAM DE GOES. — Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanvel. Conforme a ed. princeps. Rev. pelo Dr. David Lopes.

—— Chronica do principe Dom Ioam. Conforme a ed. princeps.

Em preparação:

JOÃO DE BARROS e DIOGO DO COUTO. — Décadas. Ed. revista pelo Dr. António Baião.

PAPÉIS RELATIVOS Á GUERRA DA RESTAURAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL.

SÉRIE B)

Publicados:

I. — HIERONYMO OSORIO. — De rebus Emmanvelis gestis. 3 vols. . . . . 60$00

II. — ITINERÁRIOS QUINHENTISTAS DA ÍNDIA A PORTUGAL. — Rev. e prefaciados pelo Dr. António Baião vol. I. . . . . 18$00

III. — COMENTÁRIOS DO GRANDE AFONSO D'ALBUQUERQUE. — Conforme a 2.ª ed. Rev. e prefaciada pelo Dr. António Baião. vol. I (Partes I e II) e II (Partes III e IV). . . . . 35$00

Em preparação:

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO. — Epanaphoras de varia historia portugueza. Ed. dirigida pelo Dr. Edgar Prestage.

História Trágico-marítima.

BIBLIOTECA DE ESCRITORES PORTUGUESES

SÉRIE A)

Publicados:

BERNARDIM RIBEIRO e CRISTÓVÃO FALCÃO. — *Obras.* Conforme a ed. de Ferrara. Edição preparada e revista por Anselmo Braam-

camp Freire e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos 2 vols. (Esgotado).

Cantigas d'Amigo dos Trovadores Galegos — Portuguêses. Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário pelo Dr. José Joaquim Nunes. vol II (texto).

No prelo:

Silvia de Lisardo.

Cantigas d'Amigo dos Trovadores Galegos-Portuguêses. Ed. dirigida pelo Dr. José Joaquim Nunes. vols. I e III.

SÉRIE B)

No prelo:

FR. PANTALEÃO DE AVEIRO. — Itinerário da Terra Santa. Rev. pelo Dr. António Baião.

Em preparação:

GABRIEL PEREIRA DE CASTRO. — Ullyssea ou Lisboa edificada.

SÉRIE C)

Publicados:

P. ANTÓNIO VIEIRA. — Cartas. Ed. revista e anotada pelo Sr. J. Lúcio de Azevedo.

Vol. I, em papel de linho.	50$00
Vol. I, em papel de algodão	30$00
Vol. II, em papel de linho	50$00
Vol. II, em papel de algodão.	30$00
Vol. III. No prelo.	

Dispersos, de Camilo Castelo Branco. Compilação e notas do Dr. Júlio Dias da Costa.

Vol. I, em papel de linho.	50$00
Vol. I, em papel de algodão	25$00
Vol. II, em papel de linho	50$00
Vol. II, em papel de algodão.	25$00
Vol. III, em papel de linho.	25$00
Vol. III, em papel de algodão	50$00
Vol. IV. No prelo.	

No prelo:

Fr. HEITOR PINTO. — Imagem da vida christã. Rev. e pref. pelo Dr. Joaquim de Carvalho.

JORGE FERREIRA DE VASCONCELOS. — Memorial das proezas da segunda Tavola redonda. Conforme a 1.ª ed. Rev. pelo Dr. Alberto Feio.

ELOY DE SÁ SOTO MAIOR — Ribeiras do Mondego. Rev. pelo Sr. Martinho da Fonseca.

RODRIGUES LOBO. — Églogas. Rev. e anotada pelo Dr. José Tavares.

Em preparação:

ALMEIDA GARRET. — Discursos parlamentares.

RUY GONÇALVES. — Dos previlégios e prerogativas que o genero feminino tem por direito comũ e ordenações do reino mais que o genero masculino.

BALTAZAR ESTAÇO. — Sonetos, Canções e Églogas e outras rimas.

ESTEVAM RODRIGUES DE CASTRO. — Rimas.

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA EXPANSÃO ULTRAMARINA DOS PORTUGUESES

No prelo:

Vol. I — Cartas dos Vice-Reis da Índia. Coligidas e revistas pelo Dr. António Baião.

Vol. II — Documentos Relativos ao Descobrimento e Colonização do Brasil Durante o Século XVI Existentes em Arquivos Portugueses. Coligidos e revistos pelo Sr. Pedro de Azevedo.

BIBLIOTECA DO SÉCULO XVIII

Publicados:

I. — CAVALEIRO DE OLIVEIRA. — Discours Pathétique an sujet des calamités présentes, arrivées en Portugal. Nova ed. seguida duma notícia bibliográfica pelo Dr. Joaquim de Carvalho. 1 vol.

Em papel de linho. . . . . 12$500

Em papel de algodão. . . . . 6$500

II. — RIBEIRO SANCHES. — Cartas sôbre a educação da mocidade. Ed prefaciada e revista pelo Dr. Maximiano Lemos.

Em papel de algodão. . . . . 12$500

A sair:

CAVALEIRO DE OLIVEIRA. — Reflexoens de Felix Vieyra Corvina de Arcos, Christan Velho Ulissyponense Sobre a Tentativa Theologica, composta pello Reverendo e douto Padre Antonio Pereyra da Congregaçam do Oratorio de Lisboa.

Em preparação:

M. MENDONÇA. — Apontamentos para a educação de hum menino nobre.

RIBEIRO SANCHES. — Metodo para aprender a estudar a medicina. ilustrado com os apontamentos para estabelecer-se huma Universidade real...

BIBLIOTECA DEMOCRÁTICA

Destinada a coligir a obra dos que, já falecidos, concorreram para o progresso das ideas democráticas em Portugal e, mais particularmente, para a proclamação da República Portuguesa.

Publicados:

JOSÉ FÉLIX HENRIQUES NOGUEIRA. — Estudos sôbre a reforma em Portugal . . . . . 5$00

A sair:

J. F. HENRIQUES NOGUEIRA. — O Municipio no século XIX.

Em preparação:

Obras de José Falcão, João de Meneses, Manuel de Arriaga, Alexandre Braga, etc.

BIBLIOTECA LUSO-BRASILEIRA DE HISTÓRIA DE MEDICINA

I. — Dr. AUGUSTO DA SILVA CARVALHO. — Prodigiosa Lagoa descuberta nas congonhas das minas do Sabará, que tem curado a varias pessoas dos achaques, que nesta relação se expõem. . . . . 5$00

No prelo:

DR. AUGUSTO DA SILVA CARVALHO. — O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil — História das sociedades médicas portuguêsas.

ESTUDOS DE HISTÓRIA E LITERATURA PORTUGUESA

Publicados:

ANTÓNIO JOSÉ TEIXEIRA. — António Homem e a Inquisição. 20$00

—— Documentos para a história dos jesuítas. . . . . 20$00

Dr. M. E. DA MOTA VEIGA. — Esbôço histórico e literário da Faculdade de Teologia, 1872, 1 vol . . . . . 10$00

Dr. B. A. SERRA MIRABEAU — Memória histórica e comemorativa da Faculdade de Medicina, 1872, 1 vol . . . . . 10$00

Dr. FRANCISCO DE CASTRO FREIRE. — Memória histórica da Faculdade de Matemática, 1872, 1 vol . . . . . 6$00

Dr. JOAQUIM AUGUSTO SIMÕES DE CARVALHO. — Memória histórica da Faculdade de Filosofia, 1872, 1 vol . . . . . 6$00

Dr. COSTA SIMÕES. — Notícia histórica dos Hospitais da Universidade, 1882, 1 vol. . . . . 3$00

CONDESTÁVEL D. PEDRO DE PORTUGAL. — Tragédia de la insigne reyna doña Ysabel. Rev. e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos . . . . . 12$00

EDGARD PRESTAGE. — Portugal, Brazil e Grã-Bretanha. Trad. do inglês. . . . . 5$00

Dr. QUEIROZ VELOSO. — O Arquivo Geral de Simancas. — Sua importância capital para a História Portuguesa. . . . . 4$00

Dr. TEIXEIRA BASTOS. — Iniciativas Académicas. — A sociedade filantrópica. . . . . 2$00

ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE. — Livro primeiro dos brasões da Sala de Sintra.

Em papel «vergé» . . . . . 60$00

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. — Estudos Camonianos. — I. — O cancioneiro Fernandes Tomás. Índice, nótulas e textos inéditos. . . . . 12$00

Dr. ANTÓNIO DE VASCONCELOS. — Evolução do Culto de D. Isabel de Aragão. 2 vols . . . . . 100$00

Causa sôbre a nulalidade de matrimónio entre a raínha D. Maria Francisca Isabel de Saboya e el-rei D. Afonso VI. Publ. e revisto pelo Dr. António Baião. . . . . 10$00

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. — Nótulas relativas à «Menina e Moça» na edição de Colónia. (1559).

Em papel de linho . . . . . 6$00

Em papel de algodão . . . . . 3$00

—— Estudos Camonianos: II. O Cancioneiro do P.e P. Ribeiro. 10$00

No prelo:

AUBREY F. G. BELL. — Literatura portuguesa. Tradução do inglês.

ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE. — Livros segundo e terceiro dos brasões da Sala de Sintra.

FRANCISCO SANCHES. — Quod nihil scitur. Rev. e pref. pelo Dr. Joaquim de Carvalho.

JORDÃO DE FREITAS. — O Cavaleiro de Oliveira.

Dr. J. M. DE QUEIROZ VELLOSO. — Estudos históricos. I — A crise da Independência. Com numerosos documentos inéditos.

HENRY THOMAS. — Romances peninsulares de Cavalaria. Trad. do inglês.

VARIA

GERALDINO BRITES. — Noções de Histologia humana, 1 vol. . 20$00

M. FERREIRA DE MIRA. — Lições de química fisiológica, 1 vol. 25$00

JERÓNIMO OSÓRIO. — Cartas portuguesas.

Em papel de algodão. . . . . 2$00

—— — Opera. 7 vols. . . . . 50$00

GUILHERME DE AZEVEDO. — Alma Nova. Com prefácio de Tomás da Fonseca. . . . . 10$00

VITORINO NEMÉSIO. — Paço do Milhafre . . . . . 10$00

ANDRÉ FALCÃO DE RESENDE. — Poesias. . . . . 50$00

Dr. BERNARDINO MACHADO. — Homenagens, 1903, 1 vol . . 5$00

PAIS VIEGAS. — Manifesto do Reino de Portugal. . . . . 6$00

LUCIANO PEREIRA DA SILVA. — A «Regra geral das festas mudaveis», de Gonçalo Trancoso, 1 vol. . . . . 5$00

Dr. MAGALHÃES LIMA e CRUZ DE MAGALHÃES. — Rafael Bordalo Pinheiro, moralizador político e Social. O Museu Rafael Bordalo Pinheiro. 1 vol.. . . . . 6$00

A sair:

ANTÓNIO AURÉLIO DA COSTA FERREIRA. — Obras. Coligidas e revistas pelos professores Henrique Jardim de Vilhena (da Universidade de Lisboa) e Joaquim de Carvalho (da Universidade de Coimbra).

A. CELESTINO DA COSTA e P. R. CHAVES. — Manual de técnica histológica.

LEITE DE VASCONCELOS. — Opusculos.

JUAN DE VALDÉS. — Dialogo de doctrina cristiana. Ed. *fac-simile*. Com prefácio de Marcel Bataillon.

Arquivo de História e Bibliografia. Revista de erudição.

GENERAL BARREIROS. — Cartas ao rei D. Pedro V. Rev. pelo Sr. Carlos Ferreira.

MARQUÊS DE FRONTEIRA. — Memorias da sua vida. Rev. pelo Dr. Campos de Andrade.

SEMUEL DA SILVA. — Tratado da Immortalidade da alma. Rev. e prefaciado pelo Dr. Joaquim de Carvalho.

OBRAS DE ANTERO DE QUENTAL

Publicadas:

OS SONETOS COMPLETOS. — Conforme a 1.ª edição.

Em papel de algodão. . . . . 6$00

PROSAS. — Edição revista conforme ao original. vol. I e II cada volume em papel de algodão . . . . . 12$00

ODES MODERNAS.

Em papel de linho. . . . . 20$00

Em papel de algodão. . . . . 7$00

PRIMAVERAS ROMANTICAS. — 2.ª ed., Esgotado.

No prelo:

CARTAS. — Nova edição, aumentada.

PROSAS. — Vol. III.

OBRAS DEPOSITADAS

CASTILHO E CAMILO. — Correspondência trocada entre os dois escritores, prefaciado e anotado por João Costa.

Em papel de linho. . . . . 30$00

Em papel de algodão. . . . . 12$00

ANTÓNIO BAIÃO. — Homenagem a Camilo no seu centenário (1825-1925) I. O Sangue Israelita de Camilo — II. O Romance de Camilo «A Freira que fazia chagas» e o respectivo Processo Inquisitorial.

Em papel de linho. . . . . 12$00

Em papel de algodão. . . . . 6$00

LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

Código Civil Português, 8.ª edição . . . . . 12$00

Código Penal Português, 1852, anotado pelo Conselheiro A. L. de Sousa Henriques Sêco. . . . . . 5$00

Código Penal de 1886. . . . . 7$00

Código Administrativo de 1842. . . . . 2$00

» » » **1870**. . . . . 2$00

» » » **1878** . . . . . 2$00

» » » **1892**. . . . . 2$00

» » » **1895** . . . . . 2$00

» » » **1896**. . . . . 6$00

Código do Processo Civil . . . . . 12$00

Código Comercial de 1888	8$00
Código de Processo Comercial	3$50
Apêndice ao Código Comercial	7$00
Novissima Reforma Judiciária	5$00
Nova Reforma Penal de 1874	1$50
Regimento de 20 de Fevereiro (Administração de Justiça no Ultramar)	1$50
Tabela dos Emolumentos e Salários Judiciais	1$00
Manual do Processo Criminal Moderno, por J. I. D. de Carvalho	10$00
Código da Contribuição Predial	3$00
Regulamento Consular de 24 de Junho de 1903	2$50
Legislação Académica, coligida pelo Dr. José Maria de Abreu. Coordenada e ampliada pelo Dr. António dos Santos Viegas, vol. 1.º (1772–1850)	4$50
Código Civil Português, Projecto, pelo Visconde de Seabra, 1859, 1 vol.	12$00
Apostila á censura do sr. Alberto Antonio de Morais Carvalho, pelo Visconde de Seabra, 1.ª parte	2$50
Novissima apostila, pelo Visconde de Seabra, 1859	3$50
Resposta às reflecções do Sr. Dr. Vicente Ferreira Neto Paiva sobre os sete titulos do Projecto do Código Civil Português, por António Luís de Seabra, 1859	2$50
Resposta do auctor do Código Civil às observações do Sr. Dr. Joaquim José Pais da Silva, 1859, 1 vol.	3$00
Código Comercial de 1883 e apêndice, 4 vols.	50$00

Dirigir pedidos à

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Rua da Ilha n.º 1 — Coimbra (Portugal)

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação periódica do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e do fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	2$500
Número avulso	1$000

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redação de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 73.º

4.ª SÉRIE VOLUME 2.º

NÚMERO 3

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1926

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Candido Sotto Mayor — Marquez de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Porto, Antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, da I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C, D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elisio de Moura, da U. C — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital. da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Luciano P. da Silva, da U. C., D. E. N. S. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da secção de sciências fisico químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SUMÁRIO

Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da história geral portuguesa, por P. M. Laranjo Coelho..... 285
A Futura Guerra e as Instituïções Militares da Europa, por António Gomes de Sousa..... 304
Algumas considerações sóbre a epopeia alemã «Kudrun», a propósito das referências que ali se fazem a Portugal, pelo Dr. Gustavo Cordeiro Ramos..... 315
Esculturas hindus em Portugal, por E. A. Voretzsch 340
Tentativa de interpretação simples da «Teoria da Relatividade Restrita», pelo Almirante Gago Coutinho 354
A propósito de Patronímicos, por J. Leite de Vasconcelos 375
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo..... 381
Apreciação da representação geométrica dos imaginários, por Carlos Eugénio Alvares Pereira 399
Novae fungorum species duae, «Hederae Helicis» parasiti propeque Colares (Sintra) Collectae, Mycetes in Laboratorio Patologiae Vegetalis Instituti Agronomici Olisipponensis Observata, por Manuel de Sousa da Camara 406
Bibliografia:
Prof. J.-M. Meunier, por O. G..... 408
O Tratado da Vida e Martirio dos cinco Mártires de Marrocos Impresso em Coimbra em 1568, por António Gomes da Rocha Madahil 409
Vária:
Da influência Coimbrã na Faculdade de Direito de São Paulo, por Odecio Bueno de Camargo. 412
A edição das «Cartas» do P.e António Vieira, dirigida pelo Sr. J. Lúcio de Azevedo, apreciada na Academia Brasileira de Letras..... 414
Livros recebidos..... 416

VANTAGENS DO ESTUDO DAS MONOGRAFIAS LOCAIS PARA O CONHECIMENTO DA HISTÓRIA GERAL PORTUGUESA (1)

Não é uma novidade para o vosso espírito douto e esclarecido o assunto do modesto trabalho que tenho a honra de submeter à vossa apreciação, ilustres membros dêste Congresso. Demais conheceis vós a proposição que resume e congloba as desataviadas considerações que vão seguir-se, certo como é ser já um princípio axiomático, um facto largamente comprovado e reconhecido, que é impossível fazer a história interna de um país, completa, em todos os seus multíplices aspectos e nas mais variadas manifestações da sua actividade, sem o auxílio e os elementos indispensáveis que só as monografias exactas e minuciosamente elaboradas das suas localidades lhe podem fornecer.



P. M. LARANJO COELHO

Êste pensamento, reconhecido hoje como uma inadiável necessidade em todos os países, especialmente naqueles que vêm dando aos seus estudos históricos notáveis impulsos e estímulos, tem criado um renascimento vigoroso e forte, ra-

(1) Comunicação apresentada no Congresso Mixto das Associações Port. e Espanhola para o Avanço das Sciências, realizado em Coimbra.

ciocinado e metódico, crítico e scientífico, das fontes tradicionais de informação e cultura da historiografia local. É um facto também geral e do conhecimento de todos nós que é na história e na larga esfera dos elementos que ela oferece à nossa observação, que a sciência social vai buscar a sua única, a sua mais perfeita e verdadeira base, o único meio de conhecermos a sociedade através dos diferentes períodos da sua formação e desenvolvimento consistirá, portanto, em recolher todos os materiais do seu passado para com êsses elementos podermos fazer o estudo da vida populacional da nação, da psicologia do seu povo, da sua história política, administrativa, económica, religiosa e artística, emfim, o estudo das mais complexas e completas manifestações do seu viver social. Deixou pois de ser a história uma simples e fria narração de factos de ordem geral, a recordação dos sucessos gloriosos de um homem ou de uma família, ou o conjunto de normas para a preparação da vida política e militar. A história alargou a sua acção, transformou-se em sciência, atingindo a sua forma mais útil e necessária como único meio do conhecimento de um povo, da sua vida, da sua civilização das tendências e aspirações da raça. O espírito contemporâneo anseia por encontrar a fórmula definitiva de todo o saber positivo na sociologia, mas, primeiro que esta se transforme num corpo organizado e metódico de conhecimentos, é necessário que cada país lhe forneça as contribuïções parciais do estudo dos seus pequenos agregados urbanos, províncias, cidades, vilas, aldeias e casais, agregados que constituem, por assim dizer, as células embrionárias da vida orgânica e social de um povo, de uma nação.

Tal é, pois, o problema que, mais do que nenhum outro, deve merecer a nossa atenção, estimular a nossa curiosidade, e o nosso ardor. Conhecer a vida local em tôdas as fontes de informação que ela nos pode fornecer, no estudo crítico e analítico da sua documentação diplomática, nas suas tra-

dições e factos de cultura geral, é não sòmente uma utilidade com vantagens de ordem histórica e scientífica, como também de ordem material, e, sobretudo, moral e civica. Dizia um antigo professor desta Universidade, o Dr. José Frederico Laranjo, que o preceito que estava em letras de oiro sôbre o pórtico do templo de Delfos, «conhece-te a ti mesmo», e de que um filósofo, que foi como que o Cristo da Grécia, fez a divisa da moral e da sciência, era aplicável aos indivíduos, às localidades e às nações. Ter a consciência do que se foi, do que se é e do que se tende a ser, é indispensável para se andar na vida serêno de ânimo e com passos firmes, por um caminho amplamente aberto e sempre abundante de luz. Um povo que ignora a sua história e os elementos de tôda a ordem que o constituem, diz o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, não pode ter ideal. E um povo sem ideal é como se estivesse morto (1).

Alexandre Herculano, numa das suas tão profundas máximas, diz-nos que é no estudo da história pátria que cada povo vai buscar a razão dos seus costumes, a santidade das suas instituïções, os títulos dos seus direitos (2). Além de um dever cívico e de um ideal patriótico, nada pode, com efeito, ser mais grato ao nosso espírito e enternecido para o nosso coração do que conhecer os lugares unidos às recordações da nossa infância, às nossas primeiras ilusões, ao desabrochar das nossas primeiras esperanças, auscultar-lhes as tradições, caminhar, no dizer do nosso formoso estilista Antero de Figueiredo, em busca das pègadas do seu passado, «poalha de luz desfeita mas que nos ilumina ainda, nos aquece e nos arraiga à terra onde os nossos foram nados, criados e manteúdos» (3).

---

(1) *História do Museu Etnológico Portuguès*, pág. 14.
(2) *Opúsculos*, tom. V, pág. 135.
(3) *Jornadas de Portugal*, pág. 197.

A par da importância scientífica, histórica, moral e cívica do estudo da nossa vida local não poderá negar-se também a utilidade, ainda mesmo material, da organização de monografias baseadas em sérias e conscienciosas investigações nos arquivos e cartórios das nossas cidades e vilas provincianas. Assim, pelo que respeita à fixação e esclarecimento de muitos direitos de propriedade, quer dos municípios e outras corporações administrativas, quer dos particulares, quantas dúvidas não têm sido resolvidas pela análise dos documentos da nossa história local. Na indústria mineira alguns casos podemos nós confirmar de minas abandonadas pelos nossos antepassados, ou por desconhecimento da sua importância, ou pela imperfeição dos processos extractivos de que ainda não dispunham, serem hoje, ou poderem transformar-se de futuro, em fontes de riqueza industrial. A mesma utilidade resultará para a exploração e regime das águas. Nêste ponto vastos exemplos nos poderá dar a França, já com valiosas contribuïções de tôda a ordem no estudo da história local, estudo que hoje ali se faz num laborioso e fecundo afã de que nos dão testemunho as interessantes monografias publicadas ou anunciadas na bela revista de erudição, *Bibliothèque de l'École des Chartes*. Seja-nos permitido destacar, dentre êsses exemplos a que aludimos, dois dos mais típicos e que melhor nos revelam a utilidade prática do estudo das fontes da vida local.

Existiam perto da planície de Forez os lagos pantanosos de Dombes, que se tornavam extremamente insalubres e prejudiciais à saúde dos habitantes da região, o que era motivo do seu despovoamento. O projecto de secar êstes lagos era considerada emprêsa impossível por se julgar que estas depressões eram o resultado da constituïção geológica do terreno. Foi necessário que um antigo aluno da *École des Chartes*, Mr. Guiguez, viesse provar, depois de estudar os documentos da região, que tais lagos tinham sido feitos

artificialmente no século xv para que a emprêsa, considerada até então impossível, se levasse a cabo, pois o que a mão do homem havia podido fazer, a mesma mão o poderia também desmanchar (1).

Um outro caso, igualmente curioso e interessante, é-nos revelado a propósito da grande inundação que desolou as margens do Loire, nos meses de Junho e Julho de 1856, e particularmente a cidade de Tours. Um erudito arquivista do arquivo departamental de *L'Indre et Loire,* Mr. Grandmaison, fazendo investigações nos arquivos confiados à sua guarda, veiu demonstrar, com tôda a evidência, que êsse desastre era em grande parte devido à destruïção das obras de arte erguidas por antigos engenheiros para proteger a cidade de Tours dos estragos destas inundações. Os engenheiros de pontes e calçadas contrariaram vivamente esta revelação, mas os factos vieram depois justificar e dar razão às afirmações do erudito arquivista (2).

Laferrière, na sua «*Histoire du Droit Français*», fazendo realçar a importância que para a história geral das instituïções da França têm os diferentes trabalhos de investigação e erudição local nas diferentes províncias que estudou, principalmente a região dos albigenses, dizia, referindo-se a Montesquieu a propósito de um episódio sôbre certo costume dos trogloditas, que êle poderia bem ter deixado de lhe dar uma existência imaginária na Arábia se porventura conhecesse os costumes primitivos e a vida real de um povo que vivia bem perto dêle, sob a protecção das altas montanhas da república de Andorra. E, como no caso de Mon-

---

(1) M. C. Guigues, *Essai sur les causes de la dépopulation de la Dombes et l'origine de ses étangs.*

(2) Ch. Grandmaison, *Aperçus kistoriques sur les travaux destinés à defendre la ville de Tours contre les inondations de la Loire et du Cher.* (Bibliotheque de l'École des Chartes, tom. IV, pág. 237).

tesquieu, quantas tradições, quantos usos e costumes do viver histórico e social das nossas localidades não permanecem ainda desconhecidos ou ignorados para muitos!

São pois grandes as vantagens que resultam da publicação de monografias locais e assim o têm compreendido a Alemanha, a França, a Itália, a pequena Suissa e modernamente a Espanha, países que estão atravessando uma fase intensiva e metódica dos seus estudos de investigação histórica regional. E referindo-me especialmente à nação vizinha, representada neste Congresso por nomes tão ilustres do seu meio scientífico e literário, permita-se-me que eu saliente, como realmente digno de nota, o resurgimento dos estudos históricos e o vasto plano de renovamento intelectual que tanto se impõe à nossa admiração e que tanta honra faz ao espírito progressivo da gloriosa nação irmã.

A sua «*Junta para ampliacion de estudios e investigaciones scientificas*», estabelecida a 22 de Janeiro de 1907, e os institutos que criou para efectivar a sua idea, o «*Centro de Estudios Historicos* e o *Instituto Nacional de Ciencias Fisico-Naturales*», contêm um vasto plano de trabalhos de alta cultura abrangendo as mais variadas manifestações do saber humano. Pelo que especialmente respeita à obra do «*Centro de Estudios Historicos*» é já notável a sua tarefa nas diferentes secções em que distribuiu os diversos trabalhos do seu estudo, entre os quais se incluíu também a preparação de monografias locais baseadas nas fontes autênticas de informação histórica. Nêsse sentido as missões scientíficas organizadas pelo Centro têm feito a exploração metódica dos materiais inéditos do seu Arquivo Histórico Nacional e de outros, dos cartulários e documentos soltos procedentes de várias igrejas e mosteiros, emfim tem recolhido e estudado, numa tarefa digna de se enaltecer e imitar, tudo quanto possa ser fonte de conhecimento histórico.

*
* *

A êste movimento largo e fecundo dos estudos históricos das nações modernas, que fastidioso seria vir aqui esboçar e trazer à vossa lembrança tão esclarecida e erudita, tem o nosso país correspondido com algumas e valiosas contribuïções, se bem que longe ainda do muito que poderemos e é mister produzir no estudo do passado da nossa gloriosa nação. Pelo que respeita à nossa historiografia local pode dizer-se que ela se iniciou com a criação da Academia Real da História, instituída por decreto de 8 de Dezembro de 1720. Logo no relato dos seus primeiros trabalhos o académico António Caetano de Sousa apresenta as bases de um inquérito contendo preguntas relativas a vários pontos importantes de história eclesiástica para ser dirigido e distribuído aos diferentes arcebispados e bispados, câmaras, provedores das comarcas, etc., com o fim de se recolherem notícias extraídas dos cartórios e arquivos.

Nas bases indicadas pelo Conde da Ericeira e pelo padre Manuel Caetano de Sousa para a formação do seu *Sistema de História* insiste-se na necessidade e vantagens de investigar os documentos da vida local porque, diziam êles: «sendo a história comparada a um edifício, que é obra fabricada por muitos artífices, assim a história há-de ser composta pelo material acumulado por muitos escritores».

Na colecção de livros inéditos da história portuguesa, cujo primeiro tomo apareceu em 1790, publicam-se os foros antigos de alguns concelhos, como: Santarém, S. Martinho de Mouros, Torres-Novas, (tomo IV), Gravão, Guarda, Beja, seguidos da descrição dos arredores de Lamego, (tomo V).

Valiosas e ainda hoje prestando tão úteis auxílios aos

estudiosos são as respostas dadas ao interrogatório feito aos párocos por intermédio do govêrno para a organização do dicionário do Padre Luís Cardoso a propósito do terremoto de 1755, respostas quási tôdas dadas por volta de 1758 e que constituem as chamadas *Memórias Paroquiais da Tôrre do Tombo.* Dos elementos fornecidos por estas interessantes Memórias muitos se têm aproveitado, não só para os estudos de história local, como também para interessantes estudos do domínio das sciências físico-naturais. Assim o testemunha o valioso trabalho que o ilustre geólogo e académico Sr. Coronel, Francisco Pereira de Sousa, vem publicando sob o título: *O Megasismo do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal* (1).

Veio depois Alexandre Herculano iniciar êsse belo movimento de reacção contra o predomínio por extremo absorvente das ideas clássicas do século XVIII, inspirando-se nas tradições nacionais, delineando o quadro da existência interna dos nossos velhos municípios e promovendo a publicação do *Portvgaliae Monumenta Historica.* Quanto ficou devendo a historiografia local a êsse paciente e admirável reconstrutor das gerações extintas sabemo-lo nós todos que o lemos e com êle aprendemos, sei-o eu que quási todos os dias o vejo na Tôrre do Tombo através da riqueza documental que com tão prestante trabalho, admirável e patriótica tenacidade recolheu e estudou. Referindo-se às monografias locais considerava-as êle uma das contribuïções mais úteis para se obter o fim «do muito que ainda há a fazer no labor histórico do país».

Da obra de Herculano e do movimento que iniciou sôbre

---

(1) No 1.º volume faz o Sr. Director da Tôrre do Tombo, Dr. António Baião, a história minuciosa das Memórias Paroquiais que se guardam no Arquivo a seu cargo, podendo ver-se o questionário que lhes deu origem no *Archeologo Portuguez*, ano de 1893, pág. 268.

o municipalismo nasceu a inspiração governativa que deu origem à portaria de 8 de Novembro de 1847 recomendando às Câmaras Municipais que deviam coordenar e organizar a sua história, publicando e recolhendo nos *Anais do Município* todos os factos socialmente importantes que se passassem no concelho. Revela pois esta portaria a lúcida compreensão de que é impossível uma história interna de um país sem as monografias exactas das suas localidades.

O que é, porém, certo é que a portaria ficou letra morta pois que, além dos municípios de Lisboa, Pôrto, Coimbra e Guimarães, poucos mais deram o belo e louvável exemplo de fazer a publicação dos seus anais, como seria para desejar, para o conhecimento do seu passado, das suas instituïções, dos seus edifícios e estabelecimentos, dos homens que viram nascer e que os honraram com os seus actos, emfim um monumento que subsistisse «*stat mole sua*» (1).

Na mesma útil compreensão da doutrina da referida portaria dizia Oliveira Martins enaltecendo as vantagens dos estudos da história local:

> «Considerei sempre que um dos subsidios principais para a história geral do país consiste nas monografias locais, onde se estuda arqueologia e história, as biografias e as tradições, com os documentos à vista e à mão os arquivos municipais e particulares. Um corpo de monografias destas, relativas aos principais concelhos do reino, formaria um tesouro de inestimável valor para o estudioso; ao mesmo tempo que serviria para arraigar nas localidades êsse amor

---

(1) No prólogo das *Memorias Archeologicas e Historicas do Distrito de Bragança*, do Reitor do Baçal, refere-se o erudito sacerdote a vários municípios que publicaram forais, memórias e outros documentos.

da terra, base natural e necessária do sentimento mais abstracto a que se chama patriotismo» (1).

É, porém, depois da criação da Academia das Sciências de Lisboa que a história monográfica regional se desenvolve, mercê do benemérito e fecundo labor que, logo desde o início dos seus trabalhos académicos, a Academia proveitosamente dedica ao estudo da história das nossas localidades. São neste ponto importantes os trabalhos publicados nas suas memórias, sem aquele rigor de metodização scientífica que depois atingiu a historiografia, cuja história é feita de uma maneira tão completa na obra do Sr. Dr. António Ferrão, mas em todo o caso já valiosas contribuïções pela soma de materiais e pelos estímulos e exemplos para outros estudiosos e investigadores (2). A enumeração dêsses trabalhos, que desnecessário será fazer aqui, pode ver-se nas colecções que a mesma Academia tem publicado com o título: *Memórias da Academia das Sciências de Lisboa*, *Memórias Económicas*, *Memórias de Literatura Portuguesa*, colecções que são um vasto repositório de actividade fecunda em prol da sciência e das letras pátrias.

No boletim da antiga e prestante instituïção scientífica *O Instituto de Coimbra*, que tanto tem honrado as belas tradições scientíficas e literárias desta tão linda cidade universitária, alguns trabalhos de história local têm sido também publicados, dentre os quais é de justiça destacar o do Reitor do Baçal, Padre Francisco Manuel Alves, intitulado: *Memorias Archeologicas e Historicas do Distrito de Bragança*, amplo repositório de notícias corográficas, hidro-orográficas, geoló-

---

(1) No prólogo da monografia sôbre Oliveira do Hospital, de Adelino de Abreu.

(2) *A Teoria da História e os progressos da Historiografia Scientifica.*

gicas, mineralógicas, hidrológicas, bibliográficas, heráldicas, etimológicas, industriais e estatísticas, publicação valiosa e sobremaneira interessante para a história profana e eclesiástica daquele distrito.

A Universidade de Coimbra, por impulso do seu falecido professor Dr. Frederico Laranjo, a quem Oliveira Martins se refere (1) com elogio, para não serem apodadas de suspeita parcialidade as minhas palavras de parente, iniciou o costume, creio que seguido também pela sua actual Faculdade de Letras, de recomendar para tema de dissertações escolares as monografias das terras da naturalidade dos alunos. Desta iniciativa resultou, pelo menos, a publicação de dois trabalhos apreciáveis: *Memória Histórica do Concelho de Serpa* (1884), por Graça Afreixo; e *Memória Histórica do Concelho de Mesão-Frio*, (1886), por Álvaro Maria de Fornelos.

O plano dos trabalhos indicado pelo mesmo professor, que tinha principalmente em vista a parte económica, era o seguinte:

Introdução — Origem histórica do concelho e seu desenvolvimento.

Capítulo 1.º — Distribuïção da propriedade antes e depois do regime liberal.

Capítulo 2.º — Distribuïção da população antes e depois do regime liberal; emigração e imigração, se as há; suas causas e efeitos.

Capítulo 3.º — Indústrias antes e depois do regime liberal, seu desenvolvimento ou decadência e causas.

Capítulo 4.º — Misericórdia, sua história e estado actual.

Capítulo 5.º — Confrarias e estabelecimentos de beneficencia.

---

(2) Citada monografia de Adelino de Abreu (Prólogo).

Capítulo 6.º — Associações.
Capítulo 7.º — Institutos de crédito.

Um grupo de professores desta mesma Universidade, acompanhando os estudos feitos na moderna sciência social e os métodos aplicáveis sob a sua inspiração aos factos sociais baseados nas monografias dos pequenos agregados urbanos, convidou em 1909 o insigne sociólogo Léon Poinsard a fazer nesta Universidade uma série de conferências destinadas a vulgarizar êsses métodos e processos (1). Da louvável e útil iniciativa dos ilustres professores nasceu a idea de se publicar, como trabalho de vulgarização, um plano digno de ser seguido na observação e comparação dos factos cujo conhecimento é indispensável para o estudo preparatório da vida social dum povo (2).

O sistema de planos e questionários é ainda hoje o mais útil e eficaz para dirigir o observador e conduzir com método a sua observação, nem sempre fácil como à primeira vista parece. Observar não é só abrir os olhos, é necessária muita filosofia, diz o Dr. Frederico Laranjo reportando-se às máximas de Rousseau, para observar o que é ordinário. E é o que é ordinário que é, em geral, socialmente importante. Entre os diversos planos e questionários sôbre a organização das monografias locais parecem-nos completos e dignos de serem aplicados com proveito os que indica o *Comité des travaux historiques et scientifiques*, para regiões da França, principalmente na parte que diz respeito à geografia histó-

---

(1) Léon Poinsard, *La Science Sociale.*

(2) Intitula-se êste trabalho, *O Estudo dos Agrupamentos sociais pelo método monográfico segundo F. Le Play e H. de Tourville, Notícia seguida do Quadro de Classificação dos Factos Sociais de H. de Tourville e dum Ensaio de Classificação das Sociedades segundo Demolins.* Prop., editor e trad., Dr. Serras e Silva, Coimbra, Imp. Académica, 1909.

rica e descritiva (1). Os estudos feitos pela *Résidence générale de la République Française au Maroc (Direction des Affaires Indigènes et du service des renseignements),* sob o título de *Villes et tribus du Maroc,* de que estão já publicados sete interessantes volumes. O questionário que a nossa comissão dos monumentos nacionais fez imprimir em 1894 com o fim de colher elementos para o estudo da arqueologia portuguesa (2), e, pelo que respeita à história do direito consuetudinário português, o interessante e bem elaborado questionário do erudito académico e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, hoje fazendo serviço na de Lisboa, Sr. Dr. Paulo Mereia, organizado sob os auspícios da mesma faculdade, guia indispensável a todos os que queiram dedicar-se ao estudo das fontes de direito e da vida colectiva dos nossos agrupamentos sociais (3).

Levar-nos-ia longe o exame e a análise crítica de cada um dêstes questionários e do plano que conviria seguir na organização das monografias, plano aliás dependente, muitas vezes, das zonas onde o investigador tem de recolher os seus materiais e do assunto especial que orienta a sua observação. De uma maneira geral parece-nos aproveitável o plano que temos a honra de submeter à vossa apreciação, se não completo, pelo menos abrangendo os factos essenciais para o estudo de uma localidade nos seus aspectos geo-físico, histórico, económico e social. É o seguinte:

O MEIO NATURAL

Situação e superfície.

---

(1) Podem ver-se as instruções a que nos referimos no belo livro do professor Joan Brunhes, *La Géographie Humaine,* Paris, Lib. F. Alcan., 1918.

(2) No *Archeologo Português,* ano de 1896, págs. 237 e 238.

(3) Dr. Manuel Paulo Mereia, *Estudos de História do Direito,* pág 247.

Limites.
Costas (em localidades marítimas).
O interior; o relêvo do solo: plano, montanhoso, etc.
Hodrografia — natureza das águas: nascentes, fontes, cisternas, poços, etc., modos usados na utilização das águas (cegonhas, bombas, etc.).
A estrutura do solo.
O sub-solo.
O clima.
A vegetação — produções vegetais.
A fauna (terrestre ou marítima) — produções animais.

HISTÓRIA

Pre-história:

Arqueologia pre-histórica.
Lendas.
Os primeiros habitantes.

Proto-história:

Povos diversos que ocuparam a região.

História:

Sua documentação diplomática, tombos, arquivos, cartulários, etc.
Arqueologia.
Biografias de homens ilustres da região.

O LUGAR

1.º — Descrição geral.

Vista do conjunto e seu aspecto panorâmico.
Situação.
Castelo e fortaleza.
Portas.
Ruas, sua nomenclatura interessante.
Praças e jardins.
Templos e igrejas.

Edifícios públicos.
Monumentos.
Fontes monumentais.
Cemitérios.

2.º — Bairros antigos.
Bairros modernos (orientação do seu desenvolvimento, etc.).

3.º — Arrabaldes.

A POPULAÇÃO

Género da população (agrícola, industrial, pastoril, etc.).
Censos.
Distribuïção da população pela área das diferentes freguesias.
Estrutura populacional densidade, aumento, diminuïção e suas causas.
Estatísticas demográficas.
Condições biológicas: (proporção dos sexos, influência da idade, cegos, surdos-mudos, etc.).
Condições sociais (percentagem de solteiros, casados, viúvos, divorciados, etc.).
Estrangeiros.
Emigração:
Temporária.
Periódica.
Definitiva.
O «habitat» (plano e disposição das casas, materiais de construção, divisão interior, mobiliário, instrumentos de trabalho, etc.).
O tipo humano da região.
A língua (dialectos e modos de dizer, nomes de pessoas e nomes de lugares, vocabulário regional, folklore, etc.).

O vestuário.
Higiene.
Usos e costumes, recriações, jogos.

A VIDA ECONÓMICA

Condições económicas gerais.
Agricultura, comércio e indústria.
Importação e exportação.
Sindicatos agrícolas, caixas de crédito, salários.
Feiras e mercados.
Estradas e vias de comunicação.

A PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA

Repartição da propriedade, suas divisões, extensão, tipos agrológicos em relação com o meio natural.

VIDA ADMINISTRATIVA

A circunscrição e suas divisões.
O município, sua vida económica, bens e interêsses.
Instrução, escolas, bibliotecas, museus, estatísticas do ensino, analfabetismo, suas causas, etc.
Organização militar.
Asilos e hospitais, estatística de doentes e de doenças, suas causas em relação com o clima e natureza fisica da região.
Sociedades de recreio, filarmónicas, etc.

A VIDA RELIGIOSA

Procissões, festas e romarias. A vida conventual em antigos mosteiros da região. Confrarias e estabelecimentos religiosos de piedade e beneficência.

Bibliografia das publicações relativas à região, plantas, mapas, fotografias, etc.

*
* *

Está ainda muito longe a nossa historiografia local de ter as contribuïções que são necessárias para se poder reconstruir o passado histórico e a vida social da nação. Muita há, na verdade, que fazer na faina de assoalhar documentos, diz o Sr. Dr. Ricardo Jorge, que jazem em tranqüila dormência, não só aqui no pais, como lá fora, os quais formariam material inexgotável que devíamos ir pondo a lume em publicações metódicas, como as que todos os países civilizados editam por honra sua (1). É certo, porém, que se nota presentemente uma sensível tendência para o renascimento de estudos da nossa história regional, tendência demonstrada pela freqüência de leitores que vem tendo, como ainda nunca teve, o nosso Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, e ainda pelo aparecimento de instrutivas monografias e já notáveis trabalhos sôbre a nossa história local. Não é êste o lugar próprio para fazer a sua bibliografia, já em parte feita (2); seja-nos lícito, porém, destacar o valioso

---

(1) Excerto do *Anuário do Serviço Municipal de Saúde*, in-*Anuário da Câmara Municipal do Porto*, 1923, pág. 8.

(2) Brito Aranha, *Bibliographie des Ouvrages Portugais pour servir à l'Étude des Villes, des Villages, des Monuments, des Institutions, des Moeurs et Coutumes, etc., du Portugal*. Completada pela publicação em português dum aditamento sôbre o mesmo assunto, nos tomos XVII-XX do Dicionário de Inocêncio.

Rocha Dias, *Notícias arqueológicas extraídas do Portugal antigo e moderno de Pinho Leal, com algumas notas e indicações bibliográficas*. (Separata do Bol. da Real Associação dos Arquit. e Arqueólogos Port.).

António Anselmo, *Bibliografia das Bibliografias Port.*, pág. 96.

e completo trabalho de Alberto Sampaio sôbre as vilas do norte de Portugal, considerado justificadamente o mais notável na nossa historiografia contemporânea não só pela solidez e abundância dos seus materiais e pela minúcia da sua documentação diplomática, como também pelo exame tão largo e consciencioso que faz, desde o meio geográfico na sua conformação física, climatérica, etc., até às mais complexas manifestações da evolução social da nossa mais extrema província do norte do país. Notáveis e beneméritos são também os estudos feitos e os materiais acumulados pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, no Museu de Belém, como valiosas são também as contribuïções de Gabriel Pereira, sôbre Évora, de Antonio Tomás Pires, sôbre Elvas, as monografias de conscienciosa observação sôbre o Algarve, do Dr. Ataíde de Oliveira, sôbre Ferreira do Zézere, do Dr. António Baião, as publicações de interessantes documentos sôbre Viana do Castelo, de Figueiredo Guerra, e sôbre Braga, de José de Sousa Machado, os elementos para um dicionário de geografia e história do concelho de Elvas, de Vitorino de Almada, os materiaes para a história da Figueira da Foz, do Dr. Santos Rocha e o boletim da Sociedade Arqueológica, da mesma cidade, as Memórias Arqueológicas e Históricas da cidade do Pôrto e a monografia sôbre Vila do Conde e seu Alfoz, de Monsenhor J. Augusto Ferreira, o Distrito de Aveiro, de Marques Gomes, o Arquivo Municipal de Miranda do Corvo, de Belizário Pimenta, os estudos arqueológicos do Alto Minho, do Dr. Félix Alves Pereira, e os trabalhos do Instituto Histórico do Minho, as monografias do Padre Manuel de Aguiar Barreiros sôbre a igreja de Vilar de Frades e outras, o interessante e modelar estudo geográfico intitulado *Bacia do Vouga*, do professor da Universidade de Coimbra, Dr. Aristides de Amorim Girão, além de outras tentativas úteis correspondendo a uma necessidade real da nossa historiografia.

Nada mais será preciso acrescentar ao que, de resto, tão conhecido é já por vós, ilustres membros dêste Congresso que eu saúdo e para quem são tão familiares os problemas e as necessidades reais da moderna sciência. Desculpai-me, pois, o ter gasto êstes momentos versando um assunto que vós já tão bem conheceis; creio, porém, e nisso está a minha justificação, que não será de mais insistir sôbre a utilidade, assaz grande e inadiável, de enriquecermos a bibliografia das monografias das nossas cidades e vilas, documentando a sua história com a maior minúcia diplomática, elaborando-as em normas uniformes, de modo que se possa um dia formar um grande e amplo repositório que seja comulativamente uma fonte de abundantes materiais para se reconstruir a história pátria, um monumento que perpetue a vida e a finalidade da nossa gloriosa Nação.

Naranjo Coelho

A FUTURA GUERRA E AS INSTITUIÇÕES MILITARES NA EUROPA

Desde a mais remota antigüidade que as instituïções militares constituem a melhor representação do progresso moral e material dum povo e os seus feitos a melhor herança que as nações têm deixado à posteridade.



ANTÓNIO GOMES DE SOUSA
Coronel do Exército

Foi na perfeição das suas instituïções militares que os romanos encontraram as suas maiores glórias. Já então se reconhecia a acção benéfica recebida pelas massas populares com a sua passagem pelas fileiras e o serviço militar durante alguns anos era título indispensável para o desempenho de funções públicas e políticas.

Os romanos tiveram o serviço militar *obrigatório*, mas quando desviaram os seus exércitos dos fins puramente nacionais enfraqueceram-lhe de tal forma o seu espírito patriótico que a lei caíu em desuso. Os ricos com o seu dinheiro conseguiam afastar-se das fileiras e os pobres mutilavam-se com o mesmo fim (1).

---

(1) Foi a mutilação do polegar que deu o *poltrão*, pollex truncus.

Os efectivos eram aumentados com legiões de escravos, as virtudes militares a que tinham prestado tão grande culto enfraqueciam; a ausência do espírito militar levava à indisciplina e à decadência do poderio romano. E a história ainda hoje nos mostra que sempre que um exército se afasta dos objectivos puramente nacionais que justificam a sua existência, diminui o seu prestigio, enfraquece o seu espírito militar e a sua disciplina, desastre dos mais graves que se vai repercutir em todos os organismos da nação.

*
* *

As instituïções militares são por vezes atacadas por aqueles que manifestam o seu ódio contra todos os elementos de ordem e vêem nelas a maior barreira que se pode opor aos seus desígnios. São assim atacados os chefes militares de maior competência, mas poupados aqueles que pela deficiência de qualidades morais e profissionais não representam sério obstáculo à desordem.

Os que assim procedem desmascaram-se por vezes nos seus fins e foi assim que em França onde tão freqüente tem sido a propaganda antimilitarista, vimos organizar o partido abertamente declarado dos *Sem Pátria.*

É certo que a propaganda toma por vezes aspectos mais sérios porque dela se ocupam escritores eminentes e populares, mas só pode deixar de ser considerada antipatriótica quando pretenda atingir deficiências técnicas ou exageros de orgânica que sem causa justificada afectem profundamente a economia da nação. E para que não haja argumentos que possam auxiliar tal propaganda os efectivos dum exército em tempo de paz devem estar em harmonia com a população dum país de forma que os respectivos encargos não excedam os seus recursos. Se as nações rompem tão

justo equilíbrio a luta precipita-se e toma feições imprevistas que poderão derruir a sua organização social.

*
* *

Foi a partir de 1860 que se notou o aumento contínuo de efectivos militares no exército prussiano, estabelecendo-se desde então a desconfiança entre as nações da Europa, pretendendo tôdas elas adqüirir uma superioridade de fôrças que lhe permitisse ou iniciar a luta ou defender-se da agressão de fôrças numerosas.

A Alemanha procurou sempre uma supremacia militar que lhe permitisse tomar a ofensiva através de tôdas as oportunidades políticas.

Segundo um estudo feito por um oficial inglês, de 1700 a 1870 para 110 casos de agressão entre nações da Europa e da América, sem aviso prévio, não houve dez casos de declaração de guerra.

Á Alemanha é atribuída mais do que a qualquer outro país a tendência para a política das hostilidades por surpresa. A Silésia austríaca foi invadida bruscamente por Frederico o Grande em 1740.

Em 1756 as tropas prussianas ocuparam Saxe e em 1848 Schleesvig-Holstein, tendo estes movimentos ofensivos sido executados sem declaração de guerra.

Em 1866 caía de novo o exército prussiano sôbre Saxe e Hesse Casel, com prévia declaração de guerra mas feita dois dias depois do Príncipe Frederico Carlos declarar que não queriam fazer a guerra nem ao povo, nem ao govêrno Saxónio.

Em 1870 os alemães ocultavam os seus intuitos e a guerra rebentou quando dias antes a própria França e a Inglaterra mostravam a maior confiança na manutenção da paz.

*
* *

Depois da guerra franco-alemã aperfeiçoaram-se extraordinàriamente todos os meios de acção empregados pelas diferentes armas dos exércitos. Tinha-se sentido nela a desproporção entre os factores morais e materiais dos beligerantes, sentiu-se a falta de preparação dos franceses e a incapacidade dos seus chefes, em geral escolhidos por motivos muito alheios à sua competência e aos méritos militares, e a conseqüente desmoralização do exército, por isso em 180 dias travaram-se 15 grandes batalhas, 159 combates, tomaram-se 26 praças de guerra incluindo Paris e punha-se fim à luta naquele espaço de tempo.

A guerra já não era uma arte com a simplicidade que lhe atribuía Napoleão. De facto as qualidades que ennobreciam o militar e o tornavam valoroso não dependiam das sciências militares que posteriormente se desenvolveram e cujo conhecimento se tornou indispensável a qualquer chefe militar.

A sciência modificou a guerra assim como a importância militar dos diversos povos, pelo que muitos julgavam que dada a conflagração europeia esboçada poucos anos depois da guerra franco-alemã, a luta seria rápida. Talvez assim acontecesse se os novos meios de acção fôssem empregados por exércitos da mesma constituïção que os de 1870, mas tal não sucederia porquanto as nações aumentaram consideràvelmente os seus efectivos e organizaram as suas reservas de forma a aproveitarem o maior número de homens válidos. Melhorou-se a cultura geral dos oficiais e desenvolveu-se consideràvelmente a profissional em harmonia com tôdas as transformações tácticas impostas pelos aperfeiçoamentos introduzidos no armamento.

As potências melhoraram a sua organização defensiva por meio de obras que representavam sérios obstáculos à marcha do invasor e agruparam-se para a futura luta, estabelecendo-se assim um certo equilíbrio entre as fôrças a defrontarem-se nos campos de batalha.

A futura guerra prenunciava-se então demorada e sangrenta e as potências temiam a sua resistência às influências económico-sociais duma luta nestas condições. Por outro lado os estados da Europa já não podiam suportar por muito tempo os encargos duma tal preparação guerreira e reconheciam a concorrência que lhes era feita por aqueles que não tinham que suportar tão grandes despesas. A Europa individava-se, a América acumulava riquezas.

*
* *

Os exércitos das potências europeias já não eram simples organismos do tempo de paz indispensáveis à vida autónoma dum povo, eram grandes massas humanas preparadas para a luta imediata.

Aproveitou-se o primeiro pretexto para o choque e a conflagração tomou tal vulto que passou à história com a designação de *Grande Guerra.*

Os princípios do direito internacional que regem a luta entre as nações, mais vulgarmente conhecidos pelas *leis da guerra,* foram violados como nunca na última conflagração europeia cometendo-se verdadeiras atrocidades, a-pesar-dos progressos da civilização, quando parecia que nas lutas entre nações civilizadas se deveriam observar princípios análogos aos observados nos conflitos entre homens de honra.

A guerra poderia ter o objectivo de quási tôdas as guerras, simples modificações nas cartas geográficas, mas pelos processos usados parecia tratar-se da destruïção sistemática da

humanidade e de todos os seus meios de vida, não podendo interessar a ninguém uma vitória por tal preço. As nações que anexaram territórios perderam mais homens válidos do que aqueles que assim juntaram à sua população.

Os neutros eram impotentes para levar os beligerantes ao respeito pelo direito internacional, dada a extensão da luta. Destruía-se a todo o transe pretendendo-se assim abreviar uma guerra que pela sua duração estava comprometendo as virtudes cívicas e militares, devido à influência de precárias condições económico-sociais bem para temer.

Os exércitos estavam sendo constituídos por unidades de fraca coësão e por oficiais sem o prestígio de aqueles que os tinham conduzido aos campos de batalha e que tinham desaparecido. Foi o que mais se sentio nas nações para quem a guerra era uma aventura do que naquelas para quem ela representava a soma de sacrifícios indispensáveis para poder sacudir o jugo do invasor.

*

* *

Na grande guerra os alemães perderam 90 % dos seus oficiais de carreira e não perderam mais porque alguns se encontravam em situações pouco perigosas.

Já em 1870 apesar-da guerra ter sido de curta duração, de bem menor eficácia os meios de acção então empregados, o exército alemão tinha na última fase da guerra, batalhões comandados por oficiais de reserva e por sargentos. Uma divisão bávara contava apenas um oficial do quadro permanente.

O efectivo dum exército não depende apenas do número de homens a mobilizar mas do número de oficiais idóneos para os instruir e dirigir. E quanto mais complicada fôr uma máquina mais inteligência e conhecimentos se exigem a quem a dirige.

Os grandes efectivos com a instrução militar em períodos de curta duração não se harmonizam com todos os aperfeiçoamentos introduzidos na arte da guerra.

É indispensável grande número de oficiais que apesar-de nem todos poderem ser mantidos nos quadros permanentes, não poderão deixar de ter uma sólida educação militar que garanta os conhecimentos profissionais e a disciplina indispensável para conduzirem massas humanas sujeitas aos maiores sacrifícios durante as operações de guerra, impostas pelos variados objectivos, não esquecendo que as virtudes militares só se fortalecem com a prática do serviço militar.

Os meios de destruïção vão sempre aumentando e portanto a dificuldade dos oficiais em manter a coësão das suas tropas, e essas dificuldades atingirão o máximo se não tiver havido a indispensável educação cívica que desperte os mais elevados sentimentos patrióticos indispensáveis para suportar estòicamente todos os sacrifícios impostos pela guerra.

O capitão von Cochenhausen, professor da Escola de Infantaria de Munich, numa recente publicação, julga indispensável que os oficiais do novo exército alemão sejam homens novos, de corpo e de espírito sãos, que terão de consagrar a maior parte do seu tempo aos estudos de gabinete devendo ter bem presentes as experiências sangrentas da guerra, que o seu trabalho terá que ser assíduo e constante e que deverão ser banidos das fileiras todos os que desejem alcançar posições sem grande trabalho e por influências pouco legítimas (1). De facto o oficial moderno educador e orientador de homens de educação e culturas tão variadas precisa de ser um cidadão modelar dotado da maior autoridade moral e saber profissional que hoje se relaciona com quási todos os géneros de conhecimentos humanos.

---

(1) Crónica militar da *Revista Militar*.

*
* *

Os oficiais são na guerra os elementos mais expostos, e é sôbre êles que convergem os esforços do inimigo para os pôr fora do combate. Tornando-se a luta de longa duração os quadros de oficiais terão que ser constantemente renovados, desaparecendo os profissionais e se estas circunstâncias não tiverem sido previstas durante a paz, haverá necessidade de os recrutar entre os sargentos. Os sargentos na sua maioria de uma instrução muito rudimentar foram recrutados entre os proletários que nestas condições ficarão à frente da massa válida duma nação em armas. Eis uma conseqüência da longa duração da guerra com grandes efectivos sem a conveniente reserva de quadros a que certamente não foram alheios os sucessos da Rússia na última guerra.

*
* *

O emprêgo na guerra de tôda a massa válida de uma nação desorganiza todos os serviços no interior, suspende a produção e a duração da luta fica dependente da resistência às influências económico-sociais. Esgotada essa resistência surge a anarquia com a conseqüente derrota e a destruïção terá tomado tal incremento que a continuação da luta também já não poderia interessar materialmente aos beligerantes.

Foi prevendo estes acontecimentos que a Alemanha desde o início da grande guerra procurou uma decisão rápida. Não a conseguindo, a luta prolongou-se, esgotando-se a sua resistência económica vindo conseqüentemente a desordem comprometer-lhe a disciplina do exército e a-pesar-do inimigo

ainda lhe não ter pisado o seu solo teve que submeter-se à sua vontade.

*
* *

Perante a comissão mixta da Sociedade das Nações presidida por Mr. Viviani foi proposto por Lord Robert Cecil que se formasse um pacto internacional com o fim de reduzir as despesas militares.

Solicitadas 29 potências a definir a sua situação militar em harmonia com a referida proposta muitas responderam que não tomavam compromissos, outras limitaram-se a fazer referências a reduções já feitas nos seus orçamentos e algumas não achavam ainda suficientemente garantidos os seus meios de defesa. Apenas duas nações de importância secundária se declararam abertamente em concordância com o espírito da proposta.

A Inglaterra é hoje o país onde existe maior relutância pelo serviço militar. Presentemente encontra ela grandes dificuldades para formar oficiais em condições de idoneidade, situação que levou um deputado trabalhista a aproveitar a oportunidade para apresentar um projecto de lei, que foi rejeitado, tendente a facilitar ao operariado o ingresso no quadro de oficiais. É manifesta a sua inferioridade militar sôbre as outras potências, e ainda que econòmicamente possa lucrar com esta situação, não lhe desagradaria uma redução nos efectivos militares das outras nações.

Ás mais ligeiras modificações nos mapas políticos do globo corresponderam sempre graves ameaças de perturbação de paz, e a última divisão territorial da Europa não é de molde a garantir a sua pacificação.

A desconfiança entre as nações será cada vez maior e por isso elas serão cada vez mais ciosas da maior indepen-

dência na sua organização militar. Hão-de continuar a disputar a supremacia, não com simples aumentos de efectivos mas pelo poder destruïdor dos meios de acção a empregar na futura guerra, que são estudados porfiadamente, e alguns dos quais estão em oposição com o espírito das convenções internacionais.

A convenção de Genebra de 1864 proïbia o emprêgo de veneno ou de armas envenenadas, e impunha o aviso prévio às autoridades nos casos de bombardeamento de locais defendidos, únicos que podiam ser atacados.

Em 1868 obrigaram-se algumas potências a não empregar projécteis que tivessem por único fim espalhar gases asfixiantes ou deletérios.

Em 1899 e 1907 novas convenções se ocupam do assunto assim como as conferências da paz, afim de banir da guerra o emprêgo de venenos, gases deletérios e projécteis explosivos lançados por balões ou por meios análogos.

Pois é precisamente sôbre o emprêgo da aviação como arma de guerra e dos gases asfixiantes e deletérios que actualmente convergem as maiores atenções das potências, no sentido de aumentar quanto possível a sua acção destruïdora, e é assim que por tôda a parte se anuncia que a futura guerra será uma guerra química, o que mostra claramente a falta de confiança nos tratados.

*
* *

A virtude e a honra eram apanágio do militar, mas os novos processos de luta destroem-lhe a sua moral e os exércitos serão assim transformados em simples elementos de destruïção humana.

Outra conflagração com exércitos de grandes efectivos mal instruídos, mal enquadrados e com tais meios de luta

trará como conseqüência a destruïção completa da civilização europeia e a miséria fisiológica de alguns milhões de gaseados contribuïrá poderosamente para a degenerescência da humanidade.

A Europa voltará aos tempos primitivos não sendo fácil de prever o que saïrá de tais escombros.

Eis o futuro tal qual êle se apresenta, se não houver a maior circunspecção na organização das instituïções militares e se não se puser um dique a tôdas as atitudes atentatórias das leis da humanidade.

António Gomes de Sousa

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SÔBRE A EPOPEIA ALEMÃ *KUDRUN*, A PROPÓSITO DAS REFERÊNCIAS QUE ALI SE FAZEM A PORTUGAL

CAPITULO I

A epopeia medieval alemã *Kudrun*. — Exposição do assunto. — Influência que nela exerceu o *Niebelungenhed*. — Carácter da heroína, um dos mais belos tipos da virtude e honra que a idade média concebeu. — Complicação da intriga. — Colorido das descrições. — Relêvo dramático de todas as figuras. — Atmosfera trágica da obra.

A epopeia germânica, o *Niebelungenlied*, sem dúvida um dos monumentos mais notáveis da poesia épica de todos os tempos, pela linguagem expressiva e variada, como pela idea fundamental que desenvolve — a fidelidade nas suas múltiplas formas de dedicação amorosa, de actos de abnegação ilimitada, prestados ao amigo e ao senhor — e que na época moderna com Ibsen, Hebbel, Wagner, Jordan, Morris, não falando já de Hans Sachs, se tornou o património literário dos povos germânicos, gozou desde cedo de grande popularidade, como o prova o poema *Kudrun,* composto provàvelmente na Áustria ou na Baviera entre 1216 e 1220, cujo estilo e



DR. GUSTAVO CORDEIRO RAMOS

assunto denotam com evidência ter sido o seu autor influenciado pelo *Niebelungenlied*.

A estrofe, com pequenas diferenças, é a mesma: a primeira metade é idêntica, na segunda a rima é feminina; o segundo hemistíquio do último verso tem cinco *arsis* em vez de quatro. Ambas as composições mostram igual mistura de lendas heróicas e fantasias jogralescas; em uma e outra a personagem principal é uma mulher, mas emquanto na primeira o desenlace é trágico, na segunda os acontecimentos dispõem-se para uma solução conciliatória.

Embora o poema nunca fosse tão popular como o dos *Niebelungen*, tendo chegado até nós, num único manuscrito do comêço do século XVI, o de Ambras, e seja prejudicado por freqüentes divagações, é mais rico e variado nos episódios e sobretudo apreciável pelo poder descritivo. O assunto é o seguinte:

Sigeband, filho do rei Ger da Irlanda e de Uta (1), desposou depois da morte do pai, uma princesa da Noruega, também chamada Uta, de quem teve um filho Hagen. Resolveu o monarca, acedendo aos desejos da raínha, habituada a assistir a brilhantes torneios na côrte de seu pai

. . . . . .

. . . . . .

«dô sach ich tegelîchen mînes vater man
nâch hôhem prîse werben; des ich hie künde nie gewan».

---

(1) Emprego a forma Uta (médio alto al. Uote). Em al. mod., a par de Ute, há Ota, Uda, Uta, Otilie. Talvez *Uta* seja apofónica com o gót *atta* (pai) e nesse caso significaria mãe. Ou o radical será *aud* (velho nord. *Audr*, Anglsax. *Éad*. Ant. alt. al. *Ot.*, posse, património, família). O elemento *Ot*, *Ed*, entra em composição de vários nomes germânicos, como Edmund, Edwart, Edgar, Otto, Ottokar, etc. (Vid. Alfred Bass. *Deutsche Vornamen*. Leipzig 1909, pág. 117). Em port. ant. também há Ata. (Cfr. Meyer-Lübke. *Romanische Namenstudien. I Die alt portugiesischen Personennamen germanischen Ursprungs nos Sitzungsberichte der*

celebrar uma grande festa (Hôchzît), para que foram convidados muitos cavaleiros e damas. Por inadvertência, deixaram sair para o pé do palácio o jovem príncipe. De súbito, apareceu um monstruoso grifo que arrebatou a criança para o seu ninho no interior da floresta. Um dos grifos, na intensão de a devorar, voa com ela de ramo em ramo, até que Hagen conseguiu escapar, ocultando-se num arbusto. Numa caverna, encontrou três princesas, filhas dos reis da Índia, de Portugal e Iserland, que também para lá tinham sido levadas pelos grifos.

Foi muito bem recebido (von in güetlich enphangen); com êle partilhavam os seus parcos alimentos que se reduziam a plantas silvestres (Wurze unt ander Krût).

Assim cresceu o príncipe, cujo ardor bélico desde cedo se revelou. Um dia encontra em um navio que dera à costa e onde iam embarcados muitos peregrinos, grande provisão de armas (setas e espadas). Consegue destruir todos os grifos, matando também um *Gabilûn* (1), cujo sangue bebeu, com o que veio a alcançar fôrça sobreümana. Com as princesas vagueia vinte e quatro dias pela floresta, até que avista uma embarcação que vinha de *Garadê,* a quem pede auxílio.

Êle e as suas companheiras são recolhidas a bordo. O comandante, que era um conde, informa-se sôbre a família a que pertenciam. E assim veio a saber que o pai de Hagen

---

K. Ak. der Wissenschaften philosophische-hist. Abteilung. CXLIX B. St. 85). Na reprodução dos outros nomes próprios, quando não haja forma portuguesa correspondente, adopto a forma do moderno alto alemão.

(1) Êste misterioso animal parece ser o camaleão que vive do ar. É o mesmo que o *gampelûn* do Parz. 383, 1. 575, 27, onde figura no elmo, escudo ou couraça de Ilinot, Bertun e dos seus amigos. Também Shakespeare. Hamlet. III. 2 fala do *chameleon's dish:* Ieat the air, promise-crammed. (Vid. Kudrun, hrg. u. erkl. von Ernst Martin. Halle a / S 1902, pág. 25).

era o monarca inimigo, com quem andava em luta, pensando por isso em o deter como refens (*Gîsel*). Receando, porém, a fôrça extraordinária do joven, que desde logo se denunciou pela arrogância, com que acolheu as ameaças do conde e mais tripulação, dirige o navio para a Irlanda, onde aportam. Em sinal de gratidão, Hagen a todos promete amparo; os pais, ao reconhecê-lo, desfazem-se em transportes de alegria e amizade, presenteando os peregrinos, que se conservam quinze dias a convite do monarca em *Baljân*. O velho Sigeband abdica a favor do filho, que se casa com a mais bela das suas antigas companheiras, Hilda da Índia. Pelas suas façanhas recebe o cognome de *Vâlant aller Künige* (1). Da união com a princesa indiana nasce uma filha, também Hilda, de nome, requestada por vários galanteadores, entre os quais um príncipe de *Wâleis,* mas Hagen a todos repudia; não quere ter como genro, quem seja mais fraco do que êle. Aos mensageiros que em nome dos seus senhores vão pedir a mão de Hilda, dá morte afrontosa.

A fama da beleza de Hilda chegou ao conhecimento do rei Hetel de Hegelingen, que a todo o transe está disposto a possuí-la. Cinco heróis, parentes e vassalos de Hetel, Wate de Stürmen, Horand e Frute (2), da Dinamarca, Morung de Nifland, Irold de Ortland, são encarregados da perigosa missão de irem buscar a princesa. É equipado magnificamente um navio, em que se ocultam 700 homens de guerra.

---

(1) *Vâlant* quere dizer demónio, isto é, todos os reis o temiam como o demónio. (Cfr. no *Fausto* de Goethe, Walpurgisnacht v. 3666: Junker Voland). Nos poetas medievais dos séculos XII e XIII é o demónio chamado *Valant, Foland* e *Volland* (Grimm, na Mithol. 943 e no Dicionário, define *Faland* por *malus genius, diabolus*).

(2) O elemento *Fruot,* que significa sábio, prudente, também entra em composição de vários nomes alemães masculinos e femininos como Frodebalt, Frodebert, Fruotmunt, Frodebalda, Frodeberta, Fruotmunta, Frodolfa (Bass. *Ob. cit.*, pág. 127).

Frute leva consigo grande provisão de mercadorias preciosas de toda a espécie.

Ao chegarem à Irlanda, fazem-se passar por gente de negócio, obsequiando o rei generosamente. A joven Hilda, desejosa de ver os hóspedes, a cuja liberalidade tantos louvores ouvira, insiste com o pai para que os honre com uma festa na côrte. No paço, onde se apresentam vestidos com o maior aparato, despertam a atenção das damas, entre as quais se destaca pelo encanto do porte e magnificência do trajo, a linda princesa. Os jovens cortesãos entregam-se a exercícios de luta. Wate, de quem o monarca inquire se no seu país também há divertimentos análogos, finge que nunca assistira ao jôgo das armas e que muito desejaria aprendê-lo. O mestre de armas e a seguir o próprio rei, reconhecem em breve a perícia do antagonista.

«... jâ waen'ich nie gesach
des junger ich sô gerne nâch solher künste waere».

confessa Hagen. Uma noite, Horand faz ouvir os seus cantos. A raínha entusiasma-se «com a mais bela melodia que saíu de bôca humana». Ao romper de alva, volta a cantar. «As aves ficam silenciosas e as pessoas que dormiam, logo despertam. A sua voz ressoava cada vez mais bela, mais alta e mais pura. O próprio rei Hagen, sentado junto da raínha, ouviu também. Deixam os aposentos e avançam para o balcão. Horand sabia para quem cantava; a joven raínha escutava-os.

«A filha do selvagem Hagen e as suas companheiras estavam sentadas e ouviam. Notaram como as aves esqueciam os seus cantos no pátio do castelo. E os heróis escutaram também o dinamarquês, que cantava com uma voz tão bela».

A influência do canto de Horand aumenta cada vez mais, acaba por fascinar a natureza inteira.

«Os animais da floresta abandonavam o pasto. Os vermes da terra que rastejam debaixo da relva, os peixes que correm sob a corrente, deixam os antros. Horand compreendia o valor da sua arte».

Por mais que cantasse, não se cansavam de o ouvir.

O padre elevava em vão a sua voz no côro; os sinos parecia não soarem tão harmoniosamente. Tudo o que ouvia Horand, se sentia arrebatado (Kudrun. Ed. de Martin. VI Âventiure — wie suoze Hôrant sanc).

Por fim, dirige-se a Hilda que se deixa vencer. Chama-o secretamente aos seus aposentos. Horand expõe-lhe o fim da viagem. A raínha dá-lhe o anel que trazia no dedo, consente em segui-lo e desposar o rei dos Frisões, contanto que a aliança que vai contrair, corresponda às exigências desmedidas do pai e o possa ouvir cantar à noite e de manhã. O cavaleiro tranqüiliza-a: «Nobre dama, o meu soberano tem doze cantores na côrte; cada um dêles é mais hábil que eu, mas a todos sobreleva o rei». (VI Avent. Est. 406).

Os estrangeiros despedem-se da côrte, pedindo como último favor, que vão admirar os ricos tesouros que têm a bordo.

O rei de bom grado acede. Quando a princesa, acompanhada das damas, sobe para o navio, inesperadamente levantam âncora e afastam-se. O monarca furioso e os seus homens de armas despedem em vão as suas setas; pensa em segui-los, mas como os navios não estão em bom estado, manda construir novos para perseguir os fugitivos que aportam a Wâleis, nos domínios de Hetel, que, prevenido do seu regresso, os vai esperar com grande séquito. Tinham juncado o solo de flores e levantado tendas de sêda, onde a raínha e as damas pudessem repousar.

Ao amanhecer do dia seguinte, Horand descortina ao longe uns navios que se aproximam da costa; numa das velas reconhece Morung o brazão de Hagen e com grande

surpresa — não o acreditariam sem o testemunho dos próprios olhos —

> Ez wolden niht gelouben die von Tenelant,
> s'n sachen'z mit ir ougen.

vêem desembarcar Hagen com um poderoso exército. Trava-se violento combate, em que Hetel é ferido pelo monarca; Wate corre a proteger o seu jovem soberano e Hagen é ferido também. A luta redobra de intensidade, torna-se geral; não tarda que Hagen, admirando o valor dos antagonistas, acabe por julgá-los dignos da sua amizade.

Hetel vem oferecer-lhe a paz, que é aceite, estabelecendo-se entre ambos estreita aliança. Wate com a sua arte maravilhosa cura os feridos, a pedido de Hilda. Enquanto duram as festas, Hagen fica na côrte de Hetel, regressando a seguir à Irlanda. A raínha pede-lhe novas da filha e das damas.

«Nunca, diz êle, poderiam ter melhor sorte e, se tivesse mais filhas, casa-las ia todas com os frisões. As damas consolam-se, porque nunca na Irlanda tiveram tão belos vestidos. De resto, acrescenta, fisemos o nosso dever e muitas armaduras foram quebradas por elas». (VIII Avent. Est. 561–562).

Da união de Hetel e Hilda nasceu Ortwin e Kudrun (1), que excede em beleza sua mãe e que é requestada por poderosos príncipes, entre os quais o rei Sigefredo (2) de Mor-

---

(1) A correspondente forma portuguesa é Gunderona. O 1.º elemento, *Gunt* (luta, batalha, guerra), é freqüente em nomes germânicos e em vários nomes portugueses antigos dessa origem, como Gundesinco, Gundulfo, Gunderico, etc. O segundo *Rûn* significa segrêdo, encanto, profecia. Figura também na port. ant. Fulderona. (Meyer Lübke. *Ob. cit.*, pág. 32–75).

(2) O primeiro elemento do al. Siegfried (port. Sigefredo), como é bem conhecido, significa vitória. Entra em muitos nomes germânicos. Em port. ant. temos Segeredo, Sigerico, Segesindo, Segemundo, etc.

land. Hetel recusa-lha e o rei retira, ameaçador. A conselho de Gerlinda (1), Hartmut da Normandia, seu filho, manda pedir a mão da formosa princesa. Não é mais feliz; a pretexto de que o pai de Hartmut, o rei Luís, recebera um feudo de Hagen, pai de Hilda, Hetel responde negativamente aos pedidos formulados pelos enviados do pretendente, cuja categoria entende ser inferior à sua. Também Herwig (2) da Zelândia aspira à mão de Kudrun. Alguns anos depois, Hartmut consegue, disfarçado, falar à sua amada, que o aconselha, para segurança da vida, a deixar quanto antes a côrte. Acedendo, regressa a Ormanîe (Normandia), mas dispõe se a raptar à fôrça a princesa dos seus encantos.

Entretanto, Herwig, com três mil homens, põe cêrco ao castelo de Hetel, onde consegue penetrar. Dá-se uma sangüinolenta batalha. Kudrun, que a ela assiste, intercede junto dos contendores, para que façam as pazes.

Aceita os protestos amorosos de Herwig e dentro dum ano acompanhá-lo há como espôsa. Sigefredo, despeitado, invade os domínios de Herwig. Hetel corre em auxílio do futuro genro, resistindo ao inimigo. Hartmut e Luís da Normandia, aproveitando-se da ausência dos heróis, com uma

---

(Lübke, pág. 41 e 57). *Sieg* é o alto al. *sigu, sigi;* gót. *sigis,* velho nord. *sigr,* velho sax, *sigi;* velho fris, *sī* (Schönfeld. Wörterbuch der altgermanischen Personen-und. Völkernamen. Heidelberg, 1911, pág. 206).

(1) Emprego a forma Gerlinda para traduzir o méd. alt. al. Gerlint mod. al. Gerlinde, por analogia com outros nomes portugueses de origem germânica, bastante vulgares, como Ermelinda, Deolinda, Teodolinda, onde o segundo elemento, que é o mesmo que aparece em *Lindwurm,* significa cobra e é muito freqüente em nomes de mulher, como Herlinde, Sigelinde, Gotelinde, Fridelinde, Idelinde, etc. (Bass. *Ob. cit.*, pág. 139).

(2) Herwic, mod. alt. al. Herwig, significa combatente dos exércitos. Herwig é masculino. A forma portuguesa feminina seria Herwiga, como também é hoje em alemão. (Cfr. Erwigo, cit. em Lübke. *Ob. cit.*, pág. 82).

poderosa esquadra marcham para o país dos *Hegelinge*, assaltam o castelo Matelâne, raptam Kudrun com as suas companheiras, ao todo sessenta e duas, entre as quais a princesa portuguesa Hildeburg (1). Hartmût ainda tentou evitar o ataque, se Kudrun acedesse a desposá-la, o que era impossível, visto ser noiva de Herwig.

A raínha Hilda manda comunicar ao marido e a Herwig o sucedido. A conselho de Wate, fazem com os mouros uma paz honrosa. O próprio Sigefredo dispõe-se a acompanhá-los na perseguição dos normandos, mas como era impossível equipar uma frota com a urgência necessária, apoderam-se dos navios dos peregrinos que se dirigiam à Terra Santa. Encontram-se com os fugitivos em *Wülpensand* e, como os tomam por cruzados, deixam-nos aproximar sem desconfiança. Logo que desembarcam, trava-se uma batalha terrível, que dura até à noite. Por fim, os frisões perceberam que com a escuridão se feriam uns aos outros. O próprio rei Hetel sucumbe aos golpes de Luís. Os normandos fazem-se ao largo com as suas cativas. Os *Hegelinge* reconhecem a impossibilidade de os seguirem, sepultam os mortos e em sua memória os parentes instituem um mosteiro da ordem dos hospitalários. O acto de hostilidade praticado para com os cruzados, colocados sob a protecção divina, foi a sua desgraça.

Ao chegar à Normandia, Kudrun é recebida pela mãe e pela irmã de Hartmut, Ortrun, que a acolhe com o maior carinho, pega-lhe nas mãos e dá-lhe o ósculo da paz. Em breve, a recepção torna-se menos cordial. Já no caminho, por ter a ousadia de responder ao rei Luís, que preferia

---

(1) Hildeburg, méd. alt. al. Hildeburc, significa a protectora da luta. O segundo elemento aparece em nomes de mulher, como Herburg, Lantburg, Notburga, Williburg, Fastburg, Folkburg, Gerberga, etc. (Bass. *Ob. cit.*, pág. 121).

a morte, a unir-se ao filho, fôra também lançada ao mar, sendo salva por Hartmut. Quando Gerlinda por seu turno avança, Kudrun afasta-se; não pode pactuar com quem aconselhara a expedição funesta. Hartmut procura em vão demovê-la dos seus propósitos, mas ela, fiel ao noivo e à memória do pai, repele-o indignada: «Sabeis bem os males que causastes com as vossas acções guerreiras. Fizestes-me prisioneira e trouxestes-me para aqui.

«Os vossos cavaleiros deram a morte a muitos dos nossos. O vosso pai matou o meu e, se eu fôsse homem, fazia-lhe o mesmo». (Kudrun, XX Avent., Est. 1032-1033).

Durante o exílio, Kudrun, enquanto o jovem rei e os normandos vão combater em países longínquos, sofre os piores tratos, que lhe são infligidos pela perversa Gerlinda. O poema refere pormenorizadamente os martírios que a infeliz, de ânimo inquebrantável, suportava. As damas, habituadas só a bordados finos, tinham agora de fiar; a princesa é obrigada aos serviços mais grosseiros: a acender o fogão, limpar o pó com os cabelos, e por fim, à neve e ao vento, lavar a roupa na praia.

Hildeburg, também filha de rei, como ela diz a Gerlinda — *ouch trouc mîn vater krône,* — deseja compartilhar da mesma sorte e assim as duas princesas durante cinco anos e meio entregam-se ao duro mister da lavagem da roupa.

Os frisões que na última batalha tinham perdido a maior parte dos homens válidos, esperam, para recomeçar a luta, que os filhos estejam em idade de pegar em armas. Ao apêlo de Hilda, acorrem os cavaleiros com as suas fôrças. Põem-se a caminho com uma frota poderosa, sob o comando de Horand.

Em Wülpensand, onde visitam os túmulos de seus pais, reúnem-se aos mouros. Os ventos do sul levam-nos à montanha magnética de *Gîvers*, situada no mar sombrio. Os marinheiros, sem se poderem desembaraçar da fôrça magné-

tica que, atraindo a pregaria dos navios, ameaça desconjuntá-los, desesperam; Wate, o *sábio*, tranqüiliza-os e narra uma lenda marítima *(wazzermaere)*, segundo a qual na montanha habita um povo feliz, rico e hospitaleiro, e aqueles que podem esperar ventos propícios, vivem na abundância com suas famílias. Como não lhes faltam provisões, convida-os a descer ao interior da montanha, mas Frute, o dinamarquês, não se mostra disposto a expor-se a novos perigos.

Já estavam pouco esperançados de seguir viagem com os navios imobilizados durante quatro dias, quando os nevoeiros se dissipam e as ondas voltam a agitar-se. Os ventos de oeste livraram-nos desta situação aflitiva.

Depois de tantos perigos, conseguem arribar à costa da Normandia, junto a uma floresta. Ortwin e Herwig prestam-se a percorrer a região, à procura da princesa, sob a promessa de que, se forem feitos prisioneiros, serão resgatados; se morrerem, serão vingados. Kudrun e a sua dedicada companheira, Hildeburg, são advertidas por um anjo que lhes aparece sob a forma de uma bela ave, da sua próxima libertação, anunciando-lhes a chegada do irmão e do noivo, acompanhados da sua gente.

No dia seguinte, as duas cativas, por ordem da raínha, voltam à praia. Vêem-se forçadas a marchar descalças, visto que a cruel Gerlinda lhes recusou os sapatos. «Era no tempo em que o inverno estava a terminar. As aves ensaiavam os seus primeiros cantos. As duas órfãs caminhavam pelo solo gelado. A despeito da sua beleza, o vento de março agitava-lhes os cabelos em desordem, nenhum abrigo as protegia da chuva e da neve». (Kudrun, XXV Avent., Est. 1218, 1219). Vêem aproximar-se num barco dois homens; envergonhadas da sua situação, fogem, mas êles, Ortwin e Herwig, chamam-nas. Depois de lhes oferecerem as capas para as protegerem do frio, o que ambas recusam, informam-se sôbre a sorte da princesa que há anos fôra raptada. Kudrun

responde que morrera de mágoa. Irrompem as lágrimas dos olhos dos cavaleiros, mas em breve a tristeza cede o lugar à alegria e ao entusiasmo. Os dois amantes reconhecem-se pelos anéis de ouro que traziam no dedo, penhor da união futura. Por vontade de Herwig, poriam logo termo à sua escravidão, mas Ortwin julga mais honroso libertá-las à mão armada, mandando-as regressar ao castelo.

Kudrun, orgulhosa por ter abraçado dois reis, não se presta mais a lavar a roupa que atira ao rio. Gerlinda repreende-as por se terem demorado tanto e resolve fazê-las flagelar. A princesa finge, a trôco do perdão, satisfazer as pretensões de Hartmut, que acolhe jubiloso esta atitude.

Prepara-se a seguir com as suas damas, com toda a magnificência. Para deixar o castelo indefeso, aconselha Hartmut a mandar mensageiros anunciarem aos seus homens a feliz notícia. Só a velha raínha, ao ver sorrir Kudrun, depois de tantos anos, pela primeira vez, pressente qualquer fatalidade. Ao romper de aurora, uma das damas vê aproximar-se da costa a armada libertadora. A sentinela anuncia a presença dos inimigos. Wate sopra na sua buzina com tal violência, que as pedras angulares do muro aluem. Os normandos são muito fracos para resistirem a todos os exércitos do norte reünidos; o castelo é tomado de assalto. Luís sucumbe aos golpes de Herwig, Harmut é feito prisioneiro com oitenta cavaleiros; os restantes são trucidados. A Gerlinda decepa Wate a cabeça; as próprias crianças não são poupadas; só escapa Ortrun, irmã de Hartmut, que sempre se mostrara bondosa para Kudrun. Os *Hegelinge* embarcam para o seu país com Kudrun e grande presa. Depois de terríveis vinganças, os dois povos reconciliam-se e muitos casamentos coroam a aventura. Ortwin casa com Ortrun; Hartmut, a quem é restituído o seu reino, desposa a fiel Hildeburg; Sigefredo, o monarca mouro, a irmã de Herwig, o qual regressa à Zelandia com Kudrun.

«Quando viram as damas reünidas, os heróis discutiram sôbre qual seria a mais bela. Acordaram então em fazer elogios a todas. Tal foi o fim da história». (Kudrun, XXX Avent.).

*
* *

Eis nas suas linhas gerais o tema da grande epopeia, onde se glorificam as mais belas virtudes, a valentia desinteressada, a fidelidade inconcussa, o sentimento de justiça inquebrantável. O carácter de Kudrun é um dos mais belos tipos que a idade média concebeu. Não é a sofredora cristã que suporta humildemente as desgraças que a atinjam: ao orgulho da sua raça sabe aliar a prudência e a astúcia que lhe facilitam a salvação, embora não consiga ocultar o íntimo júbilo que a possui. No sentido moderno, o poeta poderia pôr em conflito a atracção por Hartmut(1) que se mostra uma natureza nobre e cavaleiresca, digna, a todos os respeitos, do amor de uma mulher e a fidelidade devida ao seu noivo. Mas a cativa, retomando a dignidade perante o homem que a raptou, define a sociedade medieval por uma das suas faces mais belas. O poema acrescenta esta reflexão: «Era costume que uma mulher fosse livre na escolha do marido; assim o exigia a honra». (Kud., XX Avent., Est. 1034).

Desde o momento, em que Luís lhe assassinara o pai, tinha de odiar toda a raça normanda. Só depois de terrível

---

(1) O nome de Hartmut indica bem o seu carácter; significa pròpriamente o de ânimo forte. A palavra *hart, hard* aparece com freqüência no onomástico germânico, o que define como muitos outros nomes o feitio belicoso dos antepassados dos alemães, tão heróicos como êles na defesa da pátria. (Cfr. Bernhard, o forte urso; Gerhart, a forte lança, etc.). A irmã de Hartmut chama-se Ortrun. O primeiro elemento significa espada. Assim, o nome do irmão de Kudrun, Ortwin, pròpriamente significa amigo da espada.

vingança e de ser restituída aos seus, o coração generoso de Kudrun trasborda em manifestações de bondade; salva a vida a Hartmut, reconcilia-o com sua mãe.

Se a intriga é complicada, não faltam as situações empolgantes; pela obra perpassa o espírito de uma tragédia. Todas as figuras têm relêvo dramático. A miséria mais profunda, o sofrimento mais doloroso, a servidão mais abjecta são pintados magistralmente, e com tal arte, que o leitor pressente que uma reparação condigna será dada às duas heroínas, Kudrun e a sua dedicada companheira, a princesa portuguesa que desposa o valente soberano normando. As descrições são cheias de colorido e animação. Em poucos traços, com precisão extraordinária, representam-se as scenas mais variadas. Acompanhamos com interêsse as alternativas da luta; como Hagen e a sua côrte, também nos deixamos inebriar pelos cantos de Horand.

Com que talento maravilhoso é pintada a scena da praia, do encontro de Kudrun com os seus libertadores! Bartsch não a acha inferior ao passo da Odissea, quando Ulisses, sob a protecção de Minerva, aporta à ilha dos Pheacianos, onde os seus infortúnios devem acabar (Kudrun, Leipzig. F. A. Brockhans 1880, Introd., pág. XVIII).

CAPÍTULO II

A formação das epopeias. — Resultados da crítica contemporânea a êste respeito. — A interpretação de Guilherme Grimm na *Heldensage*. — Lachmann e as suas *Anmerkungen zu den Nibelungen und zur Klage*. — Indicação de outros trabalhos sôbre as origens dos *Nibelungen*: de Müllenhof, Kettner, Müller, Wilmann. — Aplicação do método de Lachmann ao estudo das origens de *Kudrun*. — Doutrinas sôbre o assunto: de Ett. Müller, Müllenhof, Panzer, Willmann. — Elementos que o estudo das sagas escandinavas nos fornece para a determinação das fontes do poema, sobretudo na parte referente à história de Hilda. — A *Edda* de Snorri. — A narrativa de Saxo

Grammaticus. — Vestígios da lenda de Hilda nos anglo-saxões. — O poema de Alexandre, do cura Lamprecht. — O romance do século XII *Salomo* e *Morolf*. — A narrativa do duque Ernesto, como uma das fontes de *Kudrun*, no passo relativo ao rapto das princesas pelos grifos. — Fundo popular de alguns episódios do poema. — Indicação de outras influências.

A simples leitura do poema mostra à evidência que se compõe, na realidade, de três partes fracamente ligadas entre si. A primeira tem por herói o rei da Irlanda, Hagen; a segunda narra os esponsais de Hetel e Hilda; a terceira, a mais importante e que contém o que há de mais humano na epopeia, representando sentimentos quási modernos, dá-nos a história de Kudrun. Não me compete o estudo complexo das origens da obra, limitando-me a apresentar os resultados da crítica contemporânea.

Longe vai a época em que se julgavam as religiões invenção dos padres para explorarem a credulidade pública, em que se admitia que as sociedades tinham por origem um contrato, que as línguas eram resultado de combinações reflectidas, admitindo-se também que todo o poema épico era necessàriamente obra individual de um poeta mais ou menos inspirado que soubera idealizar um facto, pedido à história ou à sua própria imaginação. Não se fazia a mínima idea do carácter da poesia instintiva, dêsse poder de composição colectiva que deu origem às tradições épicas. As lendas heróicas não se podem atribuir à acção individual, reflectida dos grandes homens; são criações anónimas dos povos que fundem as lembranças dos feitos da vida nacional, com as lendas dos deuses e as narrativas mitológicas, que na sua forma primitiva traduziam a impressão que ao espírito do homem produziram os fenómenos da natureza e que muitas vezes, sob a acção de ideas teológicas, representam a divinização dos heróis que, engrandecidos pela imaginação e pela vaidade nacional, se tornam seres sobrenaturais, deuses.

A imaginação popular confunde assim os elementos míticos e históricos numa *saga*, na tradição tão intimamente, que a erudição mais sagaz não é capaz de destrinçar. As crenças religiosas e as lembranças históricas, isto é, os elementos humanos e divinos, mantêm-se vivos na alma popular, cujo entusiasmo místico e nacional tem expressão na epopeia. Até a forma épica não é pròpriamente individual, nem a externa, o metro, que, como é sabido, aparece nos lugares mais afastados e nas épocas mais distantes; nem a interna, a expressão, que surge nas mais variadas composições.

Por êste critério de interpretação não se deve compreender que o povo inteiro, ou pelo menos uma grande parte, trabalhou na elaboração definitiva das epopeias, na forma que as conhecemos. É claro que há a entrar em linha de conta com o poeta, na ordenação dos ricos materiais que se lhe ofereciam, na redacção livre dos episódios que a tradição lhe proporcionava.

Convém, por outro lado, não esquecer que as composições heróicas que recordam a glória dos antepassados, representam o ideal colectivo e, nesse sentido, os poetas populares que as reproduziam oralmente nas côrtes dos príncipes, dos senhores, ou nas ruas, não faziam mais que exprimir o sentimento nacional.

Daí vem que não é possível determinar as circunstâncias pessoais nem sequer o nome desses cantores que nas suas composições celebravam os grandes acontecimentos históricos. Como era de prever, os cantos populares, transmitidos de geração em geração, sofriam inúmeras transformações: quanto mais remotas eram as tradições míticas e históricas, maiores eram as alterações que os caracteres individuais e os diferentes motivos sofriam de harmonia com a cultura e a moral da época; episódios lendários perdem-se ou alteram-se; outros novos se acrescentam. Pela influência de uma cultura estrangeira que interrompeu a marcha da

organização nacional, a epopeia e as lendas heróicas definhavam; as classes mais elevadas imitando os modêlos estrangeiros, abandonavam as tradições; até mesmo a fixação da escrita prejudicava a graça, simplicidade e entusiasmo das ficções populares que pouco a pouco tomavam uma forma grosseira, até se obliterarem por completo.

Tal é a traços largos a história das lendas heróicas e da epopeia, como foi explicada por Guilherme Grimm em *Die deutsche Heldensage* (1). Lachmann, nas suas *Anmerkungen*

---

(1) Sôbre o assunto, consulte-se *Zur Geschichte der Nibelunge Not*, Braunschweig 1855, de Müllenhof, que reconheceu nas dez primeiras canções de Lachmann três grupos, cada um dos quais constituía um cancioneiro, o mesmo sucedendo com as canções da segunda parte. O poema formou-se pela junção dessas várias peças, que pouco a pouco foi levada a efeito por diferentes autores. Kettner agrupou as vinte canções de Lachmann em cinco livros; a lenda de Sigefredo baseia-se em dois, a de *Nibelunge Not* em três. O poeta juntou essas composições poéticas, elaborando o poema (*Die österreichische Nibelungendichtung*, Berlin 1897). W. Müller distingue na lenda de Sigefredo e dos *Nibelungen* oito partes, cada uma das quais constitui o assunto de cantos particulares: o nascimento de Sigefredo; a luta do dragão; a libertação de Brunilda; Sigefredo e Cremilda; a expedição de Sigefredo e Gunther, à Islândia; a rivalidade das duas raínhas e a morte de Sigefredo; a união de Cremilda com Etzel (Átila); a catástrofe final. (*Uber die Lieder von den Nibelungen.* Göttingen, 1845). Wilmann vê na epopeia a fusão de composições poéticas anteriores que expunham o mesmo assunto sob formas diferentes.

Assim, na *Edda* há três canções que tratam da morte de Sigurd e duas canções de Atli; no século XIII a *Völsungasaga*, baseada nessas composições, apresenta uma narrativa mais ordenada da lenda. O mesmo sucede com a epopeia germânica. A *Nibelunge Not* reúne quatro composições épicas que Wilmann indica, segundo o nome da personagem dominante: Rüdeger, Dietrich, Dankwart e Iring. (*Beiträge zur Erklärung und zur Geschichte des Nibelungenliedes.* Halle 1877. Uma rica bibliografia sôbre o *Nibelungenlied*, dá Th. Abeling em *Das Nibelungenlied und seine Literatur.* Leipzig 1907. Vid. também R. C. Boers, *Untersuchungen über den Ursprung und die Entwickelung der Nibelungensage*, 3 vols., Halle 1906–1908).

zu den Nibelungen und zur Klage, pretende que a *Niebelunge Not* não é a obra genial dum poeta inspirado que se limitou a reünir com certa habilidade vinte contos antigos, conservados pela tradição popular, distribuindo-os por trinta e nove aventuras. Pretendeu distinguir no poema as estrofes enérgicas e realmente belas dos cantos primitivos e outras banais e vulgares, simples interpolações destinadas a ligar entre si as partes mais antigas. O sistema de Lachmann, que apareceu em 1816, encontrou contraditores enérgicos, que pormenorizadamente examinaram todas as provas citadas pelo grande crítico. Pondo de parte a exposição dessas investigações minuciosas da erudição, feitas com a profundeza característica dos sábios alemães, devo no entanto referir que se reconheceu a impossibilidade de destrinçar com segurança os cantos primitivos das interpolações posteriores, de classificar exactamente as estrofes segundo a origem, emfim, que se o conjunto do poema não revela um grande poeta, pelo menos denuncia o pensamento pessoal dum autor que dispôs segundo um plano os episódios que lhe dava a tradição.

As mesmas questões, suscitadas pela crítica de Lachmann, surgem no estudo da Kudrun. O que pertence ao poeta; o que pertence às fontes por êle aproveitadas? Em volta dêstes intrincados problemas, mostra-se a mesma divergência de opiniões. A primeira tentativa de aplicação do método de Lachmann ao poema de Kudrun, foi a de Ettmüller em 1841, que, apoiado apenas em caracteres exteriores, procurou dividir o poema nas partes que o constituíam, não conseguindo, porém, explicar a sua ligação. (*Gudrunlieder nebst einem Wörterbuch*. Zürich und Winterthur). Com outra profundeza versou Müllenhof o assunto em 1845; de 1705 estrofes só reconheceu 414 como primitivas; procurou reconstituir na obra dois poemas, o de Hilda e de Kudrun (*Kudrun, die ecten Teile des Gedichtes*. Kiel 1845). Panzer, pelo contrário,

admite a completa unidade da obra e em todas as estrofes reconhece o mesmo trabalho estilístico e literário, referindo as duas sagas ao mesmo fundo (*Hilde-Gudrun, eine sagen--und litterargeschichtliche Untersuchung.* Halle 1901); Wilmann admite na Kudrun duas composições diferentes (*Die Entwickelung der Kudrundichter*, Halle 1873); segundo Kettner, a composição original, muito menor que a actual, regulando aproximadamente por metade, fôra continuada segundo o modêlo dos *Nibelungen.* (*Uber das Verhältniss zwischen Nibelungenlied und Gudrun* in *der Zeitsch. für deut. Philol.* Band 23, pág. 145 e seg.). O conter a Kudrun 99 estrofes puras dos *Nibelungen,* indica certamente um colaborador posterior. No estado actual da questão, ainda não se chegou a conclusões definitivas, devendo limitar-nos a admitir que o poema fôra elaborado segundo outro de carácter popular de algum menestrel do século XII que nêle reüniu as duas *sagas* de Hilda e Kudrun, tendo-lhe sido acrescentada a narrativa introdutória, o final, além de numerosas interpolações e modificações. A fonte do poema, na parte referente à história de Hilda, é mais fácil de determinar pelo estudo das *sagas* escandinavas. Na *Edda*(1) em prosa do irlandês

(1) Sob o nome de *Edda* conhecem-se duas escritas na língua que se falava na Islândia na idade média: a atribuída a Soemund, que é uma colecção de composições em verso, sendo hoje aceite que êle não fêz mais que recolher os cantos, as poesias e as tradições duma época bastante remota e conservadas na memória do povo, e a narrativa em prosa atribuída a Snorri-Sturluson, onde figura uma colecção de regras poéticas e de exemplos de poesia, o *Skâldskaparmal,* que tinha por fim ensinar a arte dos escaldas aos jovens desejosos de aprender a celebrar as antigas tradições religiosas e heróicas, património inteleçtual da nação. Snorri-Sturluson instruíu-se na escola latina, fundada pelo erudito Soemund em Oddi; é o autor do *Heimskringla*, a grande história do norte. Das trinta e sete peças da Edda, cujo manuscrito mais antigo, o *Codex regius* foi encontrado em 1643 pelo bispo de Skalholt na Islândia, Bryn-

Snorri Sturluson no *Skâldskaparmal* (apud. Grimm Deutsche Heldensage, pág. 327) cita-se o seguinte passo. «O rei

---

jolf Swendsen que nele inscreveu como autor Soemund — *Edda Soemundar hinns frôda*—, dezasseis são consagradas às tradições da mitologia escandinava, às *Göttersagen:* vinte e uma contém sagas heroicas *Heldensagen,* das quais quinze se referem às personagens e aos acontecimentos dos *Nibelungen.*

O 1.º canto, relativo à tradição épica de Sigurd, intitula-se *Sigurðarkviða Fafnisbana fyrsta* e da *Grípisspá*, isto é, o primeiro canto de Sigurd, vencedor de Fafnir e as predições de Gripir que lhe revela o seu destino. É por assim dizer um resumo rápido de toda a saga. O canto de Sigurdrifa *(Sigrdífumál)* mostra-nos Sigurd, dirigindo-se depois da vitória sôbre o dragão para o país dos francos. O 3.º canto de Sigurd, vencedor de Fafnir, *(Sigurðarkviða Fafnisbana thriðja)* refere a conquista de Brunilda por Sigurd para Gunnar; pinta o amor persistente de Brunilda, o seu ciume que se traduz no desejo de aniquilar o seu apaixonado, induzindo a isso Gunnar, mas sendo o herói assassinado pelo irmão mais novo dêste, Guthorm, quando Sigurd repousava ao lado de Gudrun. O trecho, *Brot af Brynhildarkviðu,* fragmento de um canto de Brunilda, refere também a morte de Sigurd. O canto, intitulado *Helreið Brynhildar,* não acrescenta nenhum facto novo importante. O 1.º canto de Gudrun, *Guðrunarkviða fyrsta,* é um dos mais belos; pinta com elevação extraordinária a dor de Gudrun, depois da morte do esposo. A narrativa em prosa, *Drap Niflunga,* a morte dos Niflungen, é o resumo rápido de todos os acontecimentos que se seguiram à morte de Sigurd. O 2.º canto de Gudrun — *Guðrunarkviða aennur* —, refere a narrativa que a viuva de Sigurd faz das suas dores ao rei Thiðrek, exilado junto de Atli. O 3.º canto *Guðrunarkviða hriðja* tem a particularidade de apresentar Herkia, não como mulher de Atila, como nos Niebelungen, mas como sua amante, acusando por ciume Gudrun de ter ligações ilícitas com Thiðrek. A lamentação de Oddrun, *Oddrúnargrátr*, é na opinião dos críticos, uma composição relativamente recente. Relata a vingança que Atli exerce sôbre os Niflungen, por Gunnar ter seduzido Oddrun, sua irmã. Os dois cantos seguintes, Atlakvida e Atlamal referem ambos os mesmos acontecimentos, análogos aos da segunda parte da Nibelunge Not, com a diferença que é Gudrun e não Atila que provoca a morte dos irmãos, para vingar a morte do matido. O canto intitulado *Gudrunarhvaet* parece estranho à tradição primitiva (Cfr.

Högni tinha uma filha, Hilda, que fôra raptada por Heđin, filho de Hiarrandi, durante a ausência do pai que tinha ido assistir à assembleia dos reis. Ao saber que o seu território fôra invadido e a filha raptada, marchou com um grande exército, em perseguição de Heđin, recebendo a notícia de que êle navegara para o norte, ao longo da costa. Högni, ao chegar à Noruega, foi informado de que os fugitivos tinham passado às Órcadas e ao aportar à ilha Haey, (a actual Hoy, a ilha das Órcadas situada mais a oeste) encontrou Hedin com a sua gente. Hilda correu para o pai e ofereceu-lhe em nome de Heđin um colar como penhor de amizade, acrescentando que de contrário lhe daria combate, não tendo a esperar qualquer benevolência. Högni respondeu àsperaramente, em virtude do que ambos os contendores se prepararam para a luta. Heđin, porém, chamou de novo o sogro e ofereceu-lhe a paz e muito dinheiro, como indemnização. Högni respondeu: — A tua proposta vem demasiado tarde; já desembainhei a minha espada *Dáinsleif* que foi forjada pelos anões. Todas as vezes que sai da bainha, traz a morte a um homem; os seus golpes nunca falham, as feridas que faz nunca saram.

«Heđin replicou: Orgulhas-te da tua espada, mas não da victória; eu chamo boa à espada que é fiel ao dono», Então começou a batalha que se chama *Hiađningawig* (luta dos Hiađninge).

«Combateram todo o dia; à noite retiraram-se para os seus navios. De noite, Hilda despertou por poder mágico todos os homens que tinham sucumbido na véspera. Na manhã seguinte, marcharam os reis novamente para terra e combateram e com êles todos os que no dia anterior tinham

---

Müllenhof *Deutsche Altertumskunde* V. B. 1807, pág. 157-301) Vid. também *Edda* I, *Heldendichtung. Edda* II, *Götterdichtung und Spruchdichtung*, übertragen von Felix Genzmer. Eugen Diederich. Jena, 1914.

caído no campo da batalha. Assim continuou a luta, um dia após outro; todos os homens e também as armaduras se toravam em pedra. Mas ao amanhecer, os monstros resuscitavam e combatiam e assim se diz nos cantos, continuará até ao crepúsculo dos deuses».

A *Snorra Edda* reproduz a seguir um trecho da Drâpa, a poesia do escalda Bragi, anterior aos meados do século IX, em louvor de Ragnar Lodbrôk, em que é referida a luta entre Högni e Heđin. Descreve-se ali um escudo, onde estava representado o combate entre Högni e Heđin, no qual Hilda, a que curava as feridas, apresentava o colar ao pai, mas a quem desejava a morte.

O rapto de Hilda durante a ausência do pai corresponde perfeitamente ao de Kudrun pelos normandos no poema alemão, com os quais Hetel travou o violento combate de *Wülpensand*. O destino de Kudrun é a repetição do de Hilda sua mãe, não sendo por isso de extranhar que os nomes dos combatentes da saga escandinava reapareçam no poema; que ambas as narrativas do rapto coincidam. Na lenda nórdica é evidente o carácter mítico que não aparece nas epopeias alemãs. A luta eterna dos mortos que resuscitam por encanto é um símbolo existente em todas as mitologias, da alternativa da primavera e do inverno, da luz e da noite que só termina com a destruição da terra no crepúsculo dos deuses (1).

---

(1) No *Sörladáttr* islandês do século XIV (impresso nos *Fournaldar* Sögur Nordranda 1829) o carácter mítico da luta entre Heđin e Högni mostra-se com evidência intervindo na acção deuses nórdicos. Freya, a amada de Odin, conseguiu o precioso colar *Brísingamen*, entregando-o aos seus possuidores, os anões. Odin encarregou Loki de lho roubar, restituindo-o porém, caso ela se comprometa a incitar dois poderosos reis para uma luta irreconciliável que só terminará, quando um cavaleiro cristão aniquile ambos os antagonistas. Levado a isso por uma mulher da floresta, *Göndul*, (nome de uma valquíria) Heđin, filho do rei Hiarrandi de Serkland, (terra dos sarracenos) estabeleceu com Högni, rei da Dinamarca

Na narrativa do historiador dinamarquês Saxo Gramaticus, (ed. de P. E. Müller, pág. 238–242) refere-se que no

---

é de Ostland (Rússia) íntima aliança. Na ausência de Högni, Göndul apareceu de novo a Heđin que estava governando o reino. Depois de lhe dar uma bebida que o fez esquecer de tudo, induziu-o a raptar a filha de Högni, *Hild* e a lançar a mãe da mesma para debaixo do navio, quando êste se fizesse ao mar. Com nova beberagem, que lhe é ministrada, volta a ter consciência do sucedido, o que o coloca em indizível desespero. Högni corre em perseguição de Heđin e encontra-o na ilha de Há. Em vão, procura Heđin reconciliar-se com Högni. A luta, a que Hilda assiste de um bosque, começa com violência e nela tomam parte as forças dos contendores, mas os guerreiros, que sucubem, levantam-se e renovam o combate, Depois de 143 anos, aportou à ilha Há o rei Olaf. Todas as noites lhe desapareciam as sentinelas, até que Ivár Ljóni saíu para o campo. Encontrou banhado em sangue Heđin que o incita a matar Högni pelas costas e a seguir todos os restantes, e por último êle próprio. De manhã, desapareceram todos os vestígios da luta.

Apesar da feição romantica — cristã, nos seus traços principais vê-se a correspondência da lenda com Snorri e Saxo, e o fundo mítico. Hilda é nome de valquíria e significava originalmente luta; no *Hildebrandslied* os heróis marcham para a luta *zu der hiltju* e na segunda canção da Edda de Helgi a Hundigtöter, diz Helgi a Sigrun que a pedido da mesma a raptou ao pai e a um ontro pretendente: «tu foste para nós Hilda».

Outros mitos nórdicos referem a luta do deus da luz, *Heimdall*, origem de tudo o que começa e se transforma com Loki, o que tudo termina e aniquila, conseguindo apoderar-se do colar (o sol) que êste roubara a *Frigg*, deusa do céu. Müllenhof na Zeit. f. deut. Alt. 30, 228 e seg. 258 interpretou a lenda de Hilda como a poetização do mito do colar, de que se encontram vestígios no *Beowulf*, onde se alude ao roubo dos *Brosinga men* por Hama (Heime). Entre outros, Klee (zur Hildesage. Leipzig 1873) considera a lenda de Kudrun como uma repetição da lenda de Hilda, com aditamentos, eutre os quais o de mais um galanteador, pois Kudrun tem três pretendentes: Sigefredo de Morlant, Hartmut da Normandia e Herwig da Zelandia. Jacob Grimm (Lat. Gedichte des X und XI Jahrhunderts pág. 384 e seg.) mostrou a relação que existe entre a Hedinsage e a lenda de Walther e Hildegunda que é o assunto do poema latino do século x, com êste título do monge de S. Gall, Eckhart, tradução certamente dum texto alemão. O exílio de Hildegunda, a filha do rei Herrich

tempo de Frotho III, o famoso rei dinamarquês (é o Fruote da Kudrun alemã), Hithinus, um rei norueguês e Hilda, a filha de Hoginus, rei dos Jutas, se tinham amado loucamente, antes de se terem visto.

Quando se viram pela primeira vez, não puderam afastar

---

da Borgonha *pulcherrima gema parentum*, que fôra dada como refem ao rei Áttila, a sua fuga com Walther, filho do rei da Aquitânia, também entregue ao poderoso rei da Panónia, lembra o rapto de Hilda por Hedin. Também aparece nas duas lendas a mesma personagem, Hagen, (Högni) embora a situação não seja a mesma. Numa, é o pai que procura fazer valer junto do sedutor os seus direitos paternos; na outra, Hagen, incitado pelo rei Gunther, desejoso de possuir o tesouro que os fugitivos tinham subtraído aos reis hunos, não se pode recusar a combater o seu amigo de infância, para vingar a honra dos francos que cairam um a um dizimados pela espada invencível de Walther.

Na *Thidreksaga*, aparece outra versão da lenda, cujo herói è Herbut. Herburt, filho da irmã de Dietrich de Bern, (Verona) recebe dêste o encargo de conseguir para êle a mão de Hilda, a filha do rei Artur de Bertangenland. É recebido rudemente pelo monarca, mas consegue aproximar-se da princesa, apesar da vigilância que sôbre ela exercem. Na igreja, desperta a atenção de Hilda, fazendo correr adiante da mesma um rato dourado e a seguir outro prateado. Entra ao serviço da princesa, a quem dá conta da sua missão, pedindo-lhe ela para pintar na parede o retrato de Dietrich. Acha-o tão feio que aconselha Herburt a atraiçoar o seu senhor e a fugir consigo. Êle assim faz e mata Hermann e outros cavaleiros do rei que o perseguem (Martin. *Ob. cit*. Einl. L III). Também no poema heróico, *Biterolf*, composto no gosto dos romances de cavalaria e cujo heroi é um rei de Toledo que abandonou o seu país, dirigindo-se à corte de Etzel, para verificar se seria o soberano mais poderoso do mundo, figura num grande torneio, às portas de Worms, Herbort da Dinamarca, ao lado de Gunther, contra Teodórico. Ali se diz que Herburt raptou Hildeburg e que teve para isso de lutar contra o pai da mesma, o rei Luís da Normandia e o irmão Hartmut, tendo também morto um gigante e além disso Goltwart e Soewart. Herbort é comparável a Herwig; os seus antagonistas, Luís e Hartmut, aparecem também na Kudrun, assim como a heroina Hildeburg que no poema alemão figura como princesa, não da Normandia, mas de Portugal.

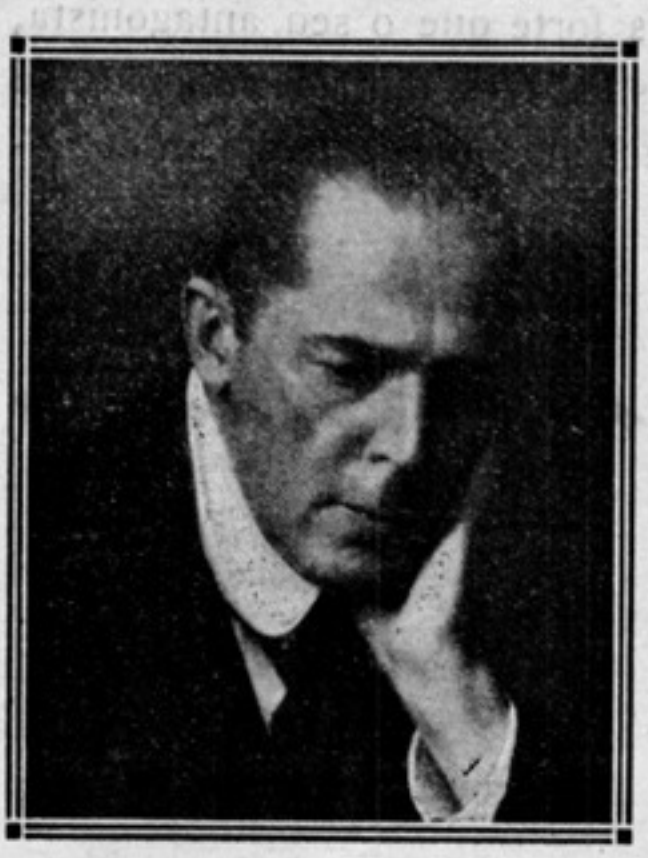
os olhos um do outro, tão violenta era a sua paixão. No fim do inverno, Hithinus e Hoginus partem ambos para uma expedição guerreira, depois de jurarem mùtuamente que aquela que sobreviver vingará a morte do outro.

Hithinus recebe de Hoginus a sua filha em casamento. Passado algum tempo, insinuam a Hoginus que o genro tivera relações ilícitas com a filha antes dos esponsais. Dá crédito à calúnia e ataca Hithinus, mas é vencido, fugindo para a Jutlandia. Frotho procura reconciliá-los sem resultado; Hoginus exige que a filha lhe seja entregue. Combatem os dois em duelo. Hoginus, mais forte que o seu antagonista, vence-o e certamente Hithinus lhe teria morrido às mãos, se o encanto da sua juventude e beleza o não tivessem comovido, poupando-lhe a vida.

(Continua). Gustavo Barroso

ESCULTURAS HINDUS EM PORTUGAL

Quem quiser estudar as primeiras relações sôbre a Índia, recentemente descoberta, e a Europa tem de vir a Portugal.



E. A. VORETZSCH
Ministro da Alemanha em Lisboa

Na Biblioteca da Ajuda, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, na Biblioteca da Academia das Sciências, encontram-se numerosos manuscritos, descrições inéditas e valiosas publicações.

Documentos hindus não restam muitos. Salvaram-se, contudo, algumas pedras com inscrições e algumas esculturas.

O que tem atraído a atenção dos sábios, tem sido principalmente as duas pedras, que guarnecem os jardins da casa de D. João de Castro, em Sintra, perto de Lisboa, antiga residência de verão dos reis de Portugal. Ests. I e II.

D. João de Castro nasceu em Lisboa, em 1500. Foi um homem notável, que se elevou acima da média dos seus contemporâneos. Foi discípulo do célebre matemático Pedro Nunes e dedicou-se com entusiasmo às humanidades. Ainda muito novo, distinguiu-se nos campos de batalha contra os

mouros, e foi um dos cavaleiros que acompanharam Carlos V a Túnis. Em 1538 foi nomeado capitão das naus reais que foram enviadas à Índia. Nesse mesmo ano acompanhou o Vice-Rei Nuno da Cunha na sua viagem de Goa, a residência, para Diu, no extremo sul da península de Kathiawar, a fim de fazer levantar o cêrco desta praça. Na sua viagem visitou o Templo da Ilha de Elefanta, escavado na rocha, e o mosteiro de Kanheri, como êle próprio diz no seu roteiro de viagem intitulado «Primeiro Roteiro da Costa da Índia, desde Goa até Diu». Nos começos de 1541 saíu com o Governador D. Estêvão da Gama, de Goa para Suez, onde tentaram debalde incendiar a frota turca. Em 1542 regressou D. João de Castro a Portugal.

Nesse mesmo ano fez construir, perto de Lisboa, nos encantadores montes de Sintra, numa pequena quinta, na colina chamada Crista da Fonte de El-Rei, uma casa sumptuosa, a Penha Verde. Nos jardins há uma capela com a seguinte inscrição:

IOANES CASTRẼSIS CV̄ XX ANNOS IN DVRISIMIS BELLIS IN VTRAQ MAVRITANIA PRO CHRISTI RELIGIONE CON SVMPSISSET ET IN ILLA CLARISSIMA TVNETIS EXPVGNATIONE INTERFVISSET ATQ TANDEM SINVS ARABICI LITORA ET OMNES INDIAE ORAS NŌ MODO LVSTRASSET SED LITERARV̄ ETIĀ MONIMENTES MANDAVISSET: CHRISTI NVMI NE SALVVS DOMV̄ REDIENS. VIRGINI MATRI FANV̄ EX VOTO DEDICAVIT
1542

Trad.: «João de Castro, depois de vinte annos de combates violentíssimos nos dois reinos da Mauritânia, na defesa da fé cristã, tendo tomado parte naquela célebre conquista de Túnis, e finalmente não só tendo visitado as costas do gôlfo da Arábia e da Índia, como também tendo enviado monumentos literários desta: regressado felizmente à pátria, com

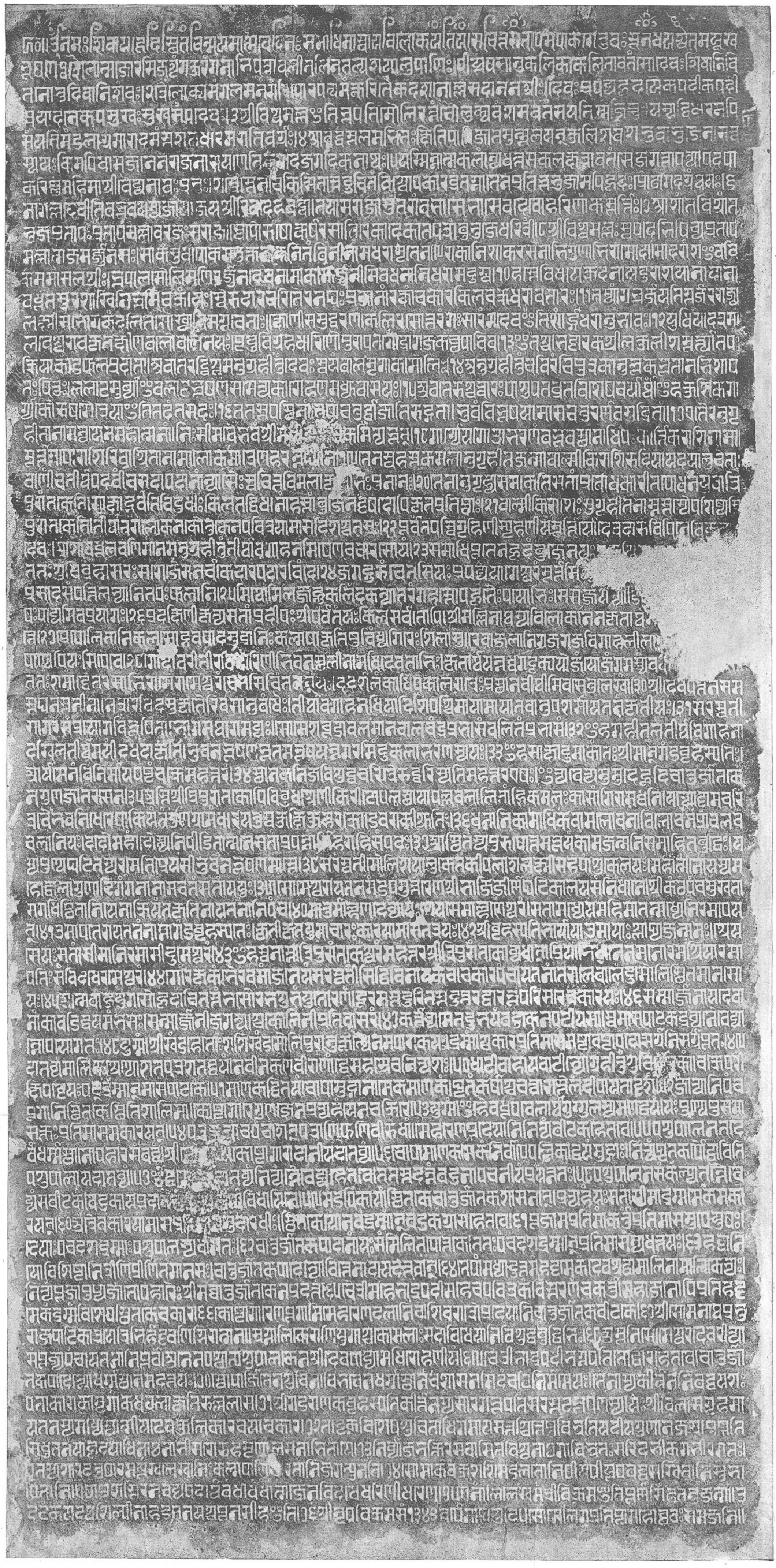
a protecção de Cristo, dedicou em cumprimento duma promessa êste santuário à Virgem Mãe.

1542».

Por esta inscrição se vê que D. João de Castro, durante a sua estada na Índia, mandou para a sua terra «monumentos dos escritos hindus» e é muito provável que entre êles viessem as pedras que hoje se encontram em Sintra, talvez obtidas na viagem de Goa a Diu. Ao todo são 4 lápides, que encimam colunas de pedra que estão defronte uma das outras, duas a duas, no caminho da mencionada ermida da Senhora do Monte. Duas delas contêm «Monimentes Literarum».

Em 1545 foi D. João de Castro nomeado Governador da Índia. Durante o seu govêrno deu-se o segundo cêrco de Diu pelo Rei do Guzerate e o seu levantamento em 1546. Ao comunicar ao seu Rei esta vitória retumbante, onde com 2.000 homens derrotou «20.000 turcos, árabes, abissínios e *radschputs* e 40.000 *gudscharades*», — a maior vitória que jámais se vira no Oriente, — solicitava apenas uma recompensa: «o souto de castanheiros que V. M. possui nos montes de Sintra, junto da Fonte de El-Rei, na vizinhança da minha quinta... pode valer 10 ou 12 mil réis, mas para mim vale muitos milhares de cruzados» (1). O seu pedido foi satisfeito. Desde essa data pertence à Penha Verde a colina entre o jardim da casa e Seteais. O pensamento na Penha Verde acompanhava o pelo Oriente, como consta das cartas que os seus amigos daqui lhe dirigiam. «O Infante Dom Luís» escreve-lhe um dêstes, «para imitar V. M. cortou tôdas as laranjeiras e limoeiros, que tinha em Salvaterra; mas por mais que faça jàmais conseguirá que Salvaterra se possa

(1) *O Instituto*, Coimbra, 1854-74. Carta de D. João de Castro a El-Rei D. João III, de Goa, 16 de Dezembro de 1546.



FAC-SÍMILE DA INSCRIÇÃO LAPIDAR EXISTENTE NA «PENHA VERDE» (REDUZIDO)

comparar com aquela penha, em cuja plataforma se encontra a Nossa Senhora e donde se avista o Cabo Finisterra» (1).

Êsse paraíso de Sintra, construído com tanto amor e requintado gôsto, jàmais devia tornar a vê-lo. Devido ao cansaço proveniente dos esforços dispendidos, adoeceu com uma febre que o levou à sepultura, falecendo em Goa em 6 de Junho de 1548, pouco depois de lhe ter sido concedido o título de Vice-Rei.

Desprendida e modestamente como viveu, assim morreu, como homem pobre. Todos os presentes que lhe eram enviados entregava-os ao Tesouro Público.

O seu neto D. Francisco de Castro transladou os seus ossos para sumptuoso mausuléu de família, por êle construído para os seus grandes avós, no convento dos dominicanos, em S. Domingos de Bemfica.

Pelo que respeita às pedras, foram pela primeira vez mencionadas por James Murphy no seu livro *Travels in Portugal* (London, 1795).

Murphy copiou e reproduziu no seu livro a pedra representada na gravura I. A pedra veiu dum templo de Somnath-Patane, em Kathiawar, perto de Diu, e a inscrição refere-se a ofertas para o templo e é datada de 1287 da era cristã *(vaghela Sarangadeva)*. Esta pedra, apenas pouco estragada, é de uma espécie de mármore preto, regularmente talhada, medindo 0,57 × 1,10 m.; é uma bela peça pelo que toca à pedra em si e à beleza da escrita; o seu valor histórico não é grande. O Conselheiro Professor Dr. Hultzsch teve a amabilidade de me comunicar o seguinte:

Em 1879 fêz Burgess uma reprodução reduzida da chapa

---

(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. *Colecção de S. Lourenço*, tômo IV, f. 83. Carta de Pero Leitão a D. João de Castro, de Lisboa, 15 de Março de 1547 (original).

de Murphy, nas suas *Notes on Buddha Rock Temples of Ajanta,* etc. (*Arch. Survey of Western India*, n.º 9), juntamente com a transcrição do Pandit Bhagvanlal Indraji. O Pandit foi o primeiro que demonstrou, pelo conteúdo da inscrição, que a pedra veiu para Sintra do pôrto hindustano do Veraval, na península de Kathiawar.

Buehler reproduziu a inscrição na *Epigraphia Indica*, vol. I, pág. 271 e seg., segundo um decalque que lhe cedeu o Professor G. de Vasconcelos Abreu em Lisboa.

Nas *Inscrições Indianas em Cintra,* por J. H. de Moura, encontra-se uma transcrição independente, assim como uma tradução em gudjarate, sendo esta última feita pelo decalque do Professor G. de Vasconcelos Abreu, do Pandit Hirgy Ramgy em Diu, e uma tradução portuguesa tirada da tradução guajarateana (Apêndice, pág. 241-254 e 176-195).

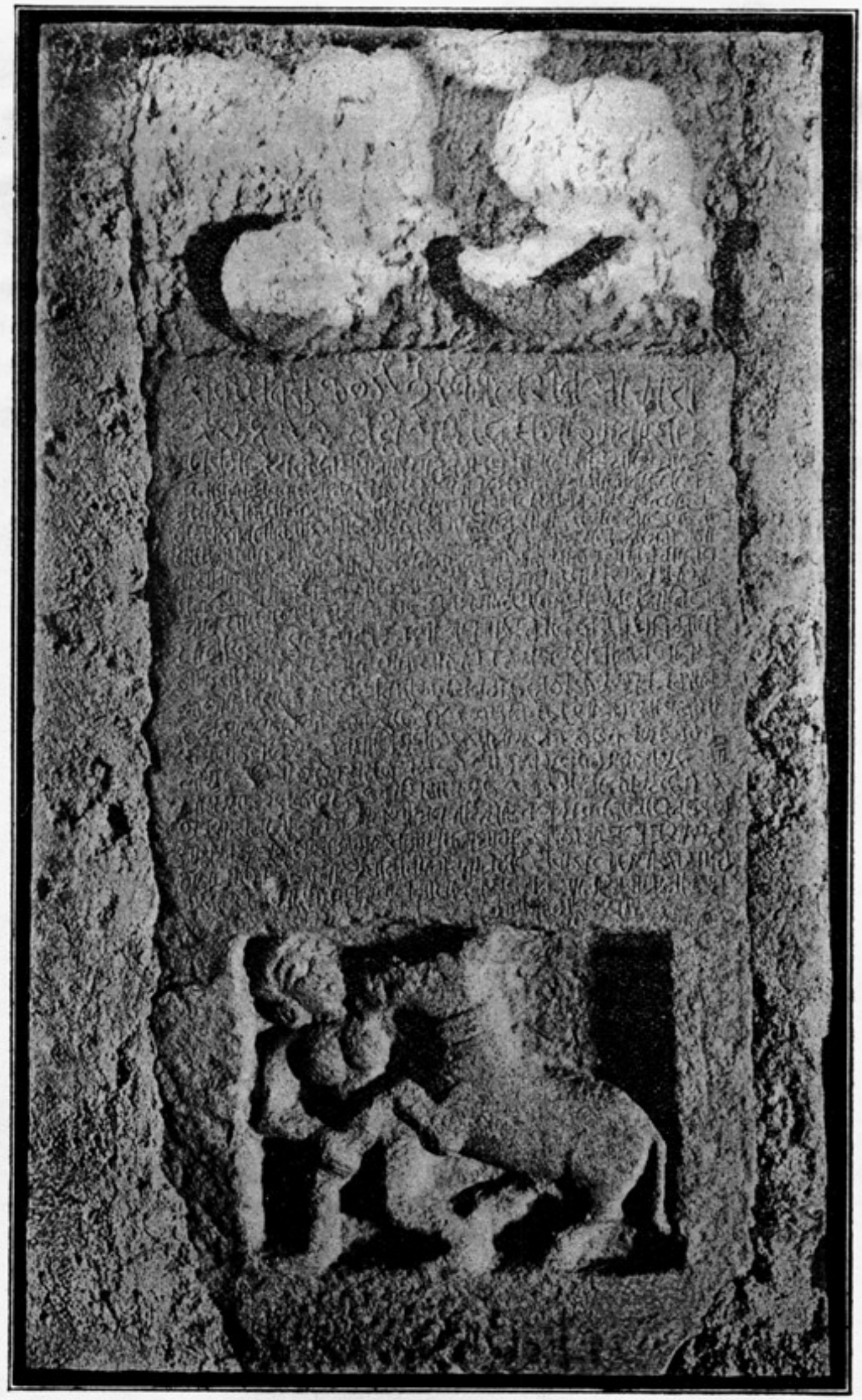
O professor Dr. Hultzsch notou nas transcrições cuidadosas e exactas de Buehler algumas incorrecções nas linhas 8, 15, 27, 36, 38, 43, 44, 47, 54 e 65, sôbre que tenciona falar numa memória em honra do Professor Dr. Jacoby.

O capitel da coluna, em que está embutida esta pedra, tem pouco mais ou menos a forma de fruto e poderia tomar-se por um *phallus* singularmente embelezado (altura, 34 cm. × 54 cm.

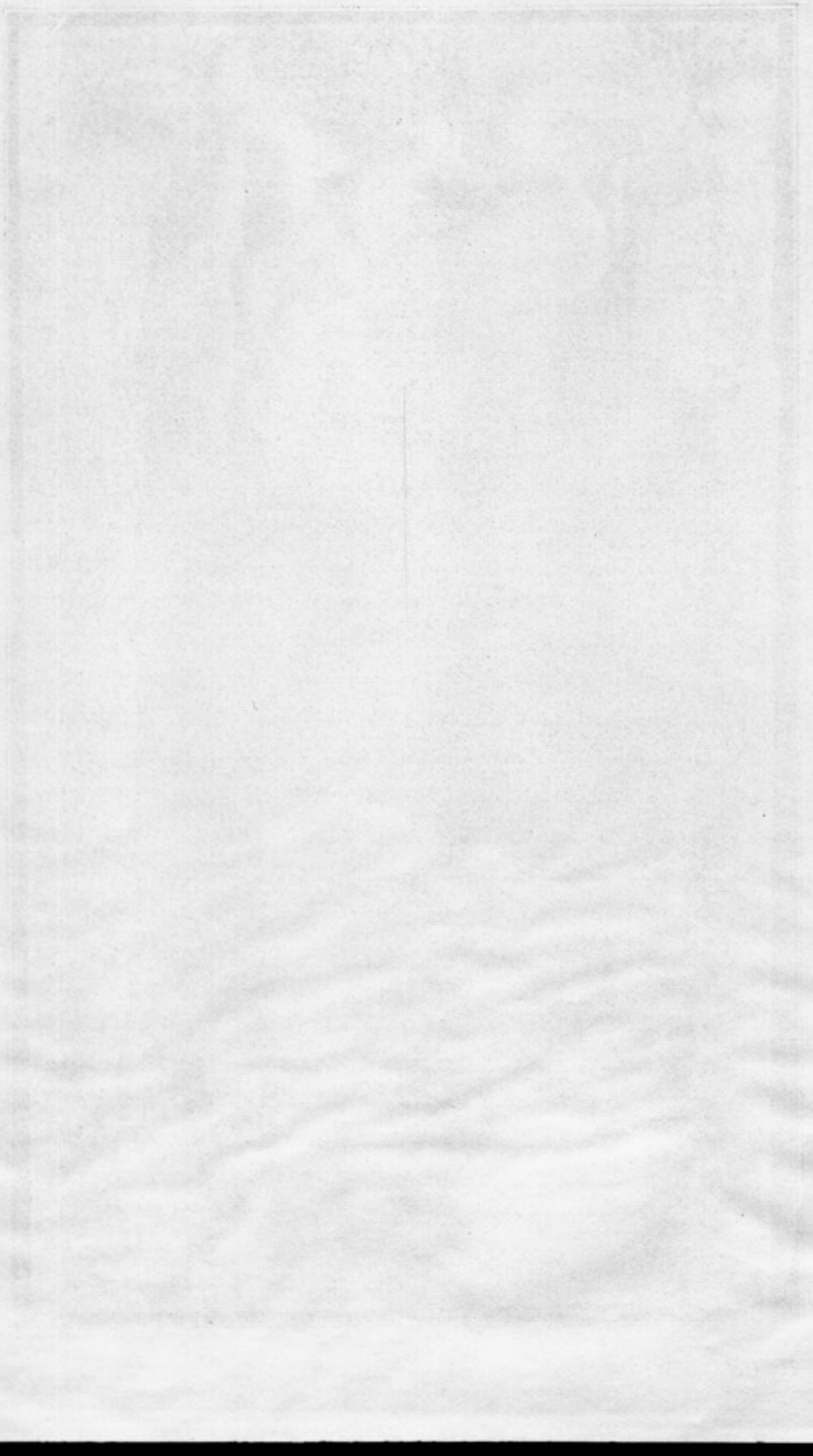
A coluna da esquerda tem a inscrição ainda não decifrada e aqui reproduzida segundo uma fotografia do Sr. J. G. Furtado (Ests. II e III). É coroada por uma escultura, infelizmente mal conservada (altura 58 cm.).

Parece um Makara que serviu de carranca fontenária; por baixo das guelas vêem-se figuras, que talvez representem a personificação da fonte, ou servas ou guardas do templo.

O Sr. J. H. de Moura chega à conclusão, que é muito provável, de que a pedra não decifrada provém do Templo



PEDRA EXISTENTE NA «PENHA VERDE» SINTRA



de Elefanta e que esta é a pedra a que se refere Diogo do Couto.

Diogo do Couto é o célebre cronista colonial português. Escreveu as *Décadas da Ásia*, que compreendem o período de 1535-1600, e foi Arquivista-mor em Goa no fim do século XVI e princípios do século XVII, um homem, pois, cujas citações merecem crédito. O ponto discutível, que J. H. de Moura põe em evidência (*obr. cit.*, pág. 153) é o seguinte:

«Quando logo os Portuguezes tomáram estas terras de Baçaim, e de sua jurisdicção que foram ver este Pagode, lhe tiráram huma formosa pedra, que estava sobre a porta, que tinha um letreiro de letras mui bem abertas, e talhadas, e foi mandada a El-Rey, depois do Governador da India, que então era, a mandar ver por todos os Gentios, e Mouros deste Oriente, que já conheceram aquelles caracteres; El-Rey D. João o III trabalhou muito por saber o que estas letras diziam, mas não se achou quem as lesse, e assim ficou a pedra por ahi, e hoje não há memoria della».

Segundo esta versão, Nuno da Cunha mandou esta pedra a D. João III entre 1533-35, pois o contrato de cessão de Baçaim foi assinado em 23 de Dezembro de 1534.

A prova seria decisiva, se a pedra tivesse de facto letras «mui bem abertas e talhadas».

Não é, porém, êste o caso. As letras são completamente desiguais, pouco claras e nada bem feitas (Est. IV).

Devemos tambem crer que é mais provável que D. João de Castro tivesse mandado para a sua propriedade as pedras que enviou para Portugal e não escolhesse as de Nuno da Cunha. Acresce ainda a circunstância de que a pedra, que mede $41 \times 90{,}5$ cm., é uma pedra-lioz de côr parda clara, o que, segundo nos consta, difere do material do Templo de Elefanta. É certo, contudo, que isto não é uma contra-prova absoluta, porque, embora não seja provável, é possível que

esta pedra tivesse vindo de outra região para a Ilha de Elefanta e tivesse sido colocada ali no Templo.

É para estranhar que Couto não se referisse à figura em relêvo, sob a inscrição, a qual representa um burro a saltar por cima de uma mulher, e bem assim que não mencionasse o sol e a lua por cima da inscrição. Moura diz (*obr. cit.*, pág. 226) que esta escultura representa alegorias da mitologia indiana, as quais atestam o culto sivaita no templo, ou são motivos da religião budista, do tempo anterior à adaptação do Pagode ao bramanismo heterodoxo. Não nos podemos conformar com esta opinião.

As figuras não têm relação alguma com o culto de Siva nem com o budismo. Trata-se antes de uma representação de um burro e de uma mulher *cum intentione coëundi*. O Professor Dr. Hultzsch, que tentou interpretar esta escultura e a quem devemos os dados abaixo citados, pronuncia-se como segue:

Tal como a inscrição de Aparaditya II, reproduzida no *Pandit Bhagvanlal Indraji* no *J. Bo. Br. R. A. S.*, vol. XII, pág. 332, esta é coroada pelo símbolo do sol e da lua, vendo-se em baixo a figura de uma mulher e de um burro *in coitu*.

O sol e a lua exprimem o desejo de que o édito real, gravado na pedra, subsista emquanto durarem o sol e a lua, e as figuras significam que quem desobedecer ao preceito *eius mater rem habebit (sive habeat) cum asino*. O *Pandit* mostra-nos que há esculturas semelhantes noutras pedras. Kielhorn, na lista das inscrições do Sul, traz outras inscrições de Silahara, que representam scenas idênticas.

A inscrição, continua o Conselheiro Hultzsch, consiste em 22 linhas, escritas no alfabeto nagariense.

Muitas das letras tornaram-se pouco nítidas, principalmente no centro, onde estão corroídas pela chuva. Seria muito para regosijar que Sir Herbert Cook, Visconde de Monser-



FAC-SÍMILE DA INSCRIÇÃO LAPIDAR DA FIGURA II



PEDRA EXISTENTE NO MUSEU DO CARMO EM LISBOA. (FRENTE)

rate, proprietário da Penha Verde e da pedra, a mandasse cobrir de uma camada de vidro, para protegê-la contra a humidade do clima de Sintra.

Com o auxílio de outras inscrições em sânscrito, da dinastia de Silahara, o Conselheiro Hultzsch conseguiu decifrar as primeiras 10 linhas; mas a-pesar-de todo o seu trabalho, não lhe foi possível transcrever completamente o resto.

A inscrição data de (?) Chaitra sudi 12 do ano de Saka 1059 e do ano cíclico de Pingala ou seja 1137 de Cristo, durante o reinado do príncipe de Silahara Aparadityadeva, que usou alguns dos apelidos tradicionais da dinastia de Silahara. O apelido de Aparaditya aparece duas vezes nos Silaharas do Conção setentrional. Uma inscrição de Aparaditya I data de 1138-39 da era cristã, duas outras de Aparaditya II são de 1185 e 1187. Daqui se conclui que a nossa inscrição, datada de 1137 da era de Cristo, é do tempo de Aparaditya I do Conção setentrional. Êste deve ter sido um príncipe de uma certa importância, pois deve identificar-se com aquele Aparaditya que, segundo Mankha Srikanthacaritam (25,110), enviou um embaixador à côrte de Jayasimha de Kashmir. Aparaditya é idêntico a Apararka, o autor do comentário da *Yanjnavalkya*, que é quási o único código em vigor dos Pandits de Kashmir e cuja introdução se deve atribuir à influência do embaixador, mencionado por Mankha.

As linhas 7 a 10 da inscrição mencionam o primeiro ministro e quatro outros dignitários da época.

Na restante parte da inscrição, que o Conselheiro Hultzsch infelizmente não pôde transcrever por completo, encontra-se duas vezes o nome de Sri-Aparadityadeva (L. 11 e 18). A L. 10 e seg. diz que o Rei tomava banho além de um sítio chamado Denaka, pertencente ao distrito *(vishaya)* cujo nome fica na dúvida. A L. 11 acaba com a palavra Sripu-

rigrama, «a aldeia de Sripuri», e na L. 12 aparece duas vezes a palavra Shatshashti, que é o nome, em sânscrito, da ilha hoje chamada Salsete.

A aldeia de Sripuri, de-certo não pode ser identificada com a cidade de Puri, chamada em outras inscrições silaharaenses o centro da Província de Conção, que abrangia 1.400 aldeias, e foi igualada por uns a Elefanta.

Na linha 14 e 17 fala a inscrição de 13 casas e menciona-as separadamente; as primeiras quatro são: uma casa do abade do convento, pertencente ao santuário da deusa Sri-Jogesvari e aos falólatras; uma casa do protector do Milho; (uma) casa do jardineiro.

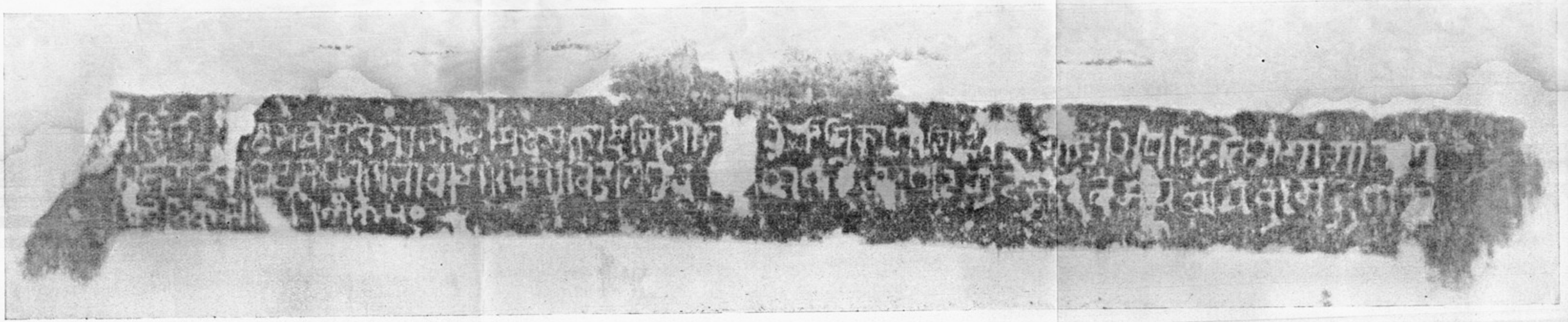
Infere daqui o Conselheiro Hultzsch, com razão, que se trata de um edicto de Aparaditya I, que estatue uma doação para o santuário de Siva e sua mulher. Hoje o nome de Jogesvari é o de uma grande gruta ao norte de Bombaim, na ilha de Salsete.

A inscrição termina com as palavras prometedoras de felicidade «mangala-mahasri».

A tradução, tanto quanto se pode apurar do estudo do Conselheiro Hultzsch, é a seguinte:

(L. 1 e seg.). No ano de Saka 1059 (e) no ano (cúlico) de Pingala, a 12 (tithi) da resplandecente (metade do mez) Chaitra no dia mencionado, hoje, aqui.

(L. 2-7). No resplandecente e vitorioso govêrno do famoso Aparadityadeva, a cabeça dos grandes senhores de províncias adornada com toda a série de (títulos) reais, começando com o de príncipe dos grandes estados tributários, que adquiriu os cinco grandes (?) instrumentos musicais; o chefe supremo de Tagarapura; o famoso príncipe de Silahara, nascido como descendente de Jimutavahana; êle que traz no seu estandarte uma Garuda de ouro; o grande oceano de orgulho; o príncipe do oceano ocidental; êle que ensinou o povo a saltar e a dançar (de alegria) em conseqüência (da



FAC-SÍMILE DA INSCRIÇÃO LAPIDAR DA FIGURA IV (REDUZIDO)

sua) generosidade; e uma gaiola diamantina (para protecção) dos fugitivos.

(L. 7-9). E emquanto sôbre o Ministro Presidente Srimali--Khetaya-Thakra pesam as preocupações de tôda a província, (que) recebeu pelo favor dêste (príncipe); (A)ka, o grande Ministro da Paz e da Guerra; o grande Ministro Pati Sri--(Lakshma) naiya-Prabhu, o primeiro oficial (e) Pati Sri--A(mu)ka, o segundo oficial da Secretaria e do Tesouro; emquanto os negócios de Estado são conduzidos por êles e outros; e emquanto o tempo assim passa...

Conquanto a inscrição não fique assim traduzida completamente, podemos contudo dizer que há grandes probabilidades de que a pedra provenha de Shatshashti, que é hoje a ilha ne Salsete. Por outro lado, parece-nos improvável que se trate da pedra, da qual Couto fala.

Se J. H. Moura chegou a outras conclusões, foi porque estava debaixo da impressão de que não havia outras pedras hindus em Portugal ou pelo menos que não eram conhecidas.

Por conseqüência seja-nos permitido fazer aqui referência a uma pedra hindu que se encontra no Museu do Carmo de Lisboa, pedra, que desperta um certo interêsse e que mede 121 cm. × 73 × 8 cm.

É esculpida de ambos os lados (Est. IV e VI). Um dos lados (Est. V) divide-se em três faixas horizontais de esculturas em relêvo. A inferior representa um herói, que com a espada e o escudo, e apoiado pela sua gente, combate contra um cavaleiro que o ataca. Por trás do herói, no canto da extrema esquerda do baixo-relêvo, vê-se o porta--estandarte. Sôbre o estandarte, à margem da pedra, há uma cobra. Uma cobra sai também do escudo, a proteger o herói. Um cavalo, talvez o do herói, cai desfalecido. Mortos por terra. Na faixa central aparece o mesmo herói, que parece morto pelos seus inimigos, e é apoiado e levantado por

duas carregadoras do Chouri (apsaras). Músicos e semi-deuses (siddha) com grinaldas de flôres, rodeiam-no.

No centro do baixo-relêvo superior vê-se, sôbre o altar, o emblema de Siva, o lingam, à esquerda, adorado por três figuras, uma das quais talvez represente o nosso herói, sôbre um coxim. Tem os mesmos adornos e o mesmo cordão que o herói do baixo relêvo inferior. Á direita ficam três figuras que representam dois ascetas e um servo.

Tanto o baixo-relêvo central como o inferior revelam que se trata de uma pedra comemorativa de um herói, que caíu no campo de batalha.

Uma inscrição em Nagari sôbre a inscrição superior está infelizmente tão estragada que nem mesmo o Conselheiro Hultzsch conseguiu ler mais do que a data no princípio da primeira linha (Est. V).

O que se pôde decifrar é o seguinte:

«Salve! No ano de Srimukha (?), o décimo primeiro (tithi) da clara (metade) do (mês) Ashadha, numa segunda feira».

Srimukha é o nome de um dos 60 anos do ciclo Bhraspati e volta portanto em períodos de sessenta anos.

A terceira linha, que é muito curta, termina com o número Nagari «50».

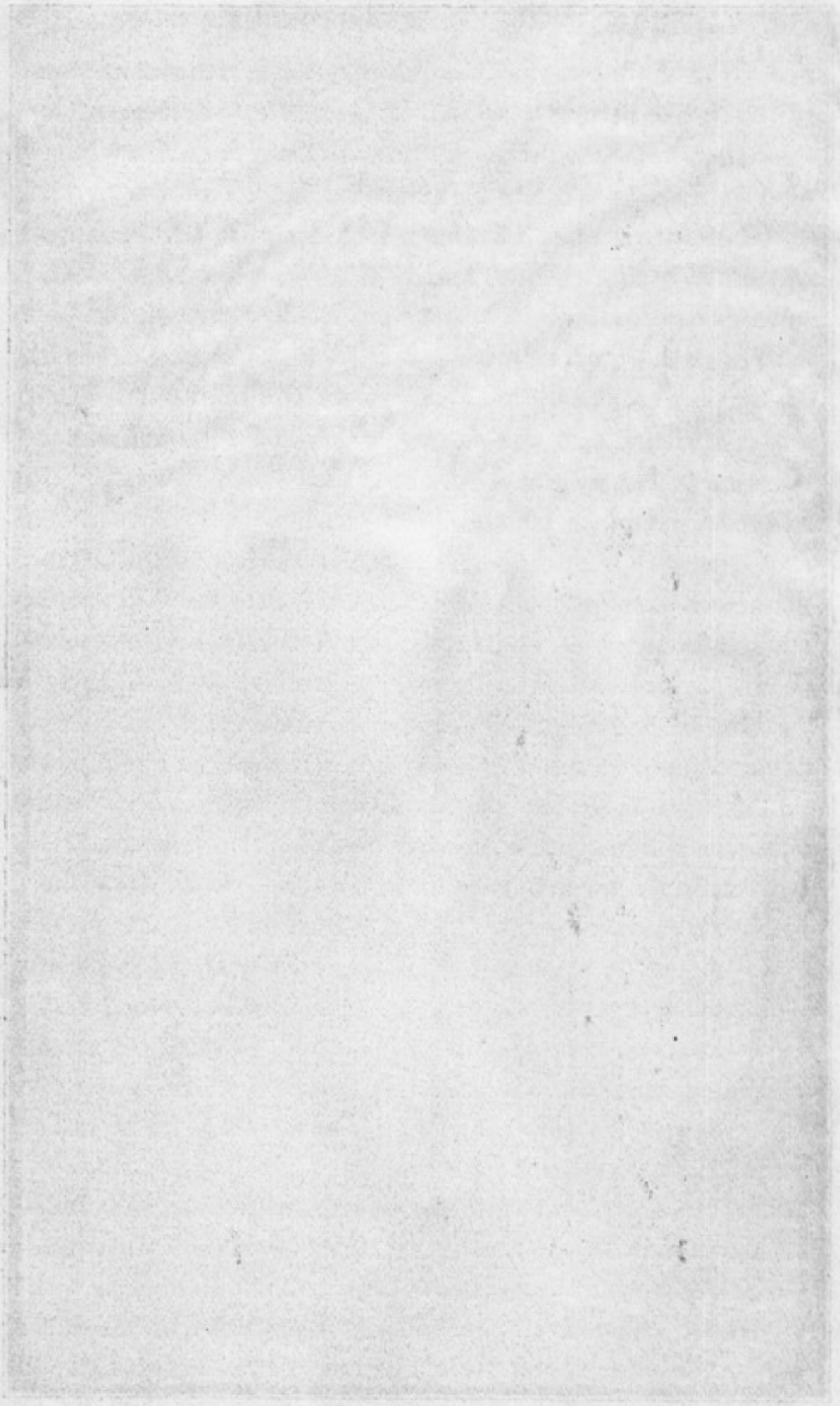
O outro lado da pedra (Est. VI) representa um brasão de armas, que foi dos dois ramos da família Sousa, os Prado e Sousa Chichorro, vendo-se no campo 1 e 3 as armas antigas de Portugal, e no 2 e 4 os leões montantes.

A pedra do lado das esculturas está muito bem conservada, mas do outro lado, onde se encontram as armas, está gasta como as dos túmulos nas igrejas, consumidos pelos pés dos fiéis.

Indubitàvelmente as esculturas hindus estão bem cinzeladas, e a inscrição é hoje tão ilegível como já talvez o fôsse, no século XVI, de modo que há certas analogias entre esta



VERSO DA PEDRA EXISTENTE NO MUSEU DO CARMO



pedra e a que descreve Diogo do Couto. Pôsto que não nos sintamos habilitados a decidir sôbre a identidade dela, seja-nos permitido acrescentar algumas observações que em parte devemos aos estudos do P. Schurhammer.

Conforme a obra manuscrita de Andrade Leitão *Famílias de Portugal* (Ajuda, 49-XII-44), vários membros da família Sousa foram para a Índia no século XVI.

Segundo a nossa opinião só se pode tratar neste caso de Martim Afonso de Sousa, Senhor do Prado, que colonizou em 1532 o Brasil, e que seguiu para a Índia em 1534, onde exerceu as funções de Capitã-mór dos mares da Índia, no tempo de Nuno da Cunha.

O seu primeiro feito foi a conquista de Cambaia, cujo domínio se estendia até Bombaim. O sultão Bahadur viu-se compelido pelos portugueses a fazer a paz em Dezembro de 1534 e cedeu os ricos domínios de Baçaim a Portugal.

Martim Afonso de Sousa tomou posse desta terra como representante do seu rei. Nos terrenos conquistados incluiu-se também a Ilha de Elefanta, cujo templo excavado na rocha suscitava a admiração dos europeus, sendo o jovem capitão Dom João de Castro, mais tarde Vice-Rei, o primeiro admirador e o primeiro a descrevê-lo D. João de Castro percorreu estas costas de 1538-39 e visitou o templo de Elefanta e o de Kanheri, descrevendo-os minuciosamente no *Primeiro Roteiro da Costa da Índia desde Goa até Diu* (Pôrto, 1848). Mas emquanto êle se refere, por três vezes, às inscrições rupestres do templo de Kanheri e à terceira vez mencione 15 inscrições, «tôdas bem legíveis» (p. 77, 78, 80), nada diz sôbre inscrições quando descreve o templo da Elefanta — talvez porque a pedra com inscrições à entrada do templo, citada por Couto, já tivesse desaparecido.

Não é improvável que Martim Afonso de Sousa, ao tomar posse de Elefanta (1534), tivesse tirado a pedra da entrada do templo para enviá-la ao seu Rei. Se assim foi, as

bôas esculturas que representam cavaleiros em luta, devem ter despertado aos cavaleiros da época grande inveja.

Martim Afonso de Sousa ficou durante tôda a época das chuvas do ano de 1535, com a sua frota, em Chaul nas proximidades da Ilha de Elefanta, para proteger o Sultão de Cambaia entre os Mogois, e fazer a guerra contra Calecut e os maometanos do Malabar. Depois da vitória dos portugueses sôbre as fôrças unidas dos turcos e Guzerates, regressou em 1539 a Lisboa.

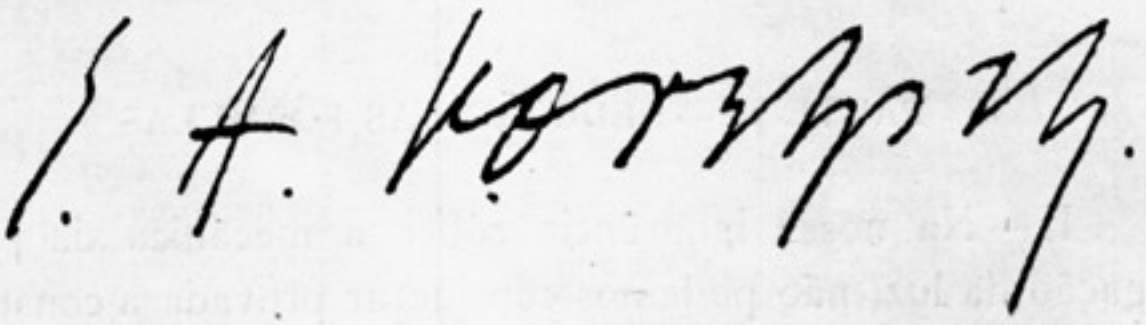
Em 1541 Martim Afonso de Sousa voltou pela segunda vez à Índia. Desta vez foi como Governador, logar que exerceu até 12 de Setembro de 1545, sendo substituído então por D. João de Castro. Em 1546 regressou a Portugal com uma grande fortuna, instituiu um morgado, um *fideicommisso* com um palácio defronte do convento de S. Francisco em Lisboa, hoje a Biblioteca Nacional. No claustro da igreja consagrou a capela de Jesus como mausoléu da sua família, e ali foram depostos os seus restos mortais. Tanto a igreja como a capela foram destruídas pelo terramoto de 1755.

Infelizmente não é mais possível averiguar a proveniência da pedra do Museu. Só se sabe que foi adquirida por um empreiteiro de obras, que morreu, deixando os seus herdeiros na ignorância da origem da pedra.

A pedra é um pórfiro argiloso acinzentado, semelhante ao material do templo da Elefanta, o estilo das esculturas não destoa do do templo; a consagração ao templo de Siva é indubitável em ambos.

Em nosso parecer, há muito a favor da ideia que Martim Afonso de Sousa tivesse tirado a pedra, a que se refere Couto, e a tivesse enviado para Lisboa, que o Rei lha tivesse restituído ou aos seus herdeiros, e que então fôsse usada como pedra sepulcral, ficando para dentro as esculturas que representam as lutas hindus, tal como as esculturas das câmaras mortuárias asiáticas, voltadas para os sar-

cófagos, lembrando aos mortos os grandes feitos gloriosos, e que sôbre ela os Sousas tivessem mandado gravar os seus brasões, cobrindo o seu túmulo com ela na capela de Jesus no claustro da igreja, de modo que Couto pôde dizer, com razão, no comêço do século XVII que «ja não havia memoria d'ella».



TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO SIMPLES DA «TEORIA DA RELATIVIDADE RESTRITA»

PARTE 1.ª — DEDUÇÃO DAS FÓRMULAS

I. — Na nossa ignorância sôbre a mecânica da propagação da luz, não podemos considerar provada a constância da sua velocidade atravez dos móveis, ou seja a sua *isotropia*. A luz vinda de fora da Terra — como se conclui pela *aberração* — parece penetrar na atmosfera como um projéctil, apresentando uma velocidade composta com a velocidade da Terra, o que seria possível determinar aplicando à luz das estrêlas um aparelho, semelhante à roda dentada.



ALMIRANTE GAGO COUTINHO

Quanto à luz produzida na Terra, as coisas passam-se como se o *ether*, ou emfim o meio onde se propaga a luz, acompanhasse a Terra, e a Luz fôsse dotada de *inércia*, como um projéctil.

Contudo, no problema abstracto, que proponho considerar, procurarêmos, como fazem os Relativistas, satisfazer analìticamente ao princípio da *isotropia* da propagação da luz em tôdas as direcções, independentemente de considerações físicas.

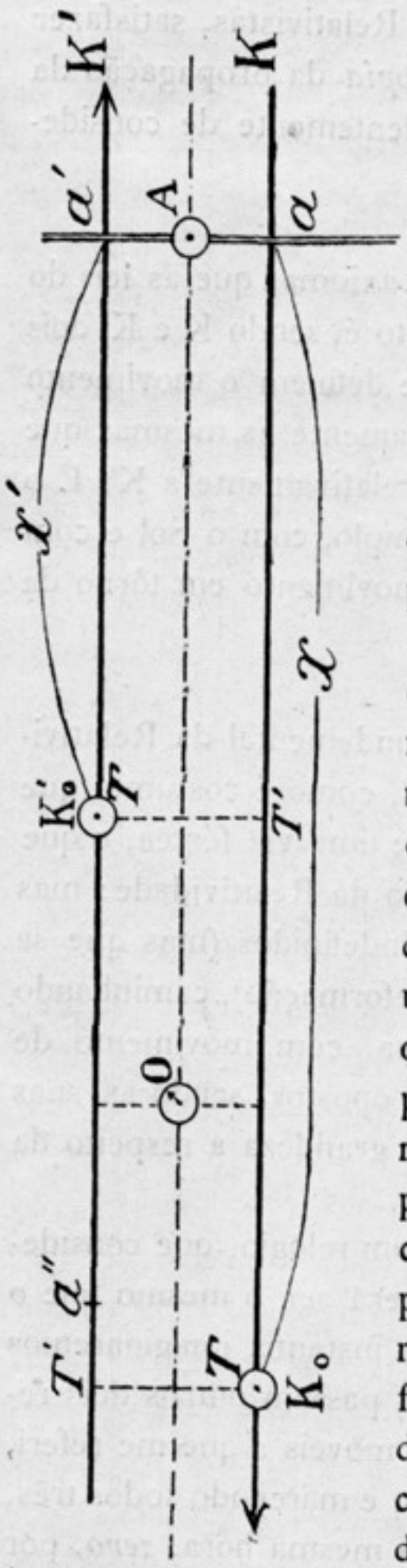
II. — Aceitaremos também, como axioma, que as leis do movimento relativo são *recíprocas:* isto é, sendo K e K′ dois sistemas em movimento, as leis, que definem o movimento de K′ em relação a K, serão exactamente as mesmas que as que definem o movimento de K relativamente a K′. É o que se observa na prática, por exemplo, com o Sol e com as estrêlas, que nos parecem ter movimento em tôrno da Terra.

III. — Para atacar o problema fundamental da Relatividade — o dos trens — não suporemos, como é costume, que um comboio, ou trem, se move sôbre uma via férrea, o que torna mais complicada a compreensão da Relatividade; mas imaginaremos dois trens rígidos, e indefinidos (mas que se possam penetrar mùtuamente sem deformação), caminhando ao longo de uma mesma via férrea, com movimento de translação uniforme, e em sentidos opostos, sendo as suas velocidades exactamente da mesma grandeza a respeito da via.

Em um ponto dessa via haverá um relógio, que consideraremos *padrão*, e cujo tempo deverá ser o mesmo que o dos nossos relógios; e, em um certo instante, imaginaremos que, em contacto com êsse relógio, passam outros dois relógios, um de cada um dos sistemas móveis a que me referi, K_0 e K'_0, análogos ao relógio padrão, e marcando todos três, no momento do contacto comum, a mesma hora, *zero,* por exemplo. Nesse momento produzir se há na via, junto dos relógios, um relâmpago luminoso (ou partirá um projéctil,

ou som, ou outro móvel, cuja velocidade sôbre a via será uniforme, e independente do movimento de outros sistemas ou trens).

Para estudar e discutir êste problema interessante, adoptaremos o critério clássico das distâncias e do tempo absoluto; e recorreremos apenas à Álgebra Elementar.



IV. — Passado algum tempo, depois do relâmpago, e de acôrdo com o que mostra a figura — a qual representa uma fotografia *ideal* instantânea da posição dos trens e da via, em um certo instante absoluto — o relógio K_0, do trem K, terá percorrido uma certa distância para a esquerda do relógio padrão da via, O; e o relógio K'_0, do trem K', terá percorrido ao longo da via, para a direita, uma distância exactamente igual. Por outro lado, a propagação do relâmpago luminoso terá atingido, no mesmo intervalo absoluto de tempo, o ponto A da via férrea, em contacto com os pontos *a* e *a'* dos trens. Nestes pontos suporemos igualmente três relógios idênticos ao padrão. E uma fotografia instantânea local surpreenderia as suas horas, e as suas distâncias, *x* e *x'*, às origens de contagem das distâncias, K_0 e K'_0.

Na impossibilidade de atribuirmos à via, simultâneamente, movimentos em sentidos contrários, conforme a quizermos

referir a um ou outro trem, suporemos que ela se encontra em repouso; e os diferentes relógios, que poderemos supor ao longo dessa via, marcarão em cada instante absoluto. exactamente a mesma hora, visto estarem regulados para o mesmo andamento e tempo. Isto poderíamos constatar, idealmente, comparando-os pelo *pensamento,* cuja velocidade supomos infinita; esta comparação poderia também fazer-se recorrendo ao meio conhecido, do transporte, ao longo da via, de um *cronómetro* de precisão ideal (êste recurso é também aceite por Einstein).

V. — Assim — embora não tenhamos, por emquanto, maneira prática de o verificar directamente — *aceitaremos* que, no momento absoluto, que a figura representa e estamos considerando, tanto o relógio O, como o relógio A da via indicarão o mesmo tempo decorrido. A mesma hora, T, somos forçados a admitir para os relógios K_0 e K'_0, dos trens, *os quais são idénticos,* e, no momento da sua passagem por O, marcavam com êste relógio padrão a mesma hora, zero.

Mas, durante o tempo T, a luz do relâmpago terá percorrido *em relação* a êsses trens, distâncias diferentes:

trem K ..... distância K_0a, ou x
trem K' ..... distância K'_0a', ou x'

visto que, no mesmo prazo de tempo T, a luz atingiu o ponto A, em contacto com a e a'.

Em presença do facto dêstes percursos de caminhos diferentes no mesmo intervalo de tempo, como será possível manter a respeito desses trens, como da via, a concordância — aparentemente impossível — entre a constância da velocidade da luz, e o critério de um mesmo *andamento* dos relógios, o do tempo absoluto?

VI. — Para contornarmos esta dificuldade, proporei um *artifício* especial:

1.º As velocidades, tanto da luz como dos trens, passarão a ser medidas, lendo-se a hora inicial da contagem do tempo em um relógio do ponto de partida; e lendo-se a hora final no relógio do ponto de chegada.

2.º Os relógios dos trens em movimento serão regulados, tendo entre si as diferenças convenientes para que, embora *conservando todos o mesmo andamento,* ou *marcha,* marquem no mesmo *instante absoluto* (e visto que se trata só de movimentos uniformes, o da luz, o dos relógios e o dos trens), horas em progressão aritmética, segundo uma razão, ou coëficiente α, a determinar. Seria uma combinação semelhante à que se dá com a hora dos diferentes meridianos, à superfície da Terra. Adiante se indicará a maneira prática de a realizar.

3.º Visto que os relógios têm o mesmo *andamento* (*marchent également vite,* de Einstein), uma vez regulados, êles conservarão, em cada instante absoluto, sempre a mesma diferença entre as suas horas, proporcionalmente à distância fixa, que os separa dentro de cada sistema. Supõe-se assim que o andamento de todos os relógios é sempre o mesmo — o dos relógios comuns — e portanto absolutamente independente dos movimentos do sistema, que êsses relógios, por hipótese, ignoram. Se fôsse permitido alterar êsse andamento, qualquer problema de constância de velocidades ficaria, por sua natureza, resolvido.

Com estas condições, que são realizáveis, consideraremos *mesmo instante absoluto* aquele em que relógios de sistemas diferentes têm entre as suas horas a mesma diferença que tinham ou terão, no instante do seu contacto. Assim, os relógios K_0 e K'_0, que no contacto marcavam ambos a mesma hora, zero, continuarão a indicar ambos a mesma hora no mesmo

instante absoluto. Os relógios de cada sistema marcarão, no mesmo instante absoluto, horas diferindo entre si proporcionalmente à distância que os separa, segundo o coëficiente α.

Seguindo o mesmo critério, chamaremos *instante relativo* ao momento em que os relógios, ou cronómetros de cada sistema, marquem a mesma hora. É êste o critério que terá o habitante dêsses sistemas móveis, para quem não haja maneira prática de determinar o instante absoluto de dois relógios afastados (pela constância das suas diferenças). Êsse habitante será pois, de boa fé, levado a determinar as velocidades pelas leituras dos seus relógios diferentes; e considerará simultâneo o que se passar em pontos afastados do seu sistema, à mesma hora dos respectivos relógios.

É esta uma ilusão do viajante do trem, *que lhe creámos por hipótese inicial.* Vamos ver as conclusões que êsse viajante tira das suas experiências; ao passo que nós, com o nosso critério do *tempo absoluto*, poderemos comparar as suas conclusões, com a realidade.

VII. — De acôrdo com o que mostra a figura, a luz, partindo do ponto O, no momento em que os três relógios das origens, ali em contacto, marcam todos zero horas, atingiu algum tempo depois o ponto A, em contacto nesse instante com os relógios a e a', os quais — de acôrdo com as condições do número anterior — marcam horas t e t', tais que, sendo x e x' as distâncias absolutas às origens de coordenadas K_0 e K'_0, percorridas nesses sistemas pela luz, com a sua velocidade de propagação constante, c, tenhamos

$$x = ct \quad \text{e} \quad x' = ct'.$$

Estas horas t e t' não são iguais: diferem do tempo T, que indicam os dois relógios idênticos K_0 e K'_0, de inter-

valos proporcionais às suas distâncias a essas origens, que são x e x'; isto é, no instante absoluto da figura, que estamos considerando, teremos, de acôrdo com as condições que nos impusemos, e sendo α um coëficiente a determinar, em grandeza e sinal,

$$t = T + \alpha x \quad \text{e} \quad t' = T - \alpha x,$$

donde, resolvendo as equações, se cunclui

$$\alpha = \frac{x - x'}{x + x'} \quad \text{e} \quad T = \frac{2xx'}{x + x'} \cdot \frac{1}{c} = \frac{2xx'}{x + x'};$$

fórmulas estas deduzidas na hipótese de tomarmos para unidade de comprimento a distância c, percorrida pela luz em um segundo, sendo portanto

$$x = t \quad \text{e} \quad x' = t'.$$

O sinal dêste coëficiente α, de variação das horas, exige que os relógios de ambos os sistemas estejam atrazados, no sentido do seu movimento. O coëficiente α, de tal atrasamento, depende só da velocidade relativa dos dois móveis, v, e da velocidade da luz, segundo uma fórmula fácil de deduzir das anteriores

$$v = \frac{2\alpha}{1 + \alpha^2} \cdot c.$$

É fácil de concluir que estas fórmulas respeitam o princípio da *reciprocidade:* Se, em um certo instante absoluto, somarmos as horas de dois relógios em contacto, pertencentes aos dois sistemas, acharemos sempre

$$m + n = t + \Delta\alpha + (t' - \Delta\alpha) = t + t' = T + T',$$

o que quere dizer que, em contacto com um relógio *m*, do sistema K, se encontra um relógio de K′, que marca *n* horas; e, recìprocamente, em frente do relógio de K′, que marca *m* horas, se encontra um relógio de K, marcando *n* horas.

À hora de cada sistema, lida no relógio do ponto onde nos encontramos, chama-se a *hora própria* do sistema, a qual já sabemos não ser, sistemàticamente, a mesma em todo o sistema, no mesmo instante absoluto.

VIII. — Das condições aceites no número anterior, *parece* poder-se concluir imediatamente que, emquanto o movimento se sujeitar ao principio fundamental da constância da velocidade da luz, a velocidade dos sistemas móveis não deverá ser superior à velocidade da luz; porque, em tal caso, se o móvel, o ponto K'_0 por exemplo, passasse além do ponto A, atingido pela luz, teria êsse ponto A, da figura, uma coordenada positiva, x, no sistema K′, e uma coordenada negativa, $-x'$, no sistema K′, à qual corresponderia um valor negativo da velocidade da luz, impossível de igualar ao valor positivo, que ela teria no sistema K.

IX. — Êste artifício dos relógios atrasados satisfaz à condição de, no mesmo ponto, se verem no mesmo instante local os diferente relâmpagos luminosos que, em cada um dos trens, venham de distâncias iguais, e tenham sido produzidos à mesma hora dos respectivos cronómetros (e não à mesma hora absoluta).

De facto, no sistema K′, por exemplo, a luz, ao chegar a a' viria do ponto K'_0, que fica à distância de x' à esquerda de A. A êste ponto A chegaria, no mesmo instante, um outro relâmpago produzido na via, em um ponto O′, simétrico de O, mas à direita de A. A passagem dêsse relâmpago pelo sistema K′ é semelhante ao caso que se passa no ponto T′, do sistema K, quando lá passou a luz vinda de

K_0, em sentido contrário ao movimento do sistema. Êste relâmpago saiu de K_0 na hora zero, e chegou a *a* na hora *t*; donde concluïremos a proporção

$$\frac{x}{t}=\frac{x-x'}{h}, \quad \text{donde} \quad h=x-x'=t-t';$$

isto é, a luz passou em T′ quando o relógio local lá marcava $t-t'$ horas, ou seja menos t' horas que o relógio de *a* marcou à chegada da luz ida de O.

Idênticamente, no sistema K′, concluïríamos que a luz, à sua passagem a uma distância x' à direita de a', encontrará o respectivo relógio marcando menos t' horas, que à sua chegada a a'; logo marcará $t'-t'$ horas, ou zero.

Em resumo, os relâmpagos opostos, partidos de dois pontos do sistema K′, cujo meio é o ponto a', se encontrarem ambos êsses relógios marcando a mesma hora, zero, chegarão simultâneamente, à mesma hora t', ao ponto a'.

Uma demonstração análoga se poderia fazer no sistema K, para quaisquer pontos equidistantes de *a*, servindo as fórmulas elementares que deduzimos.

A reciprocidade é, neste caso, perfeita. E ficou demonstrado que o artifício dos relógios progressivamente atrasados corresponde ao critério relativista, que considera *mesmo instante* (relativista) aquele em que êsses relógios, dispostos ao longo dos sistemas móveis, marcam a *mesma hora*. Porque, como se viu, os relâmpagos luminosos, partidos de pontos igualmente afastados do observador, chegam ao seu encontro simultâneamente.

É exactamente o que se passa na via férrea, por hipótese em repouso, e cujos relógios, de facto, marcam a *mesma hora* no mesmo instante absoluto.

X. — Estudemos agora a influência do atrasamento sis-

temático dos relógios sôbre os intervalos de tempo aparentes, ou *relativos*. Já vimos que a soma das horas de quaisquer dois relógios em contacto é $t+t'$; donde, se chamarmos T' a hora do relógio que, em qualquer dos dois sistemas, está em contacto com o relógio origem do outro sistema, K_0 ou K'_0, teremos em ambos os casos,

$$T' = (t+t') - T = x + x' - \frac{2xx'}{x-x'} = \frac{x^2+x'^2}{x+x'};$$

e portanto

$$\frac{T}{T'} = \frac{2xx'}{x^2+x'^2}$$

E, em geral, emquanto o relógio K_0 passou da hora zero à hora T, o relógio em a' passou de $-\alpha t'$ a t', variando portanto $t'+\alpha t'$; no mesmo intervalo os relógios de K, em sucessivo contacto com a', variaram $t-\alpha t'$. Notando que

$$x = t \quad \text{e} \quad x' = t',$$

e fazendo a substituïção do valor de α em função de $x\,x'$, concluïremos

$$\frac{\Delta K'}{\Delta K} = \frac{2x\,x'}{x^2+x'^2} = \beta$$

como era a relação entre os intervalos T e T'.

É fácil de reconhecer que esta constância da relação entre os intervalos de tempo, indicados pelos relógios em contacto, dos dois sistemas, é recíproca. Indicá-la-emos pelo coëficiente β.

Na prática, os observadores de cada sistema irão ouvindo as pancadas do relógio do outro sistema móvel adiantar-se às pancadas do seu próprio relógio a-pesar-de todos os relógios terem realmente, por hipótese o mesmo andamento.

XI. — O *critério relativista*, que aceitámos no parágrafo IX, de considerar *mesmo instante* os instantes absolutos diferentes, em que relógios, colocados em pontos diferentes do mesmo sistema, indicam o mesmo número de segundos, leva-nos também a observar uma deformação aparente das distâncias. De facto, para medir o comprimento de um objecto, costumamos servir-nos da comparação, ajustando-lhe, pelos seus extremos um *padrão*, ou *comparador*, cujo comprimento conhecemos. Se o objecto a medir estiver em movimento, a aplicação do comparador terá de ser feita às suas duas extremidades *no mesmo instante*, o qual pelo critério local do sistema, que estamos seguindo, será a ocasião em que os relógios das extremidades do comparador marquem a *mesma hora*.

Assim, consideremos comparador, no sistema K′, o comprimento $K'_0 T'$, ou $x - x'$; no instante absoluto em que o relógio da sua extremidade esquerda marca T′, o relógio K'_0 marcará menos horas, só T; e só marcará T′ quando tiver corrido mais uma distância d, tal que tenhamos a proporção

$$\frac{x-x'}{T} = \frac{x-x'+d}{T'} \quad \text{ou} \quad \frac{T}{T'} = \frac{x-x'}{x-x'+d}.$$

Donde se conclui que o comprimento da parte do sistema K, cujas extremidades coïncidem com os pontos K'_0 e T′ do sistema K′, quando os respectivos relógios marcam a mesma hora, T′, é $x-x'+d$, maior evidentemente que $x-x'$; a relação entre êste comprimento e o comprimento corresponde em coincidência, do sistema K′, é portanto

$$\frac{x-x'}{x-x'-d} = \frac{T}{T'} = \frac{2xx'}{x^2+x'^2} = \beta,$$

como já tínhamos concluído para o coëficiente de contracção relativa entre as horas dos relógios em contacto, dos mesmos dois sistemas.

Idêntico valor de β obteríamos se nos servíssemos, como comparador, de qualquer outro comprimento, quer do sistema K, quer de K′.

É evidente que êste coëficiente β se anula quando x' fôr zero; e então os objectos, *considerados relativamente,* perdem a sua dimensão longitudinal.

Não nos devemos contudo esquecer de que, nem os objectos em movimento estão realmente deformados, nem os relógios perdem a regularidade do seu andamento, o qual, em hipótese como na prática, será sempre o mesmo em ambos os sistemas recíprocos; *naturalmente,* suporemos também que é o do relógio padrão.

XII. — Calculemos a velocidade que os observadores internos atribuem aos seus trens, um em relação ao outro, a qual — para manter a reciprocidade — deverá ter o mesmo valor, quer seja do sistema K′ sôbre o sistema K (considerado como via), quer inversamente.

Em ambos os sistemos se viu que os relógios da origem marcavam zero, ao seu contacto com O, ao passo que, depois de percorrida a distância $x - x'$, ambos passavam em frente de relógios que marcavam a hora T′. A velocidade do ponto K'_0, sôbre o sistema K, cujos relógios e distâncias leremos, é

$$v = \frac{x - x'}{T'} = (x - x')\frac{x + x'}{x^2 + x'^2} = \frac{x^2 - x'^2}{x^2 + x'^2}.$$

Esta conclusão *é recíproca:* e a ela poderíamos chegar lendo em um dos sistemas as horas e a distância sôbre êle percorrida por um ponto do outro sistema, cuja velocidade

desejemos apreciar, como se fôsse a de um projéctil de artilharia.

A fórmula da velocidade, acima, considera unidade a velocidade da luz; a fórmula deve ser realmente

$$v = c \cdot \frac{x^2 - x'^2}{x^2 + x'^2}.$$

Segundo esta fórmula, e de acôrdo com a conclusão anterior, a velocidade relativa v, não poderá em caso algum ser superior a c, podendo essa velocidade igualar a velocidade da luz quando $x' = 0$.

Adiante analisaremos mais profundamente esta conclusão, procurando interpretá-la.

XIII. — Introduzamos êste valor da velocidade na fórmula já encontrada para β; e reflectindo que, se elevarmos $\frac{v}{c}$ ao quadrado se obtém

$$1 - \frac{v^2}{c^2} = \frac{4 x^2 x'^2}{(x^2 + x'^2)^2} = \left(\frac{2 x x'}{x^2 + x'^2}\right)^2,$$

concluïremos um novo valor de β, que é

$$\beta = \frac{2 x x'}{x^2 + x'^2} = \pm \sqrt{1 - \frac{v^2}{c^2}}.$$

Introduzindo êste valor nas fórmulas já deduzidas, temos

$$1 - \frac{v}{c} = \frac{2 x'^2}{x^2 + x'^2} \quad \text{e} \quad \frac{1}{\beta} = \frac{x^2 + x'^2}{2 x x'};$$

donde

$$\left(1 - \frac{v}{c}\right) \frac{1}{\beta} = \frac{x'}{x};$$

combinando esta fórmula com as da isotropia da luz

$$x = ct \quad \text{e} \quad x' = ct'$$

chega-se a

$$x' = x\frac{1}{\beta}\left(1 - \frac{v}{c}\right) = \frac{x - vt}{\sqrt{1 - \frac{v^2}{c^2}}};\ t' = t\left(1 - \frac{v}{c}\right) = \frac{t - \frac{v}{c^2}x}{\sqrt{1 - \frac{v^2}{c^2}}},$$

fórmulas estas que são as de Lorentz, de que se servem Einstein e os outros relativistas, considerando-as a expressão da realidade local, fora dos campos de gravitação.

Um cálculo inverso permitiria passar destas fórmulas para as anteriores, em função só de x e x'; umas são conseqüências necessárias das outras.

XIV. — Estudemos agora o movimento relativo, entre um terceiro sistema, de movimento uniforme, em contacto com o sistema K′, e o sistema K.

A velocidade v, do sistema K′, medida no sistema K, é, como já vimos,

$$v = \frac{x^2 - x'^2}{x^2 + x'^2} \cdot c.$$

O novo sistema, K″, terá, a respeito do sistema K′, a velocidade

$$v' = \frac{x'^2 - x''^2}{x'^2 + x''^2} \cdot c$$

Anàlogamente, a velocidade do sistema K″, a respeito do sistema K, será expressa pela fórmula

$$w = \frac{x^2 - x''^2}{x^2 + x''^2} \cdot c.$$

Da combinação das três equações anteriores, pela eliminação de x, x' e x'', conclui-se

$$w = \frac{v + v'}{1 + \frac{vv'}{c^2}} = \frac{v + v'}{1 + vv'},$$

fórmula da composição das velocidades, que é a mesma que deduz o professor Einstein.

Mas parece que esta fórmula, de acôrdo com as fórmulas originais donde foi deduzida, assenta em hipóteses, cuja realização material é impossível, quais são as do atrasamento simultâneo dos relógios de K, K′ e K″, para, respeitando o princípio da reciprocidade, se adaptaram ao mesmo tempo à velocidade de translação de cada um dos outros dois sistemas.

Adiante insistirei sôbre as conclusões a tirar desta dificuldade.

XV. — Consideremos finalmente o princípio da Mecânica Racional, que se refere à conservação da *quantidade de movimento,* ou seja à proporcionalidade entre a velocidade e a fôrça. A fórmula conhecida é

$$Q = mV$$

sendo V a velocidade real do móvel, a qual, como todos os comprimentos em movimento, se observa tanto mais contraída quanto maior fôr a velocidade, segundo o coëficiente β; isto é, teremos

$$v = \beta V$$

donde

$$Q = m\frac{v}{\beta} = \left(\frac{m}{\beta}\right)V$$

o que quere dizer que, para satisfazer àquele princípio fundamental da Mecânica, o artifício do atrasamento dos relógios nos leva a atribuir à *massa* um valor *relativo*, e portanto variável

$$m' = \frac{m}{\beta} = m\,\frac{x^2 + x'^2}{2xx'},$$

valor êste crescente com a velocidade (a ponto de se tornar infinito quando $x' = 0$), e que é portanto dependente, para o mesmo corpo, do seu movimento relativo. É também esta uma das conclusões das fórmulas relativistas.

XVI. — Para regularmos os relógios, ou cronómetros dos sistemas em movimento recíproco, dispomos de um processo prático, derivado da propriedade a que nos referimos no parágrafo IX; produzindo-se em um ponto, situado a igual distância de dois relógios, um relâmpago luminoso, êsses relógios deverão indicar a mesma hora, à passagem por êles da luz do relâmpago. Êsses relógios indicarão assim o *tempo próprio,* ou relativista.

Das fórmulas anteriores ressalta uma maneira prática de conhecermos êsse tempo próprio: se à passagem da luz no ponto A, por exemplo, lermos as coordenadas x e x' dos dois sistemas em contacto com êsse ponto, poderemos, pelas fórmulas

$$\alpha = \frac{x - x'}{x + x'} \quad \text{e} \quad T = \frac{2xx'}{x + x'},$$

conhecer não só as horas T, dos relógios das origens de coordenadas K_0 e K'_0 — nesse instante absoluto — como também as horas de qualquer outro relógio dos sistemas.

Em geral, é fácil de deduzir que, dadas, em qualquer ponto de contacto dos dois sistemas, as respectivas horas h e h', e as distâncias às origens, d e d', — indicações estas

fáceis de concluir por meio de uma fotografia local instantânea (no vácuo) — teríamos

$$\alpha = \frac{h-h'}{d+d'}; \quad T = \frac{hd'+h'd}{d+d'}; \quad v = \frac{d^2-d'^2}{hd+h'd'}.$$

Estas fórmulas traduzem, pois, uma maneira concreta de determinarmos, em correspondência com os tempos relativos de dois sistemas, o tempo geral T, que corresponde a acontecimentos passados *no mesmo instante absoluto;* isto é, dois acontecimentos passados em pontos diferentes da via ou dos sistemas poderão ser *simultâneos em absoluto,* mas o habitante de um dêsses sistemas só o poderá conhecer quando observe horas e distâncias em um outro sistema recíproco, com o qual esteja em contacto. Mas, pelo facto de nos faltar êsse outro sistema de referência, nunca poderemos concluir que o tempo absoluto não existe: o habitante do móvel ignora-o, mas nós que o criámos por hipótese fundamental, sabemos que êle é real.

XVII. — Em resumo, pode concluir-se que o artifício dos relógios, todos de *andamento uniforme*, mas atrasados sistemàticamente no sentido do movimento, origina tôdas as fórmulas da Relatividade Restrita e suas conseqüências, com a vantagem de tornar muito compreensível e elementar, tanto a sua dedução, como a sua aplicação ao estudo dos diferentes casos possíveis.

Inversamente, podemos concluir que êsse artifício é uma conseqüência elementar de tais fórmulas. Para elas serem verdadeiras, somos arrastados à regulação progressiva dos cronómetros dos sistemas em movimento, embora os habitantes dêsses sistemas não tenham maneira directa de distinguir entre a própria simultaneidade relativa, e a simultaneidade absoluta, isto é a coincidência contínua da hora de relógios, prèviamente comparados por contacto directo.

Para se proceder a um estudo mais profundo destas questões, e independentemente do conceito da simultaneidade relativa, servir-nos-emos da fotografia instantânea de acontecimentos passados no mesmo ponto, pondo de parte fotografias em pontos diferentes, cuja simultaneidade é discutível. Registaremos assim horas de relógios diferentes, em contacto, assim como as respectivas distâncias quilométricas às origens de coordenadas, quer da via ideal, quer dos sistemas móveis.

Com o auxílio dessas fotografias, do raciocínio comum, e da Álgebra elementar, estudaremos com mais clareza, e discutiremas, o problema geométrico, tão interessante que nos ocupa, e que é o fundamento da Relatividade Restrita.

XVIII. — Para avaliarmos o grau de realidade prática das fórmulas da Relatividade, suponhamos que, prèviamente, desejávamos preparar os cronómetros dos sistemas, para as verificarmos depois, em movimento.

Consideremos primeiro os dois sistemas, em repouso, e em contacto; servindo-nos de um cronómetro de uma precisão ideal, regulado pelo movimento de rotação da Terra, e transportando-o ao longo dos dois sistemas (ou transmitindo a hora elèctricamente por meio de cabo), regulemos os diferentes relógios dos sistemas, atrasando-os, de acôrdo com as hipóteses iniciais, isto é, obedecendo ao coëficiente α, das fórmulas conhecidas

$$\alpha = \frac{x - x'}{x + x'}; \quad v = \frac{x^2 - x'^2}{x^2 + x'^2} = \frac{2\alpha}{1 + \alpha^2}; \quad T = H(1 - \alpha^2);$$

assim, os relógios dos sistemas ficarão atrasados, no sentido do movimento projectado à velocidade v, à razão de α segundos por cada 300.000 K.

Estando tudo assim preparado, façamos agora correr os

sistemas K e K′, um sôbre o outro; à passagem das suas origens K_0 e K'_0, em contacto, as suas horas coincidirão, visto que todos os seus relógios têm o mesmo andamento. Se nesse instante produzirmos um relâmpago no ponto de contacto, a sua propagação ao longo dos sistemas móveis parecerá isotrópica; isto é, a luz irá encontrando os seus cronómetros a marcarem horas tais que

$$x = ct \quad \text{e} \quad x' = ct';$$

além disso, tanto as medições a *comparador* (ou mesmo a *taqueómetro* instalado a meio do comparador), como as comparações entre os relógios dos dois sistemas, etc., obedecerão às conclusões relativistas.

Não deve pois restar dúvida de que o atrasamento sistemático dos relógios móveis é uma necessidade prática das fórmulas fundamentais da Relatividade.

XIX. — As novas fórmulas permitem uma mais fácil discussão do célebre paradoxo, que tanto contribuíu para vulgarizar a Relatividade, e por causa do qual alguns scientistas (segundo Nordmann) se têm acusado recìprocamente de falta de compreensão da Teoria de Einstein: tal é o caso do viajante, a bordo de um projéctil animado de velocidade ligeiramente inferior à da luz. Segundo alguns relativistas, êsse viajante, encontrando os relógios da estrada sucessivamente adiantados, poderia, ao voltar ao ponto de partida, no fim de uma viagem de dois anos, encontrar o Mundo e os seus habitantes envelhecidos de mais de dois séculos.

Aquele projéctil seria o nosso ponto K'_0, e a estrada o sistema K, cujos relógios se adiantam aparentemente em relação ao cronómetro de K'_0, de acôrdo com a convenção do atrasamento no sentido do seu movimento. O passageiro do projéctil K'_0 seria assim talvez levado a acreditar que o seu

relógio anda lentamente; mas de acôrdo com as nossas hipóteses iniciais, já sabemos que, no mesmo momento absoluto, os relógios de K'_0 e de K_0 marcam exactamente a mesma hora.

Para nos facilitar o estudo, e por reciprocidade, devemos admitir que no ponto K_0 vai, ao mesmo tempo, outro viajante, o qual, correndo sôbre o sistema K′ em sentido inverso do seu movimento, e com a mesma velocidade de K'_0, como êste primeiro viajante, vai vendo os relógios de K′ sucessivamente adiantados.

Se invertermos sùbitamente, no mesmo instante absoluto, e, portanto, também à mesma hora dos relógios K_0 e K'_0, o sentido do movimento dos dois projécteis e respectivos sistemas, todos os relógios de ambos terão de ser, de salto, de novo regulados de modo a ficarem atrasados no sentido do novo movimento, que é agora o sentido em que antes estavam adiantados. Naturalmente, não poderemos tocar nos relógios de K_0 e K'_0, habitados pelos dois observadores, e cujo tempo, T, deve correr contìnuamente, sem saltos.

Na viagem de volta, qualquer dos viajantes irá de novo encontrando os relógios do outro sistema — segundo a nova regulação — sucessivamente adiantados, como encontrara à ida. E, quando os dois viajantes passarem um pelo outro, em frente do relógio padrão O, os seus relógios K_0 e K'_0, marcarão exactamente a mesma hora, de acôrdo com as fórmulas da Relatividade, e os princípios elementares que presidiram à sua dedução, como é o de admitir que os relógios e cronómetros, embora indicando horas diferenrentes, *têm exactamente o mesmo andamento*.

Aquela inversão súbita do movimento não poderia, é certo, fazer-se no caso de um projéctil dotado de inércia; mas podemos admiti-la teòricamente para um ponto material, como a admitimos na reflexão da luz, que se faz sem dedução na sua velocidade. De resto, podemos aceitar que

aquela inversão de sentido do movimento (e regulação dos relógios) levaria algum tempo, o mesmo para os dois projécteis K_0 e K'_0, cujos relógios continuariam, emquanto se fizesse a inversão, a indicar exactamente o mesmo intervalo de tempo, um segundo ou uma hora.

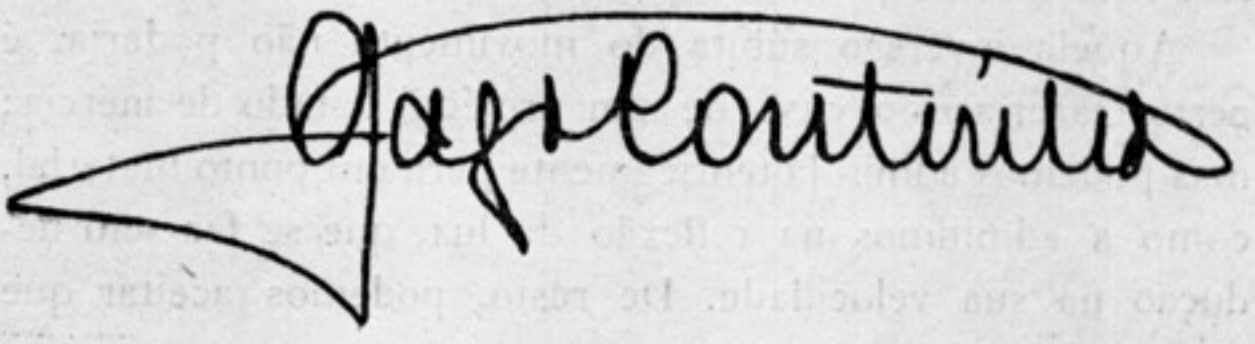
Poderíamos ainda supor que os viajantes encontravam, à mesma hora dos seus relógios, outros dois projécteis, recolhendo em sentido inverso, mas com a mesma hora e velocidade, ao relógio padrão: e estes viriam a encontrar-se lá, marcando os seus cronómetros a mesma hora.

Em qualquer caso, os viajantes primitivos, quer se aceite a inversão de movimento, quer idealmente os façamos saltar para os sistemas que recolhem em sentido inverso, visto que à partida lhes acertámos os seus relógios no zero, lerão sempre nêles a mesma hora no mesmo instante absoluto; e, onde quer que se encontrem de novo em contacto, os seus relógios imóveis ou em viagem, terão sempre *o mesmo andamento*, porque *foi nesta hipótese que se deduziram as fórmulas da Relatividade,* para os sistemas recíprocos.

Assim, a Teoria da Relatividade não nos pode impedir de envelhecer: o correr da vida não dá saltos, como foi necessário dar aos ponteiros dos cronómetros daqueles sistemas, para os forçar a adaptarem-se à isotropia relativista da luz, quando lhes invertemos o sentido do seu movimento.

(Segue a discussão das fórmulas).

Lisboa, 1925 Novembro. *(Continúa).*



A PROPÓSITO DE PATRONÍMICOS (1)

Os nomes patronímicos medievais terminavam, como é sabido, em *-z*, isto é, em *-iz* ou *-ez*, *-az*, *-oz*, e às vezes em *-uz*. A origem dêles, sobretudo dos patronímicos em *-ez*, tem sido bastante debatida. Meyer-Lübke, em 1917, *Altportugies. Personennam*, II, 5-20, referiu e discutiu tudo ou quási tudo o que até então se fizera, e lembrou que o ponto de partida para *-ez* seria *Dominici*, de *Dominicus*. Por *Umlant*, *Dominici* deu *Dominiz* (em vez de *Domeniz*), que, estando a par de *Domengo*, transmitiu a êste a vogal tónica, e sob o influxo dêle se mudou em *Dominguiz* (p. 11). O *-z* dos nomes em *-icus*, cuja verdadeira natureza deixou de se perceber, — pois que, em virtude da



J. LEITE DE VASCONCELOS

---

(1) Abreviaturas adoptadas neste escrito:
C. = *Corpus (inscriptionum Latinarum)*;
DC = *Diplomata et Chartae* (nos *Portugaliae Monumenta historica)*;
IHC = *Inscriptiones Hispaniae Christianae*, de Hübner;
MLI = *Monumenta linguae Ibericae*, do mesmo Hübner;
Zs. = *Zeitschrift für romanische Philologie*.

assibilição do *c* antes do *i*, a diferença entre o nome do pai e o patronímico ficou demasiadamente grande —, foi aqui tido como sinal de patronímico, e juntou-se ao *i* dos outros nomes (p. 12). Schuchardt fêz ao trabalho de M.-L. algumas observações, em 1918, no *Ltbl. f. g. u. r. Phil.*, XXXIX, 194 ss., a que M.-Lübke respondeu, em 1921, na *Zs. f. Rom. Phil.*, XL, 208-210. Vid. também a *Einführung* dêste autor, 3.ª ed., § 261, onde resume a sua doutrina.

Ultimamente, em 1921, Schuchardt ocupou-se dos patronímicos em *-ez* na *Zs.*, XLI, 702-703, atribuindo-lhes origem ibérica: como em ibérico o sufixo *-ko-* significa descendência, por exemplo, *Abili-ko,* «de parentesco abílico», e o genetivo singular no mesmo idioma termina em *-n-*, podia o genetivo singular *Abilikon* ser traduzido em latim por *Abilici,* donde no latim da Hispânia se criaria *Lupici, Martinici*, origem de *Lopez, Martinz.*

Abstraindo do ibérico, suponho que não andei muito longe desta explicação alguns anos antes, nas *Lições de Philologia,* 1911, p. 177, nota 2 (onde contudo, em lugar de *patris,* eu deveria ter pôsto, mais explìcitamente, *generis*). Vou aqui desenvolver o que então disse, e isto ao mesmo tempo servirá de comentário a Schuchardt (se tão grande luminar da Sciência necessitasse de mim!).

Em *Adtina Onorici,* D C, p. 19, temos, no meu entender, o sentido de *Adtina generis Onorici,* «Adtina de estirpe onorica», ou «de Onório». O mais simples seria dizer *Adtina filius Onorii,* ou ainda *generis Onorii*, com a mesma construção que em latim *homo infimi generis,* e cfr. *Scipionis genus,* e *gens Aemilia* (adjectivamente); mas era aquele o uso. Facilitava-o a voga que tinha na *Iberia* o sufixo *-icus.* Nos MLI, p. 254 ss., encontram-se bastantes exemplos do emprêgo de *-icus.*

Albicus
cf. *Alb-on-iu-s*
Alb-ura
Ammica
cf. *Ammianus*
Ammo, vir
Antubellicus
Aranicus
Boudica
cf. *Boudenna*
Caenicus
cf. *Caenia*
Caeno, vir
Caricus
cf. *Cario*, vir
C. Cari f(ilius)
Caturicus
cf. *Caturis, Caturo*
Docilico
Docquiricus
Garonicus
cf. *Garos (Garosa?)*
Luguadicus
Medanica
Moericus
Olonicus
Olyndicus
Pagusicus, -a
Pedilicus
Pellicus
cf. *Pelius, Pellus*
Plandica
Sonnica
Tallicus, Talticus
Titicus
cf. *Titaius* = *Tit-aius* no *Boletín de la Acad. de la Hist.*, LXIII, 235.
Tritalicus
cf. *Trit-aius*
Turaucicus
Urcico
Vaenico, mulier
cf. *Venica* infra
Vatricus
cf. *Vatro*, mulier
Venica
cf. *Veninus*, e *Vaenico*.

A significação genealógica do sufixo *-icus* é bem manifesta numa inscrição romana do aro de Beja (*Corpus*, II, 99): *C. Albius C. f[G]al. Albicus*, isto é, «*Caius Albius Albicus*, filho de *Caius Albius*, da tribu Galéria». Um filho de *Albius* recebe o cognome de *Albicus*. É certo que temos aqui o nominativo, como com razão observa M-Lübke in *Zs. f. rom. Philol.*, XL, 209; contudo o que eu quis patentear agora foi a função do sufixo.

Diz Meyer-Lübke, II, 10, que não se sabe se o *i* é breve,

se longo, e que até a favor de ser longo está o aparecer às vezes *-icca*. Mas por outro lado podemos supor que, pelo menos, em certos casos, é breve, como se vê de *Indovelecus*, nome de um deus, onde existe o mesmo sufixo *-ĭcus: Endovelicus*. Sendo longo o *i*, não teríamos *-ēcus*. Cf. também *Célticus, Céltica,* na Ibéria.

Se *-ĭz* se explica pois razoàvelmente por *-ĭci,* seria muita ousadia admitir que também *-az, -oz, -uz* poderiam explicar-se respectivamente por sufixos ibéricos, *-ac-, -oc-, -uc-*, isto é, por *-aci, -oci* (a-pesar-do que àcêrca de *-oz* diz M-Lübke, II, 15) e *-uci?*

Nas inscrições da Península encontramos, por exemplo, os seguintes nomes de pessoas (vid. MLI, *loc. cit.,* e cfr. p. CIII, CIV), embora talvez nem em todos êles, como também nos em *-icus,* as terminações sejam sufixos pròpriamente ditos:

-ac-	-oc-
Attisaga	*Annoca,* mulier
Rhyndacus	*Anno,* vir
Samacia = *Sam-ac-ia*	cfr. *Ano* dat.
cf. *Sam-aius*	*Corocuta,* vir = *Cor -oc -uta?*
Tavacca, mulier	cf. *Coria*
Turaga = *Tur-aga*	*Toloco*
cf. *Turaius, Turancus*	*Tiogilus* = *Ti-og-ilus?*

-uc-

Nos mesmos MLI, *loc. cit.,* estes nomes de pessoas:

Bessuca

Contuci (Contucus).

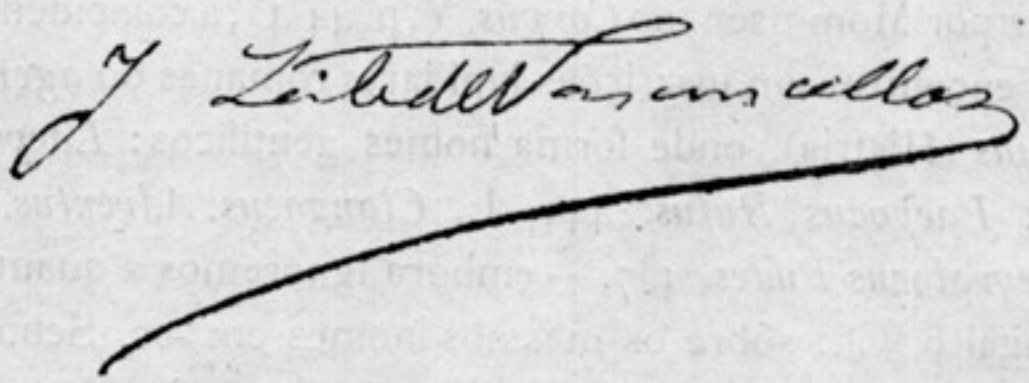
Que, pelo menos, em *-ac-* era longo o *a,* o mostra o topónimo hespanhol *Arriaga,* de *Arriaca;* e cfr. *Tavacca*

supra. Há nomes de deuses indígenas em *-ac-*, como *Turiacus*, e de povos em *-oc-*, como *Naebisoci*, que têm também, como os nomes de pessoas, carácter adjectival. A propósito dêste último sufixo notarei, como já foi lembrado a primeira vez por Mommsen, no *Corpus*, V, p. 44-45, a coincidência de êle se encontrar em inscrições lapidares romanas do *ager Piquentinus* (Histria), onde forma nomes gentílicos: *Laepoca*, 443, C. *Laepocus Rufus*, 444, L. *Clangocus Adventus*, 436, L. *Fervalocus Pudes*, 437, — embora ignoremos a quantidade da vogal *o*. Cf., sôbre os mesmos nomes em *-oc*, Schulze, *Zur Gesch. lateinischer Eigennamen*, p. 41-43. Há a par nomes etnico-geográficos em *-uc-*: *Man uc-iq(um)*, *Sambr-uc-ola*, etc.: vid. MLI, p. CIV. Pois que os patronímicos em *-uz* não são muitos, poderia alguem lembrar-se de que êles resultaram da generalização de um genetivo como *Luz*, de *Luzi* (de *Luzo: Lucius*), onde o *-u-* pertence ao tema: em todo o caso a simetria com *-oz* e *-az* parece fazer pressupor a existência de um sufixo especial.

Da freqüência do emprêgo dos nossos patronímicos (Suario *Sandiniz*, DC, p. 82, *Kintila Kintilázi*, ib., p. 87, David *Domingóz*, ib., p. 246, Scapa *Monniuz*, DC, p. 33), veio a perder-se a noção de que êles eram adjectivos, e pôde dizer-se, por exemplo: DC, p. 36, século x, Ansur prolix *Goesteiz;* DC, p. 355, século xi, *Leoderigus* (= *Leodericus)*, prolix *Leoderiqiz* (onde *prolix* = *proles*, equivale a *filius*), em vez de *Leoderiqui*.

O sistema dos nossos patronímicos temo-lo em comum com a Hespanha, onde não só há *-iz* (-ez), mas também *-az*, e *-oz:* vid. Menéndez Pidal, *Mio Cid*, I, 242 ss.; e M.-Lübke obras citadas. No *Cartulaire de Gellone*, publicado por Alaus, Cassan e Meynial em Montpellier, em 1898, encontrei igualmente *Poncius filius Ermeiroz*, p. 19, do século xi; talvez porém o escriba fôsse hispano. Temos aqui, do mesmo modo que em cima, perdida a noção do patronímico, visto

que se juntou *filius*. Á forma *Ermeiroz* corresponde em documentos nossos *Ermiario, Ermiarizi, Ermiariz*, no século x, *Ermieiro*, no século xi: de origem germánica.



SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 2, pag. 270)

ARANDA (MATHEO DE)

Musico hespanhol, que exerceu a sua profissão em Portugal, na primeira metade do século XVI. É provavel que viesse para o nosso paiz chamado ou attrahido pelo cardeal infante D. Affonso, filho de D. Manuel, arcebispo de Lisboa e bispo de Evora. Na Sé de Lisboa foi Matheus de Aranda mestre de capella e em 1544 nomeado professor da cadeira de musica da Universidade de Coimbra. O povo d'esta cidade não recebeu bem os professores extrangeiros que D. João III mandara vir para regentar n'aquelle estabelecimento scientifico, sendo Aranda uma das principaes victimas. Attribue-se a sua morte a desgostos pela violencia d'esses ataques. O seu cadaver não ficou todavia sepultado nas margens do Mondego, havendo amigo piedoso que fez conduzir a sua ossada para Evora, onde a Misericordia lhe deu sepultura em 2 de junho de 1549. É natural que fosse o bispo, seu amigo e protector, que lhe prestasse esta homenagem.

Aranda publicou em Lisboa em 1533 e 1535 dous tractados um de *Canto llano* e outro de *Canto mensurable,* dedicados ao cardeal infante D. Affonso. Ambos estes tractados trazem as respectivas cartas de privilegio, mas só se acha registada a de canto de orgão.

Pero Trigueiros succedeu a Aranda na regencia da cadeira da Universidade, sendo nomeado para este cargo em carta de 21 de abril de 1548. Vide *Trigueiros (Pero).*

Veja-se o que sobre Aranda escrevi no meu livro *Artes e artistas em Portugal* e o respectivo artigo no *Diccionario* do sr. Ernesto Vieira.

Publico em seguida a carta de privilegio, e a carta de professor da Universidade que se encontra n'um livro existente no Cartorio da Universidade e que tem por titulo na lombada *Documentos de D. João III,* fol. 122. Devo a copia d'este documento á amabilidade do meu bom e ilustre amigo Dr. Augusto Mendes Simões de Castro.

«Dom Joham &c faço saber a quantos esta minha carta vjrem e o conhecimento della pertencer que eu hey por bem que da feytura desta a cynquo annos nenhũa pesoa posa imprymir nem mandar inpremir o tratado que Mateus daramda, mestre da capella da see desta cidade, fez sobre o camto chaõ que ja he impremido e asy o que ora faz de camto dorguão se nã elle nem os posa nynguem trazer de fora destes Reynos vender neles, porque duramdo o dito tempo hey por bem, como dito he, que o dito Mateus d'Aramda os posa mandar inpremir e vemder e naõ outra nenhũa pesoa sem sua licença, e achandose que algũa pesoa os mande inpremyr ou os traz de fora do Reynno a vemder pague cem cruzados, ametade pera os catyuos e a outra metade pera quem o acusar. Jorge Fernandez a fez em Evora a sete dias de julho de myll b^{c} xxxiiij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III,* liv. 20, fol. 124 v.).

«*mateus darãda.* — Eu ElRej faco sabr̃ a vos Rector e lentes deputados cõselh^{ros} da Vniuersidade de coimbra q̃ por auer por meu seruiço e bem desa vniuersidade q̃ aja nela hũa cadr^{a} de musica e confiando de mateus darãda mestre de capela da see desta cydade e da sua sufficiencia e pla boa ẽformacaõ q̃ dele tenho me pz de ho prouer da dita cadr^{a} p^{a} q̃ aleya ẽ dias de sua vida com sesenta mjl r̃s dordenado cada hũ año noteficouolo asy e vos mãdo q̃ ho metaaes logo ẽ posse da dita cadr^{a} e lha leyxeys ler e auer os ditos lx r̃s dordenado cadaño os quaes lhe serão pagos plo R.^{or} das rẽdas has tercas do Año como se pagauaõ os outõ ordenados dos outros lentes e comecara de vencer o dito hordenado do

dia q̃ comecar a ler ẽ diante e plo trelado deste alu[a] q̃ se Regystara no liuro da desp[a] do dito R[or] pelo espvaõ de seu cargo cõ conhecim[to] do dito mateus darãda mãdo aos contadores q̃ lhos leuẽ cadano ẽ conta e hey por bẽ q̃ este valha e tenha força e vigor como se fose carta feita em meu nome p mý asinada e pasada p mjnha Cr[ia] sẽ ẽbargo da hordenacaõ do 2º Liu[ro] tit. 20 q̃ diz q̃ as cousas cujo efeyto ouuer de durar mais de hũ Año pasẽ p cartas e pasãdo p alu[as] nõ ualhão. E ualera our[o] sy posto q̃ nõ seja pas[do] p[la] Cr[ia] sem ẽbargo de hordenaçaõ ẽ cont[ro] m[el] da costa a fez ẽ euora a xxb, de Julho de b[c] corẽta e quatro. q̃ntino mîz o trelades ao proprio».

ARAUJO (FREI ANTONIO DE)

Vide *Ruy da Costa*.

ARCADO (ANTONIO GONÇALVES)

Capellão e organista das capellas de D. Affonso na sé de Lisboa. Por sua morte, foi nomeado para o substituir, por provisão de 14 de junho de 1700, *Antonio Machado*. Vide este nome.

ARNÃO

Tamboril

«Arnãao, nosso tamboril. Doaçaõ de moradas de casas que saõ na Judaria grande na rua que vem ao poço dos cãaes, que ategora fizeram fogo á esnoga aforam[to] em 3 pessoas 1200 reaes br[cos].» Carta de confirmação de 9 de julho de 1498. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 31, fol. 22 v.).

AROUCHE (ANTONIO RODRIGUES)

Cavalleiro fidalgo da Casa real e musico da Camara. D. Filipe I lhe fez mercê, em carta de 17 de maio de 1586, de tres moios de trigo de tença annual.

Arouche tinha uma propriedade em Collares, no logar do Penedo, onde se chama a Presinha, acima da cruz da

Rua do Ouro, quando vão para S. Sadorninho. Tendo nascido ali proximo, na aba da Serra, uma pouca d'agua, Arouche pediu-a a el-rei para a aproveitar na sua fazenda. Ouvidas as authoridades competentes, el-rei fez-lhe mercê d'ella em carta de 28 de janeiro de 1588.

«Dom Phyllipe &c faço saber aos que esta carta virem que avendo respeito aos seruiços de Antonio Roĩs dArouche, caualeiro fidalgo de minha casa e meu musico da camara, e a me seruir no dito foro de musico e ser necessario para meu seruiço, querendolhe fazer merce, ey por bem e me praz que elle tenha e aja de minha fazenda iii mojos de trigo de tença em cada hum anno como tem cada hum dos outros musicos. E mando a dom Fernando de Noronha, conde de Linhares, do meu conselho do estado e vedor de minha fazenda, que lhe faça asentar os ditos tres moyos de trigo de tença no liuro della e de xx dias dabril deste anno presente de b^{c}lxxxbj em diante que lhe delles fiz merce despache cada anno em lugar onde aja bom pagamento, e per frimeza disto lhe mandei dar esta carta de padrão, por mim asinada e aselada com o meu selo pendente. Gonçalo Ribeiro o fez em Lisboa a xbij dias de Mayo de j̃b^{c}lxxxbj. E eu Ruy Dias de Menezes o fis escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações,* liv. 10, fol. 330 v.).

«Don Filipe &c aos que esta carta virem faço saber que Antonio Roĩz dArrouche caualeiro fidalgo de minha casa e meu musico da camara, me enuiou dizer per sua pitiçaõ que junto ao lugar do Penedo, termo da vila de Colares onde se chama Presinha, acima da cruz do Rua douro *(sic)* quando vaõ pera saõ Sadorninho nacia hũa pouca dagoa nas fraldas da serra, que por ser muito pouco se somia na terra, e naõ era agoa que podese ir as outras agoas com que no veraõ se regauã os pumares, e per quanto elle tinha sua fazenda no dito lugar do Penedo, perto donde nacia a dita agoa e a querya aproueytar, me pidia lhe fizese merce della pera a benefficiar e leuar a dita sua fazenda sendo pera iso, sobre que mandey fazer deligemcia pello licenceado Simão Ferreira, juiz de fora da villa de Sintra, que tomando ẽformação do almoxarife da dita vila de Sintra, que tem cargo de repartir as agoas que se regaõ os pumares, e do juiz, vereadores e officiaes da camara da vila de Colares, a que mandey que ouuise acerca da dita agoa, respondeo per sua carta que o dito almoxarife de Sintra, juiz vereadores e officiaes da camara da vila de Colares naõ tinhaõ duuida a se dar a dita agoa ao dito

Antonio Roiz, como se veria pello auto de deligencia que com elles fez, asinado per todos, em que respondera que a dita agoa sera somente cantidade de hũa pena pouco mais ou menos e que onde nacia se somia logo na mesma lama, pello que naõ era em perjuizo do pouo nem de pessoa allgũa darse ao dito Antonio Roiz per ser agoa que naõ hia a moinho nem a rego allgũ de regar, e avendo eu respeito ao que o dito Antonio Roiz me asi enuiou dizer em sua petiçaõ e a informaçaõ que acerca disso se ouue pello dito juiz de fora e visto a reposta do allmoxarife de Sintra, juiz, vereadores e officiaes da camara da villa de Colares, ey por bem e me praz, por esta presente carta, fazer merce ao dito Antonio Roĩz, como de feyto faço, merce da dita agoa, asi e da maneira que a min pertence e milhor se com direito me daua e haja de pertencer pera que elle a logre e posua e beneficie aproueite e leue a dita sua fazenda e com ella regue as suas aruores e faça della o que lhe prouuer como de cousa sua propria, e portanto mando ao almoxarife da dita vila de Sintra que o meta de pose da dita agoa e dahy em diante lhe deixe benefficiar, aproueitar, lograr e pessuir sem a iso lhe por duuida nem embargo em tempo allgũ porquanto lhe faço della merce pella dita maneira e asi mando a todos os corregedores, ouuidores, juizes e justiças, e officiaes da camara da vila de Colares, e a quaes quer officiaes de mynha fazemda, a que esta minha carta for mostrada e o conhecimento dela pertencer que em todo lha cumpraõ e guardem e fação inteiramente comprir e guardar como se nela cõtem sem mingoa nem desfalecimento allgũu, porque asi o ey por bem, como dito he, a qual se trasladara no liuro da camara da villa de Colares pera se em todo tempo ver e saber como lhe asi fiz merce da dita agoa, e por firmeza de todo lhe mandei dar esta per mim asinada e asellada do meu sello pẽdente. Antão da Rocha a fez em Lixboa a xxbiij de janeiro anno do *nacimento* de noso Senhor Ihũ Xpo de mil l^{e} lxxxbiij. E eu Manuel dAzeuedo a fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 18, fol. 90 v.).

ARRIAGA

Instrumentista do tempo de D. Manuel. Na *Miscellanea* de Garcia de Resende lê-se, na decima relativa á musica, o seguinte verso:

Arriaga, que tanger!

ARZE (BELCHIOR D')

Cantor d'el-rei D. Sebastião, que a 16 de agosto de 1563 lhe deu, de tença annual, tres moios de trigo. Em 29 de outubro de 1568 concedia-lhe outra de dez mil reaes, emquanto lhe não fizesse outra mercê que os valesse. Alcançou o reinado de D. Filipe, que a 14 de fevereiro de 1583 subscrevia uma carta de tença de egual quantia á já mencionada.

«Dom Sebastiaõ &c aos que esta minha carta virem faço saber que avendo eu respeito aos seruiços que tenho recebidos de Belchior darze, meu camtor, ey por bem e me praz de lhe fazer merce de tres moyos de trigo de temça cada ano em dias de sua vida de janeiro que pasou deste ano presente de quinhetos sasemta e tres em diamte, e mamdo aos vedores de minha fazemda que lhos façaõ asẽtar no liuro dela e despachar cada ano pera lugar omde deles aja bom pagamento, e por firmeza de todo lhe mãdey dar esta carta por mym asynada e pasada por mynha chancelaria e aselada com ho meu selo pendemte. Dada na cidade de Lixboa a xbj dias dagosto. João Aluares a fez ano do nacymento de noso Senhor Ihũu Xpõ de jb^{e}lxiij. E eu Aluaro Pirez o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv 9, fol. 426 v.).

«Dom Sebastiaõ &c aos que esta carta virem faço saber que avemdo respeyto aos seruiços de Belchior dArze, meu cantor, ey per bem e me praz de lhe fazer merce de dez mil rs de tença em cada hum anno, em quanto lhe naõ fizer outra merce que os valha, porque fazemdolha, me allargará os ditos dez mill rs de tença, os quais começara de vemcer e aver do primeiro dia do mes de janeiro do ano que vem de jb^{e}lxix em diante, E mando aos veedores de minha fazemda, etc. Gaspar de Magalhaĩs a fez em Lixboa a xxix dias doutubro ano do nacimento de noso Senhor Ihũ Xpõ de jb^{e}lxbij, e por que eu fiz esta merce ao dito Belchior dArze a xxbj dias deste dito mes, do qual tempo ate fim de dezembro deste ano lhe mõtão aver mill seys cemtos e nouẽta e cinquo rs a respeyto dos ditos dez mill rs por anno, lhe mandey dar prouysaõ pera ser delles paguo em J^{o} Aluẽz dAndrade, meu thesoureiro mor. Sebastiaõ da Costa a fez espreuer». (Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 23, fol. 54 v.).

«Dom Felipe &c Aos que esta minha carta virem faço saber que avendo respeito aos seruiços de Belchior Arze, meu cantor, e por lhe fazer merce ey por bem e me praz que elle tenha e aja de minha fazenda do primeiro de janeiro deste anno presente de b^{c} lxxxiij em diante dez mil r.^{s} de tença cada anno em dias de sua vyda, que lhe seraõ pagos com certidaõ do capellaõ mor ou em sua ausencia do dayaõ de minha capella de como serue autualmente em ella e sendo caso que em allgũu tempo adoeça de infrimydade ou velhice que lhe impidaõ seruir de minha capella, ei por bem que se lhe paguem com a dita certidaõ de como pella dita causa deixou de seruir, e por tanto mando aos vedores de minha fazenda que lhos façaõ asentar no L.º della e do dito janeiro em diante despachar cada anno em parte onde lhe sejaõ bem pagos, e por firmeza de todo lhe mandei dar esta por mim asinada e sellada do meu sello pẽdente e ao passar delle pella chancelaria naõ pagara nella direitos allgũs que pertençã a minha fazenda desta tença por quanto lhe faço delles merce. Antão da Rocha o fez em Lixboa a xiiij dias de feuereiro de jb^{c} lxxxiij. E eu Manuel dazeuedo a fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 4, fol. 143).

AUGUSTA (D. ANNA)

Nas *Poesias* de João Evangelista de Moraes Sarmento, colligidas por alguns de seus amigos e publicadas no Porto em 1847, encontram-se os dois seguintes sonetos:

Feito por occasião de ouvir cantar a D. Anna Agusta na occasião do seu casamento.

Por negar-me a cantar taõ gentilmente

Naõ direi que dos Cisnes a doçura,
Gentil gorgeia na garganta tua,
Nem que o velho Saturno a inveja crua
Desfranzira com gosto a catadura.

Naõ direi que a affliçaõ mais negra e dura
Rapida foge; qual a sombra nua,
Nem que ao ouvir te de prazer fluctua,
Pasmada a noite na sublime altura.

Que se abale encantada a redondeza,
Que sinta aquillo mesmo que naõ sente,
Naõ causa ao meu pensar menor surpresa.

Só o que agora vem á minha mente,
He praguejar a negra natureza
Por negar-me o cantar taõ gentilmente.

Á mesma Senhora

Crescer em mim o Amor que era infinito

Aos encantos da méllica harmonia,
Já soberbas montanhas se arrastáraõ
Rudes, erguidos cerros se tornáraõ
Frescos valles, amenas pradarias:

Já deposta a selvagem tyrania
Os mais ferozes monstros se amansáraõ
E até as gargantas tres já se fecháraõ
Do monstro que no Inferno atraz bramia.

Milagres disputáraõ assombrosos
Do doce canto no gentil conflicto,
Lino, Orfeo, Anfiaõ, mestres famosos.

Tu fazes inda mais do que está escrito,
Porque fazem teus sons harmoniosos
Crescer em mim o amor que era infinito.

AVONDANO (PEDRO ANTONIO)

Pedro Antonio Avondano, compositor de merecimento, tem o seu nome vinculado no *Diccionario de musicos* do sr. Ernesto Vieira em um artigo bastante extenso, por n'elle se tratar tambem da reorganização da Irmandade de Santa Cecilia, de que Avondano foi um dos principaes promotores.

Graças a dois documentos, até agora ineditos e inexplo-

rados, posso dar maior amplitude áquelle artigo, esclarecendo factos, mal conhecidos ou duvidosos, e adiantando outros inteiramente novos.

São dois processos de habilitação: um para cavalleiro do habito de Christo, por parte de Pedro Antonio Avondano; o outro para Familiar do Santo Officio, por parte de seu irmão Antonio José Avondano.

Pedro Avondano não foi agraciado directamente com o grau de cavalleiro da Ordem de Christo, obtendo essa honra por meio de renuncia que n'elle fizera Luis Mendes Pestana, legitimo e primitivo possuidor d'aquella mercê, que lhe fôra concedida pelos serviços prestados, como militar durante vinte sete annos desde soldado até ao posto de alferes. Com o habito tinha a tença de vinte mil réis, que ficou assim repartida, 12$000 réis para Pedro Avondano e 8$000 réis para D. Maria Joanna Avondano, a cada um dos quaes se passou o respectivo padrão.

Esta renuncia não podia ter validade, sem que primeiro se instaurasse um processo pelo qual se mostrasse, que Pedro Avondano tinha os requisitos indispensaveis para entrar na Ordem. Foi o que assim succedeu.

Pedro Avondano, sujeitando-se ás formalidades, requereu, por tanto, que se procedesse ao exame das suas habilitações e que se lhe tomasse o respectivo deposito.

A petição teve o competente despacho a 15 de junho de 1767, determinando-se-lhe que depositasse a quantia de 50$000 réis.

No requerimento declara elle que nascera em Lisboa, que fôra baptisado na freguezia das Mercês, que morava ao cabo da rua da Cruz e que era filho segundo de Pedro Jorge Avondano. Seu pae, baptisado na freguezia de S. Nicolau Magno de Villa Nova (aliás Novi) na republica de Genova, viera aos dezanove annos para Lisboa, onde se casára na freguezia da Encarnação com D. Maria Luisa Lompré, baptisada na fre-

guezia de S. Paulo. Pedro Jorge residira sempre na corte até seu fallecimento.

Seus avós paternos chamavam-se: João Baptista Avondano, e Maria Catharina Boné (ou Bovone), naturaes da mesma cidade de Novi; os maternos eram Pedro Riguido (ou Roguidiau), que sob o nome de Pedro do Prado, exerceu a medicina n'esta côrte, baptisado na parochia de S. Leonardo de Nantes, e D. Luiza de Thiez (ou Lithieis), baptisada na freguezia de N. Senhora du Mené, da cidade de Vannes, tudo na Bretanha.

Concertei esta genealogia confrontando os dois processos, onde ha divergencia na maneira de orthographar os apellidos e os nomes geographicos. Em um e outro os depoimentos das testemunhas fornecem pormenores para esse quadrosinho do viver artistico e social da epoca, em que os subditos italianos entram com o seu contingente assaz razoavel.

Principiemos por dar attenção ás que nos fallam de Pedro Avondano.

Abrem o cortejo tres operarios: Lourenço Henriques, tanoeiro, Jeronimo da Silva e Manuel da Silva, barbeiros, que não dizem nada digno de especial menção, a não ser o ultimo, que declara que Avondano «dava casa de baile publico na sua residencia á rua da Cruz».

Temos agora pessoa de mais consideração — Frei Vicente de Jesus, religioso da terceira ordem de S. Francisco, mestre da capella do Convento de Jesus, de setenta e tres annos de idade. Disse que Avondano ganhava a sua vida com a rabeca (que seu pae lhe tinha ensinado) tocando-a em todas as funcções, para que era chamado, tanto eclesiásticas, como seculares; que havia annos a esta parte que dava na propria casa onde assistia baile publico aos estrangeiros e nacionaes, recebendo ao tempo em que era chamado para as ditas festas a quantia de dinheiro por que se ajustava, e que tambem era rabeca da camara de Sua Magestade. Ou-

vira dizer que seu pae viera das partes da Italia para esta corte e que por ser grande tangedor do dito instrumento lhe fizera mercê el-Rei D. João V, do logar de rabeca da sua camara, que sempre exercitara, o mesmo em todas as festas das igrejas e nas assembléas, por esportulas que recebia, tendo ao mesmo tempo a habilidade ou arte de fazer concertar todos os instrumentos de cordas e orgãos, os quaes vendia.

As restantes testemunhas pouco ou quasi nada mais adiantam, mas bastaria sua enumeração para dar realce a esta noticia, pois algumas d'ellas, já pela sua profissão, já por outras circumstancias, merecem não ficar no esquecimento, desafiando até a curiosidade a maiores pesquizas individuaes.

Limitando-me a apresentar a lista desses nomes, acrescentarei apenas a alguns d'elles qualquer pormenor mais sugestivo, que se deduza dos seus depoimentos.

Frei João Baptista, de sessenta e tres annos, religioso do Convento de Jesus. — Constava-lhe que Pedro Jorge Avondano viera de reinos estrangeiros em uma nau em trages de marinheiro e que entrára a exercer o tocar a dita rabeca, dando-se-lhe n'aquelle tempo grande estimação por ser o primeiro professor d'aquelle instrumento. Parece um episódio romantico sahido da imaginação do frade.

Pedro Ferreira de Oliveira, mestre violeiro, de sessenta e cinco annos, morador na Rua Formosa. Mais um nome a inscrever no catalogo dos artistas d'esta especialidade.

Caetano Francisco Cambiaso, negociante italiano, de cincoenta e um annos, morador na Rua Larga de S. Roque.

João Lucas della Casa, guarda livros, italiano, de quarenta annos.

João Baptista Pojo, de cincoenta e dois annos, alfaiate da casa da opera do Bairro Alto e nella morador.

Hoje é vergonha dizer *alfaiate* e emprega-se o francez *costumier*. Eu ousaria propor *tragista,* dirivado de *trajo*. O

sr. Manuel Carvalhaes usa o termo *vestieiro*. Tinhamos já o *vestimenteiro,* mais especialmente aplicado ao fabricante de vestimentas ou vestes sacerdotaes.

Jeronimo Rossi, de vinte oito annos, negociante, morador no palacio do Calhariz.

João Baptista Lougier, de cincoenta e seis annos, negociante italiano, morador na Rua da Barroca.

João Pisini, de quarenta e nove annos, cravista da Camara de Sua Magestade, morador junto a Belem. Disse que o habilitando tinha uma casa de assembléa para ingleses e hamburguezes, onde iam jogar e fazer seus bailes.

Pisini tem passado até hoje desconhecido como artista da sua especialidade.

João Pedro Thomás, de cincoenta e oito annos, rabeca da Camara de Sua Magestade, morador na Rua Nova da Bella Vista, disse que tendo ido a Villa de Novi alli conhecera e vira o avô paterno do habilitando, João Baptista Avondano, donde ouvira que era natural, tendo nesse tempo o exercicio de medidor de terras, e que em seus principios fôra alfaiate.

Ambrosio Amoretto, de sessenta e cinco annos, com loja de bebidas defronte da igreja patriarchal.

Maria Catharina Judice, viuva de João Thomaz Massa (antes Mazza), de cincoenta annos, moradora na Travessa da Oliveira, á Estrella.

Felix Maria Reco, de quarenta annos, negociante italiano, morador na Rua da Queimada.

Pedro Baptista Pedegache, de sessenta annos, negociante francez, morador na Rua de S. Domingos a Santos.

André Sauvan, de cincoenta e sete annos, negociante francês, morador na Rua dos Calafates.

Diogo Le Blanc, de setenta annos, mestre de dança, francez, morador na Rua da Fé, a S. José.

Das entranhas do processo se deduz que Pedro Avon-

dano nascera pelos annos de 1714. Effectivamente assim se confirma. Recorrendo á benevolencia e cavalheirismo do sr. dr. João Manuel Rodrigues Lima, digno Prior da freguezia das Mercês, este não tardou, com uma promptidão e amabilidade inexcediveis, em enviar-me copia do respectivo assento de baptismo, que é do teor seguinte:

«A dezesseis d'Abril de mil sente centos e quatorze baptizei Pedro, filho de Pedro Jorge e Donna Maria Luiza. Padrinho Pedro de Castro, trabalhador. Á margem do termo está a seguinte nota: — Este Pedro he filho de Pedro Jorge Avondano e sua mulher D. Maria Luiza, fez esta declaração em virtude de uma sentença de justificação, que fica no cartorio d'esta freguezia. Sete de julho de 1752. O cura Joaquim Ribeiro de Carvalho».

Os termos deste assento e a nota á margem fazem desde logo suspeitar alguma coisa de anormal. E na realidade assim succede. O baptisado foi á capucha por que o pae da creança ainda se não tinha matrimoniado. O casamento só se effectuou a 11 de fevereiro do anno seguinte, nascendo d'ahi a seis mezes o outro filho, Antonio José.

*
* *

O processo para familiar do Santo Officio de Antonio José Avondano, irmão de Pedro é de 1750 a 1751, e a respectiva carta de nomeação de 10 d'abril deste ultimo anno. Tinha por conseguinte o habilitando trinta e seis annos pois fôra baptisado a 11 de agosto de 1715, na freguezia de Santa Catharina, segundo se vê da certidão apensa ao sobredito processo, que é do teor seguinte:

«Certefico eu Manuel Teixeira da Cunha Notario do Santo officio que vendo na freguezia de Santa Catharina o Livro 1.º dos baptisados

que servio no anno de 1715 achey nelle a fl. 88 v. hum asento do theor seguinte:

«Em 11 de agosto de 1715 baptizou o P.re Cuadjutor Manuel Rodrigues de Carvalho a Anronio José filho de Pedro Jorge Avondano, batizado na freguezia de S. Nicolau em (sic) em Genova e de D. Maria Luiza batizada na freguezia de São Paulo d'esta cidade, recebidos na freguezia de N. S. da Encarnação desta cidade e moradores nesta minha freguezia na rua do Cabral. Padrinho por procurasão o senhor Infante D. Antonio e D. Monica Josefa da Sylveira. — O P. Cura Antonio da Cruz.

«E não se continha mais no dito assento ao qual me reporto».

A circumstancia de ser padrinho do neophito o infante D. Antonio, mostra que Pedro Jorge era muito conceituado no Paço.

Alem desta certidão, ha outras, em italiano, latim e francez, dos seus antepassados.

Antonio José Avondano cursava a Universidade de Coimbra, não se dizendo qual a faculdade, talvez a de medicina, seguindo o exemplo de seu avô materno. Se se formou em direito, não se encontra o seu nome na *Leitura de Bachareis.*

As testemunhas que depuzeram no processo foram as seguintes.

Fr. Mariano de Saint Brien e fr. Jacinto de Paimpol, capuchinos franceses.

José Maria Massa, de 44 annos, negociante italiano, natural de Novi, e morador na freguezia da Encarnação.

João Thomaz Massa, musico rabequista, natural de Novi, de sessenta annos, e morador ao fundo da Rua das Flores, defronte do Conde das Galveias, freguezia da Encarnação.

João Carlos Massa, sacerdote morador na Trafaria, natural de Novi, de 58 annos.

José Pinheiro da Silva, de 40 annos e Vasco Antonio da Silva, de 34 annos, carpinteiro de seges, naturaes: o primeiro

da freguezia de S. José, o segundo da de S. Sebastião da Pedreira, ambos moradores na de S. José.

João Maria Cavana, negociante italiano com loja de vidros junto ao chafariz dos cavallos, natural de Novi e morador na freguezia dos Martires.

*
* *
*

Concluirei este breve estudo com tres passagens da correspondencia diplomatica de D. Vicente de Sousa Coutinho, nosso ministro em França, a D. Luis da Cunha.

As duas primeiras, de Compiègne, de 24 de julho e 7 de agosto; a terceira, de Paris, de 9 de outubro, todas do mesmo anno de 1769 e n'ellas se faz referencia a um musico, ou mais de um. Não me atrevendo a destrinçar este ponto, por me parecer um tanto obscura a redacção das cartas. Só na ultima é que se enuncia o nome de João Baptista Avondano, muito provavelmente filho ou parente de Pedro Antonio.

Eis agora os alludidos trechos, cuja interpretação genuina submetto ao criterio do leitor:

«Chegou a Paris hum moço que toca Rabecão, e que se diz parente de D. Lucas, e escrevendo-me Piaggio que eu já teria recebido ordens de V. Ex.ª a seu respeito, não obstante faltar esta circumstancia, o hospedei em minha casa, e vendo que tinha necessidade de hum vestido e de camizas lhe mandei fazer, esperando que he a intenção de El-Rei N. S. Elle toca muito bem e mostra desejos de se aperfeiçoar com hum famoso Rabecão que assiste naquella cidade. De Copiégne a 24 de julho de 1769. (Tomo VII, officio 248).

«O rapaz de que V. Ex.ª me fala se acha em minha casa e eu farei a seu respeito tudo que V. M. me ordenar.

«Dice-me em Paris, mandando-lhe fazer um vestido de que precisava *que nesta terra era necessario brilhar mais do que em Italia* e eu lhe respondi que o ponto era aproveitar o tempo e fazer-se digno do favor que se lhe conferio. Eu presumo que não tem muito que aprender com os dois Professores de Paris, porque varias Pessoas que o ouvirão em minha presença, o achão já se não supperior, igual ao melhor d'elles. De Compiégne, 7 de agosto de 1769. (Tomo VII, officio 250).

«José Baptista Avondano que S. M. recomendou continua a exercitar-se com o famoso du Port, que ouvi o não achava ainda perfeito». De Paris, 9 de outubro 1769. (Tomo VII, officio 257).

Apesar de ter pormenorisado bastante a biographia de Pedro Antonio Avondano e da sua familia, estou convencido de que ainda se poderão obter mais particularidades, pesquisando em mais fontes de informação, taes como os cartorios de algumas parochias o archivo do *Tribunal de Contas* e o da *Universidade*.

«Senhor — Diz Pedro Antonio Avondano que V. Mag.de foy servido fazerlhe a merce do habito de Christo como se mostra da Portaria junta; e como para o receber necessita se lhe fação as habelitações da sua pessoa na forma dos Estatutos e definiçoẽs da dita ordem e se lhe torne seu depozito e se espessão as ordens necessarias Pede a V. Mag.de seja servido mandalo assim na forma pedida.

«Declara o suplicante ser natural desta cidade bauptizado na freguezia de N. S. das Merces e morador no fim da rua da Cruz. filho segundo de Pedro Jorge Avondano, bauptizado na freguezia de S. Nicolao Magno, de Villa Nova, Republica de Genova e veyo para esta cidade de 19 annos e nella assestio até seu falescimento e de sua mulher D. Maria Luiza bauptizada na freguezia de S. Paulo desta corte. Neto por parte Paterna de José Bauptista Avondano, e de sua mulher Maria Catharina Boné, naturaes da mesma Villa Nova, republica de Genova. Neto por parte Materna de Pedro Riguidó, e nesta corte se tratou exercendo a Arte da medecina em que era doutorado com o nome de Pedro do Prado. foy bauptizado na Parochia de S. Leonardo da cidade de Nantes, em Bertanha e de D. Luiza de Thieiz, bauptizada na freguezia de N. S. Domini Parochia de Vanes Diocezes da mesma cidade de Vata em Bertanha.

Declara que seu Pay e Avós Maternos vierão para esta corte, donde viverão muitos annos, até ao tempo de seus falescimentos e tem patria comũa nesta corte.—Como procurador *José Nunes Monteiro.* Depozitado 50$000 réis se passem as ordens necessarias. Meza 15 de junho de 1767 — *com cinco rubricas*».

«Antonio Baptista, Secretario do Conselho Geral do Santo Officio certefico que no secreto do mesmo conselho, no maço 112 do nome — Antonio — n.º 1937 se achaõ as deligencias que se fizeraõ para Familiar do Santo Officio a Antonio Joseph Avondano, Estudante e cursante na Vniversidade de Coimbra, solteiro, natural e morador desta cidade de Lisboa, e da sua petiçaõ consta declarar ser filho de Pedro Jorge Avondano, baptizado na Igreja de São Nicolao Magno da cidade de Novi, Estado de Genova, e de sua mulher Dona Maria Luiza Lompré, baptizada na freguezia de São Paulo desta corte; neto paterno de José Baptista Avondano e de Maria Catherina Bovone, ambos baptizados na dita freguezia de São Nicolao Magno, e materno netto de Pedro Ragidian, baptizado na Igreja de São Leonardo da cidade de Nantes em Bertanha que viveu e morreu nesta corte, sendo nella musico, e de sua mulher Luisa Lethieis, baptizada na Igreja de Nossa Senhora da Mercé, da cidade de Vannes, em Bertanha. As quaes deligencias foraõ aprovadas pelo Santo officio e se passou carta de Familiar ao dito Antonio Joseph Avondano em 10 de Abril de 1751, como dos mesmos a que me reporto, de que passei a prezente, que assignei em virtude do despacho retro do Conselho Geral. Lisboa 12 de Septembro de 1767 annos. — *Antonio Baptista*».

«El Rey Nosso Senhor tendo respeito aos serviços de Luis Mendes Pestana, filho de Lourenço Mendes Pestana, e natural de Olivença, obrados pelo militar na Infantaria desta corte e Provincia do Alemtejo, por espaço de 27 annos, 1 mez e 19 dias, em praça de soldado, cabo de esquadra, sargento supra, de numero, e ultimamente no posto de alferes continuados de 12 de junho de 1736 até o fim de Julho de 1763, dia antecedente aos do novo Regulamento das Tropas, procedendo no referido tempo com muito zelo do real serviço: Em satisfação de tudo: Ha por bem fazer lhe merce do habito de Christo com 20$000 reis de tença effectiva e faculdade para a renunciar, e por haver renunciado o dito habito de Christo com 12$000 reis de tença em Pedro Antonio Avondano, e os 8$000 reis que restaõ em Dona Maria Joanna Avondano, se lhes passaraõ Padrões em seus nomes das mesmas tenças que se assen-

taram nos Almoxarifados do Reino, em que couberem, sem prejuizo de terceiro, e não houver prohibição com o vencimento na forma das ordens de S. Mag.de o sobredito Pedro Antonio Avondano logrará os 12$000 reis de tença o titulo de habito da Ordem de Christo que lhe tem mandado lançar. Nossa Senhora da Ajuda 12 de Mayo de 1767. — *Francisco Xavier de Mendonça Furtado*».

(Continúa).

Sousa Viterbo

APRECIAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO GEOMÉTRICA DOS IMAGINÁRIOS

A teoria d'Argand sôbre a representação geométrica dos imaginários funda-se numa hipótese de que falta estabelecer a legitimidade e até lá as suas conseqüências deverão ser confirmadas por outra via.



C. E. ÁLVARES PEREIRA
Prof. do Colégio Militar

Com efeito, representar a unidade imaginária como a média geométrica entre as unidades reais não é admissível porque é aplicar um teorema de geometria plana a uma hipótese convencional para que não foi feito, e a hipótese estabelecida marcando a unidade imaginária numa direcção perpendicular ao eixo rial e no plano do vector que representa o imaginário, briga com a convenção estabelecida na trigonometria, donde resulta o absurdo da ordenada dum ponto do plano, que é o seno do ângulo que o vector faz com o eixo das abcissas, vir expresso em referência ao eixo dos imaginários.

Ainda sob um outro aspecto, a unidade imaginária não é uma unidade intermediária entre as unidades reais, porque tem um carácter de generalização que a distingue das unidades reais; a unidade imaginária gera as unidades reais,

mas as unidades reais não geram a unidade imaginária, e para que haja harmonia entre a teoria analítica dos números imaginários e a sua representação geométrica é necessário que a unidade imaginária, $\sqrt{-1}$, seja representada por um vector que exprima a relação entre dois vectores, numa direcção recíproca tal, que qualquer dêles escolhido arbitrariamente exprima a relação entre os outros dois.

Foi Hamilton que com três eixos ortogonais realizou a harmonia, estabelecendo que a unidade imaginária $\sqrt{-1}$, representa a unidade de comprimento marcada em qualquer direcção no espaço, e na sua concepção genial, fica-se com a idea de unidade imaginária sem brigar com a unidade real, pois que o vector que representaa unidade imaginária exprime a relação entre dois vectores, iguais em comprimento, perpendiculares entre si, mas marcado numa direcção perpendicular ao seu plano.

Aplicação do cálculo dos Imaginários de Wallis ou de Argand às correntes alternativas

(LEÇONS SUR L'ELECTRICITÉ PAR ERIC GERARD)

No estudo das correntes alternativas encontra-se a cada instante funções sinusoidais, tais como $e = E_0 \operatorname{sen} 2\pi \frac{t}{T}$ que se pode escrever $e = E_0 \operatorname{sen} \alpha$.

Em vista de facilitar o estudo destas funções pode-se adoptar um método gráfico simples para as representar.

O seguinte é duma aplicação freqüente.

Uma sinusoide é defegida pelo seu período T, sua amplitude E_0 e a sua fase, isto é, o angulo α contado a partir do eixo. A amplitude e a fase representam-se pelo comprimento e o angulo com uma direcção fixa OX dum vector tal como OM, (fig. 1).

Um binómio em que um dos termos está afectada do

factor imaginário $\sqrt{-1}$ é susceptível de figurar uma sinusoide. Êste binómio não tem nenhuma significação numérica e não é senão um símbolo de representação; segundo o cálculo dos imaginários de Wallis às correntes alternativas, o binómio a que nos referimos é $[I]=I\cos\alpha\pm j\,I\,\mathrm{sen}\,\alpha$ (adopta-se como regra por letras maiusculas entre parentesis os valores simbólicos ou sinusoides.

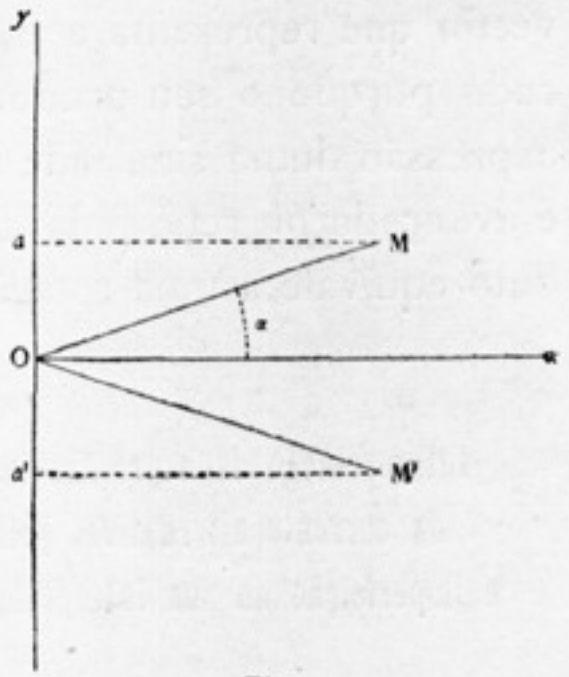


Fig.

Uma sinusoide é caracterizada pelo valor eficaz I e pela sua fase α. Pode-se também representar pelas duas projecções $I\cos\alpha$ e $\pm I\,\mathrm{sen}\,\alpha$ e para distinguir estas, afectamos a projecção vertical dum sinal especial, tal como j letra pouco empregada em análise.

Duma maneira geral, quando se multiplica a expressão simbolica duma sinusoide por $\cos\varphi\pm j\,\mathrm{sen}\,\varphi$, tem-se a expressão duma sinusoide do mesmo valor eficaz cuja fase é avançada ou retardada do angulo φ sôbre a da primeira.

Crítica à representação simbólica de Wallis e de Argand

Parece-nos incoerente dizer que a expressão susceptível de representar uma sinusoide $[I]=I\cos\alpha\pm j\,I\,\mathrm{sen}\,\alpha$ não tem significação numérica, e o seu pruducto por uma expressão imaginária representar uma sinusoide do mesmo valor eficaz cuja fase é avançada ou retardada do angulo φ sôbre a da primeira.

O que concluimos é que a interpretação geométrica da expressão $[I]=I(\cos\alpha\pm j\,\mathrm{sen}\,\alpha)$ era desconhecido por Wallis e por Argand e por isso lhe chamavam simbólica, mas se

notarmos que a relação $\frac{[I]}{I} = \cos\alpha \pm j \operatorname{sen}\alpha$ representa qualquer quatérnio cujo versor esteja no plano de rotação do vector que representa a intensidade da corrente, fica justificado porque o seu produto por $\cos\varphi + j \operatorname{sen}\varphi$ representa a expressão duma sinusoide do mesmo valor eficaz a cuja fase é avançada ou retardada do angulo φ, visto que aquele produto equivale a uma rotação do vector.

Interpretação da expressão imaginária, representando a intensidade da corrente alternativa, pela teoria dos quatérnios de Hamilton e imperfeição da sua interpretação pela teoria de Argand e de Wallis

Tomando para origem o vector $\overline{OR} = \alpha$ (fig. 2), que representa a intensidade, no início, da corrente alternativa, em que é nula a componente que representa a intensidade instantanea de trabalho e máxima a componente sôbre o eixo de origem, o vector $\overline{OS} = \beta$ representará a intensidade máxima de trabalho, no momento em que é nula a componente sôbre o eixo de origem, e o vector $\overline{OT} = i$, perpendicular ao plano dos dois primèiros, que por seu turno são perpendiculares entre si, representará a intensidade máxima da corrente alternativa, (fórmula 2).

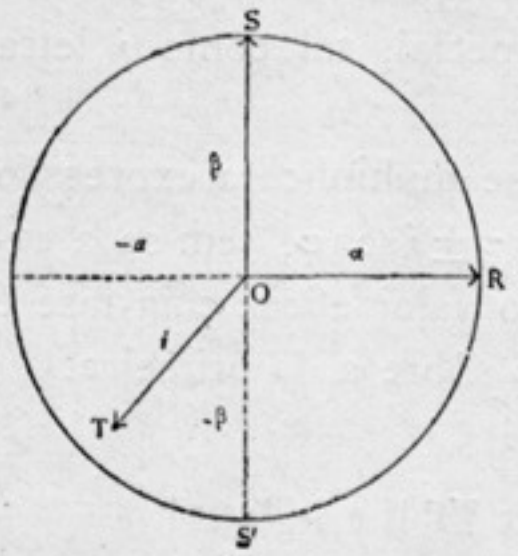


Fig. 2

Notando, porém, que qualquer dos vectores-unidades α, β, i, representa a intensidade máxima da corrente alternativa, podemos tomar a potência de qualquer deles, i^m, por exemplo, como o versor, que segundo a concepção de Hamilton, faz rodar um vector qualquer perpendicular a i dum

angulo de rotação igual a *m* angulos rectos no sentido de rotação positivo, e em torno de *i* como eixo.

As fórmulas que exprimem que as potências do vector-unidade se reproduzem periòdicamente são as seguintes:

$$\begin{aligned} i^2 &= -1 \\ i\alpha &= \beta \qquad \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (2) \\ i^2\alpha &= i\beta = -\alpha \\ i^3\alpha &= -\alpha i = -\beta \\ i^4\alpha &= -i\beta = \alpha \end{aligned}$$

(apresentadas por Hamilton na sua célebre teoria dos quatérnios).

Supondo, (fig. 3), um vector $\overline{OR}$ girando no plano em torno do ponto O, e cujo valor absoluto seja a intensidade máxima da corrente alternativa, o afixo do referido vector, é representado por uma expressão imaginária

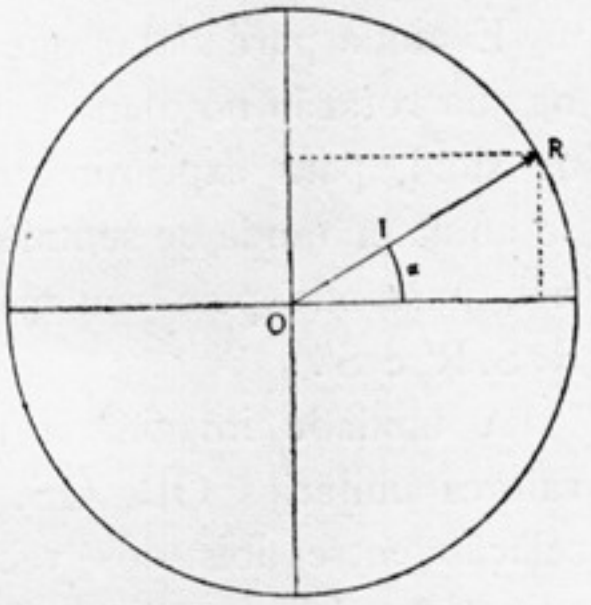


Fig. 3

$$I\cos\alpha + j\, I\,\mathrm{sen}\,\alpha$$

em que $I\,\mathrm{sen}\,\alpha$, representa a intensidade instantânea de trabalho, cuja variação é representada pela sinusoide e $I\cos\alpha$ a componente sôbre o eixo de origem.

A relação entre o vector $\overline{OR}$ em cada posição no plano e a posição inicial, representa qualquer quatérnio que determina a relação entre o vector $\overline{OR}$ e a intensidade máxima e que é expressa pelo imaginário $\cos\alpha + j\,\mathrm{sen}\,\alpha$, que é o coëficiente pelo qual se há de multiplicar a intensidade máxima para obter a intensidade da corrente em cada instante.

A expressão imaginária é, então, a expressão indeterminada que em cada momento representa a variação da corrente alternativa, ou, qualquer quatérnio cujo versor esteja no plano de rotação do vector que representa a intensidade da corrente, visto que, pela rotação do vector êste passa por todos os valores pelos quais passa a intensidade da corrente alternativa durante um período.

Torna-se, agora, fácil demonstrar que a interpretação geométrica de Argand não é admissível, pois basta notar que a intensidade máxima da corrente alternativa, viria, fig. 2, em α representado por $+1$, em β, por $\sqrt{-1}$, em $-\alpha$ por -1 e em $-\beta$ por $-\sqrt{-1}$, isto é, o mesmo vector representado por quatro unidades diferentes.

É ainda para notar que na teoria de Hamilton o vector na sua rotação no plano em torno dum ponto, apenas muda de sinal, para exprimir que alguma das suas componentes se anula ou muda de sentido, mas conserva o seu valor vectorial, passando pelo seu máximo valor absoluto nos pontos R, S, R′ e S′.

A unidade imaginária representada por qualquer dos valores unitários $\overline{OR}$, $\overline{OS}$, $\overline{OR'}$ ou $\overline{OS'}$, apenas significa a relação entre dois dos vectores perpendiculares entre si, cujo plano é perpendicular ao terceiro.

Como síntese no nosso estudo podemos concluir que a diferença entre número rial e imaginário, é que o primeiro é a relação entre dois vectores paralelos ou da mesma direcção e o segundo é a relação entre dois vectores que fazem entre si um angulo.

O estudo da teoria geométrica de Argand mostrou-nos a falta de rigor da sua concepção, por isso que não distingue entre o vector e a sua relação com outro vector igual em valor absoluto, numa direção perpendicular, o que prejudica e torna confusa a teoria na sua génese, pois não define geométricamente a unidade imaginária como uma relação, visto

que a exprime por um segmento dirigido numa direcção perpendicular à direcção primitiva.

O estudo mais minucioso dêste assunto foi apresentado ao Congresso Luso-Espanhol para o Avanço das Sciências realizado em Coimbra em Junho de 1925, no nósso trabalho *Quatérnios e Imaginários*.

Carlos Alvares Pereira

NOVAE FUNGORUM SPECIES DUAE, *HEDERAE HELICIS* PARASITI PROPEQUE COLARES (SINTRA) COLLECTAE

MYCETES IN LABORATORIO PATHOLOGIAE VEGETALIS INSTITUTI AGRONOMICI OLISIPPONENSIS OBSERVATA

Pyreniales (Fr.) Sacc. et Trav.

Sphaeriaceae (Fr.) Sacc.

1) Sphaerulina steganostroma n. sp. (Tab. I, Fig. 1-4). Peritheciis immersis, globoso-conicis vel lenticularibus, nigris, plerumque pseudo-stromatice, semi-elliptico, ostiolo tecto, solitariis, 630-670×480-570 μ; ascis aparaphysatis, creberrimis, plus minus cylindraceis, curvulis flexuosisve, aliquoties rectis, longe stipitatis, octosporis, 145-170×6,5-8 μ; sporidiis monistichis, teretibus, ovalibus navicularibusve, utrinque rotundatis vel raro sub-acutis, hyalinis, biseptatis, saepe granuloso farctis, interdum grosse triguttatis, haud vel vix constrictis, 8,5-12×4-4,5 μ.



M. DE SOUSA DA CAMARA

In sarmentis, sub-cortice, *Hederae Helicis*, circa Colares,! octobri 1923.

Socia *Phomae inclusae* n. sp., an forma peritheciali?

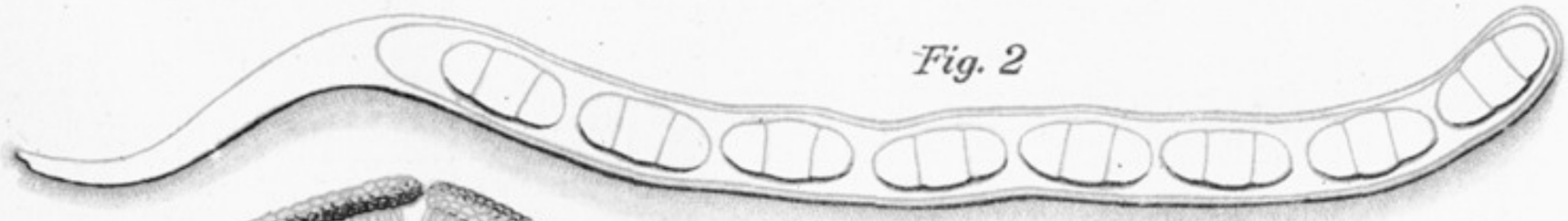


Fig. 2



Fig. 4

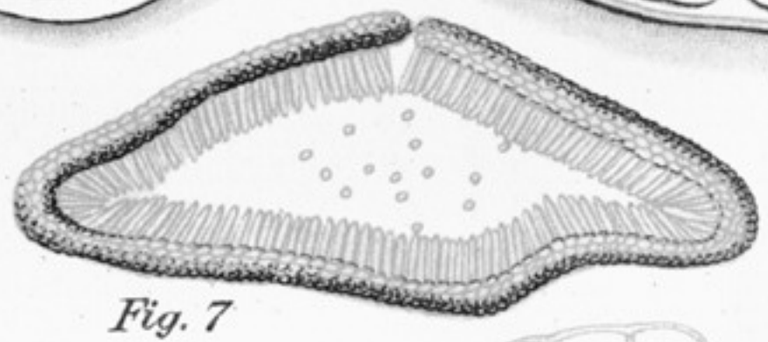


Fig. 7

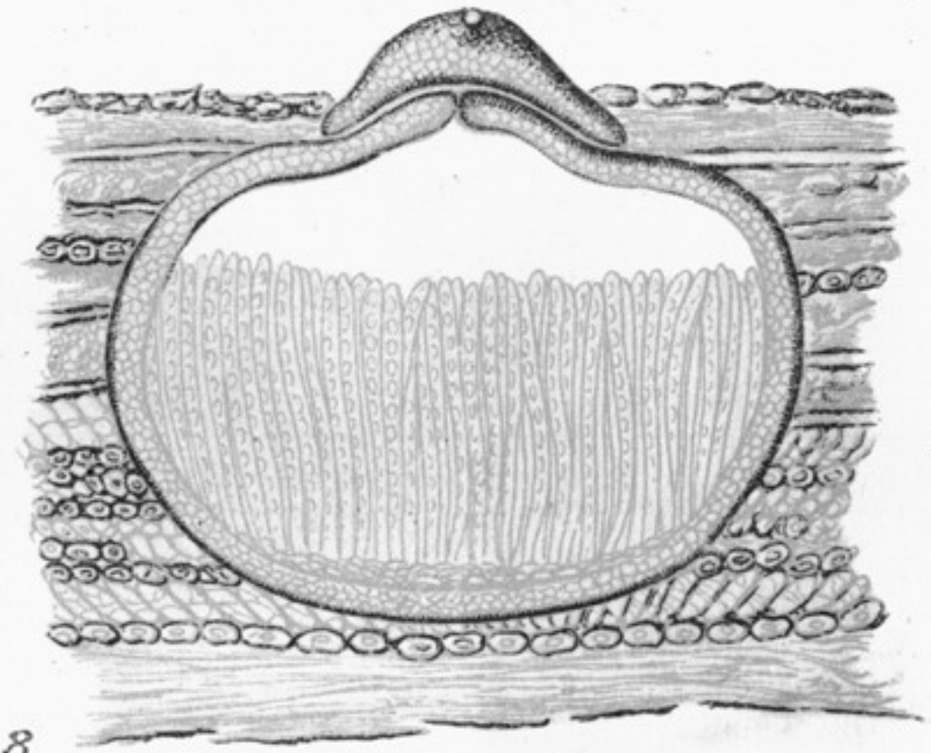


Fig. 1



Fig. 6



Fig. 10

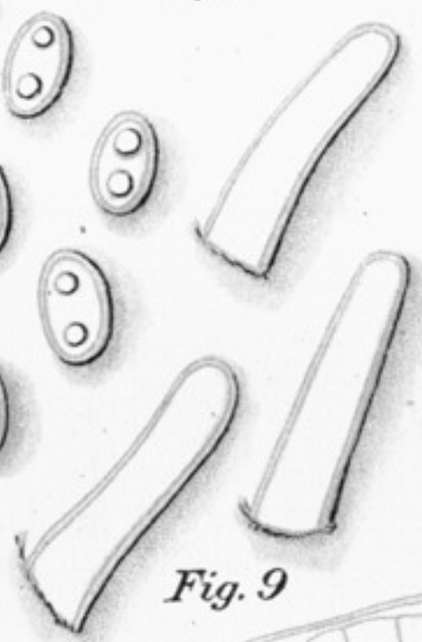


Fig. 9

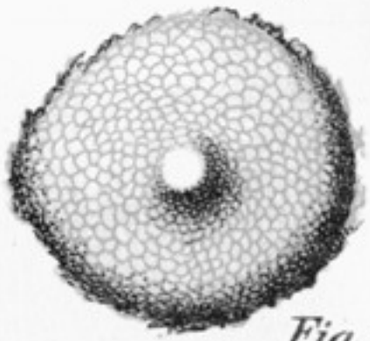


Fig. 8



Fig. 5

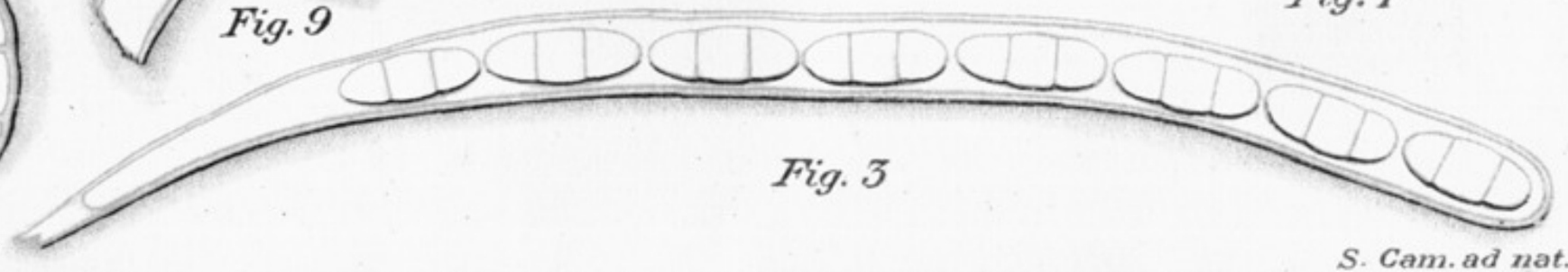


Fig. 3

S. Cam. ad nat. del.

Obs.: Sporidia biseptata *Sphaerulinae* praecipue differt, quare *Sphaerialea* novum genus constituo:

SPHAERIALEA n. gen.

Perithecia immersa vel superficialia, solitaria, aliquoties collecta, globoso-conica, vel lenticularia; asci aparaphysati, octospori; sporidia constante biseptata, hyalina, mutica.

S. (Sphaerulina) primulicola (Wint.), in Berl., *Icon. Fung.*, I, 123, c. icon.; *Leptosphaeria primulaecola* (Wint.) Sacc., *Syll.*, II, 49.

S. Yerbae Speg., in Sacc. et Trot., *Syll.* XXII, pag. 190.

S. (Sphaerulina) steganostroma n. sp.

Sphaeropsidales (Lév.) Lind.

Sphaerioidaceae Sacc.

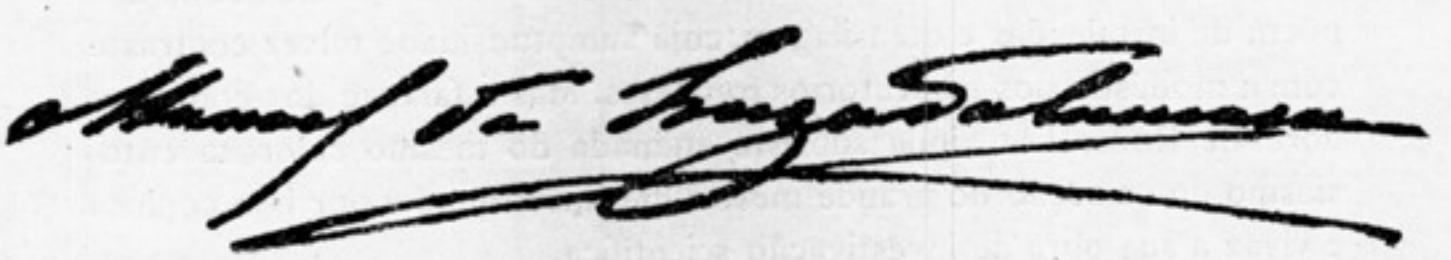
2) PHOMA INCLUSA n. sp. (Tab. I, fig. 5-8).

Pycnidiis immersis, denique ostiolo rotundo pertusoque, vix prominulo, solitariis vel interdum gregariis, globoso depressis, saepe lenticularibus, 215-285 × 116-150 μ; basidiis rectis, subcylindraceis vel obconoideis, achromis, 7,5-9 × 2-2,5 μ; sporulis aliquantum ovalibus, teretibus, biguttatis, utrinque rotundatis, hyalinis, 3-4,5 × 2-3,5 μ.

In sarmentis, subcortice, *Hederae Helicis*, circa Colares, ! octobri 1923.

Socia *Sphaerulinae steganostromae* n. sp.

Obs.: A *Phoma hederacea* Arc. praecipue differt *pycnidiis non maculiculis immersisque, basidiis conspicuis et sporulis biguttatis.*



BIBLIOGRAFIA

PROF. J.-M. MEUNIER

A Fonética Experimental, que hoje é uma disciplina professada em quási tôdas as grandes universidades do mundo em laboratórios especiais, foi uma criação do génio gaulês.

Fundada apenas em 1875, no dia em que o Prof. Marey respondeu à delegação da Sociedade Lingüística de Paris que o método gráfico poderia proporcionar com exactidão um traçado objectivo dos movimentos executados pela caixa toráxica, laringe, língua, lábios e veu palatino na articulação dos fonemas, adqüiriu o seu método, fixou os seus limites e verificou as suas mais fundamentais hipóteses, quando P. Roussellot publicou em 1897 o primeiro volume dos seus *Principes de phonétique experimentale*. De então para cá, mercê da persistência e engenho de Roussellot e do zêlo, quási proselítico, de seus numerosos discípulos, a reprodução gráfica dos sons da voz humana e o estudo das suas condições e propriedades tem sido ensaiada, em longas e minuciosíssimas investigações, com quási tôdas as variantes da simbólica confusão babélica.

Desde as línguas cultas da Europa aos falares primitivos dos sertões africanos, tôdas as formas históricas da expressão do pensamento pela palavra têm sido nos laboratórios de fonética experimental gravadas nas fôlhas esfumadas dos cilindros inscritores das vibrações da voz e submetidas a interpretações que à luz dos ensinamentos da física, da biologia, da fisiologia, da psicologia e da lingüística, têm tornado possível o estudo verdadeiramente scientífico da linguagem viva.

Não é na França que se encontram hoje os mais perfeitos e providos laboratórios. Os Estados Unidos da América do Norte e a Alemanha dispõem de instalações e utensilagem, cuja sumptuosidade talvez contraste com a modéstia dos laboratórios franceses. Mas a falange dos continuadores de Roussellot ainda subsiste animada do mesmo caloroso entusiasmo que a acção do grande mestre lhes insuflou, e é por isso copiosa e viváz a sua obra de investigação scientífica.

Entre os discípulos devotos de Roussellot conta-se o seu sucessor na cadeira de Fonética do Instituto Católico de Paris e director de serviços do Laboratório do Colégio de França, M. Jean-Marie Meunier, que o Instituto de Coimbra tem a honra de contar entre os seus sócios correspondentes e cuja vasta obra de romanista e foneticista enriquece a sua biblioteca.

O Prof. Meunier tem-se dedicado particularmente ao estudo do seu *patois*, tendo escrito numerosos trabalhos sôbre o falar de Nevers, entre os quais importa citar: *Le patois du Nivernais étudié au phonomètre; L'évolution des Parlers du Nivernais; Origines et histoire des Parlers du Nivernais; Étude Morphologique sur les Pronoms personnels dans les parlers actuels du Nivernais.*

Como romanista é vasta também a sua obra esparsa em numerosas revistas da especialidade, sendo porém digna de especial menção, tanto pelo valor de erudição que revela, como exactidão das conclusões que consigna, o seu trabalho sôbre *La Prononciation du Latin Classique* que é justamente citado como um dos mais perfeitos estudos sôbre a matéria redigido em lingua francesa.

O Sr. Prof. Meunier, que nos últimos anos tem particularmente dedicado os seus trabalhos sôbre Fonética Experimental ao utilitário e filantrópico intuito de aperfeiçoar os processos de educação e reeducação dos surdos-mudos, tenciona realizar no próximo mês de Julho duas conferências na Universidade de Coimbra sôbre contribuïções da Fonética Experimental para o estudo das línguas e educação dos surdos-mudos, que são, com inteira justiça, interessadamente esperadas.

O. G.

O TRATADO DA VIDA E MARTIRIO DOS CINCO MÁRTIRES DE MARROCOS IMPRESSO EM COIMBRA EM 1568

Entre os *desaparecidos* da rica bibliografia portuguesa — joias que o tempo consumiu e roubou à nossa devoção — tem-se contado o *Tratado da vida e martirio dos cinco mártires de Marrocos,* saído em 1568 dos prelos de João Álvares, impressor del Rei e privilegiado da Universidade.

O último bibliógrafo que parece tê-lo visto (*António Ribeiro dos*

Santos, Memórias para a história da tipografia portuguesa do século XVI, Academia Real das Sciências, 1812) regista-o nos seguintes termos: «I vol. 4.º muito raro, de que temos um exemplar — *Tratado da vida, e Martyrio dos cinco martyres de Marrocos, enviados por S. Francisco: Coimbra* em 1568 I vol. 4.º raro».

Inocencio não conseguiu conhecê-lo e *Pinto de Matos* acrescenta: «não tem aparecido exemplar algum á venda nem consta onde exista algum».

Modernamente, o precioso trabalho de *Raul Proença* e *António Anselmo*, inventariando as obras impressas em Portugal no século XVI, também nada conseguiu acrescentar às anteriores citações, limitando-se a transcrever *Inocencio*. É, pois, apenas pela fé do erudito *Ribeiro dos Santos* que o velho livrinho coimbrão tem sido citado; e todavia ..

Numa minúscula nota a pág. 36 do catálogo que em 1881 o doutor Luís da Costa mandou imprimir de alguns livros existentes na Biblioteca do Liceu de Coimbra, lê-se: «(*a*) Juncto com este opusculo acha-se encadernado o *Tratado da vida e martyrios dos cinco martyres de Marrocos*».

É certo que, a desanimar a investigação do bibliófilo curioso se encontravam óbices de tôda a espécie (1) entre os quais tem avultado a absoluta impossibilidade de se encontrar qualquer obra na referida Biblioteca e, mais ainda, a sua inexistência oficial, pois debalde se procura o Liceu Central de Coimbra na relação de tôdas as Bibliotecas existentes em Portugal, publicada pela Inspecção das Bibliotecas e Arquivos no *Diário do Govêrno* n.º 158 de 10 de Julho de 1919...

Arrumada, porém, a enorme quantidade de preciosidades que tem causado a mais justa admiração a quantos vão tendo conhecimento dêste esplêndido núcleo de livraria, onde se contam, pelo menos (a par de outras estrangeiras em iguais circunstâncias), três obras impressas no seculo XVI em prelos portugueses, e de que não consta existirem outros exemplares em Bibiotécas do Continente, o *Tratado da vida & martyrio dos cinco martires de Marocos* (sic) *enuiados per ſão Francisco*, apareceu.

Livrinho de devoção, impresso em 1568 por ordem do Prior de

---

(1) Noutro lugar—*Crónica da Congregação dos Agostinhos descalços*, em impressão para *O Instituto*—damos conta mais pormenorizada um pouco, embora com as reservas que o caso exige, das vicissitudes por que a preciosa Biblioteca tem passado, e hoje, felizmente, em via de catalogação metódica.

Santa Cruz de Coimbra, geral da Ordem, que para isso mandou «trefladar eſta hiſtorea em lingoagem & ẽprimilla» êle é, como no prólogo se diz, a «pubricação da sua (1) hiſtoria q̃ no dito conuẽto de ſancta Cruz ſtaa ſcripta ẽ latim dõde ſe eſta tirou em lingoagẽ cõ ajuda das chronicas deſte Reyno», acrescentada porém com uma relação de milagres datados desde 1423, destinada a propagar pelo reino fora a fama do inapreciável tesouro que Santa Cruz possuía e do qual vastos benefícios colhia.

Lida e estudada sumàriamente a obra que já o *catalogo dos auctores que se leram e de que se tomaram as auctoridades para a composição do Diccionario da lingua portugueza*, da Academia das Sciências de Lisboa, inclue como digna de nele ser compreendida, logo se lhe reconheceu merecimento tal que, a par da singularidade da sua existência, impunha uma reprodução e um estudo. Pelo Ex.mo Reitor do Liceu, a quem a Biblioteca vem merecendo particular carinho e interêsse, generosamente nos foi consentida a cópia e o estudo do precioso paleotipo com autorização de o publicarmos; e os encargos da publicação, pronta e não menos generosamente nos foram tomados pela Administração da Imprensa da Universidade, onde a cópia deu já entrada.

Afastando-se em grande parte das narrativas conhecidas, em português e em latim, do martírio dos cinco franciscanos, o velho texto do *Tratado* ficará constituindo mais um apreciável subsídio para o estudo da língua pátria e sua evolução; e a notícia da próxima publicação dum *desaparecido* da nossa velha bibliografia, nêste momento em que, com extraordinário afan, se vasculham Bibliotecas e se desempoeiram velhos cartapácios apodrecendo em paz no remanso da Província, é, cremos nós, motivo de júbilo para todos os bibliófilos que estimam o livro não só por o possuirem, mas principalmente por o saberem existente e utilisável ao estudioso. No número dos últimos, e no seu mais modesto lugar, nos incluímos, considerando-nos, por êsse facto, sobejamente compensados, com a publicação da notável raridade, dos trabalhos que a mesma nos tem acarretado.

Coimbra, 1926.

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL.

---

(1) Dos cinco mártires de Marrocos.

VÁRIA

DA INFLUÊNCIA COIMBRÃ NA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO (1)

Oasis de aridez e de sonho solto no utilitarismo da vida contemporânea, a Faculdade de Direito de São Paulo ainda conserva, mau grado o pessimismo de uns e a indiferença de muitos, o maravilhoso prestígio das suas tradições e um aspecto venerando que contrasta com a agitação epileptica dos nossos dias. Ninguém melhor que os nossos irmãos de Coimbra, que ansiosamente esperamos, perceberá a origem remota de muitos usos e tradições académicas de São Paulo, umas conservadas religiosamente, diluídas outras pela voragem espantosa do progresso.

Em nenhum outro ponto do país, mais concretamente do que aqui, podemos aquilatar o grande tesouro espiritual que herdámos da Universidade de Coimbra, e a influência palpável da velha escola na formação da nossa *intelectualidade*.

É muito natural que assim tenha sido.

Era formado em Coimbra, o primeiro Director dos nossos Cursos Jurídicos, o Tenente General Doutor José Arouche de Toledo Rendon, figura varonil de velho paulista, e de Coimbra nos veiu o primeiro lente que aqui tivemos, o singular Brotero, Dr. José Maria de Avelar Brotero, figura curiosíssima, «bolando as trocas» em tudo quanto dizia, confundindo as palavras, mas lendo com exemplar severidade as suas apostillas de Direito Natural.

É evidente que a saüdade da velha escola e o prestígio que sempre a cercou, levassem êsses primeiros professores a vasar em modelos mais ou menos semelhantes a nova Academia que se iniciava.

---

(1) Transcrito, com a devida vénia, da Revista *Semana Portuguesa*, ano 2.º, n.ºs 5 e 6 (1925) dedicados à Tuna Académica da Universidade de Coimbra.

Vieram para isso as cátedras fradescas, tremendos púlpitos escolasticos, cheirando a Direito Canónico, do alto das quais a catadura tremenda de Justino de Andrade intimidava os estudantes do outro século, com a sua omnipotência de papão académico, chamejando por detrás dos óculos negros e sinistros, uns olhares dominadores de Júpiter Tonante!

Gloriosos mestres de antanho! A-pesar-da sua severidade, um pouco ridícula talvez para a irreverência contemporânea, êles ficaram profundamente gravados na alma nacional, porque foi debaixo do exemplo do seu *rígido carácter* e irrepreensível probidade, que se forjou a geração incomparável dos estadistas do império!

Com as cátedras vieram as bécas, a borla e o capelo, tudo semelhante a Coimbra e mesmo o salão nobre da Faculdade, mau grado as diferenças de proporção e a relativa simplicidade, guarda alguma vaga semelhança com a religiosa atmosfera da Sala dos Capelos, com os grandes retratos a olhar-nos das suas molduras como nomes tutelares, sombras amigas que nos conduzem com os seus exemplos e as suas obras através da luta áspera pela vida.

Essa semelhança foi mesmo observada pelo Dr. Júlio Dantas, na sua visita à Academia de São Paulo.

Mais palpável, porém, foi a influência de Coimbra na formação da vida pròpriamente académica.

A geração romântica que o nosso poeta Paulo Gonçalves com tanto talento pintou em «1830», sentia-se bem, envolta na velha capa do estudante.

Havia (e ainda há, homeopáticamente), para os calouros, as torturas que sofriam também os seus colegas de Portugal e ainda hoje o 11 de Agôsto é o dia em que os pobres novatos recebem a carta de alforria, como acontece a 27 de Maio na Universidade de Coimbra.

No último ano, até meados do século passado, o estudante de cá, como os de lá, usava debaixo do braço a pasta simbólica.

Era um pedaço de couro ou de papelão, coberto de seda, de veludo, de setim macáu ou de damasco, vermelho como um coração e bordado geralmente pelas noivas que entremeavam cada ponto com um suspiro maguado e que punham um beijo em cada remate, na esperança de fazê-lo, mais calorosamente, no dono da prenda.

Essa pasta que era aqui o distintivo do bacharelando, como o é em Coimbra, emprestada a um calouro servia como talisman contra o mau olhado e os péssimos cascudos dos veteranos. Dessa tradição que se deveria conservar, guardamos uma bôa lembrança no retrato de Álvares

de Azevedo, pintado por Krumdetz, que se acha actualmente na biblioteca da Faculdade de Direito, e onde o môço poeta está de capa, deante da pasta onde estão bordadas as suas iniciais. Essa pasta que pertenceu ao maior dos estudantes de S. Paulo, foi bordada por uma irmã querida e hoje pertence ao Museu Histórico e Geográfico desta Capital.

Além dessas reminiscências coimbrãs, por muitos anos as serenatas, os namoricos, as ceatas no Fischer (émulo das tias Camelas) disseram da influência decisiva da universidade portuguesa na formação dos nossos costumes académicos. Seria, no emtanto, impossível esboçar aqui até onde chegou a influência da velha casa de Portugal!

Basta dizer que não só os costumes guardavam resquícios da Universidade de Coimbra. Procurámos imitá-la também nas suas glórias, e, a-pesar-do desmoronamento de tantas tradições, ainda perdura vivamente a parte mais nobre que ela nos legou, — o seu grande património moral, porque além do fulgor da sua glória intelectual e dos princípios inflexíveis da sua probidade, a Universidade de Coimbra é, mais do que tudo, uma grande escola de carácter!

ODECIO BUENO DE CAMARGO

Presidente do Centro Académico XI de Agôsto,
da Faculdade de Direito de São Paulo

A EDIÇÃO DAS «CARTAS» DO P.e ANTÓNIO VIEIRA, DIRIGIDA PELO SR. J. LÚCIO DE AZEVEDO, APRECIADA NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Em sessão de 17 de Abril corrente, «o Sr. Afrânio Peixoto apresentou à Academia o segundo volume das *Cartas do Padre António Vieira*, magnífica edição, que vem de publicar, pela Imprensa da Universidade de Coimbra, o sábio historiador e erudito crítico Sr. J. Lúcio de Azevedo.

«Essa edição deixa a perder de vista as anteriores, embora recomendáveis, do Conde de Ericeira, e de Seabra e Antunes, não só porque são cartas completas, muitas inéditas, tôdas revistas, numerosas conferidas com os originais, preenchidas e rectificadas nas suas omissões e erros de composição tipográfica, ou ainda de cópia, sendo, além de tantos

merecimentos, comentadas e elucidadas por anotações históricas e literárias, que aumentam o já crescido valor da correspondência de Vieira.

«Ora, essa correspondência, já o dizia Camilo Castelo Branco, era agora o melhor do grande apóstolo jesuíta, cuja insigne vida de pensamento e de acção está tôda retratada pelas suas cartas, que vivem e viverão sempre, quando seus discursos, hoje murchos e desbotados, tiverem perdido, por culpa dos tempos que mudam, todo o atractivo para a nossa ímpia descuriosidade.

«A própria língua de Vieira, — o Camões da prosa portuguesa, — é, nessa correspondência, mais viva, actual, sensível, nervosa, casado o estilo com a matéria, o diapasão afinado pelo do correspondente, de modo que o escritor é contemporâneo, é de todos os tempos, portanto interessante, emquanto o orador sacro, ou o teólogo, às vezes sibilino, ora enfático, quási sempre prolixo, se lêem já com esfôrço.

«Também de Voltaire, de Flaubert, de George Sand, o mais perdurável é a correspondência, como, de tantos outros, são as memórias e as confissões.

«É o lirismo da prosa, a nota pessoal, que melhor define o escritor.

«Vieira está todo nas suas cartas. Êste segundo tômo, in-4.°, de alentadas 700 páginas, que vai de 1662 a 1673, do desterro e prisão em Coimbra, à segunda jornada de Roma, é uma década memorável da vida do grande missionário luso-brasileiro. A Academia, diz o orador, não regateará o seu aplauso entusiasta à obra erudita que outro grande luso-brasileiro tão sàbiamente empreendeu e a que, tão magnificamente, vai dando execução.

«O Sr. Presidente, aplaudindo pessoalmente o orador, declarou que a Academia fazia suas as palavras do Sr. Afrânio Peixoto, devendo, em comunicação do Sr. Secretário Geral, externar ao Sr. J. Lúcio de Azevedo o seu aplauso e agradecimento».

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Algumas inscrições portuguesas do Museu do Carmo, por J. M. Cordeiro de Sousa. — 1.ª Série, Lisboa, Tip. do Comércio, 1923. — 2.ª Série, idem, 1924. — 3.ª Série, idem, 1925.

A Ordem de Santo Sepulcro em Portugal, por Vasco Valente, Pôrto, Comp. Portuguesa Editora, Lim.da, 1924.

O Brasão da vila de Amarante, por Artur da Mota Alves. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

Outonaes. Versos, por Flora Castelo Branco. Pôrto, Comp. Portuguesa Editora, Lim.da, 1925.

Anuário de Macau, coordenado pelo Govêrno da Província, Escola de Artes e Ofícios. Macau, 1924.

Idem. 1925.

Macau, O problema comercial e político de Portugal no Oriente, Lisboa, Imp. Nacional, 1925.

Viagem surpreendente, Novela, por Eduardo Moreira. Pôrto, Tip. Sequeira, Lim.da.

Reglamento de las Escuelas Primarias. Managua, 1925.

A administração da justiça nos tribunais da 2.ª instancia. Reformas a introduzir, Coimbra. Coimbra Editora, Lim.da, 1924.

Relatório do Instituto de Cegos do Pôrto, 1924-1925. Pôrto, Oficinas do «Comércio do Porto», 1925.

Camara Portuguesa do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro — Relatório da Directoria, Gerência do Biénio 1923-1924. Rio de Janeiro, Gráfica Guarany, 1925.

Tratamento da tuberculose pulmonar pela Sanocrisina. Resultados colhidos no Sanatório Sousa Martins (Guarda), por Amandio Paúl. Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1925.

Breves palavras sôbre curabilidade e modernos tratamentos da tuberculose pulmonar, por Amandio Paúl. Guarda, Empresa Veritas.

Universidad de Oviedo — Discurso leido en la solemne apertura del curso academico de 1925-26, por el doctor Francisco Marcos Pelayo, catedrático de la Facultad de Derecho. Oviedo, 1925.

Les Parlers du Nivernais. Discours prononcé à la distribution des prix de l'Institution Saint-Cyr le 26 Juillet 1899, p. le Chanoine J.-M. Meunier, de la Societé de Linguistique de Paris, Docteur és Lettres.

La Pronontiation du latin classique, p. m. a., Nevers, 1903.

Les Passages du Pape Pie VII, dans la Nièvre 1804-1812, p. m. a., Nevers, 1904.

Les Dérivés nivernais de «manere» et étymologie du nom de lieu «Maumigny», p. m. a , Nevers, 1905.

Origine du nom de lieu Saint-Benin-d'Azy (Nièvre), p. m. a., Nevers, 1907.

L'Emplacement du Noviodunum Aeduorum de César et le nom de Nevers. p. m. a., Nevers, 1907.

La Pronontiation du latin, discours prononcé à la distribution des Prix de l'Institution du Sacré-Coeur le 23 Juillet 1908, p. m. a., Corbigny, 1908.

Deux nouveaux Oppida terminés en «durum» dans la Celtica, p. m. a., Nevers, 1908.

De l'Utilité de la Linguistique et de son Application à la Géographie, p. m. a., Nevers. 1908.

Monographie phonétique du parler de Chaulgnes (eon), canton de la Charité-sur-Loire (Nièvre), p. m. a , Paris, H. Champion, 1912.

Index lexicographique. Supplément de la Monographie phonétique du du parler de Chaulgnes (Nièvre), p. m. a. Paris, H. Champion, 1912.

Étude morphologique sur les pronoms personnels dans les parlers actuels du Nivernais, p. m. a., Paris, H. Champion, 1912.

Atlas linguistique et tableaux des pronoms personnels du Nivernais — Supplément de l'Étude morphologique sur les pronoms personnels dans les parlers actuels du Nivernais, p. m. a., Paris. H. Champion, s. d.

Souvenir du centenaire de l'arrêt de Pie VII à Tronsanges (Nièvre) 1812-1912, p. m. a., Nevers, 1912.

Le Nom de Montmartre, p. m. a., Nevers, 1914.

Étymologies morvandelles, p. m. a., Paris. Imp. Nationale, MDCCCCXIV.

Étymologie et ortographie da nom de la ville de Lion (Lyon, Rhône), p. m. a., Nevers, 1917.

In · Diem · Memorabilem-Quo · Gvstavvs · Lazarvs · Garnier-Episcopvs · Lvglonensis · Vngebatvr (25 juillet 1916) Laudatio historica, p. m. a. Nevers, 1918.

Histoire étimologique du nom du Château de Montpoupon (Indre-et-Loire), p. m. a. Corbigny (Nièvre), 1921.

Le Chanoine Pierre Rousselot, le savant phonéticien, 1846-1924, p. m. a. Semur, 1924.

Navegação moderna. Taboas. Novos methodos rapidos, precisos e de applicação geral para determinações de linhas de posição navegação estimada, costeira, aerea e radio-navegação, pelos capitães de mar e guerra I. A. Newton e de marinha mercante J. C. Pinto. Lisboa, I. Lib.º da Silva, 1924.

Misericordia de Lisboa — Primeiro Congresso das Misericordias realizado em 16 de Março de 1924. Lisboa, Oficinas do Museu Comercial, 1925.

Idem — Discurso pelo Provedor Dr. José da Silva Ramos, 16 de Março de 1924.

Amual Report of Simithsonian Iustitution 1923. Washington, 1925.

La Faz de la Tierra (Das Antlitz der Erde), por Ed. Suess. Version española de Pedro de Novo y F. Chicharro. Tômo II. Madrid, 1925.

The diplomatic relations of Portugal with France, England and Holland from 1640 to 1660, by Edgar Prestage, M. A., D. Litt. Oxon, Walford, Voss & Michael, Ltd. 1925.

O Problema da Assistencia, por A. C. Amaral Frazão. Lisboa, 1925.

Nove de Abril, breves palavras na sessão solene de 11 de Abril de 1925 no Liceu de Loanda. Loanda, s. d.

Perante o Tribunal e a Nação, por Luís de Magalhães. Coimbra Editora, Lim.ª, 1925.

Dirección general del Instituto Geográfico (Espanha).

—— *La Balanza de torsion Eötuös-Schweydar y sus aplicaciones*, por Guillermo Sans Huelin. Madrid, 1925.

—— *Modernas investigaciones gravimétricas*, pelo mesmo autor. Madrid, 1925.

—— *Determinaciones relativas da la intensidad de la gravedad*, pelo mesmo autor. Madrid, 1925.

—— *Informe sobre los trabajos de la intensidad de la gravedad en España*, pelo mesmo autor. Madrid, 1924.

Dissertações de doutoramento na Escola Politécnica de Zurich:

—— *Zur Theorie verketteter Wahrscheinlichkeiten*, por A. Aepli, 1924.

—— *Ein hochempfindliches Gasthermometer für konstanten Druck*, por K. Backhauss, 1923.

—— *Geologie und Hydrologie des Irchels*. L. Bendel, 1923.

—— *Untersuchung des De Quervain-Piccard'schen Seismographen und allgemeiner seismometricher Probleme*, por H. P. Berlage, 1924.

—— *Über die Alkalisalze von o-Diketonen und die Benzilsäure-Umlagerung*, por A. Binkert, 1923.

—— *Über Diesel-elektrische Lokomotiven für den Vollbahnbetrieb*, por H. Brown, 1924.

—— *Brückenbaues in der Schweiz*, por J. Brunner, 1924.

—— *Der Eingelenkbogen für massive Strassenbrücke*, por E. Burgdorfer, 1923.

—— *Elektrometrische Titrationstudien mit Ferrocyanion und Schwefelion*, por D. Chervet, 1923.

—— *Nardus stricta*, por J. de Coulon, 1923.

— *Studien über die spezifische von Koks und einigen Kohlenstoffmodifikationem*, por P. Bebrunner, 1923.

— *Untersuchungen über Triangulationsnetze*, por Tor Eika, 1924.

— I. *Darstellung von Ketenen.* — II. *Polymerásation und neue Antagerungsreaktionem des Dimelhylketens*, por Fr. Felix, 1923.

— *Studie über Hydratation und Löslichkeit*, por R. Flaff, 1923.

— *Über die Konstitution des Kautschuks*, por J. Fritschi, 1923.

— I. *Über die Disulfurierung des Naphtalins.* — II. *Uber die 1.5 und 1.6 Naphtalindisulfosäura*, por A. W. Hasler, 1923.

— *Die Kirchen des Saastales im Wallis*, por W. Hauser, 1923.

— *Theoretische und experimentelle Untersuchung über den rotierenden Gleichrichter*, por F. H. Kesselring, 1923.

— *Ueber das Verhältnis von Actinium zu Radium in Uranerzen*, por E. Kessler, 1923.

— *Über Kegelschnitte in der hyperbolischen Geometrie*, por E. Leutenegger, 1923.

— *Über die Konstitution der polymeren Formaldehyde*, por M. Lüthy, 1923.

— *Über den Einfluss der Sulfogruppe in Azofarbstoffen. Qualitativ — spektroskopische Untersuchung ihres Einflusses auf die Farbe. Über einige direktfarbende Trisuzo farbstoffe*, por W. Meuly, 1923.

— *Über den Uferschlamm des Zurichsees im Bereiche von Schmutzwassereinläufen, bakteriologische Befunde und deren hygienische Bedeutung*, por H. P. Mirer, 1922.

— I. *Über einige neue Azimidoverbindungen.* — II. *Campheryluterane und deren physiologische Wirkung*, por W. Müller, 1923.

— *Über quantitative Mikrosublimation von Coffein und Theobromin und die Alkaloidbestimmung bei Purindrogen*, por H. A. Oehrli,

— *Beiträge zur Bestimmung des Kohlenstoffes im Aluminium*, por F. Oschwald, 1923.

— *Über die pyrogene Dissoziation des Natriumoxalats*, por S. Ott, 1924.

O PROBLEMA DO SIMBOLISMO FONÉTICO

A idea de uma euritmia universal tem dominado sempre o espírito humano, ávido de encontrar, na natureza e na vida, harmonia e regularidade. Esta tendência geral teve, como não podia deixar de ser, o seu reflexo lingüístico: gramáticos e escritores procuraram estabelecer um laço de correspondência entre a idea expressa pelo símbolo fonético que é a palavra e os sons constitutivos de tal símbolo.



JOÃO DA SILVA CORREIA

A idea de que há um laço íntimo natural entre o som e o sentido está inda na actualidade largamente espalhada. Apenas os filólogos a não admitem já. É só com estes que devem entender-se as seguintes palavras de Vendryes: «Ninguém crê hoje, com o presidente de Brosses ou com Court de Gébelin, que as palavras foram primitivamente formadas de sons adequados às ideas e que, por exemplo, a palavra *fleuve* deve o seu nome à circunstância

de ter o grupo *fl*, que contém uma líquida, a propriedade de despertar a sensação de qualquer coisa de corrente. Não há correspondência pre-estabelecida entre som e sentido; o vocabulário não saiu de uma colecção de onomatopeias. Nenhum lingüista poderia subscrever a fórmula do padre da Igreja, São Tomás de Aquino, pela qual os nomes devem concordar com a natureza das coisas — *nomina debent natura rerum congruere*» (1).

Nyrop põe bem a claro a existência ainda bem viva da crença num laço de natural correspondência entre o objecto significado e o som significante. Diz o filólogo dinamarquês: «A necessidade de encontrar uma harmonia entre a palavra e a coisa está ainda universalmente espalhada e na vida cotidiana há freqüentes ocasiões de fazer a verificação. Todo o homem que fala e pensa, o profano como o amador, o curioso como o iniciado, comprazem-se em notar que a palavra pinta por suas qualidades fonéticas o objecto que designa» (2).

Efectivamente não se admite que a palavra tenha significado fortuito: quere-se que êle seja um produto natural idêntico à coisa denominada. Nyrop apresenta um curioso exemplo desta disposição do espírito humano. Uma rapariga alemã foi dar a sua primeira lição de francês: era uma lição de coisas e realizava-se durante o almôço. O professor, um agregado de Paris, pretendia ensinar à sua aluna os nomes franceses das coisas que se encontravam em cima da mesa, e começou pelo queijo — *fromage*. A rapariga protestou imediatamente: *Fromage? Pourquoi fromage? «Käse» est pourtant bien plus naturel — «Käse» ist doch viel natürlicher* (3).

Êste problema tantas vezes debatido é muito complexo.

---

(1) *Le langage*, Paris, 1921, pág. 215.

(2) *Grammaire historique de la langue française*, IV, Copenhague, 1913, § 3.

(3) *Ob. cit.*, IV, § 544.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação periódica do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e do fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 2$00
Número avulso ..... 1$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redação de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 73.º

4.ª SÉRIE VOLUME 2.º

NÚMERO 4

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1926

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Candido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Porto, Antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, da I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C, D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elisio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital. da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Luciano P. da Silva, da U. C., D. E. N. S. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da secção de sciências físico químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SUMÁRIO

O problema do simbolismo fonético, por João da Silva Correia..... 421
Algumas considerações sôbre a epopeia alemã «Kudrun», a propósito das referências que ali se fazem a Portugal, pelo Dr. Gustavo Cordeiro Ramos..... 445
Prehistoria de Salamanca, por P. Cesar Morán Bardon, Agustino.. 471
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo..... 494
Observações à hipótese de Mr. L'Abbé Moreux sobre «La Science Mystérieuse des Pharaons, por João Carlos A. B. da Costa Gomes..... 511
O desacato, que se diz praticado em Coimbra pelo Arcebispo de Braga D. João Peculiar, não tem base histórica aceitável, por Mgr. José Augusto Ferreira..... 527
Tentativa de interpretação simples da «Teoria da Relatividade Restrita», pelo Almirante Gago Coutinho..... 540
Bibliografia, por J. de C..... 566
Livros recebidos..... 567

Desde a antigüidade que êle ocupa os espíritos: discutiram-no os filósofos da Grécia, os eruditos medievais, os gramáticos do classicismo, os sábios dos modernos tempos. Tendo bastante de misterioso ou enigmático, não admira que êle excitasse bastante a imaginação e que se lhe tenham procurado dar soluções variadas. Podem reduzir-se a três as capitais: uma sobrenatural, fundada na Sagrada Escritura, que diz ser a palavra de origem divina; duas de ordem natural, — uma simbolística, que admite uma estreita relação de correspondência entre os sons da palavra e a coisa por ela significada; e outra racionalística, que diz assentar a significação dos vocábulos numa simples convenção.

E esta última solução parece ter ocorrido já ao espirito perfurante dos gregos.

Nas obras de Platão encontra-se um diálogo (1) entre três interlocutores — Crátilo, Hermógenes e Sócrates, — onde aparecem as três seguintes desencontradas opiniões: Crátilo sustentava que as palavras contêm elementos fónicos conformes ao seu significado; Hermógenes tem modo de ver oposto: as denominações são para êle meramente convencionais; e Sócrates, para solucionar o problema em que os dois filósofos manifestam visões antipodais, estabelece uma ponte conciliatória — dizendo que, se é certo haver sons com qualidades pictóricas naturais, é também exacto que muitas vezes tais sons estão em desacôrdo com a idea que expressam.

Os filósofos gregos ulteriores estiveram sempre num dos dois campos opostos: os estóicos com Crátilo; os scépticos com Hermógenes.

A teoria do simbolismo fonético reaparece depois no mundo latino com Santo Agostinho, que nos seus *Principia*

---

(1) *Platonis Atheniensis Philosophi Summi ac penitus divini opera quae ad nos extant omnia per Janum Cornarium Medicum Physicum Latina Lingua conscripta Basilea*, 1561, pág. 71-97.

dialecticae diz, entre outras coisas, que é incontestável que as sílabas que têm *v* possuem qualquer coisa de grosso e forte — *crassum et quasi validum sonum edere* (1).

Na idade-média a teoria do simbolismo sonoro continua a viver: Dante na *Vita nuova* apresenta um exemplo bem significativo: o poeta florentino exaltando, nesse cântico passional a beleza da palavra — *amore*, diz, gentil, mas inexactamente: «Lo nome d'Amore è si dolce a udire, che impossibile mi pare, che la sua propria operazione sia nelle piu cose altro, che dolce; conciossiacosa chè i nomi seguitino le nominate cose, si come è scritto: *Nomina sunt consequentia rerum*» (2).

Mas também na época medieval havia quem pensasse que o sentido das palavras era arbitrário e convencional. No *Roman de la Rose*, de Jean de Meung, Amant observa que os nomes obscenos não podem ser criação de Deus, embora o sejam as coisas vis por êles designadas:

> Car tout ait Diex les choses faites
> Que ci-devant m'avés retraites,
> Les mos au mains ne fist-il mie
> Qui sunt tout plain de vilonie (3).

Rabelais é da opinião de Jean de Meung: a significação das palavras é convencional. Pantagruel, rebatendo o modo de ver simbolístico de Panurgo, a respeito da experiência de Psametico, observa:

«C'est abus dire que ayons langage naturel; les langages sont par institutions arbitraires et convenances de peuples: les voix comme disent les dialecticiens, ne signifient naturellement, mais à plaisir» (4).

---

(1) Em Nyrop, *ob. cit.*, IV, § 541.
(2) *Delle opere di Dante Alighieri*, vol. II, in Venezia, 1741, pág. 25.
(3) Edição de Pierre Martin, Paris, 1878, v. 7275-8.
(4) Pantagruel, livre III, chapitre XIX.

O gramático francês Vaugelas foi, nos tempos modernos, um representante da corrente simbolística.

Êle julgava que o nome *jardin*, porque significava coisa doce e agradável, era agradável e doce também; e a palavra *âpreté*, porque designava uma coisa agreste, era agreste por sua vez, possuindo em si própria o que exprimia: *il a luy même ce qu'il signifie* (4).

Êste valor simbólico não tem sido atribuído sòmente à estrutura fonética dos nomes comuns; com os nomes próprios, toponímicos, antroponímicos e outros, se tem procurado também estabelecer correspondências de som e significação — o que não raro é facilitado pela singularidade da sua forma em relação aos demais vocábulos.

Há exemplos em quantidade considerável. Três bastam, no entanto, pois são de diversos campos onomatológicos.

O primeiro — toponimico — é de Alphonse Daudet, que diz no romance *Nabab:* «Bethléem! Pourquoi ce nom légendaire et doux, chaud comme la paille de l'étable miraculeuse, vous faisait-il si froid à voir écrit en lettres dorées tout en haut de cette grille de fer» (1).

O segundo — antroponímico — é de Camilo Castelo Branco, que diz no romance *O que fazem mulheres:* «O rapaz tinha talento de mais para escrever folhetins líricos e outras coisas, pois nunca escreveu, porque não queria assinar-se Nunes. Há apelidos que parecem epitáfios dos talentos. Um escritor Nunes morre ao nascer» (2).

O terceiro exemplo pertence ao campo da denominação de animais. Apresenta-o Aquilino Ribeiro na *Via Sinuosa,* em que, a respeito de um cão da Serra da Estrêla, chamado *Nicodémus*, há êste passo: «O meu Nicodémus não é menos

---

(1) Nyrop, *ob. cit.*, IV, § 3.
(2) Paris, 1885, pág. 144.
(3) Pôrto, 1863, pág. 11.

fiel que o outro e é um grande folgazão. Quando vem a neve faz ali mais travessuras que um palhaço. Fui eu que o baptizei, por sinal que Frei Valdemar enfadou-se. Bem sabia eu que Nicodémus fôra discípulo de Cristo; pois por isso mesmo; Nicodémus é um nome cheio de perfume bíblico, que recorda pelo desdobramento do som, tamarindos, sicómoros, Magdala, Galileia, que sei eu?» (1).

*
* *

Ora, tôdas estas correlações estabelecidas entre conteúdo e forma de palavra não têm fundamento scientífico. A teoria do simbolismo sonoro é fascinadora mas enganosa, pois que não é possível encontrar neste domínio do som e da significação princípios normativos gerais. Diz Nyrop com perspicaz observação: «É certo que as palavras, sob o aspecto acústico, produzem impressões bastante diversas: há umas que parecem risonhas e doces; há outras que se afiguram duras e agressivas. No entanto não se trata senão de sensações muito vagas e de carácter bastante individual. E por isso se lhes não pode atribuir valor excessivamente absoluto, tanto mais que a cada instante se vê que o espírito humano, dominado pela significação, descobre com a maior facilidade tôdas as correspondências fonéticas desejadas» (2).

E Remy de Gourmont diz por sua vez: «Palavras lindas podem significar coisas feias e sujas, o que prova bem que o seu encanto é independente do sentido que o acaso e a articulação lhes distribuíram» (3).

Entre nós, já no princípio do século XVIII havia dito o, para

---

(1) Lisboa, 1919, pág. 174.
(2) Nyrop, *ob. cit.*, IV, § 5.
(3) *Chemin de velours,* 6.ª édit., Paris, pág. 240.

o seu tempo, notabilíssimo dicionarista, Padre Rafael Bluteau, no prólogo do *Vocabulário português e latino:* «Do entendimento que as applica depende o valor das palavras e assim tão proprias são muitas letras para significarem pouco, como poucas para significarem muito: no latim para dizer *tudo* bastam as cinco letras de *omnia*, e no mesmo idioma, outras tantas letras na palavra *nihil,* querem dizer *nada;* tambem no francez *rien* e *tout,* e no portuguez *nada* e *tudo,* com o mesmo numero de letras, significam cousas tão excessivamente mayores humas que as outras que huma dellas he o universo todo e a outra he a privaçam ou negaçam delle».

Há um curioso passo de uma obra literária contemporânea — *L'Aube,* de Romain Rolland — que põe em relêvo a não existência de correspondência entre conteúdo ideológico e continente sonoro. O pequeno Jean Christophe fica espantado, no dia da sua primeira lição de piano, com os nomes desartísticos das notas musicais: espírito fino e delicado, queria as coisas belas com nome belo, e, como tal não acontece, fica desapontado e desiludido.

Assim se expressa o herói do notável romance francês: «Il apprit d'abord que ces esprits bourdonnants avaient de singuliers noms, des noms à la chinoise, d'une seule syllabe, ou même d'une seule lettre. Il en fut étonné, il les imaginait autres; de beaux noms caressants comme les princesses des contes de fées» (1).

Os nomes são agradáveis ou desagradáveis conforme as impressões que se lhes ligam. Um interessante passo do *Chantecler* de Rostand põe em relêvo esta circunstância: as aves nocturnas não gostam de palavras como *lumière* e *clarté* — tão antipáticas como as coisas que designam; e por isso tabuam-nas ou interdizem-nas. O leviano melro pronuncia-as

(1) Jean Christophe, I, *L'Aube*, 105.ª édition, Paris, Ollendorf, pág. 126.

perante uma grave assemblea de mochos e de corujas e sofre, logo da parte de tais aves, censura acerba. Emprega irreflectidamente a palavra *lumière* e logo há um movimento geral de corujas e mochos, exclamando vivamente o bufo:

Ne dites
Pas ce mot! Quand on dit ce mot à l'horizon
La nuit sent sous son aile une démangeaison!

E o melro, querendo eufemizar ou rectificar a palavra fatal, emprega o sinónimo — *clarté,* — mas novo e exasperado movimento se ergue, atalhando precipitadamente uma coruja grande:

Pas ce mot de consonnance ingrate,
Ce mot qui fait un bruit d'alummette, qu'on gratte (1)!

As impressões que as palavras provocam dependem, não pròpriamente da sua forma, mas da sua significação e das associações de ideas que determinam. Isto não quere dizer no entanto que não deva reconhecer-se que certos sons possuem qualidades que os tornam particularmente aptos para traduzir certos conceitos, e que essas qualidades se podem, em certa medida, utilizar na formação de palavras novas.

Fabre d'Églantine, na elaboração do calendário republicano da França, utilizou a harmonia natural dos sons. A Revolução de 1789 tinha a seguinte lista de meses: *Vendémiaire, brumaire, frimaire, nivôse, pluviôse, ventôse, germinal, floréal, prairial, méssidor, thermidor, fructidor.* E a respeito de tais vocábulos diz o relatório do autor: «Procurámos tirar partido da harmonia imitativa da língua para a composição e prosódia das palavras, de maneira que os nomes dos meses que compõem o outono tivessem um som

(1) Paris, 1910, pág. 90.

grave e um ritmo médio, os dos que compõem o inverno um som pesado e um ritmo longo, os dos que compõem a primavera um som alegre e um ritmo breve, e os dos que compõem o estio um som forte e um ritmo grave» (1).

Com referência a esta nomenclatura dos meses do calendário republicano, diz Remy de Gourmont na *Esthétique de la langue française:* «Há uma criação contemporânea da Revolução que tem escapado a tôda a crítica: é a dos nomes dos meses do calendário republicano. Efectivamente a beleza dessas doze palavras é verdadeiramente original: não se pode fazer a menor censura à sua sonoridade e quási nada pode dizer-se a respeito da sua forma. Êsse quási nada refere-se a *nivôse, vendémiaire, méssidor* e *thermidor*, palavras que não têm nenhum sentido em francês, emquanto, por exemplo, *brumaire, prairial* ou *ventôse* são, sob todos os aspectos, perfeitos» (2).

Todavia o triunfo absoluto do princípio do simbolismo fonético não deve dar-se nunca — se bem que haja sons com mais ou menos qualidades pictóricas ou evocadoras, e que os escritores têm procurado aproveitar em maior ou menor grau, e de modo mais ou menos consciente.

Tanto as vogais como as consoantes podem servir para a produção dêste ou daquele efeito imitativo. Não, porém, de um só — mas de vários.

Castilho, a quem a perda da vista parece ter enriquecido o ouvido, estudou entre nós afincadamente as qualidades naturais dos fonemas. De um modo geral pode dizer-se que, mercê da associação que o nosso espírito vai fazendo do som com a idea, — a idea suave ganha em suavidade com o ser traduzida por sons suaves, como a idea áspera ganha em

---

(1) *Rapport* de Fabre d'Églantine reimpresso em Goncourt, *Révolution*, pág. 226.

(2) Paris, 1905, pág. 57, nota.

aspereza com o ser traduzida por sons ásperos. Diz o apurado foneticista francês Maurício de Grammont: «Uma idea grave pode pois ser traduzida por sons graves, uma idea doce por sons doces, isto é, para o poeta traduzir a impressão que pretende, basta-lhe acumular nos seus versos palavras que contenham sons graves e palavras que contenham sons doces, ou quaisquer outras. E por êste meio que êle suscita no espírito do leitor as ideas ou imagens que deseja, sem ter necessidade de as escrever pormenorizadamente» (1).

É claro que os fonemas não são expressivos senão quando a idea que traduzem pode pôr em plena luz a sua expressividade. Nyrop diz com profunda verdade: «É preciso não exagerar o valor significativo dos fonemas e não atribuir aos poetas intenções de harmonia imitativa que êles não tiveram nunca. É preciso notar que se está muito pouco de acôrdo acêrca do valor simbólico dos fonemas, que se atribuem muitas vezes ao mesmo som efeitos completamente opostos, e que a idea simbólica hipnotiza tão fortemente os entusiastas, que êles chegam a dar, a cada um dos fonemas predilectos, valores que não existem senão na sua própria imaginação» (2).

O fonema *r* pode fornecer-nos exemplos significativos da asserção do filólogo dinamarquês. Castilho diz a respeito da vibrante: «Não há letra cujo valor imitativo seja tão incontestável e tão universalmente reconhecido como o *r*. Som fortíssimo como na palavra *ramos*, quer só forte como em *arma*, é formado quando se profere por um tremor na ponta da língua revirada para cima. Donde vem que mesmo por instinto se aplica para designar aquelas cousas que de si lançam algum som duro e trémulo, ou com isso parecido» (3).

Nyrop diz a respeito do mesmo fonema: «A vibrante den-

---

(1) *Petit traité de versification française*, Paris, 1911, pág. 106.
(2) *Ob. cit.*, IV, § 13.
(3) *Tratado de metrificação portuguesa*, I, Lisboa, 1908, pág. 126.

tal ou uvular evoca muitos ruídos diferentes, sobretudo os que acompanham movimentos rápidos, enérgicos e regularmente repetidos. Tentou-se descrever o efeito acústico da vibrante na seguinte quadra:

> L'*r* en roulant approche et tournant à souhait
> Réproduit le bruit sourd du rapide rouet,
> Elle rend d'un seul trait le cours d'une rivière,
> La course d'un torrent, le fracas du tonnerre.

As vibrantes são também olhadas como particularmente aptas para a expressão de sentimentos violentos — a cólera e a indignação» (1).

Efectivamente é fácil tarefa o apresentar passos literários em que o *r* serve para a produção dos mais variados efeitos.

Assim:

Em Bocage há um passo de tradução de Vergílio em que a acumulação de vibrantes é feita para melhor dar a impressão de violência:

> Ruem por terra as emperradas portas
> das eólias horríssonas masmorras
> que de um fero encontrão rugindo arromba
> a caterva dos Euros (2).

Mas em Junqueiro há outro em que o objectivo parece ser já diferente — dar impressão de abundância:

> Mulas de carga atrás levavam-lhe o tesoiro;
> Grandes arcas de cedro abarrotadas de oiro (3).

E em Vieira de Almeida há outro passo em que se tem

---

(1) *Ob. cit.*, IV, § 11.
(2) Em Castilho, *ob. cit.*, pág. 127.
(3) *Antologia portuguesa*, Junqueiro, Lisboa, 1920, pág. 125.

em vista coisa ainda diversa — dar impressão de um escoamento vagoroso e triste:

E a azenha range, a água rola,
E a roda lenta, no seu tédio,
Como um novelo desenrola
Uma saudade sem remédio (1).

E se formos às outras literaturas, encontramos factos análogos. Dois exemplos de escritores franceses atestam-no.

Assim, Lamartine parece empregar o *r* para dar impressão de suavidade e melancolia no seguinte passo:

Sur la plage sonore où la mer de Sorrente
Déroule ses flots bleus au pied de l'oranger,
Il est près du sentier, sous la haie odorante,
Une pierre petite, étroite, indifférente
Aux pas distraits le l'étranger (2).

Emquanto para Rostand *r* é o fonema próprio para dar a impressão da cólera, como o atesta o seguinte diálogo entre o galo e o cão da peça *Le Chantecler*:

CHANTECLER

C'est toi, Patou, bonne tête hagarde
Qui sors de l'ombre avec des pailles dans les yeux?

PATOU

Oui! Pour voir dans les tiens des poutrrres!

CHANTECLER

Furieux?

PATOU

Rrr...

CHANTECLER

Quand il roule de l'*r* il est très en colère (3)!

---

(1) *Bucólica*, Lisboa, 1921, pág. 33.
(2) Em Nyrop, *ob. cit.*, § 14.
(3) Paris, 1910, pág. 35.

Verifica-se efectivamente que se não pode dar valor absoluto ao princípio do simbolismo fonético, se bem que no entanto a selecção de palavras com fonemas, que em certa maneira, pelas associações de ideas que produzem, tenham importância onomatopaica, ajuda a inteligibilidade e tem considerável poder artístico.

Os impressionistas e simbolistas levaram esta escolha da palavra mais pitoresca a requintes extremos. Diz Pierre Sabatier a respeito dos irmãos Goncourt: «Para os Goncourt o sentido de uma palavra não está determinado pelo uso — porque uma palavra tem dois sentidos: um sentido corrente, abstracto, incolor; um sentido pictural, derivado do seu valor musical, da sua consonância. Para êles, como para os nossos poetas simbolistas e decadentes, tôda a palavra, pelas suas sonoridades, encerra um poder de sugestão, uma riqueza de evocação, que se trata sòmente de pôr em relêvo por uma disposição sábia» (1).

Os seguintes exemplos são bem característicos da utilização das qualidades fonéticas das palavras: um passo do *Chantecler*, em que se repete um vocábulo que, pelo som, *r* e nasal sombria *on* que contém, está talhado para traduzir de modo expressivo o zumbido coral das vespas:

Murmurons — sur les mûres
Entourons — Les mûrons — De nos ronds — De murmures (2)!

Um passo das *Horas*, de Eugénio de Castro, em que se repetem sons, sílabas e palavras:

Nas landes grandes junto às dunas,
Um menino perdido anda,
Anda perdido, a chorar anda,
Nas landes junto às brunas dunas (3).

---

(1) *L'esthétique des Goncourt*, Paris, 1920, pág. 403-404.
(2) Acte III, scène 1.
(3) Coimbra, 1912, pág. 74.

Um passo de Maeterlinck na poesia *Ennui des serres chaudes*, em que há impressão soporífera provocada pela repetição verbal e expressional:

Les paons nonchalants, les paons blancs ont fui,
Les paons blancs ont fui l'ennui du réveil;
Je vois les paons blancs, les paons d'aujourd'hui,
Les paons en allées pendant le sommeil,
Les paons nonchalants, les paons d'aujourd'hui,
Atteindre indolents l'étang sans soleil,
J'entend les paons blancs, les paons de l'ennui,
Atteindre indolents les temps sans soleil (1).

E como a acumulação dos mesmos sons, sílabas, palavras ou expressões, também o emprêgo repetido de versos de determinado tipo prosódico ou de frases de determinada contextura serve para produzir certos efeitos onomatópicos.

Diz Castilho a respeito dos versos agudos: «Os versos agudos, pelo seu modo seco e estalado de acabar, sem elasticidade, sem vibração — se assim o podemos dizer — teem o quer que seja de ingrato ao ouvido; seriam insoffríveis, se alguem se lembrasse de no-los dar enfiados aos centos e aos milheiros, como os graves nos apparecem sem nos cançarem. De mais: por isso mesmo que os vocabulos agudos são os menos frequentes, d'ahi tiram os versos agudos um *quid* de exibição e exquisitice que não parece frisar senão com as ideas extravagantes, comicas, brutescas, ou satyricas» (2).

Do emprêgo de frases de uma contextura especial para a produção de certo efeito imitativo há exemplos vários na moderna literatura, em impressionistas sobretudo, que não querem perder nenhum meio de evocação.

Eis uma descrição de um jantar, feita pelos Irmãos Goncourt, em frases que, como a própria refeição, são risonhas

---

(1) Bruxelles, 1890, pág. 49.
(2) *Ob. cit.*, pág. 46-47.

e agitadas: «On jetait ses chapeaux, on démêlait au petit bonheur, les grands serviettes jaunes de toile de ménage, on attachait avec des ficelles les chiens aux pieds des chaises, et un formidable bruit de cuillers, sonnait dans les assiettes creuses. Le grand pain posé sur le dessus du piano passait et chacun s'y coupait un michon. Le petit vin moussait dans les verres, les fourchettes piquaient les plats, les assiettes couraient à la ronde, les couteaux frappant sur la table, démandaient des suppléments, la porte battait sans cesse, le tablier de la fille qui servait, volait sur des convives, les bouteilles vides faisaient la chaine avec les bouteilles pleines, les serviettes fouettaient les chiens qui mettaient éffrontément la tête dans la sauce de leurs maîtres. Des rises tombaient dans les plats. Une grosse joie de jeunesse, une joie de réfectoire de grands enfants partait de tous ces appétits d'hommes, avivés par l'air creusant de toute une journée, en forêt» (1).

Entre nós, já Oliveira Martins se havia servido, com manifesto intuito pictórico, do tipo sintático inciso, em que a frase toma um carácter entrecortado e ofegante: o pensamento é contìnuamente suspenso, os utensílios gramaticais rareiam, e os elementos do discurso trocam posições visto que a descrição ou narração, tendo como conteúdo um caso convulso e desgrenhado, exige, para ser fulminantemente impressiva, uma prosa cheia de nervosismo e sobressalto.

O facto foi já notado penetrante e palpitantemente por um dos maiores críticos que houve em Portugal — Moniz Barreto. Á frase incisa, que tão bem se adequava ao temperamento literário do historiador-dramaturgo, que a prefere nas narrações e descrições de casos agitados, refere-se nestes termos o autor do *Estudo de psicologia:* «A phrase elliptica tem movimentos convulsivos de ave decapitada e os elementos

(1) *Manette Salomon*, pág. 329.

do discurso trocam vivamente os logares como os raios de uma roda» (1).

Serve de exemplo de tal frase agitada e assimétrica êste passo descritivo do terremoto de Lisboa em 1755, em que, como no anterior dos Irmãos Goncourt, se faz particularíssima utilização do pretérito imperfeito do indicativo — tempo verbal que, tendo o condão de prolongar indefinidamente a acção, dá à verdade uma maior capacidade impressiva:

«Casas, palacios, conventos, mosteiros, hospitaes, igrejas, campanarios, theatros, fortalezas, porticos, tudo, tudo cahia. Se visses somente o palacio real, diz uma testemunha, que singular espectaculo, meu irmão! Os varões de ferro, torcidos como vimes, as cantarias estaladas como vidro! A onda do rio sorvia num momento o cais do Terreiro do Paço, com os barcos atracados, coalhados de gente. Dos andares altos precipitavam-se sobre as lages das ruas. O ruido crescia, vinha a loucura: viam-se mortos arrastados pelos vivos, viam-se mutilados coxeando, gente correndo desgrenhada, semi-nua, homens e mulheres, velhos e crianças, dilacerados, sangrentos, arrastando uma perna fracturada, esvaindo-se em sangue por algum membro decepado. Gritos, choros, clamores, imprecações, ais, preces, um borborinho de vozes desvairadas acompanhava os gemidos comprimidos dos soterrados nos escombros. No turbilhão das ruas havia quedas e mortes, abraços e agonias. A mesma loucura dos homens era o desvairamento dos brutos: os machos, desbocados, arrastavam os cavaleiros e as caleças, precipitando-se nos despenhadeiros da cidade montuosa, e as massas de gente viva, moribunda e morta, de envolta com os entulhos, rolavam nas ruas ladeadas pelos esqueletos das casas como uma imagem desolada do que seria o cahos. Quando a terra se subvertia, quando o mar vinha subindo

---

(1) Oliveira Martins, Lisboa, 1892, 2.ª ed., pág. 76.

afogar a terra, quando no ar faiscavam as linguas flamiferas rutilantes, que lembrança podia haver das invenções humanas? Abraçados, confundidos na comunidade do pranto, fidalgas e freiras, meretrizes e mães, mendigos e senhores, villões e cavalleiros, abraçavam-se na communidade da fome, do frio, da nudez, do terror. De rastos a cidade inteira, sacudida pelo abalo formidando, reunia toda a sua eloquencia numa palavra unica — Misericordia! Misericordia!» (1).

*
* *

A circunstância dos escritores, mormente poetas, haverem utilizado a harmonia imitativa produzida pela repetição de fonemas, de sílabas, de palavras, de expressões, de versos dêste ou daquele tipo prosódico, de frases de tal ou tal contextura — não permite no entanto afirmar que exista qualquer laço natural de correspondência entre som e significação. Com valor pictural só a onomatopeia, e esta mesma não soa para todos os ouvidos de maneira idêntica. Nyrop conta o seguinte episódio com êle passado e que é afinal de observação cotidiana, mesmo entre indivíduos que se sirvam da mesma lingua:

«Um dia passeava no campo com um francês meu amigo. Estavamos diante de um lago onde havia patos. «Ali estão rap-rap», disse-lhe eu, imitando o falar das crianças dinamarquesas. «Estão quê?» preguntou êle. «Rap-rap?». «Mas são patos e os patos dizem cuém! cuém»! Escutai bem, que ouvireis produzir um som nasal. Nunca um pato que sabe falar diz «rap-rap» (2). Nós conhecemos as onomatopeias desde criança, de modo que, ao ouvirmo-las, fàcilmente as ligamos com o ser, objecto ou acto que designam. Já não

---

(1) *História de Portugal*, II, Lisboa, 1882, pág. 171-2.

(2) *Ob. cit.*, III, § 14.

dámos com a mesma facilidade pelas onomatopeias de uma língua que desconheçamos. A onomatopeia é ela própria uma aproximação, não uma tradução exacta. E nem de outro modo podia ser. Os fonemas da voz humana diferem fundamentalmente dos ruídos que pretendem imitar. A reprodução de que são capazes os nossos órgãos vocálicos é portanto meramente aproximativa — e não só por via dos órgãos transmissores da palavra como também por causa dos órgãos receptores. Quere dizer: não só os órgãos vocálicos fazem uma tradução à sua maneira — e por isso mesmo imperfeita dos sons que o ouvido apreende, como êste já tinha, tanto pelas insuficiências intrínsecas — tão bem postas em relêvo pela fonética experimental — como pelas associações de ideas, que em maior ou menor grau se imiscuem perturbadoramente, falseado as impressões que até êle haviam chegado.

Além de aproximativas — e conseqüentemente inexactas — as onomatopeias são cheias de convencionalismo. Nós somos iludidos e escravizados pelo hábito. Não nos fiscalizamos; não observamos a palavra sob o aspecto fónico. Numa onomatopeia ouvimos, não os sons que na realidade se produzem, mas os que esperamos ouvir, por a isso estarmos habituados desde a época em que começámos a falar. Esta preguiça espiritual foi posta em relêvo por êsse extraordinário foneticista que é Maurice de Grammont: «Se nos pusermos em frente de uma pêndula e começarmos a escutá-la no momento em que bate à esquerda, ouve-se tic-tac, tic-tac. Se se parar de escutar e se se recomeçar no momento em que a pêndula bate à direita, parece que se deve ouvir tac-tic, tac-tic. Não é, porém, assim. A pêndula faz sempre tic-tac, tic-tac, o que mostra que por esta palavra tic-tac não reproduzimos exactamente o ruído da pêndula; nós cremos ouvir tic-tac porque é isso que nós esperamos que se ouvirá e se procurarmos mudar a ordem para ouvir tac-tic é ainda tic-tac que ouviremos porque a fôrça do hábito

domina as impressões do nosso ouvido» (1). A atestar o convencionalismo da onomatopeia está ainda a seguinte circunstância fonética: gradação vocálica invariável. Em português há, por exemplo, *tic-tac, zig-zag, pim-pam-pum;* em francês *flic-flac, bim-bam, boum, pif-paf-pouf;* em provençal *frist* e *frast;* em espanhol *tris, tras;* em italiano *tiffe-taffe,* — e em tôdas estas onomatopeias há obediência a regras harmónicas que invariàvelmente fixaram a ordem das vogais.

No entanto, a-pesar-do seu carácter meramente aproximativo e convencional, a onomatopeia é para tôda a gente da mesma língua ou dialecto plenamente compreensível: a sua harmonia imitativa não escapa geralmente a ninguém, nem mesmo às pessoas incultas.

Agora o que é preciso notar é que nas próprias onomatopeias a virtude onomatópica não está nos sons insuladamente considerados: uma mesma palavra pode ser onomatópica num caso e não o ser no outro. Para haver harmonia imitativa é indispensável que o sentido favoreça a associação dos sons e das ideas expressas por êles. A simples acumulação dos fonemas não concede nem nega condições de triunfo onomatópico a uma palavra, expressão ou cadeia de expressões; favorece apenas êsse triunfo quando o vocábulo, a frase ou o rosário de frases possuem um conteúdo semântico condizente — e que os fonemas, dispostos desta ou daquela maneira, mais plástica ou concretamente podem evocar. Bally põe êste facto em relêvo por meio das palavras seguintes: «Certos grupos de sons favorecem, por circunstância casual, uma impressão dos sentidos; uma representação sensivel, se o sentido da palavra se presta a esta associação; só por si os sons não poderiam produzir uma acção dêste género» (2). Quando o povo da Beira Alta diz: «está

---

(1) *Revue des langues romanes*, XLIV, pág. 99.

(2) *Stylistique française*, I, 2.ª ed., Paris, Klinksieck, § 64.

a trovoada a rolar, a rôla já anda pelos pinhais a rolar» — êle tem a consciência de que se serve de uma palavra que tem valor imitativo; não assim quando diz: «é preciso rolar estes pinheiros antes que se sequem». A palavra rolar, no sentido de cortar em rolos ou toros já não provoca a mesma impressão, porque o sentido não permite tal.

Casos como êste há-os em tôdas as línguas. Nyrop apresenta um caso idêntico com duas palavras homófonas, *tinter*, tocar ou picar o sino e *teinter*, pintar ou tingir: «*tinter* é olhado como uma palavra expressiva ou imitativa; mas ninguém pensará em dar tal qualificativo a *teinter* porque o sentido se não presta a isso» (1).

*
* *

Em suma:

Não há laço harmónico regular ou permanente entre o som e a significação: há apenas fonemas que, quando o sentido da palavra condiz, podem produzir uma impressão que, somando-se ao significado, torna mais explícita ou enfática a idea expressa. *Lúgubre* não é triste por ter duas vezes a vogal *u* de que Castilho diz: «É o *u* como um som abafado que se emite com a bôca já quási de todo cerrada. O *u*, mudo e soturno, parece convir à desanimação, à tristeza profunda, aos assuntos lutuosos» (2). A palavra *lúgubre* é triste porque significa coisa desventurada ou dolorosa; os *uu* podem apenas robustecer um tanto a idea expressa, dado o sombrio do som. A respeito da palavra francesa *monotone*, diz Nyrop: «Tem-se sustentado que existe um laço misterioso entre os três *oo* de *monotone* e o sentido desta palavra. Não há tal coisa. A repetição da mesma vogal sombria

---

(1) *Ob. cit.*, IV, § 16.
(1) *Ob. cit.*, pág. 107.

encontra-se em palavras de significado inteiramente diferente, como *protocole, monopole, chronologie*, *zoologie*, e tem uma explicação històricamente clara: não é de modo nenhum devida a um desejo de produzir um efeito fonético que estabeleça uma relação harmónica entre a palavra e a coisa» (1). E, relativamente à palavra *fleuve*, diz Vendryes: «É absurdo sustentar que o grupo *fl* e a idea de correr tenham entre si um laço necessário, pois que as palavras *ruisseau, rivière, torrent,* que exprimem tanto idea de fluir como a palavra *fleuve*, não contém os sons apontados, e que a palavra *fleur*, que por êles é formada não desperta em coisa alguma a idea de correr. Mas a verdade é que a palavra *fleuve* é expressiva porque os sons que a compõem se prestam muito bem a evocar a imagem que tal palavrà representa» (2).

A rigor, o sentido das palavras baseia-se em mera convenção. Podia lá explicar-se pelo simbolismo fonético a diferença de sentido de palavras latinas como *murus, nurus, purus, durus?* Ou de palavras francesas como *beau, faux, mot, sot, veau?* Ou de palavras portuguesas como *touro, louro, mouro, couro?* Ou ainda em casos em que há homofonia e convergência gráfica perfeita, como no português *fiar,* de *filare e fiar* de, *fidare,* e no francês: *louer* de *laudare* e *louer* de *locare?* Ou só homofonia, como em português: *censo* e *senso* e em francês *pot* e *peau?* Ou ainda em casos de polissemia como acontece em português com a palavra *barra*, que a D. Teodora das *Sabichonas* de Castilho queria escrita, para evitar confusões semânticas, com número variável de *RR:*

«... O termo *barra*
contém várias noções, e a inteligência esbarra;
mas não esbarrará na escolha do sentido

(1) *Ob. cit.*, § 6.º
(2) *Le Langage*, Paris, 1921, pag. 215.

quando dois *erres* tenha a *barra* de um vestido;
a *barra* de dormir, três erres; a de um rio
quatro; a de ferro cinco; a de oiro seis a fio (1)!

E o que se diz para as palavras diz-se para as locuções e para a contextura da frase prosada como para o tipo prosódico do verso. Um exemplo relativo ao tipo de versificação dá-no-lo Castilho, e que demonstra a contigência das virtudes onomatópicas do verso exdrúxulo simplesmente ennumerando-as:

«Mas não é só com a ideia de grandeza que os exdruxulos fraternisam: é tambem com a dos sons apraziveis: *musica, cithara, harmonica, melodica, cantico;* é com as suavidades, amenidades e enlevo: *placido, tacito, balsamico, odorifero, florido, simpathico, extatico, lagrimas, delicias, extase, angelico, zephiro, candido, ceruleo, umbrifero, selvatico, murmurio, diaphano, limpido, morbido;* é com as de movimento e força: *tremulo, rapido, indomito, quadrupede, hipogripho, armigero, precipite, vortice, ríspido, barbaro, frenetico, turbido, impeto, subito, relampago;* é finalmente, até com as oppostas ás suaves: *horrido, lugubre, funebre, lobrego, tumulo, tetrico, baratro, palido, mortifero, pestifero, funereo, lapide, sarcophago, piramide, horrifico, toxico, espiritos, Lucifer, Eumenides*» (2).

Estas palavras de Nyrop são, em verdade, inteiramente cabidas e justas:

«Os que creem na significação natural das palavras não atendem a que o mesmo vocábulo pode designar vários objectos, a que o mesmo objecto pode ter vários nomes, e a que as palavras mudam contìnuamente de sentido e se tornam portadoras de ideas não raro muito diversas, por vezes mesmo completamente opostas e não atendem ainda a dois

---

(1) Lisboa, 1872, pág. 129.
(2) *Ob. cit.*, pág. 47-8.

factos importantíssimos: — o dos objectos receberem outras denominações nas línguas estrangeiras; e o do mesmo grupo de fonemas tomar um sentido diverso conforme a língua que o emprega. As palavras, na nossa opinião, não têm significação natural; noutros termos, elas não são ordinàriamente senão símbolos sonoros fortuitos e convencionais. Há quem sustente que na origem da linguagem não era assim, e que nas línguas modernas a decadência fonética acabou por apagar o laço primitivo existente entre o som e o sentido. São coisas que se não podem demonstrar. Não se sabe nada a respeito da origem da linguagem, e as línguas antigas não favorecem mais que as modernas a teoria da significação natural das palavras, baseada numa pretensa relação existente entre coisa e nome» (1).

Quando, no entanto, o artista consegue traduzir por palavras belas as ideas belas, por palavras feias as ideas feias, por palavras leves as ideas leves e por palavras pesadas as ideas pesadas; quando o artista consegue acumular na frase ou nas cadeias de frases sons que pelas suas qualidades imitativas avolumam a idea expressa; quando o poeta consegue dar em versos graves as ideas ponderosas e em versos agudos as ideas leves; quando o escritor logra apresentar em frase viva as ideas risonhas e em frase lenta as ideas rombas: torna-se, pela utilização do potencial estético dos fonemas, palavras, e frases, mais inteligível e agradável.

Um curioso exemplo desta utilização ministra-no-lo Rostand no *Chantecler*, quando, pela acumulação numa longa cadeia de versos, da momentânea *q*, fonema imitativo da indignação, dá um relêvo especial à ironia encolerizada do galo:

— Oui, Coquards cocardés de coquilles,
Coquardeaux, Coquebins, Coquelets, Cocodrilles,

---

(1) *Ob. cit.*, IV, § 545.

Au lieu d'être coquets de vos cocoricos,
Vouz réviez d'être, ô Coqs! de drôles de cocos!
Oui, Mode! pour que d'eux tu t'emberlucoquasses,
Coquine! ils n'ont voulu, ces Coqs, qu'être cocasses!
Mais, Coquins! le cocasse exige un Nicolet!
On n'est jamais assez cocasse quand on l'est!
Mais qu'un Coq'au coccyx, ait plus que vous de ruches,
Vous passez, Cocodés, comme des coqueluches!
Mais songez que demain, Coquefredouilles! mais
Songez qu'aprés demain, malgré, Coqueplumets,
Tous ces coqueluchons dont on s'emberlucoque,
Un plus cocasse Coq peut sortir d'une coque,
— Puisque le Cocassier, pour varier ses stocks,
Peut plus cocassement cocufier des Coqs! —
Et vous ne serez plus, vieux Cocâtres qu'on casse,
Que des Coqs rococos pour ce Coq plus cocasse (1).

Joaõ da Silva Correia.

(1) *Chantecler*, Paris, 1910, pág. 170.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SÔBRE A EPOPEIA ALEMÃ *KUDRUN*, A PROPÓSITO DAS REFERÊNCIAS QUE ALI SE FAZEM A PORTUGAL

(Cont. do n.º 3, pág. 339)

Depois de sete anos, recomeçam a luta na ilha — Hithins-öe — em que um e outro sucumbem, mas Hilda, dominada pelo ardor da paixão para com o espôso, desperta os mortos pelos seus cantos mágicos, para recomeçarem a luta. Aqui se mostra também um fundo místico, o poder demoníaco do amor ardente, a luta implacável dos antagonistas que não se extingue. Os nomes das personagens da lenda nórdica coïncidem com os da lenda alemã. Também a lenda se conservou até ao século XVIII numa balada colhida numa das ilhas de Shetland (Cf. *Abh. der Akademie der Wissenschaften zu München,* 1867, II, 205 e seg.). Hiluge, um homem da côrte norueguesa, requesta Hildina, a filha do rei que se não mostra disposta a aceitar os galanteios, conquanto o pai favorecesse essa união. Durante a ausência do rei e de Hiluge, o conde *(jarl)* das Órcadas rapta Hildina para o seu país. Em sua perseguição, correu o pai e Hiluge. A conselho de Hildina, o raptor apresenta-se ao monarca desarmado, pedindo perdão que lhe é concedido, mas por instigação de Hiluge, o rei falta à sua palavra, atacando furiosamente o conde que cai sob os seus golpes. A cabeça do desgraçado atira-a Hiluge com as maiores imprecações a Hildina que

tem de regressar à Noruega. Finge aceitar a mão do pretendente, para se vingar do ultrage recebido.

No banquete nupcial, mistura no vinho uma beberagem, com que consegue fazer adormecer profundamente todos os convidados. Deita fogo à casa, depois de afastar o pai. No incêndio, encontra a morte Hiluge que ao despertar ainda pede a Hilda que o salve, respondendo-lhe esta com a mesma dureza, com que o pérfido norueguês lhe apresentara a cabeça do desditoso apaixonado.

Também entre os anglo-saxões, a lenda deixou vestígios.

Na elegia que data do século VIII aproximadamente, *Lamentação de Déor*, conservada no livro de Exeter, (manuscrito do século XI que o bispo Leofric ofereceu à catedral de Exeter) refere-se que Déor, cantor dos *Heodninge, (Heodseninga scop)* tendo perdido o favor do seu príncipe que lhe preferira o cantor Heorrenda, se consola com a lembrança dos homens e das mulheres das lendas heróicas, a cujo destino alude ligeiramente, citando em primeiro lugar *Wēland* e em segundo *Beadohild*. (*Grein s'Bibliothek der angl. Poesie,* I, 249).

Correspondem evidentemente aos *Hegelinge* (por *Hetelinge,* propriamente homens de Hetel da epopeia germânica), os *Heodeninge* e *Heorrenda* da epopeia anglo-saxónica. No catálogo dos príncipes, Viðsið fala de *Hagena* (véold) *Holmrygum and Heoden* (correcção de Grimm por Henden) *Glommum*. (J. Grimm. Zeit für deuts. Alt. 2. 2).

O primeiro povo deve ser os *Ulmerugi* que segundo Jordanes tinha assento na foz do Weichsel e ainda hoje aparece em vários toponímicos, como Helsingör, Helsingborg e Helsingfors. Wate sôbretudo foi muito popular em Inglaterra e ainda Chaucer se refere ao barco de Wade, o gigantesco barqueiro. (Cfr. Binz que coligiu todos os documentos sôbre a lenda nos Beiträge de Sievers 20, 192 e seg. Apud Martin. *Ob. cit.*, XLVIII-XLIX).

A luta sangrenta de Wülpenwert que constitue o centro

das narrativas nórdicas, é referida no poema de Alexandre, do cura Lamprecht, adaptação do de Alberic de Besançon, de que apenas existe um curto fragmento de 105 versos. Ali se compara a batalha no Eufrates, entre Alexandre e os Persas, ao combate junto de Troia e ao de Wülpenwert (onde o pai de Hilda morreu) entre Hagen e Wate: — dâr Hilden vater tôt lach, inzwischen Hagenen unde Waten (Bartsch. *Ob. cit.*, Einl IX).

A batalha de Wülpensand que na epopeia germânica se trava por causa de Kudrun, nas referências de Lamprecht, dá-se por causa de Hilda, versão esta que se aproxima mais da narrativa nórdica. Também no romance, *Salomo* e *Morolf*, do século XII, em que se conta o rapto da mulher de Salomão por um rei pagão e a sua libertação com o auxílio de Morolf, se exalta o poder fascinador dos contos de Horand que na lenda nórdica é o pai de Heđin e no poema alemão é o vassalo de Hetel. Ali se consideram como os dotes mais invejáveis, a sabedoria de Salomão, a beleza de Absalão e os doces cantos de Horand. A popularidade da lenda, no dizer de Bartsch, (*Ob. cit.*, Einl. XI) mostra-se bem na freqüência com que aparecem como nomes de pessoas, os nomes dos herois da epopeia, os de Hetel, Horand, Irolt, Wate e sobretudo de Kudrun que no obd. é Kuntrun, Guntrun, Gundrun. A forma do baixo alemão Kudrun, Gudrun que se generalizou com a queda do *n* e alongamento por compensação da vogal antecedente, (Ersatzsdehnung) denuncia a origem baixa alemã da lenda.

Indicadas as relações principais da lenda de Hilda e Gudrun e pondo de parte as influências que nas descrições das aventuras do joven Hagen exerceram o *Lanzelot* de Ulrich von Zatzikhofen, o *Parzival*, o *Tristão*, além de outros motivos, devo todavia referir a narrativa do duque Ernesto, composta depois da cruzada de 1172 e antes de 1186. Nela se descreve a vida aventureira de Ernesto, filho do primeiro

matrimónio de Adelaide, a mulher do imperador Otão. A princípio, o príncipe gozou de grande protecção na côrte do padrasto, em cujo desagrado caíu por intrigas do conde palatino Henrique, sobrinho de Otão. Com o consentimento dêste, Henrique penetra nos domínios de Ernesto, a Franconia oriental, mas é derrotado em Norimberga e Wurzburgo. Com o conde Werner e outro companheiro, marcha para Espira, onde na presença do imperador mata o inimigo. Depois de várias lutas com Otão, resolve organizar uma cruzada. Um grande exército atravessa a Hungria e a Bulgária, marchando para Constantinopla, onde embarcam. Uma tempestade destroça a armada; o navio em que iam Ernesto e Werner, aporta à terra Grippia, onde habitava um povo com pescoços e bico de grous, a quem tiram uma princesa que fôra raptada de Índia. Continuam a navegar, naufragando na montanha magnética. Seis dêles, os únicos que resistiram à fome e ao frio, envolvidos em peles de bois são levados pelos grifos, para o seu ninho, conseguindo numa jangada, através da montanha do carbunculo, chegar até aos Arimaspes, povo de um só olho. Combateu com os gigantes, marchando até à Índia e ali venceu a favor dos pigmeus, os grous, a seguir o rei da Babilonia, alcançando Jerusalem e ajudando os Templários na defesa do santo Sepulcro.

De regresso ao seu país, reconcilia-se com o imperador que lhe perdoa, assim como a Werner, a quem restitui a posse das suas terras e honras. (Cfr. *Fausto de Goethe*, 2.ª parte. Scane *Aon obern Peneios*).

Indiquemos ainda o fundo popular de alguns passos do poema, entre os quais principalmente a scena da lavagem da roupa na praia, o encontro de Kudrun com o irmão e o noivo que é o tema do *Lied von der schönen Meererin,* publicado por Schröer na Germania 14, 327-333. (Vid. o resumo da canção em *Die deutsche Heldensage* von Prof. Dr. Otto

Iriczek. (Sammlung Göschen, nota a pag. 201). Bartsch (*ob. cit.*, Einl. XX) cita também uma narrativa oral, colhida em Mecklemburgo. Um rei e sua mulher tinham uma filha única, cuja mão o rei da Dinamarca pede para seu filho. A aliança não agrada aos pais, por causa de inimizades antigas.

Entre os vários galanteadores, havia um príncipe «ut Norden» que é aceito. Os noivos embarcam cada um no seu navio, acompanhados do respectivo séquito. Sobrevem uma tempestade que os separa. O príncipe volta ao país de noiva e aí se casa com a mais bela dama da corte; a princesa aporta à Dinamarca, onde o rei e a raínha renovam as pretensões antigas. Como não acede, encerram-na numa tôrre. Na comitiva da princesa, ía um joven jardineiro que a infeliz muito estimava. Êsse fôra ter a uma ilha próxima, mas sabendo o destino da sua senhora, consegue chegar à tôrre com o fim de a libertar. Como a princesa recusa o seu auxílio, dirige-se aos soberanos que admirados reconhecem no jardineiro o próprio filho. A princesa que o ama, não deseja sair da prisão, sem o consentimento dos pais. Entretanto, o rei do norte, conhecedor do sucedido, reclama a princesa para o filho. Rompem as hostilidades. Dá-se uma grande batalha. O castelo é tomado e a velha raínha morre queimada. A princesa incita à luta os dinamarqueses que conseguem repelir os homens do Norte.

Faz-se a paz; chega a autorização paterna e ela casa com o príncipe dinamarquês.

Outras influências na lenda de Kudrun foram determinadas. Assim Simons no *Grundriss* de Paul, 3,718 mostrou a semelhança com o conto da gata borralheira e Suchier nos Beiträge 4.500 sg. com a lenda do cavaleiro do cisne.

Como é conhecido, é um cisne que conduz Lohengrin, o cavaleiro do Santo Graal às costas de Brabante, onde libertou a princesa Elsa. Lembremos ainda que a luta de Hagen com um animal extraordinário, um *Gabilûn,* cujo

sangue bebeu, ao que agradece a sua grande fôrça, foi imitada da luta de Sigefredo com o dragão.

CAPÍTULO III

Originalidade do poeta em relação aos seus modêlos. — Como na obra se reflecte o ideal cavaleiresco da época. — Anacronismos e contradições que ali figuram. Carácter essencialmente marítimo do poema. — O sentimento nacional de um povo de navegadores — Dificuldade de identificação de vários lugares referidos. — Exposição das opiniões dos críticos alemães sôbre o assunto. — Impossibilidade de com segurança se determinar o fundo histórico dos acontecimentos da Kudrun. — Referências a paises afastados do local da acção, entre os quais Portugal. — Tentativas de explicação das alusões ao nosso país, conhecido na Alemanha por intermédio dos cruzados que colaboraram em várias expedições portuguesas contra os sarracenos. — Identificação feita por Martin, dos nomes *Agabi* e *Kassiane* com os de Algarve e Cacém.

Conquanto não seja fácil determinar até que ponto o poeta se inspirou dos seus modêlos, é fora de dúvida que a forma estrófica adoptada indica certa originalidade. Não conserva a antiga forma épica simples de rima emparelhada; modifica a estrofe dos *Nibelungen*, imprimindo-lhe um carácter mais lírico e sentimental. De harmonia com o gosto dominante que se comprazia já nas narrativas francesas do ciclo arturiano, e que apesar-de hoje nos parecerem por vezes enfadonhas, banais e chocantes, representavam o ideal cavaleiresco da época, misturou à tradição heroica, elementos pedidos à civilização cristã e feudal.

A descrição das festas e torneios, de armas e trajos, de vios e castelos, transporta-nos às residências senhoriais da idade média, o que só prejudica a unidade e espontaneidade da obra. O poeta medievo não possuia a objectividade necessária para restituir o passado com fidelidade; carecia em

absoluto do poder de evocação histórica. Todas as figuras, pertençam ao mundo greco-romano, ou história bíblica, têm o mesmo cunho medieval. Daí anacronismos, contradições palpáveis. Assim quando o velho rei Luís, encolerizado pela recusa de Kudrun, a arrasta pelos cabelos, atirando-a à água, mostra-se a rudeza bárbara dos antigos germanos que não se concilia com a recepção festiva que é preparada na côrte à recem-vinda. Em 1021, diz-se que Kudrun esteve na Normandia sete anos completos (*siben jâr bevollen*) e em 1070, cinco anos e meio (*sehstehalpe jâr*). Ortwin que na expedição à Normandia é ainda bastante joven, acorre já com um exército próprio em auxílio de Herwig e toma parte na batalha de Wülpensand. Os mensageiros de Hetel apresentam-se na côrte de Hagen como gente de negócio, cuja liberalidade e ao mesmo tempo perícia nos jogos guerreiros a todos surpreendem, o que não obsta a que se deem a conhecer como vassalos de Hetel que o seu senhor, de que exaltam a riqueza, fêz exilar. Muitas são as contradições e repetições que tem sido postas em evidência e seria ocioso repetir, limitando-me a pôr em relêvo que a tradição épica, transmitida de geração em geração, havia de ser alterada, de harmonia com as crenças, as paixões, os costumes de cada época, não sendo por isso de extranhar os anacronismos, inconseqüências que na obra se encontram.

À crítica, como uma das suas mais belas funções, pertence reünir esses destroços, procurando reconstituir o que pela marcha dos tempos se adulterou ou desfigurou.

O nome da heroina, *Kudrun,* corresponde ao obd. *Kuntrun, Gundrun,* com a queda do *n* e alongamento por compensação da vogal antecedente, o que só se podia dar no frisio, anglo-saxão, e saxónico, mas como por outro lado nem no grande repositório das tradições saxónicas, a *Thidreksage,* nem entre os escandinavos e saxões há documentos seguros da lenda de Kudrun, propriamente dita, é-se levado

a concluir que a Frísia, ou pelo menos a parte do país, onde os nomes frisões eram correntes, seja o local onde a lenda teve maior desenvolvimento. No noroeste da Alemanha, também há documentos literários, em que os vestígios da lenda são evidentes, como o *Alexandre,* de Lamprecht, *Salomon* e *Morolf* mas que pertencem a uma época posterior, devendo pressupor o conhecimento da mesma. O razoável é admitir que nas costas do mar do Norte a canção popular aproveitou uma tradição comum às populações nórdicas e alemãs, de onde foi levada para o interior da Alemanha, de noroeste para sudeste até à Áustria e aí utilizada em fins do século XII por algum poeta inspirado na elaboração da epopeia, o que se reconheceu pelo estudo da língua e comparação com outras composições, como os *Nibelungen, Klage, Biterolf.*

Também se pensou na Baviera, onde o conhecimento da Kudrun se conservou por mais tempo, gozando de grande popularidade em Passau e Regensburg entre os *burgær* e *koufliut*, nos quais perdurou por muito mais tempo a lembrança das lendas heroicas do que nas cortes influenciadas pela moda francesa.

O poema *Kudrun* tem um carácter essencialmente marítimo; nele se retrata o sentimento nacional de um povo de navegadores. As populações germânicas do mar do norte entregavam-se ao comércio e à pirataria, entretinham relações, ora pacíficas, ora guerreiras, com os paises limitrofes, como a Dinamarca, Noruega, Ilhas Britânicas, Paises Baixos e mesmo costas da França. O traço fundamental do seu carácter era o espírito guerreiro, o desprêzo da vida, o gôsto das viagens longínquas. Esses riscos de vida aventureira, fértil em desastres e surpresas, em que se procurava simultâneamente a gloria militar e o interêsse comercial, tem a sua expressão mais completa nessa grande obra, composta originariamente de partes separadas e que nos foi conser-

vada pelos cuidados do imperador Maximiliano I que a mandou copiar com outros poemas antigos para a biblioteca do castelo de Ambras no Tirol.

A acção do poema passa-se nas costas e ilhas do Norte. Embora seja tarefa quási impossível fazer a identificação geográfica segura de todos os lugares referidos, a sua maioria é evidentemente situada nos paises do Norte. Hagen é filho de uma princesa norueguesa e do rei Siegbant da Irlanda; a capital do seu país referida em 161,2; 288,3; 293,1; 441,1; 559,4 é *Baljân. Ballyghan* é freqüente na toponímia da Irlanda; também sob o nome de *Irland* se designava originàriamente uma localidade holandesa e ainda hoje uma parte de Texel se chama Eijerland. Da comitiva de Uta fazem parte 700 cavaleiros do país dos *Frideschotten.* Certamente trata-se dos escoceses de alguns dos numerosos «firths» da Escócia. Uma das companheiras de Hilda e que é salva por Hagen, vindo a casar com um príncipe da Noruega é de *Iserland* que Martin, visto tratar-se de paises muito remotos, identifica com a Islândia, citando também *Iserterre,* no país do rei Klamidê, no Parzival, cujo capital é Brandigan (*ob. cit.*, pág. 30, nota).

De *Garadê* vem o navio que acaba por recolher Hagen e as suas companheiras que há vinte e quatro dias vagueavam pela floresta. O nome que aparece também nas formas *Garadîe* e *Garadîne* (116,4; 117,2; 126,1; 136,2; 150,4; 158,1; 144,3) deve indicar um lugar próximo, ao da Irlanda, pois em 130,2, o comandante do navio, ao saber que Hagen era filho do rei da Irlanda, diz-lhe que os seus amigos lhe fiseram muito mal em Garadê que fica situada muito próximo dêles:

mir habent dîne friunde,
ze Garadê dem lande,
sie lieszen mîne helde
getân sô manigiu leit
daz lît in gar ze nâhen
in einer herte slahen unde vâhen.

Tem-se pensado em *Cardigan,* no país de Galles.

De um dos primeiros príncipes, a cujos ouvidos chega a fama da beleza de Hilda, filha de Hagen, diz-se que é da Dinamarca, no país de *Wâleis,* nome êste que aparece em 208,2 sob o domínio de Hetel que evidentemente não pode ser o mesmo principe. A *Wâleis* aporta Wate no regresso da Irlanda (465,2) e aí se trava também o combate com Hagen (466,2). A identificar Wâleis com o país de Gales, é mais verosimil supor que se trata de uma região no Reno inferior que se chama *Vahalis* e que compreendia provavelmente as terras atravessadas pelo Waal, um dos braços do Reno.

Em 641,4 Wâleis é a marca de Morung, vassalo de Hetel e igualmente o é em 697,1; 1087,2; 1370,3; 1415,3, mas em 799,4 parece ser o país de Herwig o rei da Zelândia, noivo de Kudrun, pois é aí que Hetel acorre em auxílio do futuro genro, cujas terras foram invadidas pelos mouros. Por outro lado, *Wales* aparece como Wâleis em Rudolfo de Ems (Vid. Kaiserkronik-Massmann 3,495 e Weltkronik na nação geográfica, publicada por Zingerle. Sitzungsberichte der Wiener Akademie 1865 v. 1204. Apud Martin, *ob. cit.*, pág. 47, nota).

Em 641,3 ao referir-se a invasão do país de Hetel pelas forças de Herwig que lhe requesta a filha, diz-se que levara consigo uma gente do país de Gâleis (1) que o forte Morung bem conhecia da marca de *Wâleis,* o que indica tratar-se de dois paises próximos.

Por Dinamarca (Tenemark) podem-se entender os velhos domínios dos dinamarqueses na Frísia e na foz do Escalda no século XI, como opina Bartsch, e me parece mais natural

---

(1) O nome *Galeis* denota a origem francesa. *Wales* em Gottfried de Estrasburgo é Gâles. Na *Krone der Abenteuer* de Henrique de Türlin, aplica-se o nome de Galois a Parzival e Walois a Kalogreant.

ou o reino na península do Jutlândia e ilhas do Báltico, como entende Martin. Dinamarqueses são os vassalos de Hetel, Horand e Frute; na expedição contra Hagen toma também parte, a conselho dêstes, Wate, o senhor de *Sturmland,* e país das tempestades, não sendo talvez desarrazoado explicar a ideia do poeta, ao atribuir êsse país ao famoso heroi, pelo carácter violento (stürmisch) do velho gigante marítimo, como pensa Müllenhof em Haupts. Zeitsch. 6,62. *Stürmen* que é a indicação do país em 204,2; 884,1 é o mesmo que *Sturmlant* em 263,1; 465,1; é o dat. pl. de Sturm, como Sêwen por Sêlant em 706,1; 867,1; 1214,1; 1257,1; 1674,1. Martin identifica-o não com *Stormarn,* mas com o distrito de *Sturmi,* na região de Verden. (*Ob. cit.*, pág. 48, nota).

Os restantes companheiros de Wate, Horand e Frute, na perigosa missão do rapto de Hilda, são Isold de *Ortland* e Morung de *Nifland. Ortland* que no manuscrito aparece as mais das vezes como *Hortland* em que o *H* está por *N* como em *Horwage,* 8,4 Hormandin, 587,1 aparece também como Nortlant em 371,3; 1704,2. Ortwin, filho de Hetel e Hilda, irmão de Kudrun, chama-se senhor de *Ortland.* J. Grimm em Haupt. Zeits. 2,5 aconselha a grafia *Ortland* por aliteração com Irolde Ortwin, os senhores do país. Müllenhof refere o *Comitatus Nortlandiae* (Michelsen, Dithm. Urk. 38 vom Jahre 1145) e um *Nortland* na Chron. de Luneb. em 1162 (Eccard., *Corp. hist. med. aevi I,* 1390 apud Martin, *ob. cit.*, pág. 48 nota).

Bartsch (*ob. cit.*, pág. 356) identifica-a com Jutlândia. O que é fora de dúvida é que *Ortland* e *Nortland* são o mesmo país, constituindo uma parte da região dos Hegelinge, sujeito primeiro a Hetel e depois a Ortwin. Wate e outros mensajeiros de Hetel chamam-se *die von Ortlande.* Por *Nifland*, deve entender-se o país dos *Nibelungen*, no Reno inferior, segundo Bartsch que sugere também a identificação

com *Livland* (Livonia) que é adoptada por Martin. Na Livónia, província esta que em russo se chama hoje *Infland,* se tinham estabelecido os dinamarqueses e com o nome de Nifland aparece na crónica livónica, assim como também, entre outros, em Guilherme de Áustria — *durch Riuzen und durch Nifenlant* — (Haupts Zeits. I, 216).

O nome Morung parece ser patronímico, como também o é *Maurungania,* o país ao oriente da Elba (Zeuss. Die Deutschen 472 cit. em Martin *ob. cit.,* pág. 50 nota). O *Holzâne lant* (1089,1) também chamado *Holzsaezen lant* (1374,3, 1415,1) e que aparece, ora como sujeito a Irolđ, ora a Frute, é o Holstein.

O teatro principal das aventuras de Kudrun é o país dos Frisões, entre as embocaduras do Reno e do Elba. O seu pai, Hetel, é rei da Frísia (208,1) que sem dúvida deve ser a Frisia holandesa; a Frísia parece ter recebido Irold como feudo (231,4); também Morung vem dos Frisões (271,1) e se chama da Frisia (480,1). Hetel tinha também sob o seu domínio Dietmers (208,2) que é a região dos Dithmarsos, ao norte do Elba. O seu castelo é em Matelâne. J. Grimm na Haupt Zeits. 2,3 sugere a identificação com o *Mediolanum* do Reno inferior de Ptolomeu que é hoje o pequeno lugar de *Meteln,* no Vecht, entre Horstmar e Bentheim. Bartsch (*ob. cit.,* pág. 355) inclina-se à identificação com *Matlinge,* na Holanda do sul ou *Mattenburgo* na proximidade de Bergen-op-Zoom. Martin (*ob. cit.,* pág. 173 nota) relaciona Matelâne com o francês Madelaine, santa esta que tem culto especial em Marselha.

Herwig, o noivo de Kudrun, é da Zelândia; no seu escudo traz como peças hieráldicas *seeblätter,* folhas de uma planta marítima, o *lotus nymphaea.* A Zelândia, de que aqui se fala, é provavelmente não a ilha dinamarquesa, mas a Zelândia frísia.

Sôbre a identificação da pátria de Luís, o esposo de

Gerlinda e pai de Hartmut e Ortrun, não há dúvida. É êle rei de *Ormânie* que também aparece como *Ormanîn*, *Ormandîn* e mesmo, embora com menos freqüência, como *Normanîe* (1693,1); Normandîe (1703,3) Normendî (604,1) etc. Trata-se dos normandos, de cujas expedições marítimas aos países mais longínquos se faz eco a epopeia germânica!

As tríbus germânicas do mar do norte, segundo a narrativa da *Kudrun*, reünem-se sob a hegemonia dos Frisões; disputando-lhes o domínio dos mares, encontramos os normandos que na idade média tiveram um destino dos mais brilhantes. A realidade histórica dos factos referidos poderia admitir-se apenas, é claro, no seu conjunto, sendo muito provavel que os piratas normandos, desde as suas mais antigas expedições no mar do Norte, estivessem em guerra com os germanos da Frísia.

Nas suas linhas gerais, os episódios da guerra sangrenta entre os dois povos, como se descrevem na Kudrun, deram-se da maneira seguinte. Os Normandos, que desconcertavam os habitantes das costas, onde faziam as suas incursões pelo imprevisto dos ataques e rapidez da fuga, entraram inesperadamente na capital dos Frisões, donde levaram com grande presa, uma parte da população cativa. Seguiu-se violenta luta entre ambos os povos, tendo-se travado terrível combate no *Wülpensand*, ilha situada entre a foz do Escalda e do Mosa. Os Frisões foram vencidos, mas desforraram-se, invadindo a Normandia e libertando os prisioneiros. Lembremos que no Reno inferior se deram no século IX as incursões dos dinamarqueses, acompanhados de grandes devastações. Dessas lutas apenas um nome passou para a poesia alemã medieval, Sigefredo. A seguir à batalha de Saucourt, 881, os normandos depois de uma nova incursão em Aschloh (hoje Elsloo) a baixo de Maestricht, foram completamente cercados. Só a fraqueza do imperador Carlos, o Gordo, evitou o seu aniquilamento completo. Sigefredo foi morto em 887, sendo

o seu nome exaltado pela parte que tomou no cêrço de Paris.

Problema quási impossível é determinar com segurança o fundo histórico dos acontecimentos, referidos na *Kudrun,* não se devendo perder de vista que a poesia heróica zomba da cronologia.

No mesmo tipo ideal funde figuras de épocas e paises diferentes, reune factos ocorridos nos períodos mais distanciados. Os heróis da epopeia tem uma idade constante que faz parte da sua maneira de ver e está em harmonia com o seu carácter. Assim a princesa Hildeburg, citada como uma das companheiras de Hilda, é amiga inseparável de *Kudrun*, vindo a desposar um pretendente da mesma, Hartmut que por conseqüência se pode considerar mais novo do que ela duas gerações. Por isso todas as identificações são precárias; referirei, no entanto a que foi apresentada por Hans Widmann no *Anuario do Gymnasio de Goetz,* 1873. No entender de Widmann, na vida acidentada de Kudrun, representa o poeta a odissea da segunda mulher de Otão I, Adelaide que enviuvando aos 19 anos do seu primeiro marido, o rei Lotário da Itália, teve de sofrer os maus tratos do margravio de Ivrea, Berengario e de sua mulher que a queriam casar com seu filho Adalberto, conseguindo fugir do cárcere da Como, onde a tinham encerrado. Também nas estrofes 610 e seg. vê Martin (*ob. cit.,* Einl. XLII) uma alusão confusa às lutas entre João sem terra (o tio do imperador Otão) e Luís de França em 1217.

Sendo o teatro da acção o mar do Norte, é na verdade curioso que haja no poema alusões a Portugal. A primeira é em 119,2.

Uma das princesas que Hagen encontra na ilha deserta, companheira da princesa da India que era a mais velha, e da princesa de Iserland, a mais nova, declara ao conde de Garadîe que as interroga sôbre a sua proveniência que um

grifo selvagem as arrebatou em Portugal, que seu pai era o senhor daquele país. Na VII aventura, ao referir-se o rapto de Hilda, filha de Hagen por Hetel, diz-se que com ela ia uma donzela que bem podia ser de estirpe real; (diu mohte vil wol sin geborn von küneges künne) era das que estiveram muito tempo entre os grifos; chamava-se Hildeburg. Hilda, a mulher de Hagen, tratara-a sempre com as honras devidas à sua gerarquia; nascera em Portugal. Em 1008, 1,2 na XX aventura, quando se descreve a chegada à Normandia de Kudrun, depois do desastre de Wülpensand, onde os Hegelinge foram destroçados pelos normandos, especifica-se que entre as cativos ia uma que era da Galiza *(Galitzen lant)* e que fôra a sua infelicidade que a exilara de Portugal. Em 1059,1 1062, 2, 3 lá se volta a dizer que Hildeburg, companheira de Kudrun, era também filha de rei (diu was ouch küniges kint) que seu pai também tinha coroa, desejando assim partilhar da desdita da sua inseparável amiga. Em 1196,3 chama-se-lhe a nobre Hildeburg da Galiza (Hildeburc diu edele von Galizen lande). Em 1639, Kudrun, desejosa de retribuir os serviços prestados por Hildeburg que no poema ocupa um lugar quasi do mesmo destaque que a heroina, aconselha Hartmut a desposá-la em termos entusiásticos: «Desposa Hildeburg, a nobre princesa. Não podes encontrar no mundo donzela de maior distinção».

Com o rei de Portugal declaram a Hetel (221,222) Frute e Horand que tiveram violentos combates (in herten stürmen geslagen vil schedelîche wunden). Como interpretar tais referências que à primeira vista parecem mais descabidas do que realmente são? Em primeiro lugar, convém acentuar que ainda a outros países, também muito afastados do local dos acontecimentos, se alude.

Da Índia é Hilda a mulher de Hagen (118,3; 170,1; 177,3; 197,2). O Wikinger dinamarquês, Sigefredo, aparece-nos como rei dos mouros, o que não é de estranhar, pois a idade

média confundia pagãos e sarracenos. O seu reino é *Môrland*, cujo primeiro elemento nada tem que ver com mouros, parecendo ser *Moor*, terra pantanosa (1). Originariamente, devia ser um país do norte; Sigefredo é um dos pretendentes à mão da filha do rei da Frísia, invade os domínios de Herwig que são a Zelândia e com uma irmã do mesmo vem a casar. J. Grimm na Haupts Zeitsch. 2,3 sugere a identificação com *Maurungania*, como no século v era indicada a região ao oriente do Elba. O poeta, obedecendo ao gosto da época, pelo fantastico e exótico, converte *Mórland* em verdadeiro país dos mouros.

Em 721,1; 722,4 lá vem como *künic von den Moeren*. Em 670,3 fala-se dos reis mouros que se comprometeram a entrar na exposição contra Herwig, sem que mais tarde se aluda a qualquer outro, alem dêle. Em 579,1 diz-se que Hetel reeusou a mão de Kudrun a Sigefredo rei em *Alzabê*. Os mouros também em 167,4; 673,2; 719,2 são chamados os de *Alzabé*. O nome tem evidentemente cunho oriental. Martin inclina-se baseado na forma do manuscrito Azzabe (também em Biterolf 1161) a identificação de Weinhold com *Ascabee*, *Ecebeh* (Esbieh) no Tigre, próximo da confluência com o Eufrates (*ob. cit.*, pág. 355 nota).

Em 397,1 Horand canta uma melodia de *Amilê*. Nenhuma das identificações apresentadas é satisfatória; no entanto a maior parte dos critérios pensa no Oriente. Dentre as várias indicadas por Martin, citarei a de Müllenhof que a interpreta como canção sarracena. C. Hoffman lembra a origem sarracena dos *Amileh*. E. Meyer indica a montanha *Aamileh*, junto de Sidon na Palestina.

---

(1) O elemento mar, aparentado com Moor, Meer, Marsch aparece na toponímia alemã. Assim Weimar, Wismar, Kolmar. Nada tem que ver com o ant. alt. alemão mãri (notícia) got *mers* (conhecido) que figura com freqüência no onomástico. Assim Dietmar, Viemar, Waldemar, etc.

Na opinião de alguns, o oriente seria afamado pela sua música e arte de canto. *Morolf* (est. 256) aprender a sua arte em *Indean*.

O mais verosimil é explica-la como a canção das sereias, pois diz-se que *Horand* a ouviu *uf dem wilden vluote;* o sussurro das ondas seria interpretado como a música dos espíritos aquáticos, (Martin *ob. cit.*, pág. 92, 93, nota).

É certo que em 1588,4 os mouros cantam uma melodia da Arábia.

A Arábia é nomeada em 266,1, onde se diz que as amarras dos navios da expedição de Wate e dos seus companheiros à Irlanda eram da Arábia, o que comparado com 267,3; 1108,1 parece significar que eram de seda. Em 1326,1 ao descreverem-se os sumptuosos aposentos do palácio do rei normando, para o que o poeta se inspirou da descrição do leito dos reis burguinhões na côrte de Etzel, nos *Nibelungen,* diz-se que havia lá estofos da Arábia. E ainda em 1616,2 ao exaltar-se o acolhimento que os hóspedes de Kudrun tiveram na côrte de sua mãe Hilda, a propósito dos vestidos que lhes foram oferecidos, se fala da rica Arábia. A Arábia, famosa pelos preciosos estofos, é referida com freqüência pelos poetas medievais. (Cfr. *Nibelungen,* 535,4 Av. 776,2).

O poema, como indiquei, tem um carácter marítimo; só a observação directa poderia representar com tanta fidelidade e viveza de cores a natureza característica do oceano e não seria arriscado admitir que o seu autor, a exemplo de um Wolfram ou de um Walther, levado pelo gôsto das viagens, se deslocasse do seu acanhado país, talvez das montanhas tirolesas às costas do mar do Norte ou do Adriático e quem sabe mesmo se até ao oriente, cuja atracção na idade média pelo sentimento religioso, por espírito comercial e aventureiro, era tão dominadora.

As alusões a Portugal, a meu vêr, explicam-se perfeita-

mente, porque na Alemanha do século XII o nome do nosso país se tornara conhecido por intermédio dos cruzados, como teatro de feitos heróicos na luta gigantesca contra os sarracenos em que tomaram parte activa. Na tomada de Lisboa, colaborou a armada de cruzados que em 1147 largava do pôrto inglês de *Darmouth* para a Terra Santa e da mesma faziam farte alem de franceses e ingleses, principalmente habitantes do Rheno inferior e da Frisia, de Colónia e outras cidades situadas no Reno e no Weser. (Sôbre a tomada de Lisboa, Vid. Alexandre Herculano, *História de Portugal*. Ed. de David Lopes, 1915. Tômo III, pág. 9 e segs.). Em 1189, nova armada de cruzados também dos países setentrionais, Frisia e Dinamarca entra no Tejo, marchando com a armada portuguesa para as costas do moderno Algarve, onde ambas tomam o castelo de Alvor. (Herculano, *ob. cit.*, tômo III, pág. 166-169). Em Julho de 1189 outra armada de cruzados, constituída por 37 navios, vindos da Alemanha e de Flandres, auxilia D. Sancho I na conquista de Silves, onde deram largas aos seus instintos ferozes, o que levou o monarca a ocupar a famosa capital do Chenchir e a expulsar de ali os seus colaboradores que retiraram, acusando os portugueses de nada fazerem durante o tempo do cêrco e de o soberano lhes ter recusado a porção do despôjo que lhes fôra prometido.

Não será a alusão 222,2 do poema germânico à guerra que Frute e Horand fazem com o rei de Portugal um eco das desavenças entre os cruzados e D. Sancho I por causa da repartição dos despojos, a que se refere o cruzado autor do célebre manuscrito *De Itinere Navali, De Eventibus, De Que Rebus A Peregrinis Hierosolymam Petentibus* MCLXXXIX *Fortiter Gestis Narratio?* (Vid. versão portuguesa de João Batista da Silva Lopes 1844, pág. 40). A acusação feita por Radulfo de Diceto, que o rei português «*christianis nullum prestabat auxilium* (Ymag., *Hist.*, pág. 646, cit. em Herculano

ob. cit., tômo III, pág. 191, nota) indica a disposição dos cruzados para com o soberano que seria injurado; por se opôr enèrgicamente aos desmandos dos seus colaboradores, usando da mesma energia que teve para com os cruzados ingleses, do comando de Sabloil e Ricardo de Camwil que em Lisboa cometeram as maiores violências. (Herculano, *ob. cit.*, tômo III, pág. 206).

Que estranhar, pois, que na Kudrun os dois dinamarqueses lutem com o rei de Portugal que muito bem poderia ser D. Sancho I?

Ainda outra expedição de cruzados alemães, entre os quais se contavam Lothier, duque de Lorena inferior e Hartwig, arcebispo de Bremen, aportou a Lisboa que pela sua admirável situação veio a ser o porto mais freqüentado das frotas que se dirigiam para o Oriente. Silves que caira novamente em poder dos musulmanos, foi atacada de surpresa pelos alemães, que na opinião de Herculano, talvez incitados pela narrativa dos acontecimentos passados, resolveu vingar os sofrimentos dos seus compatriotas, tomando a cidade que deixaram desmantelada e abandonaram a seguir, por se persuadirem que D. Sancho não dispunha de meios para a sustentar (Herculano, *ob. cit.*, tômo III, pág. 231–232). Na segunda tentativa da tomada de Alcácer por Afonso Henriques colaborou uma frota de cruzados que se supõe ser a do conde de Flandres, Thierry ou Teodorico da Alsacia que em 1157 partiu para a Siria, com tão pouco êxito como na primeira, em que também entraram cruzados ingleses, a diligencias do inglês Gilberto, bispo de Lisboa, que partiu para a Grã-Bretanha em 1151 a prègar uma cruzada contra Sevilha, capital dos domínios dos Almohades em Espanha (Herculano, *ob. cit.*, tômo III, pág. 65-67). E ainda finalmente em 1217, depois de muito desastres e procelas, entrou no porto de Lisboa parte da grande armada que de Wlaardingen partiu para a reconquista dos lugares santos, sob o

comando do conde Guilherme de Holanda e do conde de Withe e que era constituída sobretudo por habitantes do Reno inferior, a que se agregaram peregrinos dos Paises Baixos e de França. A convite do bispo de Lisboa, D. Sueiro, com excepção dos Frisões que se separaram dos seus companheiros, seguindo viagem, auxiliaram Afonso II na conquista de Alcácer do Sal, largando do porto só no ano seguinte, na primavera de 1218, depois de terem passado o inverno em Lisboa, onde repousaram. (Herculano, *ob. cit.*, tômo IV, pág. 77 e seg.).

Na opinião de Martin também desta expedição se encontram vestígios na *Kudrun*. No entender do crítico alemão o nome de *Kassiane* que indica em 1534,2; 1541,2; 1543,3; 1692,2 a capital da Normandia, é o lugar português de S. Tiago de Cacem(1) que foi tomado com o auxílio dos cruzados em 1217. Realmente a velha *Merobriga,* depois de várias alternativas, ora em poder dos mouros ora dos cristãos, voltou definitivamente ao poder destes, depois da queda de Alcácer e de todo o território circunvizinho. (Vid. Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, vol. IX, pág. 34. Também em *De Rebus Hispaniae,* Roderici Toletani, em Hispaniae Illustratae..... 1603, tômo II, cap. VI, liv. VII, pág. 115) se lê..... «In diebus eius (Aldephonsus) Alchazar et castra alia in deditionem fidei catholicae peruenerunt». (Sôbre a expedição de 1217 Cfr. Bernhard Kugler. Geschichte der Kreuzzüge. Allg. Gesch. von Oncken 1880 v. 16, pág. 315). A hipótese de Martin é arriscada. ¿Não será antes *Kassiane,* corrupção de *Cassand* (moderno *Cadsand*) que

---

(1) Cacém, nome próprio de homem em árabe.

Na toponimia portuguesa: nome de lugar perto de Sintra; em Santiago de Cacém; nome de lugar no c. de Odemira, como se vê do foral desta vila de 1255 na forma de Cazem em *Leges,* pág. 664. (Indicação do meu prezado colega Dr. David Lopes).

Warnkönig na *Flandrische Staats-und Rechtsgeschichte* 21 S. 85 indica na carta de Bruges de 1190, onde se fala dos *Wulpingi, hominis de Wulpia sive de Cassande* que o mesmo Martin transcreve, para localizar *Wulpenwert* na embocadura do Escalda? *ob. cit.,* Einl. XLIX). Ao comentador alemão repugna identificar *Kassiane* com o pequeno lugar, ao pé de *Wulpen* que seria muito pouco conhecido, parecendo-lhe alem disso inverosimil que sendo lugares tão próximos, Wate não pudesse correr imediatamente em perseguição do rei normando que embarcou para o seu país (898, 899). O argumento não me parece justificado. O poeta da *Kudrun,* preocupar-se ia aqui tão pouco com a verosemelhança, como quando apresenta Sigefredo, rei dos mouros, senhor de *Karadê* (731,3; 1139,4), país do norte que pertencera a Hagen que o dera em feudo a Luís da Normandia 610,3, em luta com os reis da Frísia e da Zelândia e comete os anacronismos e contradições, de que a obra está cheia e a alguns dos quais já tive ocasião de aludir. O nome de *Alkazer* aparece no entanto em Cesario de Heisterbach VIII, LXVI, na ed. de Strange 2,137 (Martin, *ob. cit.*, LVIII). Referirei ainda a identificação, perfilhada por Martin, de *Abakîe* (*Albakîne*) reino do Oriente, atribuido a Sigefredo (673,2; 829,4) e de *Agabî, Abalî, Abagî* (267,3; 864,4; 1248,2; 1684,3) país afamado pelos estofos e pedras preciosas, com o português *Algarve.*

A indicação da Galiza, como pátria de Hildeburg, também me parece explicável. Ás costas da Galiza aportavam os cruzados para visitarem o santuário de S. Tiago de Compostela (a Jerusalém do ocidente) que durante muitos anos, sobretudo durante as cruzadas e mesmo depois, era um dos pontos de romagem, dos mais frequentados pelos peregrinos de toda a Europa. (Cfr. *Chaucer. Prologue.* Ed. de Morris I, 466. Langland, *Piers The Plowman,* Ed. de Skeat. Pass. IV, 126, e o poema de Southey — *The Pilgrim to Compostella.* O

castelo de Hetel em 235,2 fica em *Campatille*. Das várias identificações referidas por Martin, (*ob. cit.*, pág. 55, nota) referirei a de Ettmüller com *Campodunum* (Kempten), *Campen* no Zuidersee; de Zingerle (Germania, 6,44) com vários nomes na região do Tirol, *Kampidelle* (ital. Campidello); de Wilmann com *Compostella*. (1) É esta última que me parece mais razoavel pela semelhança dos nomes, embora pareça extraordinário que o Castelo de Hetel seja em lugar tão remoto! Tratar-se há de mais um contrasenso a juntar aos outros que temos indicado? Lembremos que em autores consagrados muito posteriores, como Skakiespeare, Kyd e tantos outros, as inconseqüências geográficas são freqüentes.

Além disso, como o poema foi conservado num único manuscrito, não se torna fácil reconstituir o texto primitivo com fidelidade.

Esta e outras contradições podiam explicar-se por êrro de cópia, se é que não é invenção do poeta.

A identificação de Galiza e Portugal, como pátria de Hildeburg, não é de extranhar. Segundo lemos em *Os Arabes nas obras de Alexandre Herculano* do Sr. David Lopes, nota à pág. 124: «O têrmo galego significa nos escritores árabes, não só o habitante da Galiza, mas em geral os cristãos do norte e ocidente da Península e por conseqüência, os Portugueses, os Leoneses e os Castelhanos).

A interpretação das referências a Portugal por motivo das cruzadas é perfeitamente razoavel, tanto mais que no poema por mais de uma vez se fala em cruzados. Em 488,4, quando os Hegelinge veem aproximar-se a armada de Hagen, em cujas velas se via uma cruz, diz-se que o velho Wate tinha pouco amor a tais peregrinos (pilgerîne). Por causa da

---

(1) Referências à Galiza encontramos em Wolfram v. Eschenbach. *Parzival und Titurel* VIII Buch. 550 e 649 e a Portugal no II Buch 240.

cruz, poderiam tomar os navios do rei da Irlanda por uma frota de cruzados. Dos navios dos cruzados que se dirigiam para a Terra Santa, se apodera Hetel que corre em perseguição dos normandos até ao Wulpensand, onde se trava uma grande batalha, desvantajosa para os frisões que sôbre si chamaram a cólera divina pelas violências que tinham exercido sôbre os cruzados. Os normandos deixaram-nos aproximar, porque vendo nas velas cruzes, os tomaram por peregrinos (avent. XVII). Ao chegarem ao seu país, os Hegelinge restituem aos cruzados os navios (931, 933). Ainda em 1364, o rei Luís da Normandia toma as fôrças que lhe deram o castelo, por peregrinos (ez sint lîhte bilgerîne). Martin vê nos episódios da expedição vingadora dos Hegelinge, alusões obscuras às aventuras dos cruzados, principalmente à cruzada de 1217-1219 em que entraram bavaros e austríacos, lembrando ainda que numa cruzada à Espanha tomou parte Leopoldo de Áustria (1). (*Ob. cit.*, XLII. Sôbre a influência

---

(1) Martin indica também a influência da lenda de S. Brandão que Müllenhof estudou desenvolvidamente como fonte mais próxima da *Kudrun* nos Denkmäler deutscher Poesie und Prosa II vol. Anmerkungen págs. 190 e segs. a propósito da *Montanha magnética*, no mar sombrio que os frisões encontram no comêço da sua expedição contra os normandos. Ao século x ou xi remonta o primeiro texto latino sôbre a lenda (*Navigatio Sancti Brandani*); ao século xii um poema em francês e ainda ao mesmo século um poema alemão do Reno inferior, mas que só conhecemos numa versão médio-alemã do século xiv. A lendaria viagem de S. Brandão no século vi às ilhas afortunadas, ao paraiso terrestre, correspondia bem ao espírito místico e aventureiro da idade média, sendo uma narrativa em prosa ainda no século xv um dos livros populares apreciados na Alemanha. É a esse país vasto, (wîtes kûnicriche) habitado por uma população feliz, rica e hospitaleira que Wate se refere, incitando os companheiros a descerem à montanha de *Givers*. É a antiga tradição, conservada ainda no tempo das cruzadas da θλύσια πεδία, da ατλαντίσ das *Insulae fortunatae do Eldorado* que mais tarde foi parodiada por Hans Sachs no *Schlauraffenland* (Vid. Dicht. v. Hans

das cruzadas na literatura da época veja-se (Wilhelm Scherer, *Gesch. der deuts. Litteratur*, 1902, pág. 87-100).

As alusões a Portugal parecem-me assim plenamente justificadas. As aventuras da expedição dos frisões contra os normandos, podem comparar-se aos contratempos de toda a ordem que os cruzados sofriam nas suas viajens à Terra Santa. Com freqüência eram acossados pelas tempestades e até em 1189, ao desembarcarem na Galiza, donde a dirigiram a visitar o templo de Santiago, como entre os habitantes daquela região se espalhasse que os peregrinos tentavam roubar a cabeça do santo, foram repelidos e forçados a embarcar de novo com algumas perdas, vindo buscar abrigo no pôrto de Lisboa que era escala, onde na ida ou regresso das suas expedições ao oriente, os cruzados com mais freqüência vinham buscar mantimentos e refrescos. (Herculano, *Ob. cit.*, tômo III, pág. 166).

Sachs no V.er B. pág. 30-31 dos Deuts. Dicht. des XVIten Jhrh. herg v. Goedeke u. Tittmann).

Müllenhof na Haupt. Zeit. 12,317 identifica Givers com o Monte Etna: *Monte Gibello* em Cesario de Heisterbach. Em *Denkm.* pág. 191, cita sôbre o mar sombrio Adaman von Bremen que fala de um *mare caligans ulterius insulas-Island, Gronland. ibi terminat oceanus qui dicitur caligans.* Talvez a lenda do mar sombrio tenha a sua origem nas longas noites do inverno polar. O mar sombrio lembra o *levermere*, a que Brandão e os monges, seus companheiros, foram arrastados. É o *mare concretum* de Plinius, baseado em Pytheas de Massalia, para lá de Thule, nas regiões populares, e de que fala Adam de Bremen 4-34: de oceano Britanico qui Daniam tangit et Nordmanniam magna recitantur a nautis miracula, quod circa Orchadas mare sit concretum et ita spissum a sale ut vix moveri possint naves nisi tempestatis auxílio, unde etiam vulgariter idem salum lingua nostra *Libersee* vocatur. (Müllenhof. *Ob. cit.*, pág. 191). Assim no século XII, por influência de H. Ernst e Brandanus, *Lebermeer* foi colocado no oriente e aparece ligado com a lenda oriental de montanha magnética, com o que se procura explicar a direcção da agulha magnética (Martin, pág. 248).

Há ainda a ponderar a circunstância que a maior parte dos cruzados eram gente das regiões, onde se passa a acção da *Kudrun*, por isso não nos poderá surpreender que algumas das personagens do poema tivessem combatido em Portugal e que de Portugal seja a princesa Hildeburg. O nosso país era muito conhecido no século XII; muitos cruzados por cá ficaram, povoando várias terras sendo de supor que procurassem atrair novas migrações dos seus compatriotas que aqui viriam buscar melhor fortuna. (Herculano, *ob. cit.*, tômo III, pág. 248). Logo no comêço da monarquia, Portugal teve relações com os paises do Norte. Com D. Tereza, cuja fama de beleza era conhecida por toda a Europa, se consorciou o filho de Thierry da Alsácia, Filipe, conde de Flandres que provàvelmente a viu na côrte de Afonso Henriques, onde viria na sua segundo viagem à Palestina (1177-8). (Herculano, *ob. cit.*, tômo III, págs. 116-117). Berengaria, filha de D. Sancho I, desposou Waldemar II, rei da Dinamarca que muito bem podia ser o príncipe que segundo as antigas memórias, teria comandado os dinamarqueses na cruzada de 1189. (Herculano, tômo IV, pág. 59). Da frota dos cruzados que em 1217 colaborou na conquista de Alcácer era o principal chefe, o conde da Holanda, amigo que fôra do infante D. Fernando de Portugal.

Todas estas circunstâncias explicam que numa epopeia alemã do comêço do século XIII, seja referido por mais de uma vez a nome de Portugal. Poderia aventar-se até a hipótese que o poeta da Kudrun teria entrado em alguma das cruzadas ao oriente que aportara a Portugal. Muitos poetas levados pelo ardor religioso, tomaram parte em expedições contra os sarracenos. O carácter das cruzadas em parte alguma se pinta com mais viveza que nas poesias dos Minnesaenger (Eichhoff., *Litt. du Nord,* pág. 261) cit. em Lange-*Étude sur Walther v. der Vogelweide,* pág. 198).

Walther não se cansa de considerar a guerra santa como

o único dique que se pode opor aos males de toda a ordem que afligem seu país, às desgraças que ameaçam a Europa de inteira ruína (Walther v. der Vogelweide. Ed. de Pfeiffer. Sprüche 152, 187, 188). Êle próprio acompanhou Frederico II na expedição de 1228. Os poetas do sul também sob a forma de *sirventeses* incitavam os guerreiros à cruzada sobretudo, à terceira, bastando citar Folquet de Marselha, Bertram de Born; Peyrols; Guillem Figueira, etc. (Lange, *ob. cit.*, pág. 204).

Pareceu-me assim de algum interêsse pôr em relêvo no presente estudo as alusões a Portugal, porque também elas provam como já nessa data o nosso pequeno país era conhecido na Europa (1).

Gustavo Barros

---

(1) Hans Sachs num dos seus Lieder, *Die insel Bachi*, diz que sonhara ter embarcado na última expedição de Portugal; ter partido do reino de Portugal para o mar longínquo. (Ed. cit. de Goedeke e Tittmann, vol. 3, pág. 82).

Embora sob um tom faceto, a composição mostra o eco que em toda a Europa tiveram justamente os descobrimentos marítimos portugueses.

PREHISTORIA DE SALAMANCA

I

El paleolítico en Salamanca

La historia primitiva de la humanidad, desde que el hombre aparece sobre la tierra hasta que los historiadores comienzan a consignar los hechos, se divide en dos grandes edades que se llaman la primera de piedra y la segunda de los metales. Se denominan así porque primero se utilizó la piedra para instrumentos domésticos y para armas ofensivas y defensivas en la caza y en la guerra. Se descubren después los metales, primero el cobre, después el bronce y últimamente el hierro, y de esas materias fabricaron los hombres sus armas y utensilios. Comienza la edad, de piedra con el primer hombre y termina la edad de los metales con el principio de la era cristiana.



P. CESAR MORÁN BARDON,
AGUSTINO
Correspondiente de la Real Academia
de la Historia
y de la Academia de Ciencias de Lisboa

El estudio de la actividad humana en aquellos remotos tiempos es lo que se llama prehistoria. A los últimos tiem-

pos se les llama ya protohistóricos porque en ellos van aparaciendo los testimonios históricos.

La edad de piedra se divide en dos largos periodos, largos sobre todo el primero que se llama de la piedra tallada o paleolítica, y el segundo de piedra pulimentada o neolítica.

De todas estas edades y periodos hay manifestaciones en Salamanca como vamos a ver.

*
* *

En el Congreso de Ciencias que se celebró en Oporto 1921, dí cuenta de los primeros utensilios paleolíticos que se han hallado en la región de Salamanca, con varios pormenores y circunstancias que al hallazgo concurrieron. Redúcense a cuchillos, hachas, raederas y núcleos de cuarcita encontrados primero en el *Teso de la Feria*, en el trecho de un kilómetro a la derecha de la carretera de Béjar; segundo, detrás del *Matadero* a los lados de la carretera de Carbajosa, tercero junto al prado de *Carpihuelo* que está a la derecha de la carretera de Alba; cuarto a la parte oriental de la *Toma de aguas* para la ciudad, y quinto al *S.W. del Cementerio*. Pertenecen todos los utensilios al nivel arqueológico llamado achelense y algunos tienen ya aspecto musteriense, niveles que corresponden al último periodo interglaciar, es decir, entre la última y penúltima glaciación terrestre. Pasaba entonces el río Tormes por las alturas mencionadas y en sus orillas, en los extensos arenales, vivían las primeras razas humanas de que hay noticias que hayan establecido por aquí sus tiendas. Serían—es casi seguro—individuos de la raza de Neandertal que son los que entonces poblaban en parte la Europa, sin que falten sus representantes en España, el cráneo de Gibraltar y la mandíbula de Bañolas.

Vivían a las orillas de los rios que les proporcionaban agua potable, y los extensos arenales, duros guijarros que es materia excelente para tallar hachas y utensilios cortantes con que poder defenderse, cazar y trabajar en una época en que no se conocían los metales. Se mantenían de raices de árboles, de frutas silvestres, de miel, de pesca y de caza, de la caza de los grandes proboscídeos, de lóbidos, équidos, cérvidos, cánidas. Estos animales acudían a bañarse y abrevarse en el río por ciertas veredas conocidas de los hombres que los cazaban valiéndose de trampas, de lazos y de flechas.

Nada sabemos del traje de esos primitivos, que suponemos desnudos convidando a ello el clima cálido de aquellos tiempos.

Las immediaciones de Salamanca eran bosques vírgenes como las selvas de América y por ellos circulaban manadas de animales desaparecidos de la fauna europea hace muchos miles de años.

No existía Salamanca, ni tampoco los valles de segundo orden que vienen a dar al Tormes. Estos valles deben su origen a las acciones erosivas modernas.

El solar de Salamanca sería entonces un gran bosque como todos los demás, con algunos arenales por estar a la orilla del rio. Quizá en las copas de los árboles hubiese alguna choza, algún nido de personajes humanos, al estilo de los primitivos actuales.

Desde que se hizo el primer descubrimiento no he cesado de buscar el paleolítico en otros puntos y puedo decir que no lo he encontrado sino en las cercanias de Salamanca, en sitios indicados ya antes como probables.

Caminando hacia Vistahermosa, después de salir del valle del Zurgén, llegando al alto que forma nivel con el Teso de la Feria, se encuentra una pared a mano derecha. Al fín de esa pared, en las tierras que hay a continuación hemos encontrado los excursionistas de Calatrava algunos utensilios

pertenecientes al paleolítico inferior. Entre ellos hay un hacha grande que ha sido amigdaloide (Est. I, n.º 1) pero que ha perdido su forma por tener la punta rota con un gran golpe intencionado al parecer. Por lo demás se ven muy bien los retoques y el bulbo de percusión, notándose también en la base una parte lisa de la superficie primitiva de la piedra. Tiene otra particularidad ese ejemplar y son dos grandes muescas laterales correspondientes cerca de la base, que pudieran servir para sujetar el mango y utilizarla como las hachas modernas.

Sabido es que los salvajes de Australia las utilizan así (1).

En Pelabravo al W. del pueblo, parte oriental del arroyo de Gargavete, hemos encontrado tres achas, dos discoidales de aspecto musteriense y otra achelense con profundo lascado, con retoques de uso y corte curvo; todo en cuarcitas con variedad de matices.

En Calvarrasa de Arriba, hacia el Norte del pueblo según se va a Pelabravo, también hay vestigios del hombre achelense. Cuatro son los utensilios aquí encontrados uno de los cuales recuerda el prechelense por su perfil irregular y grueso (Est. I, n.º 2), aunque todas las manifestaciones corresponden al achelense, si bien ciertos ejemplares se aproximan unos las fases precedentes y otros a las siguientes. La forma definitiva del hacha dependía muchas veces de la forma del guijarro elegido para la talla La figura 3 de la Est. I representa una típica hacha de mano.

Todos estos datos demuestran que en los lejanos tiempos del paleolítico inferior vivieron hombres a la orilla izquierda del Tormes, en una extensión de siete kilómetros desde Vistahermosa hasta Pelabravo. En la margen de-

---

(1) Véase Paul Wernert y Pérez de Barradas: *El Almendro*, pag. 19 y 20.



3



2



1

UTENSILIOS PALEOLÍTICOS EN CUARCITA

recha se encuentran muy pocos utensilios y es que ha desaparecido casi por completo el terreno cuaternario.

En Peñaranda ha descubierto el paleolítico D. Claudio Coll, y en Zamora, a las orillas del Duero, mi discípulo César Piorno. En lo que se ve que anduvieron por esta parte los hombres cuaternarios.

II

El neolítico en Salamanca

La última parte de la edad de piedra se llama neolítica, o de la piedra pulimentada, porque se emplea un procedimiento nuevo, desconocido anteriormente, para fabricar utensilios domésticos; consiste el nuevo procedimiento en pulimentar la piedra, es decir, afilarla, contra otra hasta sacarle punta o corte. Esto es como si dijéramos la mano de garlopa o de cepillo; pero así como el carpintero antes de emplear el cepillo se sirve de la sierra, del acha de la azuela, así creo yo que los hombres neolíticos empleaban la talla como operación previa dando forma aproximada a los útiles que se perfeccionaban con el pulimento.

A las hachas de esta clase, hachas neolíticas, es a lo que el vulgo llama piedras de rayo por suponer que caen de las nubes con la descarga eléctrica.

A esta época, que comenzó en el occidente de Europa unos 3ooo años antes de Jesucristo, corresponden los gérmenes de los grandes progresos de la humanidad. El hombre cultivó la tierra y domesticó los animales haciéndose pastor y agricultor; pulimentó las piedras más duras, el sílex, diorita, jadeita, serpentina y les dió la forma más apropiada para su destino; no viste ya sólo de pieles de animales, sino de fibras de árboles y de tejidos de lana. Se robustecen las creencias en la vida de ultratumba, construye el hombre los monumentos megaliticos y con ellos nace la arquitectura,

cuyas primeras manifestaciones son los dólmenes. Observó que el barro se endurecía con el fuego y nació el taller del alfarero que fabrica la cerámica; observó que un tronco de árbol se sostenía en el agua e inventó el arte de navegar. Construyó su morada en lugares fáciles de defender, en recintos naturalmente fortificados, en la superficie de los lagos y dió origen a los palafitos o habitaciones lacustres, a los castros, a los pueblos y a las ciudades. De las relaciones de unos pueblos o agrupaciones humanas con otras nació el comercio que no merece tal nombre hasta la época neolítica. Por último encuentra el hombre los metales, consigue elaborarlos y servirse de ellos y los tenemos por segunda vez rey de la creación.

Utensilios neolíticos que dan nombre a la época son numerosísimos los que hay en la región de Salamanca; yo conservo más de un centenar en un naciente museo y aquí presento algunas muestras (Est. 2); en el Instituto hay un cartón que contiene unas doce y muchos particulares tienen también varias, unos por espíritu de cultura y otros por superstición. No bajarán de mil los ejemplares que yo he visto y desde luego no he visto más que una pequeña cantidad de los que existen. Prueba esto una gran intensidad de población en esa época.

Otras manifestaciones de la civilización neolítica son los dólmenes, las piedras sagradas y los castros; aunque algunos de estos monumentos pertenencen a épocas posteriores, es indudable que la generalidad tuvieron origen en época neolítica como lo demuestra la exploración de algunos castros.

a) *Los dólmenes*

Son los dólmenes monumentos megalíticos, es decir, construidos con grandes piedras, aunque el megalitismo de esta región no es exagerado; la piedra mayor de los dólmenes

de Salamanca es la que forma la cabecera del dolmen de la Navalito, en Lumbrales, y no pasa de cinco toneladas; hasta 119 que pesa una del dolmen de Bagneux, junto a Saumur, en Francia, aun hay diferencia.

El plano de los dólmenes de Salamanca es en lineas generales el que se representa en la figura 1 de la Est. 3, tomada de uno que hay en Salvatierra de Tormes. Consisten en grandes lanchas de piedra sin labrar, hincadas verticalmente en el suelo formando un círculo de dos o tres metros de diámetro y una galería o corredor adyacente. Sobre esas piedras verticales se colocaban otras horizontalmente que cubrían todo el recinto. Para cobrir el círculo se necesitaba una o varias piedras excesivamente grandes. Ninguno de los dólmenes salmantinos conserva la cubierta. El monumento así dispuesto se recubría todo de tierra viniendo a formar el conjunto una colina artificial.

Los dólmenes son monumentos funerarios destinados a enterrar en ellos a los jefes, príncipes, reyezuelos y familias enteras. Son las primeras manifestaciones de la arquitectura consagrada al culto de los muertos. En los dólmenes hay que buscar el origen de las paredes, de la bóveda y de la cúpula.

Antes de 1915 sólo se conocían en esta región un par de dólmenes; uno en Lumbrales, el de la Navalito(1) y otro en Salvatierra de Tormes, citado al parecer por el Sr. Gomez-Moreno en su trabajo inédito sobre esta comarca. Por entonces comencé yo mis expediciones arqueológicas por estos campos y hoy puedo contar más de treinta dólmenes; pocos se encuentran en buen estado; la mayor parte están triturados y maltrechos a causa de un abandono lamentable.

---

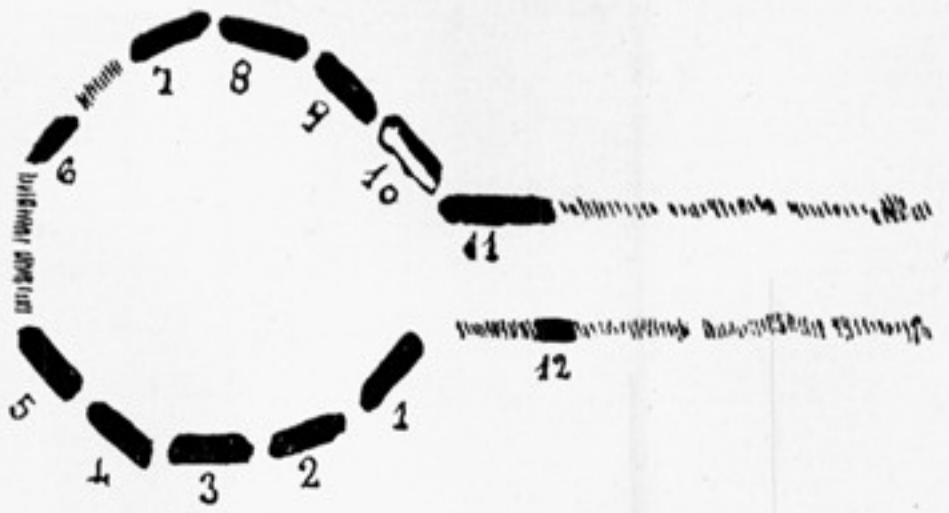
(1) Ramón Mélida, *Arquitectura dolménica ibera*, Madrid, 1924, pag. 29.

Desde el último tercio del siglo XIX ha comenzado en todas las naciones civilizadas un estudio incesante, comparativo, intenso, acerca del arte en la prehistoria; movimiento que se ha propagado a España y la mayor parte de sus regiones pueden gloriarse presentando una copiosa bibliografía y una serie no escasa de ilustres cultivadores de este ramo de la ciencia. Solo Salamanca a pesar de sus sabios y pocas más provincias parecen alejadas de ese febril movimiento de estudios retrospectivos. Por lo que se refiere a Salamanca se explica fácilmente ese alejamiento porque, habiendo tantos y tan bellos monumentos en la capital, a ellos han dedicado su *actividad*... los salmantinos, sin preocuparse de otras curiosidades de menos apariencia, pero no de menor interés, que existen olivados por los campos y llanuras de esta provincia.

A continuación va una ligera descripción de todos los dólmenes que conozco en la región salmantina.

1. *Dolmen de Peñacaida.* — Se encuentra en término de las Torres, cinco kilómetros al S. de Salamanca, entre el kilómetro 155 y 156 de la vía Plasencia-Astorga, a su parte oriental, en medio de las tierras (1). Consta de cuatro bloques de piedra colocados sin orden y sin forma de dolmen; otra piedra hay bastante separada (Est. 4, fig. 1). Deduzco que se trata de un dolmen por una pizarra (Est. 3, fig. 2) que allí se encontró y que parece un brazal de arquero, por una vasija, «diferente de las que ahora se estilan» según frase del amo de la finca, por unos hoyos o cazoletas de lo que llaman escritura hemisférica y por la denominación de *peñacaida*, que indica haber estado antes de enhiesta. Cuando se cayó? Cuando se derribó? Seguramente en una revolución o cam-

(1) Morán, *Investigaciones acerca de Arqueologia y Prehistoria de la región salmantina*. Salamanca, 1919; pag. 93.



1



2

PLANO DE LOS DÓLMENES SALMANTINOS
Y PIZARRA ENCONTRADA EN UNO DE ELLOS

bio de creencias. Las piedras eran sagradas para la familia y la tribu que allí tuviera enterrados a sus muertos cuyo culto es tan antiguo como el hombre. Los enemigos de esa familia o de esa tribu, o de su culto, son los que probablemente destruyeron el dolmen, que desde entonces se llamó con el nombre que hoy tiene.

2. *Dolmen de Gejuelo del Barro* (Est. 3, fig. 2), llamada la *Casa del Moro*. Fué descubierto por mí en mayo de 1915 y publicado por primera vez en la revista de Madrid *España y América* (1). Es el mejor conservado de todos los dólmenes de la provincia; permanecen todas las piedras verticales que forman la cámara sepulcral, que es un círculo de $2^{m},89$ de diámetro, conserva varias piedras de la galería que mira al oriente y aun dos horizontalmente colocadas sobre la misma, de tal modo que resulta el *allée couverte* que llaman los franceses. Falta la cubierta de la cámara de la que no hay señales. El interior está evidentemente profanado, sacada y removida la tierra; y por dentro es por donde se aprecia la altura de las piedras que tienen por término medio 2 metros. Por fuera está todavía ceñido y rodeado de la tierra y piedras que formaban el túmulo, de tal modo que por el exterior apenas asoman las extremidades de las piedras. La galería incrustada y como sumergida en el anillo de la tierra circundante, parece intacta.

Se encuentra a 43 kilómetros de Salamanca a mano derecha por la carretera de Vitigudino, en la finca llamada Muélleres.

3. *Dolmen Villasdardo* (Est. 4, fig. 3), llamado igualmente la *Casa del Moro*. — Se encuentra enfrente del anterior, 4 kilómetros a la izquierda de la carretera de Vitigu-

---

(1) C. Moran, *Monumento megalítico*, artículo publicado en *España y América*, n.º correspondiente al 1-IX-1915.

dino. Sólo se conservan cuatro piedras de la cámara circular, pero ofrecen especial interés por estar algo arqueadas con tendencia a formar bóveda, circunstancia que no he observado en ningún otro dolmen salmantino, ni siquiera en el de la Navalito de Lumbrales; lo que si tienen muchos es las piedras inclinadas hacia dentro. Algunas piedras de este dolmen de Villasdardo han sido arrancadas modernamente para formar un pontón sobre un arroyo.

4. *Dolmen de Fuenteliante* (Est. 4, fig. 4). — Descubierto por mi discípulo Anacleto Galache; está en el valle de las Cañas, conserva tres piedras del círculo sepulcral de las cuales una tiene un metro de altura, otra $1^{m},72$ y la tercera $1^{m},74$. Formando parte de galería hay otra piedra colocada a lo largo que miede $1^{m},77$. Algunas piedras han desaparecido hace pocos años.

5. *Dolmen de la Navalito en Lumbrales.* — (Est. 4, fig. 5). Es de los mejor conservados. Se encuentra a orilla de una charca, tres o cuatro kilómetros al N. E. del pueblo. La cámara está compuesta de ocho grandes piedras hincadas todavía en su sítio, menos una que está caida. La más alta mide $2^{m},20$ y todas tienen gran tamaño excepto alguna que ha sido rota. El diámetro de la cámara mide $3^{m},34$. Casi todas las piedras están inclinadas hacia dentro. No hay señales de túmulo, pero en cambio hay en las inmediaciones del dolmen una especie de empedrado. La galería que mide $4^{m},69$ de longitud, está formada por dos largas y anchas piedras hincadas a lo largo, una de cada lado; hay una solución de continuidad por ambos lados y luego otras dos piedras más pequeñas en la misma dirección que las anteriores. En la superficie de muchas piedras hay muchas cazoletas y algunas cruces que probablemente quieren representar hombres estilizados.



1



2

3

4

5

1 — DOLMEN DE PEÑACAIDA; 2 — DE MUÉLLERES; 3 — DE VILLASDARDO;
4 — DE FUENTELIANTE; — 5 DE LUMBRALES

6. *Dolmen de Prado en Polo*, Lumbrales. — No queda de él más que una piedra, característica de los dólmenes, que está inclinada hacia fuera y mide $1^{m},74$ de altura. El círculo que ocupaba la cámara sepulcral está hoy ocupado por frondosas zarzas. En la parede que rodea el prado próximo al dolmen, se ven piedras que seguramente han pertenecido al monumento.

En las inmediaciones de este dolmen destruido se ven filas de piedras hincadas, pero no grandes y algo de empedrado, semejante al de la Navalito. Pudiera sospecharse la existencia de un cromlech, o lugar sagrado. Está a 3 kilómetros al S. de Lumbrales.

7. *Dolmen del Prado de los Hitos,* Lumbrales. — Hermoso y muy completo estaba a principios de 1919 pero en ese mismo año desapareció. Cuando yo lo visité conservaba una piedra y se conocía perfectamente el emplazamiento del dolmen. Al arrancar las piedras encontraron los obreros algunas hachas de piedra.

Otros dólmenes han desaparecido en Lumbrales; uno estaba en el valle Ancho, otro en la Nava del Puerco, otro en Lumbo de Valdesancho y otro en la Nava Romana. Aun se ven algunas piedras dispersas en las proximidades de estos antiguos monumentos.

8 y 9. *Dólmenes de la Nava del Rocío,* en Hinojosa de Duero. — Estan junto a lo que llaman el Corral de los Golosos; uno sólo conserva una piedra de pie y otra caida en el suelo; el otro conserva tres, dos en la cámara sepulcral y una en la galería. Ambos están en la cumbre de una colina que apenas se pronuncia, que apenas sobresale del terreno. Esta pequeña elevación no es más que la tierra de que estuvieron cubiertos primitivamente.

10. *Dolmen de Sobradillo* (Est. 5, fig. 1). — Sobradillo es un pueblo que está al S. de Hinojosa, en la frontera de Portugal. Caminando desde aquel pueblo a La Redonda por la nueva carretera en lo que llaman la *Nava Cardosa,* unos 400 metros a la izquierda del camino está el dolmen a que me refiero. Se compone de cinco grandes piedras hincadas en circulo, otras dos más pequeñas también hincadas hacia la cabecera, que no forman juego con las demás, y otra colocada a lo largo, que forma un lado de la galería. A su alrededor hay piedras y cascajo en abundancia, restos del antiguo túmulo que impide al arado acercarse a socavar el dolmen. Las piedras que forman el círculo están inclinadas hacia dentro con el fín sin duda de hacer una cosa parecida a la bóveda, idea que comenzaba a bullir en el cerebro de los arquitectos neoliticos. El interior no parece muy profanado. El dolmen de Sobradillo, el de Gejuelo del Barro y el de la Navalito son los que mejor se conservan hasta hoy en toda la provincia de Salamanca.

En La Redonda se han destruido no hace muchos años dos dólmenes, uno estaba en el *Teso de la Horca* y el otro, llamado de la Casa de los Moros al N.W. del pueblo.

11. *Dolmen de Sepúlveda,* llamado la *Terroña.* — Está en término municipal de Castras, al W. de las casas de Sepúlveda y W. de la ermita de la Vega. Es una elevación del terreno, un montículo redondo en cuyo centro hay una oquedad prolongada hacia el Este que corresponde a la cámara y galería respectivamente. Se nota la extremidad superior de dos piedras que formaban el círculo; las otras han sido arrancadas. Con un pequeño esfuerzo de la imaginación se reconstruye facilísimamente.

12. *Dolmen de Castraz.* — Está en la parte oriental del pueblo, distante de él unos 400 metros, en medio de una

gran llanura, al pie de un arroyo. Se llama El Tiriñuelo. Es una elevación del terreno que tiene de diametro unos 20 metros; el interior está rehundido prolongandose el hundimiento hacia el oriente exactamente lo mismo que el anterior de Sepúlveda. No hay piedras en todas las inmediaciones en varios kilómetros, a pesar de la cual se ven muchas pequeñas formando el túmulo de este *Tiriñuelo* traidas de muy lejos y también se ven muchos lladrilos romanos. Las grandes piedras han desaparecido y se explica fácilmente por la carencia de ese material de construcción. Sin embargo el campo en que se encuentra este dolmen ha sido cavado hace pocos años para dedicarlo a labor agrícola; cavaron también el *Tiriñuelo* y en él han aparecido grandes piedras. Yo he visto una derribada en lo que corresponde al interior de la cámara. Probablemente hay más, aunque no ya de pie, como las de Sepúlveda. Ambos están sin explorar, lo que también ocurre con los dos siguientes.

13 y 14. — *Los Turruñuelos* del mismo aspecto que el de Castraz y Sepúlveda, están próximos uno a otro en término de Alba de Yeltes, cercanos a este rio, en lo que llaman el Valle.

16, 17, 18 y 19. *Dólmenes de Salvatierra de Tormes, Dolmen del Prado Nuevo,* en la finca llamada el *Medrano.* — Conserva tres piedras de la cámara sepulcral, una de pie que mide $1^{m},18$ de alta y otras dos caidas hacia dentro. Se nota muy bien el anillo de tierra que lo circunda todo, vestigio del túmulo, que viene a formar una colina artificial de 12 metros de diámetro. También se ve el principio de la galería que está formada con grandes guijarros de cuarzo con esquinas perfectamente adoptadas a la galería y a la cámara. Las piedras del círculo son de pizarra, que es la piedra del pais.

Dolmen del Prado de las Navas, frente a la villa de Salvatierra, a la derecha del Tormes. Este se halla mejor conservado, pues tiene diez pedras que forman el círculo y otras dos que indican el arranque de la galería. También tiene alrededor la tierra aglomerada que viene a formar un considerable promontorio. El centro está excavado. Las piedras que conservan (fig. 5) miden:

N.° 1 — apenas sale del suelo.
» 2 — 1^{m},09
» 3 — 1^{m},82
» 4 — 1^{m},90
» 5 — 1^{m},29
» 5 — 0^{m},71
» 6 — 0^{m},71
N.° 7 — está rota y se destaca poco.
» 8 — 1^{m},35
» 9 — 1^{m},31
» 10 — 1^{m},17
» 11 — inclinada hacia dentro.
» 12 — 0^{m},53.

Los números 1 y 12 indican la división de la galería.

El diámetro del círculo es de 4^{m},60. No tiene cibierta; si la tuvo no quedan de ella ni señales. Esto mismo pasa en todos los dólmenes salmantinos. Las dimensiones de las piedras entiéndanse tomadas desde la superficie del suelo; probablemente tienen gran parte enterrada. El plano que presento de este dolmen sirve para todos los de la provincia, menos el de la Nava de Francia. Todos tienen galería; en todos mira al oriente; casi todos están rodeados del túmulo, lo que prueba el sincronismo de todos ellos. No se distinguen más que en las dimensiones y en el mejor o peor estado de conservación.

Dolmen llamado el Teriñuelo, atravesado diagonalmente por la carretera que va de Guijuelo a Peñaranda; dista de Salvatierra unos 1.500 metros. Parte de la cámara sepulcral queda a un lado del camino, fuera de la cuneta; allí se destacan las piedras formando semicírculo, cubiertas de tierra por la parte exterior, lo que hace suponer que, al trazar la

carretera, debieron encontrarlo virgen e inexplorado todavía; lo restante del dolmen está dentro de la caja de la carretera, no viéndose más que el extremo de la galería formado por dos grandes bloques paralelos, uno de cuarzo y otro de pizarra, que asoman en la otra cuneta. Todo el terreno es allí muy llano y sólo se destaca este pequeño montículo, que antes de pasar la carretera, cuando estaba íntegro el dolmen, ofrecería el mismo aspecto que el de Sepúlveda, el de Castraz y los de Alba de Yeltes.

Dolmen de la Viña de Esteban García. — Estaba enfrente del anterior a la izquierda del Tormes. Ya no existe, lo han destruido por completo al plantar la viña; pero en su emplazamiento han salido infinidad de hachas neolíticas de la fase primitiva en su mayor parte. De este dolmen derruido son doce hachas que hay en el Instituto de Salamanca, en un hermoso cuadro; otras varias que conservan D. José S. Bustos, antes párroco de Salvatierra; alguna que este mismo señor ha mandado al Museo Arqueológico Nacional y una que yo conservo. Casi todas tienen parte tallada y sólo el corte pulimentado. Además de las hachas han salido también, del sitio en que el dolmen se encontraba, multitud de objetos de cerámica, no vasos, sino bloques de tosco barro rojo, curvos unos, cuadrilongos otros, con perforaciones en los extremos que atraviesan de parte a parte en algunos y que en otros sólo están indicados. Suelen tener una longitud de $0^{m},13$, con espesor de uno o dos centimetros, con una anchura de dos a cuatro. No hay en ellos aristas vivas. Provisionalmente los considero como pesas o como exvotos o amuletos de época quizá posterior al dolmen, de época ibérica. Utensilios de barro de este dolmen los tiene el citado ya D. José S. Bustos, otros ha mandado al Museo de Madrid y algunos poseo yo.

20. *Dolmen llamado el Teriñuelo* en Aldeavieja, es de

las mismas dimensiones y orientación que los de Salvatierra. Está cubierto de menudas piedras que los labradores retiran de los rastrojos; pero aun por encima de esos escombros asoman dos grandes guijarros que indican la dirección de la galería y otros tres enormes bloques en forma circular que señalan la cámara sepulcral.

21. *Dolmen el Teriñuelo en Fresno-Alhándiga.* — Está a unos 200 metros S.E. del pueblo al extremo de un prado, propriedad de Don Matías Blanco Cobaleda. Es un montículo con su hondonada en el centro, señal de la excavación que modernamente han practicado alli los buscadores de tesoros, que lo destruyeron miserablemente, derribando sus grandes lanchas de pizarra. El ajuar que encontraron se reduce a hachas de piedra y ciertas molduras o relieves arquitectónicos *como de yeso,* según me dicen, pero que no se conservan.

Es de notar que muchos dólmenes están en lugares llamados *navas* en las inmediaciones de arroyos o corrientes de agua. Otros tienen la denominación de *casas de moros;* en Castilla, cualquier obra antigua se atribuye a los moros porque la invasión árabe hirió vivamente la imaginación de nuestro pueblo. Hay otra nomenclatura más rara y es la de Teriñuelo, con que se designan muchos dólmenes; tiene las variantes siguientes: *tiriñuelo*, *turuñuelo*, *turruñuelo,* y en Badajoz, *toniñuelo* (1).

Respecto a la época de los dólmenes sólo diré que los de Salamanca corresponden al fin de la edad de piedra y principio de la edad de los metales, lo que corresponde a 2500 años próximamente antes de Jesucristo.

---

(1) Mélida, *Arquitectura dolménica ibera.*

22. *Dolmen de Castro-Enriquez.* — Está en la dehesa de este nombre, término de Aldhuela de la Bóveda en el extremo S. E. de la finca, cerca de Villar de los Alamos. Es propiamente una mámoa, una elevación de terreno que no ha desaparecido por estar esa parte de la finca dedicada a pastos, las yerbas y arbustos que allí crecen impiden el desprendimiento de la tierra que conserva en su mayor parte el aspecto primitivo. Esa mámoa tendrá unos 12 a 15 metros de diámetro. Sin embargo parece que algunas piedras de la galería dejaban asomar sus extremos más altos y hace unos 20 años comenzaron a utilizarlas los renteros y con ese motivo profanaron la galería sacando varios carros de piedra para cercar la finca. Queda al descubierto la galería que mira al Este, un poco al S. y en ella se ven dos piedras *in situ*, una de un metro de elevación, la otra partida a raiz del suelo. Como desde las últimas piedras de la galeria al principio de la cámara puede haber algunos centímetros, al concluirse las piedras de la galería no sospecharon los obreros que hubiese más y no siguieron cavando. Queda intacto el centro del túmulo dentro del cual creo que está la cámara completa e intacta.

Realizando allí ciertas obras de allanamiento estuve a la mira y salieron dos enterramientos a diferentes alturas, ocupando los huesos (dientes, trozos de cráneo y de fémur) un espacio que no excede de cuarenta y cinco centímetros. En cada uno había trozos de urna cineraria. Todo lo conservo por si algún pudiera concluirse la exploración del dolmen.

23. *Cista del Fenechal.* — Está en Cabeza de Framontanos cerca de una hermosa fuente, inmediata a las ruinas de una ermita donde veneraba la imagen de la Virgen llamada la Fenechalina, que hoy está en la iglesia del pueblo. La fuente y la ermita son datos no despreciables. Se compone la cista de siete piedras hincadas que forman un cuadrilátero

cuyos lados miden 1^{m},77 de longitud. Las piedras de que se compone apenas salen hoy del suelo 20 centímetros, sin embargo los ancianos del pueblo dicen que las han visto más altas en otro tiempo. Tres lados están formados por dos piedras cada uno; el lado S.W. está formado por una sola que no cierra por completo, sinó que deja un espacio que podría ser la entrada al monumento. Me figuro que no está todavía profanado, a pesar de que a los vecinos les llama muchísimo la atención aquella tan rara disposición de las piedras.

24. *Dolmen de las piedras jincás* (Est. 5, fig. 2). — Se encuentra en el Valle, cerca de Macarros, término municipal de Ciudad-Rodrigo, fué descubierto igual que los dos siguientes por D. Serafín Tella. Conserva este dolmen cuatro piedras en el sitio primitivo formando semicírculo muy poco cerrado, de modo que el diametro tenía que ser muy grande. Otras siete piedras se ven por allí en desordem que podrán ser las que contenían la tierra alrededor del túmulo. Las que se conservan en pie miden de altas 1^{m},30; 1,54, 2 y 1,78; y de anchas, 0^{m},37, 1,15, 1,25 y 1,43 respectivamente. En éste no se conoce hacia qué punto tenía la galería porque no hay nada que lo indique; pero como todos los de esta tierra, la tienen orientada al E. es de suponer que tambien aquí lo estuviese.

25. *Cista,* al N.W. del anterior, a unos 30 metros; sólo conserva cuatro piedras que forman los lados meridional y occidental. El lado del S. está formado por una lancha hundida de canto en el suelo, que mide un metro, a los extremos de ésta hay otras dos piedras hincadas a guisa de mojones; tirando desde la más occidental una linea hacia el Norte se encuentra otra piedra con una pequeña solución de continuidad entre ellas. En los lados E. y N. no se ven las piedras; quizás están bajo el matorral que allí crece.

Los pastores que han visto gentes estrañas observando y miđiendo con atención aquellas piedras, han excavado el interior por suponer la existencia de algún tesoro.

26. Dista unos 40 metros del grande, n.º 24, hacia el occidente; conserva cuatro piedras; una, hincada a lo largo, asoma a flor de tierra; las otras tres son irregulares y están colocadas sin orden.

A unos 300 metros de estos dólmenes hay una fuente de agua ferruginosa que nace en la falda de un monte, y en éste se encuentra lo que llaman la peña cerradera que es una cueva, quizá una mina antigua, que atraviesa la montaña de parte a parte. Consigno estos detalles por la relación que estre si puedan tener.

27. *Dolmen de Rabida*, en término de Ciudad Rodrigo, en la finca de Doña Marta Terrero; conserva casi todas las piedras de la cámara sepulcral; fué profanado por un desconocido que no se sabe lo que encontraría, sólo se sabe que después de haber excavado aquel señor, quedaron varios fragmentos de cerámica encima de la tierra y una hachita de bronce que conserva en Ciudad-Rodrigo Don Serafín Tella.

28. *Dolmen de las Eras en Fuenteliante.* — Descubierto por Anacleto Galache. Conserva el arranque de varias piedras que describen el plano. El túmulo ha desaparecido por completo.

29. *Dolmen de Pedro Toro, cerca de Ciudad-Rodrigo.* — Casi todas las piedras de la cámara se yerguen en su sitio profundamente soterradas. Porece que está sin explorar.

30. *Casa del Tio Nava*, en término de la Nava de Francia, cerca del *Casarito*, en las inmediaciones de la Peña de Fran-

cia, a la izquierda de la carretera que va a la Alberca. Es un monumento muy raro que yo clasifico como dolmen sin tener de ello seguridad completa. Consta de cinco piedras (Est. 5, fig. 3); dos que son como grandes ruedas de molino, una de ellas, colocada en el suelo; encima de ésta hay otras tres que forman tres puntos de apoyo sobre las cuales descansa la otra rueda. Entre ambas ruedas queda un espacio relativamente pequeño, que ha podido ser sepulcro en época de incineración. El diámetro de las ruedas es de $1^{m},55$; con un espesor de $0^{m},35$. Ambas están algo labradas aunque muy toscamente. El guía, que era de San Martin del Castañar, me decía que desde ese monumento presenciaba el tío Nava las corridas de toros. Hay vestigios de paredes en las inmediaciones, pero no alcanzo a comprender qué destino pudieran tener esas piedras, sino es algo de la Prehistoria. No puede explicarse como capricho de pastores, ni de gente ociosa porque esas piedras no se manejan sino con grandes dificultades.

A través de la sierra de Francia no encontré más dólmenes, aun cuando yo iba con gran avidez a San Esteban donde me habían dicho los amigos que había un sitio llamado el *Teriñuelo*. Me convencí de que, si ha sido un dolmen, hoy está completamente destruido.

31. *Dolmen de Zafrón.* — Merece el dictado de megalito por el tamaño de sus piedras, que miden $1^{m},70$ de altura por término medio, sin contar la parte enterrada, que excede de $0^{m},80$. Son al mismo tiempo anchas y gruesas. Es también el dolmen que tiene mayor diámetro, $4^{m},50$, sin ser completamente circular. No conserva vestigios de galería que suponemos abierta al oriente por donde faltan algunas piedras verticales que no han dejado huella. Una de éstas está partida cási a raiz del suelo, otra levanta poco y cinco están erguidas como las dejaron los hombres prehistóricos, si bien



1



2



3



4

1 — DOLMEN DE SOBRADILLO; 2 — DE MACARROS;
3 — LA CASA DEL TIO NAVA; 4 — DE ZAFRON

descarnadas y desnudas por haber desaparecido el túmulo. (Est. 5, fig. 4).

Está al E. del pueblo, en un prado junto a la iglesia parroquial, a 30 kilómetros de Salamanca por la carretera de Vitigudino.

32. *Dolmen de Rotortillo.* — Está tan deteriorado y maltrecho que sólo una persona habituada a ver dólmenes completos y destruidos puede reconocer allí la existéncia del monumento. Están todavía *in situ* tres de sus primitivas piedras, una en la galería y dos de la cámara sepulcral. Hay restos del túmulo. Ha sido aprovechado para una chabola de caza, para cazar desde allí traidoramente con reclamo.

Es difícil indicar su emplazamiento por estar en medio del campo y por no haber puntos de referencia. Según se va desde los Baños de Retortillo a Val de la Calzada siguiendo un senderito, después de pasar la fuente Ledrera, se sube a un alto que está parte cultivado, parte de posío, cerca de una choza de carboneros y no lejos de una casa quemada; en el limite occidental del campo no cultivado, allí están los restos del dolmen.

b) *Otros monumentos megaliticos*

1. De tal puede clasificarse *El Picón que se bulle*, en Aldeadávila de la Rivera; está en Rupitín, junto al Duero; era una peña oscilante, pero que ya no oscila porque la han calzado con otras piedras pequeñas.

2. *La Peña de Villasdardo.* — Está frente al dolmen de su nombre, a una distancia de 50 metros; por entre los dos monumentos pasa el arroyo de Peñas Albas. Es un mogote de granito que puede pesar cinco toneladas y descansa sobre

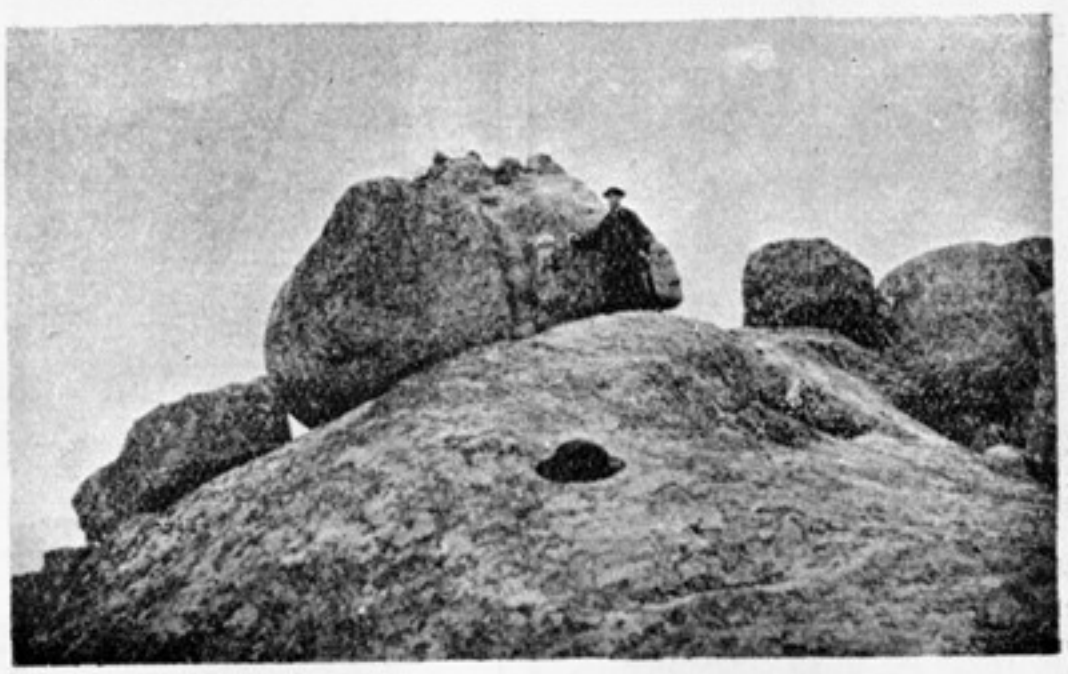
otra peña. Evidentemente ha sido colocada por la mano del hombre con un fin que hoy nos es desconocido, pero que tal vez es un fin religioso (Est. 6, fig. 1).

3. *La peña de la bandera* (Est. 6, fig. 2). — Es una peña oscilante que yo mismo he movido teniendo la mole que representa. Está dentro de un castro llamado el Teso de San Cristóbal, en Villarino. Estas piedras oscilantes fueron objeto de culto en la antigüedad y en ellas se probaba la culpabilidad o inocencia de los reos; si movían la peña eran inocentes, si no la movían culpables. Esta superstición ha subsistido hasta la edad media. Al pie de la peña están las ruinas de un edificio romano y no lejos, la ermita de San Cristóbal, en cuya fiesta el mozo más garrido del pueblo coloca el pendón encima de la peña y de ahí le viene su nombre. Yo creo que con eso se commemora el triunfo del cristianismo en aquella región, la purificación de esos logares y el destierro de los antiguos dioses.

4. *La Peña del Perdón* (Est. 6, fig. 3). — En las inmediaciones del pueblo llamado La Redonda hay una enorme piedra que designan con el nombre de Peña del Perdón y que está llena de menudos cantos en la parte superior. Tiene la forma aproximada de un cono invertido. Dicen los naturales que el que tira una piedra a ese peñasco, si tiene la suerte de que se quede arriba, se le perdona un pecado. Claro que eso lo dicen como fábula que ni ellos mismos creen. Pero en esa fábula creo ver indicios de una tradición que atestigua ser aquello algo notable, un monumento sagrado alrededor del cual practicaban los hombres primitivos las ceremonias de su culto. La piedra quedaba consagrada con los sacrificios y tenía virtud expiatoria. En una invasión, vencida la tribu que allí tuviese su santuario, los vencedores comenzaron a tirarle piedras en son de burla y de mofa diciendo



1



2



3

PEÑAS SAGRADAS

que así se perdonaban los pecados apedreando y despreciando el templo de los vencidos.

Tal es probablemente el origen de la leyenda de la Peña del Perdón, peña redonda que quizá dió nombre al pueblo.

En Trascastro (León) hay otra piedra semejante, llamada de la Fortuna. En la fuente que al pié de ella mana el viajero llega, bebe agua, tira una piedra que, si queda arriba, es señal de buen agüero, de que tendrá un próspero viaje y de que será afortunado en sus negocios. También esta peña se halla llena de piedras en la parte superior.

Estas leyendas no brotan expontáneamente como las flores de los campos; se fundan en algún hecho histórico que está envuelto en la hojarasca de la poesia con que la imaginación pueril de los pueblos reviste los acontecimientos lejanos o extraordinarios. En las inmediaciones de esta *Peña del Perdón* hay otra ancha, llana y baja, llena de hoyos hemisféricos, no distribuidos al azar, si no formando líneas rectas paralelas, oblicuas.

Todo parece indicar que estamos en presencia de un monumento sagrado.

(Conclue) P. César Morán

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 3, pag. 398)

(AVONDANO)

Testemunhas

«Lourenço Henriques, mestre tanoeiro, morador na Rua da Cruz, freguezia de S.ta Catherina, de 40 annos.

Jeronimo da Silva, barbeiro, morador na rua da Cruz, de 35 annos.

Manuel da Silva, barbeiro, morador na rua de Arrochela, junto á rua da Cruz, de 72 annos. Disse que o supplicante «dava caza de baile publico, nas cazas donde asistia na dita rua da Cruz».

Luis de Sousa «que vive de sua argencia» m.or na rua da Arrochela, de 50 annos.

P.e Fr. Vicente de Jesus, religioso da 3.ª ordem de S. Francisco, mestre da capella do convento de Jesus, de 73 annos. Disse que êle «ganhava sua vida com a mesma rabeca [que seu pae lhe tinha ensinado] tocando-a em todas as funsoins, para que era chamado, tanto ecclesiasticas como seculares, que havia annos a esta parte dava na propria caza donde asiste baile publico aos Estrangeiros e nasionaes, resebendo no tempo em que era chamado para as ditas festas a quantia de dinheiro, porque se ajustaua e que tambem era rebeca da camara de S. Mag.de Que o dito seu pai ouuira dizer uiera das partes de Italia para esta corte e que por ser grande tangedor do dito instrumento de rebeca lhe fizera merce o Sr. Rey D. João V que em gloria jaz do lugar de rebeca da sua camara o que sempre exersitara, o mesmo em todas as festas das Igrejas e nas simbleias, por esportolas que resebia, tendo ao mesmo tempo a habilidade na arte de fazer e consertar todos os instrumentos de cordas e organos, os quaes vendia».

Fr. João Baptista, religioso do convento de Jesus, de 63 annos. A respeito do pai disse «ouvira dizer viera de reinos estrangeiros para este em huma Nau em trages de marinheiro, e que entrara a exercer o

tocar a dita rebeca, dando-se lhe naquelle tempo grande estimasão por ser o primeiro professor daquelle instrumento».

Pedro Ferreira de Oliveira, mestre violeiro, morador na Rua Formosa, de 65 annos.

Caetano Francisco Cambiaso, negociante italiano, mor.dor na rua larga de São Roque, de 51 annos.

João Lucas della Casa, guarda livros, idem, de 40 annos.

João Baptista Pojo, alfaiate na casa de Opera do Bairro Alto, m.or na mesma casa, freguesia das Mercês, de 52 annos.

Jeronimo Rossi, negociante, m.or no palacio do Calhariz, de 28 annos.

João Baptista Lougier, negociante italiano, m.or na rua da Barroca, de 56 annos.

Joaõ Pisrina, cravista da camara de S. Mag.de mor.or junto a Belem, de 49 annos. Disse que o supplicante tem «huma caza de asemblea para Inglezes e Amburguezes, onde estes vão jogar e fazer seus bailes».

João Pedro Thomás, rebeca da camara de S. Mag.de, m.or na Rua Nova da Bella Vista, de 58 annos. Disse «que hindo elle á villa de Novi nella conhecera e vira o Auo paterno do mesmo hablitando João Baptista Avondano donde ouvira era natural da mesma villa, tendo nesse tempo o exersisio de mididor de terras, e ouvira segundo sua lembrança que nos seus principios exersitara o oficio de alfayate.

Ambrosio Amoretto, com loja de bebidas, morador defronte da igreja Patriarchal, de 65 annos.

Maria Catherina Judice, viuva de João Thomás Masa, moradora na Travessa da Oliveira, á Estrella, de 50 annos.

Felix Maria Reco, negociante italiano, m.or na Rua da Queimada de 40 annos.

Pedro Baptista Pedegache, negociante frances, mor na rua de S. Domingos a Santos, de 67 annos.

Andre Sauvan, negociante francês, m.or na rua dos Calafates, de 57 annos.

Diogo Le Blan, mestre de dança, francês, morador na rua da Fé, a S. José, de 72 annos.

O habilitando Pedro Antonio Avondano nasceu em 1714. O seu avô materno chamava-se Pedro La Pré.

Foi dispensado pagando cem moedas por despacho regio de 22 de dezembro de 1767» (1).

---

(1) Habilitações da Ordem de Christo, Maço 6 da letra P, n.º 2.

A proposito da testemunha Pedegache fica aqui registado o nome de um seu parente:

Miguel Tiberio Pedegache Brandão Ivo moço de Camara do infante D. Manuel, natural e morador na cidade de Lisboa, filho de João Baptista Pedegache, cidadão da cidade de Bayona de França e de sua mulher D. Dorothea Maria Rosa Brandão Ivo; neto paterno de Beltrão Pedegache, de Bayona e de sua mulher Lourença de Hythe; materno de Francisco Lourenço Brandão Ivo, capitaõ de artilharia de marinha da praça no Algarue e de sua mulher D. Maria Rodrigues Soromenho, filha de Vicente Rodrigues Soromenho e neta de Domingos Rodrigues Soromenho, cavalleiro andaluz, e de sua mulher Isabel Soromenho &». (*Carta da Nobr.*, liv. partic., fl. 124 v.).

AYRES (GOMES)

Mestre da capella real no tempo de D. Affonso V. A seu pedido, concedeu el-rei carta de privilegio a João Afonso tosador. Carta passada em Lisboa a 20 de novembro de 1454. Vide: *Cultura intelectual de D. Afonso V.*

AZEVEDO (JOÃO D')

Cantor da capella real. O cardeal-rei, por alvará de 28 de setembro de 1579 lhe dera licença para que elle podesse renunciar em pessoa habilitada a escrivaninha de uma das naos da carreira da India, de que lhe tinha feito mercê por provisão anterior. João d'Azevedo renunciou-a effectivamente, a 27 de julho de 1583, em Christovão de Sequeira d'Alvarenga, fidalgo da casa real, sendo esta renunciação confirmada por D. Filipe I a 10 de agosto do mesmo anno. Em 4 de Janeiro de 1582 era aposentado com 32 mil reaes em dinheiro e dois moios de trigo. Aquella verba em dinheiro correspondia a 24 mil reaes que tinha de moradia, e ordenado, e os oito para uma vestiaria grande. João d'Azevedo pouco se gosou d'este beneficio, sendo já fallecido em 1585, pois a partir de 6 de julho começou a sua viuva, Inês de Figueiredo, a vencer a tença annual de oito mil reaes.

«Eu elRey faço saber aos que este alvará virem que o snñor Rey dom Emrique meu tio, que D.ª tem, ouue por bem por huũ seu aluara feyto a xxbiij de setembro de lxxix de dar licença a Joaõ dAzeuedo, seu camtor, que elle podesse renunciar em hua pesoa auta a escreuaninha de huã das naos da carreira da Imdia, yda por vinda, de que lhe tinha feito merce por hua prouisaõ como no dito aluara era declarado, e ora me emuiou dizer Christouaõ de Sequeira Daluarenga, caualleiro fidalgo de minha casa que por quãto o dito João dAzeuedo tinha renumciado nele a dita escrevaninha lhe mandasse passar prouisaõ em forma della e visto seu requerimento e o dito aluara e huũ estormento de renunciação que parecera ser feito e assinado per Luis Bulhaõ tabelliam do pubrico e judicial nesta cidade de Lixboa aos xxbij de julho deste anno presente de bᵐlxxxiij e justificado pello doutor Manoel dOliveira do meu conselho e desẽbargador do paço, juiz de minha fazenda e das justificações della, per que constava renumciar nelle a dita escreuaninha ey por bem e me praz de fazer merce ao dito Christouaõ de Sequeira da dita escrevaninha de huã das naos da carreira da India por hũa viagem soomente, ida por vimda, e com o ordenado comteudo no Regimento que ira seruir na uagante dos prouidos antes de cinquo de junho de bᵐlbij em que fiz a dita merce ao dito Joaõ dAzeuedo pella dita prouisaõ. Notefico o assi ao prouedor e officiaes da casa da India e mandolhes que tãto que pela dita maneira lhe couber entrar na dita escreuaninha lhe dẽ a posse della e lha deixem seruir e aver o dito ordenado e percalços que lhe direitamente pertencem sem lhe a yso ser posto duuida nem ẽbargo algũu e o dito Christouão de Sequeira jurara em minha chancelaria aos santos evãgelhos que bem e verdadeiramente a sirua guardamdo meu seruiço e as partes seu direito, e o aluara que o dito João dAzeuedo tinha da dita escreuaninha e o outro de que acima faz mẽção foraõ rotos ao asinar deste, e nos liuros de minha fazenda, casa da India e merces que faço se pora verba que tem Bastião Diaz no registo dellas se poraõ verbas declarando nellas de que apresentara certidoẽs nas costas delle dos officios a que pertencem, a qual quero que valha como carta &c Jeronimo de Sequeira a fez em Lixboa a x dagosto de bᵐlxxxiij. Pero Gomez dAbreu o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações,* liv. 10, fol. 74).

«Dom Filipe &c faço saber aes que esta minha carta virem que havemdo eu respeito aos seruiços de Johaõ dAzevedo, meu cantor, ey por bem e me praz fazerlhe merce de ho apousentar e que tenha he aja de minha fazenda de temça cada ano em dias de sua vyda trimta e

dous mill rs em dinheiro e hum moyo de triguo -s- xxiiij mil rs que tinha de moradya e ordenado de camtor e biij mil rs que havya cada ano pera hũa vestyaria gramde, e hum moyo de triguo, de que lhe ora novamente faço merce, os quaees xxxij mil rs he hum moyo de triguo começara a vemcer do primeyro deste mes de janeyro do ano presemte de jbclxxxij em diamte, e por tamto mãdo aos veedores de minha fazenda que no liuro della lhe fação asemtar a dita temça de dinheiro he triguo e do dito tempo em diamte despachar cada ano pera parte homde lhe sejão bem paguos etc... Amtão da Rocha o fez em Lixboa a iiij de janeyro ano do nacimento de noso senhor Ihũ xp̃o de jbclxxxij».

Tem ao lado a seguinte verba:

«Por ser falecido o sobredito, fez S. Magestade merce a sua molher Ines de Figueiredo, de biij mil rs de tença nas obras pias, de que se fez esta declaração por vertude do aluara deles em Lixboa a bij de janeiro de 86». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 1, fol. 192).

«Eu elRey faço saber aos que este meu aluara virem que avendo respeito aos seruiços de Johão dAzeuedo, que foi meu cantor, e a seruir muito tempo em minha capela, e por esse respeito o apousemtar com vinte dous mil rs e hum moyo de trigo de tença cada anno, que logrou pouco tempo por falecer, ey por bem e me praz de fazer merce a Ines de Figueiredo, sua molher, de oyto mil rs de tença cada anno, pagos no thesoureiro do dinheiro do hum por cento e obras pias, os quais começará a vencer de seis dias do mes de julho deste anno presente de bclxxxb em diante, em que lhe fiz merce delles. E portanto mando ao thesoureiro do dito huũ por cento... Antaõ da Rocha o fez em Lixboa ao primeiro doutubro de mil bc lxxxb. E eu Manuel dAzeuedo o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 11, fol. 240).

BADAJOZ

Musico do tempo de D. Manuel e D. João 3.º, cujo nome de baptismo não nos é dado precisar. Garcia de Resende, na sua *Miscellanea,* na decima relativa á musica, cita-lhe secamente o appelido, sem lhe accrescentar a menor particularidade. Gil Vicente tambem allude a elle. Na sua farça

Inês Pereira anda-se á procura d'um noivo que saiba tocar viola, e Vidal, um dos interlocutores, diz:

O marido que quereis
De viola e d'essa sorte
Naõ no ha senaõ na côrte,
Que cá naõ no achareis.
Fallamos a Badajoz,
musico, discreto, solteiro;
Este fôra o verdadeiro,
Mas soltou-se-nos da noz.

No *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende, folio 153 da 1.ª edição, e tomo 3.º, pag. 162 da edição de Stuttgart, vem a seguinte trova:

De Badajoz

Non tengo por buen conçerto
el rremedio que me days,
que con so que vos sanays,
con esso byuo yo muerto.
Mas dé vos dezyr de çyerto,
que yo fuelgo de lo sser,
por ver su gran merecer.

No *Cancionero General,* impresso em Sevilha em 1535, vem poesias de Garci-Sanchez de Badajoz e de Badajoz el Musico, o que nos dá a entender que são duas individualidades distintas.

N'um mandado de 1516 ordena-se a Jorge da Silveira, que dê diversas peças de vestuario ao bispo da Guarda, capellão-mor e a outros funccionarios da capella real, entre os quaes figuram os musicos: Fonte, mestre de capella, Villa Castym e Badajoz.

Em 26 de abril de 1518, D. Manuel fez mercê a um

Joham Sanchez de Badajoz, em dias de sua vida, do fôro de 19 mil reaes, que Rafael Gomes pagava ao almazem das casas que delle trazia em vida de mestre Francisco Boticayro. Esta carta foi confirmada por D. João III a 7 de março de 1522. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. 37, fol. 176 v).

Com relação a este individuo achamos tambem a seguinte verba:

«A Joham Sanchez de Badajoz com o abito.... xx mil rs.» (Torre do Tombo, Armario 17 do Interior da Casa da Coroa, fol. 46 v).

«Dom Manuell etc. a quantos esta nosa carta virem fazemos saber que querendo nos fazer graça e mercee a Joam de Badajoz temos por bem e lhe fezemos merce daqui em diante em dyas de sua vida do foro de dezanove mil e b^{c} reaes que Rafael Gomez he obrigado paguar em cada huũ ano de noso almazem das casas que delle traz em vida de mestre Francisco Botycairo e de outras duas pesoas nesta cidade na Rua Nova e porem mandamos ao noso almoxarife ou Recebedor do dito almazem e ao espryuam desse oficio que ho metam em posse do dito foro e lhe façam paguar e acodyr com elle em dyas de sua vida por camto nos lhe fezemos asy delle merce e esta carta se registara nos liuros do dito almazem pera se saber como lhe asy temos feita esta merce. Dada em Lysboa a xxbj dias do mes dabrill. Jorge Fernandez a fez ano de mil e b^{c}xbiij^{c} anos. E ésto deste Sam Joam que ora vem em dyante posto que digua daqui em dyante. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 36, fol. 69).

BAENA (ANTONIO DE)

Filho de Gonçalo de Baena musico de D. João III, autor d'uma Arte de musica, de quem tractamos no artigo seguinte.

Antonio Baena não era só musico de camara de D. João III. Artista e guerreiro, achou-se no celebrado cerco de Mazagão, sendo, pelos serviços que ali prestou, armado cavalleiro pelo capitão d'aquella fortaleza, Alvaro de Carvalho. D. Sebastião

lhe confirmou o respectivo alvará em carta feita em Lisboa a 18 de setembro de 1562.

«D. Sebastiam etc. faço saber aos que esta minha carta virem que por parte de Antonio de Vaena, meu musico de camara, filho de Gonçalo de Baena, me foy apresentado hum Aluara de Caualeiro de Aluaro de Carualho, do meu conselho e capitaõ da minha villa de Mazagaõ, feyto em ela aos dezaseis dias do mes de mayo deste preſẽte ano de jb^{c}lxij, no qual se cõtinha que ele fizera e armara caualeiro ao dito Antonio de Baena por se achar na dita villa estamdo cerquada do serquo que lhe o xerife pusera, omde o ele fezera como de sua pesoa se esperaua e por ele bem merecer a ordem de caualaria e acudir a todos os rebates e repiques que se deraõ na dita villa segundo mais largamente era cõtheudo no dito aluara pedindome que lhe cõfirmase e mãdase que lhe fosem goardados os preuylegios e lyberdades dos caualeiros e visto seu requerimento e por fazer certo de seu seruiço e da calidade de sua pesoa e queremdolhe fazer graça e merce, ey por bem e me praz de lha cõfirmar e por esta lhe ey por confirmado o dito aluara e que gose e vse daquy em diamte de todos os preuylegios e liberdades, graças e framquesas de que gozaõ e de direito devem de gozar e vsar os caualeiros por mym confirmados e ele sera obrygado a ter armas e caualo segundo forma de minha ordenação, e mãdo a todas as justiças, oficiaes e pesoas, a que esta Carta for mostrada e o conhecimento dela pertemcer que lha cũpraõ, goardem e façaõ imteiramente cõprir e goardar como se nela cõthem. Duarte Nunez a fez em Lixboa a xbiij dias do mes de setembro ano do nacimento de noso Senhor Ihũ Xp̃o de mill e quynhemtos sasemta e dous. Balltesar da Costa a fez scpreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique*, *Privilegios*, liv. 3.º, fol. 293).

BAENA (GONÇALO DE)

Numa decima, em que Garcia de Resende, na *Miscellanea,* falla dos musicos notaveis do seu tempo, ha uma brevissima passagem ao Vahena ou talvez melhor Baena:

> ho cego que gram saber
> nos orgaõs & ho Vaena...

O Vaena, aqui alludido, é muito natural que seja Gonçalo de Baena, musico da camara de D. João III, a quem, a

19 de junho de 1536, foi passado alvará de licença, com dez annos de privilegio, para poder imprimir *hũa obra e arte pera tanger*. O livro, ou não chegou a publicar-se, ou passou completamente ignorado a todos os nossos bibliographos, que d'elle nem do autor fizeram menção.

Este alvará está registado no livro 22 da Chancellaria de D. João III, *Privilegios,* e foi dado a conhecer pela primeira vez na obra do snr. Dr. Deslandes — *Documentos para a historia da typographia portugueza nos séculos XVI e XVII.*

Tinha um filho, por nome Antonio, musico tambem, do qual tractamos no artigo anterior.

Veja *Ernesto Vieira*

BAPTISTA (ANTONIO), charamella

Foi ferido, a golpes de espada, por um Salazar, filho de Giraldim, charamella, já fallecido. Veja-se este caso no artigo de *Giraldim,* onde damos a carta de perdão concedida a Salazar. Esta tem a data de 6 de novembro de 1533. O caso passou-se em Evora.

BARBANÇA (BARTHOLOMEU DE)

Era tangedor dos orgãos da igreja matriz da villa de Moura. Veja-se *Pedro Gomes.*

BARBAS (SEBASTIÃO ALVARES)

Cantor da capella real. D. Sebastião em carta de 27 d'agosto de 1571, lhe fazia mercê da tença annual de tres moios de trigo, que, por sua morte, podia deixar a uma sua filha. Em 1593 era aposentado com o ordenado de 45:000 reis como Ascenço Rodrigues — *Vidè* este nome.

Devia ser fallecido por 1595, pois a 2 de setembro d'este anno era passado padrão dos tres moios de trigo a sua filha Catharina Barba.

«Dom Sebastiaõ &c faço saber aos que esta minha carta virem que avemdo eu respeito aos seruiços de Bastiaõ Aluẽz Barba, meu cantor, e aos que ao diamte espero que me faça, ey per bem e me praz de lhe fazer merce de tres moios de trigo de temça em cada huũ ano em sua vida, os quaes ele avia de merce em cada ano em triguo ou dinheiro por prouisoẽs minhas, que se lhe pera yso pasauaõ e os comesara a vencer do primeiro dia de janeiro que pasou deste ano presente de quinhentos setemta e huũ em diamte portamto mando etc. Amdre Vidall a fez em Symtra a xxbij dagosto ano do nacymento de noso Senhor Ihuũ xp̃o de jb^{c}lxxj. Sebastiaõ da Costa a fez esprever».

Tem á margem a seguinte verba:

«Fez S. M.^{do} merce a Sebastiam Aluẽz que podese nomear por sua morte estes tres moios de trigo em sua filha e por ser fallecido e fiquar com a sua filha C.^{na} Barbas, por seu pay nella os testar, risquei este alluara e pus esta uerba conforme a carta que se pasou a C.^{na} Barbas em Lixboa a 2 de outubro 95 (?) Luis dAluarenga». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 25, fol. 186 v.).

«Dom Felipe &c outra tall carta de padrão nem mais nem menos como acima sprita ha Sebastiaõ Aluẽz Barbas, camtor doutros Rb mil rs. feito e sobscripto pellos ditos sprivaees na cidade de Lixboa no dito dia mes he anno acima». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 18, fol. 137).

BARBOSA (ANTONIO)

Fôra moço da camara e musico do infante D. Luiz. Por morte d'este, attendendo aos seus serviços e a ter ficado com indisposição, el-rei lhe concedeu, por alvará de 3 de fevereiro de 1558, a tença annual de 7200 rs., á razão de um vintem por dia; e por outro, de 27 d'agosto de 1562, lhe fez mercê de oito mil rs. por anno.

Eis os respectivos documentos:

«Eu elRey faço saber a quamtos este meu aluara virem que avemdo respeito aos serviços que o Ifamte dom Luis, meu tio, que samta gloria aja, tinha recebido dAmtonio Barbosa, seu moco da camara e seu mu-

syquo, e asy a imdisposição com que ficou por servir o dito Ifamte e a comtinuação de seu seruiço e a calidade delle e queremdo lhe por iso fazer merce, ey por bem que elle tenha e aja de mim em cada huu anno, em dias de sua vida, sete mil e dozemtos rs a razão de vimte rs por dia, os quaes elle tinha do dito Ifamte por huua prouisão feita a oito dias de fevereiro do anno b^{c}l e dous (1552), os quaes sete mil e dozemtos rs ey por bem que lhe sejão pagos no R.^{or} das obras pyas, pello que mamdo ao R.^{or} das obras pias, que ora hee e ao diamte fôr, que do primeiro dia de janeiro do anno de quinhentos cimqoemta e seys em diante por este soo aluara jerall sem mais outra prouisão minha lhe faça paguamento dos ditos sete mil e dozemtos rs aos quarteys do anno, e por o treslado deste aluara que seraa registado no liuro de sua despesa pello esprivão de seu carguo e conhecimento do dito Amtonio Barbosa mamdo aos comtadores que lhe leuem em comta o que lhe asy paguar, e a prouisão de que acima faz memção foi rota ao asinar desta que ey por bem que valha e tenha força e viguor como se fose carta feita em meu nome por mym asynada e pasada pela minha chancelarya sem embarguo das ordenações que o comtrairo dispoen. João Aluarez a fez em Lisboa a tres dias de fevereiro de mil e b^{c}b e oito. E eu Aluaro Pires o fis espreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 3, fol. 24).

«Eu elRey faço saber a vos J.º Roiz de Palença, recebedor do hum por cemto, obras pyas, e a quem o dito careguo ao diamte seruir, que havendo eu respeito aos seruiços que Antonio Barbosa, meu moço da camara, que foy musyquo da camara do ifamte dom Luis, meu tio, que sãta gloria aja, fez ao dito Ifamte, e a imdisposyção com que ficou, ey por bem e me praz fazer esmola de oyto mil rs cada anno, pagos em vos emquãto eu ouuer por bem e não mãdar o contrario, do primeyro dia deste mes dagosto deste ano presente de b^{c}lx e dous em diamte, e portamto vos mamdo... Joham Aluarez o fez em Lixboa a xxbij dagosto de jb^{c} lxij. E eu Aluaro Pirez o fiz esprever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 10, fol. 89).

BARBOSA (GONÇALO)

D. Francisco Manuel de Mello foi um notavel polygrapho que viveu na primeira metade do seculo XVII, competindo com outros contemporaneos de não menos fama, como

Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo e Manuel de Faria e Sousa, aos quaes levava a palma na alteza do caracter e até talvez no grau de superioridade intellectual. Manejando com egual pericia as linguas castelhana e portugueza, ainda hoje é tido, tanto n'uma como n'outra, na conta de verdadeiro classico. Uma das suas obras, em que melhor revelou os eminentes dotes do seu engenho, conceituoso e satyrico, intitula-se *Apologos dialogaes,* dividida em quatro partes, sendo a ultima, *Hospital das Letras,* destinada á critica, por vezes mordaz e sempre espirituosa de diversos escriptores, tanto nacionaes como estrangeiros, tanto modernos como antigos. N'este *Apologo* são interlocutores, além de D. Francisco Manuel, Lipsio, Bocalino e D. Francisco de Quevedo, com o ultimo dos quaes o auctor tinha grandes affinidades, sendo além d'isso seu particular amigo. N'um dos logares da animada conversação faz Bocalino uma apotheose do genio nacional portuguez, apontando os nomes dos homens que mais o ennobreceram nas variadas manifestações da actividade mental. No tocante aos musicos, diz:

«... tal tangedor como Alexandre Moreira, tal musico como João Cordeiro, tal déstro como Gonçalo Barbosa, tal compositor como João Soares...».

O sr. Ernesto Vieira no seu tão apreciavel *Diccionario dos musicos,* não incluiu os nomes de Alexandre Moreira e de Gonçalo Barbosa, apontando apenas o de João Cordeiro, onde transcreve a passagem do *Hospital das Letras,* ponderando que nenhum d'elles deixou rasto, por onde se podesse avaliar do seu merecimento artistico e do logar mais ou menos proeminente que occuparam no nosso meio musical. Exceptua, já se vê, João Soares, aquelle João Soares Rebello, o afamado compositor tanto da estima de D. João IV.

É impossivel prefixar a época em que viveram os mencionados artistas, pois das palavras de D. Francieco Manuel,

attribuidas a Bocalino, não se deduz se elles foram seus contemporaneos ou se apenas os conheceu de tradição. Não repugna tambem admittir que, no caso de serem fallecidos, tivessem deixado ficar alguma obra, por onde se podesse conjecturar até que ponto era devida a consagração da posteridade.

Até agora não tenho colhido noticias que esclareçam aquellas vagas referencias relativas a Alexandre Moreira e João Cordeiro. Já não direi o mesmo com relação a Gonçalo Barbosa, cuja memoria os documentos officiaes não deixaram completamente perdida. Este, de quem logrei conhecimento, viveu nos reinados de D. João III e de seu neto e póde ser que seja o mesmo que cita D. Francisco Manuel, a não se dar o caso de existir um homonymo na primeira metade do seculo XVII.

Gonçalo Barbosa foi musico da camara de D. João III e de D. Sebastião, o qual, em carta de 12 de setembro de 1570, lhe fez mercê de trinta e tres mil reaes por anno, que era outro tanto como recebia por outras provisões, a saber: dezoito mil reaes para tres moios de trigo e os quinze mil reaes para um vestido.

Gonçalo Barbosa era homem de haveres, um prestamista do estado, como se diria hoje. Tinha um padrão de juros de tença de 31:730 reaes que comprara á fazenda real pelo preço de 634:380 reaes, em 4 de dezembro de 1566.

D'este padrão de juros coube, por seu fallecimento, a terça parte, isto é, 10:573 reaes a sua filha Catharina Barbosa. O padrão passado a esta é de 1583. Por sua morte — sete annos depois — ficaram pertencendo a seu irmão João Vaz de Camões 5:275, o qual os vendeu, antes de tirar padrão d'elles a Jorge Pires. O padrão passado a este ultimo é de 1 de março de 1590.

Disperta legitima curiosidade o nome de João Vaz Camões, que indica parentesco com o grande poeta. Porven-

tura a mulher de Gonçalo Barbosa era da familia do auctor dos *Lusiadas*.

Em 22 de março de 1584 acha-se no livro 4.º das *Ementas*, fls. 85, nota de pagamento da quantia de 30 mil reaes aos herdeiros de Gonçalo Barbosa, musico da camara de D. Sebastião.

Seguem-se os documentos comprovativos:

Carta de D. Sebastião fazendo mercê a Gonçalo Barbosa da tença de 33 mil reaes

«Eu el Rey faço saber aos que este alluara virem que avendo respeito aos seruiços que Gonçallo Barbosa, meu musiquo de camara, fez a el Rey meu senhor e avô, que santa gloria aja, e a mim, e querendolhe fazer mercê, ey per bem e me praz que elle tenha e aja de minha fazenda, do prymeiro dia do mes de janeiro do anno que vem de b^{c}lxxj em diante, trinta e tres mil rs. de tença em cada huũ anno, em sua vida, que he outro tanto como auia de mercê cada hanno per prouisões que disso passauã -s- dezoyto mil rs. pera tres moios de trigo, a razão de seis mil rs. o moyo, e os quinze mil rs. pera hum vestido, que lhe era avaliado n'esta contia, os quaes trinta e tres mil rs. lhe serão acentados e pagos no meu thesoureiro mor, ou em quem o cargo seruir, como se lhe nelle pagarão os ditos tres moios de trigo e vestido a dinheiro pello preço e avalliação acima declarada. E portanto mando a dom Martinho Pereira, do meu conselho e vedor da minha fazenda, etc. Antonio Fernandes o fez em Sintra a xii dias de setembro de jb^{c}lxx, e eu Gabriel de Moura o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 26, fol. 137).

Padrão de juros de Gonçalo Barbosa

«Dom Sebastião etc., outro tal padrão nem mais nem menos como o atraz escrito de Francisco de Moura a Gonçalo Barbosa musyquo da camara delRey noso senhor de xxxj mil bij^{c}xix rs. de tença de juro que coprou a fazenda de sua A. por preço de bj^{c}xxxiii mil iij^{c}lxxx rs. feyto o conhecimento em forma a iiij dias de dezembro do anno de jb^{c}lxbj e com pena de xx cruzados e feyto o dito padrão nesta cidade de Lisboa per João de Bairros e sobescrito per Bartollameu Froiz aos xii dias do dito mez de dezembro do dito anno de jb^{c}lxbj».

Tem ao lado a seguinte verba:

«Per fallecimento de Gonçalo Barboza cõteudo neste padrão couberõ a C.as Barbosa sua filha a 3.ª parte que sam x mil quinhentos lxxiii rs., dos quaes se lhe a de fazer nouo padrão delles portanto se fez esta uerba per despacho de dom Duarte Castelobranco veador da fazenda, feito em Lixboa a 20 de feuereiro de 1583, a qual pus eu Xpouão de Benauente a 25 dias de feuereiro de 1583 — Xpouao de Benauente». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 19, fol. 131 v.).

Na chancellaria de D. Filippe I acha-se registado o padrão de Catharina Barbosa, tendo ao lado a seguinte verba:

Apostilla a um padrão de juros

«Por a sobredita ser falecida, e por seu fallescimento pertencerem a João Vaz Camões seu irmão cinco mil iic lxx e cinco rs. de juro, dos dez mil quinhentos e setenta e tres rs. conteudos no Registo deste padrão, o qual os vendeo antes de tirar padrão d'elles en seu nome a Jorge Pirez, ao qual se hade fazer nouo padrao delles se riscou este registo e se pos aqui esta verba por despacho da fazenda. Lisboa ao primeiro de março de 1590». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 9, fol. 363).

BARBOSA (LUIZ ANTONIO)

Mestre da capella de musica de Braga.
Vide *Milcent*.

BARBOSA D'ALMEIDA (ANTONIO)

Bibliothecario da Bibliotheca de Musica instituida por D. João IV.

Sucedeu-lhe Antonio Homem.

Vide *A livraria de musica de D. João IV e o seu index*.

BARRADAS (BARTHOLOMEU)

Cantor da Capella de D. João III, o qual em 29 de setembro de 1526 lhe fez mercê da tença annual de tres moios de trigo. Em 1550 era fallecido, pois n'este mesmo anno concedeu aquelle monarca á sua viuva, Francisca Lopes, a tença de dois moios de trigo.

«Dom João &c a quamtos esta minha carta virem faço saber que avendo eu respeito aos seruiços que Bertolameu Baradas, meu cãtor, tem feitos a rainha minha tia, que samta groria aja, e aos que espero dele receber ao diamte, e, queremdolhe fazer graça e merce, tenho por bem e me praz que elle tenha e aja de mym de temça em cada huũ anno tres moios de triguo, de janeiro que passou em diamte, em quanto minha merce for pagos nas leziras de Villa Framca; e porem mãdo aos veadores de minha fazenda que do dito janeiro em diamte lhe despachem em cada huũ anno os ditos tres moios de triguo e lhes façã asẽtar em os meus liuros della no 1.º das ditas liziras e por firmeza de todo lhe mãdey dar este per [mim] asynado e aselado do meu sello pẽdente. Dada em a minha villa de Tomar a xxix de setembro — Aluaro Neto o fez — ano do nacimẽto de noso sõr Ihuũ xpo de jb^{c}xxbj». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 36, fol. 162 v.).

«Dom Joham &c a quamtos esta minha carta virem faço saber que hauemdo respeito aos seruiços que me fez Bertolameu Baradas, camtor de minha capella, e queremdo por elles fazer merce a Framcisqua Lopez, sua molher, tenho por bem e me praz que ella aja de mim de temça em cada hum ano de janeiro que vem de b.^{c} l.^{ta} e hum em diante dous moyos de triguo em sua vida. E mãdo ao baraõ dalluito, vedor de minha fazemda, que lhes faça asemtar nos liuros della e do dito janeiro em diamte despachar em parte homde lhe sejam bem paguos e por firmeza dello lhe mãdey dar esta minha carta por mim asynada e asellada do meu sello pemdemte — Belchior Alluarez a fez em Lixboa aos xxj dias do mes de julho, ano de noso Senhor Ihuũ Xpo de jb^{c}l.^{ta} (1550). Jorge de Figueiredo a fez escpruer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 64, fol. 119).

BARRETO D'AVIZ

Foi um musico portuguez que partiu para a Bahia, convidado para dirigir o Conservatorio d'esta cidade, o que se não realizou.

O sr. G. F. Pereira de Mello no seu livro a *Musica do Brasil* tece-lhe os maiores elogios, fazendo a mais apologetica analyse do seu poema musical *Marcha 2 de Julho.*

(Continúa).

Sousa Viterbo

OBSERVAÇÕES Á HIPÓTESE DE MR. L'ABBÉ MOREUX SOBRE «LA SCIENCE MYSTÉRIEUSE DES PHARAONS»

Em diversas regiões do globo têm sido encontrados monumentos de forma piramidal.

Há pirâmides assírias e etruscas, há pirâmides na Irlanda, na Pérsia, na Índia, no Egito, na Núbia, no México, no reino de Sião e no arquipélago das Marianas.



COSTA GOMES

As mais notáveis são as do Egito, do México e da Núbia. No Egito há 39 medidas e exploradas por Perring e na Núbia perto de 100.

As do Egito têm merecido a particular atenção de notáveis investigadores, que lhes têm dedicado pacientes e laboriosos estudos. Citaremos, entre outros, os trabalhos dos inglêses Perring e Wise, a quem devemos as dimensões de tôdas as partes componentes das pirâmides do Egipto, e os dos alemães Lepsius e Erbkam, que descobriram a forma como os antigos egípcios as construíram.

É opinião concorde de todos os historiadores que as pi-

râmides do Egito são gigantescos túmulos, e o facto de se não ter encontrado múmia nenhuma na câmara do rei da pirâmide de Khéops não pode servir de fundamento à afirmação de que ela não é uma colossal sepultura mas sim um monumento scientífico, visto que todos os historiadores nos dizem que esta pirâmide foi violada por ladrões, que esperavam encontrar maravilhosos tesouros.

O ilustre divulgador scientífico, Abade Th. Moreux, a quem devemos uma vasta e valiosa obra de vulgarização scientífica, não é porém desta opinião; considera a Grande Pirâmide do Egito como consagração da extraordinária sabedoria dos antigos egípcios e pretende relacionar as suas dimensões, de forma a obter com relações simples, revelações numéricas, geodésicas e astronómicas, que, a serem verdadeiras, nos provariam que os egípcios, 2.5oo anos antes de Cristo, possuíam conhecimentos tão adiantados e portanto aparelhos tão perfeitos, que tinham chegado a determinações exactas, algumas das quais só recentemente alcançadas pelos sábios da nossa época.

Era caso realmente para meditar. Pensar que 2.5oo anos antes de Cristo era conhecido o período da precessão dos equinócios; lembrarmo-nos de que os construtores da Grande Pirâmide sabiam que a distância da Terra ao Sol era de 148.208:ooo quilómetros, quando ainda em 186o, isto é, há apenas 65 anos, se lhe atribuíam 154.ooo:ooo quilómetros, tendo-se chegado ao acôrdo de 149.4oo:ooo quilómetros sòmente em 19oo, isto é, há 25 anos!

Atribuir aos egípcios o conhecimento da duração do ano trópico, da duração do ano bissexto, da densidade média da Terra, da temperatura média do paralelo de 3o° e do número π aproximado até décimas-milésimas, ¿será legítimo, quando se dispõe apenas de simples coincidências para basear tão ousadas afirmações?

Admitir que os construtores da Grande Pirâmide esco

lheram para a construir o ponto de cruzamento do meridiano ideal com o paralelo que corta mais continentes; admitir que os remotos egípcios conseguiram orientar a sua pirâmide cometendo apenas o êrro de 4′ 35″, quando ainda em 1577 o célebre astrónomo dinamarquês Tycho-Brahe cometeu o êrro de 18′ na orientação do seu célebre observatório de Urianembom, ¿ não será realmente atribuir muito a uma civilização que pouco conhecemos?

E se dizemos, que atribuir aos egípcios tais conhecimentos, procurando relações simples a fim de obter os números notáveis que citámos, não é de forma nenhuma legítimo, é porque a própria obra nos fornece os elementos suficientes para a encarar como um trabalho de interpretação *a posteriori* e não como um estudo de lógicas e bem fundamentadas deduções.

Não há dúvida de que as coincidências apresentadas pelo autor são bastante curiosas, e da leitura da obra pode colher-se a impressão de que realmente os egípcios quando construíram a Grande Pirâmide tiveram o propósito de perpetuar, num monumento que resistisse aos séculos, conhecimentos extraordinàriamente avançados.

A Grande Pirâmide seria portanto um monumento scientífico e, a admitirmos essa hipótese, que não pode ser verdadeira, como demonstraremos, teríamos que considerar a antiqüíssima civilização egípcia, pelo menos, tão adiantada como a nossa no campo astronómico e geodésico.

*
* *

Passemos agora a uma análise mais detalhada da obra. Referimo-nos a *La Science Mystérieuse des Pharaons*, par l'Abbé Th. Moreux. Paris, Librairie Octave Doin, 1925.

É evidente que não posso refutar tôdas as afirmações,

porque para isso seria necessário ir ao Egito. Não sei se o abade Moreux *lá* esteve; pode ser que se tenha baseado nos cálculos do astrónomo inglês Piazzi Smith. É claro que só *in situ* se poderia ajuïzar de certas conclusões ousadas.

No entanto o próprio livro fornece-nos elementos suficintes para demonstrar que não são aceitáveis certas afirmações.

E, uma vez provada, por forma clara e precisa, a impossibilidade matemática da simultaneidade de condições a que deveria satisfazer a Grande Pirâmide para consagrar os valores que o abade Moreux nos apresenta, ficamos com o direito de duvidar das suas afirmações.

Além da parte geométrica, que está errada, como demonstraremos, há afirmações que um simples raciocínio lógico destrói.

Assim, a págs. 20 e 22, lê-se:

«Nous avons aujourd'hui parcouru la Terre dans tous les sens: les savants de toutes les nations civilisées ont, depuis des siècles, rompu des lances pour trouver un méridien origine des longitudes. Après avoir longtemps hesité, notre choix s'est fixé sur celui de Paris où s'effectuèrent pour la première fois les mesures d'un arc d'un degré; l'Angleterre, toujours jalouse, nous en a dépouillé au profit du méridien de Greenwich et voilà que maintenant nous nous apercevons, trop tard hélas! qu'en fait, le méridien idéal est celui de la Grande Pyramide.

«Pourquoi ce privilège?

«Parce que tout d'abord il est celui qui traverse le plus de continents et le moins de mers.

«. . . . . .

si l'on calcule exactement l'étendue des terres que l'homme peut habiter, il se trouve que ce fameux méridien les partage en deux portions rigoureusement égales.

«. . . . . .

ce n'est pas tout: menons un parallèle par le 30° degré de latitude Nord, que constatons nous?

«Un examen même superficiel nous montre que ce cercle tracé autour de la terre est celui qui renferme le plus d'étendue continentale. Or, c'est précisément sur ce parallèle qu'est construite la Grande Pyramide».

e a págs. 16:

. . . . . .

«que le méridien, c'est-à-dire la ligne Nord-Sud passant par le sommet, divise le même Delta(1) en deux sections rigoureusement égaux».

Isto quere significar que os egípcios conheciam a Terra tão bem como nós, que tinham mesmo cartas semelhantes ou iguais às nossas e que, querendo construir a pirâmide, foram ver nas suas cartas qual era o ponto do globo, cruzamento do meridiano ideal com o paralelo que corta mais continentes, tendo-se portanto deslocado, da América, Ásia, emfim, de onde quer que estivessem, para o Egito, onde êsse ponto se encontrava, a fim de aí construírem a sua pirâmide.

¿Seria isto admíssivel, quando a história nos ensina que a pirâmide foi construída pelos egípcios e que antes das pirâmides já havia egípcios no Egito?

E note-se ainda sôbre a estranha afirmação: — O meridiano da pirâmide, conforme se viu, tinha de satisfazer *a 3 condições!!*

a) dividir ao meio o delta do Nilo;

b) ser o que atravessasse mais continentes;

c) dividir rigorosamente ao meio a extensão das terras que o homem pode habitar.

O facto de o paralelo da pirâmide ser o que corta mais continentes, e de o seu meridiano ser o ideal, deve, a nosso ver,

---

(1) O Delta do Nilo.

ser considerado como uma propriedade da situação do Egito e nunca como uma propriedade do centro da pirâmide.

Vejamos ainda o que nos diz J. Ebers sôbre a situação da Grande Pirâmide:

«Baixemos a vista, retraindo-a ao círculo de monumentos que rodeiam a pirâmide de Khéops. Assentam todos sôbre a rocha de que é formado êste cómoro, invadido pelas areias. A escolha do sítio obedeceu a um pensamento profundo, determinado por considerações de ordem superior que não podiam escapar a um povo laborioso e culto como o egípcio. Por um lado era mister pôr os mortos ao abrigo das águas das cheias; e por outro não convinha tirar aos vivos a mais pequena porção de terreno cultivável (1).

«Êste pensamento acha-se expresso numa inscrição grega que Arriano, discípulo de Epicteto, mandou gravar sôbre a Grande Esfinge e que começa dêste modo:

«*Os deuses levantaram noutro tempo essas formas que de longe se divisam.*

«*Respeitando com suma prudência os campos produtores de trigo.*

«A verdade é que nem um só templo se encontrou no vale do Nilo em logar acessível às cheias».

* * *

Mr. l'Abbé Moreux no decorrer da obra citada tem o cuidado de não nos apresentar as suas conclusões como categóricas afirmações. Chama-nos a atenção para o que êle classifica de coincidências extraordinárias.

Mas o que é certo é que a maneira como nos apresenta

---

(1) *Egipto*, por J. Ebers, pág. 184.

o resultado dos seus cálculos mostra a forma como êle encara a Grande Pirâmide do Egito.

«Les prêtes égyptiens, ces merveilleux savants de l'antiquité, ont-ils voulu fixer en un monument impérissable les données précises qu'ils avaient accumulées sur la science des astres, et les notions scientifiques de leur époque? Pourquoi non? (1)

«Mais alors nous *nous glorifions de découvertes connues depuis six mille ans.*

«. . . . . (2)

«Cette fois, le système des coïncidences paraît bien inadmissible et il faut avouer que les constructeurs egyptiens, contemporains de la Grande Pyramide, étaient beaucoup plus forts que Tycho Brahé».

«. . . . . .

«Qu'on ne dise pas encore une fois que tout cela est dû au hasard; que les Égyptiens étaient ignorants des conquêtes de l'Astronomie, les faits seraient là pour indiquer le contraire» (3).

«. . . . . (4)

«Or, que toutes ces conquêtes de la science moderne soient dans la Grande Pyramide, à l'état de grandeurs naturelles, mesurées et toujours mesurables, ayant seulement besoin, pour se montrer au grand jour, de la signification métrique qu'elles portent avec elles, c'est évidemment inexplicable d'après nos données sur la civilisation antique, mais c'est un fait qu'on n'essayerait vainement de révoquer en doute et qui plonge les savants actuels dans la plus grande stupéfaction».

---

(1) Pág. 10.
(2) Pág. 19.
(3) Pág. 56.
(4) Pág. 58.

Está portanto bem claro o ponto de vista do abade Moreux. Para êle, a Pirâmide de Khéops é um monumento scientífico construído pelos antigos egípcios para consagrar os seus conhecimentos numéricos, geodésicos e astronómicos.

*
* *

Mas não nos alonguemos mais em observações simplesmente baseados na lógica, pois que se poderá dizer que a estranheza que experimentamos ao constatar tantas coincidências é apenas proveniente do facto de termos ignorado até agora que os antigos égípcios possuíam conhecimentos scientíficos, pelo menos iguais aos nossos.

Passemos agora a uma análise mais positiva e feita com os elementos que a própria obra nos fornece.

«. . . . . .

«Or, chose étrange, le ponce pyramidal était très voisin du ponce anglais, puis qu'il faut 999 pouces pyramidaux pour faire 1000 ponces anglais. Ceci nous donne pour le pouce pyramidal: $25^{mm},4264$ et pour la coudée pyramidale ou sacrée (1)

$$25,4264 \times 25 = 0^{m},635660.$$

«La coudée sacrée qui a servi aux architectes égyptiens dans la construction de la Grande Pyramide valait donc $635^{mm},660$.

«Multipliez maintenant cette coudée par 10 millions et vous troverez 6.356:600 mètres: c'est précisement la valeur que notre science assigne à la longueur du rayon polaire de la Terre; le nombre de kilomètres est exact; l'écart ne porte que sur le chiffre suivant 6 au lieu de 7, mais nos mesures

(1) Pág. 38.

actuelles comportent encore une incertitude du même ordre de grandeur».

«Ainsi, la coudée sacrée représenterait la dix-millionième partie du rayon polaire de la Terre et cela avec une valeur exacte à un centième de milimètre près!

«Appeler à son aide toutes les sciences, dépenser pendant une longue série de siècles une somme de travaux et d'éfforts convergents; améliorer sans cesse nos méthodes d'observation; perfectionner notre technique; continuer avec une lente persévérance la tâche de nos devanciers; pousser à un point inimaginable la précision des calculs et aboutir finalement à une découverte vieille de 4:000 ans, n'est-ce pas la plus décevante pensée qui puisse hauter l'esprit d'un homme de science».

Primeiro que tudo: — ¿como foi possível chegar à conclusão de que 999 polegadas piramidais perfazem 1.000 polegadas inglêsas? E como admitir para a recomposição da polegada egípcia a medida de $25^{mm},4264$, isto é, uma unidade de comprimento aproximada a *um décimo de mícron!*

É claro que agora, multiplicando a medida da polegada por 25, se obtém a medida do côvado sagrado *com igual aproximação.*

E 10.000:000 de côvados é o valor do raio polar da Terra.

¿E porque é que o abade Moreux se espanta com a precisão encontrada, visto só existir divergência no algarismo correspondente a centenas de metros?

¿Pois não partiu êle da medida da polegada aproximada a décimos de mícron?

¿E se a sciência actual já tivesse chegado a um acôrdo sôbre o valor exacto do raio polar da Terra, acaso não se poderia encontrar êsse valor exacto, corrigindo a medida da polegada, para o que bastava dividir o raio polar da Terra por 25×10?

E, seja-me permitido perguntar: ¿não seria assim que se fêz? ¿Não seria esta a razão porque o autor nos apresenta a polegada egípcia aproximada até décimas de mícron e só até décimas de micron?

Não foi necessário maior aproximação porque ainda hoje há dúvidas sôbre o algarismo que deve figurar na casa das centenas de metros do número que exprime a medida do raio polar da Terra.

Continuemos:

«Hérodote rapporte que les prêtes égypciens lui avaient enseigné que les proportions établies pour la Grande Pyramide entre le côté de la base et la hauteur, étaient telles que *le carré construit sur la hauteur verticale égalait exactement la surface de chacune des faces triangulaires* et c'est bien en effet ce qu'ont vérifié les mesures modernes» (1).

Temos portanto elementos para estabelecer desde já a relação que liga a altura ao lado da base.

Sejam:

h — altura da pirâmide.

l — lado da base.

$Ap.$ — apotema da pirâmide.

Teremos

$$h^2 = \frac{1}{2} l \times Ap \quad (1)$$

e

$$h^2 = Ap^2 - \frac{l^2}{4}$$

donde, substituindo h^2,

$$Ap^2 - \frac{l^2}{4} = \frac{l.Ap}{2}$$

$$4\,Ap^2 - 2lAp - l^2 = 0$$

$$Ap = \frac{2l \pm \sqrt{4l^2+16l^2}}{8} = \frac{2\,l \pm 2\,l\sqrt{5}}{8}$$

---

(1) Pág. 23.

Como o apotema é uma grandeza essencialmente positiva e como também $2l\sqrt{5} > 2l$, teremos de considerar apenas o sinal +, o que nos dará

$$Ap = \frac{l}{4}(\sqrt{5}+1).$$

Substituindo em (1) *Ap* pelo seu valor, vem

$$h^2 = \frac{l^2}{8}(\sqrt{5}+1).$$

donde

$$h = l\sqrt{\frac{1}{8}(\sqrt{5}+1)}.$$

Calculemos o valor do radical, virá

$$h = 0{,}6360\,l.$$

Vejamos agora:

«Additionnons en effet les quatre côtés de la base du monument dont la valeur était primitivement de $232{,}^{m}805$; nous aurons pour le périmètre $931^{m},22$ (1). Soit:

$$4 \times 232{,}805 = 931{,}22.$$

«Divisons maintenant la longueur de ce périmètre pour 2 fois la hauteur de la Pyramide qui étant à l'époque de sa construction, de $148^{m},208$, nous trouverons la valeur π.

En effet:

$$\frac{931{,}22}{2 \times 148{,}208} = 3{,}1416.$$

---

(1) Pág. 28.

«. . . . . .
de telle sorte que ce monument unique au monde est bien la consécration matérielle d'une valeur importante pour laquelle l'esprit humain a depensé des efforts inimaginables».

Estabeleçamos, porém, a relação $\frac{4l}{2h}$ para uma pirâmide qualquer, construída sob a condição de Heródoto.

Teremos:

$$\frac{4l}{2h} = \frac{4l}{2 \times l \times 0{,}6360} = \frac{2}{0{,}6360} = 3{,}1446$$

independentemente das dimensões do lado da base e da altura, desde que seja satisfeita, é claro, a condição citada.

Portanto, se para a pirâmide de Khéops é $\frac{4l}{2h} = 3{,}1416$, é porque fatalmente *foi alterada a condição de Heródoto,* como o autor nos dá a entender.

Com as dimensões primitivas atribuídas pelo autor, calculemos a área do quadrado tendo a altura como lado e a área de uma face lateral.

A diferença dos dois valores é de $29{,}56^{m2}$.

¿Os sacerdotes egípcios, êsses meticulosíssimos sábios, que, como o autor nos diz, na determinação da posição do centro da pirâmide atenderam ao desvio do raio luminoso atravessando as camadas de ar da nossa atmosfera, cometendo apenas o êrro de *22 centésimos de segundo* (pág. 23), seriam capazes de dizer que o quadrado da altura igualava exactamente a área da face lateral, quando a diferença era de 75 côvados quadrados?

De duas, uma: ou não foi alterada a condição de Heródoto e as dimensões apresentadas pelo abade Moreux não serão então as exactas, ou a meticulosidade dos sábios egípcios era tão elástica como a sua coërência.

«Eh bien! le nombre des années de la précession se trouve implicitement dans la Grande Pyramide. Pour l'obtenir il suffit d'additionner le nombre de pouces pyramidaux contenus dans les deux diagonales de la base: le calcul donne 25.800 avec une approximation aussi grande que celle résultant de nos recherches actuelles (1).

«Quant à la longueur de l'année bissextile nous la retrouvons dans chaque côté de la base du monument, où elle est exprimée en condées pyramidales on sacrées (2).

«Eh bien, en multipliant la hauteur de la Grande Pyramide par un million, on trouve la distance du soleil à la Terre en kilomètres, soit 148.208:000 kilomètre» (3).

Na opinião do abade Moreux os egípcios quiseram portanto consagrar na grande pirâmide:

a) o número π;

b) o período da precessão dos equinócios;

c) a duração do ano bissexto;

d) a distância da Terra ao Sol;

e escolheram para tal fim... uma pirâmide regular de base quadrada!

Ora, esta pirâmide fica completa e infalìvelmente definida desde que sejam dadas 2 dimensões.

Os egípcios, portanto, por muito adiantada que estivesse a sua civilização, o que nunca conseguiriam com certeza era construir esta pirâmide sob *4 condições* porque isso *é impossível*.

Podiam estabelecer duas quaisquer das suas dimensões, mas só duas; uma vez arbitradas estas, as outras resultariam do cálculo e nunca, de forma alguma, poderiam ser as que êles quisessem.

---

(1) Pág. 40.
(2) Pág. 42.
(3) Pág. 52.

Está portanto demonstrado que as dimensões da pirâmide não podem consagrar simultâneamente, como o autor conclui: o número π, o período da precessão dos equinócios, a duração do ano bissexto e a distância da Terra ao Sol.

É uma impossibilidade matemática que é independente do tempo e dos conhecimentos que os egípcios possuíam, fôssem êles quais fôssem.

Vejamos ainda:

«Calculons maintenant le volume de la Pyramide et multiplions le par 2,06, densité moyenne des pierres qui la composent: les 3 premiers chiffres nous donnent la densité de la Terre que des expérience récentes portent à 5,52» (1).

Seja-me permitido verificar.

Como a medida de comprimento dos egípcios era a polegada piramidal, calculemos o volume da pirâmide em polegadas piramidais cúbicas

$$\begin{cases} l = 232{,}805^{m} = 9156^{p} \\ h = 148{,}208^{m} = 5828^{p}. \end{cases}$$
$$V = 1628584{,}9403^{p3}$$
$$V \times 2{,}06 = 3354\ldots$$

produto que está bem longe de ser 5,52.

Talvez os egípcios empregassem como unidade de volume o côvado cúbico. Calculemos então o volume nesta unidade.

$$\begin{cases} h = 233{,}1^{c} \\ l = 366{,}2^{c}. \end{cases}$$
$$V = 10403916^{c3}$$
$$V \times 2{,}06 = 21432\ldots$$

que também é muito diferente de 552.

---

(1) Pág. 42.

Como o autor nos fala, a págs. 44, do cubo de 50 polegadas de aresta, calculemos o volume nessa unidade.

$$\begin{cases} h = 116^{c_1} \\ l = 183^{c_1} \end{cases}$$
$$V = 1294905^{c^2}.$$
$$V \times 2{,}06 = 2668\ldots$$

e também não dá 552.

Lembremo-nos agora de avaliar o volume da pirâmide nas nossas unidades, isto é, em metros cúbicos.

$$e = 232{,}805^{m}$$
$$h = 148{,}208^{m}$$
$$V = 2677381^{m3}$$
$$V \times 2{,}06 = 5515\ldots$$

encontramos agora o produto 5515... isto é, muito aproximadamente 552, que são os 3 primeiros algarismos da densidade média da Terra.

¿Em que unidade é que foi feito o cálculo do volume da pirâmide? O autor podia-nos dizer qual foi a unidade que adoptou.

As unidades lógicas são sem dúvida aquelas em que falámos, pois, empregando os egípcios na construção a polegada e o côvado, está indicado o emprêgo destas medidas cúbicas para avaliar volumes.

Ora, como vimos, só conseguimos encontrar os algarismos que se pretendem, isto é, 552, *empregando como unidade de volume o metro cúbico!*

Ora isso é que não é admissível. Os egípcios não podiam, de forma nenhuma, 2500 anos antes de Cristo, querer consagrar o número da densidade média da Terra avaliando volumes em metros cúbicos, porque o *metro foi criado em 1790,* isto é, há apenas 135 anos!

*
* *

E de resto não é o abade Moreux o primeiro que nos aparece a sustentar que a pirâmide de Khéops é um monumento scientífico. Já o engenheiro francês Jomard sustentou o mesmo. Vejamos o que nos diz J. Ebers:

«Assim Jomard e os seus sequazes, com uma sagacidade verdadeiramente aguda, tendo em conta as dimensões e o volume da construção, a orientação perfeitamente encaminhada aos quatro pontos cardeais, a projecção das aberturas perpendicular à estrêla polar, e outras observações da mesma natureza, pretenderam demonstrar que a pirâmide fôra destinada a fins scientíficos. Da sua perfeita orientação inferiram que tinha objecto astronómico; das suas dimensões, que devia ser um edifício métrico: isto é, a um tempo o padrão indestrutível das medidas típicas antigamente usadas no Egito, e também um monumento astrológico e cronológico. Sem desconhecer a sagacidade, de que dão prova semelhantes hipóteses, temos de convir em que se lhes não demonstrou suficientemente a plausibilidade. Segundo já dissemos, não se sabia, ao começar uma pirâmide, quais seriam exactamente as dimensões com que ficaria» (1).

*
* *

Portanto, considerar a Grande Pirâmide como a consagração da «sciência misteriosa dos faraós» não é nem uma idea nova nem uma hipótese suficientemente fundamentada.

João Carlos A. B. da Costa Sousa

(1) *Egipto*, por J. Ebers, pág. 207.

O DESACATO, QUE SE DIZ PRATICADO EM COIMBRA PELO ARCEBISPO DE BRAGA D. JOÃO PECULIAR, NÃO TEM BASE HISTÓRICA ACEITÁVEL (1)

Depois que Sua Ex.ª Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz D. Manuel Vieira de Matos, em Provisão de 12 de Março do ano corrente (2), me cometeu o encargo, tão honroso como difícil, de refundir e continuar a *Historia Eclesiastica de Braga*, publicada pelo seu venerável antecessor D. Rodrigo da Cunha em 1634-1635, dediquei-me com interêsse ao estudo dos *Fastos Episcopais da Igreja Primacial*, a fim de serem editados em livro.



MGR. JOSÉ AUGUSTO FERREIRA

---

(1) Tese apresentada ao Congresso de Sciências Luso-espanhol, reünido na cidade de Coimbra em Junho de 1925 (*).

(2) Esta Provisão foi publicada no Boletim arquidiocesano de Março de 1925, e, na sua parte dispositiva, compõe-se de dois artigos: no 1.º comete ao Autor o encargo da obra, e no 2.º trata da reorganização dos Cartórios eclesiásticos pela catalogação de todos os documentos de valor histórico.

(*) Extracto da obra em preparação: *Fastos Episcopais da Igreja de Braga.*

Noutro logar tive já ocasião de me referir, ainda que vagamente, às calúnias, de que foi vítima o Arcebispo D. Maurício, que, sendo um homem de envergadura superior, tão tristemente acabou na Torre de Fumon, perto de Alatri, em Itália.

A comunicação, que faço hoje a êste douto Congresso, versará sôbre outro Arcebispo de Braga igualmente caluniado.

O meu trabalho não é uma dissertação, mas apenas um traço biográfico de D. João Peculiar, que, tendo sido Mestre-Escola no Cabido da Sé desta cidade de Coimbra, Bispo do Pôrto, e um dos três fundadores do Mosteiro de Santa Cruz com D. Telo, Arcediago, e D. Miguel, Prior daquela Sé, desempenhou depois um papel importante na tomada de Lisboa, e ajudou enormemente o primeiro Rei português, D. Afonso Henriques, a fundar a independência da nossa Pátria.

Trata-se, pois, duma alta figura da nossa história, e, por isso, bem merecerá a atenção de V. Ex.as

Viterbo, no seu *Elucidario,* vb. «Bispo isento», afirma que D. João Peculiar, Arcebispo de Braga, tendo reivindicado os direitos metropolíticos no Bispado do Pôrto, onde entrou pela morte de D. Hugo, e donde foi promovido ao Arcebispado bracarense (1138), propôs-se reivindicá-los, pelos termos mais *indignos*, *incuriaes* e *despoticos*, no Bispado de Coimbra, no tempo do Bispo D. João Anaia (1146–1161), como se vê da *carta,* que êste Prelado escrevera ao Papa, a qual se encontra no *Livro Preto*, fl. 268, aliás 247 (1), e dela constam os inauditos desatinos daquele Arcebispo, «que chegou a calcar aos pés o Santissimo Sacramento».

---

(1) Cartulário da Sé de Coimbra do século XIII (comêço), cujo original está na Tôrre do Tombo. No Arquivo da Universidade de Coimbra existe, porém, uma cópia em dois volumes, onde, no II, fls. 520 e 521, se encontra a carta citada.

A carta referida por Viterbo está publicada por extracto no volume IX do *Quadro Elementar,* e nela expõe D. João Anaia, Bispo de Coimbra, «que no tempo de D. Bernardo, seu antecessor (1128–1145), roubara o Arcebispo de Braga, D. João Peculiar, dos celeiros episcopais, *só duma vez cem moios de trigo,* e que, cheio de furor, destruíra o altar da Igreja de S. João Evangelista, onde residia o Bispo, quebrando as cruzes, e *calcando aos pés o Corpo de Deus.*

«Que não só ordenara Regulares, mas também Seculares na Igreja de Santa Cruz, contra o preceito e privilégio do Papa Inocêncio II, e sem consenso do Bispo.

«Que no tempo dêle Bispo, D. João Anaia, sem lhe pedir licença, ousara consagrar o altar de Santa Cruz, e tinha separado de seu marido a filha de Paio Musilion, sem motivo algum e sem consentimento do Bispo, e a unira a outro. Que absolvera as pessoas excomungadas por êle, e praticara diversos outros actos contra a sua autoridade; finalmente que o suspendera do ofício episcopal, e, sem ser chamado e sem necessidade, visitara cinco vezes a Sede conimbricense, demorando-se por oito e quinze dias, acompanhado de grande número de pessoas, causando assim grave prejuizo e avultadas despesas ao Bispado».

Como V. Ex.^{as} vêem, êste documento é uma queixa, que se diz feita ao Papa contra o Arcebispo de Braga D. João Peculiar pelo Bispo de Coimbra D. João Anaia, não só de actos praticados no tempo do Bispo D. Bernardo, seu antecessor, mas também no tempo dêle mesmo D. João Anaia; portanto é o que se chama em calão policial uma parte carregada.

Contra a genuïnidade dêste documento militam os seguintes argumentos:

1.º esta queixa começa logo por um erro histórico grave; 2.º contém coisas tão extraordinárias, que não podem admitir-se sem discussão; 3.º não só não concorda com alguns documen-

tos da época respeitantes ao assunto, e de cuja autenticidade não pode duvidar-se, mas também contraria outros.

Esta minha tese não deve causar surprêsa aos eruditos; porquanto documentos suspeitos há-os geralmente em todos os cartulários; existem no *Fidei* de Braga e no *Censual* do Pôrto (1).

Como disse, o documento está registado no *Livro Preto;* porém de tal modo, que não é fácil saber-se se realmente é a cópia fiel e exacta duma queixa remetida ao Papa, ou aliás o rascunho duma queixa, que não chegou a ser enviada ao seu destino, ou se finalmente se trata duma falsificação feita por algum despeitado, em virtude do Arcebispo D. João Peculiar ter conseguido do Papa Eugénio III a Bula *Officii Nostri,* que de facto o reintegrou nos direitos metropolíticos da diocese de Coimbra, e pôsto assim têrmo à isenção de que gozou esta Igreja durante os últimos anos do Bispo D. Bernardo.

Como quer que seja, é certo que tal documento serviu de base a alguns escritores eclesiásticos de Coimbra, nomeadamente ao Cónego Pedro Álvares Nogueira (2) e seus compiladores, para afirmarem que entre D. João Anaia e D. João Peculiar, Arcebispo de Braga, houvera grandes diferenças, e daí as queixas ao Papa para remediar os excessos dêste Prelado.

---

(1) Vid. *Liber Fidei,* docs. n.os 9, 15 e 141. Quanto ao *Censual,* vid. Herculano, *Hist. de Portugal*, II, nota XXI, pág. 491.

(2) Cfr. *Livro das vidas dos Bispos da Sé de Coimbra* (cópia de D. António Caetano de Sousa), ms. 18 da Biblioteca Nacional. O Cónego Nogueira, conforme dizem os seus biógrafos, faleceu em 26 de Janeiro de 1597, e o ms. original da obra citada encontra-se no Arquivo da Universidade de Coimbra.

Do meu erudito amigo Sr. Pedro de Azevedo recebi cópia de alguns documentos da Biblioteca Nacional e da Tôrre do Tombo, os quais reconhecidamente agradeço.

Contudo os documentos da época não autorizam nem confirmam essas divergências entre D. João Anaia, Bispo de Coimbra, e D. João Peculiar, Arcebispo de Braga.

As divergências entre o Bispo de Coimbra e aquele Arcebispo de Braga, abonadas com documentos doutro género, foram com D. Bernardo, e não com D. João Anaia; todavia tais divergências limitaram-se a meros incidentes de jurisdição, e não passaram de nuvens ligeiras, como se demonstrará na seqüência dêste estudo.

Em todo o caso podemos dizer desde já que nessas diferenças nada houve de comum ou semelhante com as acusações gravíssimas constantes da queixa citada do *Livro Preto* (1).

Senão vejamos:

D. Tomás da Encarnação, na sua *Historia Eclesiastica Lusitana,* vol. 3.º, págs. 71-73, publica uma interessante *Memória* da Junta de Almedina, a que deu o nome de *Synodo Conimbricense*, cujos antecedentes são os seguintes: no tempo do Bispo D. Bernardo (1128-1145), com o seu aplauso, benevolência e protecção, fundou-se o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que recebeu em 1135 de Inocêncio II não só a aprovação apostólica do seu Instituto, mas também a isenção da jurisdição episcopal.

No princípio tudo correu na melhor harmonia, quere dizer, foram muito cordiais as relações entre os Cónegos do novo Mosteiro e o Bispo D. Bernardo: porém esses afectos e até

---

(1) D. Bernardo, Bispo de Coimbra, foi sagrado na Sé de Braga (Capela de S. Nicolau) pelo Arcebispo D. Paio, a quem prestou o juramento de obediência sendo ainda Bispo eleito, como consta do doc. n.º 548 do *Liber Fidei.*

D. João Peculiar, Arcebispo de Braga, por duas vezes, no seu regresso de Roma, visitou Coimbra, onde D. Bernardo o recebeu na Catedral em procissão, e hospedou-o no seu Paço. Vid. ***Gaveta dos Arcebispos,*** doc. n.º 4, no Arq. dist. de Braga.

serviços recíprocos tiveram em breve tempo uma grande quebra.

O novo Mosteiro, com a sua vida devota e piedosa, cartas de confraternidade, etc., começou a atrair para a sua Casa a simpatia e as esmolas dos fiéis, que preferiam enterrar-se no claustro do mesmo Convento, ao qual pagavam as benesses, e talvez os dízimos, recusando o pagamento dos direitos devidos à Igreja matriz, que ficava, por isso, prejudicada e desfalcada nos principais rendimentos, destinados à sustentação do clero e do culto público.

Daqui proveio o corte de relações, e depois discórdias graves entre os referidos Cónegos do novo Mosteiro e o Bispo D. Bernardo.

É possível ainda que não simpatizassem os ditos Cónegos com D. Bernardo, que tinha preterido no episcopado o seu (dêles) D. Telo.

O certo é, diz a citada *Memoria*, que circulando na voz pública que D. Bernardo *vendia os Beneficios*, tomaram os Cónegos de Santa Cruz a deliberação de chamar por *duas vezes* a Coimbra o Arcebispo de Braga D. João Peculiar, que fôra, como disse, um dos três fundadores daquele Mosteiro, para conferir as Ordens maiores aos seus Religiosos, afectando por êste modo separarem-se da comunidade do Bispo próprio, fazendo-se seus acusadores, e dando como provado o crime de simonia pela simples fama, que podia ser mentirosa, faltando assim ao respeito e reverência devida ao Bispo, e até às leis da caridade cristã.

O Bispo, diz a citada *Memoria,* proïbiu aos seus diocesanos que fizessem donativos ao Mosteiro, tanto de coisas eclesiásticas como profanas, e vedou igualmente aos fiéis a escolha de sepultura no claustro do mesmo Convento.

Emfim, quando os Cónegos estavam dispostos a mandar para Roma as suas queixas, veio a Coimbra o Cardial Guido de Vicos, Legado Apostólico, e na Igreja de S. João de

Almedina, no princípio de 1144, ajuntou as partes desavindas, ouviu os seus depoïmentos, e proferiu a sua decisão, que consta da referida *Memoria*.

É curioso que, tendo sido os Cónegos de Santa Cruz interrogados pelo Legado àcêrca das Ordenações conferidas pelo Arcebispo de Braga, sem licença do Prelado diocesano, disseram «que El Rei lhes tinha proibido responder».

O Cardial declarou então que êles Cónegos não tinham competência para julgar o Bispo, e muito menos negar-lhe a obediência devida, emquanto a Santa Sé não interpusesse a sua autoridade.

Os Cónegos de Santa Cruz, por conselho do Cardial, conclui a citada *Memoria,* mandaram um dos seus confrades, Pedro Salomónides, em companhia do Arcebispo de Braga D. João Peculiar, que nessa ocasião ia para a Cúria, e pediram a Lúcio II a confirmação dos seus privilégios e isenções, que lhes foi concedida pela Bula *Ad hoc universalis Ecclesia*, de 18 de Fevereiro de 1145.

Esta *Memoria* de Santa Cruz encontra-se substancialmente confirmada no *Livro Preto* por um documento da época, derivado da mencionada controvérsia: é a Bula *Gravamen et molestias*, dirigida em 8 de Fevereiro de 1143(?) ao Arcebispo de Braga D. João Peculiar, por queixa de D. Bernardo, determinando ao Arcebispo que não devia intrometer-se nas coisas da diocese de Coimbra sem consenso do seu Bispo.

Nesta Bula *Gravamen et molestias* Inocêncio II diz que soube, por comunicação de D. Bernardo, que êle, Arcebispo de Braga, fizera um certo Religioso Abade da Igreja de S. Cristóvão, de Coimbra, contra a vontade do Bispo, e não receia ordenar os clérigos e fazer outras coisas que pertencem ao direito episcopal(1).

---

(1) Cf. Santos Abranches, *Summa do Bullario portuguez*, pág. 240.

Vistos e ponderados estes documentos referentes às divergências entre o Bispo D. Bernardo e o Arcebispo D. João Peculiar, não há neles alusão sequer a êsse estupendo roubo de cem moios, isto é, de 6:000 alqueires de trigo, praticado nos celeiros episcopais de Coimbra *duma só vez* pelo Arcebispo de Braga, nem ao nefando sacrilégio cometido pùblicamente pelo mesmo Arcebispo, calcando aos pés a Hóstia Santa, sem que ninguém o detivesse; dêles também não consta, nem doutros, que tivessem sido infligidas ao Arcebispo de Braga censuras e penas canónicas, sobretudo por êste último crime tão horrendo e que se diz tão público.

E agora pergunto: quem acreditaria sem provas num facto desta natureza, que repugnaria ao próprio Lutero?

Por menos foi excomungado e deposto o Arcebispo de Braga D. Maurício (1118); porquanto, se êste consentiu em ser eleito anti-papa, o outro, no hipotético documento, calcou aos pés o próprio Deus; ora D. João Peculiar morreu tranqüilamente, na provecta idade de cem anos, no seu Paço arquiepiscopal de Braga, em 3 de Dezembro de 1175(1).

Então D. João Peculiar, homem cultíssimo, educado em França, e que deixou o Cabido da Sé de Coimbra, a que pertencera, para viver no Mosteiro de Santa Cruz uma vida reformada e santa, seria capaz, encontrando-se demais em idade madura, de cometer esses tremendos crimes, acompanhados de circunstâncias que por si mesmas os tornam incríveis?

Viterbo devia ter examinado melhor êste caso, e não invocar contra o Arcebispo de Braga um documento que por

---

(1) Vid. Cunha, *Hist. Ecl. de Braga*, II, pág. 68; e *Inquirição e depoimentos das testemunhas sôbre a questão da primazia de Braga contra Toledo*, no *Rerum memorabilium*, I, págs. 11 e segs., no Arq. dist. de Braga.

si só nada vale, visto ser apenas a cópia duma queixa, que não está confirmada por subseqüente processo e sentença final.

Mas, poderia alguém objectar que seria, posteriormente, em revindicta da acusação feita por D. Bernardo ao Papa Inocêncio II, que cometeria o Arcebispo de Braga os desacatos a êle imputados na carta atribuída a D. João Anaia; todavia a objecção não colhe, não só pelas razões apresentadas, mas também e decisivamente por outras que vão seguir-se.

Eu mesmo não acredito que D. João Anaia (1146-1161), antigo Prior da Sé e fidalgo da mais alta linhagem, formulasse tal queixa contra o Arcebispo de Braga D. João Peculiar.

Na inquirição das testemunhas sôbre a contenda entre Braga e Compostela, por causa dos Bispados sufragâneos de *Coimbra, Vizeu, Lamego* e *Guarda,* feita no tempo do Arcebispo D. Godinho (1175-1188), as quais depuseram concretamente àcêrca das relações entre o Metropolita de Braga e os Bispados em questão, sobretudo no tempo de D. João Peculiar, não há em todos esses depoïmentos a menor alusão aos factos estupendos, dos quais o *Livro Preto* acusa o Arcebispo de Braga.

E, é notável que, quando as testemunhas por parte de Braga afirmam terem sido cordiais as relações entre D. João Peculiar e os Bispos de Coimbra D. Bernardo e D. João Anaia, nenhum dêsses depoïmentos foi contraditado pelas testemunhas produzidas por parte de Compostela!

Essa questão agravou-se no Concílio geral de Valladolid, presidido pelo Cardial Jacinto, Legado Apostólico, em 25 de Janeiro de 1155 (1), estando presentes Afonso VII e seu

---

(1) Vid. Aguirre, *Concílios de Espanha,* V, pág. 69, *Concilium Vallis-Oletanum.*

filho D. Sancho; pois, a-pesar-disso, aí não se fêz a menor referência às supostas acusações do *Livro Preto,* que, se fôssem verdadeiras, dada a tenção dos partidários de Compostela, o Arcebispo de Braga certamente não seria por êles poupado a tal respeito naquela assembleia.

Dos referidos depoimentos consta positivamente que D. João Anaia foi sagrado por D. João Peculiar em Coimbra, *na Igreja de Santa Maria;* aí D. João Anaia prestou ao Arcebispo de Braga a obediência canónica, cujo têrmo está registado no *Liber Fidei* com o n.º 216; e, mais tarde, quando o mesmo Arcebispo voltou a Coimbra, foi por D. João Anaia recebido em procissão, segundo o costume da época praticado para com os Metropolitas pelos Sufragâneos (1).

O doc. n.º 417 do referido cartulário diz-nos que D. João Anaia estivera no Concilio provincial de Braga, reünido por D. João Peculiar no princípio do ano de 1148; no *Rerum Memorabilium*, II, fl. 11 v., encontra-se registada a Bula de Eugénio III, *Officii Nostri*, de 8 de Setembro de 1148, que restituíu ao Arcebispo de Braga D. João Peculiar, e aos seus sucessores, a jurisdição metropolítica no Bispado de Coimbra, não havendo, portanto, aqui os *termos incuriais,* de que fala Viterbo; demais: o documento do *Livro Preto* está mal feito, e as suas primeiras palavras denunciam logo a invenção, pois começa dêste modo: «*Johannes Bracarensis Archiepiscopus, quem ecclesia Colimbrie cum nihil esset in filium adoptavit, quem ego Johannes Colimbrie episcopus tempore mei prioratus canonicum constitui*». . . . .

. . . . . .

Quer dizer, D. João Peculiar entrou para o Cabido da Sé de Coimbra pela mão de D. João Anaia no tempo do seu Priorado . . . . . .

---

(1) Vid. *Gaveta dos Arcebispos*, doc. n.º 4, no Arq. dist. de Braga

Ora isto não é exacto.

O Prior da Sé de Coimbra, quando D. João Peculiar fazia parte do Cabido desta Igreja, era D. Miguel, que, com êle e D. Telo, Arcediago, como disse, saíu para fundar em 1131 o Mosteiro de Santa Cruz, e depois foi Bispo conimbricense.

O Priorado de D. João Anaia é posterior àquela fundação.

D. João Anaia era Prior da Sé de Coimbra em 1137, como se vê do documento publicado na *Hist. Ecl. Lusitana,* III, pág. 149-150, e na mesma dignidade, por certo, se manteve até ser assunto ao Episcopado.

Mais ainda: se tivesse sido provada a acusação dos factos incriminados, atribuídos na primeira parte da suposta queixa de D. João Anaia ao Arcebispo de Braga no tempo do Bispo D. Bernardo, factos, que, pela sua extrema gravidade, êste Prelado não deixaria também de relatar ao Papa, cuja resposta seria certamente outra Bula, na qual deporia o Arcebispo como herege e infame, a queixa de D. João Anaia, imediato sucessor de D. Bernardo, e, portanto, o citado documento do *Livro Preto* não teria razão de ser.

Finalmente nem no Bulário de Braga nem no de Coimbra se encontra texto algum pontifício, que désse satisfação às gravíssimas queixas formuladas no *Livro Preto* contra o Arcebispo de Braga D. João Peculiar; donde é lícito inferir tratar-se dum documento apocrifo, e porisso sem valor algum.

Concluindo, diz-se no referido documento que D. João Peculiar suspendera o Bispo D. João Anaia do ofício episcopal; ora êste excesso de jurisdição e violência, inexplicável num Arcebispo tão santo e tão douto, é certamente uma derivação do caso contado por Hoveden, cronista inglez do princípio do século XIII.

Relata aquele historiador na sua *Crónica* // que, vindo a

Portugal o Cardial Jacinto, Legado Apostólico, pretendera suspender dos ofícios episcopais o Bispo de Coimbra e outros; porém que El Rei se opusera a isto, e mandara sair o Cardial dos seus Estados //(1).

Êste caso fantástico, sabem-no todos, deu origem a outra fábula, como a do Bispo negro.

D. Bernardo era Monge beneditino, dos chamados *Negros* pela cor do hábito, feito Bispo de Coimbra pela influência de D. Afonso Henriques; daí imaginou-se e escreveu-se que o Rei tinha posto na Sé de Coimbra um *Bispo negro* ou antes *um negro por Bispo*.

Como se disse que D. Afonso Henriques mandara sair quanto antes dos seus Estados o Legado Apostólico, daí fantasiou-se e escreveu-se também que o tinha agarrado pelo pescoço, e ameaçado com a sua terrível espada, etc. (2).

Porque D. João Peculiar, um dos três fundadores do Mosteiro de Santa Cruz, veiu aqui dar duas Ordenações aos Religiosos desta Casa em divergência com o Bispo D. Bernardo, e ainda porque, conseguindo do Papa Eugénio III a mencionada Bula *Officii Nostri*, pôs ponto na isenção de que gozou a Igreja de Coimbra nos últimos anos do dito Bispo D. Bernardo, daí derivou certamente para o *Livro Preto* o documento tantas vezes citado, que Viterbo confundiu ou estropiou escrevendo que a jurisdição metropolítica do Arcebispo de Braga no Bispado de Coimbra fora por aquele Prelado reivindicada por meios tão *incuriais, indignos* e *despoticos*, que chegou a calcar aos pés o Santíssimo Sacramento!

---

(1) Cf. *Mon. Lusitana*, III, págs. 129-130.

(2) Vid. *Crónicas breves, etc.*, de Santa Cruz de Coimbra, nos *Port. Mon. Hist., Scriptores*, pág. 28.

Aquelas duas fábulas poderão ser irrisórias, esta, agravada ainda pela fantasia de Viterbo, é manifestamente infeliz.

Braga, 10 de Junho de 1925,
dia aniversário da morte de Camões.

Ugr. J. Augusto Ferreira.

TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO SIMPLES DA «TEORIA DA RELATIVIDADE RESTRITA»

(Cont. do n.º 3, pág. 374)

PARTE 2.ª — DISCUSSÃO DAS FÓRMULAS

A conceção sintética do movimento aparente — isto é, como o vemos —, tão elementar, vai-nos permitir uma discussão firme, de alguns casos em que se aplicam as fórmulas da «Relatividade Restricta», e tirar algumas conclusões definitivas.

I. — *Considerações sóbre velocidade.* — Pela nossa noção geral, da mesma maneira que, para medirmos um comprimento o comparamos com um *padrão,* para apreciarmos um movimento temos que o comparar com outro, tendo-se para isso aceite, por causa da sua permanência, o movimento de *rotação da Terra.* Esta operação é feita por intermédio de um instrumento, o *relógio,* que nos dá o *tempo.* Assim, o movimento é definido pela velocidade, coëficiente (constante no movimento uniforme), que é a relação entre um certo caminho rígido, e o intervalo de tempo absoluto em que êle foi percorrido, por exemplo, um segundo de um relógio sideral, cujo ponteiro de segundos dá 1440 voltas emquanto a Terra faz uma rotação completa. A velocidade crescerá pois indefinidamente, à proporção que fôr crescendo o caminho percorrido no mesmo intervalo de tempo.

Ora, em Relatividade, as partidas e chegadas são lidas em relógios *diferentes*, os quais dão *horas ópticas*, porque foram regulados em dependência da propagação da Luz, que não é instantânea; por isso, um móvel que, em um minuto medido pelo mesmo relógio, percorra um caminho duplo do de outro móvel, pode não ter sôbre êste uma *velocidade relativista* dobrada.

Esta velocidade, quociente do caminho pelo tempo relativista, afasta-se portanto da noção geral que atribúi uma velocidade muito grande a um móvel muito velox, sem dependência da propagação da Luz. Tal velocidade depende do critério relativista, que aceita como simultâneo o que se passa à mesma hora de relógios diferentes, hipótese esta convencional que presidiu á dedução das fórmulas da Relatividade.

Mas a experiência do *tubo do vácuo,* de 1925, provou que é possível *vêrmos* no mesmo ponto, em *instantes diferentes,* o relâmpago luminoso chegado lá *à mesma hora* de relógios diferentes regulados à maneira relativista, pelo processo dos relâmpagos luminosos equidistantes: isto é, a *simultaneidade relativa* é só convencional, porque se afasta da realidade; ela falseia o princípio fundamental, que manda definir o movimento pela sua comparação com a rotação da Terra.

No estudo que se segue, aceitaremos, como definição de *velocidade* o coëficiente V da fórmula

$$X = VT$$

que liga o caminho percorrido, X, ao tempo T.

II. — Se, para determinação da velocidade, aceitarmos o critério geral de ler as horas em um mesmo relógio, o da origem K_0 por exemplo, e as distâncias segundo a kilo-

metragem do sistema K′, concluiremos para velocidade do relógio K_0 (ver a figura)

$$V = \frac{x - x'}{T} = \frac{x^2 - x'^2}{2xx'} = \frac{x^2 - x'^2}{x^2 + x'^2} \cdot \frac{x^2 + x'^2}{2xx'} = \beta v.$$

Analogamente, a velocidade da luz sôbre a via será

$$C = \frac{x + x'}{2} \cdot \frac{1}{T} = \frac{(x + x')^2}{4xx'},$$

ao passo que a velocidade do trem sôbre a via será

$$V' = \frac{x - x'}{2T} = \frac{x^2 - x'^2}{4xx'}.$$

Assim, V′ será igual a C quando

$$x - x' = x + x'.$$

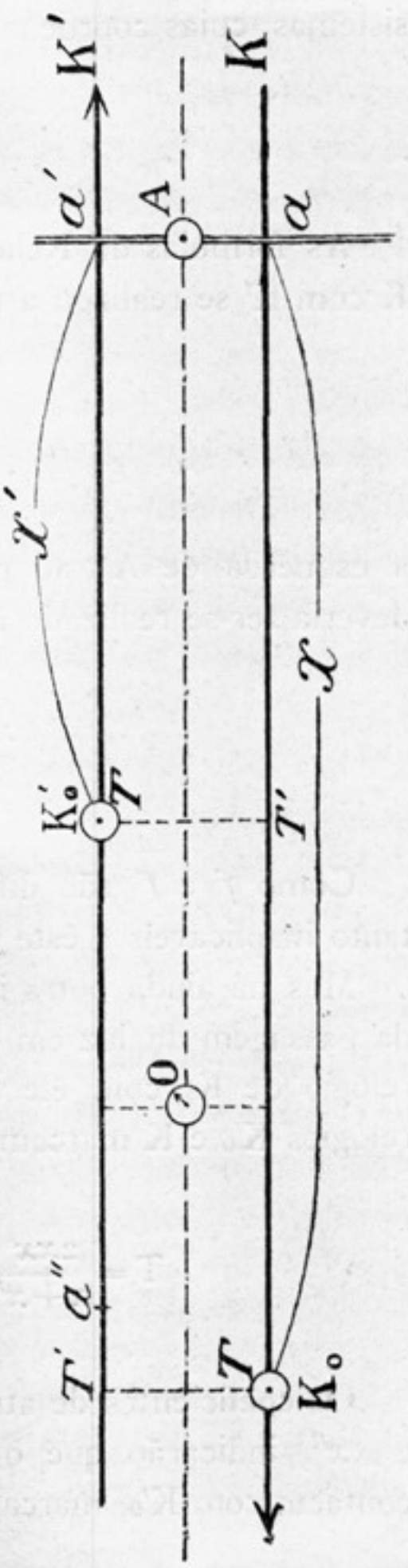
Neste caso, as *velocidades reais* da luz e dos móveis sôbre a via — visto terem desaparecido as deformações aparentes, por nos servirmos de um só relógio, K_0 — serão

$$C = \frac{x^2}{0} = \infty \quad \text{e} \quad V' = \frac{x^2}{0} = \infty;$$

isto é, quando a velocidade relativista de um sistema atingir o valor máximo imaginável, que supomos a velocidade da Luz, esta velocidade, pelos relógios das origens K_0 e K'_0, não será realmente 300.000 K. S., *mas infinita*.

Em resumo, o número, que exprime a *velocidade* correspondente a um certo deslocamento medido, variará conforme

adotarmos o critério geral, ou o critério relativista. Por isso quando êste pretende que a velocidade dos móveis não pode exceder a da Luz, ao passo que um absolutista acredita no contrário, *ambos tem razão;* porque êles determinam a velocidade de uma maneira diferente. Assim, visto que a *velocidade* não é o resultado de uma medida directa, como o são os caminhos x, x', etc., e as horas t, t', T, T', etc., as fórmulas que deduzimos são mais claras que as de Einstein, em que figura a velocidade, e prestam-se a uma interpretação e discussão mais nítidas e concretas. Nelas não se encontram radicais, susceptíveis de se tornarem imaginários, embaraçando a sua interpretação.



III. — Considerêmos agora o movimento simultâneo de três sistemas, sôbre a mesma via de referência, com velocidades ligadas pela fórmula geral

$$w = v'' = \frac{v + v'}{1 + vv'}.$$

Á partida de um relampago luminoso do ponto O da via, as três origens estavam em contacto, e os respectivos relógios, K_0, K'_0, K''_0, marcavam todos zero; à chegada do relâmpago

a A, êste ponto estaria em contacto com três pontos dos sistemas, cujas coordenadas seriam

$$x,\ x',\ x''.$$

As fórmulas da Relatividade aceitam que o contacto de K com K′ se realizou a uma distância

$$\frac{x+x'}{2}=f$$

à esquerda de A; ao passo que o contacto de K′ com K″ deveria ter-se realizado à uma distâecia

$$\frac{x'+x''}{2}=f'.$$

Como f e f' são diferentes, aquelas fórmulas são portanto inaplicáveis a êste caso rial.

Mas há ainda outra incompatibilidade. Se, no momento da passagem da luz em A fotografarmos o relógio K'_0 e o relógio de K, com êle em contacto, concluiremos que os relógios K'_0 e K marcam as horas

$$T=\frac{2xx'}{x+x'},\quad e\quad T'=\frac{x^2+x'^2}{x+x'}.$$

Os coëficientes de atrazamento α' e α'', dos grupos $x'x''$ e xx'', indicarão que o relógio de K″, nesse momento em contacto com K'_0, marcará uma hora

$$\frac{x}{x''}\cdot\frac{x'^2+x''^2}{x+x'},$$

hora à qual êsse relógio distará da sua origem K''_0, em lugar do comprimento $x''-x'$, que foi fotografado, um comprimento diferente

$$D=(x''-x')\frac{x(x'+x'')}{x''(x+x')};$$

além disso, desta distância D, resultam para o relógio da origem, K''_0, horas diversas, conforme as calculemos pelo coëficiente α' ou α''.

Em vista desta impossibilidade material de fazermos aos relógios de cada sistema duas adaptações diferentes, e portanto de o mesmo relógio estar no mesmo instante em lugares diferentes, e marcando horas diferentes, concluiremos que as fórmulas da Relatividade não são aplicáveis ao caso possível do movimento simultâneo de três ou mais sistemas.

Estas fórmulas exijem pois uma *reciprocidade geral* que é impossível: de resto seria inaceitável a ideia de, por meio de um mesmo relâmpago luminoso, obtermos várias regulações para os relógios de um mesmo sistema móvel; e a regulação de relógios, pelas fórmulas deduzidas, funda-se na concepção de um relâmpago especial para cada par de sistemas.

Para podermos estudar o movimento relativo de vários sistemas em contacto — como é o do tubo de Fizeau, que compreende a Terra, a água, e a luz na água — temos de deduzir fórmulas fundadas na hipótese de, de cada ponto, partir em cada instante um só relâmpago luminoso, independente.

IV. — Estudemos portanto o movimento dos sistemas, supondo-os em número indefinido; e admitamos, para cada sistema, um só tempo próprio, que procuraremos adaptar ao princípio fundamental da isotropia da Luz, e conseqüente

processo de regular relógios equidistantes, por meio de relâmpagos.

Para evitar a confusão com misteriosas propriedades físicas da Luz, suponhamos que há um aeroplano *voando* com velocidade uniforme ao longo de uma via de referência, e transportando um cronómetro, idêntico aos relógios dessa estrada, todos regulados pela rotação da Terra.

Consideremos também um trem K, correndo com velolocidade uniforme, inferior à do aeroplano, ao longo da mesma estrada; o seu cronómetro da origem das coordenadas passou em contacto com um relógio padrão O da via, à mesma hora zero em que lá passou o aeroplano. Tomando para unidade o comprimento percorrido por êste em um segundo, no fim de H segundos do relógio da base, ou do cronómetro invariante do aeroplano, êle terá percorrido sôbre a estrada a distância X, e teremos

$$X = cH, \text{ ou } X = H.$$

Consideremos independentes o trem e o aeroplano; para que a velocidade dêste a respeito do trem seja também unidade, é preciso que os cronómetros do trem vão indicando um número de segundos igual ao número de unidades percorridas pelo aeroplano sôbre o trem, desde a origem K_0, ao qual chamaremos x.

Neste instante a velocidade do trem sôbre a estrada será

$$V = \frac{H - x}{H};$$

Como H é também o tempo que marca o relógio do trem em contacto com o ponto O, V será também o valor da velocidade da estrada a respeito do trem.

Suponhamos que, algum tempo antes, à hora h segundos

do relógio padrão, passa em frente dêle um outro aeroplano, idêntico ao primeiro, e dotado da mesma velocidade. Se o trem K já tiver andado sôbre a base a distância *d*, termos pois

$$V = \frac{H - x}{H} = \frac{d}{h} = \frac{H - x - d}{H - h};$$

o regundo aeroplano, à hora H, estará atrás do primeiro, sôbre o trem uma distância

$$f = H - (H - h) = h.$$

Êste aeroplano, por princípio fundamental, deverá sempre ir lendo sôbre o sistema móvei K, alem da hora *h,* mais um número de segundos igual ao número de unidades percorridas sôbre o trem; à hora H da estrada êle deverá ler sôbre o sistema K

$$h + d + x - f = h + d + x - h = (d + x) \text{ segundos.}$$

A diferença entre esta hora e a que no mesmo instante observa o primeiro aeroplano sôbre o trem K é

$$\Delta = (d + x) - x = d = hV = fV \text{ segundos.}$$

Esta diferença é pois proporcional, segundo a constante V, à distância *f*. Assim as horas do sistema móvel estarão, no mesmo instante absoluto, distribuídas ao longo dêle em progressão arimética, decrescente no sentido do movimento. E não esqueceremos que, por condição fundamental, o padrão O lerá sempre, no contacto com o sistema K (à distância zero portanto) a mesma hora H.

Teremos pois

$$V = \alpha = \frac{H - x}{H} \quad \text{ou} \quad x = H(1 - V);$$

donde se conclue que o cronómetro da origem K_0 marcará o tempo

$$T = x + Vx = x(1 + V) = x\frac{2H - x}{H} = H(1 - V^2).$$

Se tivessemos supôsto que o segundo aeroplano se movia em sentido contrário do primeiro, entre as horas h e H, êle caminharia, no sistema K, a distância

$$(H - x) - d + (H - h) = 2H - x - d - h,$$

e concluiríamos

$$\Delta = V(2H - h);$$

ora a distância $2H - h$ é exactamente a distância entre os dois aeroplanos à hora H; logo as horas também, nêste caso, variam ao longo do sistema K segundo o mesmo coëficiente α ou V, positivo ou negativo.

Se agora substituirmos os aeroplanos por relâmpagos luminosos, propagando-se a 300:000 K. S. ao longo da estrada em repouso — ou *Ether* —, onde o tempo seja absoluto, isto é, independente daquela regulação especial, as fórmulas serão as mesmas que acabamos de deduzir, e garantirão a *isotropia* da Luz, a respeito de qualquer sistema móvel. Identicamente, regulando os cronómetros pelo som, se conseguiria a *isotropia* teórica do *som*.

O coëficiente α, velocidade própria de cada sistema em relação à mesma referência, é independente de considerações de *reciprocidade,* com que não contamos na dedução das fórmulas. Chamaremos êste processo de regular cronómetros,

fundado na hipótese da *simultaneidade relativa*, o processo dos *relâmpagos equidistantes*.

V. — Se fizermos correr sôbre a estrada de referência, simultâneamente dois sistemas independentes, K e K′ — dotados de velocidade V e V′, e de modo que as suas origens, K_0 e K'_0, marquem, à passagem sôbre o relógio padrão, como êle também, zero segundos, quando o mesmo relâmpago luminoso tiver percorrido sôbre êles as distâncias x e x', teremos para as origens, respectivamente as horas

$$K_0 \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots T = x + Vx = x + \alpha x$$
$$K'_0 \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots T' = x' + V' x' = x' + \alpha' x'$$

Neste momento, H segundos da base de referência, o relógio K'_0 estará em contacto com um cronómetro de K, que marcará uma hora f tal que

$$f = x + V x';$$

e, visto ser

$$x = H(1 - V) \quad \text{e} \quad x' = H(1 - V')$$

a relação entre as duas horas dos cronómetros em contacto dará a deformação aparente das horas, que é

$$\frac{T'}{f} = \frac{x' + V' x'}{x + V x'} = \frac{1 - V'^2}{1 - VV'} = \delta'.$$

Analogamente, se considerarmos em K′ um *comparador* do comprimento $x - x'$, por exemplo, e lêrmos a distancia correspondente de K, quando os dois cronómetros extremos do comparador marcam a mesma hora f, teremos a proporção

$$\frac{x - x'}{T'} = \frac{(x - x') + d}{f} \quad \text{ou} \quad \frac{x - x'}{x - x' + d} = \frac{T'}{f} = \delta',$$

valor êste igual ao já deduzido para coëficiente de deformação das horas.

Nesta deformação não há, — como houve nas velocidades — reciprocidade; a deformação de K′ em relação a K, seria

$$\delta = \frac{1 - V^2}{1 - VV'};$$

êste coëficiente será portanto maior ou menor que a unidade, conforme tivermos

$$V > V' \quad \text{ou} \quad V' > V.$$

Se um dos sistemas fôr a base de referência, onde $V = \alpha = 0$, teremos,

$$\delta' = 1 - V'^2 = \theta \quad \text{e} \quad \delta = 1:$$

assim, a deformação aparente tanto pode ser contracção como dilatação, ao contrário do que afirmam os relativistas.

VI. — Notemos também que, em um ponto de contacto do sistema com a base, à distância d do ponto O, os relógios devem marcar

base..... H segundos;
K..... $(H - dV)$ segundos;

donde se conclue que os habitantes da base tem a impressão de que os relógios do sistema K tem um andamento igual ao do padrão O; ao passo que os habitantes de qualquer ponto de K irão vendo sucessivamente adiantados os relógios da base. Neste caso também *não há*, pois, reciprocidade.

VII. — Estudemos, servindo-nos destas novas fórmulas, a composição de velocidades.

As velocidades de dois sistemas, K e K′, sôbre a base, são, como vimos

$$V=\frac{H-x}{H} \quad e \quad V'=\frac{H-x'}{H}.$$

No fim de H segundos o ponto H'_0 avançou sôbre K a distância $x-x'$, e atingiu um cronómetro de K, que marca

$$(x+Vx') \text{ segundos.}$$

A velocidade de K′ observada de K, é portanto

$$v'=w=\frac{x-x'}{x+Vx'}$$

E, reciprocamente, a velocidade de K sôbre K′ é igual e de sentido contrário a v', isto é,

$$v=w=\frac{x'-x}{x'+V'x},$$

o que é fácil verificar. Destas quatro fórmulas, por meio de substituições e eliminações, conclue-se que a velocidade recíproca de K sôbre K′, ou vice-versa, conhecidas as velocidades V e V′, de K e K′ *sobre a base*, tem o valor

$$w=\frac{V-V'}{1-VV'},$$

fórmula esta perfeitamente análoga às da Relatividade

$$w = \frac{V + V'}{1 + V V'} \quad \text{e} \quad w' = \frac{V + V' + V'' + V V' V''}{1 + V V' + V V'' + V' V''},$$

se considerarmos que ela aceita como positivas as velocidades opostas, cujo efeito se soma. Tais fórmulas são pois gerais, porque se aplicam a quaisquer sistemas independentes, visto que foram agora deduzidas sem a primitiva condição de reciprocidade entre os sistemas e a base.

Conclue-se também que a composição de velocidades, referidas ao tempo H da base, será feita por meio de soma algébrica, como os caminhos percorridos, obtendo-se assim a *velocidade absoluta,* diferente da *velocidade relativista.*

VIII. — Como vimos, os relógios K_0, K'_0, etc., das origens, ao passarem em contacto com o padrão O, marcavam, como êle, zero; mas, no momento absoluto em que todos os relógios da via marcarem H segundos, o cronómetro K_0 marcará

$$T = x + V x = H(1 - \alpha^2) \quad \text{donde} \quad \frac{T}{H} = 1 - V^2.$$

Assim, à medida que V fôr decrescendo, T tenderá para H; ao contrário, à medida que a velocidade fôr crescendo, x irá tendendo para zero, até que, quando a velocidade do móvel fôr unidade, ou igual á da Luz, teremos

$$x = 0; \quad \alpha = 1; \quad \text{e} \quad T = 0;$$

isto é, os cronómetros do sistema K *estarão constantemente parados* (em relação ao tempo absoluto, que representa o movimento de rotação da Terra), marcando K_0 a hora zero.

Donde se conclue que os relógios móveis, para garantirem a isotropia da luz nos respectivos sistemas, *terão um andamento mais lento* que os relógios da base, os quais supomos regulados pelo movimento de rotação da Terra, invariante, e independente da velocidade, quer dos móveis, quer da Luz. Não se trata aqui do atraso aparente de um cronómetro, em resultado de o compararmos com relógios que êle vai sucessivamente encontrando, e que marcam horas diferentes *no mesmo instante absoluto;* trata-se do atraso proveniente da comparação com os relógios da via, os quais, por hipótese, estão sincronisados por um processo independente da propagação da Luz.

Esta diferença de andamentos torna-se fácil de verificação, por meio de dois sistemas recíprocos, K e K′, cujos relôgios, devendo ter o mesmo andamento real, *marcam a mesma hora no mesmo instante absoluto:* se, sucessivamente, compararmos o relógio origem de um terceiro sistema móvel mais rápido, K″, primeiro com o relógio K_0, e depois com K'_0 (à passagem em contacto com êles) veremos que os intervalos de tempo variaram, sendo os andamentos dos relógios na proporção

$$\frac{T}{T''} = \frac{1 - V^2}{1 - V''^2}.$$

Os andamentos dos relógios móveis regulados por relâmpagos variarão pois conforme a sua velocidade em relação à base de propagação da luz; e tornar-se-ão nulos quando a velocidade de translação for igual à da Luz. Ao contrário, quando essa velocidade fôr nula — e é êste o caso do relógio padrão O — o andamento dos relógios será o mais rápido. Como êsse andamento, por hipótese, não varia pelo transporte, temos aqui uma maneira de comparar entre si os diferentes relógios; e tanto dessa diferença, como da deformação aparente dos comparadores, poderemos, pelas

fórmulas conhecidas, deduzir a *velocidade relativa* dos diferentes móveis, e o *tempo absoluto,* que é independente de qualquer propagação, como a da Luz, a do som, etc.

É êste o tempo dos nossos relógios comuns, e não o tempo dos relógios pertencentes a sistemas móveis em relação à base de propagação da luz, e regulados pelo processo dos relâmpagos equidistantes.

IX. — Aplicando as fórmulas gerais ao caso de dois sistemas *recíprocos,* isto é percorrendo sôbre a via, em sentidos contrários, e em H segundos do relógio padrão, caminhos iguais a

$$\frac{x-x'}{2},$$

concluiremos, sendo α o coëficiente de atrazamento dos seus cronómetros,

$$H=\frac{x+x'}{2};\quad V=\frac{H-x}{H};\quad V'=\frac{H-x'}{H}$$

$$\alpha=-\alpha'=V'=-V=\frac{x-H}{H}=\frac{H-x'}{H}=\frac{x-x'}{x+x'}$$

$$\nu=\frac{\alpha-\alpha'}{1-\alpha\alpha'}=\frac{x^2-x'^2}{x^2+x'^2}$$

$$T=x\,\frac{2H-x}{H}=T'=\frac{2xx'}{x+x'}$$

$$\delta=\frac{1-\alpha^2}{1-\alpha\alpha'}=\delta'=\beta=\frac{2xx'}{x^2+x'^2}=\frac{1-\alpha^2}{1+\alpha^2}.$$

Assim chegaremos às mesmas fórmulas da Relatividade Restrita, as quais, portanto, só são aplicáveis ao caso de dois sistemas *recíprocos,* isto é dotados de velocidades iguais e contrárias, em relação ao meio ideal onde a luz se propaga. Quando pretendamos aplicál-as ao movimento de um objecto

atravez desse meio, atribuiremos a êste uma velocidade igual e contrária, em relação a um outro *Ether* em repouso, base ideal que é o fundamento da Relatividade-Recíproca. Teríamos assim de admitir, para a base de referência (onde o relâmpago foi produzido) um número indefinido de movimentos, tantos quantos os sistemas, impossibilidade inconciliável com a hipótese donde partimos, ao deduzir as fórmulas da Relatividade Nova.

X. — Ocorrerá naturalmente averiguar, registando as observações por meio da fotografia instantânea, — e admitindo que os raios químicos tem no vácuo uma velocidade de propagação igual à da Luz — quais as fórmulas correspondentes à realidade.

Suponhamos ligado ao sistema K um comparador *ab*, de comprimento $2x$, tendo a meio, no ponto M, uma máquina fotográfica, destinada a funcionar à passagem do relâmpago luminoso, que partiu do ponto O, quando, à hora zero, êle estiver em coincidência com a extremidade *a* do comparador, e com a origem K'_0, de qualquer outro sistema móvel.

Passados *h* segundos do relógio O, tendo o comparador caminhado *d* sôbre a referência, o relógio da sua extremidade avançada *b*, marcará por sua vez zero; nesse momento o relógio padrão marcará *h*, e teremos

$$V = \frac{H - x}{H} = \frac{d}{h} \quad \text{e} \quad h = \frac{d\,H}{H - x}.$$

O ponto *b* distará então da origem $2x + d$, e estará em contacto com pontos de outros sistemas, cujos relógios marcarão as horas b', b'', b''', etc. Se nesse momento partir de lá um relâmpago, já sabemos que êle, depois de percorrer sôbre o comparador a distância *x*, encontrar-se-há no ponto M, à hora H da base, com o relâmpago partido de *a* à hora

zero. Estes relâmpagos iluminarão o relógio local do sistema K, que marcará x segundos, em contacto com relógios de outros sistemas, marcando x', x'', etc. Na mesma fotografia instantânea registaremos, portanto, horas de *três instantes diferentes,* que são, em resumo,

Base	o^s	h^s	H^s
Comparador.....	o	o	x
Sistema K'.....	o	b'	x'
Sistema K''	o	b''	x''

Com estes resultados da observação, poderemos estabelecer as seguintes equações

$$h-(2x+d)\,V=o \quad \text{e} \quad h-(2x+d)\,V'=b';$$

e combinando-as com as fórmulas conhecidas

$$h=d\frac{H}{H-x}, \quad V=\frac{H-x}{H}, \quad V'=\frac{H-x'}{H},$$

substituindo e resolvendo, obtem-se

$$H=\frac{b'x}{2(x-x'+b')}; \quad d=\frac{2H}{1+V}\frac{V^2}{}; \quad h=\frac{2H\,V}{1+V}.$$

Estas fórmulas foram deduzidas na hipótese de relógios regulados por meio de relâmpagos equidistantes, servindo para todos o mesmo par de relâmpagos, em lugar da inadmissível multiplicidade de relâmpagos que exigiria a reciprocidade de todos os sistemas, dois a dois. Esta hipótese corresponde a supormos que há um sistema ideal — ou *Ether* — onde a luz se progaga como se êle estivesse em repouso.

Nestas condições é fácil de verificar que, seja qual for o comprimento do *comparador* empregado, das fotografias que registam as diferentes horas b, b', b'', etc., e x, x', x'', etc., resultará um mesmo valor de H, hora do sistema ideal ou *absoluta,* e que nos aparece como um perfeito acordo com a realidade.

XI. — Em geral, se, a respeito de qualquer par de sistemas móveis — cujas origens de coordenadas tenham coincidido com o centro de produção de um relâmpago luminoso — registarmos a passagem desse relâmpago nos pontos de contacto, de coordenadas x e x'; e se, por meio de outras medidas directas tivermos determinado a velocidade relativa aparente, v, entre êsses dois sistemas, teremos colhido todos os elementos necessários para podermos entrar na fórmula geral

$$v = \mathrm{H}\,\frac{x - x'}{\mathrm{H}\,(x + x') - xx'},$$

donde deduziremos a hora absoluta H. O *tempo absoluto*, é pois um só em cada instante absoluto, o do sistema imóvel a respeito do meio no qual a luz foi produzida, e se propaga com velocidade constante.

Pelo facto de ignorarem o seu movimento a respeito desse meio, não poderão os habitantes de um sistema concluir que só existe a hora *optica,* dos relógios regulados pelo processo fundado na isotropia da Luz, isto é pelo processo que supõe simultânea a chegada dos relâmpagos luminosos — propagando se com velocidade finita — a pontos equidistantes do foco da sua produção.

A marcha geral, seguida na dedução das novas fórmulas, tanto se aplica à Luz, como a qualquer outra propagação, ou movimento; e exclui qualquer misteriosa propriedade física (à *nature même des choses* de André Metz), pela qual

a Luz influisse automáticamente sôbre a marcha dos cronómetros.

Para garantirmos a constância dessa propagação, fômos obrigados a aceitar um andamento variável dos relógios móveis, os quais assim perderam a *invariancia* que temos de atribuir ao tempo, para que tenha definição precisa a expressão mecânica *velocidade*. Se, em lugar de seguirmos êste critério, tivessemos deformado as distâncias — anàlogamente à hipótese Lorentz — é fácil de ver que perderíamos a reciprocidade do valor da velocidade entre os diferentes sistemas.

XII. — Discutamos as conseqüências dêste andamento variável dos relógios móveis, ou cronómetros.

Se nas fórmulas fundamentais fizermos crescer a velocidade de um sistema até igualar a da Luz, já vimos que o relógio K_0, regulado pelo *tempo óptico,* e que vai acompanhando a propagação da luz, marca constantemente T = zero; êle está pois, *pràticamente parado.* Os outros relógios do sistema estarão também parados em horas diferentes; mas, ao passarem pelo relógio padrão, indicam a mesma hora que êle, dando a impressão de ter o mesmo andamento.

Analìticamente, não podemos parar aqui: Se a Luz, em lugar de acompanhar a origem K_0, tivesse ficado para traz *(por ser menos veloz),* teríamos um x negativo. As fórmulas diriam então

$$V = \alpha = \frac{H + x}{H} \quad e \quad T = H(1 - \alpha^2);$$

isto é, α será maior que 1, e a hora T será negativa, o que quer dizer que o cronómetro K_0, comparado com um relógio *regulado pelo tempo absoluto,* andará para tráz; mas a velo-

cidade da Luz, relação entre o espaço percorrido e o tempo relativista, continuará constante:

$$c = \frac{-x}{-t} = 1 = 300.000 \text{ K. S.}$$

No caso especial de dois sistemas reciprocos, então as contrações de tempo e distância obedeceriam a um coëficiente negativo

$$\beta = -\frac{2xx'}{x^2 + x'^2} = -\sqrt{1 - v^2};$$

e os objectos, aparentemente, teriam *dimensões negativas*, que a fotografia (no vácuo) poderia reproduzir, porque obedece à velocidade da Luz. Por isso, embora, materialmente, os objectos corram mais rápidos que a propagação da luz, a sua *velocidade relativista* continuará, mesmo nesse caso tão flagrante, a ser representada por um número inferior ao da Luz, porque a fórmula dá

$$W = \frac{x^2 - x'^2}{x^2 + x'^2}, \text{ sempre} < 1.$$

Esta velocidade é obtida pela composição de duas velocidades iguais e contrárias, do valor

$$\frac{H + x'}{H},$$

referido à hora absoluta da base, onde a luz se propaga, e ambas superiores à velocidade da Luz.

De resto, essas velocidades serão maiores que a unidade quando

$x > 2H$ e x' positivo;
x negativo e x' positivo; etc.

Mas, no caso de sistemas reciprocos — que é o da Relatividade — se composermos velocidades iguais e opostas, embora ambas superiores à da Luz (se as não calcularmos pelo processo relativista) obteremos uma resultante de valor sempre inferior à unidade. Eis a interpretação algébrica da afirmação relativista, sôbre a impossibilidade material de um objecto móvel atingir velocidade superior à da Luz: trata-se só da *velocidade relativista*, isto é, apreciada segundo o *tempo optico,* deduzido de relógios regulados por meio de relâmpagos luminosos, e abstraindo-se da influência da velocidade de propagação da Luz sôbre o andamento de tais cronómetros.

A uma idêntica conclusão chegaríamos se os regulassemos partindo, por exemplo, da *isotropia do som*. Tal isotropia nunca é absoluta e material, *mas apenas analítica,* como é analítica a concepção negativa da quarta dimensão relativista, o *tempo*.

Desde que as fórmulas relativistas se não referem a um *tempo absoluto,* deduzido de comparação directa com o movimento de rotação da Terra — isto é, sem intervenção de outro movimento, como seja o de propagação da Luz ou do som — somos forçados a admitir *tempo positivo* e *tempo negativo,* indicado pelos movimentos directos ou inversos dos relógios, que são máquinas reguladas pela combinação de dois movimentos, como o da Terra com o som. Quando o da Terra fôr mais rápido, tal relógio ficará a andar para traz.

Da mesma maneira terão uma explicação prática as *dimensões negativas* dos objectos mais velozes que a Luz, as quais poderão ser registadas pela fotografia: o objecto AB aparecerá na placa como BA.

Em geral, qualquer quantidade, medida por meio de um *padrão* infinitamente pequeno, será designada por um número infinitamente grande; ela mudará de sinal, tornando-se negativa, se o padrão fôr negativo.

XIII. — A aplicação das fórmulas novas à Mecânica, nos casos em que intervem a *massa,* obriga à substituïção do coëficiente *m,* das fórmulas absolutas

$$F = mj; \quad Q = mV; \quad e \quad P = \frac{mV^2}{2},$$

por uma nova *massa relativa,* cujo valor vamos determinar.

Neste caso a Álgebra não nos impõe uma alteração material das propriedades dos corpos — da mesma sorte que não é real a deformação das suas dimensões —. O factor constante *massa* resultou da experiência; mas teremos que o adaptar aos diferentes números com que podemos designar a mesma aceleração ou velocidade, conforme o andamento e o estado do relógio onde lermos o tempo que o móvel levou a percorrer uma mesma distância.

Por outro lado, a potência ou fôrça viva, P, representa um trabalho cuja grandeza é independente do tempo ou do movimento com que pretendamos definir a velocidade; isto é, P terá o mesmo valor quer se trate do tempo de um relógio médio, quer sideral, como não depende do número com que se represente a aceleração ou a massa, visto que, sendo

$$V = \frac{2X}{T} = jT \quad e \quad m = \frac{F}{j},$$

se conclue

$$\frac{mV^2}{2} = P = FX.$$

Assim, se fôr V a velocidade apreciada pelo tempo absoluto, e v a velocidade relativista, deveremos ter

$$2P = mV^2 = m'v^2.$$

Mas como sabemos que

$$V = \frac{x - x'}{H} = \alpha - \alpha' \quad \text{e} \quad v = H \frac{x - x'}{H(x + x') - xx'} = \frac{\alpha - \alpha'}{1 - \alpha\alpha'},$$

teremos afinal

$$m' = m \frac{V^2}{v^2} = m (1 - \alpha\alpha')^2;$$

a *massa relativista, m'*, varia pois conforme a velocidade do objecto a que se refere. Um mesmo objecto, quando lhe considerarmos várias velocidades relativas, terá, simultâneamente várias *massas relativistas.*

Assim, nas velocidades usuais (pequenas comparadas com a da Luz) a massa m' é pràticamente igual ao coëficiente absoluto m. No caso de sistemas recíprocos, para um móvel de velocidade igual à da Luz, teríamos

$$x' = 0; \quad x = 2H; \quad v = \alpha = 1: \quad \alpha' = 1; \quad \text{e} \quad m' = 4m$$

Com velocidades absolutas maiores que a da Luz, apesar de v ir decrescendo, m' irá crescendo até se tornar infinita quando V fôr infinita; notando-se que nesse limite teriamos $v = 0$.

A impossibilidade de imprimirmos a um corpo material uma velocidade relativista superior à da Luz é, pois, conseqüência, não da necessidade de concentrarmos nêle uma energia ilimitada, mas do processo como foram, por intermédio da Luz, regulados os cronómetros dêsse corpo.

Assim, mesmo respeitando a noção absoluta que temos da *massa* — e sem recorrermos à hipótese Einstein, de uma massa inicial *mc*, que se tornaria infinita com $v = c = 1$, e negativa para um móvel que passe adiante da luz — continua subsistindo a impossibilidade de uma velocidade relativista superior à da Luz.

Notemos, finalmente, que, para obtermos uma velocidade — quer absoluta, quer relativista — igual à da luz, não precisamos dispôr de uma potência infinita: tal velocidade, mesmo relativista, pode portanto, na prática, ser atingida.

XIV. — O Professor Einstein conclue que «objecto algum real poderá atingir ou exceder, na prática, a velocidade da Luz», porque então o radical, que entra nas fórmulas da Relatividade

$$\pm\sqrt{1-\frac{v^2}{c^2}}$$

se tornaria imaginário.

Mas, pela discussão, que acabamos de apresentar, conclue-se que se trata de uma velocidade *relativista* — determinada por uma equação da natureza

$$y=\frac{2x}{1+x^2},$$

cujo máximo é a unidade — e não da velocidade absoluta correspondente. Assim, a «Teoria da Relatividade Restricta», embora constituindo um interessante problema, para recreio e ginástica do espírito, não modifica os velhos princípios da Mecânica Clássica, que assenta na imutabilidade da Massa, e na possibilidade de se imprimir a um objecto material uma rapidez tão grande quanto se queira, independentemente da velocidade de propagação do som, da Luz, ou mesmo da Gravitação.

XV. — Seguia-se agora, naturalmente, estudar a influência da propagação da Luz sôbre a regulação dos relógios de uma superfície plana, deslisando com movimento uniforme sôbre um outro plano, no qual a luz fôsse produzida e se

propagasse em tôdas as direcções independentemente de qualquer movimento — analogamente ao que aceitamos para a nossa estrada de referência.

Êsse caso, mais geral do que o caso tratado até aqui — movimento de um sistema rectilíneo sôbre outro — será tratado quando tentarmos aplicar as fórmulas da Relatividade a algumas experiências de Física. Concluir-se-há então que os relógios do plano móvel, regulados pelo processo dos relâmpagos, *deixarão de ter um andamento uniforme;* e assim êsse movimento do plano — uniforme por hipótese inicial — apreciado segundo o relógio local, já não será mais uniforme.

E êste absurdo mantém-se mesmo no caso de sistemas recíprocos, isto é, animados de movimentos iguais e contrários, em relação àquele plano de referência.

Donde se conclue que o estudo da regulação de relógios em um espaço a três dimensões é demasiado complicado para o podermos tentar pelos processos elementares que se vem apresentando.

XVI. — Para tornar mais compreensível o expediente subtil dos relógios atrazados, imaginemos que dois sistemas isótropos e recíprocos percorrem, relativamente a um plano de referência em repouso, uma órbita circular.

Os relógios K_0 e K'_0, que se acertaram ao passar no ponto de referência da órbita, O, tornarão a indicar a mesma hora sempre que lá se crusarem; mas essa hora estará atrazada, como vimos, pola do relógio padrão. Desaparecerá assim a deformação relativa das horas entre os sistemas recíprocos, a não ser que consideremos que o ponto K_0 de cada sistema, de comprimento indefinido, se encontra no ponto O com outro relógio pertencente ao mesmo sistema, e formando por assim dizer a sua cauda. Confirmar-se-ia também a nossa conclusão — que os relógios móveis marcavam horas dife-

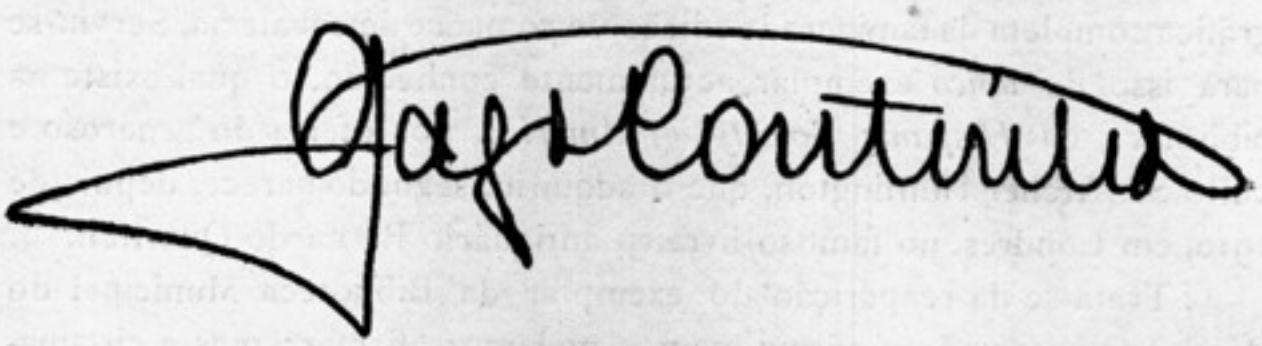
rentes no mesmo instante: e o relógio K_0 do outro sistema veria adiantado êsse relógio da cauda.

Notaríamos então que, tanto os relógios da via em repouso, como o relógio imóvel no centro de todos os círculos, marcavam todos o mesmo *tempo absoluto;* e evidenciar-se-ia que a deformação relativista das distâncias é devida a não fazermos as comparações entre as suas extremidades no mesmo instante absoluto.

Assim, quer pela contração aparente dos objectos, quer da medição das circunferências e conseqüente determinação do valor deformado de π, poderemos deduzir a velocidade relativa dos dois sistemas, cujos relógios fôrem regulados para manter a isotropia da propagação da Luz. E desapareceria para os próprios habitantes desses sistemas a sua ilusão sôbre a constância da velocidade absoluta da propagação da Luz.

(Segue a discussão dos resultados observados em algumas experiências de Física).

(Continúa).



BIBLIOGRAFIA

HOMERO SERÍS. — *La reaparición del «Tirant lo Blanch» de Barcelona de 1497*. Madrid, 1925. (Separata da *Homenaje a Menéndez Pidal*, tom. III, 1925.

Sabe-se, — os eruditos não o esqueceram nunca — que uma das maiores «raridades» da Biblioteca Municipal do Pôrto era a edição de Barcelona, de 1497, do *Tirant lo Blanch*, emprestada em 1859, por ordem do Marechal Saldanha, então, salvo êrro, ministro do reino, a D. José de Salamanca, para que êste bibliófilo e banqueiro espanhol pudesse mandar imprimir uma nova edição. Tratava-se dum *exemplar único* e a despeito dos protestos da opinião culta, da imprensa, do Município do Pôrto e do Parlamento, que logo ecoaram por todo Portugal numa unidade de sentimento que nobilita a nossa cultura, D. José de Salamanca não restituíu o precioso exemplar, cujo paradeiro, depois da venda da sua livraria, realizada antes da sua morte (1887), jamais se soube. A presente monografia lúcida e eruditamente historia, com seguros pormenores, o exemplar portuense, e dá, pela primeira vez, a descripção bibliográfica completa da famigerada edição do romance de cavalaria. Serviu-se para isso do *único* exemplar actualmente conhecido, o qual existe na biblioteca da *Hispanic Society of America*, por oferta do generoso e culto Sr. Archer Huntington, que o adquiriu, segundo parece, depois de 1910, em Londres, no famoso livreiro antiquário Bernardo Quaritch.

¿Trata-se da reaparição do exemplar da Biblioteca Municipal do Pôrto? O autor não o afirma, nem o podemos afirmar; mas a circunstância do actual exemplar ser considerado *único*, como fôra o do Pôrto, é uma ponderosa suspeita a favor da identidade, tanto mais que conserva «sinais de ter sido arrancado um *ex-libris*».

Ao Sr. Homero Serís o *Instituto de Coimbra* agradece a oferta dum exemplar de seu notável estudo bibliográfico, o qual seria de desejar pudesse ter sido feito em Portugal, e não na América.

J. de C.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Dissertações de doutoramento na Escola Politécnica de Zurich:

—— *Probleme der Wasserfiltration*, por H. Peter, 1924.

—— *Über das offenketige Tropin und einige seiner Homologen*, Th. Reichstein, 1924.

—— *Über die Picardschen Ausnahmewerte sukzessiver Derivierten*, por W. Saxer, 1923.

—— *Theorie der Löslichkeitsbeein flussung bei starken Elektrolyten*, por O. Schärer, 1924.

—— *Spannugsverteilung und Temperatur im Dielektrikum von Einleiterkabeln*, por H. Schaif, 1923.

—— *Ueber exakte gasanalytische Methoden*, por E. Scherb. 1923.

—— *Studie über das elektromotorische Verhalten des Aluminiums und seine Verflüchtigung als Halogenid*, por H. Stern, 1923.

—— *Zur Kenntnis der Sesquiterpene und des α—Camphorens* por M. Stoll, 1924.

—— *Dynamishe Beanspruchungen in eisernen einfachen Balkenbrücken mit konstantem Trägheitsmomenten*, por M. A. Stoop, 1923.

—— *Ueber die Synthese des a-Pinens und die Konstitution einiger Pinenderivate*, por H. Trebler, 1923.

—— *Die Trennung der seltenen Erden von den übrigen Metallen der Schwefelammoniumgruppe*, por W. Wettstein, 1923.

—— *Über die fraktionierte Destillation kleiner Substanzmengen*, por G. Widmer, 1923.

—— *Beiträge zur Kenntnis der Saponine*, por A. Winterstein, 1923.

—— *Zur Kenntnis der Darstellung der Clevesäuren*, por H. Wolf, 1923.

A Fé e a Sciência — Nós, os Brasileiros, Discursos por J. M. Cardoso de Oliveira. Aillaud e Bertrand, Paris-Lisboa, 1925.

Asociacion Española para el Progreso de las Ciencias — Congreso de Coimbra, T. I. *Discursos inaugurales*. Madrid, 1925.

I Centenário da Régia Escola de Cirurgia do Pôrto:

—— *Catálogo da Exposição retrospectiva de Medicina,* organizado por Pedro Vitorino e Alberto Saavedra. Pôrto, 1925.

—— *A Figa*, por J.-L. de Vasconcelos. Pôrto, 1925.

Université de Toulouse — Programme et horaire des cours et conférences (1924-1925). Toulouse, 1925.

Bibliographia nobiliárchica portugueza, por Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares (Carcavelos). Vol. III, A D MCMXXIII, Braga.

D. Frei Thyrso de Guimarães — Novella vimaranense. Guimarães, 1925.

Direcção Geral de Estatística:

—— *Estatística Comercial 1922.* (Janeiro a Dezembro). — *Idem, 1925.* (Janeiro a Março). Lisboa, Imp. Nacional, 1925.

—— *Estatística Geral da Provincia de Cabo Verde.* Praia, 1925.

Ministério das Finanças, Direcção Geral de Estatística, 1.ª repartição:

—— *Instrução Pública. Dados estatisticos referentes aos anos lectivos de 1919-1920 e 1920-1921*. Lisboa, Imp. Nacional, 1925.

Esbôço histórico da Ilha Terceira, por Gervásio Lima. Angra do Heroismo, 1924.

Historia Insular, pelo mesmo autor.

—— *Festas de S. João na Ilha Terceira.*

—— *Paulo da Gama. A Ilha Terceira e a descoberta da India.*

—— *A Batalha da Salga na Ilha Terceira em 25 de Julho de 1581.*

—— *Figuras do seculo XVI. Terceirenses ilustres,* p. m. a., Angra do Heroismo, s. d.

In Memoriam Júlio de Castilho (2.º Visconde de Castilho), Lisboa, 1920.

Lição inaugural da Cadeira de estudos camonianos. Importância e dificuldades dêstes estudos, pelo Dr. José Maria Rodrigues. Coimbra, Imp. da Universidade, 1925.

De la Naturaleza: su sentimento y comprensión. La Atlantida. Conferência por D. Juan Armada y Losada, Marqués de Figueroa. Union Ibero Americana. Madrid.

Cincuentenario de la Sociedad Cientifica Argentina (1872-1922) — Evolucion de las Ciencias en la República Argentina:

—— *VI Nuestra Mineralogia y Geologia durante los ultimos cincuenta años* (1872-1922), por Franco Pastore.

XI La Higiene publica y las obras sanitarias argentinas, por el Dr. Nicolás Lozano y el Ing.º Antonio Paitoví.

—— *XIII La Evolución de la Meteorologia*, por Guillermo Hoxmark. Buenos Aîres, Imp. y C. Editora «Coni», 1925.

Observações meteorológicas, magnéticas e sismológicas feitas no Observatório M. e Magnético de Coimbra no ano de de 1924, vol. LXIII, 1.ª parte, Observações meteorológicas. Coimbra, Tip. da Gráfica Conimbricense, Lim.da, 1925.

Breve notícia bio-bibliográfica de Jacinto Leitão Manso de Lima, por Frederico Gavazzo Perry Vidal. Lisboa, 1925.

A Igreja e a questão operária, por D. Manuel Luís Coelho da Silva, Bispo Conde. Coimbra, Tip. da Gráfica Conimbricense Lim.da, 1926.

Algumas siglas e abreviaturas usadas nas inscrições portuguesas desde o fim do século XIII até ao princípio do século XIX, por J.-M. Cordeiro de Sousa. Lisboa, Tip. do Comércio, 1926.

A Origem e a índole dos Impérios, (Memória históricò-política), por José de Bragança Pereira. Nova Goa, Tip. Bragança & C.ª, 1926.

O limbo de Pedro Ivo, por Fernando de Macedo Lopes, Pôrto, 1926.

Casos médicò-legais. Pontos para exercícios do curso jurídico de medicina legal de 1924-1925 pelo Dr. Fernando de Almeida Ribeiro. Coimbra, Coimbra Editora, Lim.da, 1926.

Acção de investigação de paternidade — Autora — Ana Maria Quaresma e Ávila — Réu — António Alves do Vale Quaresma. Razões de 1.ª

e 2.ª instancias pelo curador e advogado do réu Dr. José Valentino do Monte Porto Alegre (Brasil), 1925.

Publicaciones del Centro oficial de estudios americanistas de Sevilla. Biblioteca colonial americana:

—— Tomo I — *Archivo General de las Indias — Catalogo. Cuadro general de la documentacion. Centro oficial de estudios americanistas,* por Pedro Torres Lanzas, jefe del Archivo de las Indias y German Latorre, catedratico de la facultad de Filosofia y Letras de la Universidad de Sevilla. Sevilla, 1918.

—— Tomo II — *Catálogo de Legajos del Archivo G. de las Indias. Secciones primera y segunda — Patronato y contaduria general del consejo de Indias,* por Pedro Torres Lanzas. Sevilla, 1919, 1921.

—— Tomo III — *Relaciones geograficas de Indias. La Hispano-America del siglo XVI: Colombia, Venezuela, Puerto-Rico, Republica Argentina,* por German Latorre. Sevilla, 1919.

—— Tomo V — *Libro de las Longitudines,* por Alonso de Santa Cruz Publicado bajo la direccion del Ex.mo Sr. D. António Blazquez y Delgado Aguilera. Sevilla, 1921.

—— Tomo VI — *Catalogo de Legajos del Archivo General de Indias. Seccion tercera — Casa de la contratacion de las Indias,* por Pedro Torres Lanzas. Sevilla, 1921.

—— Tomo VII — *Libro intitulado Coloquios de la Verdad. Trata de las causas e inconvenientes que impiden la doctrina e conversion de los Indios de los reynos del Pirú y de los daños e males e agravios que padecen,* compuesto por Pedro de Quiroga. Publicado, precedido de unas *Advertencias,* conforme el manuscrito *ij.* K. 15. de la Biblioteca de El Escorial, el P. Fr. Julian Zarco Cuevas, Religioso agustino en dicho Monasterio. Sevilla, 1922.

—— Tomo VIII — *Catálogo de Legajos del Archivo General de las Indias. Seccion terceira — Casa de contratacion de las Indias,* (continuacion), por Pedro Torres Lanzas. Sevilla, 1922.

—— Tomo IX — *Religiosos de la Merced que pasaron a la America Española,* 1.ª parte, Siglo XVI. — 2.ª parte. Siglos XVII y XVIII, por Fray Pedro Nolasco Pérez, mercedario. Sevilla, 1923.

—— Tomo X — *El Piloto Mayor de la casa de contratación de Sevilla*

— ***Pilotos Mayores del siglo XVI*** (datos biograficos), por José Pulido Rubio, Sevilla, 1923.

—— Tomo XI — ***Independencia de América.*** Fuentes para su estudio Coleccion de documentos conservados en el Archivo General de las Indias de Sevilla — Segunda serie. Tomo primero, por Pedro Torres Lanzas. Sevilla, 1924.

—— Tomo XII — ***Archivo General de las Indias. — Sevilla.*** Catalogo de la seccion 1.ª — ***Real Patronato*** Tomo I, Años 1493 a 1703, redactado por Vicente Llorens Asensio. Sevilla, 1924.

—— Tomo XIV — ***Independencia de America,*** Fuentes para su estudio, etc., Segunda série. Tomo segundo, por P. T. Lanzas. Sevilla, 1925.

Les Minimes de Rethel, por Paul Pellot, Docteur ès sciences juridiques, archiviste honoraire de la Ville de Rethel. Rethel, s. d.

Rectification à la chronologie des anciens seigneurs de Rethel, p. m. a., Rethel, s. d.

Le Gouvernement des États-Unis et son effet sur les relations internationales américaines, por Thomas Reed, Professeur à l'Université de Michigan (E.-L.), Bruxelles, 1926.

As Ordens de Cavalaria no Alto Alentejo. — I. ***Comendas da Ordem de Cristo. Documentos para a sua história,*** por P. M. Laranjo Coelho. Lisboa, Imp. Nacional, 1926.

Literatura Indo-Portuguesa. Figuras e Factos, por Vicente de Bragança Cunha. Bombaim, MCMXXVI.

Evolución de las Ciencias en la Republica Argentina — V. ***La Evolución de la Astronomia durante los ultimos cincuenta años (1872-1922),*** por Enrique Chaudet. Buenos Aires, 1926.

École Centrale des Arts et Manufactures — Organisation — Programme de l'Enseignement. 1, rue Montgolfier, Paris, (3.ª), s. d.

Camara Municipal de Coimbra, 1926 — Relatório apresentado ao Conselho de Administração da Caixa Geral dos Depósitos, justificando e fundamentando um pedido de empréstimo de 10.000 contos destinados a obras de fomento municipal. Coimbra, 1926.

Strike und Strafrecht — Von Dr. jur. Erich M. Frey. Heidelberg, 1906.

I Centenário da R. Escola de Cirurgia do Pôrto. MDCCCXXV-MCMXXV:

—— *Origens da Cirurgia Portuense,* por Hernani Monteiro, Prof. Ordinário da Faculdade de Medicina do Porto. Porto, 1926.

O Descobrimento Pre-Colombino da América Austral pelos portugueses, por Jordão de Freitas, Director da Biblioteca da Ajuda. Lisboa, 1926.

Faculdade de Medicina de Lisboa, Primeiro Centenário da Fundação da Régia Escola de Cirurgia de Lisboa. MDCCCXXV-MCMXXV.

—— *O momento cirúrgico e o ensino lisbonense,* pelo Dr. Sabino Coelho. Lisboa, MCMXXV.

—— *O Ensino Médico em Lisboa. A Patologia e a Terapêutica Cirúrgicas, (1.ª Clínica Cirúrgica),* pelo Professor Francisco Gentil. Lisboa, MCMXXV.

—— *O Padre Faria na História do Hipnotismo,* pelo Dr. Egas Monis. Lisboa, MCMXXV.

—— *O início da Escola de Cirurgia do Hospital Real de Todos os Santos 1504-1565,* pelo Dr. Sebastião Costa Santos. Lisboa, MCMXXV.

—— *Manuel Constâncio, a sua vida e a sua obra,* pelo Dr. M. B. Barbosa Sueiro. Lisboa, MCMXXV.

Estudos regionais, por João Domingos Arêde, abade de Cucujães. Couto de Cucujães, 1925.

Páginas de Saüdade, por Norberto Jorge. São Paulo 1926.

Annual Report of the Smithsonian Institution 1922. Washington, 1924.

Annual Report of the U. S. National Museum, 1923. Washington, 1923.

Goya, pintor de Historia, por D. Anselmo Gascón de Gotor y Jimenez. Zaragoza, 1926.

La reaparición del «Triant lo Blanch» de Barcelona de 1497, por Homero Selís. Madrid, 1925 (del Homenaje a Menéndez Pidal, tom. III, 1925).

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Notícia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação bimestral do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 25$00
Número avulso ..... 10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redação de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 73.º

4.ª SÉRIE — VOLUME 2.º

NÚMERO 5

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1926

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Candido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Porto, Antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, da I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital. da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Luciano P. da Silva, da U. C., D. E. N. S. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da secção de sciências físico-químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SUMÁRIO

Boletim do Instituto 573
A Embaixada do Padre Mestre Inácio Mascarenhas à Catalunha em 1641, por Edgar Prestage 575
O Mosteiro de Lorvão e as invasões francesas, por Augusto Mendes Simões de Castro 604
Prehistoria de Salamanca, por P. Cesar Morán Bardon 611
Tentativa de interpretação simples da «Teoria da Relatividade Restrita», pelo Almirante Gago Coutinho 657
Castelos do Distrito de Viana, por Luís de Figueiredo da Guerra ... 671
Sôbre a série, $\sum_{-\infty}^{+\infty} A_n \left(\frac{\bar{i}-i}{\bar{i}+i}\right)^n$, por G. Giorgi 708
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo 715
A Ourivesaria em Portugal, por Laurindo Costa 735
Influência da Farmácia no desenvolvimento da Química — A Farmácia em Portugal, pelo Prof. José Cipriano Rodrigues Denis. 758
Chimie Physique. Mobilité des ions négatifs et courants d'ionisation dans l'argon pur, por M. Silva e Laporte 783
Dr. Carlos França, pelo Dr. Geraldino Brites 786
Vária. A edição crítica das Cantigas d'Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses *dirigida pelo Prof. Dr. José Joaquim Nunes apreciada na Academia Brasileira de Letras* 797
Publicações periódicas recebidas no Instituto de Coimbra 799

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 21 DE ABRIL DE 1926

Aos 21 de Abril de 1926 reüniu-se a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do prof. Costa Lobo.

O presidente participou o falecimento dos sócios correspondentes estrangeiros, Cardeal Mercier e António Maura, propondo se exarasse na acta um voto de sentimento pela perda de tão eminentes personalidades, o que foi aprovado. Em seguida comunicou que a Administração Geral dos Edifícios Públicos e Monumentos Nacionais estava no propósito de, em breve praso, mandar fazer as obras no edifício do Instituto. Esta notícia foi recebida com aplauso, propondo os prof. Joaquim de Carvalho, Alberto Pessoa e Amadeu Ferraz de Carvalho que, logo que estejam concluídas, se faculte ao público a biblioteca do Instituto, assim como o seu gabinete de revistas e publicações periódicas. Esta proposta foi aprovada em princípio, resolvendo-se que fôsse efectivada quando a Direcção julgar oportuno. O prof. Amadeu Ferraz de Carvalho informou achar-se quási concluída a impressão do 1.º volume das *Memorias* de Castilho, sendo provável, senão certo, que em Outubro próximo já poderá ser lançado à venda.

Foi resolvido que os sócios do Instituto e assinantes do seu Jornal pudessem adquirir um exemplar com o benefício de desconto, o qual deverá ser fixado pela Direcção.

O presidente deu notícia da participação do Instituto na

comemoração do 1.º Centenário da Régia Escola de Cirurgia de Lisboa, actual Faculdade de Medicina.

Finalmente procedeu-se a eleição de sócios, a qual deu o seguinte resultado:

SÓCIO EFECTIVO NACIONAL

Dr. Júlio Ernesto de Lima Duque, antigo Ministro e Senador.

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Gervásio Lima, publicista e bibliotecário da Biblioteca Municipal de Angra do Heroísmo.

Luís Keil, publicista, Conservador do Museu de Arte Antiga e sócio correspondente da Real Academia de S. Fernando.

General José Justino Teixeira Botelho, publicista, director do Colégio Militar.

Mgr. Manuel de Sousa Peres.

Dr. Júlio de Melo Viana, médico e publicista.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Juan Antonio Susto, publicista.

Alexandre Rodriguez Cadarzo, prof. da Universidade de S. Tiago de Compostela.

Jules Eusier, decano da Faculdade de Medicina de Montpellier.

Dr. W. Vinkhuyzen van Maarssen, da Real Sociedade de Geografia, da Holanda.

Joseph Dresh, Reitor da Universidade de Toulouse.

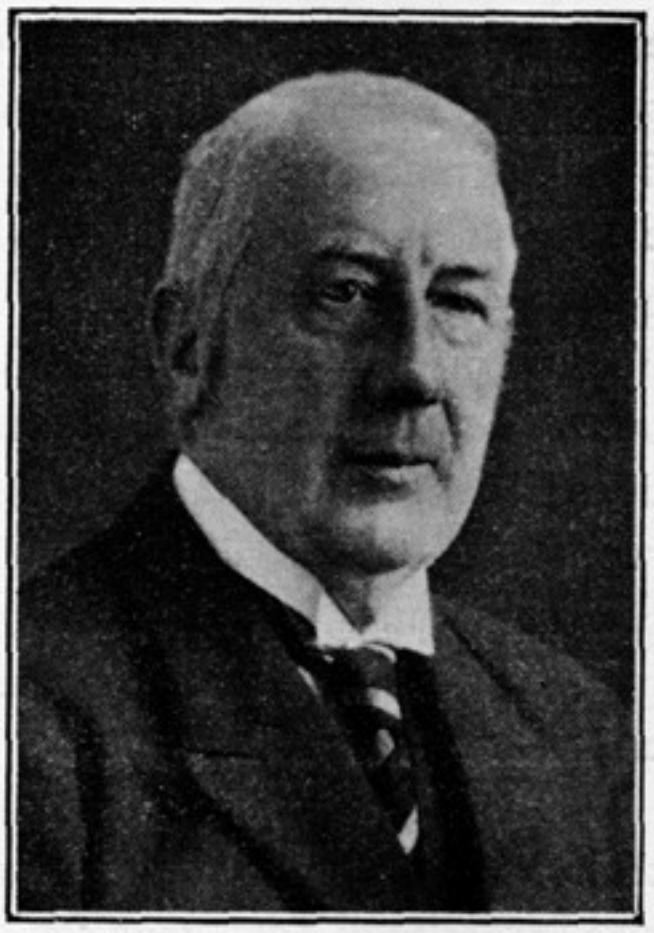
Marquês de Figueiroa, da Real Academia Espanhola.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu Cabral de Moncada, lavrei a presente acta.

(aa.) F. M. da Costa Lobo.
Cabral de Moncada.

A EMBAIXADA DO PADRE MESTRE INÁCIO MASCARENHAS Á CATALUNHA EM 1641

Transportando-nos na imaginação a Portugal nos princípios de 1640 e para o convívio dos homens desejosos de recuperar para o país a independência que perdera em 1580, procuremos penetrar nas suas perplexidades.



DR. EDGAR PRESTAGE
Prof. da Universidade de Londres

Para poderem levantar-se com êxito contra o domínio alheio, ou necessitavam obter o auxílio estrangeiro, ou escolher um momento em que o govêrno de Filipe IV se encontrasse tão embaraçado que não podesse reagir; de outra maneira seria loucura da parte dêles entrar em luta com a Espanha, naquele tempo uma das três grandes potências europeias. Durava ainda a Guerra dos Trinta Anos e a França, cabeça da coalisão contra a Casa de Áustria, tinha em várias ocasiões incitado os portugueses a se libertarem, prometendo o seu apoio, mas a não ser que man-

dasse um corpo expedicionário, como ulteriormente, em 1808, fez a Inglaterra, uma revolução, mesmo se fôsse vencedora, seria provàvelmente desfeita em breve por uma invasão espanhola. Portugal não possuía organização militar própria, o govêrno de Madrid tinha deixado cair em ruínas as fortalezas fronteiriças e faltavam armas e dinheiro.

Todavia a insurreição na Catalunha veio dar esperanças aos patriotas, mas quando o Conde Duque de Olivares chamou à Côrte os nobres e os cavaleiros das Ordens Militares a fim de acompanhar o Rei na campanha contra os rebeldes (pretexto para os tirar de Portugal e deixar o país sem os seus chefes naturais), estes viam-se num dilema. Se obedecessem, entregavam-se nas mãos do valido com a certeza que êle, em prosseguimento da sua política centralizadora, havia de suprimir as suas últimas liberdades logo que os Catalães ficassem vencidos: na alternativa podiam furtar-se à jornada e afrontar os perigos inherentes a uma revolta, que, embora graves, deviam ser gloriosos. Movidos por lealdade a Felipe IV ou por comodismo, muitos seguiram para Madrid; outros contudo, seguros do concurso popular e fradesco, deliberavam levantar a luva, com o resultado que a história regista. O Duque de Bragança procedia com subtileza e prudências raras, assim contribuindo para o êxito da conspiração. Vejamos como um observador contemporâneo aprecia a sua conduta:

«Il Duca, ancor che riputato di rozzo intendimento, sostenne la sua causa con tanto giudizio, che mandando a riempire l'exercito di Tarragona con quantitá considerabile de'suoi sudditi et adherenti, schivo la venuta della sua persone, e deludendo l'arte con l'arte, se retiro a Villa Viciosa, per levar l'opinione di macchine prejudiciali alla ragione di stato» (1):

---

(1) *Caduta del Conte d'Olivares*, por P. Ippolito Camillo Guidi, ed. de Alfred Morel-Fatio, pág. 36.

Em vista da distância que separava os dois países, Portugal não podia contar com o auxílio rápido da França, mas a Catalunha, cujos limites confinavam com os franceses, estava em condições diversas. Sabedora dos desígnios que o Conde Duque nutria contra os seus privilégios, entrou em negociações secretas com Richelieu em Março de 1640, ao mesmo tempo que protestava a sua fidelidade ao Rei Filipe; em 15 de Agôsto celebrou-se um acôrdo provisional e em Outubro chegou a Barcelona um enviado francês a fim de tratar da sua confirmação. Os Catalães anhelavam a independência e custava-lhes trocar um rei por outro, mas prevendo que não podiam suportar sósinhos a despesa duma guerra contra a monarquia espanhola, assinaram em 16 de Dezembro o tratado formal com a França e em 23 de Janeiro aceitaram a soberania de Luís XIII, proclamando-o Conde de Barcelona.

As tendências separatistas do Principado tinham-se manifestado na primavera do ano anterior. O primeiro motim na capital deu-se em Maio de 1640 e foi seguido por outro mais grave no dia do Corpo de Deus, que levou à morte o Vice-Rei, mas o govêrno central, que não compreendia a sua importância, só fez esforços tardios para a repressão. Embora o exército real tivesse entrado na Catalunha em Setembro, ficou por alguns meses inactivo em Tortosa e não saíu de lá caminho de Barcelona antes de 7 de Dezembro. Depois de tomar posições perto do Col de Balaguer, pôs cerco à pequena vila de Cambrils que se rendeu em poucos dias; mas apesar das capitulações, os habitantes foram massacrados, e êste acto traiçoeiro irritou os Catalães e fortaleceu a sua resistência; animou-os também a presença de tropas francesas e quando o exército real apareceu em frente de Barcelona, encontrou a cidade preparada para defender-se. Foi nesta ocasião que chegou o embaixador de D. João IV.

Logo que se proclamou a independência de Portugal, os

conspiradores vitoriosos apressaram-se a informar as potências estrangeiras do sucesso; no mesmo 1.º de Dezembro enviaram as notícias à França e aos Catalães, nos quais os portugueses viam aliados certos e úteis. Em nome da nobreza de Portugal mandaram uma carta aos deputados de Catalunha, assinada pelos Arcebispos de Lisboa e Braga, o Conde de Cantanhede, Fernão Teles de Meneses, D. Gastão Coutinho, Francisco de Melo, Monteiro-mór, António de Saldanha, D. João da Costa, D. António Telo, o Visconde e o Conde de Tarouca (1).

Disseram que D. João IV tinha sido aclamado Rei em Lisboa sem contradição alguma e com contentamento de todo o reino, e que os Portugueses estavam dispostos a morrer pela defensão dêle e da sua liberdade; confiavam os signatários que todos os Príncipes cristãos e estados católicos os ajudassem, principalmente os Catalães, que tinham intentado outra emprêsa semelhante pela sua liberdade e conservação de seus foros.

Esperavam por momentos a chegada do Rei a tomar posse da corôa e lhe lembrariam a conveniência de conservar a amizade antiga entre os Príncipes de Portugal e Aragão, entendendo que logo se trataria disso por um embaixador enviado a êste efeito. No intermédio pediram aos Deputados que lhes enviassem os Portugueses que lá estavam, mandando avisar aos que se achavam nos exércitos espanhóis para que passassem a Barcelona, aonde iriam embarcações e dinheiro para que podessem vir para Portugal.

A carta foi entregue a um Português e quatro Catalães, mas não chegou ao seu destino, porque o navio que os transportava caiu nas mãos dos espanhóis que aprisionou os enviados. O mesmo tinha acontecido, ao que parece, à cara-

---

(1) Há cópia na Biblioteca da Ajuda, cód. 51/V/7, fl. 9.

vela que saíu em 1 de Dezembro para a Catalunha com as notícias da revolução (1), mas o embaixador de D. João IV, o primeiro que mandou ao estrangeiro, teve melhor sorte. Foi o Padre Inácio Mascarenhas (2), jesuíta, irmão do Conde de Santa Cruz e parente do próprio Rei, e levava por companheiro outro jesuíta, o Padre Paulo da Costa. A sua *Instrução*, se é que a tinha, extraviou-se, mas pela carta de crença de 19 de Dezembro de 1640 vê-se que o fim da sua missão foi o de concluir uma aliança entre Portugal e Catalunha contra o inimigo comum. Em seguida ao seu regresso escreveu um relatório destinado ao Rei. Na versão impressa que reproduzo da edição primitiva (3), não dá, nem era natural que desse, pormenores sôbre as suas negociações; limita-se a registar os resultados, mas descreve com clareza e em palavras simples o que fêz, viu e experimentou numa viagem arriscada e cheia de peripécias, pintando um quadro curioso da vida diplomática do período. É provavel que a sua *Relaçam,* como as de João Franco Barreto e António Moniz sôbre as embaixadas à França e Suécia, fôssem publicadas com o fim de animar os Por-

---

(1) *Memorial Historico Español,* vol. XVI, pág. 109 e vol. XXV, pág. 369.

(2) Foi filho de D. Fernando Martins Mascarenhas e de D. Maria de Lencastre, filha de D. Diniz de Lencastre, embaixador na França e Holanda. Entrou na Companhia de Jesus em 1622, professando em 1644. Ensinou na Universidade de Évora, foi Reitor do Colégio de Santo Antão e morreu Prepósito de S. Roque em 1669 aos 62 anos de sua idade. Além da *Relaçam* adiante referida escreveu um tratado *Justicia del inclyto Rey D. Juan el 4.to de Portugal, arbol de los Reys Portuguezes, Caza de Bragança, leys de Lamego, etc.*, que foi impresso em Barcelona em 1642.

(3) Servi-me do exemplar que existe no Museu Britânico; o opúsculo é bastante raro, motivo porque torno a imprimi-lo. Desdobrei as abreviaturas e modernisei a pontuação, a fim de facilitar a leitura.

tugueses, mostrando-lhes que o govêrno tinha preparado os meios da defesa e que o novo regime gozava de simpatias no estrangeiro. Em todo caso é digna de nota a pressa que houve em dá-la à luz, pois embora o relatório seja datado só de 20 de Julho, o opúsculo obteve em três dias as licenças do Santo Ofício, do Ordinário e do Desembargo do Paço. Na guerra dos vinte oito anos a imprensa teve pela primeira vez em Portugal papel importante, que ainda não foi estudado; os elementos encontram-se no volume XVIII do *Dicionário Bibliográfico*, na lista dos panfletos e gazetas que saíam ano por ano a descrever as várias fases do conflito.

Passo agora a sumariar o que Mascarenhas relata da sua embaixada.

Partiu de Lisboa em 7 de Janeiro de 1641 e do Tejo em 14, tendo escolhido para a viagem um navio genovez bem armado, que sendo neutral oferecia maior segurança. Perto do Cabo de S. Vicente e em outras paragens êste foi reconhecido por corsários turcos, mas nenhum se atreveu a atacar, embora certa noite uma nau tivesse tentado apanhá-lo por meio dum ardil.

Levados por uma tempestade às alturas da ilha de Malhorca, os viajantes pensavam em recolherem-se a ela, mas felizmente mudaram de propósito, pois estava por Castela e não pela Catalunha, como supunham. Em 24 lançaram ferro na enseada de Barcelona debaixo do baluarte, e cuidando que o navio era a favor do inimigo, os soldados quiseram atirar e prenderam os remeiros do esquife que foi a terra com tenção de os tratear, até que estes declararam que traziam embaixador de Portugal ao Principado. Ainda desconfiados, vieram a bordo alguns Catalões e Franceses armados e estando já perto, bradavam em castelhano que Deus estava com êles. Ouvindo os Portugueses esta língua, pegaram em seus mosquetes, mas tudo se serenou quando os visitantes declaravam que Luís XIII tinha sido proclamado

Conde de Barcelona. Mascarenhas soube então que chegára tarde demais para efectuar o seu fim principal, mas quando entendeu que o exército real estava a ponto de dar batalha, desembarcou logo que poude, e sem descançar na casa que lhe foi destinada, saiu para publicar as notícias da revolução do 1.º de Dezembro. Encontrava os cidadãos desanimados, porque o exército real era três vezes superior em número ao seu, a traição lavrava entre êles e o governador da fortaleza de Montjuich, chave de Barcelona, tinha desertado para o inimigo levando a planta e deixando as peças de artilharia carregadas de laranjas e areia.

Portanto Mascarenhas chegou num momento crítico e a sua vinda foi oportuníssima. Os Catalães souberam dêle pela primeira vez que Portugal tinha Rei e o seu regozijo não tinha limites.

Ao princípio não podiam acreditar a nova e pediram a sua carta de crença para se certificarem da verdade, pondo-a sôbre a cabeça em sinal de reverência: a causa de sua incredulidade nascia de não saberem ao certo dos sucessos de Lisboa, pois os espanhóis tinham espalhado notícias viciadas, dando a Portugal com motins mas não com Rei. Mas quando Mascarenhas lhes disse que D. João IV desejava assistir-lhes e que tratava de atacar o inimigo com grosso exército, os ouvintes cobravam tal ânimo que, no dizer do embaixador, pareciam leões, e para que todos se revestissem do mesmo valor, mandaram que corresse palavra pelo exército, muralhas e trincheiras de que vinham socorros de Portugal. Em vista do efeito produzido pelas suas declarações, merecem desculpa os exageros de Mascarenhas; os catalães também de sua parte não se cingiam à verdade nua e crua ao dizerem que gostariam de ter recebido as notícias mais cedo e de estarem mais vizinhos de Portugal para poderem eleger a D. João IV por Rei, como elegeram os seus antepassados ao Condestável D. Pedro.

A batalha de Montjuich, a que o embaixador assistiu, travou-se sabado 26 de Janeiro: em seguida a uma luta renhida de três horas, os Realistas apossaram-se das trincheiras e chegaram a plantar uma bandeira nas muralhas da fortaleza, mas quando tinham a vitória por sua, um grupo pequeno de Catalães, trinta, segundo Mascarenhas, e quarenta, segundo D. Francisco Manuel (1), saindo de refresco com gritos de «já vem socorro de Portugal, já chega o de França» cairam sôbre os Realistas, os quais, tomados de surprêsa e de pânico, fugiram pelo monte abaixo. A derrota foi completa; o Conde de Tyrone, coronel dos Irlandeses e Simão de Mascarenhas, que comandava o têrço português, foram feridos, muitos cabos principais morreram e os vencedores tomaram catorze bandeiras (2).

O embaixador atribue a vitória inesperada, e para êle milagrosa, a três causas: ao esfôrço que os Catalães cobraram com a sua embaixada e às notícias que trouxe, às orações dirigidas a Deos e a Santa Eulália, e à cooperação dos religiosos e das mulheres, que não se contentavam só com matar os espanhóis, mas pretendiam haver lembrança dos que deixavam mortos e nas espadas traziam espetados, qual as orelhas, qual os narizes, qual as línguas. Mascarenhas procura desculpar esta «feridade» à vista da conduta do Marquês de los Veles em Cambrils, a que já me referi.

Tendo enviado as cartas para os oficiais portugueses no exército real, convidando-os a voltar ao reino, o embaixador não tinha mais a fazer, mas quando foi dar o parabem da vitória aos Deputados, soube que desejavam socorro da

---

(1) *A Guerra de Cataluña* liv. 5, contém uma descrição pormenorizada da batalha.

(2) Em carta escrita de Tarragona em 19 de Março de 1641, Simão de Mascarenhas descreve em resumo a batalha. *Memorial Historico Español*, vol. XXII, pág. 355.

França, o que não podiam pedir, nem por terra, nem por mar, por se oporem a isto as fôrças inimigas; e considerando quanto dependia a conservação de Portugal do bom sucesso dos Catalães, ofereceu-se a ir a Marselha trazê-lo, oferta que foi aceite. Deu à vela no dia seguinte, mas sobrevindo calmaria, o navio esteve surto por dois dias a três léguas da cidade e nêste tempo chegou o Duque de Fernandina com as suas galés para auxiliar o exército Real. O embaixador achou-se em grande perigo, mas ou o Duque não reparou no navio, ou por qualquer motivo não quis tomá-lo. Acabada a calmaria, sofreu Mascarenhas um pé de vento muito forte no golfo de Leão, e embora escapasse do naufrágio iminente, foi-lhe impossível aportar a Marselha e teve de ir a Genova, onde desembarcou em 6 de Fevereiro, com tenção de seguir por terra a França. Dali escreveu a Marselha dando conta do estado de Barcelona para lhe grangear socorro, e montavam tanto as suas cartas, que o Cardeal de Leão e o Governador de Provença mandaram lá navios com armas, gente e mantimentos, com que os Catalães se deram por seguros, e mais com a saída do Arcebispo de Sourdis com a sua armada, que impediu que os espanhóis abastecessem as suas tropas no Principado.

Quando se soube em Genova destas diligências do embaixador e quem era, a sua vida começou a correr perigo, porque a cidade contava muitos partidários del-Rei Felipe. Na estalagem em que se hospedava havia criados do Marquês de Leganés, ex-governador de Milão, os quais recebiam visitas dos seus amigos genoveses e entre uns e outros planeava-se matá-lo. Avisado do trama, êle e o companheiro com trajo mudado recolheram-se a outra casa, escapando aos espiões que lhe vigiavam os passos. Verificada a sua partida, uns diziam que tinham ido a Roma, outros à França, e homens armados foram despachados por mar e terra no seu alcance; uma embarcação que se mandou ao golfo de

Spezia na sua busca afundou-se, morrendo a tripulação. Com a chegada do Marquês de Leganes a Genova cresceram as diligências para capturar o embaixador, e quinhentos dobrões foram oferecidos aos que o descobrissem. Tendo sabido que êle ainda estava na cidade, o Marquês foi em pessoa pedi-lo ao Senado, alegando que era traidor espanhol e que como rebelde ao Rei Felipe lhe entregasse, mas não foi atendido. Em seguida vexava e perseguia os que amparavam Mascarenhas, que se viu forçado a mudar de residência, indo primeiro para casa dum clerigo e depois para outra dum cavaleiro «que não temia nem devia». A esta lhe puzeram cêrco para que não pudesse sair, tanto que foi queixar-se ao Senado, que lhe ofereceu guardas em sua defensão.

Afinal soube da próxima partida de três navios holandeses e fretou a todos para pô-lo em França e aos 21 de Março embarcou, levando até os caes na sua guarda duas companhias de soldados, com o que os espanhóis e seus sequazes ficaram corridos. Vendo frustrados os seus intentos. o embaixador diz que deu por bem empregado o enfado de quarenta e dois dias de «sepultura», e que em todos os riscos por que passava nunca lhe faltou a confiança que Deus o livraria, como fez, pois eram «por um Rei e reino que Êle tinha tomado à sua conta».

Atravessando a França tornou a Barcelona para colher o fruito das missivas que espalhára e nesta cidade mandou imprimir a sua carta de crença e a provisão régia. Foi bem acolhido pelos Deputados, porque, como disseram a D. João IV em carta de 15 de Abril, concorriam nêle tais e tantas partes naturais que o faziam amado de todos que o tratavam. Os cabos portugueses corresponderam ao apêlo da pátria e o embaixador poude conduzir 200 oficiais e soldados a Bordeos donde os enviava a Portugal.

Sabendo que outros tinham chegado a Barcelona depois de sua partida, despachou para lá o Padre Paulo da Costa

a fim de buscá-los, emquanto êle próprio embarcou na Rochella em direcção a Lisboa, levando consigo 9 capitães, 4 alferes e 50 soldados. Ulteriormente, por diligência do missionário indio Frei Miguel da Purificação, que estava em Barcelona cuidando da impressão dum livro(1), outros militares portugueses deixaram o serviço de Espanha, e foram encaminhados a Portugal pelos Deputados da Catalunha.

Embora não lhe fôsse possível negociar um tratado de aliança com os Cataläes, Mascarenhas, como já vimos, recrutou para o exército Português soldados experimentados, e apressando o auxílio francês para o Principado, habilitou o a continuar na sua resistência e a deter forças espanholas que de outra maneira teriam atacado Portugal. Não há meio de verificar muitos dos seus informes pela falta de documentação alheia, mas se os aceitamos como verídicos, e não vejo motivo para duvidar da sua exactidão, é evidente que a sua embaixada foi a mais frutífera de quantos D. João IV despachou nos princípios da Restauração, a não ser a da França.

Nos escritos e na correspondência dêstes embaixadores o que surpreende o leitor moderno, acostumado a um meio de materialismo e filáucia, é a sua fé religiosa e patriotismo. Se a primeira nem sempre brilhava nas obras, e *humanum est errare*, o mesmo não se pode dizer do segundo, que foi notável e não ficou em palavras, como acontece tantas vezes hoje. O Marquês de Nisa voltou da sua primeira embaixada à França tão pobre que não podia viver na Côrte; no fim da segunda tinha vendido a prata e mobília e não obstante, devia somas enormes que gastára em prol do país. Até chegou a ter o fato embargado em Nantes por um crèdor. O Dr. João de Guimarães viu-se forçado a levantar dinheiro sôbre os seus bens em Portugal para poder

---

(1) *Vida Evangelica y apostolica de los Frailes menores en Oriente*, Barcelona, 1641.

permanecer em Estocholmo, porque os ordenados andavam meses e até anos em atrazo; Francisco de Sousa Coutinho vivia sempre apertado na Haia, devido à demora dos pagamentos da tesouraria. No século actual o embaixador que se encontrasse nestas condições dava a demissão do cargo; êles entendiam o dever de outra maneira; contudo é forçoso confessar que um Rei do antigo regime sempre oferecia mais garantias na matéria de galardão que aquele ente efémero, o ministro constitucional.

No arquivo da Corôa de Aragão existe uma descrição resumida da embaixada do Padre Mascarenhas que passo a transcrever:

«En aquest mateix dia (1) entrá una nau de Portugal de Portugal enviada per lo Sr. Rey de Portugal, la qual aportave dos embaxadors tramesos á ses S.S., donantlos avis de la nova de sa Coronació: los Deputats los enviaren á sercar ab carrossas y alguns cavallers desta ciutat, en occasió que se estava en lo mig de la pelea de Monjuhich, y dits embaxadors estavan preguntant si en lo fort de Monjuhich hi havia gent de reputatió; responguesels que no y havia que tenir cuydado, que abans de rendirse moririan tots: hospedárense en casa de Don Phelip Vilana, pagador general del exercit, hont dinaren dit die, y en la tarda vingueren en la present casa, los quals foran rebuts ab molta ostensió: hisqueren à rebrerlos dos dals Señors Oydors ab masses altes, y entraren en Consistori y se assentaren en lo mig dels Srs. Deputats Eclesiastich y militar, y precehint grandissimas cortesias, entregaren á ses S.ries las lletras de crehensa per dit Sr. Rey despedides, las quals demanaren llegir ab veu alta al scrivá maior, y llegidas aquellas expli-

(1) 26 de Janeiro. Segundo a *Relaçam*, Mascarenhas chegou em 24.

caren sa embaxada, feut molt grans offertas á la Provincia, offerintse valerlos en tot lo que fos beneffici de la Provincia, ab molta puntualitat y voluntat, guardant y renovant en tot la amistat y correspondentia que sempre han tingut los portuguessos ab los catalans. Y la mateixa offerta fonch feta, parlant lo Sr. Deputat ecclesiastich en nom de la Provincia, y després de molt gran rato de conversatió, se despediren ses S.S. dient que aquella nit mateixa se havian de embarcar y marxar, perque portaven orde de son Rey de fer la mateixa diligentia ab lo christianissim Rey de França y passar à Roma ab la mateixa embaxada pera Sa Santidad, y ab lo mateix acompañament foren acompañats fins al cap de la escala de la present casa: las lletras de crehensa manaren ses S.S. fossen originalment cusidas en lo present dietari signadas de lletra A (1)».

O que sabemos da embaixada que os Catalães mandaram em troca deriva de documentos impressos no *Memorial Historico Español* (2).

O embaixador Jacinto Sala, cidadão honrado de Barcelona, se fez acompanhar dum cavaleiro chamado Cervera; partiram em 17 de Fevereiro de 1641 para Rochela, onde embarcaram, chegando a Lisboa pelos 10 de Abril. Foram recebidos com tôda a distinção e quando Sala adoeceu, foi tratado pelos médicos do Rei e visitado por D. João IV em pessoa. Trouxe carta dos conselheiros de Barcelona datada de 15 de Fevereiro, em que, depois de dar ao Rei os parabens da aclamação, de lhe agradecer a embaixada de Masca-

---

(1) *Memorial Historico Español*, vol. XXII, pág 377.

(2) *Idem*, vol. XXII, pág. 64, 66, 378 a 389 e vol. XXV, pág. 369, 376-7, 380. No vol. XVI há uma versão castelhana da *Relaçam* feita em 1643 e cartas que noticiam os sucessos de Dezembro de 1640 em Portugal, que embora valiosas, nunca vi citadas em publicação portuguesa.

renhas e de descrever a vitória de Montjuich, informaram que tinham elegido a Luís XIII para os governar e pediam o auxílio prometido. Sala trouxe carta semelhante dos Deputados.

A sua *Instrução* consistia em resumo do seguinte:

1.º Tinha de entregar a carta dos Deputados ao Rei, dar-lhe o parabem de sua aclamação e declarar o regosijo dos Catalães por êste sucesso.

2.º Agradecer-lhe o ter mandado notícias de Portugal pelo Padre Mascarenhas.

3.º Explicar que os Deputados não lhe tinham feito saber o estado das suas cousas pelas suas ocupações em prevenir a defesa e porque os caminhos por terra não eram seguros; faltavam-lhe navios e as galés espanholas vigiavam a costa.

4.º Relatar os sucessos da Catalunha ao Rei e aos ministros e oferecer memoriais e papéis.

5.º Agradecer a assistência prometida e oferecer tôda a correspondência da parte do Principado.

6.º Indagar dos ministros se o Rei podia ajudar a Catalunha com dinheiro e pedir que a assistência prometida pela carta real e embaixada revestisse esta forma, porquanto o Rei da França assistia com gente. Os catalães precisavam de dinheiro porque até aquele tempo tinham suportado sòsinhos as despesas da guerra, e lucrando Portugal com o conflito, o dinheiro havia de ser dado; se contudo não podia ser desta maneira, Sala tinha de pedi-lo emprestado, e se não fôsse em moeda corrente, podia ser em açucares e outras mercadorias.

As comunicações entre Portugal e Catalunha eram morosas e uma carta escrita por Sala em 5 de Maio aos Deputados, noticiando a sua chegada a Lisboa e a boa recepção que tivera, levou três meses a chegar ao seu destino. Em 9 de Agôsto responderam, observando que se o Rei olhasse à importância para Portugal de ocupar as fôrças espanholas

do lado da Catalunha, assistiria aos Catalães com tropas pagas por êle, ou com dinheiro. Estranhavam que Sala não tivesse dito uma palavra sôbre o ponto essencial da sua *Instrução*, que era o socorro ou empréstimo em dinheiro ou mercadorias de 200.000 *livras*, que tinha ordens para obter, e lhe recomendavam que fizesse êste pedido imediatamente ao Rei e aos ministros.

Esta quantia naturalmente viria mencionada na *Instrução secreta* que não existe hoje.

No intervalo D. João IV mandara um enviado especial, Feliciano Andrade, á Catalunha para se inteirar do estado das operações militares e das fôrças francesas, autorizando o a declarar que tinha seu exército na fronteira espanhola e só aguardava resposta do Principado para invadir Castela; que os Catalães e Franceses haviam de entrar em Madrid pela porta de Saragoça e que êle D. João IV entraria pela porta de Toledo. Em carta de 21 de Junho os Deputados insistiam com êle para que desse êste passo. Todavia estes belos planos nunca se realizaram. Segundo o Conde da Ericeira, o Rei ficou mal satisfeito com Sala, e desconfiava que tinha sido subornado pelos espanhóis e que tratára com o Arcebispo de Braga e mais conspiradores; porisso despediu o embaixador com palavras de cumprimento e oferecimentos que não surtiram efeito e em 31 de Julho dirigiu uma carta incolor aos Deputados (1).

Esta defecção prejudicou a causa comum e desgostou os Catalães (2), mas no melhor dos casos Portugal mal lhes podia ter ministrado auxílio pecuniário, pois, como foi dito a Sala, tinha as mesmas necessidades que êles.

Edgar Prestage

---

(1) *Portugal Restaurado*, 1.ª ed., vol. I, pág. 149.

(2) *Memorial Historico Español*, vol. XVI, pág. 214.

LICENÇAS.

Este papel, em que o Reverendo Padre Ignacio Mascarenhas dá conta a Sua Magestade do successo da sua embaixada ao Principado de Catalunha, não tem cousa que impeda o poder-se imprimir, antes será muito acceito a todos, vendo quanto nos outros Reynos foi estimada a felicidade que o nosso alçançou com a grande mercê que Deos nos fêz, dando-nos Rey natural e tal Rey e tam bom, convem que se saiba a diligencia e cuidado com que o mesmo Padre fez o officio que com tanta rezão sua Magestade foy servido encomendar-lhe. Em S. Domingos de Lisboa, 20 de Julho 1641.

O Mestre Fr. Ignacio Galvão.

Vista a informação, pode-se imprimir esta Relação e depois de impressa tornará ao Conselho para se conferir com o original e se dar licença pera correr e sem ella não correrá. — Lisboa a 21 de Julho de 1641.

Pero da Sylva
Sebastião Cesar de Meneses.

Pode-se imprimir. Lisboa 23 de Julho de 641.

O Bispo de Targa.

Que se possa imprimir, visto as licenças do Santo Officio e Ordinario que offerece e não correrá sem tornar a esta mesa pera se taixar. Lisboa a 23 de Julho de 1641.

João Sanches de Baena. .Cesar.
Dom Rodrigo de Meneses.

Esta Relação está conforme com o seu original. Em S. Domingos, 3 de Agosto de 641.

O Mestre Fr. Ignacio Galvão.

Visto estar conforme com o original, pode correr esta Relação. — Lisboa, 3 de Agosto de 1641.

Sebastião Cesar de Meneses.

Taixão este quaderno em hum vintem. Lisboa a 7 de Agosto de 1641.

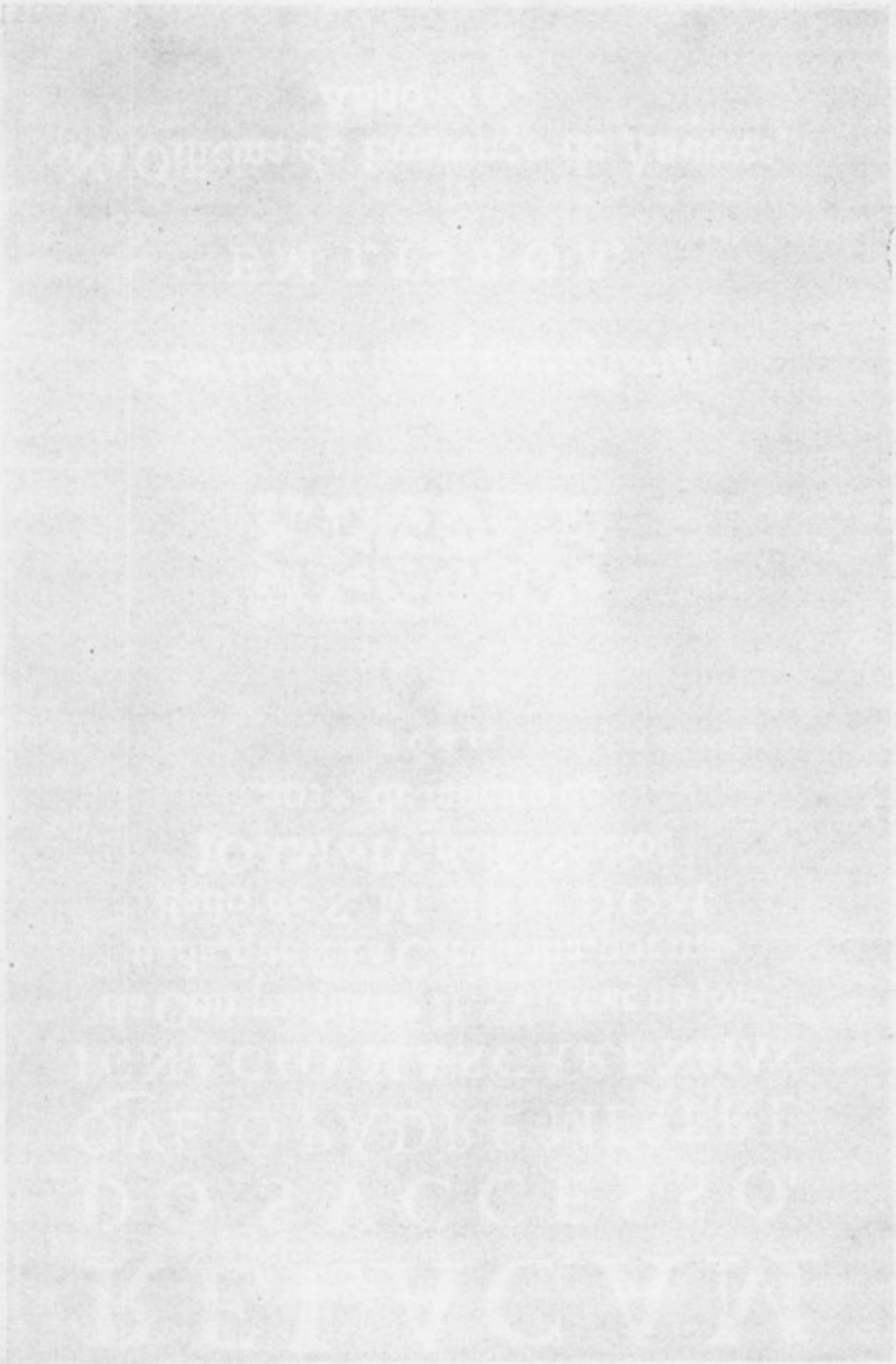
João Sanches de Baena — Fialho.

RELAÇAM DO SVCCESSO, QVE O PADRE MESTRE IGNACIO MASCARENHAS da Companhia de IESV teue na jornada, que fez a Catalunha, por mãdado de S. M. el Rey DOM IOAM o IV. nosso Senhor aos 7. de Ianeiro de 1641.

Com todas as licenças necessarias.

EM LISBOA.

Na Officina de Lourenço de Anueres,
Anno 1641.



Senhor.

Depois que parti deste Reyno pera o Principado de Catalunha, onde V. M. me enviou, experimentei de sorte a providencia divina com que Deos o tomava á sua conta, que me dei por obrigado a fazer esta breve relação a V. M. pera consolação dos que a lerem, e juntamente pera representar a V. M., como Pay, Rey e Senhor nosso, os riscos de que este Senhor me livrou e a protecção e amor com que se empenhou ao nosso Reyno de Portugal, pera que não nos mostrando ingratos a tantos beneficios recebidos, de novo o saibamos obrigar para receber outros mayores.

Levantei ferro desse porto de Lisboa aos 7 de Janeiro em huma segunda feira e de Belem em outra seguinte, 14 do mesmo, polo tempo o não consentir mais cedo, mas veyo elle tanto ao justo pera nosso intento, que a sair na maré seguinte provavelmente perdera o successo que depois experimentei, como se verá. A nao era genovesa com 16 peças por banda, tinha gente de mar e guerra 64, que todos elles estavão acostumados pera huma e outra cousa.

A terça feira, 15 do mesmo, passámos o Cabo de S. Vicente onde vimos a primeira nao de Turcos que nos quis reconhecer, e assi o fizerão seis mais em diversas paragens, mas como sentirão sempre animo de os receber com a fruta que levavamos pera isso, restingando as velas e aguardando por elles, se contentárão com reconhecer a força e não tratavão mais de a experimentar. De môr manha usou comnosco hum navio que na quinta feira seguinte descobrimos ao longe, o qual parecia mercantil e nada de menos força que o nosso: este mostrou sobre a tarde que só tratava de sua derrota, porem como foy noite, se fez na mesma esteira em que nos hiamos e como largasse todo o panno, ao sair da lua estava já comnosco, que seria pela huma hora depois da meya noite, e quando démos fé delle, estava a menos que tiro de mosquete; fizemo-nos prestes e sem a artelharia estar tôda a ponto voltámos sobre elles, fiados na Virgem de Europa que tinhamos passado e saudado aquella noite, mas o pyrata, como não fez sua presa repentina, que he o que determinava, se acolheo e nos proseguimos avante.

Para sabermos de todo a fortuna do mar, tivemos dous dias de calmaria depois de aver passado o Estreito, e logo nos deu hum furacão de vento tam furioso e perseverante que 24 horas não pudemos aguardar os dous papafigos sobre meyo mastro. Com esta tempestade desfeita descaimos sobre a Ilha de Malhorca e ouve varios votos que nos reco-

lhessemos a ella, suppondo estar por Catalunha, mas Deos nos livrou deste sinistro pensamento, sabendo que na execução delle estava nossa perdição, pois assi esta Ilha, como as duas mais vizinhas, estavão por Castella com presidio, onde, sem falta foramos muy mal hospedados.

Sesta feira, 24 do dito mes, depois de avistar N. Sn.ra de Monserrate, aportámos Barcelona, vendo na noite de antes muitos fogos que giravão da banda de Monjuic, com o que chamavão o navio que avião visto de dia e conhecida a bandeira Genoveza: não faltárão votos que nos chegassemos a tomar falla e saber alí o que passava em Catalunha, e foy mercê de Deos não o fazer, porque era o exército Castelhano que por ali estava alojado e cuidava hia a nao em seu favor e por isso a chamavão.

Lançámos ferro na enseada de Barcelona, e tanto debaixo do Baluarte que delle nos quiserão atirar, cuidando era navio em favor de Castella por ser Genoves, e por tres vezes se pos o botafogo á peca, sem ella de alguma o querer tomar, té que parárão com a determinação, esperando o esquife que já mandavamos do navio a saber o estado de cousas; e como os remeiros ao princípio se disfarçassem com negar o que levavão no navio e só dissessem hião fazer aguada, que era a ordem que levavão, não forão cridos dos Franceses e Cataláes que estavão na praya, antes os prenderam e quiserão tratear, té que confessárão vinha o navio de Portugal e trazia Embaixador delRey D. João o IV ao dito Principado de Catalunha, com a qual nova ficárão elles tam fóra de sy de contentamento que o não podião crer: porem vendo os ditos Cataláes e Franceses que os do esquife insistião na nova que davão, depois de serem ameaçados se assi não fosse, deixando parte delles presos, se vierão com a outra parte a bordo com mosquetes e mecha calada, e estando já perto do navio começárão a bradar: «Amigos, amigos, no ay que temer, que Dios es con nosotros». Não gostei eu nada de ouvir a lingoagem Castelhana neste passo e assi tratei de pegarmos nós tambem em nossos mosquetes, mas brevemente se começárão a declarar antes de sobir ao navio, narrando tudo o que passava, a saber, estar Catalunha entregue a El Rey Christianissimo, o qual era feito de 15 dias Conde de Barcelona bem e da mesma maneira que dantes o estava el Rey de Castella; tambem me disserão que o exercito de Castella queria dar batalha no dia seguinte e da disposição que avia de parte a parte.

Sabendo o que passava, mandei logo recado á Deputação de como era chegado a aquelle porto e do negocio a que vinha, e que visto ser

o aperto em que toda a cidade se achava tão grande, que me não dilatasse a licença de poder desembarcar. Logo a Deputação mandou dous fidalgos principais com grande acompanhamento em huma fragata bem concertada e adornada pera me acompanharem, escusandose delles não virem em pessoa pola causa que entre mãos tinhão. Na praya tinhão carroças e huma principal em que eu fosse té huma casa que em breve se concertou pera me agasalhar; nem tratei de me deter nella, senão que na mesma hora sahi a publicar o que por cá passava e com isso animar aquella gente que notavelmente estava descorçoada e com o que eu lhes dizia cobravão hum animo e valor incrivel. Muitas erão as causas pera os Cataláes, principalmente de Barcelona, estarem desmayados: a principal era porque o exercito Castelhano que vião diante de sy constava de passante de vinte cinco mil, entre peões e de cavalo, nos quaes entravão muitos soldados velhos ou exercitados, e os Cataláes não chegavão a oito mil peões, gente bizonha, nos quaes entravão mil e trezentos Francezes; os trezentos erão de cavalo, que poucos dias antes aviam chegado. E a causa de serem tam poucos os Franceses era por os Cataláes se não quererem sogeitar a França senão quando mais não pudérão, tam fieis vassallos forão del Rey Felippe que por mais extorsões que seu governo lhes avia feito, nunca essas bastárão para elles lhe perderem o amor e desistirem de pedir misericordia; e sendo esta tam devida, bem se deixa ver a cegueira e obstinação de quem lhe não queria conceder e só tratava de os concluir e acabar. Erão tam poucos os Cataláes em Barcelona por terem fugido muitos, que duvidavão da conservação de Catalunha por terem a mór parte do exercito em Martorel, onde esperava ao Marques de los Veles; mas este por cartas que teve de traydores de Barcelona cortou Martorel e acometeu Barcelona, cuidando achasse as portas abertas. Desanimava tambem aos Cataláes os muitos traydores que tinhão entre sy, que em toda a parte ha desta má fruita, e a môr desgraça era que os principaes erão os de que menos se podião fiar, porque como estes tinhão mayores dependencias de Castella, por seu interesse proprio vendião té a mesma Patria, como fizerão muitos, e peyor que todos hum Capitão que a Deputação avia posto em Monjuic pera defensão daquelle padrasto de que dependia a segurança ou cativeiro da cidade. Este pois dous dias antes da peleja deixou a dita praça e se bandeou com os inimigos huma noite, deixando os reductos e trincheiras em disposição que com facilidade se pudessem tomar, e as peças de artelharia carregadas de laranjas e area, peraque não pudessem fazer dano, o que causou grande desmayo em toda a cidade, vendo que aquelles que como filhos mais queridos a devião de-

fender, estes mais a offendião e lhe fazião môr guerra: por outra parte, vendo que hum cavaleiro Frances, chamado Monsiur de Spernan, em que elles muito se fiavão, os avia deixado com os dous mil Franceses que tinha, depois de aver recebido o soldo, e que não tinhão donde vir socorro, os fez desmayar de sorte que já quasi se davão por vencidos.

A este tempo quis a divina bondade que eu desembarcasse e que logo constasse pela cidade da embaixada que V. M. mandava a aquelle Principado, o que muitos, antes todos, não podião crer, e assi me vinhão buscar para se informarem e eu a elles polas muralhas e fortalezas para lho dizer, e elles não acabavão de o crer: pedião a carta de crença de V. M. não menos pera a reverenciar e pôr sobre a cabeça, como fazião, que pera se certificarem do que ouvião e não acabavão de crer: e a causa de tanta incredulidade nacia de lá não saberem ao certo nossa felicidade e a mercê que Deos nos fizera o primeiro de Dezembro, porque o barco que de Lisboa partio com a nova a Catalunha foy tomado pelos Castelhanos, e estes só espalhárão humas noticias confusas e novas viciadas, fazendo a Portugal com motim e dissensão e não com Rey: porem quando souberão de mim que o tinhamos e que era tal, e desejava tanto assistirlhes que me enviava sómente a darlhes a nova e assegura-los de todo o favor e auxilio que podião desejar, e que pellas partes de Castella que confinão com Portugal tratavamos de ir desbaratando o Castelhano com grosso exercito, que todos estavamos conformes a primeiro dar a vida que desistir da empresa, e assi não tinhão que temer, nem do Castelhano avia forças pera se defender, quanto mais pera insistir e acometer; com isto e o mais que lhes disse cobrávão tal animo, tal brio e esforço os Catalães que parecião leões; e pera que todos se vestissem do mesmo valor, mandarão que corresse palavra pelo exercito, muralhas e trincheiras de que tinhão socorro de Portugal e o mais que lhes avia dito, antes a cada passo me pedião varios que de novo vinhão lhos tornasse a repetir, dando-se o parabem huns aos outros da mercê que V. M. lhes fizera e a mim todas as graças por ser o que lhes trouxera tam gentil nova, desejando nada menos sabe-la vinte dias antes e estarem mais vizinhos de Portugal pera merecerem ter a V. M. por Rey e Senhor seu, como antigamente elegerão seus antepassados por Rey de Catalunha a D. Pedro III, Condestable de Portugal, Mestre de Avis, filho do Infante D. Pedro e neto del Rey D. João o I de gloriosa memoria. Com esta prevenção foram acometidos do Castelhano sabado pela manhã ás 7 horas; foy a peleja muy renhida e duvidosa a victoria, mas foy Deos servido da-la ao Catalão, com tal van-

tagem que ficou ganhando 14 bandeiras que eu mesmo vi, não só ganhar, mas possuir e guardar, com as mortes e despojos adquiridos que a tal victoria pedia.

Nas particularidades da batalha, posto que em toda ella fuy testemunha de vista (e não dos que mais de longe assistirão a ella) me não meto, por não ser isso o que professo nesta breve relação, como porque já por outras constará a V. M. primeiro; só o que digo he que bem considerado tudo, a duas causas, depois do poder e misericordia de Deos, se pode atribuir esta milagrosa victoria.

Primeira ao brio e esforço que estes homens cobrárão com a mercê que V. M. lhes fez em me enviar com a embaixada e com o que de mim ouvirão. Segunda a piedade e zelo christão com que toda aquella cidade soube recorrer a Deos e a sua Patrona S. Eulalia, estando o Santissimo Sacramento desencerrado em todas as Igrejas, nas quais se fazião poderosas orações que combatião o Ceo. E se quizermos pôr a terceira causa desta victoria, ha de ser os Religiosos e molheres, porque aquelles, ou por trazerem as consciencias mais ajustadas, menos temião o risco e pelejavão com mais valor, ou por melhor entenderem a justa causa da defensão da Patria, mais tratavão de a defender, não se izentando nenhum das armas e exercicio militar. A hum Capucho ouvi eu dizer, estando a cavalo, vestido de armas brancas, com caravina e pistolas (e davão no por santo): «Lá me ficão dous mortos e venho me reformar para os demais»; e hum Religioso Eremita da ordem de S. Agostinho, dizem os capitães que de lá vierão que matára mais de duas duzias á ponta da espada. Pois as mulheres (deve de ser por Eulalia santa ser sua Patrona e Capitaina) não he crivel o animo e valor que mostravão, humas com as armas, outras ministrando o necessario pera a guerra e regalo dos soldados, a que ellas animavão, não só de palavra mas com obra, não se izentando deste valeroso exercicio nem ainda as mais nobres e illustres; e finalmente andavão assi elles como ellas tam encarniçados no sangue Castelhano que não se contentavão com lhe darramar quanto podião, mas cada qual pretendia trazer lembrança dos que deixavão mortos e nas espadas trazião espetado, qual as orelhas, qual os narizes, qual as lingoas Castelhanas.

Não pareça isto feridade demasiado dos Catalães, á vista da que usou com elles o Marques de los Veles em Cambrilex, porque depois que os Catalães ali se lhe renderão a partido, os fez sair por huma azinhaga e á falsa fé, sendo que se renderão a partido, a sangue frio os matou, não perdoando a molheres nem meninos, exercitando nelles crueldades nunca vistas; nem ao sagrado perdoou nesta occasião, por-

que abrazou os Templos depois de os saquear e queimou os Sacrarios; emfim não perdoou nem aos Santos de Catalunha.

Acabada esta victoria, se retirou o Castelhano vergonhosamente: a causa nem elles a sabem dar, nem eu escrever, mas sei que tinha ganhado as trincheiras de Monjuic valerosamente e que a mayor parte do exercito hia avançando a fazer o mesmo, porem huns 30 Catalães que sairão de refresco, dizendo: «Já vem socorro de Portugal, já chega o de França», afracárão tanto os Castelhanos que todos perderão o animo, muitos rodavão pollo monte, muitos se matavão huns aos outros. Depois que livrárão de Monjuic, rompendo os fossos e pontes pera que os nossos lhes não fossem dando nas costas, fugirão e desaparecerão. Ficámos recolhendo os despojos da victoria e a melhor parte delles consagrámos a Deos e á Virgem Mãy, em cujo dia e por cuja intercessam vencemos a nossos inimigos.

Tornei á bocca da noite a dar o parabem á Deputação, assi do Principado como da Cidade, e elles m'o davão a mim, querendo que á minha chegada e embaixada em tam sazonado tempo se devesse; estavão porem todos temerosos que o exercito Castelhano se tornasse a formar, postoque já tam distante de nos e nos com melhor partido, pola soldadesca de Martorel ir chegando; comtudo podia outra vez acometer, pretendendo restaurar a honra perdida; desejavão socorro de França, o qual não podião pedir por terra, por o exercito contrario lho impedir, nem por mar, por não terem ao presente embarcação alguma que poder mandar, mais que duas galés sem chusma del Rey Felippe que no porto ficarão quando se levantou Catalunha. Em vendo a urgente necessidade e quanto dependia nossa conservação do bom successo de Catalunha, e que já tinha comprido com minha embaixada e dado as cartas para os Capitães e pessoas principaes Portugueses do exercito Castelhano, me offereci á empresa de ir no meu navio a Marselha e trazer o socorro, porque sem eu ir nunca o Genoves lá chegára, nem o socorro viera, e sempre a mim se me daria mais a proposito, por lhes saber representar melhor o estado de Barcelona como testemunha de vista e o em que deixava a Portugal, que foy tambem o que me moveo fazer a jornada, porque os Franceses té então não sabião ao justo, antes lhes avião dito muita mentira os Castelhanos.

Não cuido que merece esta acção censura contra o valor, como alguns, que devem ter na lingoa o que lhes falta nas obras, quizerão dizer; porque quem entrou em Barcelona antes de aver pelouros e assistio polas muralhas e trincheiras emquanto os ouve, nem se sahio da cidade senão depois de os não aver e o inimigo se retirar, bem mostra

que não fugia delles e que o sair entam a outros riscos mayores só era por remediar não os aver tam cedo em Portugal; e o certo he que nisto e em tudo o mais tive sempre diante dos olhos o mayor serviço de Deos, de V. M. e bem deste Reyno; e nesta acção cuido o mostrei mais que em todas. Com estes intentos me embarquei e dei á vela Domingo seguinte e sobreveyome logo calmaria que tres legoas de Barcelona esteve o navio surto por dous dias, como se estivesse sobre ferro. Aqui me vi no mayor perigo da jornada, porque estando nesta calmaria chegou o Duque de Fernandina com as suas galés pera socorro ao exercito Castelhano, e com as vermos de ca e contar as galés, elle milagrosamente, ou nos não vio, ou Deos o moveo a nos não acometer, que o fazel-o tinha a presa na mão polas galés serem muitas e bem armadas de gente. Acabada esta calmaria, veyo hum pé de vento tam grosso e tam rijo que nos vimos em grandissimo risco no golfo de Leão; pelo menos julgou o capitão e mais officiaes do navio que era impossivel o aportar em Marselha, nem porto algum de França, porque já então estávamos alem de Saboya que avistámos, e que só podiamos anchorar quando muito em Monaco ou Genova, e como Monaco fosse da confederação de Castella, e Genova porto livre, pareceo me melhor desembarcar em Genova e dali por terra tomar França, que me dizião era muy facil; com estes pensamentos aportámos em Genova aos 6 de Fevereiro.

Escassamente aviamos lançado ferro quando a cidade se começou a despejar e a virem todos em barquinhos a bordo pera saberem novas de Portugal, que de longe avião já conhecido o navio por Genoves e sabião donde vinha; e não menos desejavão saber as novas de Barcelona, que como em Genova ha muitos apassionados por Castella e estes sabião da aventeia do poder que levava o exercito Castelhano ao Catalão, ja se fazião com a victoria alcançada; mas como lhes dissemos fora tudo pelo contrario, a huns cahio o coração aos pés e os mais o não podião crer: menos se podião persuadir na conformidade e comum consentimento com que V M. fora acclamado e jurado por Rey em todas as cidades, villas e lugares deste Reyno e dos Algarves, porque tambem disto não tinhão senão humas noticias muy confusas e viciadas por envejosos Castelhanos, que não querião conceder esta nossa felicidade, mas só lhe chamavão hum levantamento confuso e dividido, como o antigo do Alemtejo.

Tanto que desembarquei, não me esqueci de escrever a Marselha o estado de Barcelona pera lhe grangear socorro, e assi mandei algumas outras cartas da Deputação e Capitães Franceses dos que lá estavão,

nas quais todas representava o aperto em que se podião ver. Montarão tanto estas que logo o Cardeal de Leão, que entam se achava em Marselha, e o Marechal Governador de Provença mandarão seis navios carregados de armas, gente e bastimentos com que os Catalães de Barcelona cobrárão novo alento e de todo se derão por seguros, e muito mais com apos este socorro lhe ir logo outro e muitos, té sair o Arcebispo de Bordeos com sua armada, o que segurou a bolada, impedindo e tomando os socorros que o Castelhano queria meter em Catalunha; das quais presas eu vi por meus olhos a que tomára em hum só dia, que constava de 5 navios grossos, duas galés e huma polhacra, carregadas todas estas embarcações té o tope e bastimentos e destas depois fez muitas: assi que fiquei nas piozes em Genova, mas com as cartas que dali mandei a Marselha se obrou a segurança daquelle Principado de Catalunha, como se eu lá fosse; e fez isto com que em Barcelona não ouvesse mais peleja que aquella em que eu assisti.

Com as novas que estes Genoveses apassionados de Castella me ouvirão, (se bem não deixa de aver tambem muitos amigos e apassionados de França e Portugal), me cobrávão tal aborrecimento que logo no semblante o mostravão e com as palavras e gestos manifestavão o sentimento do coração. Para môr desgraça minha me forão alojar em huma estalagem na qual em hum quarto estavão alojados muitos castelhanos, criados do Marques de Laganes, que ali se esperava, vindo de governar Milão, o qual como seja tam aparentado em Genova, vinhão muitos destes Genoveses fazer consultas com os Castelhanos, e todos elles levavão a mal verem me sair e entrar pola mesma porta, e môr enfado lhes deu quando começárão a rastejar fora eu enviado por V. M. a Barcelona com officio de embaixador, o que eu negava com disfarce, e nisso mesmo mais se confirmavão, antes tinhão pera sy que ainda passava a Roma com negocios da mesma importancia, e depois de me darem a morte pretendião tomar os papeis que levava de V. M. pera delles fazerem prato a Castella, como fizeram alguns capitães Portugueses e, mais que capitães no exercito Castelhano das cartas que lhe mandei, em que lhes oferecia a passagem e intimava as ordens de V. M. grangeando com isso postos avantajados e desfazerse o terço Portugues.

Começárão pois estes confederados de Castella atreiçoadamente a me armar siladas em que me colher: a primeira foi que me enviárão hum Milanes, muy luzido e bem posto, que fazia e muito bem a figura de aver sido em Alemanha do serviço do Iffante D. Duarte, que Deos nos traga, e logo ajuntava que não desejava outra cousa senão ir buscalo

a Portugal, onde era passado já, (estas novas, que então corrião em Genova, não merecemos fossem verdadeiras), porque avia recebido de sua real mão tantas e taes mercês elle e seu pay, porém que temia os Castelhanos e apassionados de Castella que o podião colher e maltratar, pedia que lhe desse conselho e o amparasse, pois se bem não era Portugues no sangue, o era tanto no affecto: enlevárão-me, confesso, ou enganarão-me suas razões e aver sido o que me dizia, e naturalmente me compadeci delle polo ver no mesmo risco, posto que fingidamente, em que eu me via. Fi-lo que tornasse á noite pera nos aconselharmos com hum Genoves que me mostrava bom affecto e ás cousas de Portugal; não me estimou elle menos, visto então por eu estar bem acompanhado de gente não poder executar sua má tenção: tornou á boca da noite e diante do Genoves tratou sua causa que nos pretendemos remediar, quánto foy possivel, mas como outra o trazia e com má tenção e elle visse mais gente do que queria pera a executar, não se deliberava té que o fizemos levantar. Ao dia seguinte veyo ter comigo hum pobre Tudesco, que se confessava criado daquelles Castelhanos que estavão na mesma estalagem, ou pera melhor dizer Anjo disfarçado, que tomava á sua conta minha guarda e defensão: este me disse como seus amos e outros do lugar tratavão com calor matarme e que a isso avião mandado o dia de antes a hum Milanes chamado D. Miguel de Navas, capitão de couraças, o qual com capa de se fazer do serviço do Iffante D. Duarte vinha armado com duas pistolas, deixando á porta da estalagem dez homens armados em sua defensão, com hum cavallo bem concertado, e que este dera por escusa de me não aver morto aos que o mandavão, por eu estar com o Genoves e criados á porta. Agradeci-lhe eu esta lembrança que me fazia e com promessa de lha satisfazer lhe pedi que de novo visse se avia de que me avizar mais e que o fizesse: inda eu entam cuidava era isto embuste pera ganhar dinheiro, porem o bom Tudesco tornou á tarde dizendo que seus amos sabiam ser eu irmão de hum conde, que estivera no Brasil, e agora estava em huma praça governando por ordem de V. M., e que eu era parente dos rebeldes de môr consideração contra Castella, mandado por V. M. a Catalunha a negocios de importancia e que no caminho de Roma, para onde cuidavam eu hia, me esperavão pera me matar, e na estalagem tratavão o mesmo.

Confirmei me entam em ser verdade o que me dizia o Tudesco, e na mercê que Deos me fizera em me livrar do atreiçoado Milanes, como da boa vontade que esta gente me tinha, e muito mais por ver que aquelles homens me tinhão posto vigia pera onde quer que eu sahia, a

qual fielmente me acompanhava á vista e assi com trajo mudado, eu e meu companheiro nos recolhemos á outra casa oculta, e não foy pequena mercê de Deos acha-la e poder chegar a ella, escapando os vigias que tinhão posto, das quais era consentidor hum moço que levava, o qual me tinha vendido. Mil juizos se lançavão sôbre esta minha ausencia: huns me fazião partido pera Roma, outros pera França, e conforme cuidavão, assi mandavão gente no alcance por mar e por terra; huma embarcação mandavão bem guarnecida de gente armada ao golfo de Specie (1) em busca de mim, cuidando passava a Roma, porem ella se sorveteo e se afogárão 40 homens que dentro hião. Neste comenos chegou o Marques de Laganés de Milão e com sua chegada crescerão as diligencias com grandes promessas de dinheiro: quinhentos dobrões se chegárão a offerecer a quem me descubrisse; todos os patrões e pilotos da Ribeira estavão peitados pera que me entregassem, porque lhes constava não ter eu passado de Genova, e como Carlos Doria (segundo meu perseguidor) fosse governador das Galés de Castella e imperasse toda a marinha, todos lhe obedecião e dezejavão comprazer. Sabendo pois o Marquez de Laganés estar eu dentro em Genova, me foi pedir elle mesmo em pessoa ao Senado, dizendo era traydor a Castella, mandado por V. M. a Barcelona por embaixador; que era bem que como rebelde me entregassem a El Rey de Castella e assi de sua parte lho pedia e requeria; porem o Senado lhe respondeo que se eu era pessoa de tanto prestimo e qualidade que V. M. me occupava em officio de tanta consideração como era ser embaixador seu, que não era bem que elles agravassem a tal pessoa e a tal Rey, sendo a sua Republica livre a todos, e se eu não era o que elle dizia, não parecia tambem rezão entregassem a hum innocente: he bem verdade que não faltárão alguns que votárão me entregassem.

Tornou elle a instar segunda e terceira vez, mas não lhe montou mais que a primeira: tratou então de por sua industria e violencia me aver, crecendo as diligencias, multiplicando promessas e fulminando ameaças contra quem me amparava; e porque cuidou hum Genoves rico e nobre me amparava, lhe mandou confiscar 40 mil cruzados que tinha de renda em Napoles e a outro, que não tinha a fazenda, tratou que satisfizesse com a vida; mas o que a mim mais me escandalizou foy certo Portugues que com elle vinha, a quem eu polo ser e ter com elle rezão, tratei quanto pude de o reduzir e ganhar, e este foy o que mais

---

(1) Spezia.

me perseguio e andava no alcance por comprazer ao Laganés. Vendo eu que se hia descobrindo a pousada aonde estava e que se podião maltratar os que me amparavão, com seu beneplacito me mudei, passados oito dias, desta casa pera a de hum clerigo virtuoso e desta, passados tres dias, pera outra de hum cavaleiro que não temia, nem devia. Emfim inda aqui se soube onde estavamos e com ser pessoa grave e de respeito, lhe vinhão cercar a casa de dia e de noite com postas pera que delle não pudesse sair, tanto que vim a fazer queixa em nome de V. M. ao Senado da violencia que se me fazia, onde fuy bem ouvido e respondido, offerecendo me guardas em minha defensa e tudo o que fosse necessario; com a qual diligencia que fiz no Senado cessou algum tanto o demasiado vigiar sobre mim: fazendo pois da necessidade virtude, visto acharme em Genova, onde ha muitas armas de que nos tanto necessitavamos, fiz com alguns mercadores que mandassem cá copia delles, como vierão, dirigidas a João Baptista Lavioza, mercador Genoves desta cidade. Entretanto, sabendo de tres navios olandeses que estavão pera partir a carregar de sal à Ilha de Evisi (1), os fretei a todos pera me pôrem na primeira terra de França e assi me embarquei depois de lhes aver a palavra aos 21 de Março ao meyo dia, levando em minha guarda té o navio duas companhias de soldados bem armados e bem pagos, com o que se ficárão os Castelhanos e seus sequazes bem corridos e envergonhados, os quais fazião a presa já tanto sua que publicárão terem-na já de sua mão e de Castella me enviarão por duas vezes buscar com mais acompanhamento de alguazis e ministros do que eu desejava, e assi dei por bem empregado o enfado de 42 dias de sepultura polos ver tão frustrados em seus intentos. Em Florença soube avião preso por varias vezes varios Portugueses passageiros, porque tinhão alguns sinais dos que de mim tinhão dado.

Em outros muitos riscos e perseguições não menores me vi nesta terra e polas que passei e muito mais para sentir polos atiçarem Portugueses, ainda estando em outras, que polo sangue e Pátria devião obrar de outra maneira, quando não fosse por satisfazer e pagar ao desejo que lhes mostrei de os reduzir e ganhar em Portugal. Deixo de os nomear a V. M. por não causar enfado, como tambem polos não envergonhar de novo a elles, que me consta estão hoje bem corridos e alcançados de se verem com a occasião perdida, arriscados a não terem outra como a que tiverão pera della lançar mão; só digo que no meyo de tantas per-

---

(1) Iviça (?).

seguições sempre dei minha vinda por muy bem empregada, antes ed novo me tornára a meter nelles polo serviço de V. M. e mayor bem deste Reyno, nem me faltou jamais a confiança de que Deos me livraria de todas com sua milagrosa providencia, como fez, pois erão por hum Rey e Reyno que elle tem tomado á sua conta.

De Genova vim a Cavallario (1), primeira terra de França, correndo toda a Provença e Lengadock, onde os Franceses me recebião nos braços e não cessavão de louvar aos Portugueses pelo que avião feito; em particular o Arcebispo de Bordeos, que achei em Cadaques (2) com a sua armada, o qual se amostrou muy desejoso de com ella vir servir a V. M., allegando pera isso, alem da vontade que tinha, o saber muito bem os portos de Portugal e Castella, polas muitas vezes que de longe os tinha corrido; e não he crivel quanto os Franceses geralmente desejavão vir servir a V. M., tanto que se eu tivesse comissão pera isso, pudera trazer muitos mil, assi de cavalo, como de pé. Daqui me tornei a Barcelona a colher o fruito das cartas que avia mandado ao exercito, e de novo fiz imprimir a carta de crença que levava e a provisão de V. M. o que tudo se espalhou polo exercito pera que a todos delle, principalmente aos Portugueses, constasse da verdade e se pudessem vir, e sem duvida todos se virião se o seu terço se não reformáva polos outros Castelhanos, mas com todo este aperto os principaes Capitães e cabos se vierão passando á instancia das cartas que lhes mandei, expondo se a grandes riscos por vir a servir V. M., no que merecem grande louvor e serem remunerados da Real mão de V. M. E he de notar que com serem as que escrevi ao exercito tantas que passárão de trinta, todas e cada huma dellas foy dada em mão propria do capitão ou soldado pera que hia, o que não atribuo tanto á diligencia humana quanto á providencia divina. Com parte delles me vim pera Bordeos, pera dahi lhes fazer passagem, o que fiz a passante de duzentos, esperando polos demais que viessem; e porque tive noticia que Tarragona estava já tomada por França, e que da parte de Barcelona estavão passante de duzentos Portugueses já vindos do exercito, mandei a meu companheiro, o Padre Paulo da Costa, pera que os trouxesse a todos pera vir na mesma armada, mas eu, porque achei entretanto ocasião de huma caravela que da Rochela partia pera cá, me embarquei nelle com nove capitães, quatro alferes e os mais soldados que actualmente tinha, que vinhão a

---

(1) Cavalaire, bahia e porto entre Hyères e S. Tropez.

(2) Porto da Catalunha.

ser passante de cincoenta, armando-os primeiro a todos com mosquetes e bandoleiras pera a occasião que se offerecesse, como porque assi serião mais bem recebidos neste Reino, facilitando me todo o risco do caminho o desejo que tinha de me lançar aos pés de V. M. que Deos nos guarde pera propagação da Fé Catholica e grandes aumentos de seus Estados. Lisboa aos 20 de Julho de 1641. — *Ignacio Mascarenhas.*

O MOSTEIRO DE LORVÃO E AS INVASÕES FRANCESAS

Há anos, procurando, na direcção de finanças do distrito de Coimbra, alguns documentos que precisavamos consultar, deparou-se-nos um livro manuscrito encadernado, que pertencera ao mosteiro de Lorvão, no qual encontrámos muitas notícias, que constituíam elementos apreciáveis para a história do referido mosteiro.

Êste livro começou a ser escrito talvez depois do meado do século XVIII, mas continha notícias relativas a tempos muito anteriores e também algumas referentes a sucessos ocorridos no século XIX. Estava truncado, faltando-lhe muitas folhas. A primeira que nele encontrámos era marcada com o número 32.

Dentre as notícias nêsse livro exaradas, tirámos cópia de uma relação, redigida pela cartorária do dito mosteiro D. Joana Delfina de Albuquerque, do que sucedeu no mesmo mosteiro por ocasião das três invasões realizadas em Portugal pelos franceses no século XIX.

Por nos parecerem muito curiosos e interessantes os factos narrados nesta relação, achámos conveniente arquivá-la no *Instituto*. Em seguida, pois, a reproduzimos fielmente, alterando-lhe apenas a ortografia, e desdobrando-lhe algumas das suas abreviaturas.

Coimbra, Julho de 1926.

AUGUSTO MENDES SIMÕES DE CASTRO.

Relação do que se passou nêste mosteiro de Lorvão desde a primeira invasão dos franceses até que foram expulsos do reino a terceira vez em Abril de 1811

Logo que pelo verão do ano de 1807 se soube nêste mosteiro de Lorvão que o exército francês marchava pela Espanha para invadir êste reino, com quem a França tinha rompido despedindo o nosso embaixador, esta comunidade começou a dirigir ao Céo as suas ferverosas súplicas por meio de preces e vários exercícios de piedade, a fim de conseguir de Deus livrar o reino do perigo iminente que o ameaçava com a entrada dos franceses; a qual fês o seu exército, comandado pelo general Junot, em Lisboa no dia 30 de Novembro de 1807, tendo-se evadido no dia 27 a raínha, o príncipe regente e mais família real com a sua côrte para o Rio de Janeiro; cujas notícias não afrouxaram as rogativas a Deus, e só causaram uma geral mágoa e consternação.

Em Fevereiro de 1808 esta comunidade se viu necessitada (como todo o reino) a reconhecer por seu soberano ao imperador dos franceses Napoleão, e enviarmos muita parte da prata dêste mosteiro para a contribuïção que êle impôs ao reino, em que ela tôda devia entrar, menos os cálices, e juntamente concorrermos com o têrço das nossas rendas, do que pouco chegámos a mandar, porque em Junho dêsse ano se começou pelas partes e províncias do norte a rebelar a nação contra os franceses, que em Agôsto do dito ano foram obrigados a fazerem uma convenção com o general inglês de evacuarem o reino, depois de serem muito batidos pelo seu exército e português na batalha do Vimeiro, o que se verificou no dia 15 de Setembro, que se arvoraram em Lisboa as nossas bandeiras com a maior alegria, de que participou esta comunidade, e dirigiu ao Céu as mais vivas e

solenes graças por êste tão desejado benefício, sem que porém nunca cessassem os ditos exercícios para implorar a duração de tão grande bem.

Era prelada dêste mosteiro a Ex.ma S.ra D. Maria Casimira de Meneses, e estando no fim do seu triénio, passou esta comunidade a fazer nova eleição, e saiu eleita a Ex.ma S.ra D. Ana Luiza de Vasconcelos.

Poucos meses passámos que nos não vissemos em novos sustos, e precisadas a redobrarmos as preces e devoções, dirigindo ao Céu as nossas súplicas pela salvação do reino, de perto ameaçado por outro exército, que projectava nova invasão.

Realizou-se esta segunda invasão dos franceses comandados pelo general Soult, entrando por Chaves nos fins de Março de 1809; e, passando por Braga, conseguiu entrar no Pôrto em quarta feira de trevas 29 de Março, o que logo se soube aqui, e causou uma grande aflição, obrigando algumas religiosas a saírem da clausura com o fim de escaparem ao perigo, que se receava, de chegarem a êste mosteiro os franceses por estarem ameaçando o rio Vouga.

Não passaram adiante, porque em o princípio de Maio entrou em Coimbra o exército inglês e português comandado pelo general Lord Wellington, que no dia 12 fês a sua entrada no Pôrto, que desamparou o exército francês, retirando-se pela mesma estrada, por onde tinha vindo, com muita perda, e geral alegria das gentes, de que participou esta aflita comunidade, a que logo se vieram unir as religiosas que tinham saído, e todas juntamente agradecemos a Deus êste grande benefício.

Tinha precedido a êste acontecimento terem-se tomado tôdas as medidas possíveis de acautelar-se ao saque furioso de tão bárbaros inimigos os preciosos tesouros dos corpos das nossas Santas Raínhas, trazendo-os dos seus altares para dentro do mosteiro, escondendo-se com a maior cautela e

possível decência, e assim mesmo o santuário e resto das alfaias e preciosidades da igreja; conservando-se tudo desta maneira na terceira invasão do maior exército francês, comandado pelo general Massena, que entrou no reino e se fês senhor da praça de Almeida em 22 de Agôsto de 1810.

Em dezanove e vinte de Setembro esteve alojado no hospício dos religiosos dêste mosteiro o general Lord Wellington com todo o seu estado maior, sustentando-se à sua custa, sem que do mosteiro fosse mais que algumas cousas para o serviço e um mimo de doce, que ele agradeceu muito à prelada, tratando-a com a maior civilidade, assim como a tôda esta comunidade, e lhes disse não estávamos aqui bem e nos devíamos retirar, para o que êle concorreria em caso de precisão.

Logo no dia 22 de manhã começaram a sair dêste mosteiro algumas religiosas, mesmo a pé, consternadas e atemorisadas por verem aproximar-se o inimigo e que já os padres confessor e feitor se tinham ausentado de noite sem o publicarem.

De tarde saíram muitas mais religiosas e a prelada, da forma que se puderam arranjar, e a maior parte sem parentes; não tendo antes a prelada proporcionado meios alguns para isto, pela impossibilidade em que estava o mosteiro por falta de dinheiros.

Desde êste dia até o último de Setembro foi saindo a comunidade acomodando-se algumas religiosas mais velhas e das terras mais remotas, com muitas criadas, no lugar de S. Mamede.

Em o primeiro de Outubro por fim de tarde acabaram de sair 6 únicas religiosas, que ainda aqui existiam, para o sítio de Vale do Fojo, como foram a madre ex-abadessa D. Maria Arcângela, e a madre ex-abadessa D. Maria Tomázia de Albuquerque, e as madres D. Antónia Gertrudes de Albuquerque, D. Ana Bárbara, D. Maria Delfina, D. Joana

Ferraz, e D. Maria Cândida, onde se conservaram até domingo 7 do dito mês de Outubro, amparadas pelo caritativo, zeloso e inteligente escrivão dêste mosteiro José Alves Cardoso, que não só dirigia tudo o que respeitava à subsistência e cómodo possível das religiosas e grande número de criadas, mas a que o mosteiro, onde apenas tinham ficado quatro criadas muito velhas, não fôsse roubado pela gente dêste povo, como pretenderam, e êle muito bem soube atalhar.

Sabendo as seis religiosas no dia seis que os franceses tinham saído de Coimbra, resolveram recolher no dia 7, que era domingo, dia de N. S.ª do Rosário, com mais quatro outras dos sítios vizinhos, que se lhes juntaram.

Vieram ouvir missa a êste mosteiro, onde com mediação de poucos dias se chegou a aumentar o número de 25.

Continuaram logo com as suas súplicas a Deus, a quem davam graças por se verem outra vez no seu mosteiro livres dos insultos bárbaros de um exército tão desenfreado; pois que apenas em S. Mamede encontraram duas religiosas, que foram a madre D. Paula Michaela, já muito decrépita, e a madre D. Joaquina Cândida, demente, a quem não trataram como costumavam, satisfazendo-se com roubarem os móveis de outras religiosas, que para lá os tinham mandado. Assim mesmo logo começaram a rezar em o côro regularmente do modo possível em uma comunidade tão pequena e em conjunturas tão calamitosas, porque, além de serem muitas as empregadas nas oficinas do mosteiro, outras andavam de contínuo no exercício de fazerem manifestar os remédios temporais e espirituais a um grande número de criadas infêrmas da malina que então grassou dentro do mosteiro, da qual morreram vinte e uma, e nenhuma religiosa foi atacada, nem o médico dêste mosteiro o Dr. António Xavier Pereira da Silva, que logo recolheu e constantemente assistiu às infêrmas com todo o desvelo, assim como alguns religiosos do colégio da Estrêla e Pedreira, os quais lhes

assistiam e sepultavam, e diziam as missas à comunidade, porque dos religiosos da casa apenas nos fins de Novembro apareceu e se conservou assistindo aqui o padre cartorário fr. António Montenegro.

O susto contínuo de voltarem os franceses da província da Estremadura moveu algumas religiosas que se achavam no mosteiro a procurarem a casa de seus parentes, e outras a nossa quinta da Esgueira, para onde logo no princípio tinham partido algumas religiosas, e depois em os fins ou princípios de Dezembro se lhes juntou a actual prelada a Ex.ma S.ra D. Ana Luísa de Vasconcelos Coutinho, que até então andou pela sua terra de Soure e vizinhanças, chegando a ajuntar-se ali dezoito religiosas.

Apesar dos contínuos sustos em que estávamos da volta do inimigo, e pelos reforços que lhe entravam, que faziam as suas costumadas atrocidades por onde passavam, como era pelas terras de Poiares e outras, sempre continuaram a permanecer religiosas nêste mosteiro; as quais ùltimamente, no dia 13 de Março de 1811, foram obrigadas a sair ràpidamente para as vizinhanças de Bussaco, ficando ainda nêste mosteiro a madre D. Maria Arcângela de Melo, a madre D. Leonor Joana de Albuquerque, a madre D. Gracia Perpétua Beltrão e mais cinco religiosas que não se tinham ainda podido retirar, mas nêsse mesmo dia chegou ao mosteiro aviso do general Trant que lhes mandou dizer que os franceses tinham desistido do empenho de entrarem em Coimbra e que por Foz de Arouce se retiravam perseguidos do nosso exército, o que sabido pelas religiosas fugidas fês com que se recolhessem tôdas com as comodidades possíveis, que tôdas lhes tinham faltado na saída.

Conservou-se na nossa quinta de Esgueira a prelada com as religiosas acima mencionadas, acompanhadas pelo padre capelão dêste mosteiro fr. João do Amaral até à semana antes de Páscoa, princípios de Abril, que recolheram juntas

pela igreja, onde se cantou o *Te Deum laudamus,* e assim mesmo se continuaram a recolher as outras religiosas que faltavam e os padres confessor e feitor.

Em 5 de Novembro de 1811 o prelado veiu fazer eleição de nova prelada, que foi a Ex.ma S.ra D. Maria Tomásia de Albuquerque, e por recomendação do mesmo prelado a mim D. Joana Delfina de Albuquerque, cartorária dêste mosteiro, para se fazer assento do que se passou, assim o executo com a possível individuação, por ser uma das que primeiro se recolheram a êste mosteiro.

PREHISTORIA DE SALAMANCA

(Cont. do n.º 4, pag. 493)

c) *Los Castros*

Después de vivir el hombre por mucho tiempo en las cuevas acobardado y medroso, sin atreverse a afrontar la naturaleza indómita, por falta de experiencia, por temor a los frios, a los hielos y a las fieras, llegó un día en que, aumentada la familia y la tribu, amaestrado el hombre en el continuo batallar con las fieras, con los hombres y con los elementos, perfeccionadas las armas de ataque y de defensa, convertido en pastor y en agricultor y cambiadas las condiciones climatológicas del globo, aquél se sintió fuerte, se apercibió al combate y desafió a la naturaleza; y descubriendo en medio de la selva un cerro coronado de magnífica explanada y de difícil subida, comprendió que la subida, el aceso, podría hacerse imposible por todas partes menos por una, y esa la podria defender como la entrada de la cueva. Y el hombre de las cavernas se estableció en los castros. Son los castros colinas naturales que el hombre utilizó para vivir en ellas como en una fortaleza y en los que hacían el oficio de murallas las laderas más o menos pendientes, más o menos escarpadas y también zanjas, empalizadas y foros artificialmente construidas.

En esas fortalezas se establecieron los hombres en época remotísima; algunos continuaban poblados en tiempos de la conquista romana; en otros construyeron una muralla alre-

dedor y son hoy pueblos y ciudades; otros por fin perdieron su importancia, fueron abandonados y son hoy tierras aradas, campos de soledad, que llevan por nombre, *castros, croas, o coronas, castillos, castrillos* o *castriellos, cerca* o *cerco, mesa, despoblado,* etc.; nombres que indican o su naturaleza o su destino primitivo.

En ellos construyó el hombre sus cabañas, erigió altares a sus dioses y se dedicó a la caza, a la pesca, al pastoreo, a la agricultura y al cultivo de las artes.

*
* *

1. *Castro de San Cristóbal de la Cuesta.* — Se halla a la izquierda de la carretera de Valladolid, después de pasar el km. 106 entre Castellanos de Moriscos y San Cristóbal. Está completamente desfigurado y no da idea de lo que son esta clase de fortalezas. El arado y las lluvias trabajando en echar la tierra hacia abajo, lo han dejado tal que no lo reconocerían los mismos que lo poblaron si resucitasen sólo para eso.

2. *Castro de Villamayor* (Est. 7, fig. 1). — Se encuentra a la derecha de la carretera de Ledesma después de recorrer seis kilómetros. Aunque bastante desfigurado también, da mejor idea que el anterior de lo que ha sido un castro; ofrece la particularidad de llamarse *Teso de San Miguel*, y castro la llanura inmediata. Fácilmente se explica este cambio de nombres teniendo en cuenta que las gentes que poblaron el castro tenían allí sus altares y sus dioses a quien invocaban; abandonando el castro, seguían congregándose en el mismo santuario para hacer sus oraciones y ofrecer sus sacrificios; predicado el cristianismo, muchas personas aferradas a la antigua religión, seguían las mismas costumbres y

aun algunos cristianos por ignorancia o por superstición acudían a la colina sagrada conservando ciertos recuerdos paganos, ciertos resabios gentílicos y, para cortarlos, una vez vencido el paganismo, levantaron allí los cristianos una capilla a San Miguel, cuya antigüedad puede remontarse todo lo que se quiere sin temor a anacronismo; determinaron ir todos los años a visitar procesionalmente la dicha capilla, como se ha venido haciendo hasta pocos años ha, y quedó cristianizado el lugar. En Villamayor dicen que en esa colina se apreció San Miguel. Poco a poco, insensiblemente, el antiguo nombre de castro pasó a designar la llanura inmediata y el cerro se bautizó con el nombre de *Teso de San Miguel*.

3. *Castro-Enriquez.* — Está en la finca del Duque de ese titulo, junto a la estación de La Bóveda. Castro-Enriquez es dominación que abarca gran extensión; el castro hay que reducirlo a un sitio que llaman el castillo, que es una montaña cónica donde se descubre un gran horizonte y en cuya cima se notan vestigios de antigua edificación; aparece algún ladrillo arcaico y cerámica del tipo de los castros portugueses.

4. *Castraz de Yeltes.* — Este pueblo debe su nombre al antiguo castro que hoy llaman la Mesa Grande, entre Castraz y Alba de Yeltes. Es una fortaleza de gran perímetro que no se recorre en una hora a pie. Por el S está defendida por un gran acantilado de veinte metros de altura, además de formar el rio allí un verdadero foso; por el W. sigue el mismo acantilado con subida más o menos escarpada pero siempre difícil y por el N. y E. se ve aún el foso artificial que rodeaba la fortaleza y que siempre conserva mayor elevación que el exterior. A ese foso o empaliza llaman gavia en Castraz. El interior es llano como lo indica el nombre

que lleva de mesa. No se ven restos de edificios, ni de cerámica, y es que está dedicado un terreno a pastos y no se remueve la tierra. Lo que sí hay en el interior es una charca para aprovechar el agua en tiempo de lluvia. Un hacha neolítica es todo el ajuar que se conserva y que yo tengo. En la parte occidental donde el foso se junta con el acantilado hay una bajada secreta, una excavación, un camino ancho, que baja diagonalmente, oculto por la misma tierra y más oculto aun por los abundantes encinares. En sus inmediaciones hay tres dólmenes de que dí cuenta más arriba. Abundan las leyendas y tradiciones de tesoros que se esconden por allí, en la Fuente de los Enamorados y en otros puntos. Yo conservo una carta, relativa a esto, que se prestaría para una comedia. Los vecinos de Castraz dicen que los «antiguos quisieron fundar aqui, en la Mesa Grande, a Ciudad Rodrigo».

5. *La Mesa.* — En término municipal de Cabrillas entre el Fresneda y la Sierra de Santa Olalla, es decir, entre dos arroyos. Me fundo, para calificarlo como castro, en su forma, en su posición estratégica al pie de corriente para tener asegurado uno de los elementos de la vida y en el nombre que lleva. Es de extensión considerable.

6. *La Mesa.* — En termino de San Muñoz, junto a la carretera de Tamames, en la confluencia del Huebra y el arroyo Barajas. Presenta el aspecto de una fortaleza primitiva; en la pendiente que mira al N.W. debajo de grandes moles de piedra en formación, han aparecido muchos huesos y aun cadáveres humanos que no han podido ser examinados. En las proximidades se encuentra la Fuente Mora. Debo estos informes a mi amigo D. Juan M. Castaño, de quien eran los obreros que encontraron los huesos y cadáveres.

7. *La Septa*. — En Aldeaseca de la Armuña, a 8 kilómetros por la carretera de Zamora al N. de Salamanca, frente al kilómetro 220, a la derecha de la carretera hay un teso con la forma de castro, con un desnivel de 6 a 7 metros por el N. y dos grandes zanjas por el E. y W. que partiendo del N. tienden primero a separse y, describiendo un círculo, a juntarse después al S. del castro. No se unen en la actualidad por haber sido cegado el foso para poder arar la tierra con un solo surco. Y como la parte S. era la más expuesta por estar el castro al mismo nivel que los terrenos colindantes, se conoce que por esa parte tenía doble foso y aun se conservan señales del segundo por el S.W. La palabra Seta o Septa con que se designa este lugar es una expresión que recuerda su forma primitiva, es decir, un lugar circunvalado por alguna defensa.

En ese castro he recogido y conservo muchos fragmentos de cerámica neolítica y primitiva; nada romano, nada ibérico.

Cerca del castro a unos cuarenta metros por el N. corre de E. a W. un arroyo que viene de los Villares y demás pueblos inmediatos. Del otro lado de este arroyo, al N. E. de la Septa, hay una pequeña elevación llamada el Teso de la Encina donde he recogido cerámica francamente neolítica, y sólo un fragmento ibérico de líneas incisas.

En esta montaña levantábase una ermita de la Virgen de Encina. Varios pueblos colindantes acudían una vez al año a celebrar la fiesta. En el 1861 un vendabal derribó la ermita que ya no se volvió a restaurar. La imagen se conserva en la iglesia de San Cristóbal de la Cuesta. Es probable que las gentes de Septa o Castro tuvieran en esa montaña el santuario, el árbol sagrado junto al cual ofrecían sacrificios a los dioses y, para evitar la idolatría, se cristianizó este lugar, una vez vencido y agonizante el paganismo.

Allí encontramos una moneda de Felipe III, olvidada sin duda por alguna persona de las que iban de romería.

8. *El Teso del Castillo.* — En Santibañez de Cañedo, que está a la izquierda de la carretera de Zamora frente a los Huelmos, hay una montaña que lleva por nombre el *Teso del Castillo* y que es un verdadero castro primitivo. Se llama castillo porque efectivamente desempeñaban los castros el mismo papel que los castillos desempeñaron más tarde; eran lugares de refugio y de defensa contra los enemigos. Este de Santibañez ocupa el extremo de una loma que se dirige de N.E. a S.W. en la confluencia de dos arroyos. Tiene un escarpado natural de rápida pendiente en sus cuatro quintas partes. El resto, la parte accesible que era lo alto de la loma, está cortado exprofeso para impedir el paso, con una profunda excavación, y protegida la parte del castro con una empalizada que, aunque poco, todavía se conoce. El castro es fortaleza y atalaya a la vez. Sin embargo hay una colina más alta en las cercanías que llaman el *cuerno*, denominación que quizá obedezca a que desde esa elevación tocase el centinela un cuerno para dar la señal de alarma, para indicar que se veían venir gentes extrañas y que era necesario recogerse dentro del castro. En su interior se notan algunos vestigios de cimientos, y en la ladera oriental aparecen pocos fragmentos de cerámica primitiva y ladrillos. Está dedicado a pastos y no se puede observar casi nada. Es propriedad, la finca en que radica el castro, de la Condesa de Tavira viuda del Marqués de Falces.

9. *El Cerro del Berrueco.* — Está en el límite de Avila y Salamanca, término de Medinilla y del Tejado. Esta fortaleza existió desde principios del neolítico hasta la invasión romana, fecha en que desapareció según demuestran los hal-



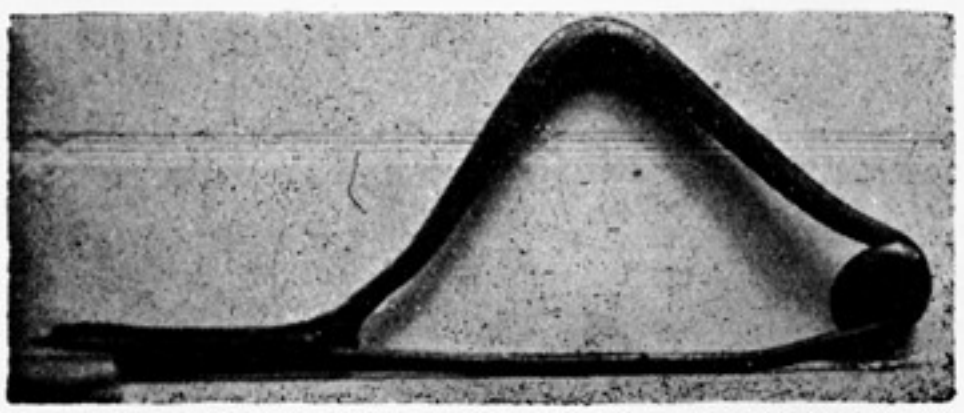
1



2



3



4

CASTROS, CASTILLO IBÉRICO Y FÍBULA



lazgos, pues ésta es la única estación de Salamanca que ha sido explorada metódicamente (1).

10. *El Castillo de Pereña* (Est. 7, fig. 2). — Ofrece el mismo aspecto que el Cerro del Berrueco, es un altozano erizado de peñas en su mayor parte. Tiene laderas escarpadas y está rodeado por el Duero que forma un prolongado foso por el N. y W. Hay fuentes en su interior, una se llama la *fuente santa*, que brotó, dicen, por milagro como la de Moisés. También está dentro del castro la ermita de Nuestra Señora del Castillo que habrá servido para cristianizar el lugar. En la casa del ermitaño hay una doble estela funeraria, n.º 58 y 59 de mi *Epigrafía Salmantina* Por la parte menos inaccesible conserva restos de muralla. En los trozos cultivados o erosinados se ven fragmentos de tosca cerámica ibérica en abundancia y sólo un fragmento rojo con pintura negra y una fusayola. Conservo ambos objetos. Se ven también restos de fundición y cimientos de edificios dentro y fuera de las murallas.

En Pereña cuentan que se han encontrado objetos de cobre, hierro, puñales y monedas. Se habla así mismo de una salida subterránea.

11. *El Castillo de Masueco.* — Está a la orilla izquierda del rio de su nombre. Es un castro primitivo con grandes acantilados en todas sus laderas. Abunda en cerámica primitiva y conserva un resto de muralla en el único punto por donde es accesible. Se habla de la casa de la mora, que son unos peñascos; de tesoros escondidos y de encantos.

Poco más abajo están los Humos de Masueco, que es

---

(1) Véase Morán, *Memorias de la Junta superior de Excavaciones*, n.º 65.

una catarata de 20 a 30 metros, lugar muy adecuado para los turistas.

12. *El Teso de San Cristóbal de Villarino.* — Es otro castro primitivo a la orilla izquierda del Tormes en un promontorio de escarpadas e inaccesibles laderas. En el interior está la ermita de San Cristóbal desde tiempo inmemorial. Al lado de la ermita hay dos sepulcros cavados en la peña que pueden ser medioevales. También hay en el interior de la fortaleza vestigios de un edificio, sillares y dovelas de un arco de medio punto; tal vez restos del antiguo templo pagano al que sustituyó San Cristóbal. En los puntos erosionados, tal como en el caminito que baja en rápida pendiente, se ven trozos de cerámica preromana. Muy cerca del edificio en ruinas se levantan unos peñascos gigantescos, desde luego naturales, y encima está la *peña de la bandera,* de la que ya se habló. También aqui hay una cueva de la que se cuentan maravillas que suceden la noche de San Juan. Hay un miradero que llaman el balcón de Pilatos. Desde este castro se ve gran parte de Portugal, Fermoselle y sus alrededores en la vecina provincia de Zamora y las pintorescas laderas del Tormes y del Duero que aquí, como en Aldeadávila Mieza, Vilvestre e Hinojosa están cultivadas con gran esmero hasta abajo; aquellas cuestas, que parecen verdaderos acantilados, terreno a propósito para ciervos y rebecos, producen rico vino y exquisitas frutas que es lo que constituye la riqueza del pais.

13. *El Castillo Viejo de Valero.* — En término de Valero, en la montaña más alta, en los límites con Garcibuey, hay una muralla que circunda la cumbre; tendrá de circunferencia unos cinco kilómetros. La piedra de granito regularmente labrada tuvieron que traerla los constructores de unos 8 kilómetros, quizá de la Nava de Francia que es el punto más próximo donde hay esa clase de piedra; y poco a poco ha

vuelto a desaparecer de la cima del monte porque los vecinos de Mogarraz, de Cilleros y de la Bastida han ido llevando aquellos hermosos sillares como cosa *vere nullius* para construir casas modernas, según me cuentan en Valero. También me dicen que los antiguos quisieron fundar a Salamanca en aquella altura. Está en sitio verdaderamente estratégico, porque, como la cerca o la muralla ocupa precisamente la cumbre, todo lo demás está más bajo; por el E. S. y N. es de muy difícil subida. Hay tres o cuatro puertas, la del E. llamada la puerta del Sol; las otras no tienen nombre especial; la tradición las ha olvidado como tantas otras cosas. Abunda el agua a pesar de la altura; junto a la puerta del Sol está la fuente del *Castro,* y al W. la fuente del *Castillo,* nombres que no dejan de tener su significación: ambas tienen el agua fría como nieve. El horizonte que desde allí se descubre es muy grande; sólo detienen la vista la Peña de Francia y la Sierra de Gredos. Ofrece el inconveniente de hacer allí mucho frio en el invierno; pero hay que advertir que estas fortalezas no eran para vivir en ellas como son hoy nuestras ciudades, sino que eran refugios para caso de guerra o de invasión. Los habitantes de estos castillos vivían del pastoreo, de la caza, pesca y agricultura; cada cual atendía a sus faenas y a las de su familia. Eso sí, en los lugares altos, en los limites del clan o tribu, había centinelas que daban la voz de alarma cuando vieran llegar gentes extrañas. Ese grito resonaba inmediatamente en todos los dominios de la tribu que recogía sus ganados y sus intereses al interior del castro hasta que pasase el peligro. Los niños y los ganados en el centro; los guerreros a la brecha, con sus hondas y sus armas.

Al N. de esta fortaleza está la cueva de la *Quilama* o Quilamas, que yo sospecho sea una mina explotada en la antigüedad, así como la del Maillo de la que yo tengo una candileja romana, *olearii lychni catillus.*

Para subir al castillo de Valero a pie se necesita una considerable dosis de valor y convienene confesarse antes de ir allá. Es un pueblo donde no hay bueyes ni caballos, ni ovejas, porque toda esta clase de ganados se despeñaría y desaparecería al poco tiempo sin dejar rastro ni huella. Tampoco hay carros por no haber caminos para ellos. Sólo hay personas inteligentes en los negocios, asnos, mulos, cabras y cerdos, que sin perdón así se llaman, como diría Cervantes.

14. *Lerilla.* — Es un despoblado que hay en término de Zamarra, cerca de Ciudad-Rodrigo, entre los rios Agueda, Badillo y Agadón. Es una fortaleza natural de dificil subida por el S., N. y W. y que se levanta en el extremo de una colina que va a morir en la confluencia de los citados rios. Sólo ofrece fácil acceso por la parte oriental donde se nota una entrada defendida por fuerte muralla en medio de la cual crecen corpulentas encinas. En las peñas que preceden a la entrada se ven las huellas de los carros que debieron rodar por allí durante muchos siglos. El camino no era muy cómodo, puesto que en el trayecto de dos metros hay desniveles de 25 centímetros. Las murallas constituyen como un anillo, con algunas interrupciones, que rodea la fortaleza. El antiguo castro está cultivado y es muy productivo; sólo hay encinas en el interior, no las hay en las inmediaciones. Montones de piedra indican los vestigios de las casas. De vez en cuando se ven pavimentos de casas, hechos con piedra y con ladrillo. Al N. sale la Calzada que llaman de la Reina Mora; se ven las huellas ds los carros en el mismo lecho del rio. No hay vestigios de puente, tal vez para no facilitar el paso al enemigo.

Los hallazgos consisten en fíbulas, ajorcas, navajas de afeitar y monedas de la república romana. Varios de estos objetos están en poder de D. Serafín Tella en Ciudad Rodrigo. De aquí es un ídolo que represente el dios Bes

de Egipto, conservado por el mismo señor así como una porción de pizarras, con inscripciones no descifradas hasta hoy (1). Estas pizarras se encuentra cuidadosamente colocadas debajo de un piedra granítica que descansa, no sobre la pizarra, sino sobre dos soportes laterales. Podrá ser la primera piedra de los edificios? La cerámica que se encuentra es ibérica, tosca, del tipo de los castros portugueses, con incisiones. Dicen que ha existido aquí un verraco de piedra que ya no se conserva.

15. *Irueña.* — Es otro despoblado que existió hacia la época romana, es muy semejante al anterior y se encuentra entre Guinaldo y Peñaparda, a unas cuatro leguas de Ciudad Rodrigo. También aquí hay una especie de yegua de granito que demuestra el origen ibérico de la ciudad, pero la mayor abundancia de sus ruinas pertenecen a la civilización romana, columnas, los famosos *milagros de Irueña*, capiteles, ladrillos, monedas, cimientos de casas, todo delata que por encima de las manifestaciones del arte ibérico pasó otra civilización más floreciente y más pujante. Esta población ha subsistido con varias alternativas hasta el siglo XIII.

d) *Orillas del Yeltes*

En los famosos arribes del occidente de la provincia, en lugares estratégicos colgados sobre el abismo, hay una serie de fortalezas primitivas similares a los castros. Su origen data seguramente desde los timpos prehistóricos y algunos, la mayor parte, continuaron habitados hasta la época romana y otros hasta la actual.

Estos lugares fuertes rodeados de gruesa muralla o de altísimos precipicios son: el *Lugar viejo de Yecla, Las Mer-*

(1) Morán, *Investigaciones de Arqueología*, pag. 112 y seguientes.

chanas, en Lumbrales, el *Castillo de Sandañuela o del Puerto* en Bermellar, el *Castilto de Saldeana* y otro Castillo en término de Barruecopardo que también llaman de Sandañuela; debe haber aquí una confusión de nombres. Todos se encuentran en las márgenes del Huebra y del Yeltes. Béjar, Ledesma y Salamanca fueron probablemente en otro tiempo fortalezas como las que estudiamos, pero han sido transformadas y han llegado a nosotros en atavíos romanos y medioevales. El Cerro del Berrueco puede también clasificarse en que esta serie de fortalezas, aunque no queda de él ningún vestigio de plaza fuerte.

Característica de todas las murallas es que están construidas en seco, sin cal, ni cemento, ni tierra; con los sillares ligeramente labrados, grandes bloques, generalmente adaptados unos a otros para dejar el menor hueco posible; en hiladas horizontales por regla general sin que falten algunos puestos de canto y otros en forma de losanges, todo buscando la mejor adaptación. Las murallas no están a plomo sino en forma de rampa. A los lados de las entradas hay fuertes castillos para la defensa. La entrada no es directa, sino que da un poco de vuelta en medio de las torres que la flaquean. Es muy gruesa la muralla en los puntos más accesibles. Están estos castillos generalmente en cabos o penínsulas que avanzan a un precipicio. El istmo es donde está la muralla; el resto no la necesita.

El aspecto de estos muros es como el de Hissarlik-Troya y como otros de la edad del bronce (1) estudiados en Francia. Desde luego son todas estas murallas anteriores a la dominación romana; en ellas se defendieron valerosamente nuestros antepasados hasta sucumbir ante la tenacidad y constancia de los conquistadores que guiados por su ambi-

(1) Véase Déchelette, *Manuel d'Archéologie,* tomo II, pags. 33 y 123.

ción realizaban sin darse cuenta los designios de la Providencia. Por tanto son los monumentos más antiguos, después de los dólmenes, que tenemos en la provincia y que debiéramos conservar.

Claro que después de la conquista algunos de estos poblados se romanizaron y siguieron habitados como lo demuestran los pocos hallazgos que se conocen.

1.—*El Lugar Viejo de Yecla*

Para esta fortaleza véase un articulo de D. José Luis Martin, publicado en el *Boletín de de la Real Academia de la Historia* (1). Aunque en lugar estratégico es de todas estas fortalezas la que está en lugar más accesible; por todas partes se puede llegar con mayor o menor dificultad a sus muros. La defensa tenía que ser artificial y así los habitantes construyeron muralla todo alrededor. Ofrece la ventaja de ser el mejor conservado; no sólo existe muralla todo alrededor y en buen estado hasta la altura de dos metros, sinó que también hay dos calles que se cruzan en el centro de la población, convertidas hoy en rústicas sendas para servicio de las fincas de labor a que está dedicado el recinto. Su nombre primitivo probablemente fué Virlanga o Vislanda (2), hoy vinculado en el arroyo inmediato *Varlaña* y aun los ancianos dicen que se llamó la ciudad de *Irlanda*. Aunque palpando tinieblas podemos barruntar el nombre antiguo. Cuatro puertas se abren en sus murallas, una al N.W., otra al S., otra al E. y otra secreta al N. E.

Los hallazgos del interior y de las inmediaciones son: pocos de la edad de piedra pulimentada, un hacha, algunos fragmentos de cerámica, piedras horadadas, tal vez brazales

---

(1) Tomo 75, pag. 399.

(2) Hübner, *Corpus I. L.*, tomo II, n.º 5033.

de arquero y porras; de la edad de los metales, una lezna, un formón, una fíbula naviforme y las representaciones de caballos grabados en la roca; de época ibérica multitud de fragmentos de cerámica con diversidad de adornos, entre los que figura un sello con la swástica y esferillas de barro con punteados incisos; del tiempo de los romanos hay muchas estelas funerarias y un término augustal, y de la edad media, una moneda de Alfonso IX de Léon.

Por donde se ve que esta fortaleza existió desde el neolítico hasta después de la dominación romana. El santuario pagano se convertió en ermita de la Virgen del Castillo que continúa en pie. Muy cerca de esta ciudad desaparecida está otra ermita dedicada al apóstol Santiago; ambas están relacionadas con la cristianización del lugar y en ambas hay incrustadas muchas estelas romanas, pocas legibles, la mayor parte borradas por completo (1).

El Cerro del Berrueco y el Lugar Viejo de Yecla son las únicas fortalezas algo exploradas.

2. — *Las Merchanas*

Las Merchanas, llamado también el Castillo de Mazana, está en término de Lumbrales confinando con Bermellar, a la orilla derecha del río Camaces (Est. 7, fig. 3). Tampoco está en lugar muy estratégico, de modo que por todas partes necesita protegerse con la muralla. La extensión de esta fortaleza es de unas 8 hectáreas, mayor que la del Lugar Viejo. Los muros son del mismo estilo que los de Yecla y de los cuatro castillos siguientes, lo que delata una época en que los habitantes de esta región necesitaron fortificarse contra una formidable y general invasión. ¿Fué de los celtas al fin del periodo de Hallstatt?

---

(1) V. Morán, *Epigrafía Salmantina*, n.º 66 al 74.

Tres puertas se abren en sus muros, una al E. protegida con un fuerte castillo, otra al N. muy chica y otra al N.W. A la orilla del rio es donde llaman propiamente *el castillo* y hablan los del país de una entrada subterránea que no se encuentra.

En el interior se encuentran hachas neolíticas, piedras horadadas, cerámica ibérica, un verraco de piedra que mide $1^{m},40$ por $0^{m},60$ que está junto a la casa de D. Agustin García Comerón, pero que procede de Las Merchanas; se notan vestigios de viviendas, como tejas, ladrillos, ruedas de molino de mano; también se ven los cimientos de algunas casas; monedas han salido muchas; yo conservo seis que me proporcionó el Maestro de Saldeana, dos de Graciano; una de Valentiniano II, una de Tedosio, una de Arcadio y otra de Honorio; como se ve todas del fin del siglo IV. No es pues aventurado decir que esta población, como la de *Virlanda*, haya existido desde el neolítico hasta la caida del Imperio romano. También conservo de estas ruinas un hermoso clavo de bronce cuya cabeza representa la de un león que tenía en la nariz una argolla.

Las investigaciones que en este punto se han hecho hasta ahora son superficiales e incompletas.

Me contaron un dato curioso, más poético que histórico, y es que la Zoraida del Quijote cuando daba los dineros al cautivo, élla desde la ventana de su casa y él en el baño, al subir y bajar la caña diz que cantaba:

Quien estuviera
quien estuviera
en el castillo
de la Mazana
o en el de
Sandañuela.

3. — *Bermellar*

En término de este pueblo está el *Castillo de Sandañuela* o *del Puerto* a la orilla izquierda del Huebra. Por la mitad de su circunferencia es absolutamente inaccesible, defendido por altísimos acantilados que, al asomarse a ellos, producen vértigo. Sin embargo por ese acantilado bajaban los hombres primitivos a proveerse de agua y víveres, principalmente en tiempo de sitio. Hay una bajada, una especie de escalera secreta, que parte desde el castillo y que aún utilizan los del país para ir a Saldeana, que está frente por frente al otro lado del río. La otra mitad de la fortaleza está protegida por gruesa muralla del mismo tipo que la de las Merchanas y Lugar Viejo. Tiene dos puertas con grandes castillos a los lados. Mide la muralla en uno de los puntos más acesibles $7^{m},50$ de espesor. El interior no es tan dilatado como las Merchanas; se semeja más en extensión al castillo de Yecla.

Se cuentan en el pueblo muchas fábulas de tesoros escondidos, del extranjero que pregunta al pastor ¿dónde está el castillo? ¿dónde está la fuente tal? Al dia siguiente vió el pastor una excavación de la que habían sacado un caldero lleno de onzas, de allí mismo, donde él había estado sentado tantas veces! Cuando yo fuí por aquella tierra se decían las comadres que lo que yo buscaba serían tesoros, lo demás, esas antigüedadas, ¿a quién interesan?

En el término del pueblo, lejos del castillo, hay vestigios romanos y algunas inscripciones que dí a conocer en mi *Epigrafia Salmantina* (1).

4. — *Saldeana*

Enfrente de la fortaleza de Bermellar está la de Saldeana, separadas por el abismo que, en virtud de la erosión, han

(1) N.º 54 al 57.

formado las aguas. A su alrededor el Huebra y el Yeltes unidos describen un vértice de elipse, de modo que en sus tres cuartas partes queda la fortaleza aislada, defendida e inatacable. Una cuarta parte es accesible y ese precisamente es el punto donde está la muralla del mismo tipo y técnica que las anteriores. Tres puertas dan acceso al interior: la *puerta falsa* que por un despeñadero da al río por el occidente; la *puerta del sol* al N. E. y la *de en medio;* las dos últimas con sendos castillos a los lados para defender la entrada. Las inmediaciones a la muralla en la parte accesible, están llenas de piedras hincadas con objeto de impedir la aproximación de las máquinas de guerra y de la caballería, circunstancia que también se observa en los castillos precedentes. En el interior, que es muy espacioso, pues mide quizá un kilómetro de largo, se conservan los cimientos de casas cuadradas y redondas, sobre todo hay piedras hincadas gemelas que indican la entrada. Hay también ladrillos romanos, ruedas de molino pequeñas y estelas con inscripciones (1). También han salido monedas, como es natural, y fíbulas y otros utensilios que no he podido ver, pero que serán contemporáneos de los del Berrueco. Hacia el centro de la fortaleza está lo que llaman propiamente el castillo, aun se levantan allí montones gigantescos de piedra donde probablemente estuvo el templo de Diana y el bosque sagrado, que eso es precisamente lo que significa — *saltus Dianæ* — bosque de Diana. La diosa de las selvas y de la caza, la hija de Júpiter y de Latona y hermana de Apolo tenía aquí su *lucus,* lugar o bosque sagrado, convertido en ermita de la Virgen en los primeros siglos del cristianismo. En Saldeana dicen, que la Virgen del Rosario estuvo antes en el Castillo.

---

(1) *Epigrafía*, n.º 47 al 53.

5. — *Berruecopardo*

En término de este pueblo, cerca ya del término de Saldeana, en las inmediaciones del río, hay vestigios de otra fortaleza que se conoce con el nombre de Castillo de Sandañuela, como se ha dicho arriba. Se conoce un poco de muralla y está en lugar estratégico, pero no hay hallazgos, ni apenas tradiciones. Desde luego parace un castillo del mismo carácter y época que los anteriores. Al W. de Bermellar y a las orillas del rio está el castillo de *Malgarrida*, que yo no he visto porque me dijeron que era medioeval, no del tipo de estos otros.

6. — *Espada en Cinta*

Muy cerca de la desembocadura del Huebra, en el Duero, a mano derecha y a las orillas del último, hay una especie de castro natural que llaman la *escava*. Por una parte tiene como foso el Duero, que baña la fortaleza por el W.; por el N. y S. hay grandes zanjas, que es lo que llaman la *escava,* pero que no está concluida por el E.

Se conoce que los habitantes del país en aquellos remotos siglos quisieron tener un lugar de refugio, un lugar fuerte, donde no pudieran los enemigos penetrar sino nadando, y trazaron una trincheira más baja que el nivel del Duero para inundarla cuando fuera menester. Alguna invasión de poderosos enemigos debió sorprenderles en esa faena, pues no pudieron verla terminada. Esta sería la ciudadela para casos de apuro; por lo demás la población debía vivir diseminada por las orillas del Duero y del Huebra, en chozas fabricadas al lado de las peñas que tanto por allí abundan. Se ven fragmentos de cerámica en una grandísima extensión aun entre los riscos inaccesibles.

De este punto se conoce la necrópolis romana que estaba

en la *Cabeza de San Pedro,* término de Hinojosa, donde hay más de 600 estelas romanas o romanizadas; todas las laderas, chozas de pastores, paredes de heredades, todo está lleno de cipos funerarios, unos con inscripción y otros con la cartela en que estuvieron los letreros (1). En la cumbre de la Cabeza de San Pedro estuvo probablemente el templo de aquellos primitivos; allí se ven los cimientos de un edificio cristianizado con el príncipe de los apóstoles, llevado en el siglo XII a las inmediaciones de Hinojosa, junto al castillo medioeval, y últimamente a la parroquia que está dedicada a San Pedro.

La escava es probablemente lo que se llamó en la antigüedad *Ocellum Vettonum*, nombre vinculado hoy en Saucelle.

7. — *Las Uces*

Este pueblo de las inmediaciones de Vitigudino ocupa el lugar de un antiguo castillo como los precedentes, aunque no es el sitio tan estratégico ni tan ventajoso. Sólo conserva muralla por el S. E., en todo lo demás ha desaparecido, si bien se nota perfectamente el perímetro circuido por aquélla.

Al norte del pueblo, que es lo más accesible y que hoy son tierras aradas, llaman el castillo y es donde necesariamente tenía que haber un gran baluarte. Un poco al O. está el *Cementerio de los Moros*, o la necrópolis romana donde han salido sepulcros, cacharros y muchas estelas funerarias romanas, aunque por desgracia pocas pueden leerse (2). También se conserva en el pueblo una fíbula serpentiforme (Est. 7, fig. 4) y muchas monedas imperiales.

Es casi seguro que este pueblo ha estado habitado desde el siglo V antes de Jesucristo sin interrupción hasta el día de hoy.

---

(1) *Epigrafía*, n.os 1 al 27 y 100 al 106.

(2) *Epigrafía*, n.º 33 a 35.

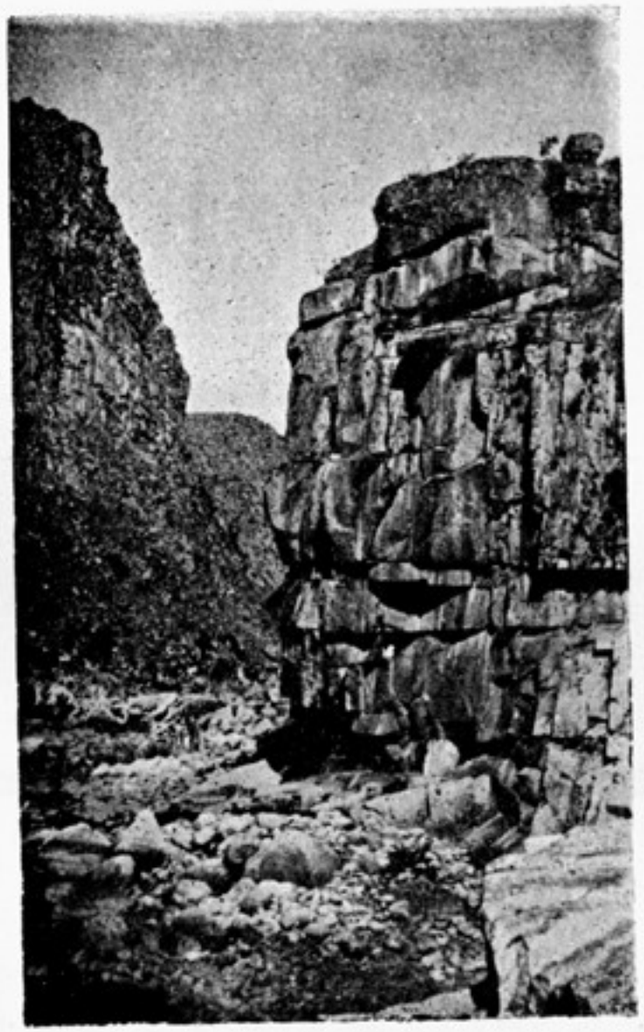
III

Pinturas rupestres

Hasta ahora se conocían pinturas rupestres en dos localidades de Salamanca, en las Batuecas y en Garcibuey, sospechadas y anunciadas por D. Vicente Paredes, descubiertas por J. Cabré y estudiadas por éste con el abate H. Breuil. Están clasificadas como neolíticas con ciertos resabios anteriores. Es lo que llaman *las cabras pintadas de Las Batuecas.*

En Julio de 1920 tuve la dicha de encontrar otra localidad con pinturas postneolíticas. Caminaba yo por Barruecopardo, buscando dólmenes, fortalezas primitivas y lápidas romanas, cuando mi buen amigo Don Claudio Casado me comunicó que en unas peñas de la orilla del rio había unas pinturas que los del país llamaban *la procesión.* Nos encaminamos allá y pude comprobar que efectivamente se trataba de verdaderas pinturas rupestres (Est. 8, fig. 1).

Están en término municipal de Saucelle, pero para verlas se va mejor por Saldeana y Barruecopardo. El punto en que se hallan las pinturas se llama el *agua santa*, y están en un peñasco de gneis cuarzoso a la orilla derecha del rio Huebra, a unos cien metros distante del término de Barruecopardo. Ocupan un banco regular (Est. 8, fig. 2) que mide $3^{m},71$ de largo por $0^{m},66$ de alto; en el centro, donde la piedra tiene color negro, no se ven las pinturas en el espacio de un metro; están resguardadas por un saliente del peñón, especie de marquesina, pero que no las resguarda más que de las lluvias del N.; es más, cuando crece el rio en las grandes lluvias o deshielos, las pinturas quedan cubiertas por las aguas. Como yo no iba prevenido para este hallazgo no llevaba los útiles indispensables para copiar y así tuve que volver en otra ocasión desde Salamanca. En el mes de No-



1



2



3

1 — SITUACIÓN DE LAS PINTURAS; 2 — BANCO EN QUE APARECEN;
3 — GRAFITO EN SAUCELLE

viembro pude hacer el viaje, gracias al Sr. Comandante Yaque, que me llevó en su motocicleta y a D. Andrés Rubio Polo, como dibujante. Copió este Sr. las pinturas y mandé copia al Sr. Obermaier, y una nota del hallazgo a la Real Academia de la Historia (1).

El Sr. Obermaier me manifestó su deseo de ver las pinturas y al efecto preparamos la tercera excursión a fines de Marzo de 1921, el Sr. Obermaier, el Comandante Yaque con su moto y yo; desde Barruecupardo nos acompañó Don Claudio Casado, Don Félix González y otra porción de gente atraida por la curiosidad.

Las pinturas (Est. 9) representan tres figuras humanas, una de cuerpo entero, algo esfumada hacia el cuello; otra representa sólo la parte superior, cabeza y cuello, con narices muy largas y la boca abierta; la tercera, al lado de un toro, está muy desvanecida y únicamente se ven claras las piernas. Hay un toro, un ave, un asno o cosa parecida, una cruz, una palma, un manípulo de espigas y de yerbas inclinado hacia abajo y otras líneas, semicírculos, ángulos, que no me atrevo a clasificar.

El Sr. Obermaier, que las ha visto *in situ*, dice que presentan caracteres desconocidos en el arte rupestre y que para clasificarlas debidamente hay que esperar nuevos hallazgos, que podrían ser ibéricas.

Las doy a conocer por el interés que puedan tener en el desenvolvimiento del arte. Sólo advertiré que el punto donde se hallan las pinturas está rodeado de centros ibéricos que son las fortalezas de que he hablado; el castillo de Barruecopardo está muy cerca y el de Malgarrida; no lejos el de Saldeana, Bermellar, y de Espada en Cinta. Por su proximidad corresponde a la jurisdición del Castillo de Barruecopardo. Hay otra manifestación de arte primitivo en la

---

(1) *Boletin de la Real Academia de la Historia*, tomo 78, pag. 67.

Dehesa de Saucelle, en lo que llaman la *era del gato.* Consiste en un grafito que representa un ave (Est. 8, fig. 3) que dicen está mirando a donde se esconde un tesoro; ya han andado por allí cavando en busca del tesoro. El ave está dibujada con una linea incisa que marca el perfil, las patas, el pico y las alas, con un círculo encima que podría representar el nido.

Encima de otra peña adosada a la del gato y que presenta una gran superficie plana, se ven numerosos grabados consistentes en líneas y círculos. Yo no pude explorar esto porque se necesita llevar una escalera de mano, pagar jornales, etc., es decir, que hay que gastarse el dinero para explorar dicho plano inclinado y como yo no lo tengo, brindo su exploración a los arqueólogos adinerados.

En la misma dehesa está lo que llaman la *peña del fraile,* una gran mole, que puede pesar 40 toneladas y presenta varios hoyos hemisféricos, cruces, algunas con peana y signos albaletiformes, dicen que la subió una mora en la cabeza desde el Duero hasta allí, dos kilómetros próximamente.

Algo más bajo está *la cocina de los moros* donde nos enseñó el tío morito un agujero en el que aquellos señores colocaban un hierro y de él colgaban el caldero para cocer la comida.

Otros hoyos misteriosos hay en la dehesa, de alguno de los cuales cuenta la tradición que unos extranjeros se llevaron un tesoro.

Iguales tradiciones hay en el inmediato pueblo de Hinojosa, en la Cabeza de San Pedro y sus cercanías.

Estas tradiciones tienen siempre algún fundamento; el fundamento general para las de Saucelle e Hinojosa es la *Excava,* la antigua fortaleza de junto al Duero que tenía su necrópolis en la Cabeza de San Pedro y que hoy son campos de soledad. En estas tradiciones se percibe el eco lejano







PINTURAS RUPESTRES DE SAUCELLE

y confuso de aquellos pobladores que nos dejaron sus nombres escritos en las lápidas de Hinojosa de Duero.

IV

Toros y verracos ibéricos

Abundan en la provincia de Salamanca ciertas esculturas zoomorfas que representan toros, verracos, caballos, leones, etc. del tipo de los toros de Guisando en Avila y de la porca de Murça en Portugal. Discrepan los autores acerca de su significación, opinando unos que son hitos o mojones indicadores de límite de jurisdicción entre las diversas tribus; diciendo otros que servían para marcar los caminos de los ganados trashumantes; alguien se inclina a creerlos divinidades tutelares custodias de las tumbas, y otros los relacionan con un culto totémico de origen oriental.

Sea como fuere, puesto que no hay nada definitivo, bueno será catalogarlos y saber donde se encuentran estos monumentos de nuestros antepasados, quizá las primeras manifestaciones de la escultura occidental.

A continuación va una lista de estas esculturas poniendo un asterisco en las que eran desconocidas hasta que yo comencé mis peregrinaciones arqueológicas por estas tierras.

1. *Toro de Salamanca* (Est. 10, fig. 1). — Se ignora el sitio donde estuviera colocado al principio; las primeras noticias que tenemos lo describen en el puente romano donde se encontraba cuando se escribió el *Lazarillo de Tormes;* allí sufrió Lázaro aquella *calabazada en el diablo del toro.* Allí continuó el indefenso cornúpeto hasta que en 1834 el gobernador de Salamanca don José M. Cambronero ordenó derribarlo y destruir todos los de la provincia por creer erróneamente que eran estos bichos signos de ignominia colocados por orden de Carlos I en las poblaciones que se levantaron

contra él en la guerra de las Comunidades. La Comisión de Monumentos lo recogió piadosamente y lo colocó en el Museo provincial donde al presente se encuentra sin cabeza.

2.* *Verraco de La Redonda* (Est. 10, fig. 2). — Pueblo del occidente de la provincia, donde estaba como una de tantas piedras formando la pared de una viña. A fuerza de dinero conseguí traerlo y colocarlo en el Monte Olivete, patio del Colegio de Calatrava.

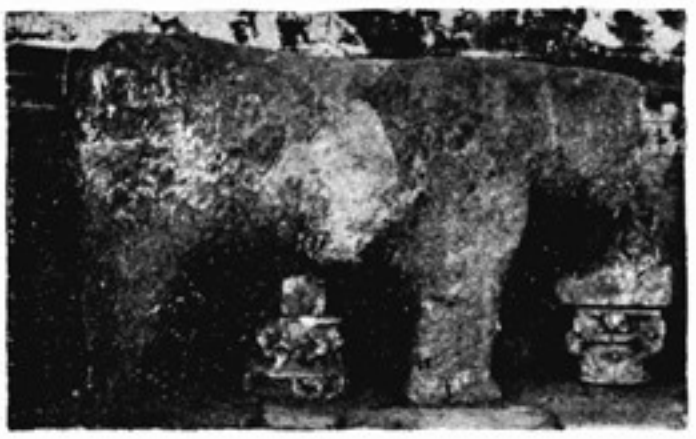
3. *Verraco de Monleón* (Est. 10, fig. 3). — Se encuentra al pie de la muralla, junto a la puerta de la Villa, sirviendo de poyo para montar a caballo.

4.* *Verraco del Cerro del Berrueco.* — Está partido por la mitad y sólo queda la parte trasera que se halla en la falda norte de dicho Cerro en los límites de Medinilla y Puente de Congosto.

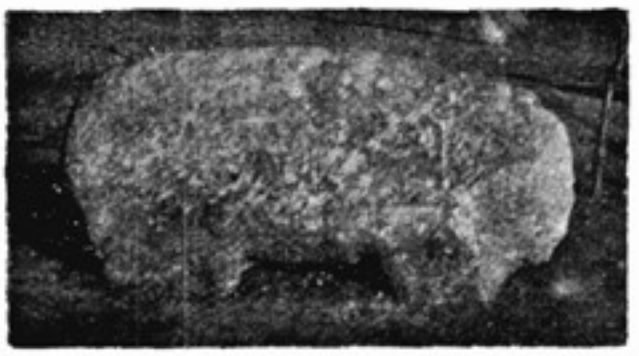
5. *Toro de Berrocal de Padierno.* — De él cuentan los aldeanos que estaba destinado a ser compañero del toro de Salamanca. Se halla todavía en el taller, concluido por un lado y recibiendo los últimos retoques por el otro. Lo concluido, que es el lado derecho, demuestra que iba a ser el más perfecto ejemplar, el más artístico en medio de su rudeza, el que más se aproxima al natural.

6. *Verraco de Lumbrales* (Est. 10, fig. 5). — Llamado el Burro de la Barrera, está en medio del pueblo, junto a la iglesia. Estatua y pedestal son de la misma pieza.

7.* *Verraco de Las Merchanas en Lumbrales.* — Está delante de la única casa de campo que hay en Las Merchanas.



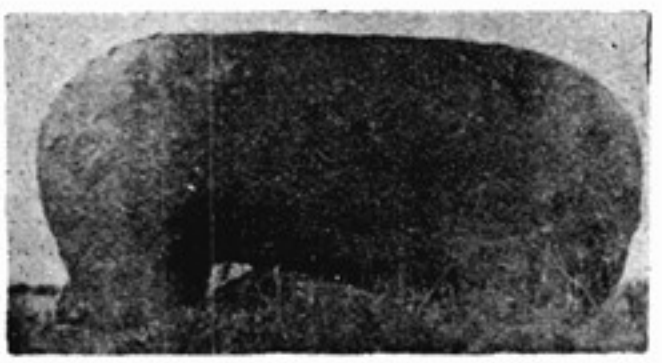
1



2



3



4



5

VERRACOS Y TOROS IBÉRICOS





8. *Verraco de San Felices de los Gallegos.* — Conocido por el Burro de San Antón, yérguese en su pedestal en medio de las eras junto al Cordero.

9. *Verraco de Ciudad Rodrigo.* — Hállase en el lecho del rio Agueda a lado del puente del que fue villanamente derribado sin culpa ninguna.

10.* *Verraco de Masueco* (Est. 10, fig. 4). — Del que no existía en el pueblo la menor noticia cuando fui en su busca. Tuve necesidad de preguntar a muchas personas para poder hallarlo. Me servía de guía sólamente el nombre del pueblo y ya me figuraba que estaría destruido cuando un hombre me dijo que él creía haberlo visto hacía ya muchos años. Está a la derecha del camino que va a Corporario formando pared en una heredad.

11.* *Verraco de Barquilla.* — También está empotrado en una pared esperando el dia en que la Diputación salmantina o alguna otra corporación consciente determine sacarlo de aquella prisión para colocarlo en un museo de arte.

12.* *Cebón de Fuenlabrada.* — Cerca de Cerralbo; está susteniendo una pared como otros de sus compañeros y tan maltratado que es difícil reconocerlo. Ha dado nombre al valle en que se encuentra, el Valle del Cebón.

Sospecho la existencia de otros principalmente en el triángulo que forma la frontera portuguesa y las líneas ferreas de Barca de Alba y Fuentes de Oñoro.

He podido comprobar la desaparición de las siguientes efigies citadas por los autores antiguos (1): la de Ledesma,

---

(1) Dorado en su *Historia de Salamanca;* Fernández Guerra, *Discurso en contestación a Eduardo Saavedra,* y aun Pierre Paris, *Essai sur l'Art et l'Industrie.*

de que aun hay memoria y un sitio llamado los toros; la de Contiensa, cuyos trozos se ven por allí esparcidos: la de Tordillos que ya no existe, ni la de Palomares; la de Cabeza de Caballo, que debió estar en lo que llaman Caballo Mazán. Así mismo desapareció el toro de Irueña y otro toro que estaba en la falda meridional del Cerro del Berrueco: era un toro cuyos fragmentos se ven junto a la fuente del Colorín.

En Berrocal de Salvatierra había un verraco labrado en peña viva y destruido hace varios años no sin protesta de algún vecino que sin duda veia cierta relación entre entre el bicho y el nombre del pueblo.

P. César Morán

TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO SIMPLES DA «TEORIA DA RELATIVIDADE RESTRITA»

(Cont. do n.º 4, pág. 565)

APLICAÇÃO A ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE FÍSICA

I. — Na aplicação das fórmulas, que acabámos de deduzir, a algumas experiências de Óptica, aceitaremos, como hipótese fundamental, que a Luz se propaga em um meio ideal — a que o prof. Einstein chama *Ether* — sendo as manifestações luminosas devidas a um estado vibratório, de freqüência constante, mas de comprimento de onda variável.

Começaremos o nosso estudo pela aplicação do critério da *Relatividade-Reciproca* de Einstein, que atribue ao sistema — *Ether* — uma velocidade igual e contrária à de cada objecto em relação a um sistema médio ideal, privilegiado, especial para cada par de sistemas; e aplicaremos também o critério da *Nova-Relatividade,* a qual supõe a existência de um único sistema privilegiado, onde a luz se propaga independentemente do movimento dos sistemas, em número indefinido, que lhe quisermos referir.

O critério da Relatividade, em geral, torna-se pràticamente compreensível sempre que o tempo de cada sistema (recta, plano ou volume) seja dado por *relógios-ópticos,* convenientemente regulados para garantirem a isotropia da luz em todas as direcções — embora os caminhos percorridos lá por ela, no mesmo intervalo de tempo absoluto, sejam dife-

rentes. E será então necessário que qualquer dos relógios indique a mesma hora, regulado por qualquer relâmpago, sem o que a aplicação da Relatividade se tornará impossível.

De resto, é óbvio que o facto da não existência de tais relógios não altera a maneira de considerarmos os fenómenos, porquanto as suas horas podem ser previstas pelo cálculo, deduzindo-as das coordenadas que definem a sua posição em relação ao foco dos relâmpagos.

Além disso, em Relatividade — Recíproca ou Nova — os caminhos compõem-se, segundo o paralelogramo clássico, e assim se procederá também para composição de velocidades; mas nêste caso a diagonal resultante não poderá representar a grandeza da respectiva velocidade.

Assim, no caso de velocidades da mesma direcção, a *resultante relativista* não será a sua soma algébrica, mas o valor indicado pela fórmula

$$\omega = (v + v') \frac{1}{1 + vv'},$$

na qual, se uma das velocidades fôr a da própria Luz, seja qual fôr o valor da outra, positivo ou negativo, a resultante terá o valor constante, unidade ou 3oo.ooo k. s.

Como o critério analítico relativista dá por vezes uma explicação incompleta do resultado de algumas experiências, tentaremos dar às mesmas uma outra explicação. Sabido que, em alguns casos, o Ether, onde se propaga a luz, *parece* ser arrastado pelos objectos — caso Michelson — ao passo que, em outros casos, êle *parece* ser independente do móvel — caso Bradley — procuraremos para esta divergência uma explicação *física,* mais satisfatória que a da Relatividade.

De facto, de algumas propriedades características da Luz — como a sua propagação nos meios homogéneos em linha

recta, a reflexão, etc. — conclue-se que as coisas se passam como se a luz fôsse dotada de *inércia,* como uma seqüência de projéteis, que conservam a direcção e velocidade da bôca de fogo que os lançou.

Assim, anàlogamente, a Luz conservaria a velocidade do Ether onde foi produzida — quando êle a tiver — mesmo ao invadir um meio estranho; e adquirirá a velocidade do meio onde se fôr propagando, só depois de algum tempo, um segundo, por exemplo.

Ver-se há que esta hipótese explica fisicamente aquelas experiências de óptica, em que a Relatividade analítica em parte falhou.

II. — Nas experiências para determinação da velocidade da luz entra sempre um espêlho, que a faz voltar ao ponto de partida, onde está o relógio em que se lê o tempo. Ora êste facto não altera a isotropia aparente da luz, mesmo se operarmos a bordo de um sistema móvel, diferente do sistema base, onde a luz foi produzida.

Efectivamente, aceitando o critério relativista, a velocidade da luz será a mesma, quer a favor, quer contra o movimento.

Ao contrário, aceitando o critério absolutista, isto é, lendo as horas no mesmo relógio, a velocidade da luz varia com o sentido do movimento: porque, sendo x a distância percorrida no sistema durante o tempo T, do seu relógio K_0, a velocidade da luz, ao correr do movimento, seria

$$\frac{x}{T} = \frac{x}{x(1+V)} = \frac{1}{1+V} = C_1$$

Á volta, efectuada no tempo t'', a velocidade seria

$$\frac{x}{t''} = \frac{x}{x(1-V)} = \frac{1}{1-V} = C\ .$$

Mas o caminho total foi percorrido no tempo

$$T + t'' = x(1+V) + x(1-V) = 2x;$$

A velocidade média da luz será portanto

$$\frac{2x}{T+t''} = \frac{2x}{2x} = 1 \text{ ou } C.$$

Contudo, se notarmos que o relógio K_0 dá horas deformadas, por causa do movimento em relação à base de referência onde a luz se propaga e foi produzida, aquele valor C diferirá do medido por um relógio absoluto, isto é, regulado independentemente da Luz. Por isso a velocidade da luz, determinada por tais relógios móveis, deveria ser variável com o seu movimento. Mas as velocidades determinadas com relógios absolutos, quer quando a Terra vai animada de um movimento a favor, quer contra a translação geral do sol, não indicaram variação alguma. De onde somos levados a crer que o Ether é completamente arrastado pela Terra, pelo menos à sua superfície.

As experiências para determinação da velocidade da luz através dos corpos — embora seja mais cómodo determiná-la pelo índice de refracção — fazem-se comparando os caminhos percorridos *no mesmo intervalo de tempo;* e sabemos que entre o ar e a água essa diferença é 0.25. Assim, sendo os caminhos percorridos pela luz no ar e na água, respectivamente

$$H \quad e \quad H - x = 0.75\,H,$$

teríamos:

velocidade absoluta

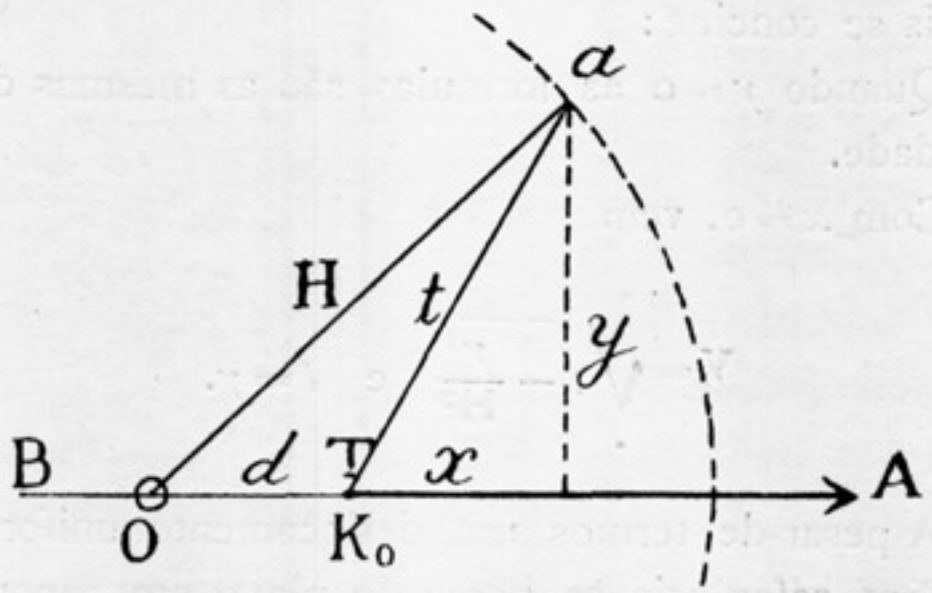
$$C' = \frac{H-x}{H} = 0.75;$$

velocidade relativista

$$c' = \frac{H^2 - x^2}{H^2 + x^2} = 0.88;$$

valores êstes bem diferentes, que acentuam a divergência entre os dois critérios.

III. — *Propagação da Luz em um plano.* Se generalizar-mos a propagação da luz a superficies planas, deslizando



umas sôbre as outras, com movimento uniforme, teremos que admitir que a velocidade absoluta se refere aos relógios de um plano de referência, onde a luz foi produzida, e lá se propaga indiferentemente ao seu movimento. O deslocamento far-se há segundo uma linha B A *(fig. 3)*, que representa os sistemas lineares em contacto. Sôbre essa linha a velocidade entre os planos será V, referida ao tempo do relógio padrão O, como ao de outro qualquer relógio dêsse plano em repouso.

Produzamos no ponto O, em contacto com o ponto K_0 do plano móvel, um relâmpago. Passado algum tempo, H, a luz ter-se há propagado no plano de referência até uma circunferência de raio H. O plano móvel terá deslizado a

distância d, e nêle o ponto a, onde chegou o relâmpago, terá as coordenadas x e y, ao passo que o respectivo relógio em a marcará a hora t, correspondente à distância $K_0 a$, em unidades de 300.000 k. Com esta regulação dos relógios ficará garantida a isotropia da Luz no plano móvel, em todos os sentidos.

As fórmulas elementares serão

$$d = K_0O = HV;\ t^2 = x^2 + y^2;\ x = \sqrt{H^2 - y^2} - HV;\ T = H(1 - V^2),$$

das quais se conclue:

1.º Quando $y = 0$ as formulas são as mesmas da Nova Relatividade.

2.º Com $x = 0$, vem

$$V = \sqrt{1 - \frac{y^2}{H^2}} \quad \text{e} \quad t = y.$$

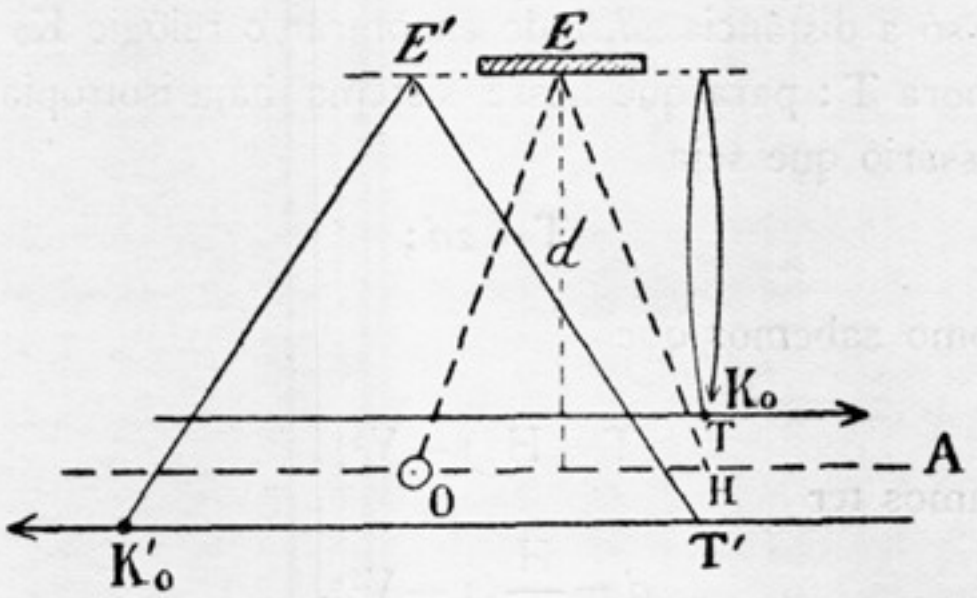
3.º A-pesar-de termos um deslocamento uniforme dos planos (em referência às horas do plano em repouso), os andamentos dos diferentes relógios do plano móvel são diferentes entre si, sendo mais rápido o dos relógios da linha K_0A. Além disso êsses relógios não terão um andamento uniforme, mas acelerado porque t não é proporcional a H. Poderão os habitantes do plano móvel ignorar essa aceleração, e julgar-se, pelos seus relógios, animados de uma velocidade relativista constante; mas nesse caso já o movimento deixará de ser uniforme, quer segundo os relógios do plano em repouso, quer segundo os outros relógios do sistema móvel.

Á semelhança dos sistemas lineares, poderemos considerar planos *recíprocos* aqueles que, a respeito do plano médio, tenham, no mesmo intervalo de tempo, deslocamentos iguais,

mas em sentidos contrários. Por condição fundamental, as horas dos seus relógios terão de coincidir com as do padrão O, no momento da produção dos relâmpagos reguladores, como acontecia nos sistemas lineares.

Se o plano tiver uma rotação uniforme em tôrno do ponto O, a trajectória relativa da luz deixará de ser recta. É o que se passa no plano da órbita terreste, que gira de 2″ emquanto a luz vem do Sol à Terra.

IV. — *Pêndulo de luz.* O pêndulo de luz, apresentado por Einstein como uma alternativa para regular os relógios



móveis — em lugar dos relâmpagos equidistantes — é um caso particular do da propagação da luz em um plano. O movimento dos planos, ligados aos sistemas lineares, terá, nêste caso, que ser uniforme segundo os relógios dêstes sistemas, e portanto segundo todos os relógios do plano de referência.

Suponhamos que no ponto E *(fig. 4)*, rígido com o plano de referência, dispomos um espêlho, a uma distância *d* do eixo de referência OA, tal que a luz leve o mesmo tempo H, tanto a ir do ponto O a A, como a ir do mesmo ponto

a K_0, pela reflexão no espêlho. No sistema de referência tais distâncias deverão ser iguais, visto que nêle a luz se propaga com isotropia em todos os sentidos. Pela geometria elementar calcula-se que êsse espêlho deveria ser colocado a uma distância d da recta OA, tal que tenhamos

$$d = \frac{H}{2}\sqrt{1 - V^2}.$$

Se H fôr 300.000 K. e dispusermos outro espêlho em K_0, teremos constituído o *pêndulo de luz*, a fim de regular os segundos do relógio K_0.

Ora no sistema K, o mesmo relâmpago luminoso percorreu só a distância $2d$, indo encontrar o relógio K_0 a marcar a hora T; para que nesse sistema haja isotropia da luz é necessário que seja

$$T = 2d;$$

mas como sabemos que

$$T = H(1 - V^2)$$

deveriamos ter

$$d = \frac{H}{2}(1 - V^2),$$

valor êste incompatível com o deduzido anteriormente. De onde se conclue que o pêndulo de luz não dá aos relógios móveis a mesma regulação que os relâmpagos equidistantes.

Contudo, a Relatividade Recíproca aceitou êste *pêndulo*, porque tratando-se de dois sistemas recíprocos, se considerássemos só o caso particular dos caminhos da luz em cada um dos dois sistemas, teríamos

$$(K_0' E')^2 = \left(\frac{x - x^1}{2}\right)^2 + d^2;$$

mas como

$$d = \frac{T}{2}; \quad T = \frac{2xx'}{x+x'} \quad \text{e} \quad T' = \frac{x^2+x'^2}{x+x'};$$

resultaria

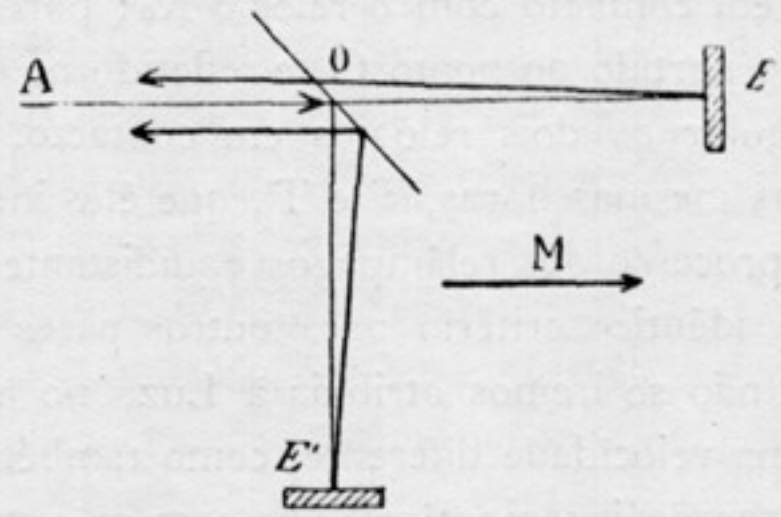
$$K_0' E' = \frac{T'}{2}.$$

Assim, a distância $K_0' E'$ corresponde, em um sistema recíproco de K, a metade do tempo que marca o relógio do sistema K′ em contacto com o relógio K_0; parece pois que o relâmpago partido do ponto O, e refletido no espêlho, deveria ir regular os dois relógios em contacto, de modo a indicarem as mesmas horas, T e T′, que êles indicam regulados pelo processo dos relâmpagos equidistantes. Mas, se adoptarmos idêntico critério para outros pares de sistemas recíprocos, não só iremos atribuir à Luz, no sistema em repouso, uma velocidade diferente, como também os relâmpagos se tornarão incompatíveis uns com os outros, porque darão para o mesmo relógio uma regulação especial, conforme os sistemas forem considerados recíprocos, e combinados dois a dois.

A proposta Einstein, do pêndulo de luz, — que considera o plano móvel como recíproco do Ether, e que atribue a êste, portanto, uma velocidade própria dependente da do sistema móvel considerado — é pois incompatível com a realidade, a qual admite simultâneamente um número indefinido de sistemas; ao passo que a Nova Relatividade, subordinando a propagação da Luz a um plano, ou sistema, invariante (onde os relâmpagos são produzidos), prova que a regulação dos relógios, por meio do *pêndulo de luz*, seria variável, e diferente da que impõem os *relâmpagos equidistantes*, os quais são a essência da *convenção* de Einstein, e também base fundamental da Nova Relatividade.

V. — *A experiência de Michelson e Morley* pretendia averiguar da existência do *vento d'Ether;* porque, se os móveis rompem pelo espaço através do Ether, onde a luz se propaga, a velocidade da propagação a respeito da Terra poderá variar conforme o sentido do seu movimento. E assim surgiria um meio de provar a velocidade da Terra em relação ao Ether.

Contudo, colocando um observador em A *(fig. 5)* e dispostos dois espelhos, E, E′, à mesma distância de O, de



modo que a Luz fôsse obrigada a voltar ao ponto de partida depois de percorrer caminhos iguais, reconheceu-se que os dois relâmpagos chegavam pràticamente no mesmo instante, independentemente do movimento da Terra (cuja velocidade pode atingir 40 K. S.), e portanto do dos espelhos. Eramos assim levados, *à priori,* a concluir que o Ether acompanhava a Terra no seu movimento.

Apliquemos os princípios da Relatividade a êste caso, análogo ao de dois planos deslizando um sôbre o outro. Os espelhos estariam no plano móvel, e o Ether seria o plano fixo, onde a luz se propaga. A Nova Relatividade concluirá, da coincidência na chegada dos relâmpagos, que a Terra teria de ser o plano de referência, onde a luz é produzida, e que, portanto, ela é acompanhada pelo Ether.

Pela Relatividade Recíproca — que considera idênticos os movimentos da Terra e do Ether — afirma-se que fica explicado o resultado da experiência, a-pesar-de se supôr o Ether desligado da Terra, pelas razões citadas a propósito do pêndulo de luz. Viu-se então que tal explicação analítica não era aceitável, porque um estudo elementar da questão mostra que se, no seu plano, dermos aos espelhos um movimento de rotação em tôrno do ponto O, para haver coincidência de relâmpagos seria necessário aproximar gradualmente daquele ponto, até cêrca de

$$\sqrt[8]{1-\frac{V^2}{c}},$$

o espêlho que reflete a luz segundo a perpendicular à direcção do movimento. Contudo é certo que êste coeficiente, nas pequenas velocidades, tem muito pequena importância prática.

Uma experiência, análoga a esta de Michelson, mas através de colunas de água, daria naturalmente o mesmo resultado negativo, concluindo-se também que a água arrasta o Ether. É certo que a Relatividade Recíproca prevê tal resultado, fundando-se na constância da velocidade da luz a respeito da água, como na experiência de Fizeau; mas tal isotropia da propagação da luz na água exige uma regulação especial dos relógios do sistema-água, incompatível com velocidades além de 225.000 K. S., e portanto com a regulação dos mesmos relógios da Terra para isotropia da luz no ar, que se propaga a 300.000 K. S.

Lorentz tentou explicar o resultado da experiência de Michelson, admitindo uma contracção automática dos objectos, devida, quer ao movimento absoluto, quer aos relativos, segundo o coeficiente

$$\sqrt{1-\frac{V^2}{c^2}};$$

mas assim, no caso da experiência com colunas de água, teriamos de admitir para a Terra uma contracção maior que pela experiência no ar, visto V ser então menor. A simultaneidade das duas contracções diferentes é impossível e manifesta o absurdo da explicação de Lorentz.

Assim, resta-nos a explicação analítica da Relatividade, que só é perfeita se o Ether acompanhar a Terra.

Esta explicação concorda com a explicação física, que aceita a hipótese de a Terra arrastar consigo, tanto a água, como o *meio* onde a Luz é produzida e se propaga independentemente do movimento da Terra no espaço. Esta explicação é bem mais natural do que a dependente de um fluido, que passa maravilhosamente através da Terra e dos objectos, com um *vento* que pode ir além de 40 K. S.

De resto, nas grandes altitudes, com um ar rarefeito e um ambiente desembaraçado, a mesma experiência de Michelson, repetida há pouco tempo pelo prof. Adams, em Monte Wilson, denunciou um arrastamento da Luz pela Terra, só parcial. Assim, fisicamente, as coisas passam-se como se, entre o Ether completamente arrastado pela Terra e o Ether do espaço interplanetário, houvesse gradualmente um estado intermédio do Ether, arrastado só em parte: êste arrastamento seria o mesmo da luz nêle produzida.

VI. — *Tubo de Fizeau.* É conhecido que Fizeau, fazendo incidir a luz sôbre uma coluna de água móvel dentro de um tubo, concluiu que a água arrastava a luz cêrca de metade do seu avanço. Fizeau aceitou uma fórmula empírica, que dá a velocidade ω da propagação da luz em um fluido móvel com a velocidade v, supondo unidade a velocidade da luz no vácuo e c' (0,75) a velocidade da luz na água. Essa fórmula é

$$\omega = c' + v(1 - c'^2).$$

Para a determinação destas velocidades serviu-se Fizeau dos caminhos percorridos no mesmo intervalo de tempo, dado pelo mesmo relógio, regulado pela rotação da Terra. Todas elas são portanto absolutas.

Temos nêste caso três sistemas: a Terra, a água, e a luz na água. Os relativistas consideram-no exactamente como o de um viajante dentro do trem; a via seria a Terra; o trem a água; e o viajante a Luz, a qual teria portanto que ser arrastada completamente pela água, como o viajante pelo trem.

Já vimos a impossibilidade de aplícar a êste caso a Relatividade de Einstein, que teria de considerar os sistemas recíprocos dois a dois; e teremos, de acôrdo com a Nova Relatividade, que imaginar os relógios dos três sistemas regulados pelo mesmo relâmpago. Considerando a Terra, onde a luz é produzida, como a base ideal, as velocidades da água e da luz, em referência à Terra, serão calculadas pelos relógios desta, e portanto serão absolutas. A sua composição, segundo a fórmula relativista

$$\omega = \frac{v - v'}{1 - vv'},$$

deveria dar-nos a velocidade da luz em relação à água, ou 0.75.

Mas, para exigirmos que êste valor relativista seja constante — a-pesar-do movimento da água — à semelhança do viajante correndo ao longo do trem, teremos que admitir:

Ou que o Ether é completamente arrastado pela água, o que é contra a hipótese inicial da Relatividade, que o considera ligado a uma base de referência, em repouso;

Ou que a constância da velocidade da luz em relação à água tem de ser interpretada analìticamente, pela adaptação do estado e marcha dos relógios do sistema móvel, à isotropia de um acontecimento — agora a produção da luz na água

— a qual se faz à velocidade constante 0.75, ou 225.000 K. S. Mas tal regulação dos relógios do sistema-água é incompatível com a outra regulação dos mesmos relógios, pelos quais se define a velocidade da água em relação à Terra, a qual assim se tornaria sempre inferior a 225.000 K. S.

Concluímos assim que esta experiência não pode ser explicada pela Teoria da Relatividade, que pretende equiparar a propagação da luz na água móvel, a um viajante arrastado pelo trem.

Os relativistas, contudo, ao obterem por meio da sua fórmula — embora infundadamente aplicada — um resultado idêntico ao da fórmula empírica de Fizeau, concluiram que esta experiência veio *notável e brilhantemente confirmar as conclusões da Teoria da Relatividade.* Ora aquela fórmula não é conseqüência só das fórmulas da Relatividade Recíproca; mas pode deduzir-se, *entre outras,* da fórmula mais geral

$$V = \frac{f(x) - f(x')}{f(x) + f(x')};$$

assim, mesmo que a experiência confirmasse indiscutìvelmente aquela fórmula, ficaríamos embaraçados, ignorando qual das teorias diferentes, em número indefinido — conforme a $f(x)$ escolhida — tôdas originando a mesma fórmula de composição de velocidades, ficaria realmente confirmada.

Da impotência da Relatividade para explicar a experiência de Fizeau, concluimos que a água móvel não arrasta a Luz, e que o fenómeno não tem uma explicação puramente algébrica.

Somos assim levados a procurar uma explicação física, derivada da hipótese da *inércia* da luz. Assim, a Luz, ao invadir a água móvel, encontraria um obstáculo variável, o qual sem alterar o número de ondulações por segundo, lhes modificaria a amplitude. As coisas passam-se, práticamente

como se variasse a espessura da água atravessada pela luz; e então, se a velocidade da água fôsse de 300.000 K. S. a favor da Luz, esta não atravessaria água alguma, e conservaria a sua amplitude de oscilação, e a velocidade de 300.000 K. S.

Considerando, assim, que a luz — semelhantemente a um projéctil de fôrça viva ilimitada, sofrendo uma resistência do ar proporcional à sua densidade — sofre na água uma contracção de ondas proporcional à *densidade aparente* do líquido móvel atravessado, teremos que procurar a espessura de líquido parado, equivalente à da água móvel.

Sendo c' a velocidade normal da luz na água, e ω a velocidade final através da água, móvel com a velocidade v (considerando todas estas velocidades em relação à Terra) teremos para relação entre o volume da água atravessada pela luz e o pêso correspondente

$$\frac{\omega - v}{\omega} = 1 - \frac{v}{\omega};$$

donde resultaria que a velocidade da luz na água, correspondente à amplitude da sua onda, seria

$$\omega = 1 - (1 - c')\left(1 - \frac{v}{\omega}\right) = c' + v\frac{1 - c'}{\omega}.$$

Esta fórmula, nas pequenas velocidades, dá valores sensìvelmente iguais aos das fórmulas de Einstein e Fizeau; mas nas maiores velocidades afasta-se desta última, a ponto de, para uma velocidade da água de 300.000 K. S., termos

Fizeau	1.1875	ou	356.000 K. S.;
Einstein.	1	ou	300.000 K. S.;
Balística.	1		

Esta solução física do problema está pois de acôrdo com

a prática. Ela admite que o meio, onde a luz foi produzida, vai animado da mesma translação que a Terra, e assim considera esta como base de referência. A solução seria provàvelmente diferente se a *luz fôsse produzida na massa da água móvel,* que já não seria invadida pela luz, como por um projéctil exterior. Poderia então acontecer que o arrastamento da luz fôsse completo, e que as velocidades da luz e da água se somassem — de acôrdo com os princípios da Nova Relatividade — para obter a velocidade da luz em relação à Terra.

Mas esta experiência, que estabeleceria uma analogia entre a experiência de Fizeau, e a de Michelson na água, parece que ainda não foi feita.

VII. — *Aberração astronómica.* Há já dois séculos que Bradley descobriu que a luz, que nos vem dos astros, incide sôbre a Terra com uma direcção aparente, diferente da primitiva, e combinação desta com a velocidade da Terra no espaço; isto é, a luz é observada como se proviesse de um outro astro, avançado do ângulo de *aberração,* no sentido do nosso movimento.

No estudo dêste caso, o critério relativista aceita a composição das velocidades absolutas, como dos caminhos, segundo o conhecido paralelogramo; mas, para que a velocidade da luz se conserve constante em relação à Terra, será necessário regular convenientemente os relógios da Terra. Ora, quando se estudou a Relatividade no plano móvel — neste caso o plano que contém a estrêla e a velocidade instantânea da Terra — já vimos, mesmo considerando o Ether e a Terra como sistemas recíprocos, que seria impossível conseguir tal isotropia da luz por meio de uma simples regulação dos relógios. A luz vinda dos astros representa, de resto, um relâmpago diferente dos que podemos produzir na Terra; e, assim, para garantirmos simultâneamente a isotropia des-

sas duas propagações, teremos que admitir para os nossos relógios duas regulações diferentes e simultàneas, o que é impossível.

Eis as razões pelas quais a Teoria da Relatividade não explica, a não ser apròximadamente por a velocidade da Terra ser pequena, o desvio angular da luz chamado *aberração.*

Será portanto necessário procurar-lhe uma explicação física. Se considerarmos a luz como um projetil independente da Terra e do Ether que a acompanha, êsse projéctil conservará a sua direcção e velocidade — o que corresponde a uma propagação da luz com ondas de igual comprimento e de cristas paralelas — ao invadir o óculo do astrónomo; e assim a luz parecer-nos há dotada de uma velocidade relativa resultante, em direcção e grandeza, da composição da sua própria com outra igual e contrária à do óculo (como a teriam gotas de chuva, ou o vento a bordo dos navios). Então a sua velocidade relativista poderá continuar sendo 300.000 K. S.; mas essa velocidade, apreciada pelos nossos relógios absolutos, será diferente da que têm os relâmpagos produzidos na Terra, o que poderia ser constatado por um processo absoluto semelhante à roda dentada de Fizeau.

A propagação dessa luz exterior será pois indiferente ao facto de o Ether ser ou não arrastado pela Terra; e por esta propriedade desaparece a contradição que se propunha haver quando se julgava que a experiência de Michelson só era explicável com um Ether arrastado, ao passo que a Aberração exigia um Ether em repouso, através do qual se fazia o movimento da Terra. Como vimos, Einstein contornou esta dificuldade admitindo uma referência ideal em repouso, sendo o Ether e a Terra dotados de movimentos iguais e contrários em relação a essa base ideal intermédia.

Se o tubo do óculo estiver cheio de água, a luz, ao penetrar no liquido sofrerá maior redução de velocidade que a que tem no ar; e haverá ainda a considerar o princípio da

densidade aparente — como no tubo de Fizeau: a aberração no *óculo de água* resultará da composição da velocidade da Terra com a que tiver realmente a luz ao atravessar a água, e que sabemos variar com o deslocamento da Terra. A experiência de Fresnel confirmou esta previsão da teoria balística.

A *aberração* resultou, portanto, um meio de revelar a velocidade da Terra em relação ao Ether exterior, caso que se não dá com a experiência de Michelson, realizada com uma luz produzida e arrastada com a Terra. A mesma revelação torna a repetir-se pela experiência de Monte Wilson, nas grandes alturas, onde o Ether nem é completamente livre, como o Ether exterior, nem já completamente arrastado, como julgamos ser o Ether das camadas superficiais da atmosfera dos nossos laboratórios; e contudo a aberração é lá a mesma que nos observatórios das baixas altitudes.

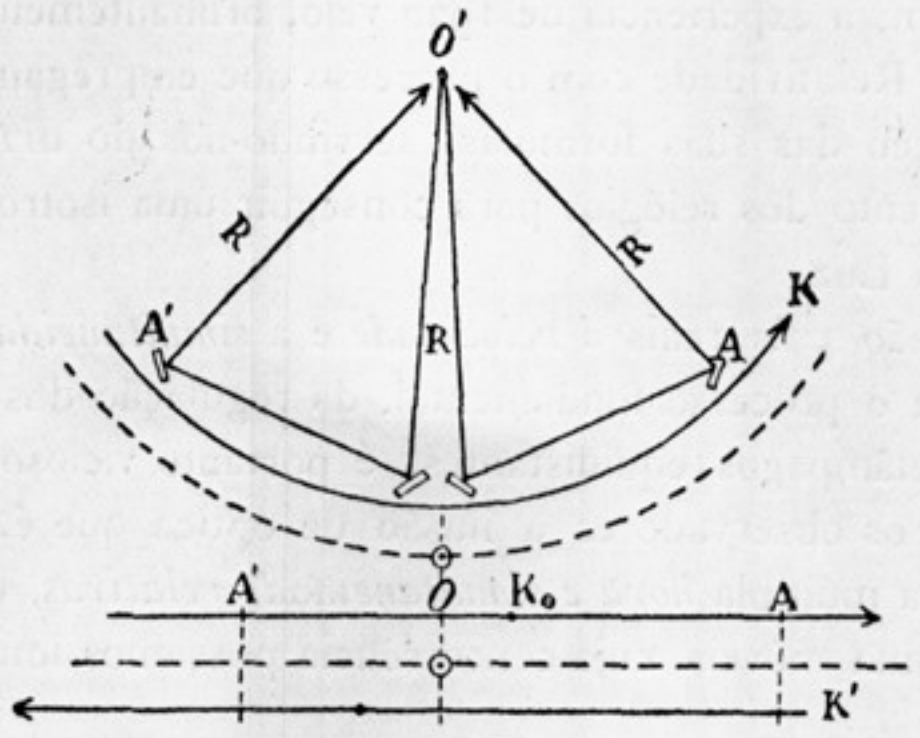
VIII. — *Tubo de vácuo.* Em 1925 procedeu-se em Chicago a uma experiência interessante e decisiva: dispôs-se um quadrilátero, de cêrca de uma milha de perímetro, constituído por tubos onde se mantinha uma pressão tão fraca quanto possível, sendo dois dos lados situados em latitudes diferentes, por causa do movimento de rotação da Terra.

Por meio de espelhos obrigou-se a Luz a percorrer êsse quadrilátero nos dois sentidos opostos. Observações cuidadosas de franjas mostraram que dois relâmpagos, partidos ao mesmo tempo de um dos vértices, não voltavam ao ponto de partida no mesmo instante, *exactamente como se a Terra se movesse em um Ether imóvel,* no qual a luz tivesse propagação independente.

Para simplificar o estudo dêste problema, reduzil-o hemos ao caso elementar do percurso em triângulo *(fig. 6),* estando o observador colocado no centro O′ de um círculo menor da

Terra, ao passo que os espelhos constituem dois pares, separados pela mesma distância x; êsse sistema, animado do movimento de rotação da Terra, é percorrido em sentidos opostos pelo relâmpago dimanado de O′, e dividido nos espelhos O.

Visto o movimento da Terra, na latitude de O e entre



A e A′, ser uniforme, poderemos considerar o Ether como um dos sistemas K′, e a Terra como o outro sistema recíproco, K.

Pelo critério da Relatividade-Recíproca, como o mesmo caminho é percorrido pelo relâmpago luminoso em dois sentidos diferentes, e — visto que os raios iguais RR são evidentemente percorridos no mesmo tempo pelos dois relâmpagos no sistema-terra — êsses relâmpagos terão que chegar aos pontos A e A′, e portanto também a O′, à mesma hora dos respectivos relógios, isto é, em simultaneidade relativista.

Ora, como disse, a experiência não confirmou esta previsão da Relatividade Recíproca; os dois relâmpagos chegaram a O′, um depois do outro. Ficou assim demonstrado

que a velocidade real de propagação da luz, que no sistema-médio ideal era de 300.000 K. S., resultou menor entre o par de espelhos OA, ao passo que no outro par — que a luz percorreu contra a sua translação — a velocidade foi maior que 300.000 K. S. Mas, segundo o princípio da Relatividade a velocidade devia ser, nos dois casos, 300.000 K. S., resultante da composição da velocidade da luz com a da Terra.

Assim, a experiência de 1925 veio, brilhantemente, identificar a Relatividade com o processo que empregamos para a dedução das suas fórmulas, servindo-nos do *artificio* do atrazamento dos relógios para conseguir uma isotropia aparente da Luz.

Só são pois reais a *velocidade* e a *simultaneidade absolutas*, e o processo fundamental, da regulação dos relógios pelos relâmpagos equidistantes, é portanto vicioso, porque conduz os observadores à ilusão de óptica que é, pràticamente, a múltipla *hora e simultaneidade relativas,* em todos os sistemas móveis, cuja concorrência possamos imaginar.

Aplicando agora, à discussão da mesma experiência, o critério da Relatividade-Nova, consideraremos sistema-base o Ether onde a luz é produzida, no ponto O', centro da rotação, e portanto em repouso. A luz propagar-se há neste sistema, sem deformação das suas ondas, independentemente da rotação da Terra, a qual, com os seus espelhos, constitue o sistema móvel, que *assiste* à propagação da luz na base.

Os dois relâmpagos, passando no mesmo instante no ponto O, terão portanto a respeito da base-Ether uma velocidade absoluta constante; ora os caminhos percorridos sôbre essa base serão

Caminho O'OAO' . . . . . $2R + H$

Caminho O'OA'O' . . . . . $2R + H\,\frac{1-V}{1+V}$;

logo a diferença entra estes caminhos será

$$\Delta = 2H \frac{V}{1+V} = 2H \frac{H-x}{2H-x};$$

a quàl corresponde ao atrazo medido experimentalmente no ponto O′ (isto é como se o Ether estivesse imóvel).

De resto, a experiência mostrou assim que esta diferença Δ não correspondia ao princípio da Relatividade Recíproca — que lhe permitiu explicar a experiência Michelson-Morley — isto é, ao da propagação da luz, sem deformação das suas ondas, em um plano médio ideal. Mas se aceitarmos que, esta constância do comprimento de onda se dá só no plano recíproco da Terra, o Ether, a diferença de percursos seria então, não a que prevê a Relatividade Recíproca, mas

$$\Delta' = \frac{H^2 - x^2}{H}.$$

A relação entre os valores Δ e Δ′ é, apròximadamente, $\sqrt{1-v^2}$. Contudo, como na experiência de Chicago a velocidade diferencial de translação é insignificante, poucos centímetros por segundo, Δ e Δ′ são pràticamente iguais e não há possibilidade de, por esta relação, verificarmos a exatidão da Nova Relatividade sôbre a conclusão que deduzimos, *embora forçadamente,* da Relatividade Recíproca.

A explicação física desta mesma experiência de 1925 pode também fazer-se partindo da *hipótese balística* da Luz, considerando que o *Ether é arrastado pela Terra,* quer na sua translação, quer na sua rotação. Mas a luz, partindo do ponto imóvel O′, conservará pela sua *inércia* uma propagação em ondas independentes do movimento do Ether arrastado pela rotação da Terra. Assim, as coisas passar-se hiam

como as prevê a Nova Relatividade: a velocidade absoluta da luz será constante a respeito de um plano sem rotação; e portanto um dos seus relâmpagos chegará ao centro donde partiu, avançado sôbre o outro, segundo a diferença Δ, prevista pela Relatividade, que aceita esta mesma hipótese do plano em repouso, como base de produção e propagação da luz.

É êste um caso análogo ao da aberração, ou melhor, ao do pêndulo de Foucault cuja massa oscila — como a Luz — independente da rotação da Terra, tendo conservado, pela sua inércia, a translação local mas não a rotação do plano onde oscila. Assim a luz conservará o seu movimento oscilatório — como um pêndulo — no seu plano de propagação, independentemente de o Ether ser ou não arrastado pela rotação da Terra.

E assim, notaremos que a diferença de tempos de percurso encontrada será diferente se, em lugar de considerarmos o relâmpago partido do ponto O', o considerarmos de um ponto no paralelo, como O ou A.

IX. — *Geodesia no Equador terrestre.* Ch. Nordmann, tentando vulgarizar a Teoria da Relatividade no seu livro *Einstein et l'Univers,* apresenta-nos o caso prático dos dois medidores da Terra, camiuhando sôbre o Equador em sentidos contrários, e com a mesma velocidade de medição, correspondente à rotação da Terra. Neste caso, um observador central veria imóvel, na direcção do sol, por exemplo, o medidor A, que caminha para Oeste; ao passo que o de Leste, ou B, teria a respeito do Sol uma velocidade dobrada.

Parece à primeira vista que, como as velocidades de A e B, relativamente à Terra, são iguais, êste caso se reduz ao caso simples da Relatividade Recíproca de Einstein; e,

assim, ambos verão a Terra igualmente deformada, e obterão uma medição idêntica, segundo a fórmula

$$E' = E\sqrt{1 - v^2}.$$

Contudo Nordmann não chega a esta conclusão simplista. Êle afirma que, *evidentemente,* os agrimensores não encontrarão a mesma medida, porque o metro de B, que vai para Leste, *está contraído (est raccourci)* pela velocidade, ao contrário do metro do que vai para Oeste, o qual, segundo o observador solar, está parado e *não sofre* contracção; e, como no diâmetro da Terra ambos encontraram medidas iguais, a relação π terá para êles valores diferentes.

Nesta conclusão Nordmann esquece, lamentàvelmente, que as deformações dependem do movimento relativo, nulo entre os metros e os agrimensores. Os seus metros são pois idênticos e êles só observam uma contracção aparente na Terra, resultante, segundo a Teoria de Einstein, não da sua própria velocidade em relação ao Sol, mas da dos metros relativamente à Terra, a qual é a mesma para ambos os agrimensores.

Nordmann, com esta lembrança de considerar fundamental o movimento dos agrimensores em relação ao Sol, fonte da Luz, veio tàcitamente reconhecer à necessidade de uma nova Relatividade. E, de facto, já vimos que, nos casos de mais de dois sistemas em contacto — como é êste caso da Terra e de dois medidores — não tem aplicação prática á Relatividade Recíproca, que impõe uma propagação de Luz para o conjunto A-Terra, e outra para o conjunto B-Terra.

Na prática teremos, pois, de estudar o que se passa, como se nos servissemos da fotografia, isto é, aplicando a Nova Relatividade. Se os relâmpagos, reguladores dos diferentes relógios locais, forem produzidos na Terra, esta constituirá a base de referência, sôbre a qual os agrimensores

A e B têm a mesma velocidade absoluta 464 m. s., ou V. Observados da Terra, os metros móveis não apresentarão deformação, mas, para os agrimensores, a deformação das distâncias no Equador será regulada segundo o coeficiente

$$\delta = \frac{1 - V^2}{1 - VV'} = 1 - V^2$$

visto V′ ser nulo. Os dois agrimensores encontrar-se hão no ponto de partida, ao concluirem as medições, no mesmo instante, e concluirão para π um mesmo valor

$$\pi' = (1 - V^2)\,\pi,$$

sem que nas suas medições possa influir o aspecto dos seus metros aos olhos dos habitantes solares.

Observando do Sol esta medição, os resultados só difeririam no caso de considerarmos a propagação da Luz dependente, não da Terra, mas ligada ao Sol. Neste caso o medidor A parecerá fixo; êle fará, portanto, parte da base de referência. O caminho andado por B, em relação a esta base, e no mesmo intervalo de tempo absoluto, será duplo do percorrido pelo Equador; mas os observadores solares — solidários com a propagação da Luz — não notarão, quer nos metros, quer na Terra, deformação alguma.

O observador B, tendo a respeito de A a velocidade 2V, terá sôbre a Terra a velocidade

$$\omega = \frac{2V - V}{1 - 2V^2} = \frac{V}{1 - 2V^2},$$

maior que V, velocidade que tem sôbre a Terra o outro medidor.

Neste caso, pois, nem os observadores do Sol, nem, de

resto, os medidores, constatarão deformação alguma nos metros ou comparadores; mas, ao passo que A não notará deformação alguma na Terra, B vê-la-há deformada segundo a fórmula

$$\delta = \frac{1 - V'^2}{1 - VV'} = \frac{1 - 4V^2}{1 - 2V^2};$$

e, portanto, para o medidor B, π resultará menor que o seu valor real, mas por uma razão diferente da que apresenta Nordmann, com um resultado final oposto.

Estudemos êste mesmo caso, empregando, em vez dos relâmpagos, tiros de salva equidistantes. Aceitando 335 m. s. para velocidade do som e 464 m. s. para a do Equador, para garantirmos a isotropia do som, os relógios dos agrimensores, por construção, terão que andar para trás. Pelas fórmulas conhecidas, teriamos em um certo instante absoluto

$$H = 335 \text{ m.} \quad \text{e} \quad x = 129 \text{ m.};$$

donde

$$V = \frac{H - x}{H} = 1.385 \quad \text{e} \quad \frac{T}{H} = \delta = 1 - V^2 = -0.918,$$

sendo a velocidade relativista dos agrimensores, recìprocamente, só 0.949 ou 318. m. s.

Assim, se o relógio padrão do ponto de partida desse um tiro cada segundo, como o som anda menos que os medidores, êles irão ouvindo sucessivamente os tiros dados antes: os ponteiros dos seus relógios desandariam 0.918 s. em cada segundo de um relógio terrestre que os acompanhasse. Cada um constataria que os relógios do outro pareceriam adiantar-se, sendo constante, e igual ao dôbro da hora terrestre, a sôma algébrica das horas de A e B em coincidência.

Contudo, as comparações entre a Terra e as extremidades dos metros, à mesma hora dos seus relógios extremos, acusariam para a medição dimensões negativas. Ambos encontrariam para o Equador o mesmo comprimento.

$$40.070\ \text{K.} \times (-0.918) = -36.800\ \text{K.}$$

donde resultaria para π o valor negativo, -2.9185.

É claro que, ao fecharem a medição no ponto de partida, os medidores reconheceriam que os diferentes relógios do outro sistema não marcam a mesma hora no mesmo instante, e que isto falseia as coincidências do comparador com a Terra. Se êsse comparador fôsse exactamente igual ao Equador terrestre, as coincidências dos extremos far-se hiam no mesmo instante, e desapareceriam as deformações aparentes, devidas ao movimento.

Êste romance scientífico — que poderá talvez parecer uma anedota ou um absurdo — é todavia o resultado inevitável de termos estabelecido para o estampido dos tiros uma hipótese análoga aquela em que assenta a Relatividade: a *isotropia do som a respeito dos móveis.*

Neste caso, não poderemos, como alguns relativistas, afirmar que é impossível uma velocidade material superior à do som: porque, se partirmos do comprimento negativo, observado, do Equador aparente, concluiremos, pela fórmula.

$$-2.9185 = (1 - V^2)\,\pi,$$

que as medições foram feitas à velocidade absoluta de 464 m. s., ou seja a uma velocidade correspondente à rotação da Terra no Equador, velocidade esta que não é, de resto, impossível de realizar, porque com os nossos projécteis de artilharia já conseguimos ir além de 1.000 m. s.

RESUMO E CONCLUSÕES

A. — As fórmulas que traduzem analìticamente o problema da *Relatividade Restrita,* pôsto pelo professor A. Einstein, podem ser duduzidas partindo das hipóteses clássicas usuais, sôbre distâncias rígidas e tempo absoluto, a que corresponde a noção de só ser simultâneo o que se passar à mesma hora de relógios idênticos, certos uns pelos outros na ocasião do seu contacto. Faz-se assim, nas horas e simultaneidades, uma distinção entre reais, ou *absolutas,* e *relativistas* ou aparentes.

B. — Para que as circunstâncias sejam absolutamente idênticas em todos os sistemas móveis, e para que os seus habitantes possam todos verificar a isotropia da Luz, por exemplo, é necessário aceitar que os relâmpagos luminosos, partidos do mesmo foco original, caminham independentes nos vários sistemas. Assim, em um ponto comum de contacto veriamos passar, em instantes diferentes, relâmpagos partidos no mesmo instante do foco, o que é absurdo. A Relatividade procura resolver esta dificuldade garantindo a isotropia sem que o mesmo relâmpago se divida. Para isso assentou em que os habitantes dos sistemas móveis, fiados na aparência dos fenómenos, podem ignorar as noções absolutas.

C. — Para deduzirmos as fórmulas da Teoria da Relatividade partimos, como base, do *artifício dos relógios ópticos,* marcando no mesmo instante absoluto horas em progressão. Assim, as deformações aparentes, tanto das dimensões como dos tempos, são devidas à falta de simultaneidade real das observações feitas pelos habitantes dos

sistemas móveis, ignorantes da existência de um sistema privilegiado, onde a Luz se propaga sem produzir deformações aparentes.

Mas a medição daquelas deformações permitiria calcular as características dêsse sistema — ou Ether — assim como a *hora absoluta,* independente da propagação da luz, a qual não é instantânea. Esta hora tem realidade: é a hora de um relógio local (regulado pela rotação da Terra) transmitida mecânicamente, como seria, por exemplo, pelo transporte de cronómetros, que usam os navegadores (e os relativistas nos seus sistemas, para poderem constatar as deformações de horas e distâncias).

D. — As fórmulas da *Relatividade-Recíproca,* de Einstein, foram deduzidas supondo-se um só par de sistemas móveis: elas não têm pois aplicação ao caso prático, que é o de um número ilimitado de sistemas, os quais não seria possível considerar-se recíprocos dois a dois.

Se admitirmos, como princípio, que um mesmo relâmpago pode ir sucessivamente atingindo os pontos de contacto de vários sistemas, e regulando-lhês os seus relógios pelo processo óptico, concluiremos as fórmulas gerais da *Nova Relatividade*, nas quais não figura o radical $\sqrt{1-v^2}$, susceptível de se tornar imaginário, embaraçando a discussão.

Nesta teoria geral respeita-se a isotropia da Luz, a cuja propagação os vários sistemas *assistem*, independentemente. Há, portanto um sistema privilegiado onde as ondas luminosas não sofrem alteração do seu comprimento. A Relatividade-Recíproca supõe um *Ether-médio* ideal, como sistema privilegiado, porque é um caso particular daquele caso geral, só aplicável a dois sistemas, e portanto tendo, a mais, o defeito de ser incompatível com a composição de velocidades.

Do princípio da Nova Relatividade resulta também uma

deformação aparente das horas e dimensões, possível de verificar por meio de fotografia.

Finalmente, nas novas fórmulas só entram as coordenadas x, x', x'', etc., dos sistemas, as quais, ao contrário do tempo e da velocidade, são resultado da observação directa por coincidências. E, assim, todos os casos, nos quais fôr impossível conseguir a isotropia por meio da regulação dos relógios, ou onde seja necessário atribuir ao mesmo relógio horas diferentes, no mesmo instante absoluto, tornam-se casos absurdos e inexplicáveis pela Teoria da Relatividade.

E. — Considerando *velocidade* o quociente da divisão do caminho andado pelo tempo, obteremos *para o mesmo móvel,* referido a um outro sistema, duas velocidades de valor diferente:

a) A *velocidade absoluta,* determinada pelo tempo de um relógio invariante, a qual crescerá indefinidamente com a rapidez do objecto móvel;

b) A *velocidade relativista,* determinada pelo tempo indicado pelos relógios ópticos, ou progressivos, a qual não poderá passar de 300.000 K. S. Mesmo a composição de duas velocidades, ambas em absoluto superiores a 300.000 K. S., dará uma resultante inferior a 300.000 K. S. Mas como a relatividade não limita o caminho percorrido, se essa resultante, considerada em absoluto, fôr infinita, o seu valor relativista *será igual a zero,* a-pesar-de corresponder a um móvel muito mais rápido que a Luz.

A *massa* mecânica depende também da maneira de apreciarmos a velocidade e a aceleração, e portanto do relógio que indica o tempo: ela seria constante, referida ao tempo absoluto; mas quando empregarmos o tempo e a velocidade relativistas — sem que a constituição física do objecto mude — a massa relativista será variável, crescendo até atingir o infinito quando a velocidade absoluta fôr infinita. Só então

precisaremos concentrar no móvel uma energia real ilimitada, e estaremos, portanto, em face do impossivel.

Quando a velocidade relativista atingir o seu máximo, 3oo.ooo K. S., os móveis parecer-nos hão tão deformados, que não terão dimensão longitudinal. Se um dêles aumentar ainda de rapidez, continuará crescendo a sua velocidade absoluta, ao passo que irá decrescendo a velocidade relativista, e poderá então o móvel ser fotografado com dimensões negativas; isto é, êle terá um *volume aparente negativo* (produto de uma área por uma altura negativa), a-pesar-de a sua massa relativista se ter tornado maior do que era, quando em repouso!

É claro que a constância analítica do coeficiente *massa* não exclue a sua *possível* dependência da energia perdida ou recebida por radiação.

F. — A discussão geral da Relatividade permitiu-nos constatar que a regulação relativista dos relógios — pelo processo dos *relâmpagos equidistantes* — lhes deforma o andamento, tornando-o *na realidade,* ou seja em comparação com o dos relógios absolutos, tanto mais lento quanto maior fôr a velocidade absoluta, a ponto de cairmos no tempo negativo. É uma questão de construção e relojoaria.

Esta deformação real das horas — que correspondem a um mesmo intervalo de tempo — é diferente da outra deformação aparente, a qual é verificável por meio da fotografia, ao passo que entre dois sistemas recíprocos a deformação real passará despercebida à fotografia.

Lorentz resolveu o mesmo problema — só para Luz no vácuo — por meio de uma suposta contracção automática dos móveis, sem excluir a noção do tempo absoluto. Einstein, pelo seu lado, deformou o tempo.

G. — Visto que se consegue impôr a isotropia da Luz,

simultâneamente, a dois móveis de velocidades diferentes, parece que a poderiamos impôr também a qualquer sistema animado de movimento acelerado entre aquelas duas velocidades. Bastaria darmos aos relógios — cujo andamento já nos permitimos modificar — uma regulação convenientemente acelerada, embora os habitantes dêsse sistema — *fiados na isotropia da luz* — a considerassem uniforme. Aproximamo-nos assim do caso geral da experiência, pois não sabemos, sequer, se existe na Natureza algum movimento uniforme.

Idêntico critério teriam os habitantes de um campo de gravitação — onde a luz, *se tem pêso*, poderia ter uma *velocidade absoluta* acelerada — atribuindo-lhe uma velocidade relativista constante.

Contudo, como o critério dos relógios de regulação assim adaptada foi impotente para explicar à isotropia em tais condições — isto é, quando o sistema tinha movimento acelerado em relação ao sistema-Etber, onde a luz se propaga — como até também foi insuficiente no caso de um plano dotado de translação uniforme, concluiremos que a isotropia da luz *só apròximadamente* se poderá considerar uma propriedade geral, explicável pela Relatividade. Ela, de resto, falha até em casos de movimento uniforme : uma propagação uniforme, em linha recta, aparecerá acelerada e em curva aos habitantes de um plano dotado de rotação uniforme.

H. — A regulação especial dos relógios, origem fundamental da Teoria da Relatividade, varia com a rapidez de propagação do acontecimento a que pretendamos atribuir isotropia, seja som, projéctil, Luz na água, Luz no vácuo, gravitação, etc. (1). Tal regulação será pois impraticável

(1) Se, como alguns crêem, a *gravitação* é a conseqüência mecânica natural da propagação de vibrações — por um efeito de reacção análogo ao do *radiómetro* de Crookes — a sua velocidade de propagação deverá ser a mesma das diferentes radiações, Calor, Luz, Electricidade, Química, etc.

quando pretendamos que ela, para o mesmo móvel, se adapte simultâneamente a vários fenómenos concorrentes da Natureza. Donde resulta o absurdo da Relatividade.

I. — Emfim, a Relatividade, sendo na essência o resultado da *convenção* fundamental proposta por Einstein — aceitarmos que a Luz leva sempre o mesmo tempo a percorrer distâncias iguais em qualquer sentido — forçou-nos a atribuir aos relógios uma regulação especial, da qual resulta o confundirmos a aparência com a realidade, fazendo-nos julgar os fenómenos pelas *velocidades, massas* e *volumes aparentes,* que não correspondem às noções gerais, que nós consideramos absolutas.

A própria isotropia relativista da Luz, obtida por meio dos relógios ópticos, é apenas uma *ilusão de óptica* — embora fotografável — conforme foi evidenciado pela discussão das várias experiências, das quais, de resto, a Relatividade-Recíproca não consegue dar uma explicação cabal. Mas se insistirmos em conservar aos relógios dos sistemas móveis uma regulação absoluta, ou independente da propagação da Luz ou de qualquer outro fenómeno físico, isto é, se a fizermos corresponder só à rotação da Terra — como a que atribuimos aos relógios comuns — pretendendo que êles, móveis ou em repouso, marquem todos no mesmo momento a mesma hora; em uma palavra, se renunciarmos a regulá-los pelo *processo dos relâmpagos equidistantes*, que resultou *vicioso,* teremos privado a isotropia da Luz da sua explicação relativista, embora só aproximada.

J. — Do expôsto parece concluir-se que é falso o critério simplista que julga as leis físicas independentes do movimento do sistema onde as apliquemos: o que se reconhecerá sempre que seja praticável desembaraçarmo-nos das ilusões da observação. Tal é a lei da isotropia da Luz, a qual falha, por

exemplo, sempre que o Ether, onde a Luz é produzida, fôr independente da Terra, o que se dá na experiência da Aberração, e não na de Michelson.

K. — Em presença desta insuficiência da Relatividade Recíproca para explicar analìticamente algumas experiências de óptica — a-pesar-de recorrer a hipóteses que o raciocínio recusa admitir, como é a imobilidade aparente e automática do Ether, simultâneamente em relação a todos os sistemas móveis ou em repouso — concluiremos que, se há realmente *isotropia da Luz*, será necessário procurar-lhe uma explicação, não analítica mas *física*.

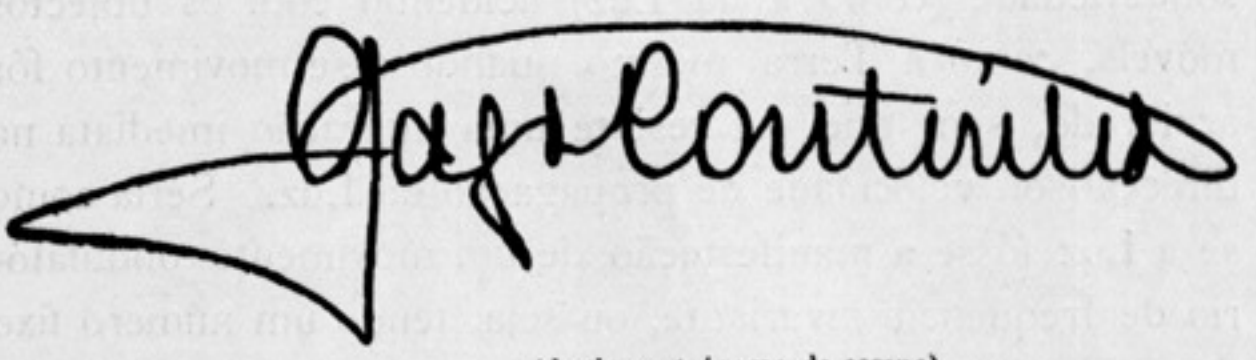
Ora, de facto, na Natureza as coisas passam-se em todos os casos conhecidos, como se a Luz fôsse dotada de *propriedades balísticas* — isto é, *inércia* — pelo menos nas pequenas distâncias terrestres. O meio onde a Luz se propaga — talvez *Ether* — ficará assim livre de adquirir uma solidariedade (como a da Luz) acidental com os objectos móveis, como a Terra, mesmo quando êsse movimento fôr acelerado, sem que daí resulte uma alteração imediata na direcção ou velocidade de propagação da Luz. Seria como se a Luz fôsse a manifestação de um movimento ondulatório de freqüência invariante, ou seja, tendo um número fixo de oscilações em cada segundo absoluto; mas a amplitude dessa oscilação, fixa no sistema-Ether onde a Luz se demorasse ou fôsse produzida, variaria em relação a outro sistema onde venha a penetrar, Ether, ar, ou água, devido à resistência que a Luz sofre nesses meios, variável conforme os seus movimentos em relação ao sistema inicial.

Vimos que, por meio desta hipótese simples e aceitável, e a-pesar-de se considerar o Ether arrastado pela Terra, se poderiam explicar as mesmas experiências de óptica para as quais (como tentei mostrar) nem sempre a Relatividade dá explicação completa e satisfatória, a-pesar-de admitir o «Vento

de Ether» e o «Sistema médio ideal», hipóteses que se me afiguram tão inverosímeis como se suposéssemos que não existe rotação da Terra, e que são os outros astros que giram em volta de nós.

L. — Mas o trabalho de estudarmos e discutirmos a *Teoria da Relatividade Restrita* não é, contudo, perdido. Porque, êste engenhoso problema de Álgebra, proposto pelo professor Einstein, torna-se extremamente interessante, e deveria ser explicado e exigido aos estudantes, não só como ginástica e recreio do espírito — à semelhança do jôgo do Xadrês — como também para, com o limitado auxílio da *Álgebra Elementar,* lhes tornar mais nítida a sua compreensão dos princípios que presidem à propagação da Luz.

Lisboa, 1926 — Julho.



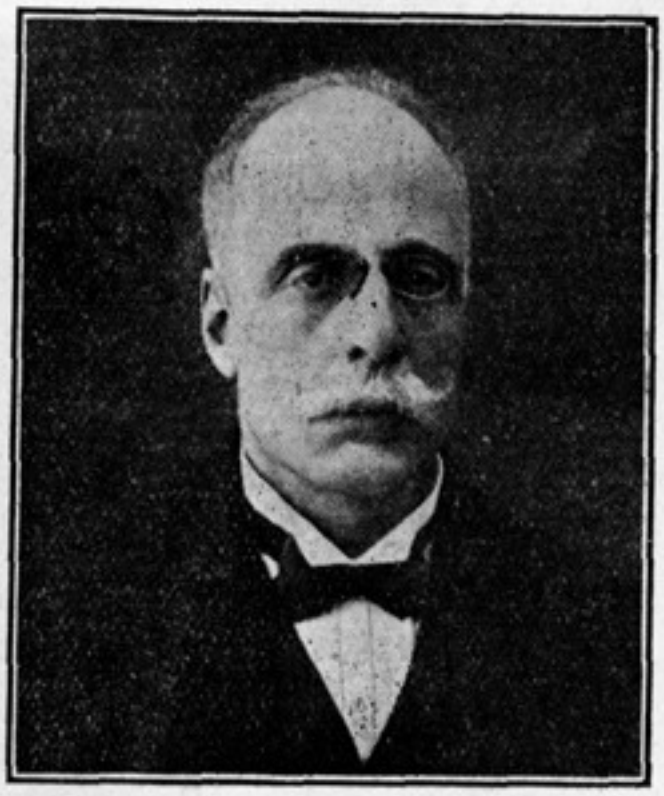
(Antigo astrónomo de campo)

CASTELOS DO DISTRITO DE VIANA

I

Castro Laboreiro

A 15 quilómetros a sudeste da Vila de Melgaço, e a 900 metros da povoação, assentava o castelo de Castro Laboreiro, ou Leborêdo, no cimo do elevado penhasco, com 1:033 metros de altitude, entre as bacias dos rios Minho e Lima no local de um *crasto* preistórico, que lhe legou o nome tomando a designação destas penhas: — *Laporêdo* — (1), que o defendiam.



LUÍS DE FIGUEIREDO DA GUERRA

A Vila de Crasto foi séde de um pequeno concelho extinto em 1855.

O planalto da fortaleza, de forma oval, no sentido norte-sul, méde 50 metros sôbre 15 de largo; as muralhas, hoje desmanteladas, apoia-

(1) *Laboreiro*, de *leporarium*, lugar onde se criam lebres, segundo a opinião do Dr. José Leite de Vasconcelos, na *Revista Lusitana*, volume XIX, a páginas 271.

vam-se nos mesmos blocos de granito, sendo a praça apenas acessível pelo sudoeste. Entrava-se pela *porta do Sol,* voltada ao poente, única subida transitável, porque a outra é uma verêda perigosa, estreita e íngreme, cujos degraus abertos na rocha, em forma de pégadas, que se dirige à *porta do Sapo,* oculto postigo, aberto na muralha setentrional, apenas com $0^{m},60$ de largura, e pouca altura, por onde mal cabia um homem.

Esta posição constitue uma importante atalaia, pois que o nosso terreno, em raia seca, avança pelo território espanhol, e daqui se descobre para o nascente um largo horisonte, vigiando também, a S. E., o vale onde serpeia o rio Lima, em terras galegas.

D. Afonso Henriques conquistou em 1140 o castelo aos espanhóis, reparando-o em 1145, mas D. Sancho I completou a obra, como memóra a inscrição que lá existe; sobrevindo a invasão leonêsa de 1212, que arrasou as nossas fortificações raianas, el-rei D. Deniz reedificou-lhe as muralhas em 1290.

Os Gomes de Abreu, de Merufe, gosaram durante muitos anos a alcaidaria mór de Laboreiro, que andava junta com a de Melgaço, porém D. Fernando em 1375, confiou-a a Estevão Anes Marinho, que pouco tempo a teve.

O Mestre de Aviz, depois da conquista de Melgaço, pôs-lhe presídio, aproveitando-se sempre o Castelo para conter as diversas invasões espanholas, reforçando-lhe os muros e recebendo guarnição escolhida, como sucedeu em 1643; e dois anos depois os portugueses saíram daqui a talar os campos inimigos, assolando as povoações próximas.

Em 1441 era Alcaide mór de Melgaço e de Castro Laboreiro, Martim de Castro, que sob queixa de agravar os moradores destes lugares, chamado à côrte, não mais voltou a ocupar estes govêrnos (1).

---

(1) *História Genealógica da C. R., Provas,* volume III, pág. 493.

Em Maio de 1666 D. Baltazar Pantoja cai de improviso sôbre Laboreiro, e depois de 4 horas de renhida luta, capitularam as nossas fôrças, que em vão esperaram socorro.

O General Castelhano deixou como governador o capitão D. Pedro Esteves Ricarte, que apesar de destemido, e da confiança de D. Baltazar, logo se rendeu ao Conde de Prado, sendo acusado de vendido aos nossos interêsses (1).

Na paz de 1715 ficou desguarnecido.

Relataremos alguns episódios locais.

Por ordem do Conde de Bobadela, Governador das Armas desta Província, 1766-1778, mandou recolher nêste Castelo 400 homens e mulheres, que se negaram a apresentar seus filhos, recenseados para o serviço militar, encarregando do govêrno castrense a Manuel de Araujo Machado, segundo do nome.

E a propósito.

Os últimos governadores pertenciam à casa da Amiosa, em Valadares, no concelho de Monção.

Manuel de Araujo Machado, o velho, enviuvando, professou no convento beneditino de Cela Nova, da Galisa, no reinado de D. João V; o seu homonimo, sobrinho e genro, obteve despacho de governar Castro Laboreiro, em 1746, com a patente de Sargento mór de infanteria, abandonando o cargo de Mestre sala na Côrte; gosou êste pôsto até falecer, com 73 anos, em 1779.

Depois em 1801 foi ocupado por tropas, e defendido com 4 peças de campanha, e respectivo pessoal.

II

Castelo de Melgaço

O Prior do Mosteiro de Longosvales, D. Pero Pires, irmão

---

(1) *Guerra hispano-lusitana*, de D. Benito Alonso. Orense, 1893, pág. 51.

do Arcebispo de Braga, D. Maurício Pires, por ordem de D. Afonso Henriques, fundou, em 1190, a tôrre de menagem de Melgaço, e a sua cidadela.

No ano seguinte D. Sancho I recompensou-o, quando aqui veiu, coutando-lhe o seu Mosteiro agostiniano.

Refere a tradição que Pero Pires fês essas obras à sua custa, o que achamos pouco provável.

Depois os leoneses destruiram Melgaço, pelo que D. Afonso III, não só mandou reparar o Castelo, como protegeu a povoação pelo lado ocidental, com cortina, sendo castelão Martim Gonçalves, em 1263.

D. Deniz vinte e sete anos passados completou a cêrca dos muros da Vila.

Após a morte de D. Fernando, Melgaço seguiu o partido de D. Beatriz; sitiada a praça em Julho de 1388, o seu alcaide Alvaro Pais de Sotomaior, ajudado por Diogo Preto Eximeno, defendeu-se heroicamente durante 52 dias, mas o Mestre de Aviz desesperado pela tenaz resistência dos melgacenses, empregou todos os meios para os reduzir, e na capitulação usou barbaramente para com os vencidos, não lhes concedendo as honras de guerra!

Gil Bordão, criado particular do Rei, e que tomou parte nos assaltos, conta no seu testamento os excessos cometidos, e, para se penitenciar, legou os seus bens à Malataria que fundara na Vila de Monção, sua naturalidade.

A alcaidaria mór andou durante a primeira dinastia nos Gomes de Abreu, pois Lourenço Gomes de Abreu, embaixador de D. Afonso IV a Aragão, foi Alcaide mór desta Vila e de Castro Laboreiro; seu filho Vasco Gomes de Abreu, no tempo de D. Pedro I, obteve também a alcaidaria de Lapela, que no reinado de D. Fernando acabou as obras defensivas da fóz do Gadanha.

Diogo Gonçalves de Castro conseguiu do Mestre de Aviz os govêrnos de Melgaço e de Castro Laboreiro, que conti-

nuou nos Castros de Fornelos; porém no tempo de D. Manuel ocupava as ditas alcaidarias Lopes Gomes de Abreu, que, por ordem régia, fês bastantes obras nas fortificações desta região, em 1500 (1).

Relata D. António Caetano de Sousa (2) que em 1449 Martinho de Crasto foi chamado à Côrte, por queixas dos povos, e certamente lhe tiraram os cargos, passando outra vez aos Abreus.

D. Afonso V doou em 1460 estes castelos de Melgaço e Laboreiro ao Marquês de Vila Viçosa, filho do Duque de Bragança.

D. João I quando tomou Melgaço entregou a sua alcaidaria mór a João Rodrigues de Sá, o célebre Sá das Galés, seu camareiro mór.

A praça de Melgaço não tem valor estratégico, servindo simplesmente para depósito de víveres, e aquartelamento de tropas, no caso de pretendermos invadir a Galiza; é o que os franceses chamam —*place de ravitaillement.*

Cabe a Melgaço a honra de ser a terra de Portugal que primeiro levantou o grito contra o domínio francês, erguendo a bandeira nacional no dia 9 de Junho de 1808, conservando então ainda 7 peças de artelharia.

III

Praça de Monção

A vila de Deu la Deu nas margens do Minho teve os primordios no reinado de D. Afonso III, mas deve as suas muralhas a D. Deniz, de 1305 a 1308.

Fechada em recinto limitado sem castelo, só no tempo

---

(1) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pág. 155.

(2) *Hist. Geneal. de C. R., Provas*, vol. IV, pág. 265.

de D. Afonso V lhe levantaram a alta tôrre de menagem, concluída por D. João II, e que dominava a cêrca interior, e o terreiro, que se lhe estendia pelo poente, onde a defesa era mais fraca.

Esta tôrre já se achava fendida no tempo de D. Manuel, devido a uma descarga electrica, como vemos no — *Livro das Fortalezas de Portugal,* de Duarte de Armas.

Ligeiro assédio teve em Outubro de 1369, em que o adelantado da Galiza invadiu a nossa Província do Minho, vindo cercar a praça de Monção, antes de se entranhar na província do Minho.

No dia 4 Pedro Sarmento intimou a rendição da nossa Praça, estabelecendo logo sítio, que breve levantou, devido, dizem, ao estratagema de Deu la Deu Martins Palhares, mulher do Governador Vasco Gomes de Abreu, ausente, que lançou alguns pães aos sitiadores para mostrar que abundavam os víveres, pelo que retiraram os Galegos.

Padeceu Monção o mais aturado assédio que há memória em Portugal, e durante quatro meses completos o ilustre Mestre de Campo Lourenço de Amorim Pereira, natural de Viana, apenas com 600 infantes, resistiu ao exército invasor do Marquês de Viana, composto de 12 mil homens, bem municiados, e com bastante artelharia. Fechado o cêrco com numerosos reductos e baterias que dominavam a praça, tornou-se *impossível todo o socorro por terra e pelo rio* Minho.

Após longa e porfiada resistência, sem víveres nem esperança de receber qualquer auxílio, a guarnição, esgotada pelo contínuo serviço de defesa, viu-se na dura necessidade de se entregar, mediante honrosa rendição, na sexta feira 7 de Fevereiro de 1659.

Os 236 valentes mas enfraquecidos soldados, com Lourenço de Amorim à frente, bandeiras desfraldadas ao vento, armas carregadas ao ombro, e na vanguarda as duas peças

com murrões acessos, tocando os tambores, sairam pela brecha, passando por diante das tropas espanholas formadas em continência, sendo apontadas pelo general inimigo como exemplo de lealdade e disciplina.

O cêrco havia começado em 7 de Outubro (1), pois neste dia as batarias das obras avançadas dos sitiantes romperam fogo sôbre a Vila portuguesa.

* * *

Apossados da Monção os espanhóis só a abandonaram no dia 14 de Maio de 1668, depois de assinada a paz em Madrid, no mez de Fevereiro; tomou posse da Vila o Corregedor Dr. Álvaro Pessôa de Carvalho, que sem demora procedeu à eleição dos Vereadores e Oficiais da Câmara.

Monção aquartelou um regimento de infantaria até 1777, em que veio para Viana; passados vinte anos ainda recebeu de Valença guarnição e artelharia, reparando-se-lhe os muros; contava 13 canhões, e em 1833 apenas 9 que levaram para o cêrco do Pôrto.

As muralhas começaram a ruir em 1840, caindo um lanço da cortina da porta do Rosal, e ultimamente em 1915 romperam as muralhas em dous pontos: — para o assentamento da linha férrea, e para construir o ramal da estrada para as Caldas.

Restam ainda as portas do *Rosal, Salvaterra,* e das *Caldas;* foram demolidas: — a *porta de Melgaço* em 1882 para seguir a E. N. n.º 23, e as *portas do Sol,* em 1900.

Os Portugueses tomaram a fronteira Praça de Salva-

---

(1) *Nova Carta Corográfica de Portugal,* do Marquês de Avila, Lisboa 1914, 3.º vol. págs. 268-269, meu artigo sôbre Monção.

tierra em 12 de Agôsto de 1643, e a retivemos durante 16 anos.

IV

Castelo de Lapela

Desta fortaleza, que defendia o vau do rio Minho e o caminho que segue para o interior do país, pela Portela do Vez, existe hoje sòmente a *tôrre da vara*, que servia de menagem ao castelo.

A tôrre reputamol-a de el-rei D. Pedro I, e terminada por D. Fernando, que lhe pôs sôbre a porta da entrada o seu escudo de armas, tendo como primeiro alcaide a Vasco Gomes de Abreu. Com três andares media 22 metros de alto sôbre 8 de largo, por face, e 2,^{m}3o de grossura de muros. Ergue-se mesmo marginal ao rio Minho.

D. João I e D. Afonso V ajuntaram-lhe o castelo, por julgarem importante êste ponto; D. Manuel fês reforçar as fortificações, que encarregou a Lopo Gomes de Abreu, alcaide mór não só de Lapela, como de Melgaço, e de Castro Laboreiro, e descendente de Vasco Gomes, o fundador.

Na invasão de 1658, o inimigo passando o rio em Lapela, no dia 3o de Setembro, sitiou a fortaleza a 2 de Outubro, dando assalto no dia 4; o governador Gaspar Lobato de Lanções, capitão tímido e velho, apesar de ter 15o soldados e 3 canhões, entrou logo em negociações, entregando-se no dia 5.

Seguiram assim sem estorvo as tropas espanholas subindo pelas margens do Minho, a cercar as praças de Monção, e de Salvatierra.

Finda a guerra, reconhecida a inutidade dêste castelo, desfizeram os muros em 1685 para aproveitar a pedra para as muralhas com que rodearam toda a Vila de Monção, aforando a Câmara o terreno do seu assento em 1709, pou-

pando todavia a antiga torre, que tem sabido resistir à fúria do tempo, e ao despreso que os homens lhe votaram.

V

A Praça de Valença

O castelo de *Contrasta* sóbe ao tempo de D. Sancho I que o mandou construir por Gonçalo Simões; depois D. Afonso III deu à povoação nome de Valença do Minho.

Destruído pelos leonêses foi reedificado em 1217.

A primitiva fortificação, bastante limitada e de forma oval, ficava compreendida entre os actuais baluartes do norte da praça, Carmo, Socorro, e S. Francisco, deixando, já fora pela parte do Sul, a Igreja de Santo Estevão. Ainda hoje esta obra dionisiana (visto as velhas muralhas carecerem de jorramento) se elevam a prumo.

Sucessivamente D. Fernando, D. João I, D. Manuel, D. João IV, e D. Pedro II aumentaram as defesas da praça, cercando-a com fortes muralhas, dotando-a com a obra da *Coroada.*

Assenta Valença numa eminência sôbre o rio Minho, protegendo o vau do rio, abaixo da cidade de Tui, donde dista perto de um quilómetro.

A *praça* compõe-se de 7 baluartes, e da grande obra exterior, chamada — a *Coroada* —, com 3 baluartes e 2 meios baluartes; todo o seu perímetro está contornado por fossos com falsas bragas; o seu relêvo sôbre o plano do fosso vai de 6 a 14 metros,

O cumprimento medeia de 146^{m} a 220 metros.

As saídas da Praça e da Coroada estão cobertas por revelins; as 4 portas chamam-se: — do *Meio*, que comunica a Praça com a Coroada; da *Gabiarra*, ao nascente, caminho da ponte internacional; do *Sol,* ao sul, cuja calçada desce

para a Estrada Nacional e jardim público; e da *Coroada,* ao poente, por onde segue a estrada que se liga com as outras, de Caminha a Monção, e ramais da Ponte internacional e da Estação ferroviária.

Não falta a água dentro e fora há algumas fontes.

A Praça, além de pequeno relêvo, com poucos quarteis para tropas, e de acanhadas proporções, fica dominada pelo monte do Faro; assim não tem importância militar, principalmente com a moderna artelharia.

Em 1802 contava 61 bocas de fogo, de ferro e de bronze, e alguns morteiros (1).

*
* *

Sofreu a praça de Valença quatro assédios, além do bombardeamento, feito da cidade de Tui pelos franceses em 1809. O Marechal Soult entrou no dia 10 de Abril dêsse ano, demorando-se 7 dias, e deixando deplorável memória, por fazer arrazar com uma explosão a abóbada da porta do Sol.

— O primeiro cêrco, em 1828, foi motivado por a guarnição de Infanteria n.º 21 aderir ao movimento liberal do Pôrto, em 16 de Maio; as Ordenanças de Monção, Melgaço, e Arcos de Val de Vêz vieram sitiar Valença, em 13 de Junho, e depois de alguns combates parciais, favoráveis aos legitimistas, o batalhão do 21, no dia 23 declarou-se a favor de D. Miguel.

— O segundo efectuado em 31 de Março de 1834, quando o regimento de Milícias dos Arcos guarnecia esta Praça: o Almirante inglez Carlos Napier, Conde de S. Vicente, com uma fôrça de Marinha, alguns Voluntários, e o corpo de

---

(1) *Nova Carta Corográfica de Portugal,* do Marquês de Avila, vol. III, págs. 401.

Milícias de Viana, formando tudo uma fôrça de 700 homens, rompeu fogo, mas logo, a 3 de Abril, capitulou a praça, proclamando o govêrno de D. Maria II.

— O terceiro cêrco. Em 17 de Julho de 1837 os Valencianos haviam aceitado o restabelecimento da Carta Constitucional; o Barão de Almargem cortou-lhes as comunicações exteriores até ao dia 7 de Setembro, em que retirou para o Pôrto. O fogo dos sitiantes causou bastante dano nas casas da Praça.

— O quarto e último na ocasião da Maria da Fonte, em que as fôrças da Junta do Pôrto sitiaram Valença, no dia 1 de Maio de 1847; mas em 3 de Junho dois Batalhões espanhóis passaram o rio Minho, fazendo retirar as tropas patuleias debaixo de fogo; depois voltaram a aquartelar-se dentro da Praça, até à Convenção do Gramido, em 11 de Agôsto de 1847 (1) e (2).

VI

A praça de Vila Nova de Cerveira

O Castelo de Cerveira no môrro, que domina a passagem fluvial para Gaião, data dos primeiros anos do século XIV, edificado por D. Deniz; corre de nascente a poente, de forma oval, e com limitada área. Estava defendido pela tôrre de menagem, chamada *dos Mouros,* ao sul, cobrindo a

---

(1) *Dicionário Abreviado corografico de Portugal*, de José Avelíno de Almeida, Valença, 1866-67, 3.º volume, *in verbo* — Valença.

(2) Em 1884 havia em Valença: 30 Peças de bronze, calibre 30; de ferro 33, com diferentes calibres; obuzes de 7 polegadas 10; morteiros de 9 a 12 polegadas 8; pedreiros de 9 polegadas 8; e arcabuzes de muralha 5, mas quási todos inutilizados.

Em Abril de 1910 foi mandada para Lisboa tôda a antiga artelharia. (*Dic. Port. antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. X, pág. 131, nota).

única porta de entrada, e por sete tôrres menores, que encostam à cêrca. Esta mede no seu eixo maior 65 metros, e 60 no menor.

O torreão afonsino, fendido por um raio, foi em 1845 apeiado até meio.

Na guerra da Aclamação, quando os Castelhanos invadiram o nosso territorio, em 1653, e nos tomaram Monção, estabelecendo um campo intrincheirado em S. Pedro da Tôrre, tornou-se urgente fortificar Vila Nova de Cerveira.

O Governador das Armas desta Província, D. Diogo de Lima, 8.º Visconde desta Vila, não só lhe mandou acrescentar em 1660 uma bateria sôbre o rio para jogar 4 canhões, como também rodeou a povoação exterior com muros, defendidos por quatro baluartes inteiros, bem desenvolvidos, um meio baluarte, e três reductos para a parte do rio, com $3^{m},80$ de alto, e fossos com $3^{m},30$ de fundo.

Aquela bateria sôbre o Minho recebeu um 1742 outra a cavaleiro, que varre o rio em larga distância, dominando o forte de S. Lourenço do Gaião, construido em 1680.

Quatro portas franqueavam a praça que tinha grande desenvolvimento, tendo 450 metros de cumprimento sôbre 220 de largo.

A obra ficou concluída em 1667, à custa do real de água e finta, sob a direcção do Mestre de Campo D. Francisco de Azevedo, e de outros engenheiros não menos notáveis.

Na lage do Castelinho, no meio do rio, construíram uma plantaforma com parapeito para defesa do rio e das pescarias.

O antigo Castelo serviu de cidadela à nova Praça. As portas e muralhas começaram a ser demolidas de 1845 a 1876, em que a estrada nacional de Caminha a Valença atravessou Vila Nova, terminando o atuimento dos fossos em 1905.

Restam o velho Castelho dionisiano, e parte da cortina

do baluarte de S. Miguel, o Anjo, formidável defesa da porta da Campanha.

* * *

Alguns assaltos se deram ao Castelo e à Praça de Vila Nova de Cerveira.

No dia 25 de Setembro de 1643 resistiu ao ataque das tropas espanholas, dirigindo a defesa o Governador Manuel de Sousa Abreu, e depois de repetidas escaladas sem efeito, o inimigo retirou humilhado pelo insucesso, e perda de 500 homens, entre mortos, feridos, e prisioneiros.

Da nossa parte foi vítima o bravo capitão Gaspar Mendes de Carvalho, e no seu cadáver cometeram os galegos crueldades inarráveis, havendo-se defendido valorosamente; seus soldados fugiram quando guardavam o vau do rio Minho, no sítio de Padroso, freguesia de Loivo.

Ali levantou seu filho um cruzeiro para memória do facto, e onde hoje existem as Alminhas de Padrôso, entre a estrada nacional e a linha férrea.

VII

Forte de Lobelhe

Para cobrir as novas fortificações de Cerveira, transformada em praça de apoio, com guarnição suficiente para encomodar e vigiar o campo intrincheirado de S. Luís Gonzaga na freguesia de S. Pedro da Tôrre, levantamos algumas obras avançadas.

O engenheiro Mestre de Campo General D. Francisco de Azevedo recebeu ordem de construir, a um quilómetro ao norte de Vila Nova, sôbre o rio Minho, o *forte de S. Francisco,* ou de Azevedo, no picôto da Breia, logar da paroquia

de Lobêlhe ou de Novêlhe, com a cota de 28 metros. Avista-se todo o rio até à sua foz no Oceano.

Concluído em 1663 apresenta a planta hexagonal, era dotado com quartéis, armazém, paiol e capela.

Fundos fossos e altas trincheiras pelo nascente e sul, pois que dos outros lados a natureza acidentada do tezo dispensa estas cautelas, defendem o pequeno castelo, que mede 150 metros de comprido sôbre 30 de largo.

Artelhado pela 2.ª vez em 1704, achava-se guarnecido em 1809, mas apenas com uma velha peça, de origem espanhola.

A defesa do rio Minho, impedindo a passagem das tropas napoleónicas, realizou-se na vila de Caminha a 16 de Fevereiro dêste memorável ano de 1809, e em Vila Nova de Cerveira no dia imediato, 17 de Fevereiro.

O episódio principal deu-se no forte de Lobêlhe, estando ausente o seu Governador, Sargento mór José Ferreira Cardoso de Magalhães: de manhã cedo contaram à esposa D. Ana do Nascimento Ferreira de Magalhães, vulgo a *Resina,* que em Gaião, na fronteira casa dos Correias, estava o quartel general inimigo pelo que logo ela manda voltar o canhão contra o velho solar derrubando-lhe a quina da sala onde se alojava Franceschi, comandante da infanteria ligeira, que ràpidamente se pôs fora do alcance das balas portuguesas. Nesta mesma ocasião saíam do caneiro da Torrinha as barcas aí abrigadas, e que os franceses levavam para atravessar o rio em Caminha; são alvejadas e com tão feliz êxito, que meteram no fundo duas ou três, fugindo as outras; e para evitar o desembarque dos tripulantes o povo incitado pela Resina corre à margem. Possuímos uma raríssima gravura em aço, anónima representando o facto.

Não esqueceram os invasores a afronta, e mal entrados em Portugal veiu sôbre Lobêlhe uma fôrça de sargento destruír o baluarte, e com um barril de pólvora colocado na

capela fizeram voar tôda a casaria, sentindo-se muito longe a terrível explosão, como nol-o há referido o ilustre General Sanches de Castro, nascido e criado no visinho Lourido.

Em 1820 mandaram aquartelar aqui os veteranos mas em 1830 restava uma fôrça de cabo.

Em 1857, quando a febre amarela, nêle estabeleceram o Lazareto.

Depois abandonado, a cantaria da porta e abóbada de entrada vai desaparecendo, conservando-se todavia de pé as muralhas.

*
* *

No alto do Lourido, a 49^{m} de altitude, ergueram uma *atalaia,* de largo alcance, para prevenir qualquer surpresa sôbre a Praça de Cerveira.

VIII

Forte de S. Luís Gonzaga

Em 1657 o capitão General da Galiza, D. Vicente Gonzaga, resolveu apoderar-se de Valença; para facilitar o transporte de tropas e de munições montou uma ponte com 36 barcas, sôbre o rio Minho, entre Amorim e S. Pedro da Tôrre, a 5 quilómetros abaixo daquela Praça. Para alojamento do seu exército organizou um campo intrincheirado na dita freguesia de S. Pedro, no local onde está o cemitério, e a que, devido ao General D. Vicente, o cognominaram *forte de S. Luís Gonzaga.*

Compunha-se de cinco baluartes e falsas bragas, em torrão, cercadas por estacada e fosso de 3 metros de fundo; dentro construíram barracas para quartéis, cavalherices e armazens, podendo receber dois mil infantes e 500 cavalos.

Os nossos vizinhos exageram o tamanho e a importância dêste arraial, que apenas se recomendava por estar eqüidistante de Valença e de Cerveira, e comunicar directamente com a Galiza pela ponte de barcas.

Custou 500 mil ducados (1) valendo cada ducado 400 reis da nossa moeda.

Não se atreveu D. Vicente a atacar Valença, limitando-se a correrias diárias pelos campos e aldeias circunvizinhas.

Os portugueses rodiaram S. Luís Gonzaga por uma linha de atalaias e fortins não só na planície, como nos montes próximos; na gândara ou chã de Campos e Vila Meã, junto ao apeadeiro da Carvalha cuidaram em levantar um pequeno arraial, (com atalaia ou tôrre de pedra) tendo 150 metros de diâmetro, estacada e fóssos, cujos vestígios ainda restam, e atravessados pela linha férrea.

A campanha de 1658 e 59 foi uma série de desastres para as armas portuguesas, e aqui sofremos uma tremenda derrota, em Setembro de 1658.

Relatemos ligeiramente os factos.

Para vingarmos a mal sucedida embuscada do dia 5 de Setembro, empreendemos outra na tarde de terça feira 17 dêsse mesmo mês, porém deu ainda peor resultado êste outro, abaixo da Tôrre de Nogueira, deixando no campo 250 mortos, 380 feridos, e 260 prisioneiros, entre estes um Mestre de campo, um sargento mór, 8 capitães, e 20 oficiais incluindo o Conde de Vimieiro (2). Também ficou ferido um filho do nosso General, em chefe, Conde de Castelo Melhor, além de muitos fidalgos (3).

---

(1) *Triumphos y hechos heroicos de los hijos de Galicia*, de Fr. Felipe de Gandara, Madrid, 1662, págs. 617 e 661.

(2) D. Diogo de Faro e Sousa, 3.º Conde do Vimieiro, faleceu a 25 de Setembro de 1698. *Grandes de Portugal*, pág. 658.

(3) *Relacion de la famosa victoria*, que el Marquês de Viana hay

Gabam-se os espanhói 1) de apanharem grandes despojos nos nossos arraiais (de Santa Maria da Silva e na atalaia abaluartada de Campos), aumentando o valor da presa, que afinal se limitou a algum gado.

Tomada a Tôrre da Nogueira, a 18, e mais duas atalaias a 19, na noite de 20 para 21 abandonamos e destruímos o bastião supradito da Carvalha, buscando o abrigo das muralhas de Vila Nova de Cerveira (2).

A estas derrotas de Campos e Nogueira seguiram-se as perdas de Lapela, Monção, Salvatierra, e fortes de S. Miguel na foz do rio Mouro, e dos dous da Portela do Extremo.

Felizmente que depois a sorte da campanha melhorou, e conseguimos bater com bom resultado os invasores.

Como a guerra mudasse de sítio, o forte de S. Luís perdeu tôda a importância, e feitas as pazes em 1668, foi tudo arrazado, e hoje de tal acampamento nem vestígios encontramos.

IX

Praça de Caminha e Castelo da Insua

No princípio do século XIII a velha tôrre de Caminha, que durante o domínio leonez se levantava no monte de Santo Antão, sôbre os limites de Vilarelho e Cristelo, caía em ruínas, e o seu chão foi então aforado para ser arroteado, como consta das *Inquirições* de D. Afonso III, em 1258 (3).

---

tenido contra lo rebel de Portugal, cerce de V. N. de Cerveira, en el año de 1658. Granada, 1658, 2 fôlhas in folio. Houve outra edição, impressa em Valência.

(1) *Historia de Vigo y su Comarca*, de D. José Santiago. Madrid, 1896, pág. 368, e nota 1.

(2) *Triumphos de Galicia*, de Gandara, pág. 621.

(3) *Port. Mon. Hist.*, Inquisitiones, vol. 2, pág. 349.

Em baixo abrigava-se o *Vilarelho*, de marítimos, que logo depois deu origem a Caminha no tempo do Conde de Bolonha, que a povoou, fortificando-a com muralhas el-rei D. Deníz, que lhe outorgou o foral de Valença.

D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II aumentaram as defesas, ampliando os muros de maneira a cobrir toda a Vila, protegendo-a em 1686 com um forte baluarte sôbre o rio Coura.

O segundo circuito fortificado data de 1668.

*
* *

O castelo da Insua, na foz do rio Minho, no ilheu do sul, que é o maior, começou a ser edificado em Abril de 1649, com planta de estrêla hexagonal, ficando concluido em 1651 (1), quando Governador das Armas desta Província, D. Diogo de Lima, nono Visconde de Vila Nova de Cerveira, Teve reparações em 1694 e 1793. Dentro havia um convento franciscano, cujo vigario servia de capelão do presídio, bom quartel, casa do Governador, armazens, com fontes, uma *intra*, outra *extra* muros.

Sem guarnição e abandonado pelos veteranos, hoje apenas o faroleiro habita êste castelo ainda bem conservado.

*
* *

— Em Santa Marinha de Gontinhães, hoje *Vila da Praia de Ancora*, no sítio da Lagarteira, defende o *portinho* um forte de 4 baluartes, em bom estado, feito em 1699-1702,

---

(1) *Chronica da Conceição*, vol. 2, pág. 479.

com quartel, armazem e casa para o Governador, tudo de acanhadas proporções.

— O forte do Cão, já na freguesia de Santa Maria de Ancora, sôbre os limites de Afiffe, data da mesma época do fronteiro castelinho, além rio Ancora, completando assim a defesa desta enseada.

Mais dois fortins aparecem até à embocadura do rio Lima no Oceano, para conterem as incursões dos piratas argelinos, que no século XVIII, infestavam as costas portuguesas, captivando os lavradores.

— Em Carrêço, pelo norte e perto de Montedor, onde actualmente está o farol, encontramos o fortim de Paçô, e na paroquia de Ariosa, o de Rego de Fontes, a dois quilómetros desta cidade, e concluídos êste em 1701, e aquele em 1703.

O fortim de Ariosa é conhecido em Viana pelo — *Castelo velho* —, por se achar abandonado; o capitão António de Sousa de Menezes governou-o desde o fundação.

— O Governador do forte do Cão não residia nêle alegando não possuir artelharia (1).

— O rio Ancora na sua foz forma uma baía capaz de embarcações pequenas, empregadas pelos piratas argelinos e salctinos para se introduzirem na costa e fàcilmente desembarcarem; por isso D. Pedro II, a exemplo de Espanha, organizou ao longo da costa de Portugal uma linha continua de fortes, que no tempo ordinário estavam guarnecidos por paisanos, como o forte da praia da Lagarteira (2).

Aqui havia um reducto irregular de adôbe ou torrão e cantos de pedra lavrada, demolido em 1702, quando terminado o forte, capaz e formoso, o melhor que se encontra

---

(1) *Dicc. geogr.*, de Luís Cardoso (Niza), Lisboa, 1751, vol. I, pág. 59 e 60.

(2) *Idem*, vol. I, pág. 374.

até Viana, tomando o nome do rio Ancora, onde localizado (1). Em 1801 ainda conservava 4 peças de artelharia, assestadas para o mar.

X

Castelo de Viana

Para proteger a barra de Viana fundou o rei D. Manuel a *torre da Roquêta*, mas como o comércio da *notavel Vila* prosperasse, para evitar o ataque de piratas e de corsarios, que então enfestavam os mares, D. Sebastião ajuntou-lhe um pequeno forte trapesoidal, construído de 1568 a 1572.

Mais tarde D. Felipe II, em 1589, fêz a fortaleza, que abrangeu a tôrre e forte, terminada em 1592 pelo ilustre galego, D. Pero Bermudez de Santisso, Mestre de Campo, e comandante da gente de guerra de Entre Douro e Minho.

De forma pentagonal, com ampla parada, bons quartéis, oficinas, parque de artelharia, paiol, capela e pôço, recebeu sucessivamente grandes melhoramentos, cobrindo-lhe a entrada com revelim em 1700, e outro para facilitar as sortidas, sôbre o campo da Agonia, em 1793. A obra da reforma principal deve-se ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, desde 1652 a 54.

Pode aquartelar um regimento, tendo de guarnição artelharia n.º 5.

*
* *

Vem a propósito narrar alguns sucessos militares de Viana.

---

(1) *Descripção da Vila de Caminha*, Viana, 1878, pág. 78. Ms. na Biblioteca do Pôrto, Colecção de Sílvio Mondano.

A Vila da foz do Lima era outrora fechada com fortes muralhas, rematadas em 1374.

O norte do país não viu com bons olhos o govêrno do Mestre de Aviz, e negou-se a obedecer.

Na primavera de 1385, D. Nuno Álvares Pereira chegou a Darque com 400 lanças, aguardando se lhe juntassem alguns socorros de gente e munições; entretanto fêz a digressão ao Castelo de Neiva, que constava apoiar o partido da filha de D. Fernando.

Reforçada a hoste joanina, o condestável passou o rio Lima, mandando intimar o nosso alcaide Vasco Lourenço de Lira, irmão do valente Lopo Gomes de Lira, Meirinho mór de Entre Douro e Minho, e alcaide de Braga e Ponte de Lima; e não se rendendo, Nuno Álvares pôs cêrco a Viana.

Travada rija peleja sob os muros, e, numa das escaramuças, foi derrubado Diogo Gil, alferes de Nuno Álvares, e morto um escudeiro, Fernandes, o homem de maior corpo que existia em Portugal; e só depois de ferido gravemente no rôsto por uma seta o Alcaide, e queimada uma das portas da Vila, pediram os Vianezes honrosa capitulação.

Quatro dias passados seguiu o Condestável para Ponte de Lima (1).

*
* *

Em 8 de Setembro de 1574 apareceram sôbre a barra do rio Lima oito navios francezes, que pretendiam forçar a entrada, mas dado o sinal de alarme, e acudindo os bombardeiros ao forte, logo aos primeiros tiros de canhão retiraram para o largo (1).

---

(1) *Chronica do Condestavel D. Nuno*, cap. 43, pág. 140; *Vida do Condestavel D. Nuno*, de Fr. Domingos Teixeira, liv. 3 pág. 248.

(2) *Archivo Vianense*, vol. I, pág. 147.

*
* *

O primeiro cêrco do Castelo de S. Tiago durou dez dias.

No dia 6 de Dezembro de 1640, constando em Viana a aclamação de D. João IV em Lisboa, e a expulsão do govêrno intruso, logo o Castelão ou Governador do Castelo, D. Bernardino Polanco de Santilhana, fêz ali recolher os duzentos infantes da sua guarnição, pedindo para a Galiza socorros e artelheiros, visto os cinco que tinha serem portugueses.

Com as novas vindas do Pôrto resolveram os Vereadores sitiar a fortaleza, convocando os soldados das companhias do Concelho, reunindo trezentos homens, com que principiaram no dia 13 os trabalhos militares sob as ordens dos capitães das companhias e dos Oficiais da Camara.

Estabeleceram 4 baterias com artelharia que tiraram aos navios surtos no porto, e cada reducto com 3 ou 4 canhões e gente necessária: a 1.ª e principal levantava-se além rio, no Cabedelo, para bater a entrada da barra; a 2.ª na Ribeira, junto à casa do Marquês, a 3.ª na praia de banhos, no norte, e no fundo do Campo da Foz, e a 4.ª no môrro de Nossa Senhora da Conceição, que com as 4 peças dominava completamente o Castelo.

Uma linha de fossos e trincheiras corriam ao poente desde a capela de S. Roque ao mar, por Entrequelhas, e pelo nascente, iam do Campo da Penha pela rua de S. Domingos, até ao rio, tudo bem vigiado e defendido.

No 11 realizou-se aqui a aclamação de D. João IV.

A 12 dois grandes navios espanhóis tentaram meter no Castelo munições de guerra e de bôca, porém sob o fogo da bateria do Cabedêlo, retiraram, não logrando o intento; desesperado D. Bernardino dirigiu para a Vila seis balas de canhão, que apenas causaram danos materiais.

A êste tempo, dia 16, chegou a Darque o Balio de Leça, Braz Brandão, com muitos soldados e oficiais, e gente de Barcelos, para ajudarem os Vianenses a tomar a fortaleza da barra, porém não consentiram os nossos que passassem o rio Lima, recusando êste auxílio, e declarando serem suficientes para a empresa (1).

Retirou o Balío despeitado para o Pôrto com tôda a sua gente, alardeando serviços que não prestara (2).

No dia 19 intimou a Câmara a Santilhana que se rendesse em 24 horas, no que êle consentiu, discutindo no dia 20 as capitulações (3).

A 21 de Dezembro pelas 8 horas da manhã saíu Polanco com os 200 infantes e 20 oficiais, com tôdas as honras de guerra, levando armas e bagagens, seguindo para a Galiza.

Governara o castelo vianês durante onze anos.

Não recebeu socorro estranho a nossa Câmara, embora a gente do Balío, comandada pelo capitão Fontoura permanecessem em Darque 6 dias, inactivos, pois os de Viana não consentiram viessem à Vila. É pois menos exacta a *Relaçam do que fizeram os moradores de Barcelos,* do dia em que aclamaram Sua Magestade, até ao último de Janeiro de 1642, pelo Licd. Manuel da Rocha Freire, publicada em 1871, na cidade de Braga, pelo Dr. Pereira Caldas, com a *Raridade Bibliográfica.*

O Conde da Ericeira no *Portugal Restaurado,* fiado nas atoadas dos Barcelenses, aceitou a opinião por êstes espa-

---

(1) *Chronica da Conceição,* vol. II, pág. 460, que copía Gregório de Almeida, na *Restauração de Portugal.*

(2) *Livro da Tomada do Castelo de Viana* ou colecção das cartas e documentos originais, como cartas, oficios, etc. trocados entre a Câmara de Viana e Governador espanhol. No leilão do Dr. Thomaz Norton tinha o n.º 79, e foi vendido por 1:400 rs. Hoje em nosso poder.

(3) Os capítulos de rendição, entrega de inventa do material de guerra tudo consta do referido Livro.

lhada, que ajudaram a conquista do Castelo da Barra, convindo agora nós rectificar êste êrro histórico.

Na revolução popular do Minho, em Maio de 1846, o destacamento de infantaria n.º 3, que estacionava em Viana não aderiu ao movimento, pelo que recolheu com os Veteranos, ao Castelo, sob o comando do Tenente Jacinto Mendes de Oliveira, vulgo o *Pinotes*.

Cercada a fortaleza, ambas as partes rompem fogo, e como o Comandante teimasse em resistir, foi traiçoeiramente morto por um de seus soldados, na madrugada de 23 de Outubro, capitulando logo os sitiados, abriram a porta trazendo para fora o cadaver do Tenente, que o povo arrastou pelas ruas da Vila.

Na Roquêta estavam encerrados os empregados públicos cabralistas, afim de os salvar da sanha da plebe, que instava com o Governador para lhe abrir a porta da prisão, dizendo-lhe que não apareciam as chaves, e não podendo arrombar os cadeados, assestaram uma peça contra a janela inferior; mas quando pretendiam fazer fogo, interveio o clero vianense, que de cruz alçada e cantando o *bemdito*, aconselhou paz e perdão, e o breve discurso do P.e Mestre Frei Francisco de Sales, bondoso egresso carmelita, acalmou a fúria popular, com a promessa de ir presos, como foram, no dia seguinte para a Relação do Pôrto, os prisioneiros políticos.

Durou apenas três dias êste segundo assédio.

— O terceiro realizou-se em Fevereiro de 1847.

No dia 16 entrou em Viana o Conde das Antas, intimando a guarnição cartista do Castelo se entregassem, e como resposta o Governador Sá Malheiro, Major de artelharia, disparou os canhões sôbre a Vila; logo no dia 17 retirou pois não possuia bôcas de fogo para bombardear a fortaleza.

Regressando o Conde do Casal nomeou Governador ao capitão de artelharia Francisco Maria Melchiades da Cruz Sobral, vindo do Pôrto, que com alguns oficiais, 60 arte-

lheiros do 3, 60 soldados de infanteria, de vários Regimentos, e 50 veteranos guarneceram o Castelo.

Pelas 9 e meia da noite de 14 de Março chegou o Barão de Almargem com 2 mil homens, 30 artelheiros, e 25 de cavalaria, para sitiar e render a fortaleza.

Sabendo da entrada das tropas da Junta do Pôrto, o Governador assestou os morteiros para o campo do Fôrno, e rua da Bandeira em direcção do convento do Carmo, por onde os patuleias deveriam passar, e como passaram, e logo lhes causou mortos e feridos.

Estabelecido o cêrco, com baterias nas Ursulinas, no Fôrno da cal da praia de banhos, ao fundo da quinta da Foz, e no Cabedelo, além rio Lima, e fechadas com trincheiras e valados, ao longo do campo da Agonia, as saídas do Castelo, romperam fogo pelas 11 e meia da manhã de 17 de Março de 1847.

O castelo dominado pela bateria das Ursulinas recebeu grave dano, porque quási tôdas as balas e granadas lhe caíam dentro. Apertado o sítio, como os mantimentos faltassem, e não houvesse esperança de socôrro, resolveram abandonar a praça. Assim na noite de 6 de Maio, o Governador Sobral fêz sair ocultamente a guarnição, e fechando a porta do Castelo, embarcou êle num navio inglês para o Pôrto, e dali para Lisboa, onde entregou à Rainha a chave da fortaleza, que inculcava haver defendido heroicamente!

Entretanto os fugitivos foram quási todos aprisionados.

O capitão Cruz Sobral como prémio teve um posto de acesso, e a comenda da Tôrre e Espada, e Viana elevada a *cidade*, com a designação — *do Castelo* —, por decreto de 20 de Janeiro de 1848 (1).

---

(1) *Diccionario Portugal antigo e moderno,* de Pinho Leal, vol. X, págs. 409 a 422. — *Cartas de criação de cidades,* por Pedro de Azevedo, Lisboa, 1920, págs. 36-37.

Dentro da praça haviam ficado os veteranos e os doentes, e sabendo os sitiantes do abandono do Castelo, saltaram pelas muralhas no dia 7; remeteram os prisioneiros para o Pôrto, escoltados por Infanteria n.º 6, e Caçadores n.º 7, deixando como Governador o Capitão de artelharia Lobo.

Durou êste terceiro assédio 50 dias, desde 17 de Março a 6 de Maio de 1847 (1).

Em suma o Castelo foi traiçoeiramente abandonado (2).

XI

Castelo de Lindôso

Segundo a tradição êste castelejo raiano, à entrada do rio Lima em Portugal foi mandado construir por D. Deniz, em 1297, que achando-o bem edificado, lhe chamou — *lindôso*. Porém esta crença não passa de lenda, pois que as *Inquirições* de 1258 (3) já se lhe referem. Assim os seus primeiros fundamentos são do tempo de D. Afonso II, em 1217, isto é, pouco depois da invasão leonesa.

Sem valor estratégico, pois dista dois quilómetros da raia, aqui determinada pelo ribeiro da Madalena, está em local dominado pelas alturas vizinhas, e sem horizontes. É antes um ponto de abastecimento para depósito de víveres, e atalaia do *Vale de Lanças*.

Acha-se bem conservado, com regular parada, um grande fôrno, quartéis, paiol, e capela e fundos fossos recebendo a última reparação em 1885, quando se estabeleceu o cordão sanitário.

---

(1) *Diario dos acontecimentos de Viana, de 1846-47*, por José Caetano da Costa Correia, Ms. do Dr. José Pereira Cirne de Castro da Silva Bezerra Fagundes.

(2) *Diario do Governo*, de 1847, a pág. 569, diz entregue por traição.

(3) *Portugaliae Mon. Historica, Inquisitiones*, 1258, vol. II, e pág. 414.

Na verga da janela meridional da tôrre lemos a data de 1666 em que terminou a ampliação começada em 1663; a porta antiga desta tôrre tem o ano de 1500 e o de 1720 na porta do revelim que cobre a entrada (1).

Afecta a forma da estrêla quadrangular, com 80 metros por face, ficando a tôrre de menagem ao lado do norte, sôbre a única entrada, com 15 metros de altura. Só pode aquartelar de 50 a 100 homens, e em 1801 ainda conservava 4 canhões e alguns arcabuzes de muralha. Quando visitamos o castelo, em 2 de Julho de 1892, uma única peça de ferro, encravada, jazia nos fossos; e o último arcabuz foi vendido a um amador de antiguidades.

Dista 25 quilómetros da Vila da Ponte da Barca, rio acima, com a altitude de 467 metros.

O Ministério da Guerra tomou posse do Castelo em 6 de Dezembro de 1897, estando até então entregue à Guarda Fiscal.

Vamos referir os feitos militares de Lindoso.

Os assaltos dos galegos em 1641 e 42 foram todos repelidos pela guarnição do castelo, como consta do *Opúsculo* publicado em Coimbra nêste ano de 1642 pelo Cónego de Elvas, Aires Varela, in 4.º com 13 fôlhas sem numeração, e impresso por Lourenço Craesbeck. O ataque de 1657 também foi mal sucedido, pois o seu Governador Manuel de Oliveira Pimentel derrotou os espanhóis na serra Amarela.

Perdida esta fortaleza no comêço de Setembro de 1662, a recuperamos em Outubro de 1663.

Nesta empresa distinguiu-se o Mestre de Campo de infantaria de auxiliares, João Velho Barreto (morgado de An-

---

(1) Além das datas indicadas notamos nos muros outras, de 1365 em algarismos, evidentemente apocrifa, e a de 1677.

cêde, na freguesia de S. Martinho de Crasto, no concelho da Ponte da Barca, da família do Paço de Calheiros), que com o seu terço das tropas acompanhou a João Ribeiro Leite, dispondo a forma do ataque; e ferido êste, João Velho, á frente de todos, aproximou-se várias vezes das muralhas, entre balas e granadas, e sem embargo ser a guarnição espanhola de 320 infantes, com 5 peças, depois de dois dias e uma noite, rendeu-se o castelo, ficando de vez em nosso poder.

Na ocasião do desastre de 1662, desapareceu o Foral que D. Manuel havia dado, em 5 de Outubro de 1514, ao pequeno concelho de Lindoso; pelo que, a requerimento, lhe passaram traslado em 21 de Abril de 1671, que foi impresso em caracteres de parangona, como examinamos o curioso exemplar que pertenceu ao arquivo Municipal lindosense.

O senhorio da Tôrre de Lindoso andou nos Araujos, de Lóbios, como verificamos nos Livros da Chancelaria dos Reis D. Fernando, D. Duarte e D. Afonso V, e na sua descendência permaneceu até tempos modernos, embora em ramo colateral, e por vezes fôsse concedido, honorificamente, a pessôas importantes, como a D. Fernando Mascarenhas, Conde de Óbidos e Sabugal, falecido em 1719, a Francisco de Abreu Pereira Cirne, em 1750, e depois a sen filho Sebastião Pereira Cirne de Abreu, atendendo aos relevantes serviços de seu tio, o Dezembargador do Paço, Dr. José Ricalde Pereira de Castro, por carta de 17 de Agôsto de 1792.

XII

Castelo da Nóbrega

Existiu o Castelo da Nóbrega no Concelho da Ponte da Barca, antiga Terra da Nóbrega, que se levantava no alto

do monte da freguesia de Sampriz, onde desde tempos preistóricos assentou um *crasto*.

No penhasco mais elevado colocaram um marco geodésico, rodondo e caiado, com a cóta de 775 metros de altitude, e avistando-se daí largo horisonte sôbre o vale do rio Lima, a juso e suso da Ponte da Barca, e sôbre os vales secundários do Vade e do Vêz.

Nesta áspera penedia, por ordem de D. Afonso Henriques, fundou Ourigo Ourigues, o velho da Nóbrega (1), um castelo, que foi séde do julgado, desde D. Afonso II ou D. Sancho I, e cuja alcaidaria mór por fim obteve João de Magalhães, por carta passada em Ceuta, a 14 de Novembro de 1458, não saindo todavia o séu senhorio da posse da Corôa.

Em 1570 o Corregedor da comarca de Viana veio tomar conta do castelo, e do auto de posse consta que já estava todo arruinado, e a capela de S. Miguel, destelhada, sem porta, ameaçando cair; em 1581 o donatário da Ponte da Barca, António de Magalhães Menezes pretendeu revindicar o senhorio.

Durante o reinado filipino ruiram as paredes das casas e os muros da cêrca.

Na guerra da Aclamação recebeu presídio; e sabemos que no dia 29 de Agôsto de 1662 o General galego Pantoja pôs-lhe guarnição, porém na campanha de 1663 quando o exército inimigo acampou nas margens do rio Lima, o valente capitão de infanteria João Velho Barreto, recebeu ordem de ocupar esta penha, com 25 mosqueteiros e 25 de cavalo, porque era ponto importante e estratégico para vigiar os movimentos dos espanhóis, e dali logo expulsou os soldados castelhanos, estabelecendo-se na atalaia da Nóbrega.

---

(1) *Portugaliae Monumenta historica*, Chartae et Diplom., vol. I, pág. 258.

Muitas vezes João Velho desceu ao vale, caindo de improviso sôbre o inimigo, aprisionando grande número.

O recinto fortificado, pequeno e de difícil acesso, constava de dois planos; no superior erguia-se a tôrre, e no sopé dos penhascos havia os quartéis, paiol e capela, aproveitando as duas grutas abertas na rocha sôbre o N. O.

Os enormes blocos granitos do alto da Nóbrega mostram formas regulares.

*
* *

D. Ourigo, o velho, fundador dêste Castelo, era avô do célebre D. João Peres de Aboim, que com seu Pai, o senescal Pedro Ourigues, da Nóbrega (1), acompanhou D. Afonso III a França, e depois foi seu mordomo mór, e conselheiro íntimo.

D. João de Aboim, nascido em Aboim da Nóbrega fundou o Castelo e Vila de Portel em 1262, falecendo a 15 de Março de 1291, e jazendo na Igreja do Marmelal, no Alemtejo, com o brasão de Aboins, no túmulo (2).

XIII

Castelo de Neiva

Êste antigo castelo, hoje completamente desaparecido, elevava-se no cimo de um monte isolado, junto ao rio Neiva, que lhe deu o nome, e logo abaixo da actual ponte de pedra da estrada de Viana a Espozende, distando 11 quilómetros para o sul desta cidade.

---

(1) *Hist. de Port.*, de Alexandre Herculano, vol. II, págs. 369 e 485.

(2) *Archivo Historico Portuguez*, de Braamcamp Freire, vol. IV, a pág. 122.

Tem a cóta de 128 metros de altitude.

Existia já em 1127, sendo então Egas Moniz, Conde do seu Distrito, no Julgado da Terra de Neiva, que se alargava do Rio Lima às margens do Cávado. Servia na ocasião de Alcaide Nuno Soares, da família dos Velhos.

Do Castelo de Neiva saíu apressadamente Egas Moniz para valer a D. Afonso Henriques, cercado em Guimarães.

O Condestável Nuno Álvares atacou êste Castelo em Maio de 1385, e apesar da heroica defesa do alcaide Álvaro Gomes Bacelar, após profiada luta, e morto êste, houveram os sitiados de se render.

D. Isabel Lopes de Lira, viuva do Governador pediu ao Condestável lhe guardasse a sua honra, fazendo-lhe mercê de a mandar entregar a Ponte de Lima, onde seu Pai, o destemido Meirinho mór da Província, Lopo Gomes de Lira, era Alcaide mór; assentiu gentilmente Nuno Álvares Pereira, em levar a ilustre Dona, com respeitosa comitiva, até ser entregue ao poder paterno.

Erecto condado em 1372 a favor de D. Gonçalo Teles de Meneses, irmão da rainha D. Leonor, foi por D. João I unido ao de Barcelos em 1391, e depois ambos encorporados no Ducado de Bragança, transferindo-lhe a séde do Julgado, e acabando assim com a importância política do Castelo, que distava dois quilómetros do mar, com amplo horisonte sôbre as terras circunvisinhas.

Abandonado no tempo de D. João I as suas muralhas foram caindo em ruínas; em 1710 ainda se encontravam vestígios dos muros e da entrada do Castelo; hoje nada resta!

O castelo de *Aguiar de Neiva* ficava mais acima 10 quilómetros, na freguesia de Santa Lucrecia de Aguiar de Neiva ou do Tamél.

XIV

Castelo de Fraião

No planalto da serra da Bôlhosa, nos penhascos da Furna, na freguesia de Boivão, concelho de Valença, campeara nos primordios da nossa nacionalidade o castelo de Fraião, cabeça de um grande Julgado que abrangia alguns dos actuais concelhos, e onde residia o Rico-homem, Tenente de Riba Minho.

A aglomeração dêstes grandes blocos, de formas bizarras, e decompostos pela acção do tempo e das águas da chuva que por vezes os faz desabar, originaram várias cavernas e grutas de bastante capacidade, escuras, e dispostas em diversos planos, com difícil entrada, e em descida, outrora garrida de malfeitores.

Assim o descreve o curioso professor José Avelino de Almeida (1), que vivendo muitos anos em Valença, conhecia as antiguidades do concelho, que percorrera e explorara a preceito.

A antiga Terra de Fraião compunha-se das freguesias dos concelhos de Coura, Valença, e uma paroquia do Concelho de Monção.

O ponto onde assentava o Castelo está designado na Carta Corográfica, com o nome de Avelão, e cota de 476 metros de altitude.

Quem sai de Monção, caminhando pela estrada nacional dos Arcos de Val de Vês, logo dos primeiros quilómetros se avista sôbre o S. O. a serrania da Bôlhosa, tendo no lugar mais culminante a penedia da Fórna, ou Furna, e em baixo,

---

(1) *Dicionário abreviado corográfico*, 3 volumes, Valença 1866-67, de José Avelino de Almeida.

numa sua projecção, destaca-se o monte de S. Martinho, coroado por dois cabeços próximos.

Fraião, na sua altura inacessível, vigiava todo o vale do Minho; Pena da Rainha defendia o passo do caminho pela Portela do Extrêmo para a ribeira Lima.

O Julgado de Fraião durou até D. Sebastião, mas desde D. João I que as Justiças haviam descido para o vale do rio Coura, estabelecendo-se em Mantelães, no Paço edificado então para tal fim.

A Terra de Fraião foi doada aos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, que ali possuiam grandes traços de terrenos.

O concelho de Paredes de Coura, formado no centro do velho Julgado, tem hoje a legítima representação do histórico Fraião, que tão esquecido anda.

A palavra *Fraião* deriva do latino Froiani (1), ou Florianus' nome próprio de guerreiro que na época sueva na Península hispânica predominou nêstes sítios, e dizem a êle deveu o rio Coura a sua primitiva denominação.

XV

Castelo da Pena da Rainha

Para a freguesia de Abedim, concelho de Monção, ramifica-se uma projecção da serra da Bolhosa, que termina num môrro com dois picôtos, espécie de reductos naturais; no do norte, que é o maior, assentou o antigo castelo de S. Martinho da Penha ou da *Pena da Rainha*.

No cimo notam-se vestígios de fortificações antigas, e os alicerces de uma larga tôrre de pedra lavrada, cujas ruínas ainda existiam no fim do século XVII, mas que um abade,

---

(1) *Archeologo Portuguez*, vol. IV, pág. 238, nota 1.

sem escrúpulos, mandou derribar no princípio do seguinte século.

A ermida primitiva coroava o picôto, mas depois, em 1204, foi reedificada no sopé, para o lado ocidental do bloco granitico a que se encostrava, sendo sagrada pelo Bispo D. Pedro de Tui; — ainda subsistia em 1758.

Em baixo aparece uma pequena caverna com fonte dentro, e mais acima outra maior, também com água nativa, seguindo-se outras menores.

Davam acesso ao monte pequenos degraus abertos na rocha, com orifícios laterais, para segurar os barrotes ou corrimões, que ajudavam a vencer a íngreme subida(1).

No acanhado planalto superior há uma sepultura aberta na pedra, e que em 1860 os pastores vandalicamente deformaram para conter mais água da chuva para os gados; mede hoje 2 metros de comprido, sôbre 0,^{m}33 de largo, e 0,^{m}44 de profundidade; no círculo da cabeça vê-se a almofada onde ela descansava(2).

Em volta muitos cacos de telhões que deviam cobrir quaisquer edificações, tôrre e capela; também no solo aparecem uns caixões de tijolo, sepulturas que ladeiavam a românica e velha ermidinha.

Atribuem esta fundação à Rainha Dona Aragonta, no fim do século x, e que jaz no Mosteiro de freiras de Salcêda. na Diocese de Tui.

Em 1268 o conde de Bolonha criou o Julgado de Monção, encorporando-lhe D. Deniz, por carta de 4 de Junho de 1305, o Julgado de Pena da Rainha, com a expressa condição de manter no castelo um cavaleiro monçanense, como alcaide del-rei.

---

(1) *Archeologo Portuguez*, vol. I, págs. 142-143; II, págs. 63-64. *Dicc. Geográfico*, de Luís Cardoso (P. Niza), vol. I, págs. 6 e 7.

(2) *Dicc. Abrev.*, de José Avelino de Almeida, Valença, 1866-67, in-*verbis*: *Abedim* e *Boivão*.

Assim as Justiças mudaram para a nova Vila ribeirinha, mais cómoda e acessível que os penhascos de S. Martinho; em breve o Castelo ficou abandonado, e nem os vizinhos moradores de S. João da Portela e de Luzío cuidaram mais na obrigação de o reparar, que lhes competia no século xv, subsistindo todavia durante séculos o vetusto torreão. O seu sítio tem a cota de 454 metros. Abedim limita com os concelhos dos Arcos, Coura e Valença.

*
* *

O Padre António Carvalho (1) e o Dr. José Augusto Vieira (2) confundem o Castelo de Pena da Rainha com a penedia da Forna, antigo local do Castelo de Fraião, já no concelho de Valença.

O nosso grande historiador Herculano (3) supôs que o Castelo da Pena da Rainha fôsse a tôrre de Penaguda, que ficava no lugar de Morilhões, na freguesia de S. Paio da Vila dos Arcos de Val de Vês, demolida em 1662 pelos espanhóis para fortificar o Paço de Giela.

— À vista do Castelo da Pena da Rainha houve, em 1140, o encontro, impropriamente chamado de *Val de Vês,* conforme as circunstâncias referidas nas duas crónicas contemporâneas (4), e que só convêm ao local de Abedim.

---

(1) *Corographia Portugueza,* Lisboa, 1706, vol. I, págs. 213 e 265.

(2) *Minho Pitoresco.* vol. I, págs. 59, 87, 93 e 301.

(3) *História de Portugal,* 4.ª edição, vol. I, págs. 328-329. Alexandre Herculano pretende fundamentar os factos que expõe, na *Chronica de Afonso VII,* e na *Chronica dos Godos,* mas com menos exactidão por ignorar a toponimia local, e obter más informações.

(4) *Gothorum Chronica,* na *España Sagrada,* vol. XIV, pág. 411. *Monarchia Lusitana,* vol. III, págs. 180-181, transcreve a *Chronica de Afonso VII,* do douto Bispo de Tui, Sandoval.

Vejamos a situação dos beligerantes.

O Imperador no comêço da primavera entrou em Portugal pela raia seca de Melgaço; Afonso Henriques, vindo do sul, pretende obstar-lhe a passagem da *Portela do Extremo*, assentando arraiais junto à Penha da Rainha, já guarnecido de gente de guerra, bem como as alturas do próximo Castelo de Fraião que guardavam esta Portela.

D. Afonso VII estabeleceu o acampamento em Rio Bom, na freguesia da Portela (que confundem com a Portela do Vez), defronte dos arraiais portugueses; e aqui se entabularam as condições de paz entre os dois Primos.

A tradição quer que a *baförda* se realizasse no planalto da Chã das Pipas, na serra da Bôlhosa que dela tomou o apelido.

No Dr. João de Araujo Salgado, abade de Pera, e natural de Monção (1), e em José Avelino (2) estriba-se o Dr. José Augusto Vieira (3), todos três naturais dêstes sítios, para colocar o incidente da invasão de 1140, nas proximidades do Castelo da Pena da Rainha, pois não lhe havia sido fácil consultar directamente o texto das Crónicas.

Para nós a base primordial é a afirmativa categórica da Crónica imperial: — que Afonso VII acampou defronte do Castelo da Pena da Rainha: — «*Deinde imperator* castramentatus est à facie Castelli, qui dicitur *Pena de Regina, in loco vocatur Portela de Vice*» (4).

Herculano partiu do princípio, menos verdadeiro, que a invasão se dera pelo vale do rio Lima, o que não condiz

---

(1) *Sucessos das Armas portuguesas contra Castela,* Lisboa, 1644.

(2) *Dicc. Abrev. corograf. de Portugal,* Valença, 1866-67, 3 volumes.

(3) *Minho Pitoresco,* Pôrto, 2 vols. ilustrados. 1.º vol. págs 301–302, nota 1.

(4) *España Sagrada,* vol. XXI, (*Chronica Ildefonsi Imperatoris,* cap. XXXIH), a pág. 350. — *Chronica Gothorum* ou *Lusitana,* na *España Sagrada,* vol. XIV, pág. 411.

com as palavras das duas crónicas, principalmente da dos Godos, que conta que Afonso Henriques cercou o caminho da Portela do Extrêmo, por onde Afonso VII pretendia invadir o país, e isto só se explica partindo a invasão de norte para sul.

A autoridade dos autores das duas Crónicas impoem-se por contemporâneos dos factos, e bem sabedores (1).

Advirtamos finalmente que a *Veiga da Matança* não está rodeiada de altas e ásperas serras; demais a denominação *de Matança* data de 1663, em que as tropas do Conde de Prado derrotaram aí as espanholas.

Esta campina marginal do Vez, agora atravessada pela estrada nacional da Barca aos Arcos, chamava-se outrora Veiga do Atoude, por causa das sepulturas cobertas pelo *cruzeiro* ou padrão *do Ataúde*. Muitas vezes o arado põe a descoberto restos de armas de fogo, fivelas de cinturão, e ossadas humanas, despójos daquela época, como nós observamos.

Luiz de Figueiredo da Guerra.

---

(1) *España Sagrada*, vol. XXI, pág. 317; e *Hist. de Port*, de Alex. Herc., vol. I, a págs. 277, nota 2.

SÔBRE A SÉRIE $\sum_{-\infty}^{+\infty} A_n \left(\frac{z-i}{z+i}\right)^n$

O ilustre professor F. Gomes Teixeira na sua memória clássica premiada pela Academia de Madrid (1), e no jornal de Crelle (2), deu a teoria dos desenvolvimentos das funções analíticas em séries da forma $\sum_{-\infty}^{+\infty} A_n [\theta(z)]^n$, donde $\theta(z)$ é uma função analítica dada. Estas *series de Teixeira* estão para as séries de Burmann na mesma relação que as séries de Laurent têm com as de Taylor (3); e são as mais gerais entre estas porque as compreendem tôdas como casos particulares.



GIOVANNI GIORGI

---

(1) F. Gomes Teixeira: *Sôbre o desenvolvimento das funções em série;* Memorias de la Real Academia de Ciencias de Madrid, Tomo XVIII, Parte I (1897), pags. 1–117.

(2) F. Gomes Teixeira: Sur les séries ordonnées suivant les puissances d'une fonction donnée: Crelle's Journal für die reine u. angewandte Mathematik, Bd. 122 (1900), págs. 97–123.

(3) Sôbre este argumento veja-se: Whittaker, *Modern Analysis* (Cambridge, at the University Press, (1902). Ch. VI, págs. 102–106, No. 66–67 (Teixeira's extended form of Burmann's theorem, etc).

Creio útil indicar como as séries de Teixeira, ainda que imaginadas especialmente pelas aplicações às funções analíticas, se podem também prestar para interessantes casos de desenvolvimento de funções não analíticas de variável real. Isto acontece em geral tôdas as vezes que o eixo real é uma das linhas $|\theta(z)| = \text{const}$. Aqui, como exemplo, vou considerar o desenvolvimento

$$(1) \qquad \varphi(z) = \sum_{-\infty}^{+\infty} A_n \left(\frac{z-i}{z+i}\right)^n$$

que é um caso particular da série $\sum_{-\infty}^{+\infty} A_n \left(\frac{z-a}{z-b}\right)^n$ especialmente ilustrada pelo prof. F. Gomes Teixeira nas suas aplicações ao campo analítico. Não é difícil enumerar as condições sob as quais uma função $\varphi(z)$ de variável real permite uma representação nesta forma. Ponha-se

$$(2) \qquad \frac{z-i}{z+i} = e^{it}; \qquad t = \frac{1}{i}\log\frac{z-i}{z+i};$$

sto é, sob forma real:

$$(3) \qquad z = \operatorname{tg}\frac{t+\pi}{2} \qquad t = 2\operatorname{arctg} z + \pi,$$

a significação geométrica de t sendo evidente. Tomando t por variável principal e pondo

$$\varphi(z) = \psi(t),$$

a fórmula (1) escreve se

$$(4) \qquad \psi(t) = \sum_{-\infty}^{+\infty} A_n e^{int}$$

e esta é uma série de Fourier (1). Quando τ varia por valores reais entre $-\infty$ e $+\infty$, t varia por valores reais entre O e 2π. Logo a condição pela validade da (1) é que $\psi(t)$ seja representável em série de Fourier no intervalo $(O, 2\pi)$.

As condições suficientes mais amplas conhecidas, para esta última representação, são dadas pelos teoremas de Riemann, Jordan e Lebesgue (2). Afim que (4) seja valida num ponto t basta, sem ser necessário, que $\psi(t)$, dada, limitada ou ilimitada, no intervalo $(O, 2\pi)$, seja neste intervalo integrável segundo Lebesgue (o que implica integrabilidade absoluta) e que no particular ponto t considerado, satisfaça a uma condição que depende do comportamento da função neste ponto sòmente. Esta última condição, que chamaremos por brevidade *condição* A, está satisfeita se o ponto t fôr interior a um segmento finito no qual $\psi(t)$ seja *à variation bornée* (condição de Jordan), ou se de ambas as partes do ponto t for verificada a condição de Lipschitz-Dini generalizada por Lebesgue, ou ainda mais geralmente se $\psi(t)$ é a soma de duas funções, uma das quais satisfaça a condição de Jordan e outra satisfaça a condição de Lipschitz--Dini-Lebesgue; e se, além disso, se supõe que no caso de

---

(1) Também as séries de Fourier são particulares séries de Teixeira e resolvem o problema de desenvolver em elementos analíticos as funções de variável real, ou periodicas, ou dadas sòmente num intervalo finito. Para uma semelhante representação de funções dadas num intervallo infinito, problema que ocorre freqüentemente em análise, creio que a série (1) ofereça uma das soluções mais simples. A representação de Weierstrass em série de polinómios, valida pelas funções *continuas*, entra numa outra categoria, porque os singulos polínomios não são de forma independente da função que se quere representar.

(2) Veja-se: Lebesgue, *Leçons sur les series trigonometriques*, Paris, Gauthier-Villars, 1906, Ch. III; Pierpont, *The theory of functions of real variables;* New York, Ginn Co. Vol II, 1912, Ch. XIII, arti. 439-448. Veja-se também o recente fascículo especial na *Encyklopädie der Mathematischen Wissenschaften.*

t ser um ponto de discontinuidade da primeira espécie, seja $\psi(t) = \frac{1}{2}\left\{\psi(t-0) + \psi(t+0)\right\}$.

Agora, a condição de $\psi(t)$ ser integrável absolutamente no intervalo $(0, 2\pi)$, transforma-se na da convergência absoluta do integral

$$\int_{-\infty}^{+\infty} \frac{\varphi(\tau)}{\tau^2+1}\, d\tau \tag{5}$$

e pode-se decompor em duas: que $\varphi(\tau)$ seja (absolutamente) integrável segundo Lebesgue em qualquer intervalo finito; e que os integrais

$$\int^{-\infty} \frac{|\varphi(\tau)|}{\tau^2}\, d\tau; \quad \int_{-\infty} \frac{|\varphi(\tau)|}{\tau^2}\, d\tau \tag{6}$$

convirjam. A condição que temos chamada A transforma-se numa condição da mesma forma por $\varphi(\tau)$. A condição que $\psi(t)$ seja dada no intervalo $(0, 2\pi)$ transforma-se na de $\varphi(\tau)$ ser dada por todos os valores reais de τ.

Estas são assim as condições suficientes para a validade do desenvolvimento (1).

Em conclusão:

Se $\varphi(\tau)$ é uma função de variável real, limitada ou ilimitada, dada em todo o intervalo $-\infty < \tau < +\infty$, arbitràriamente, sem restrição de periodicidade;

se $\varphi(\tau)$ é integrável segundo Lebesgue em qualquer intervalo finito;

se $|\varphi(\tau)|$ por $\tau = \pm\infty$ não cresce de maneira tal que os integrais (6) perdam a convergência;

pode-se escrever:

$$(7) \qquad \varphi(z) = \sum_{-\infty}^{+\infty} A_n \left(\frac{z-i}{z+i}\right)^n$$

donde os coeficientes A_n se acham pela fórmula de Teixeira que dá

$$(8) \qquad A_n = \frac{1}{\pi}\int_{-\infty}^{+\infty} \varphi(z)\,\frac{(z+i)^{n-1}}{(z-i)^{n+1}}\,dz$$

e a série (7) converge e representa $\varphi(z)$ em qualquer ponto z no qual $\varphi(z)$ satisfaça à condição A; e convirja uniformemente em qualquer segmento no qual esta condição esteja satisfeita uniformemente (1).

*
* *

Observe-se que no caso de $\varphi(z)$ ser analítica e regular em todo o eixo real (o ponto $z=\infty$ incluso) a série converge numa região a duas dimensões, que contém o eixo real internamente; esta região está limitada por dois círculos, que é fácil determinar. No caso de $\varphi(z)$ não analítica, a convergência está limitada ao eixo real; mas a série pode-se decompôr em duas:

$$\varphi_1(z) = \sum_{-\infty}^{0} A_n \left(\frac{z-i}{z+i}\right)^n; \quad \varphi_2(z) = \sum_{+1}^{+\infty} A_n \left(\frac{z-i}{z+i}\right)^n;$$

---

(1) Veja-se a correspondente propriedade pelas séries de Fourier, em Lebesgue, *op. cit.*

cada uma destas converge e representa uma função analítica, regular respectivamente num dos dois semiplanos em que o eixo real divide o plano ζ.

Observe-se também a utilidade que a série pode ter pelo estudo das soluções analíticas das equações diferenciais e especialmente para investigar se elas são regulares no ponto $\zeta = \infty$ (problemas de *mecânica celeste*).

*
* *

Exemplo de aplicação num caso não-analítico: — Desenvolver a função

$$\varphi(\zeta) = \begin{cases} = 0 \text{ por } \zeta < 0 \\ = \frac{1}{2} \text{ por } \zeta = 0 \\ = 1 \text{ por } \zeta > 0 \end{cases} \tag{9}$$

isso é a função $1(\zeta)$ que tem tanta importância nos cálculos de telegrafia.

Obtem-se

$$\varphi(\zeta) = \frac{1}{2} - \frac{1}{\pi i} \sum_{-\infty}^{+\infty} \frac{1}{2n+1} \left(\frac{\zeta - i}{\zeta + i} \right)^{2n+1} \tag{10}$$

e de aqui podem-se deduzir várias representações interessantes das funções impulsivas e das funções de propagação de impulsos e dos *transients* nas líneas eléctricas.

Se se quiser emfim generalizar a (1) para representar funções que por $\zeta = \pm \infty$ crescem de maneira que os integrais (6) não convirjam, basta pôr como factor comum uma função, cada vez de crescimento mais rápido do que o da função que se quer representar.

Por exemplo a série modificada

$$(11) \qquad \varphi(\zeta) = \mathrm{Gh}\zeta \cdot \sum_{-\infty}^{+\infty} A_n \left(\frac{\zeta - i}{\zeta + i}\right)^n$$

pode representar qualquer função que satisfaça à condição de integrabilidade absoluta nos intervalos finitos, e à condição **A** em todos os pontos ζ onde a função se quer representar, e cujo crescimento não seja mais rápido do que o das funções exponenciais $e^{-\zeta}$, $e^{+\zeta}$ por $\zeta = -\infty$, $\zeta = +\infty$; assim, tôdas as funções algébricas que não tem polos na parte finita do eixo real.

Giovanni Giorgi

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 4, pag. 510)

BARRIGA (DAMIÃO DIAS)

Cantor

«Dom Fellipe &c aos que esta minha carta virem faço saber que auemdo eu respeito aos seruiços de Damião Diaz Barriga, meu cãtor, ey por bem e me praz de lhe fazer merce de biij mil rs. de tẽça cadano em dias de sua uida, os quaes comecara vemcer de xxbj dias de Setembro deste anno presente de b.ºlxxxiij em diãte, em que lhe delles fiz merce, e por tãto mando aos vedores de minha fazenda que lhes fação assẽtar no L.º della e do dito tempo em diãte despachar cadano em parte omde lhe sejaõ bem pagos, e por firmeza de todo lhe mandey dar esta por mim asinada e asellada do meu sello pẽdente. Antaõ da Rocha o fez em Lixboa a dous de nouembro de jbºlxxxiij, e eu Manuel dAzeuedo o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 10, fol. 91).

Vide D. Sebastião — *Legitimações e Perdões*, liv. 45, fol. 323.

«Dom Johaõ &c A quantos esta minha carta virem faço saber que avendo eu respeito aos seruiços que Damiaõ Barrigua, camtor de minha capella, me tem feitos, e aos que espero que ao diamte faça, e querem-dolhe fazer mercê, tenho por bem e me praz que ele tenha e ajaa de mim, em cada huu anno, de Jan.ro q̃ pasou deste ano presente de quinhemtos e coremta e oyto em diamte, tres moyos de triguo ẽ quamto minha merce for. E mando aos escriuaaes de minha fazenda que lhes fação asemtar nos liuros della e do dito Janr.º em diamte despachar em parte omde deles ajaa bom paguamento. E por firmeza dello lhe mamdey daar esta minha carta por mim asynada e aselada do meu sello pemdemte / Antonio dabreu o fez ẽ lix.ª a biij dias dabril anno do nacim.to de noso snõr Ihuu xpo de jbºRbiij annos. Jorge de figueiredo co-

rea o fiz escreuer. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações,* liv. 60, fol. 42).

«Dom Felipe &c a quamtos esta minha carta vyrem faço saber que avemdo respeito aos seruiços de Damiaõ Diaz Barigua, meu camtor, e aos de seu fiiho Paullo Barigua, moço da capella, que faleceo na jornada de Inglaterra ey por bem &c outra tall carta de padrão nem mais nem menos como o de Acemso Roiz *atras* esprito a fl. 137, de comtya de lxbij mil rs. de temça feito e sobscripto pellos ditos spriuaees em Lixboa a xix dias do mes de outubro do anno de lRiij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações,* liv. 28, fol. 143).

Vide Ascenso *Rodrigues.*

BELMONTE (DIOGO DE)

Veja-se o meu estudo *Os mestres da capella real nos reinados de D. João III e D. Sebastião,* separata do *Archivo Historico Portuguez* (1907).

BELMONTE (DOMINGOS)

Chancelaria de D. João III, liv. 14, fol. 139.

BENAMADE (GONÇALO DE)

Trombeta

A 13 dias do mez de julho de 1473, foram dadas de aforamento a Gonçalo de Benamade, trombeta e criado de el-rey nosso Senhor, umas casas em Lisboa na rua de Villa Franca, lançando elle novecentos reaes brancos de fôro cada anno. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Afonso V,* liv. 6, fol. 58).

BERNOL (PERO)

Trombeta em Tanger. Succedeu-lhe, por sua morte, Gonçalo *Anes.* Vide este nome.

BIANCARDI (FERNANDO)

Musico da camara no tempo de D. José. Vide André *Marra.*

BOLLERS

«Os dous irmãos Bollers trazem huma grande recommendação do Conde de Loevestein-Vertheim, e por serem musicos da Capella Imperial em Francfort». (*Officio de 5 de Maio de 1729 em Haya.* Correspondência de D. Luis da Cunha, vol. 21, pag. 99).

Ignora-se absolutamente quem sejam estes irmãos Bollers, o que não é nada para admirar, quando o meu amigo Michel Angelo Lambertini, a quem consultei sobre o caso, deitando abaixo a sua selecta livraria, não encontrou o menor vestigio d'aquelle appelido nos diccionarios da especialidade.

BOTELHO (ONOFRE)

Mestre de capela da egreja de Santa Catharina de Monte Sinay.

Tenho duvidas se seria mestre de musica.

Contracto que fez no anno de 1667 a mesma confraria com Onofre Botelho.

Fol. 87 do livro Index de todos os livros e papeis, 1662.

BOTELHO (MANUEL)

Tangedor de baixão na Sé de Evora.

Archivo da Inquisição, habilitações do Sancto Officio, maço 24, n.º 575, de D. Manuel.

BRANDÃO (JOÃO SOARES)

Era cantor da capella real e escrivão da India e Mina por fallecimento de Antonio Carvalho, ultimo possuidor

d'este cargo. Para não fazer falta no serviço da capella foi-lhe dada licença para ter um homem que o substituisse, propondo elle Martim de Seixas, moço da camara, o qual foi confirmado no logar em carta de 6 de outubro de 1629.

«Ev ElRei faço saber aos que este aluara virem que hauendo respeito a ter feito merce a Joao Soares Brandaõ, cantor de minha capella, do officio de escriuão de India e Mina, que vagou por falecimento de Antonio Carualho, vltimo propietario que delle foi, de que se pasou carta em doze de junho deste presente ano de seis centos vinte e noue, e por não fazer falta no seruisso da dita cappella eu lhe conceder licença por meu aluara feito ao primeiro de setenbro prouximo passado que pudese substituir hũa pesoa que por elle seruisse o dito officio em quoanto eu ouuese por bem e não mandasse o contrario com declaração que teña as partes e callidade que se requere a minha satisfação e elle nomear a Martim de Seixas, meu moço da camara, para seruir o dito officio, no quoal concorem as partes e callidade necessarias para o seruir, como constou por informação que se ouue do juiz da India e Mina, hey por bem de fazer merce ao dito Martim de Seixas da seruentia do dito do officio do juiso do juizo *(sic)* da India e Mina, de que he propietario o dito João Soares Brandão, em quanto eu o ouuer por bem e naõ mandar o contrario, pello que mando ao dito Martim de Seixas e lho deixe seruir e delle usar em quoanto eu ouuer por bem e não mandar o contrario e auer com elle o sellario, proes e precalços que lhe direitamente pertencerem sem duuida nem embargo algum e na minha chancelaria lhe sera dado juramento dos santos evangelhos que bem e uerdadeiramente sirua o dito officio, goardando em tudo meu seruisso e o direito as partes, da quoal posse e juramento se fara asento nas costas deste aluara que se cumprira como nelle se contem, e vallera posto que seu effeito aja de durar mais de hum ano sem embargo de ordenação do liuro segundo titolo 40 que despoem o contrario. João Francisco o fes em Lixboa seis de outubro de seis centos e vinte noue. Diogo Soares o fes escreuer».

Apostilla do aluara asima:

«Hei por bem que este aluara passe pella chancelaria sem embargo de ser passado o tempo em que se ouuera de fazer e deste suprimento se pagou de mea hanata dous mil dozentos e sesenta e quoatro rs como se vio por certidaõ de Jeronimo de Canencia, a cujo cargo estaõ os liuros

da rezaõ deste direito. Manuel Pereira a fez em Madrid aos doze dias do mes de março de mil e seis centos e trinta e tres. Diogo Soares o fes escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe III, Doações*, liv. 29, fol. 105).

BRANDÃO (MANUEL ANTUNES)

Charamella

Vide *O rei dos charamellas e os charamellas-mores.*

BRAYNA (JOÃO DE)

Vassallo e morador d'el-rei. D. Afonso V, em carta de 18 de maio de 1440, o nomeou rei dos seus menestréis com a tença annual de trinta corôas de ouro.

«Dom Affonso &c A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merce a Iohã de Brayna, noso vasalo e morador, teemos por bem e fazemolo Rey dos menestres de nosos regnos, e queremos e mãdamos que elle aja de nos com o dito oficio, des primeiro dia de janeiro da era desta carta em diãte, de tẽça, em cada hũu ano, trinta coroas douro, as quaes lhe mãdamos pagar no noso tesoureiro ou em outra parte, honde lhe bem possam seer pagos, e por renebrãça dello lhe mãdamos dar esta nosa carta synada per nos e seelada de noso seello pẽdente. Dada em Santarem xbiij dias de mayo per autoridade do Senhor Ifante dom Pedro, titor e curador do dito Senhor Rey, regedor defensor por el de seos regnos e senhorio — Fernã Gil a fez — era de mil iiii^{c}R. (1440)». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V, Doações*, liv. 20, fol. 129 v.).

BURGUMÃO (JOÃO DE)

O seu appelido ora se acha escripto Burgumão, ora *Burmão*. Era tangedor de orgãos da capella real. A 26 de junho de 1544 D. João III lhe fez mercê da tença annual de tres moios de trigo, que poderia testar em favor de sua mulher, e em 19 de janeiro de 1547, de mais 8 mil reaes. Uma

carta de 9 de julho de 1555 determinava os dias de festa, em que elle devia tocar na capella. Falleceu a 3 de novembro de 1571, ficando, a partir d'este dia, sua viuva Marta de Faria, a receber os ditos tres moios de trigo. Estava sepultado na egreja de S. Francisco de Santarem com este epitaphio:

Esta sepultura he de Joannes de Burgumão, cavalleiro do habito de Santiago e tangedor delRey nosso senhor, e de sua mulher Maria de Faria.

Assim vem em Piedade, *Santarem edificada,* tomo II, pags. 210, transformado o nome de Marta em Maria, erro facillimo, que tanto se poderia attribuir a erro de impressor, trocado o *t* por um *i,* como a leitura menos exacta, estando talvez o *t* um tanto gasto e parecendo um *i*.

«Dom Joham &c A quamtos esta minha carta virem faço saber que queremdo eu fazer graça e merce a Joanes Brumaão, tamgedor de minha capella, tenho por bem e me praz que elle tenha e aja de mym de temça ẽ caada huũ anno, de primeiro de janeiro que vem no anno de mill b^{c}Riiij (1544) em diamte, em sua vida, tres moyos de triguo, e mãdo ao barão dAluito, do meu comselho e veedor de minha fazenda que lhos faça asemtar nos liuros della e do dito janeiro em diamte lhos despache pera luguar homde lhe sejão bem pagos e por firmeza dello lhe mãdey dar esta carta por mym asynada e aselada do meu sello pemdemte. Ayres Fernãdes a fez em Symtra a xxbj dias de junho de mill b^{c} Riij anos». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III,* liv. 6, fol. 122).

«Dom Joaõ &c a quamtos esta minha carta virem faço saber que avemdo eu respeito aos seruiços que tenho recebido e espero de receber de Johanes de Burgumão, tanjedor de minha capella, e queremdolhe fazer graça e merce, tenho por bem e me praaz que elle tenha e aja de mim em cada hũu anno oito mill rs, do primeiro dia de janeiro deste anno presemte de b^{c} Rbij em diamte, em dias de sua vida, e ey por bem que lhe sejão paguos na esmolaria por esta soo carta jerall, pella quall

mando ao esmoler moor, ou a quem seu carguo tiuer, que do dito janeiro em diante dee e paguee ao dito Joannes de Burgumaõ os ditos oyto mil rs em cada huũ ano e lhe faça delles bom paguamento: e pello trellado desta, que seraa registado no liuro de sua despesa pello sprivão de seu carguo, mando aos comtadores que lhos leuem em comta, e por firmeza dello lhe mandey dar esta carta, per mim asynada e asellada do meu sello pemdemte. Manoel da Costa a fez em Almeirym a xix dias de janeiro ano do nacimento de noso Sõr Ihũ Xp̃o de jb^{e} Rbij. A.º Mixia o sobsprevy».

Tem ao lado a seguinte verba:

«Este Iohanes de Burgumão neste padrão conteudo nã ha dauer mais pagamento dos biij mil rs nelle conteudos na esmollaria do primeiro dia de janeiro de b^{e} lxj em diante porque sua A. lhos da com o habito da ordem de Santiago a custa das rendas della e portanto se pos esta verba per mym Xpouão de Benauente, escriuão da Torre do Tombo, per mãdado do baraõ daluito Dom Joan Lobo feita em Lx.ª a xiiij de janeiro de b^{e} lxj anos. Xpouão de Benauẽte». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 15, fol. 14).

«Eu elRei faço saber a quantos este meu aluara virem que eu ey por bem e me praz que Johanes de Brumão, tangedor dos orguãos de minha capella, tanja nella os ditos orguãos os dias abaixo declarados somente — s — a cercunsição de noso Senhor e o dia dos Reys e a purificação de Nosa Senhora, a pascoa, acensão, o espirito sancto, sancta Cruz, a trindade, o corpo de D^{s}, saõ Johã, a visitaçaõ de Nosa Senhora, asunçaõ de Nossa Senhora, a natiuidade de nosa Senhora, dia de todollos sanctos, dia de Santiaguo e dia de saõ Bento, e a conceiçaõ de nosa Senhora, e asy todas as mais festas em que ouuer pontifical, e o dia do meu nascimento, e o dia do nascimento da Rainha minha sobre todos muito amada e prezada molher, e o dia do nascimento do principe meu sobre todos muito amado e prezado neto. Noteficoo asy ao meu capellaõ moor e ao dayão da dita capella e lhes mando que naõ obriguem ao dito Iohanes de Brumão a tanger os orguãos nella mais que os ditos dias e festas neste aluara declarados, porque os dominguos e dias sanctos de guarda e quaesquer outros que se na dita capella costumarem tanger os ditos orguãos e ouuer diso necessidade, ey por bem que os tanjão Dioguo Luis e Antonyo do Vale, outro sy tangedores dos ditos orguãos de minha capella. E per sua guarda mandey este por mim asynado ao

dito Joanes de Brumão, o qual quero que valha e tenha força e viguor, posto que o efeito delle aja de durar mais de hum anno sem embarguo da ordenação em contrario. Manuel Tauares o fez em Lixboa a noue de julho de mil b^{c} cinquoenta e cinquo. E eu Duarte Diaz o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Privilegios*, liv. 3, fol. 319).

«Dom Sebastiam faço saber aos que esta minha carta virem que por parte de Marta de Faria, molher que foi de Ioanes de Burgumã, ja defumto, que foy tamgedor da capella delRei meu senhor e avo que samta gloria aja, me foy apresemtado hum aluara de sua allteza por elle asinado he pasado pela chancelaria, de que o trellado he o seguinte: ¶ Eu elRei faço saber a quamtos este meu alluara virem que eu ey por bem que por falecimento de Joanes Burguemaão, tamgedor dos orgãos de minha capella, fiquem a Marta de Faria, sua molher, os tres moyos de triguo que o dito Joanes de mim tem de temça em cada hum anno em sua vida por hum padrão, a quall sua molher mamdo que se faça padrão em forma da dita temça depois do falecimento do dito Joanes seu marido pera lhe serem paguos asi e da maneyra que se ha elle paguão e por sua guarda he minha lembrãça lhe mãdey dar este alluara por mim hasinado Belchior Aluarez a fez em Euora a xxbj dias do mes de novembro de mil b^{c} Riiij, Jorge de Figueiredo o fez escreuer». Pedimdome a dita Marta de Faria que por quanto o dito Joanes de Burgumão, seu marido, hera falecido e falecera a tres dias deste mes de novembro deste ano de quinhemtos setemta e hum como constaua de hum estormento que apresemtaua feyto por Manoel Leytão tabelyão na villa de Samtarem e asinado de seu pubriquo synall lhe mãdase dar padrão pelos ditos tres moyos do triguo de temça em seu nome; E visto seu requerimento e o dito alluara de lembrãça e ho padraõ que o dito seu marido tinha dos ditos tres moyos de triguo de temça que hapresemtou, ey por bem e me praz que a dita Marta de Faria tenha e aja de minha fazemda, do primeiro dia de janeiro do ano que vem de quinhemtos setemta he dous em diamte tres moyos de triguo de temça em cada hum ano em dias de sua vida. E portamto mamdo a dom Martinho Pereyra do meu conselho he vedor de minha fazemda que lhe faça asemtar no liuro della os ditos tres moyos de triguo de temça he do dito primeiro de janeiro do ano que vem em diamte lhes faça despachar cada ano pera luguar homde delles aja bom pagamento e ho alluara de lembrança acima trelladado do padraõ que o dito Joanes de Burgumão tinha da dita temça foi tudo roto ao asinar desta que por firmeza de todo lhe man-

dey dar por mim hasinada he asellada com ho meu sello pendemte. Dado em Lixboa a vymte dias de nouembro — Antonio Fernandez o fez anno do nacimento de noso Senher Jhũ Xp̃o de mill quynhemtos setemta e huũ. Eu Gabriel de Moura a fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 27, fol. 365).

«Eu elRey faço saber a quantos este meu aluara virem que eu ey por bem e me praz que Johanes de Brumaõ, tangedor dos orguãos de minha capella, tanja nella os ditos orguãos os dias abaixo declarados somente — ss — A circunsisã de noso Snõr e o dia de Reys e a purificação de nossa Senhora».

Ao lado: «Vae no L.º dos priuilegios onde pertencer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 50, fol. 58 v.).

Em 1543 comprou um casal em Villa Franca de Xira.

Entre as testemunhas apparece um Pedro Dias, tangedor do orgão na villa.

N'este documento e cujo testemunho deve ser considerado como decisivo, se declara que a mulher de Johanes de Burgumão se chamava Maria de Faria.

«Saybam quamtos este estromento de procuração vyrem que no ano do nacymento de nosso Senhor Jesus Christo de mjll e qujnhentos e quaremta e tres anos aos vymte dyas do mes de junho do dito ano em esta Vylla Franqua de Xyra nas casas da morada de Francisco Fygeyra na mesma morador lloguo hy peramte mjm tabaljaõ ao diamte nomeado em mjnha prezemça e das testemunhas abayxo espritas pareceo Joannes de Brjgomão tamgedor dellRey nosso Senhor e por elle foy djto a mjm tabaljão e testemunhas que elle conprara ora hum casall a Sjmão Rodrygues de Bulhão e a sua molher Marya de Valladares no termo da Vylla d'Arruda no Regemguo do Senhor Mestre de Samtyaguo que se chama o quasall d'Aquem Pase ho quall os dytos Sjmaõ Rodryguez e sua molher trazem emprazado em vyda de duas pessoas por que os djtos Sjmão Rodryguez e sua molher queryam ora vemder ho djto quasall ao djto Joannes de Brigomão e a sua molher Marya de Farya e por ora o senhor mestre lhe dar lycemça ao dyto Simão Rodryguez e sua molher pera ho poder vender e terem Já paguo a coremtena ao

dito Senhor elle dito Joanes nom poder hyr a Vylla de Setuvall asjnar no lyvro da chamcellarya como conprara e se traspasara o foro do djto quasall nelle djto Joanes e sua molher elle avya por bem e fazya pera ello seu procurador a Johaõ Lois porteyro da fazemda do djto Senhor mestre a Johaõ Rodrygues porteyro da camara do djto Senhor que por elle asjne e faça todo o que elle farya se presemte foce, esto quada hum delles por que pera ello lhe dava seu lyvre e comprydo poder e mandado especyall dyzendo mays que se na presemte ou nas suas dependemcyas allgũa crasulla ou condyçaõ falleça que a bem de sua diguo *(sic)* do djto quaso e asjnar faça elle, as avya aquj por postas e decrarados como que dellas fyzese espreça memção a quall procuração eu pubrico tabaljaõ aceytey em nome dos djtos estabaljcjdos por serem a ello auzemtes e todo aver por fyrme e valjoso todo ho que por elles for asynado e feyto por quada hum delles ho quall Joanes lloguo por Sjmão Rodrygues morador na djta vyla e asy por ho bacharell Francisco Salguado foy dyto que conhecjão ao sobredjto Joanes, e em testemunho de verdade mandarom e outrogarom lhe ser feyto esta procuração testemunhas qve a todo forom presentes ho djto Sjmão Rodrygues e Francisco Sallguado bacharell e Pero Dyaz tangedor dos horgos na djta vylla e Francisco Sallguado morador na vylla d'Allverqua. Eu Eytor Rodrygues pubrico tabaljaõ e do judjcyall na dyta vyla e termo por ellRey noso senhor que ha notey no meu lyvro das notas e delle a tjrey bem e fyellmente e aquj de meu pubrico sjnall asjney que tall he — Pagou desta e nota quinhentos e oytenta reis». (Torre do Tombo, *Collecção especial*, Caixa 158).

CABEÇON (ANTONIO)

De Antonio Cabeçon há a seguinte obra, editada por seu filho Hernando: *Obras de musica para tecla, arpa vihuela* de Antonio Cabeçon. Recopiladas y puestas en cifra por Hernando de Cabeçon su hijo. Madrid, 1578.

CABEZON (FERNANDO DE)

Quando Philipe II, guiado pela espada vencedora do duque d'Alba, entrou em Lisboa, diz elle que não encontrou na capella real quem lhe soubesse tanger bem os orgãos e

porisso mandou vir a *Cabezon*. Escreve elle, em 10 de julho de 1581, a suas filhas:

«Y no sé si havreis savido que por no aver aqui quien tañese bien los organos en la capilla, hize venir aqui á Cabezon».

Gachard, que publicou a collecção d'estàs cartas (Paris, 1884) annota que este organista talvez fosse um Fernando de Cabezon, musico do Rei, de quem, nos archivos reaes de Madrid, havia muitos documentos, a partir de junho de 1566. (Veja-se obra citada, pags. 101, 105).

Entre os autores mencionados no Catalogo de Musica de D. João IV, ha um Antonio de Cabeçon.

CABRAL (FR. ANTONIO LOPES)

Professo da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, capellão de sua magestade, e cantor de sua capella real, beneficiado em as igrejas de Santa Maria dos Olivaes da Villa de Thomar e Santa Maria do Castello de Ponte do Lima.

Compoz: «Panegirico ao excelentissimo senhor Dom Antonio Luis de Menezes, dignissimo marquez de Marialva... em a memoravel victoria de Montes Claros. Lisboa, Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1665. —18 oitavas».

Tem ainda outras obras. Vem mencionado no Innocencio e nos *Musicos Portuguezes*.

CABREDO (JOSÉ DE)

Era capellão e tangedor de orgão da capella real. D. João IV, em satisfação aos seus serviços, lhe fez mercê, em carta de 6 de maio de 1651, de mais um moio de trigo além do que já tinha.

«Dom João &c faço saber aos que esta minha carta de padrão virem que tendo respeito a boa satisfaçaõ com que Joseph de Cabredo,

meu cappelaõ e tangedor de organ de minha cappella real, acode a sua obrigaçaõ, hey por bem de lhe fazer merce em cada hum anno de hum moio de trigo de acresentamento na forma do Regimento alem dos dous que ja tem na mesma forma, o que comecará a uensser do primeiro de janeiro proximo pasado em diante... Joaõ da Costa o fez em Lixboa a seis de maio de mil e seis centos e sincoenta e hum annos. Fernaõ Gomez da Gama o fez escreuer. ElRey». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João IV*, liv. 15, fol. 345 v.).

CALVINO (MANUEL)

Charamella da Casa Real. Succedeu-lhe, por sua morte, em 1643, Gregorio *Palacios*. Vidé este nome.

CAMILLI (ANNUNCIATA)

No reinado de D. José, tendo-se rompido as relações entre a côrte de Lisboa e a de Roma, foram mandados sair de Portugal os subditos dos Estados pontificios. Muitos delles, pelos prejuizos e transtornos que lhes causava similhante medida, resolveram ficar, naturalizando-se cidadãos portuguezes. Neste numero entrava Annunciata Camilli, professora de musica, que viera a este reino para cantar e recitar nos theatros da opera. Na carta de naturalização, passada a 6 de outubro de 1760, diz-se que ella saira de Roma com sua familia muito menina, aos cinco annos de idade, mas não se declara quando veiu para o nosso paiz. É muito provavel qne o seu nome figure nos libretos de operas do seu tempo.

«Dom José, etc. Faço saber que Annunciata Camilli, professora de muzica, me reprezentou por sua petição que ella viera a esta Côrte e Reino chamada por causa da sua Arte para cantar e recitar na Opera, e estava com animo de permanecer como obediente em tudo as minhas reaes rezoluções entrava na duvida se o podia fazer sem que Eu o houvesse assim por bem pela supplicante ser nascida em Roma de aonde

sahira da idade de 5 annos com seus Pays, e dezejava perpetuarse neste Reino como vassala minha me pedia lhe fizesse merce conceder lhe Provizão para ser natural deste Reino e gozar de todas as honras e previlegios de que gozam os naturaes delle. E tendo attenção ao que a supplicante me reprezentou Hey por bem concederlhe a graça de a haver por natural deste Reino, etc. Lisboa 6 de outubro de 1760». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. José I*, liv. 48, fol. 371).

CAMINHA (MANUEL RODRIGUES)

Capellão cantor

«Dom Joaõ &c faço saber aos que esta minha carta virem que tendo concederação aos muitos annos que ha me serue em minha real capella Manoel Roïz Caminha, capellaõ e cantor contra alto, e que por algũas infermidades se acha ora impossibilitado de poder continuar meu seruiço, hey por bem de o apozentar com sincoenta mil rs, que lhe seraõ pagos no almoxarifado da Villa de Vianna, e os comesará a vencer do primeiro deste mes de janeiro em diante, com o qual apozentamento lhe ficaõ seçando os tres moyos de triguo e trinta mil rs em dinheiro que tinha de acressentamento nas jugadas do almoxarifado da villa de Santarem e caza do pescado desta cidade, e de como não hade auer mais daquy em diante o dito acressentamento ficaõ postas verbas nos asentos delles como constou por certidaõ de Fernaõ Gomes da Gama, e esta merce lhe faço alem dos outros sincoenta mil rs, de que tambem lhe fiz nas pensoẽs da dita minha capella saõ nos mesmos que nella tinha de ordenado de que se lhe passou Aluara de fora e naõ pagou mea annata, por quanto eu ordeney que nenhum menistro de minha capella real a pagasse. Pello que mando... Manoel Fereira o fez em Lisboa a vinte noue de janeiro de mil e seis centos e quarenta e huũ. Fernão Gomes da Gama o fes escreuer. ElRey». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João IV,* liv. 13, fol. 18 v.).

CANTO (SEBASTIÃO DO)

Era cantor d'el-rei D. João III, que, em carta de 18 de outubro de 1555, lhe fez mercê da tença annual, em dias da sua vida, de trez moios de trigo. (*Chancellaria de D. João III, Doações,* liv. 51, fol. 248 v.).

Quatro annos depois, a 31 de março, D. Sebastião o nomeava tabellião do judicial da villa de Santarem, logar vago por fallecimento de Manuel Rodrigues.

«Dom Sebastiaõ &c aos que esta minha carta virem faço saber que confiando eu de Bastiam do Canto, meu cantor, que no que o emcaregar me seruirá bem e fielmente como a meu seruiço e a bem das partes compre e por lhe fazer merce, tenho por bem e o dou ora daquy em diante por taballiam do judicial da villa de Santarem, asy e pela maneira que o elle deue ser e o era Manuel Roĩz, que o dito oficyo tinha e vagou por seu fallescimento, o qual oficio elle tera e seruirá emquanto eu o ouuer por bem e não mandar o contrario e esta mercê lhe faço por vertude de huũ meu aluará por mim asynado e passado per minha chancellaria da qual o treslado he o seguinte: «Desembargadores do paço amigos, ey por bem de fazer merce a bastiam do canto meu cantor em satisfaçam de seu seruiço do officio de taballiaõ do judicial da villa de Santarem que vagou por fallecimento de Manuel Rodrigues, o qual foi examinado por dom gonçallo pinheiro bispo de Viseu do meu conselho e meu desembargador do paço e auido por auto pera o seruir. Mandouos que lhe paseis carta em forma do dito officio pagando primeiro os direitos ordenados, na qual carta se fará declaração que o seruirá emquanto eu o ouuver por bem e não mandar o contrario. E portanto mando ao juiz de fora da dita villa de Santarem e a todollos outros officiaes e pesoas a quem esta carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que ajão ao dito bastiaõ do canto por taballião do judicial como dito he e o metaõ logo em pose do dito officio e lho deixem seruir e delle vsar e auer os proes e precalços a elle direitamente ordenados sem duuida nem embargo allguũ que lhe a ello seja posto, porque asy é *(sic)* minha merce e elle jurará na minha chancellarya aos santos evangelhos que bem e verdadeiramente e como deue syrua o dito officio e compra e guarde o regimento que della leuar guardando em todo a mim meu seruiço e ás partes seu direito. Dada em a cidade de Lixboa a xxxi dias do mes de março Ell Rey nosso senhor o mandou per dom Gonçallo Pinheiro bispo de Viseu, e per dom Symão da Cunha, channceller mor de meus Reymnos e senhoryos, ambos do meu conselho e desembargadores do paço e petições. Roque Vieira a fez anno do nascimento de noso Snõr Ihu Xp̃o de mil bc cinquoenta e noue annos. E o dito bastiam do camto naõ pagou do dito officio ordenado alguũ por lhe fazer delle merce em satisfação de seu seruiço como acima he dito.

E eu Antonio Vieira a fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria, de D. Sebastião*, liv. 4.º, fol. 17).

CARAMELLO (ANTONIO PEREIRA)

Natural da villa de Thomar, filho de Diogo Nunes, charamella da capella real. Acrescentamento de 12$000 réis de ordenado e 8$000 reis de vestiaria, alem dos 20$000 reis que tem como praça de charamella. (Alvará de 20 de dezembro de 1642). (*Matriculas,* liv. 6.º, fol. 15 v.).

CARIA (FERNÃO DE)

Atabaqueiro do tempo de D. Manuel, havendo acompanhado n'esta qualidade a infanta D. Beatriz a Saboya. Como fôsse reu de certo delicto, D. Manuel lhe perdoou, por elle ir n'aquella jornada, comtanto que passado tempo depois de ali chegar se livrasse sob fiança de cincoenta cruzados. Assim fez, ficando por seus fiadores um Malvezado e outros. O delinquente, com effeito livrou-se, mas o seu livramento não fôra registado no livro das fianças, pelo que constrangiam o dito Malvezado a pagar os 50 cruzados, pelo que recorreu a el-rei que lhe perdoou em carta de 21 de fevereiro de 1539. Fernão de Caria ainda vivia a esse tempo.

O respectivo documento está publicado no meu livro *O dote de D. Beatriz de Portugal, duqueza de Saboya.*

CARLI (JACOPO)

«Un artiste talien de grand mérite que nous avons eu le bonheur de posséder á Paris, et qui depuis trois ans a été appelé á Porto, M. Jacopo Carli, vient de composer un remarquable morceau de piano intitulé: *Hommage à Garrett,* poète portugais que la mort a enlevé dernièrement à l'admiration de ses compatriotes.

«Le morceau a été dédié par l'auteur à la Chambre Municipale de Porto, en même temps qu'il s'offrait à fonder et diriger *gratuitement* une école populaire d'enseignement musical pour las classes pauvres.

«Ce trait de générosité a vivement touché les membres de la Chambre Municipale, lesquels se sont empressés de lui témoigner leur reconnaissance par l'organe de leur président (M. le viconte de Trindade)». (*Journal des Demoiselles*, 1855, pag. 219).

CARNEIRO (PERO)

Fôra escudeiro fidalgo e musico da camara do infante D. Luiz. Por morte d'este, D. João III lhe ficou dando 34 mil reaes de tença que tinha, (Carta de 23 de novembro de 1556).

Em 1547, estando Pero Carneiro para casar com Guiomar de Castello, lhe concedeu o infante D. Luiz, por alvará de 11 de janeiro d'aquelle anno, que, por seu fallecimento, podesse legar vinte e cinco mil réis ao filho ou filha mais velha, que proviessem d'aquelle consorcio, e não resultando filho, que então ficassem á viuva. Este alvará foi confirmado por el-rei a 8 de março de 1559.

Pero Carneiro falleceu em 31 de outubro de 1564, e então seu filho mais velho, Vasco Carneiro, requereu para que lhe fôsse trespassada a tença, o que lhe foi concedido em carta de 12 de setembro de 1565.

A 26 d'agosto de 1567 falleceu Vasco Carneiro, trespassando D. Sebastião a tença que elle recebia para seu irmão João Carneiro. (Carta de 2 de outubro de 1567).

Seguem-se os respectivos documentos:

«Dom Joam etc. Aquamtos esta minha carta virem faço saber que eu comcedy ao ifamte dom Luis, meu irmão, que samta gloria aja, de

por seu falecimento fazer merce as pessoas, a que elle deixase em seu testamento temças e merces de lhas mamdar dar da maneira que elle o decrarase, e por que elle deixou a Pero Carneiro, seu musyquo da camara, trimta e quatro mil rs de temça, como era decrarado no liuro dos seus descarreguos, que era outro tamto como tinha delle de ordenado de musyquo da camara, ey por bem por niso fazer merce ao dito Pero Carneiro, que elle tenha e aja de mim de temça em cada huu anno, em dias de sua vida, os ditos xxxiiij rs, de janeiro que ora pasou deste ano presemte de bc lbj em diamte, e mamdo ao barão dAlluyto, veador de minha fazemda, que lhos faça asemtar no liuro d'ella em cada huu anno pera lugar omde deles aja bom paguamento e pera firmeza de todo lhe mamdey dar esta per mim asynada e aselada do meu selo pemdemte. Dada na cidade de Lisboa a xxiij dias de nouembro anno do nascimemto de noso Senhor Ihu Xp̃o de mil bc lta e seis. Ballthesar da Pomte a fez, e primeiro que se os ditos trimtas e quatro mil rs se asemtem no dito liuro de minha fazemda, apresemtaraa o dito Pero Carneiro certidão nas costas desta de Manuel Coresma, scprivão da fazemda do dito Ifamte, de como no liuro de seus descarreguos no titolo do dito Pero Carneiro ficou posta verba como ouue este padrão per vertude do asemto que no dito titolo estava, e eu Aluaro Pirez o fiz scpreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações,* liv. 65, fol. 251).

«Dom Sebastião etc. faço saber aos que esta carta virem que por parte de Vasquo Carneyro, filho de Pero Carneyro, já fallecydo, que foy musyco de camara do Iffante dom Luys, meu tyo, que samta gllorya aja, me foy apresemtado huu meu alluará per que eu ouue por bem de per fallecymento do dito Pero Carneyro fazer merce ao seu filho mais velho de vimte e cimquo mill rs de tença em cado huu anno em sua vyda das tenças que vagassem per fallecymento delle Pero Carneyro, do qual alluara o treslado he o seguinte:

«Eu ellRey faço saber aos que este meu alluara virem que ellRey meu seũor e avô que samta gllorya aja tinha concedido ao Iffante dom Luys, meu tio, que samta gloria aja, e por seu fallecymento fazer merce as pessoas a que o dito Iffante tiuesse feyto merce das tenças que delle tinha pera que per seus fallecymentos ficassem a seus filhos lhos mandar dar asi e da maneira que o dito Iffante o declarasse e por que Pero Carneyro, escudeiro fidallgo que foy da casa do dyto Iffante tinha delle

huu alluara feyto a xj dias do mes de janeiro do anno de bc Rbij (1547), pello quall o dito Iffante avya por bem que effectuandosse seu casamento com Guiomar de Castello Branco, com quem estaua concertado de casar, de fazer merce per seu fallecymento a qual quer filho seu mais velho ou filha, quando não tiuesse filho, de vinte e cinqüo mil rs de tença em vyda de quais quer dr.os (dinheiros?) que elle dito Pero Carneyro tiuesse do dito Iflante e etão vagasse e que sendo caso que lhe não ficassem filhos avia por bem de fazer delles merce a dita sua molher, sendo elle dito Pero Carneiro disso contente, pello que me pydio o dito Pero Carneyro que disso lhe mandasse dar prouysão pella dita maneira, e visto per mym seu requerymento e o dito alluara que tinha do dito Iffante, lhe mandey dar este pello qual ey por bem que, por nisso lhe fazer merce de per seu fallecymento fazer merce a qualquer filho seu mais velho ou filha, quando tiver filho, de vinte e cinquo mil rs de tença cada anno em dias de sua vyda, e sendo caso que lhe não fiquem filhos, ey por bem de fazer delles merce a dita sua molher, sendo elle dito Pero Carneyro disso contente, dos quais xxb rs lhe asi faço merce pella maneyra que dito he das tenças que elle de mym tem e por seu fallecymento vagarem e o alluara do dito Iffante foy roto ao asygnar deste, que ey por bem que valha e tenha força e vigor como se fose carta feita em meu nome per mym asinada e passada pella minha chancellaria sem embargo da ordenação em contrayro. Johão Alluarez o fez em Lixboa a biij de março de mil bc lix e eu Alluaro Pirez o fiz escreuer». Pidindome o dito Vasquo Carneyro que por quanto o dito Pero Carneyro, seu pay era fallecido e elle era o seu filho mais velho e legitimo como constaua per certidão de justificação que apresentaua do doctor Antonio Vaz Castello, do meu desembargo e juiz das justificações de minha fazenda, lhe mandasse dar padrão em seu nome dos vinte e cinquo mil rs de tença em vyda contiudos no dito alluara, o qual visto por mym e a certydão de justificação per que constou elle Vasco Carneyro seu filho legitimo do dito Pero Carneyro e o mais velho que ficou per seu fallecymento e como vagarão setenta e quatro mil rs que tinha de tença em vyda, lhe mandey dar esta minha carta de padrão pela qual ey por bem que o dito Vasco Carneiro tenha e aja de minha fazenda do prymeyro dia de janeiro que pasou deste anno presente de mil bc lxb em dyante, vinte e cinquo mil rs de tença em cada huu anno em dyas de sua vida dos setenta e quatro mil rs que por fallecymento de seu pay vagarão, os quais xxb rs lhe serã asentados e pagos nas tres casas de meus direitos desta cydade de Lixboa; E portanto mando ao allmoxarife ou recebedor dellas, que ora he e pello tempo for, que do

dito janeiro que pasou em dyante, de e pague ao dito Vasco Carneiro os ditos vinte e cinquo mil rs de tença em cada hun anno aos quarteis delles, e aos veedores de minha fazenda que lhos fação asentar no liuro della no titulo das ditas tres casas, e por que o dito Pero Carneyro falleceo o derradeiro dia doutubro do anno passado de bc lxiijj, como a certidão de justificação decllaraua, eu mandey pagar por huu meu alluara ao dito Vasco Carneyro seu filho nas ditas tres casas no almoxarife dellas do anno passado onde lhe os ditos setenta e quadro mil rs de tença forã despachados, quatro mil cento sessenta e seis rs que lhe montarão aver dos derradeiros dous meses do dito anno passado a rezão de xxb rs por anno e o alluaraa acima trelladado se rompeo ao asinar desta carta de padrão, que por frimeza de todo lhe mandei dar asinada e asellada com o meu sello pendente Symão Borralho a fez em Lixboa aos doze dias de setembro anno do nascimento de nosso señor Ihu Xp̃o de jbclxb, e prymeiro que se este padrão asente nos lyuros de minha fazenda constara per certidão nas costas delle de Antonio Vieira escryuão da chancelaria de como pos verba no registo do alluara acima treslladado de como per virtude delle mandey dar este padrão ao dito Vasco Carneiro, e eu Duarte Diaz o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique. Doações*, liv. 20, fol. 2).

«Dom Sebastião etc. faço saber aos que esta carta virem que avendo respeito aos serviços de Pero Carneiro, já fallecydo, que foy musyco da camara do Iffante dom Luis, meu tio, que santa gllorya aja e querendo fazer merce a J.º Carneiro, seu filho, ey por bem e me praz que elle tenha e aja de minha fazenda, do primeiro dia do mes de janeiro do anno que vem de mil bc lx biij em dyante, vinte e cinquo mil rs de tença em cada hum anno em dyas de sua vyda, os quaes vagarão por falecymento de Vasco Carneiro, seu irmão, filho do dito Pero Carneiro, que os pella mesma maneira tinha, e quero e me praz que lhe sejã asentados e pagos nas tres casas de meus direitos desta cidade de Lisboa, onde se pagauão ao dito Vasco Carneiro, e por tãoto mãdo aos vedores de minha fazenda que lhe façã asentar os ditos xxb rs de tença no liuro della no tit.º das tres casas pera nellas serem pagos ao dito J.º Cordeiro do dito prymeiro dya de janeiro do anno que vem em diante, ao qual eu mandei pagar per hum meu alluara no almoxarife das ditas tres casas oyto mil bjº lR bj rs que lhe montã aver da dita tença de xxbj dias do mes dagosto deste anno presente de bc lx bij em que falleceo Vasco Carneiro, e em que eu ouue por bem que o dito J.º Carneiro a começase aver ate fim de dezembro deste anno presente a rezão dos ditos xxb rs

por anno. e por firmeza de todo lhe mandei dar esta minha carta de padrão asinada e asellada com o meu sello pedente. Simão Borralho a fez em Lixboa aos dous dias de outubro anno do nacimento de nosso Senhor Ihu Xp̃o de jb^{e} lx bij, e eu Duarte Diaz a fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Pedro e D. Henrique, Doações*, liv. 20, fol. 514 v.).

(Continúa).

A OURIVESARIA EM PORTUGAL

(SÍNTESE)

«Bastariam a Cruz d'ouro processional, chamada do Santo Lenho, dádiva de D. Sancho I à igreja de Santa Cruz de Coimbra, com a data de 1214 e o Cálice de prata dourada da Sé de Coimbra para glorificar a tradição da arte nacional».

Professor JOAQUIM DE VASCONCELOS, *Arte Romanica em Portugal*, p. 43-44.

No século XII, pela autonomia do Condado Portucalense, constitui-se a Nacionalidade Portuguesa, em condições de resistência e de acção histórica.

Nesse século impõem-se em Portugal os esmaltes de Limoges, que se aplicavam em objectos de ouro, prata e cobre, mas sobretudo nos relicários.

Os esmaltadores da antiga cidade francesa levaram o esmalte a uma rara perfeição.

Nessa época os esmaltes são só claros e transparentes; mais tarde é que se descobriu o segrêdo de os compor de tôdas as côres.



LAURINDO COSTA

Como foi a Igreja, que desempenhou um grande papel na Idade Média, absorvendo a actividade dos países ociden-

tais e teve uma grande influência nos séculos seguintes não admira que não só a Ourivesaria, mas tôdas as nossas manifestações artísticas durante séculos tratem de assuntos religiosos.

Os documentos mais antigos, existentes, em que se nota já um estilo português são: o Cálice de prata dourada da Sé de Coimbra e a Cruz de Sancho I (1214).

Desde o comêço do século XIII, o estilo ogival revolucionou a Ourivesaria e então dá-se todo o valor aos objectos graciosos, elegantes, delicados, trabalhados primorosamente e que apresentavam contôrnos puros.

*
* *

Na primeira metade do século XIV, é que a Ourivesaria profana passou a ter desenvolvimento, pois até a essa época trabalhava-se sobretudo em obras destinadas ao culto religioso.

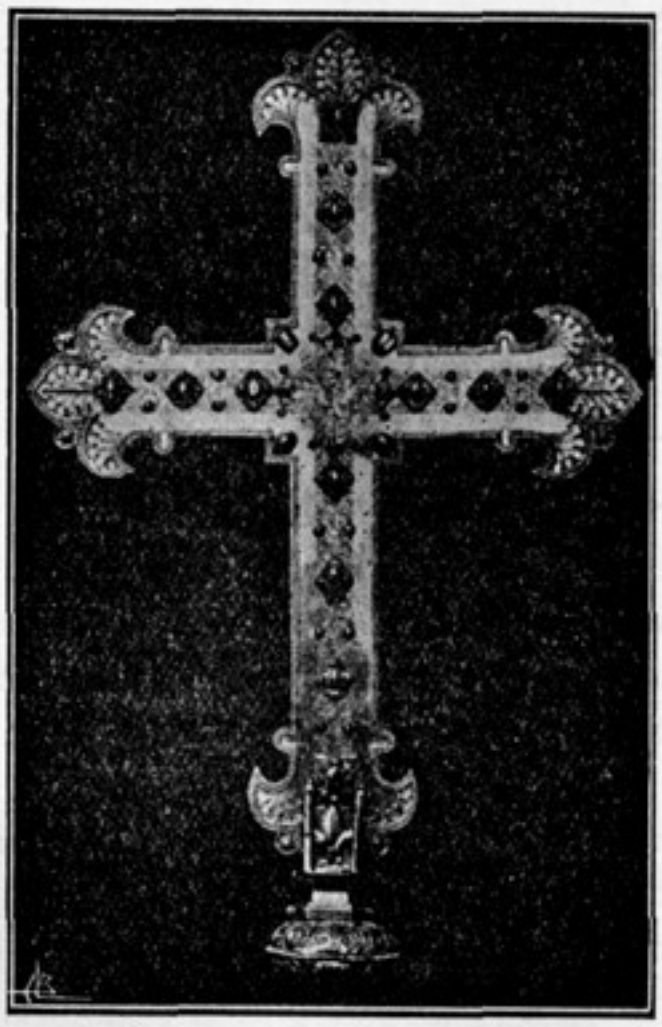
Por êsse tempo havia dois grupos de artistas: um destinado a trabalhos para igrejas e conventos, e outro para objectos de carácter profano. Os ourives que se dedicavam às obras inspiradas em assuntos religiosos, permaneciam fiéis às regras das suas Agremiações; os outros artistas colocavam-se fora dêsse regímen, difundindo e inspirando trabalhos puramente laicos, acompanhando as diversas exigências e caprichos da sociedade.

Da elaboração artística do século XIV, restam-nos a grande Custódia de Alcobaça, as cruzes da Sé de Coimbra e o tríptico de Guimarães, autenticando a existência de artistas de valor.

No século XV, o impulso das Navegações opera uma transformação em a nossa sociedade com a preponderância de uma classe média, que pelo trabalho vai criar a riqueza pública.

Com esta burguesia cria-se uma Arte nacional, na Ourivesaria.

Dos séculos XV e XVI (1), em que a Ourivesaria reflecte a evolução do gótico, temos as cruzes do Funchal, de Guimarães, os cálices ogivais de Arouca, Pombeiro, Braga e Coimbra. As custódias de Belém, Coimbra e Viseu representam verdadeiros monumentos de Arte Nacional, mantendo o mesmo aspecto característico a ourivesaria profana. Era a Renascença Portuguesa (2). A Portugal era confiado papel dominador.



Cruz latina de ouro, do século XII, com ornamentações de filigrana e pedras preciosas. — Conhecida cruz do rei D. Sancho I.

A Ourivesaria devido aos grandes artistas dos séculos XV e XVI apresenta o estilo e o carácter nacional.

---

(1) No século XVI as porcelanas vindas da Índia e da China principiaram a substituir em parte as baixelas dos grandes, mas a Ourivesaria não diminuíu na sua faina, porque muitos dos presentes que D. Manuel e seus sucessores enviavam ao Papa e a outros soberanos, tanto da Europa como do Oriente eram obras daquela arte. Gaspar Correia narra-nos o presente que Vasco da Gama, na sua grande viagem à Índia, 1512, entregou ao rei de Cananor, e descreve-nos o prazer com que o monarca esteve examinando uma bela espada de ouro, cujos esmaltes o enlevaram. Gaspar Correia, *Lendas da India*, tom. I, pág. 296.

(2) A Renascença, com tôdas as suas elevadas manifestações, a monarquia absoluta, restabelecendo por tôda a parte a ordem, a paz e a tranqüilidade, as descobertas portuguesas e espanholas, desenvolvendo

A Custódia dos Jerónimos, obra do lavrante Gil Vicente, é, como o Mosteiro de Belém, um monumento comemorativo dos esplendores da época de D. Manuel (1).

* * *

«Dentre tôda a actividade artística portuguesa, foi na manufacturação do ouro, em que se patenteava o génio ar-

---

o comércio com a Africa e Ásia, originando a colonização da América e lançando na circulação em poucos anos *massas metálicas* doze vezes superiores a todo o numerário preexistente, vieram imprimir um grande desenvolvimento à vida económica e intelectual da humanidade. Ingram, *Storia della economia politica,* pág. 39.

(1) «Mas em Santa Maria de Belém não havia apenas — ah, não — a obra dos arquitectos, o labor dos imaginários ornamentistas que arrancaram à pedra de Alcântara a tipologia da *Legenda Aurea* e os motivos naturalistas da fauna e da flora do Oriente. Havia também obras dos pintores, a obra dos ourives do ouro, a obra dos iluminadores em pergaminho, verdadeiro tesouro dos monges hierosolimitas. Ali resplandeceram o cális, a cruz e a custódia manuelina fabricada por Gil Vicente com o primeiro ouro de Quilôa, peças singulares da ourivesaria portuguesa, que então se desentranhava (¡havia em Lisboa, quatrocentos e trinta ourives!) em maravilhas de arte religiosa e nas baixelas opulentas — cântaros, pichéis, copas, escudelas, bátegas, gomis, albarrados, barnegais, almarias, cerofalos — que acendiam montanhas de ouro sôbre os mantéis franceses das mesas dos fidalgos e dos mercadores. Para os Jerónimos mandou D. Manuel, no seu testamento, os sete livros da *Bíblia* e o *Mestre das Sentenças,* jóias da iluminura italiana do fim do século XV, que Vante di Gabriello Actavanti pintou e recamou de ouro brunido, e que um Papa ofereceu ao rei de Portugal. Ali se amontoaram, em arcazes flamengos, os paramentos bordados em Veneza, em Florença, em Chipre, em Bizâncio, em Palermo, no Oriente, com armas do reino e de S. Jerónimo faiscando ouro dos sebastos, dos aurifrígios, da pesada escarcha dos aurisamitus e dos maromaques preciosos. A grande nau de pedra de D. Manuel transbordava de riquezas». Dr. Júlio Dantas — *História da Colonização Portuguesa do Brasil.* Vol. I, fascículo V, capítulo I, — *A Era Manuelina.* Pôrto, 1921.

quitectónico e escultural, que a estabilidade da tradição mais incisivamente se manteve.

Podemos dizer que sob o ourives Gil Vicente, que abriu um ciclo novo à Arte Portuguesa — ela é a síntese fulgurante do génio artístico nacional.



Cruz processional de prata, estilo gótico florido, do século XIV, que pertenceu ao Mosteiro de Alcobaça.

Foi a sua Custódia, essa assombrosa obra pertencente ao estilo *manuelino*, que, em 1787, excitou extraordinàriamente a admiração de lord Beckford: «não há coisa mais bela como espécime do bem trabalhado lavor gótico do que esta complicada peça esmaltada». Em 1867 foi excepcional a atenção, que provocou, na Exposição Universal de Paris.

Charles Yriarte, que visitou a Exposição de Arte Ornamental realizada em Lisboa, em 1882, escreveu na *Gazette des Beaux-Arts:* «Considerada pelo lado técnico, é duma execução extraordinária; os seus esmaltes, num país em que êles se executavam duma maneira relativamente inferior, são de um brilho nunca visto e da solidez mais demonstrada. A composição é engenhosa, arrojada e audaz. O artista, que desenhou o monumento, patenteou as qualidades inventivas e a fertilidade de imaginação até ao ponto de fazer ler na sua obra prima as preocupações e a história do tempo, que a viu nascer. Não carecia o artista de gravar a legenda histórica na base desta

Custódia: as esferas, que compõem as armas do rei, as aves, esmaltadas de deslumbrantes plumagens, as flores e a vegetação da Índia, que ornam a base, são um símbolo completo. É verdadeiramente uma obra típica, histórica, nacional; é o ponto de partida duma série de obras da mesma natureza; é um estádio, uma data, um padrão (1)».

. . . . . .

«Esta obra prima da Arte portuguesa, executada em Lisboa por ordem de el-rei Dom Manuel, com o ouro pago pelos primeiros tributários das Índias (2), em conseqüência da vassalagem, que lhes foi imposta por Vasco da Gama, compõe-se de três partes distintas: O pé, tem base oval, sôbre o friso do qual se lê em letras de *esmalte branco* a legenda seguinte: — * O * MVITO * ALTO * PRINCIPE * E * PODEROSO * SEHOR * REI * DO * MANVEL * MANDOU * FAZER * DO * OVRO * I * DAS * PARIAS * DE * QVILOA * AQVABOV * E * CCCCCVI (3). — A face superior da base está dividida em seis pequenos quadrados cobertos de flores e de aves, em alto relêvo e em esmalte finíssimo, e separados uns dos outros por cordões de es-

---

(1) Dr. Marques Braga, *Psicologia do Povo Português*. Págs. 101 e 102.

(2) «Dêstes dois mil miticais de oiro, mandou el-rei fazer uma custódia para o Sacramento do altar, guarnecida de pedras preciosas, que mandou oferecer ao mosteiro de Belém». Damião de Goes, *Crónica de D. Manuel*, part. 1, cap. 68.

(3) Camilo Castelo Branco quis inferir da ortografia desta inscrição a rudeza do ourives Gil Vicente. Esta incerteza da ortografia observa-se em todos os livros das chancelarias do século XVI, e de mais a mais em escrivães pagos para saberem escrever, e mesmo nas correspondências dos embaixadores. O emprego do v por u é ainda empregado no estilo monumental ou lapidar; e SEHOR é um pequeno defeito do esmalte produzido pelo fôgo na palavra SEÑOR, como era freqüente escrever-se.

malte azul; o nó é rodeado de seis esferas. A parte central tem duas pilastras laterais rendilhadas, ao longo das quais se vêem em nichos, anjos tocando diversos instrumentos. No centro a caixa circular é fechada por vidros e destinada para a hóstia, rodeada dos Doze Apóstolos, de joelhos, em adoração, e coroada por um docel de Serafins. A parte superior, sustentada por colunas rendilhadas (à jour) fecha a cúpula sôbre o cume da qual se levanta a cruz; no meio dos arabescos abrem-se dois espaços; no alto vê-se o Padre Eterno com o globo na mão esquerda, com a direita no acto de abençoar, e no espaço inferior está suspensa uma pomba branca. Esta sumptuosa obra prima histórica, que atrai e fixa a atenção pelo esplendor, a beleza e delicadeza do trabalho, pelo brilho dos esmaltes e originalidade do desenho, pertence ao estilo arquitectónico português, chamado *manuelino*, igual ao edifício para a qual foi destinada, e que é dos nossos monumentos histórico-artísticos dos mais elegantes e mais dignos de admiração (1)».



Cálice de prata dourada com patena estilo gótico-manuelino, fins do século xv ou princípios do século xvi, que pertenceu ao Convento de Tomar.

(1) *Catálogo da Exposição Portuguesa*, pág. 125, n.º 11.

*
* *

Com o grande movimento italiano da Renascença — segue-se o período das obras primas inspiradas na Antiguidade e na tradição pagã.

Esta revolução no gôsto, êste regresso aos eternos princípios do Belo tam gloriosamente realizado na Itália numa época, em que o génio dos outros povos ainda estava prêso à Idade Média, comunicou-se a tôda a Europa.

Serviram o novo gôsto Diogo Fernandes, ourives da infanta D. Maria; João Cansado, lavrante da raínha D. Catarina; Diogo Rodrigues, ourives da infanta D. Isabel; Afonso Pires, ourives do Convento dos freires de Tomar. Na arte portuguesa dera-se uma profunda transformação com as viagens dos nossos artistas à Itália. A Pintura transformou-se em uma nova escola, e a Ourivesaria sofria a mesma influência que a Arquitectura, a Poesia lírica e as formas dramáticas. Garcia de Resende, que era apaixonado pela corrente estética italiana, como bom humanista, fala com desdem da Ourivesaria portuguesa. Primeiramente descreve a antiga sumptuosidade:

> Vimos cadeas, colares;
> ricos tecidos, espadas,
> cintos e cintas lavradas,
> punhais, borlas, alamares:
> muitas cousas esmaltadas...

Depois, como quem acusa a falta de invenção dos nossos artistas:

> ... vimos minas reais
> d'ouro e doutros metais
> no reino se descobrir;
> mais que nunca vi saber
> ingenho de oficiaes.

E contrapondo a corrente italiana, parece visar a situação decadente da Ourivesaria portuguesa:

> Pintores, luminadores
> agora no cume estão
> *ourivizes, escultores,*
> *sam mais sotiis e melhores*
> *que quantos passados sam...* (1)



Custódia de Belém. Obra em estilo manuelino do genial artista Gil Vicente.

Garcia de Resende, na *Miscelanea* achava mais subtis e melhores os ourives e escultores italianos. Se se dava uma certa decadência na Ourivesaria portuguesa deverá isso atribuir-se à influência de uma simulada austeridade da côrte de D. João III e da sua Lei sumptuária de 1535; nela se proíbe a Ourivesaria de ostentação: «que os que tivessem feitas algumas peças esmaltadas, douradas ou prateadas, de qualquer feição, pudessem trazê-las sem pena, jurando aos Santos Evangelhos como as tinham feitas antes desta Lei, — que os ourives pudessem tirar pela fieira ouro ou prata, para fazer obras suas, que por esta lei não eram defesas, — que os ourives que antes desta Ordenação publicada tivessem

---

(1) *Miscellanea.* Coimbra, 1917. Pág. 63-5.

feitas algumas obras de ouro esmaltadas, dentro de oito dias as mostrassem aos Juízes dos lugares, e jurando aos Santos Evangelhos, que as tinham feitas, as pudessem vender dentro de um ano a quaisquer pessoas, e essas as pudessem trazer» (1). As leis Sumptuárias inspiradas pelo espírito de retrocesso extinguiram as manifestações, que deviam resultar da grande época artística iniciada no reinado de D. Manuel.

«Contudo, até ao fim do século XVII (2) pode-se dizer

---

(1) *Extravagantes*, de Nunes de Leão, § 9, 10 e 11. Esta lei sumptuária, que permitia os trabalhos de ouro para *ornamentos de igrejas e oratórios*, foi confirmada na menoridade de D. Sebastião, em 1560.

(2) É nesta época que em França se impõem à admiração geral os grandes artistas François e Tomás Germain. Para os reis D. João V e D. José executaram riquissima baixela.

O grupo dos «Amigos do Museu de Arte Antiga» deu agora à estampa, numa esplendida edição, a monografia escrita, em 1887, pelo falecido Marquês da Foz, sôbre «A baixela Germain da antiga côrte portuguesa».

Êsse trabalho, oferecido pelo autor ao Sr. Dr. José de Figueiredo, director do Museu de Arte Antiga, em 1916, numa carta que serve de prefácio à monografia, historía a encomenda e factura das peças da famosa baixela e de outros trabalhos de ourivesaria executados por François Germain, para a Côrte de Portugal.

O Marquês da Foz desfaz a lenda de que a baixela pertencera aos Duques de Aveiro, certificando que só umas figurinhas de prata dourada, e essas da autoria do ourives Godin, faziam parte dos bens sequestrados a êsses titulares, quando acusados de tentativa de regicídio. Também desmente o autor a lenda, corrente no estrangeiro, de que a baixela nunca chegara a ser paga, apresentando a prova em contrário com os documentos existentes nos Arquivos Nacionais da França e que os «Amigos do Museu» mandaram copiar do original e publicaram em apenso.

O autor da monografia, que foi um grande coleccionador de objectos de arte e possuia uma das mais valiosas colecções de trabalhos dos Germain, um dos quais precioso, executado pelo segundo da dinastia, descreve algumas das mais belas e ricas peças da baixela real, que

afoitamente que foi exuberante e fecunda a produção da Ourivesaria; porém começaram por essa época a sentir-se os

---

D. Luís, de quem foi amigo, lhe permitiu estudar em tôdas as suas minúcias.

Completa a monografia o inventário da baixela feito em 1921, e ainda o das peças de ouro e prata, que tem o punção do famoso ourives francês e são alheias à baixela.

Em uma nota, no final do volume, que é ilustrado com excelentes heliogravuras de algumas das mais artísticas peças da colecção, o Sr. Dr. José de Figueiredo rectifica algumas afirmações do autor, identificando determinadas peças executadas por outros ourives que não pelos Germain.

Para se avaliar do valor intrínseco da colecção, diremos só que o número de peças de prata, segundo o inventário de 1921, é de 1.378, com um pêso total de 1.074:652 quilos e que o número de peças de ouro é de 13, pesando 288 gramas. O valor estimativo da baixela pode fixar-se na opinião do autor da monografia, apròximadamente em 5 ou 6 vezes o seu pêso em ouro, o que quere dizer que vale a colecção o que hoje valeriam 5 ou 6 toneladas de ouro.

«A designação de «Baixela Germain», observa o Sr. Dr. Vergílio Correia, engloba os serviços de mesa, de prata, que D. João V e D. José encomendaram principalmente aos Germain, os melhores ourives parisienses do seu tempo. Êsses serviços, evocadores da sumptuosidade, do faustoso e requintado período que foi o reinado de Luís XV, constituem um dos mais ricos e notáveis conjuntos de arte francesa do século XVIII, conservados no mundo.

A moda das baixelas de porcelanas, em Portugal corrente desde o século XVI, e em França, avigorada desde que Luís XIV enviara tôda a sua prata a fundir à Casa da Moeda, rápido cedeu, de novo, o lugar à das baixelas metálicas; e nunca a prata foi tam abundantemente utilizada como na Regência.

Os melhores ourives parisienses, aqueles mesmos que, intelectuais como Voltaire, consideravam, a par de escultores e estatuários, trabalharam, então, para os soberanos portugueses. D. João V alternou os seus formidáveis pedidos de alfaias sagradas, em Florença e Roma, com desmesuradas encomendas de «argenterie» profana, em Paris; e o filho D. José seguiu-lhe dignamente as passadas.

Dessas encomendas reais resta mais de um milheiro de peças...»

efeitos das leis anteriormente decretadas, seguindo-se depois as Invasões francesas (1807–1811) e perturbações políticas no país, nas primeiras décadas do século XIX, contribuindo um pouco para o esfriamento de tôdas as artes em Portugal, reflectindo-se especialmente na da Ourivesaria. E, se nos dermos ao cuidado de estudar tôdas as manifestações artísticas dêsses tempos e seguirmos com certo interêsse, o que se passou em outros países, como a Inglaterra e a França, notaremos que essas duas nações imprimiram um cunho de desenvolvimento à Ourivesaria. A Espanha também alguma coisa fêz, mas não tanto como a França, que chegou a exercer domínio quási absoluto em Portugal. Todavia a Ourivesaria nacional voltou mais tarde a afirmar, com mais ardôr, nova era de brilho, produzindo obras duma elevação artística superior, onde predominava a estética, a elegância e delicadeza do assunto escolhido para êsses primorosos trabalhos, conseguindo assim os nossos ourives, com uma dedicação patriótica, libertarem-se do influxo estranho que, a continuar, pouco a pouco, concorreria para abastardar uma arte de tanta notabilidade. Certo é que a Ourivesaria religiosa sempre revelou e exprimiu, com nobreza, um esfôrço exuberantemente artístico. Na Ourivesaria profana tem havido prodígio de verdadeiras obras primas, que, sem desdouro, se colocam em paralelo com outras estrangeiras, pela sua beleza de delineação e orìginalidade de pensamento.

«Dos factos expostos resulta à evidência que a Ourivesaria tem sido uma arte caracterizadamente nacional, e que são notáveis os especímenes, que nos restam do seu esplendor nos tempos primordiais da Monarquia. É natural que os artistas árabes lhe dessem impulso, mas é certo também que a Ourivesaria teve um culto especial na Península, como o poderiam provar, além de outros ornamentos, o célebre tesouro visigótico de Guarrazar, que

hoje abrilhanta o museu de Cluny, e do qual a Espanha apenas possui uma pequena amostra» (1).

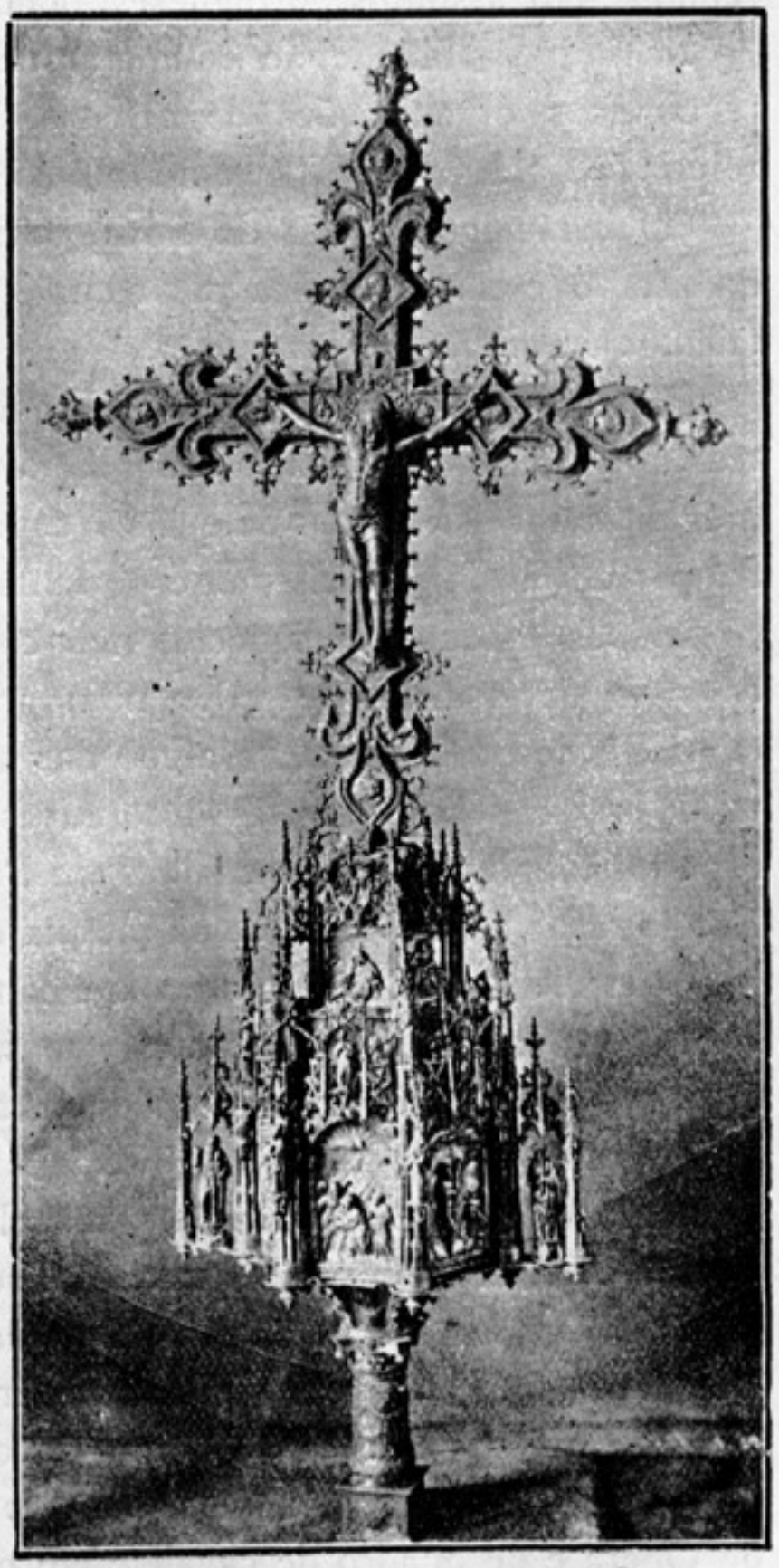
Fica pois notificado como tem evolutido, entre nós, o trabalho do ouro e da prata.

*
* *

Desde o fim do século XIX, os ourives portugueses estudaram ainda com mais fervor as obras primas do passado, sobretudo do século XVI, conseguindo fazer remontar esta Arte Famosa (2).

*
* *

Continua a ser muito avultada a



Grande Cruz processional de prata do século XVII, rica joia artística da Colegiada de Guimarães.

(1) Prof. Joaquim de Vasconcelos, *Arte Romanica em Portugal;* Dr. Sousa Viterbo, *A exposição de Arte Ornamental* (Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa), 1883.

(2) Laurindo Costa, *A Ourivesaria e os Nossos Artistas,* Pôrto, 1917.

pléiada de ínclitos artistas ourives, que, **presentemente,** inspirando-se em assuntos portugueses, honram o país.

Na impossibilidade de enumerar nesta síntese tôdas as requintadas organizações de artistas, limitar-nos hemos a referir-nos a João da Silva e a António Maria Ribeiro.

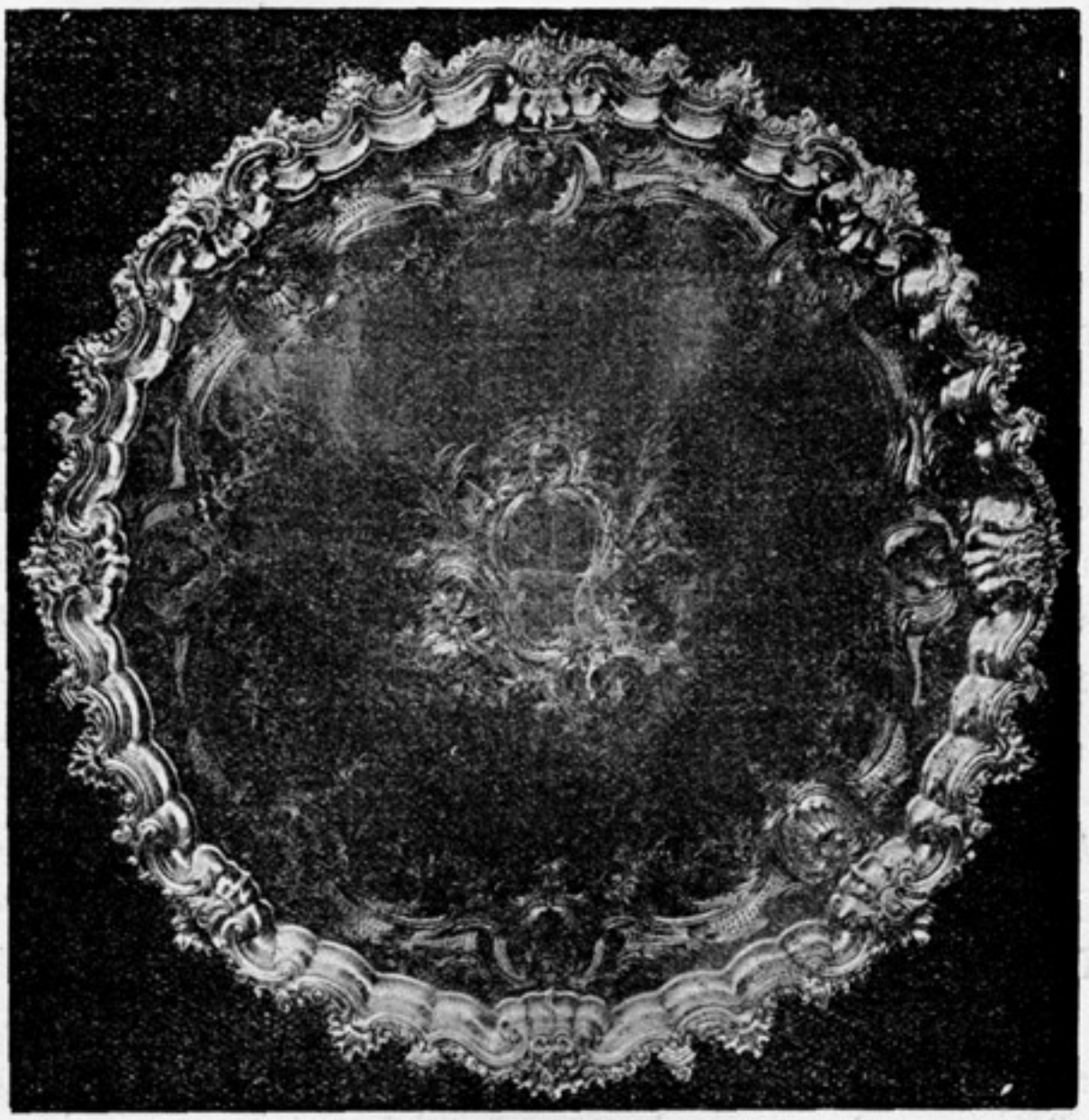
«O carácter de João da Silva, ourives cinzelador, medalhista e escultor explica por completa a evolução do seu talento: *é um eterno insatisfeito.*

Pertence a essa raça de artistas que procuram constantemente atingir um ideal elevadíssimo e que para isso empregam todos os esforços de que são capazes. E é, ao mesmo tempo, um exemplo raríssimo e portanto notável, de como a consciência estética, enriquecida pela constante leitura, pelo convívio de homens de valor num grande meio de arte (Paris), o levou de modesto aluno das nossas escolas industriais, a premiado nas artes decorativas da Suíça, no curso superior de gravador de medalhas em Paris, e finalmente na Escultura do *Salon* anual dessa mesma cidade.

Com êle deu-se, em resumo, a emancipação do escultor que chega a cultivar a grande arte independente, tendo começado por praticá-la ainda presa às artes menores, como sucedera na antiga Grécia. No início da arte grega — a escultura não pode ser considerada isoladamente da arquitectura e das artes decorativas; tem de se estudar no templo, na jóia, nas armas, na cerâmica, e só mais tarde, à maneira do que na Renascença havia de suceder com a música e a pintura, que então se converteram em artes independentes, é que aparece a estátua, estádio paralelo ao do aparecimento da Ópera e do quadro de cavalete em pleno século XVI.

Nas jóias e outras obras de ourivesaria, João da Silva manifesta de contínuo o seu temperamento de escultor; êle mesmo afirmou que todo o cinzelador tem necessàriamente de ser medalhista, se não quiser vêr-se reduzido a um mero técnico profissional; a arte da gravura de medalhas é-lhe

indispensável e a cinzeladura tem de ser executada por quem concebe o original, quer se trate de gravar o fundo duma salva, o bôjo dum vaso, ou uma simples placa. Quando assim dizia ainda êle porém se não tinha transformado no



Salva de prata, gravada, cinzelada e recortada. Estilo da época de D. José. Artista portuense. Fins do século XVII. *(Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa).*

escultor dos *Campinos ribatejanos,* e dos homens das lezírias, e no delicioso evocador da *Ninfa* destinada à ilustração dos *Lusíadas.* Era apenas o discípulo querido do grande Chaplain e, no seu espírito, não chegara até então a fazer-se clara a idea de que a medalha é simples caso particular, mas muito mais difícil sob certos aspectos, da arte escultural. Passar de uma para a outra arte por um simples pro-

cesso de generalizar, constituiu por isso mesmo a última *étape* da sua carreia; porque êle já hoje pensa em fazer *grande,* mantendo dentro da nova fase a solidez e sciência construtiva, que notàveimente revelam as obras citadas.

*
* *

Mas nem assim quis deixar de ser ourives; pelo contrário, acha até profundo prazer estético em trabalhar na primeira forma da sua labuta artística, para nos dar essa encantadora série de medalhas de *Santos* que deixaram, graças a êle, graças ao seu talento de medalhista na escola de Chaplain, de ser a obra de pacotilha explorada pela indústria corrente. Até hoje, produziu a *1.ª Comunhão* (Virgem), as *Nossas Senhoras do Carmo, Coração de Jesus,* da *Conceição,* de *Lourdes* e *del Pilar;* a *Mater dolorosa,* a *Raínha Santa,* o *Sagrado Coração* e o *Escapulário.* E está trabalhando uma nova série, que já se compõe da *Nossa Senhora do Sameiro,* da *Virgem de Nazareth, 1.ª Comunhão* (Cristo), *Fátima, Filhas de Maria, S. José* e *S. Francisco Xavier.*

Cada uma dessas medalhas é uma pequena jóia de verdadeira arte, que pode obter-se em vários tamanhos, e vêem assim preencher uma lacuna que há quási um século se achava aberta entre nós, quando após o advento do liberalismo, desapareceram da capital a pequena arte da *Moldura* vulgarmente chamada *Império,* e os *Registos dos Santos* a que aquela se destinava com os seus variadíssimos aspectos, madeiras preciosas de que se faziam e as *ferragens* de tipos inesgotáveis a guarnecê-la. A medalha de arte veiu substituir essa artezinha encantadora do quadro gravado e emoldurado.

A tradição liga as duas lindas artes decorativas, de ma-

neira que a forma actual da medalha é sem dúvida alguma mais prática do que a antiga; todo o crente a pode trazer consigo e tê-la presente a todos os momentos da vida.

Resta-me só dizer que João da Silva procede com relação a êste novo aspecto da sua produção artística com a mesma honestidade e altura estética, que sempre lhe caracteriza o trabalho. Documenta-se, reúne a maior quantidade possível de informações e dados históricos; estuda cuidadosamente o modêlo humano a representar; e a imagem surge-lhe na mente, inspirada pela elevada compreensão que êle tem do fenómeno religioso» (1).

*
* *

Em 1922, os nossos ourives-cinzeladores, joalheiros, esmaltadores e gravadores concorreram à Exposição Internacional do Rio de Janeiro (2). É o eminente escritor, Senhor Dr. Coelho Neto, quem transmite as impressões:

«Não há maravilha maior, milagre mais comovedor e mais formoso do que o que se está operando em Portugal com o reflorescimento da Nacionalidade, que, em certo momento triste, pareceu haver murchado, perdendo as suas pétalas mais belas em desfolhamento de morte.

Como que se realizava a profecia tenebrosa lançada pelo poeta de *Os simples* nos versos trágicos do *Finis Patriae.* E já se preparava lugubremente a desvelada funérea quando o instinto da Raça, acordando, impeliu-a para o relicário das suas glórias, como a Fé, inflamando-se no coração do crente, leva-o ao altar a valer-se de Deus para salvar-se.

E Portugal abraçou-se com *Os Lusíadas*, recorreu ao

---

(1) Prof. António Arroio, **Esmeralda,** Lisboa, n.º 1 da 2.ª Série, pág. 2-3.

(2) Laurindo Costa, *Artistas Portugueses*, Pôrto, 1922.

génio tutelar da Pátria imanente no poema, e das oitavas perenes da epopeia, como de alvados de colmeia ao apêlo clamoroso de quem já se julgava perdido e deprecava, em última instância, as fôrças eternas, ressurgiram tôdas as grandezas de outrora, lançando-se, em enxames, cada qual de um alvéolo, e, sùbitamente, o que agonizava, levantou-se viril e, de pé, armado e ardente, como nos dias belacíssimos em que defendeu, palmo a palmo, o solo sacro, arvorando, alto, no punho o pendão das conquistas. Portugal reassumiu o seu pôsto onde, dia a dia, cresce, avulta, impõe-se desmentindo as vozes carpideiras, que lamentavam a sua morte com o estrondoso e triunfal clangor das tubas, que lhe apregoam a ressureição.

E tal prodígio a quem o deve êle senão a Camões, o génio eterno, que é o símbolo, a Alma da Raça? É dêle que estão saíndo os novos dias, dêle está dimanando a nova seiva, que se infiltra no solo, que penetra os corações, que se infunde nas almas: fôrça no braço do cavador que faz reviçar o torrão e transformar a charneca em alfobre; coragem no peito do soldado; audácia no espírito dos aventureiros; iniciativa no ânimo dos industriais e inspiração no cérebro dos artistas de tôda essa grei de sonhadores que começa no improvisador montesino, que diz trovas ao luar, e na rendeira que entrelaça os fios delicados da mais florida renda, até a dos iluminados do sonho, fundidores de ideas, os que as traduzem em palavras com a pena destra, em aspectos de côr com os pincéis, em linhas e recamos com o escropo, em sons de música, em relevos com o cinzel.

A própria língua, que se desfigurava e poluía em atascais de barbarismos, depura-se na fonte vera e límpida do poema. E todos os trabalhadores, assim como no inverno se assentam os seareiros em volta do tronco de carvalho, que arde e flameja aquecendo e alumiando o lar, reúnem-se em tôrno da epopeia e dela tiram o calor, que é a vida, com o entu-

siasmo que a exalta, com a inspiração, que a embeleza e a torna digna de ser vivida.

Para exemplo do que digo sôbre a influência que está exercendo na Alma de Portugal o génio camoniano, basta vêr no Pavilhão Português a exposição das pratas da Casa Reis, do Pôrto.

O que ali se nos depara, logo à primeira vista, antes mesmo de atentarmos na beleza artística, é a inspiração, como o perfume nos anuncia a flor. Vendo-se aquelas peças várias, que são prodígios de composição, magnificências de cinzeladura, tem-se a impressão duma oficina devota, de artistas místicos, trabalhando religiosamente sôbre um modêlo sagrado, tendo cada um, diante dos olhos, uma estância camoniana e o espírito do Poeta a inflamar-lhes o cérebro como as línguas de fôgo, que baixaram sôbre as cabeças dos Apóstolos, no Cenáculo.

Desde o «Altar da Pátria», pequeno monumento, no qual se reunem, em bloco encimado pela figura da Fé, que foi a precursora de Portugal no século venturoso, tôdas as grandezas da sua História, até à peça menor de baixela ou afeite de toucador; da custódia irradiando em filigranas, essa inimitável tela de ouro em que foram, e são, inexcedíveis os finos lavrantes portugueses, até a rendilhada lâmpada de santuário; dos calvários de pórfiro e marfim, com os seus Cristos meigos, da mais perfeita anatomia, aos vasos mais delicados e revestidos de caprichosos relevos em filigrana, até os tinteiros nos quais se aprumam figuras de heróis da Raça, com os seus atributos, Vasco da Gama e Cabral, devassadores de mundos, é ainda o Herói máximo que conduz a Pátria e a Raça através das tempestades dos séculos, sempre revoltosos, ao som da sua lira eterna e sonorosa, em tudo é visível, sensível a influência criadora do génio camoniano.

Onde, porém, êle se manifesta mais acentuado e flagrante é nas salvas.

São primores que definem a intuïção estética de um povo e atestam a culminação de uma arte, desde a idealização do assunto, com os motivos decorativos, que o exornam, até o mais minucioso pormenor de execução, em tudo perfeita, meticulosa, sem a menor eiva de amolgadura ou encrave ou ressalto do metal abatido ou levantado ao máximo da altura ou da profundidade.

O artista portuense Sr. António Maria Ribeiro, é um dêsses predestinados — porque a arte tem os seus Messias — que aparecem, de tempos a tempos, para fixar a Beleza, e dar carácter a uma era.

O metal trabalhado por tais eleitos torna-se dúctil, maleável, amoldando-se a todos os caprichos, ainda os mais bizarros, que lhes imprime a imaginação. Mas em tais obras primas de argentária, se sobressai a factura, o que as anima é *o génio camoniano* que palpita, latente, nessas flores de prata, enormes e de beleza maravilhosa...

O que imediatamente ocorre a quem, deslumbrado, contempla, qualquer das salvas, seja a da Batalha, grandiosa e de atrevida cinzeladura, ou o prato camoniano, a Vasco da Gama ou a Joanina, são estâncias dos *Lusíadas*.

É o poema que ali se nos mostra, a trechos, transfigurado, com a grandeza dos barões e com o prestígio dos deuses, que transitam pelos cantos como na *Ilíada* pelas rapsódias, uns protegendo, outros hostilizando os portugueses: é a descida. É a comovedora requesta de Venus a Júpiter, no Zodíaco, contrariando, com lágrimas mimosas a violência de Baco: é a descida triunfal do Gama na côrte do Rei de Melinde, é a avançada do Condestável, à frente da Ala dos Namorados, na arrancada de Aljubarrota e, acima de tudo, protectora da forte gente lusitana, levando-os por terras virgens e *mares nunca dantes navegados* à fortuna e à vitória, é o sacratíssimo emblema — a Cruz de Cristo brace-

jando nos panos túmidos das caravelas e dos balsões das mesnadas.

É a arte saindo dos *Lusíadas,* é Portugal renascendo no seu poema nacional, fonte de beleza e de patriotismo (1), onde a Raça se refaz para tôdas as lutas: as da fôrça e as da inteligência, as do braço que moureja, as do coração que sente, as do cérebro que pensa.

Portugal aí está renascido e pujante. E com que ímpeto ressurge a Raça com escudos — como essas salvas, — mais belos do que o de Hércules, forjado por Vulcano, que resistem a todos os comentários e nos quais se embotam todos os dardos da maledicência.

Um povo que apresenta obras tais é um povo em pleno viço, como o da Renascença, que se assinalou pelo cunho artístico dos grandes criadores da Beleza».

*
* *

A mesma levantada orientação dos ourives se inspirarem nos temas épicos e líricos da nossa terra patenteia-se também

---

(1) «A aspiração dos Quinhentistas de, ao celebrar os feitos portugueses, — *imortalizar a alvorada gloriosa da Índia* — executou-a Camões nos *Lusíadas,* que é simultâneamente uma epopeia histórica e uma epopeia marítima, em que palpita a alma oceânica de Portugal.

. . . . . .

Nos *Lusíadas*, ficou representado com mais pureza e fôrça o génio nacional, porque a *esperança,* a confiança heróica, que arrebatava o grande português, no momento supremo, em que idealizava, era a mesma que arrebatava a Nação.

Por isso, instintivamente, nas dolorosas crises, que temos atravessado, tem sido o genial cantor o refúgio para aqueles, em quem o sentimento de Pátria ainda se não extinguiu, para aqueles para quem êle é — o mais intenso símbolo da Nacionalidade». — *Éclogas de Bernardim Ribeiro,* anotadas pelo Dr. Marques Braga, pág. IX.

no portentoso **Relicário de Portugal** (1) obra do senhor An-

---

(1) «É uma sumptuosa urna que o artista denominou *Relicário de Portugal*, admirávelmente lançada em proporções magestosas, e exornada de uma profusa ornamentação simbólica em prata cinzelada, marfim, filigranas e esmaltes.

Nas faces rectangulares do cofre há uma artística cobertura inspirada nas ogivas do claustro real da Batalha, ligadas pelas colunas góticas da Capela do Fundador, e entre as quais estão inseridas as finíssimas janelas, que rodeiam o mesmo claustro. Erguem-se nos quatro ângulos do cofre outras tantas estatuetas em prata, esplendidamente trabalhadas, representando os quatro maiores portugueses entre os que, desde o século XII ao século XVI, constituiram a Nacionalidade portuguesa, defendendo-a pela espada, expandindo-a pela sciência e exalçando-a pela epopeia. São êles: Afonso Henriques, Nuno Álvares Pereira, o Infante D. Henrique e Luís de Camões. As atitudes destas figuras, a sua expressão escultural e a perfeição de cinzel em que se acham acabadas, dão-lhes o mérito de outras tantas obras de arte deliciosas.

O pedestal em que assenta a urna é de uma alta elegância arquitectónica. Acompanha a forma geométrica do cofre, tendo porém aos cantos quatro reintrâncias ornamentais, que correspondem às estatuetas. Aí se vêem, poisando sôbre florões, escudos recurvos com versos camonianos alusivos à índole pessoal de cada uma das figuras; e entre as distâncias que as separam, há quatro painéis cinzelados em prata, representando: o da frente os galeões de Cabral velejando no Tejo; o do lado oposto, a chegada à baía de Guanabara do hidro-avião de Gago Coutinho e Sacadura Cabral; e nos das cabeceiras, respectivamente, o levantamento do primeiro padrão no Brasil e a chegada à Índia de Vasco da Gama.

No friso superior ao entablamento dêstes painéis, nota-se em todos os lados o escudo português antigo, envolto em flámulas, onde se lêem as divisas cavalheirescas dos reis mais ilustres de Portugal: D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II e outros; e na parte inferior, em mármore preto de Cintra, além das legendas camonianas em letra gótica, que se referem aos painéis, avultam os escudetes da tôdas as cidades de Portugal. Quatro elmos emplumados adornam as cantoneiras, e em redor dos envasamentos correm cordas de prata. A peça assenta sôbre quatro leões de bronze, humilhados, que, por sua vez, poisam num for-

tónio Maria Ribeiro, que é um trabalho de emoção e de beleza (1).

Laurindo Costa

---

midável suporte em carvalho do Norte, obra grandiosa de marcenaria, em forma claustral.

Resta-nos falar da tampa da urna e da ornamentação alegórica, que a embeleza.

Esta tampa, em forma abaülada, é uma maravilha de desenho manuelino, relembrando os vitrais monásticos, primorosamente trabalhada a esmaltes embutidos e caprichosas filigranas. Ao alto, duas figuras aladas, representando as Pátrias Portugal e Brasil, elevam religiosamente ao céu um coração filigranado, que uma cruz de oiro sobrepuja. É a consagração mais bela da intimidade dos laços que prendem os povos irmãos, e que sendo já hoje indissolúvel, se tornará sempre mais profunda e afectuosa, fundada no sentimento da Arte, da Beleza e da Raça.

O aspecto total do *Relicário* inspira grandeza, vigor, respeito, admiração, impressionando agradàvelmente os olhos pela linha arquitectural, e encantando o espírito pela profusão harmónica das minúcias. Mede de altura $2^{m},50$, de largura $1^{m},35$, e o seu pêso, incluindo o suporte, é de 300 kg., sendo em prata fina 50 kg.».

O *Relicário de Portugal* honra a Ourivesaria portuguesa do século XX.

(1) Do livro no prelo *As Contrastarias em Portugal*, de Laurindo Costa.

INFLUÊNCIA DA FARMÁCIA NO DESENVOLVIMENTO DA QUÍMICA — A FARMÁCIA EM PORTUGAL (1)

Oração de Sapiência

SENHOR MINISTRO, EX.mo SENHOR REITOR, ILUSTRES E SÁBIOS PROFESSORES, ESPERANÇOSA MOCIDADE ACADÉMICA, MINHAS SENHORAS, MEUS SENHORES:

Por deliberação judiciosa do Senado Universitário, foi resolvido que a inauguração dos trabalhos escolares se faça solenemente no dia 1.º de Dezembro, embora de facto esses trabalhos estejam decorrendo, celebrando-se assim a abertura solene da Universidade, e comemorando-se ao mesmo tempo uma das datas mais gloriosas da História da nossa Pátria.



PROF. JOSÉ CIPRIANO RODRIGUES DENIS

Mantendo a velha tra-

(1) Oração de Sapiência proferida na sessão solene de abertura da Universidade, realizada na Sala dos Capelos no dia 1 de Dezembro de 1925, com a assistência do Ex.mo Ministro da Instrução, Sr. Dr. João Camoêsas e do Ex.mo Reitor, Sr. Dr. Henrique de Vilhena.

dição da nossa gloriosa e secular Universidade, determina o seu Estatuto que na sessão solene de abertura se faça a recitação da Oração de Sapiência por um dos professores das Faculdades Universitárias. Estas, pela sua ordem hierárquica, se vão desempenhando daquela missão, escolhendo os respectivos conselhos o professor que, como soldado disciplinado, aceita o encargo, procurando desempenhá-lo o melhor que as suas aptidões lho permitem.

Este ano tem pela primeira vez a Faculdade de Farmácia, a Faculdade de criação mais recente, a subida honra de cumprir esta missão, e quis o conselho confiá-la àquele dos seus professores mais desprovidos de recursos para bem a desempenhar.

Evocando a recordação saüdosa do Passado, nós vemos ante o nosso espírito as figuras de muitas individualidades eminentes que honraram estes doutorais, que enriqueceram esta Sala Veneranda com os fulgores da sua eloqüência, e que, ao serviço da Universidade, puzeram o seu talento e os dotes da sua inteligência.

Hoje, vemos ainda que os mesmos doutorais são honrados por professores que procuram igualmente levantar bem alto o prestígio da velha Universidade, como o douto e sábio mestre Doutor Júlio Henriques, cuja reputação scientífica é mundialmente conhecida; o professor Doutor Costa Lobo, que, com esfôrço titânico, consegue a realização do Congresso para o avanço das Sciências, que deixou maravilhados portugueses e estrangeiros e constituiu uma aura de glória para a nossa Universidade; a obra grandiosa e gigantesca do professor Doutor Mendes dos Remédios com a criação dos cursos de férias, cujo êxito excedeu tôda a expectativa e contribuíu imenso para a propaganda da nossa Universidade e do nosso país. E, é a dentro dêste velho Instituto Scientífico, por vezes tão mal apreciado e alcunhado de reacionário e retrógrado, que se realizam obras de tão grande valor

social e patriótico, de que só resulta o engrandecimento do nome português!

A par de individualidades de tão grande destaque intelectual, mais falhos de recursos nos sentimos para bem levar a cabo o honroso mandato que o dever impõe, ao qual não podemos emprestar os dotes de inteligência que nos falta, nem o brilho da palavra que a solenidade do acto exige.

SENHOR MINISTRO, EX.mo SENHOR REITOR, ILUSTRES E SÁBIOS PROFESSORES, ESPERANÇOSA MOCIDADE ACADÉMICA, MINHAS SENHORAS, MEUS SENHORES:

Desde os tempos mais remotos que a Farmácia era considerada como um dos ramos da arte médica, conservando-se até muito tarde em manifesto grau de inferioridade, sôbretudo pela instrução deficiente e pela natureza complexa das suas atribuïções. O boticário era confundido com o hervanário e o especieiro, da mesma forma que se não distinguia o cirurgião do barbeiro.

Durante muitos séculos a Farmácia se conservou na mais lamentável obscuridade, o que de resto succdia com tôdas as profissões liberais, sujeitas como estavam ao domínio da ignorância e de todos os erros da idade média. Era enorme a confusão nos diversos ramos da arte de curar, pelas questões infindas que se debatiam entre os sábios e em que desempenhavam papel preponderante a Escolástica, a Astrologia e a Alquimia, embora no fundo essas questões assentassem antes no orgulho e na ambição do que no interêsse da sciência e dos doentes. Os boticários procuravam reagir contra a ignorância e libertar-se do jugo que os oprimia, de forma a dar uma orientação definida à arte farmacêutica; mas, a prática profissional continuava ainda vaga e indefinida pelos misteres diversos exercidos pelos boticários, que

ao mesmo tempo eram cerieiros, hervanários, especieiros e confeiteiros. Isto justificava até certo ponto a arrogância dos doutores que procuravam sempre deprimir e humilhar a arte farmacêutica, de que jámais a arte médica poderia separar-se, e dava lugar ao desdém e rídiculo do público, que foi aproveitado até nossos dias por poetas, dramaturgos e romancistas, que, sem escrúpulo algum, retratavam o farmacêutico de maneira sempre deprimente.

Não tem razão alguma de ser êste desdém inepto e irreflectido; nada mais revela do que a injustiça e ingratidão para com uma classe modesta, que só procura ser útil e benemérita, pois a ela deve a humanidade a descoberta e conhecimento de muitas drogas utilizadas no tratamento das doenças.

Não se compreende mesmo que sejam alvo de insinuações desprimorosas certas profissões, fundadas em elevados conhecimentos scientíficos e numa prática hábil e inteligente; profissões que constituem intermediários valiosos entre a especulação e a prática, entre a teoria e a aplicação, que continuamente alargam o campo das investigações, das experiências e das descobertas.

Por outro lado, jámais devemos esquecer que muitos homens que se destacaram no mundo scientífico, saíram das profissões mais humildes e obscuras, e, dentre muitos, podemo-nos referir ao humilde oleiro que foi Bernard de Palissy, ao modesto encadernador que foi Wenzel, ao obscuro farmacêutico que foi Scheele.

Nos fins do século XVII e princípios do século XVIII, alguns farmacêuticos de cultura intelectual superior, como Charas, Lémery, Geoffroy, Kunckel, Rouelle e tantos outros, baseados no progresso dos conhecimentos scientíficos reformaram por completo a farmácia prática. Durante o século XVIII muitos outros farmacêuticos, trabalhadores e inteligentes, se tornaram homens de sciência, que ocuparam as

situações mais elevadas, e que a história não separou dos químicos e dos naturalistas mais ilustres.

Dentre estes sábios podemos contar Scheele, Bayen, Fourcroy, Parmentier, Caventou, Vauquelin, e muitos outros, que deram grande brilho à profissão com que iniciaram os seus estudos.

Foi devido à sua acção que nos fins do século XVIII foi separada em França a Farmácia da especiaria, banida a denominação de Mestre Boticário, que já se não usa em nação alguma da Europa, e substituída pela de Farmacêutico, que se tornou de uso corrente.

A Farmácia começou então a ter uma compreensão mais nítida dos seus fins, dos seus deveres e da sua importância, e a empregar todos os esforços para se elevar ao nível das sciências que lhe servem de base, e para se manter á frente dos progressos e aperfeiçoamentos scientíficos. Continua a dignificar-se pelo trabalho e inteligência de farmacêuticos, que, até nossos dias, pela sua cultura e pelo seu estudo, contribuem para enriquecer a sciência. A Farmácia, é, pois, uma profissão digna e útil, de elevada importância social, e da mais alta benemerência para a Humanidade.

*
* *

Não há sciência alguma que não tenha a sua história, reveladora quási sempre de energias intelectuais, que não raras vezes nos causam admiração e espanto, se atendermos à deficiência dos meios de observação em épocas passadas. Diz o grande químico Ostwald: «Não há meio mais eficaz de reavivar e profundar o estudo de uma sciência, do que penetrar o seu passado histórico». Ponderando êste admirável conceito, com o fim de alcançarmos o nosso objectivo — *mostrar a acção da Farmácia no desenvolvimento da*

Química —, nos propuzemos desvendar, ainda que simples e resumidamente, o passado histórico daquela sciência.

*
* *

A origem da Farmácia confunde-se com as origens da Química. Limitada a princípio à aplicação isolada de alguns vegetais a um pequeno número de doenças, confundida com a Medicina, e concentrada, como a arte química nas mãos dos sacerdotes, esta Sciência deve ter-se desenvolvido em silêncio antes que por qualquer forma se pudesse ter revelado a sua existência.

De todos os povos antigos foram sem dúvida os Egípcios que melhor conheceram várias indústrias químicas, e a êles se atribui a preparação de agentes conservadores obtidos por distilação da madeira. Foram os primeiros que estabeleceram uma certa relação entre a arte química e a Farmácia, começando a usar de verdadeiros preparados químicos como medicamentos. Muito antes da nossa era se usavam diversos compostos metálicos como medicamentos, e numerosas receitas deixadas por aqueles povos mostram conhecimentos exactos sôbre várias substâncias inorgânicas, vegetais e animais.

Causam uma certa admiração estes conhecimentos dos antigos, atendendo ao espírito da época.

O emprêgo quási exclusivo da especulação, o exame mais que superficial das substâncias e dos fenómenos da natureza, deram lugar à formação de opiniões insustentáveis, as mais erróneas, que, consideradas como de fonte autorizada, vieram atravessando os séculos como verdadeiros dogmas.

*
* *

Assim aconteceu com os fantásticos problemas da Alquimía, que durante séculos seguidos obcecaram os espíritos mais esclarecidos, como que paralizando a actividade scientífica, pois os sábios preocupavam-se ùnicamente com a sonhada transmutação dos metais.

No século XVI já se tinham difundido pela Europa os conhecimentos scientificos que os árabes haviam trazido do Egipto para Espanha e Itália, principalmente, onde além de diversas academias, tinham também estabelecido Farmácias com as condições e regulamentos das Farmácias arábicas.

Desta forma se divulgaram muitos preparados químicos, já usados como Medicinas; e isto contribuíu para que Teofrasto Paracelso (1493-1541), homem raro e original que viveu no século XVI, baseado na experiência, cuja prática êle considerava como a luz da natureza, estabelecesse os princípios da sua doutrina iatro-química, pela qual a Química não tinha outro fim senão a descoberta e preparação das medicinas.

As doutrinas de Paracelso, que tiveram grande voga nos séculos XVI e XVII, produziram uma verdadeira revolução na Farmácia, contribuindo imenso para o seu desenvolvimento, e levando-a a um período florescente. De facto, as Farmácias até então não eram mais do que depósitos de raízes, hervas, xaropes e confeitos de vária espécie; mas, começando os médicos a usar em larga escala os preparados químicos com o fim de curar, os farmacêuticos viram-se obrigados a adquirir o necessário conhecimento dos factos e processos químicos, podendo dizer-se que neste período teve início o estudo da Química Farmacêutica, sendo por alguns apontado como seu criador o sábio iatro-químico, Van Hel-

mont (1577-1644), que chegou a entrever o princípio da conservação da matéria.

O conhecimento dos fenómenos químicos alargava-se consideràvelmente, o número dos compostos aumentava de uma maneira constante, e não havia laboratórios, tão preconizados por Libavius (1560-1616), onde se fizesse o ensino experimental. Era então nas farmácias que se fazia êsse ensino, e já no século XVII elas constituíam escolas, onde químicos activos e inteligentes receberam a sua ilustração e cultura scientífica. A Química e a Farmácia foram enriquecidas com a descoberta e a preparação de grande quantidade de corpos, sobretudo inorgânicos, a que foram atribuídas propriedades terapêuticas, e com o estudo e aperfeiçoamento dos processos de preparação de muitos já conhecidos, como os compostos de antimónio e de mercúrio, largamente preconizados por Paracelso. Neste período foram estabelecidos princípios e conceitos importantes para melhor orientação e desenvolvimento das sciências médica e química, não contribuindo pouco com a sua larga experiência o último iatro químico célebre Otto Tachenius (segunda metade do século XVII), farmacêutico e médico, que deixou notáveis observações sôbre a constituïção dos corpos, o conceito de sal e ainda sôbre análise qualitativa e quantitativa.

*
* *

O fim do século XVII marca o início de uma nova era de explendor para a Farmácia, durante a qual são grandiosos os trabalhos realizados por verdadeiros sábios, entre os quais se contam muitos farmacêuticos, que contribuíram imenso para determinar uma grande revolução na sciência química.

As doutrinas iatro-químicas começaram a decair, a Quí-

mica, além da preparação dos medicamentos, começou a estudar factos novos colhidos pela indução, pela observação livre da natureza, com o fim de chegar ao conhecimento exacto da verdade.

As sociedades scientíficas que se fundaram nos fins do século XVII e primeira metade do século XVIII, estabelecendo relações entre os sábios dos diversos países, contribuíram poderosamente para o desenvolvimento da Química.

A-pesar-do domínio que nos espíritos mais cultos exerciam as erróneas ideas flogísticas de Stahl, notava-se grande interêsse por tôdas as questões scientíficas, sendo êste período fértil em descobertas e em estudos importantes sôbre diversos problemas, como o da combustão.

Procurava-se estabelecer uma certa precisão nos fenómenos químicos, aos quais, todavia, os sábios, obcecados pela teoria do flogisto, davam uma interpretação menos verdadeira.

O método experimental levou a Química a um grande desenvolvimento, alargando-se os meios de observação dos processos químicos e das propriedades das substâncias, já pelo aperfeiçoamento de alguns aparelhos, já pelo emprêgo de métodos físicos de investigação.

Esta sciência, atingindo o seu verdadeiro fim, o estudo da composição dos corpos e a determinação dos seus componentes, assume um carácter de independência, afasta-se da medicina e da farmácia, das quais se torna sciência subsidiária indispensável.

Esta obra imensa é devida à actividade e inteligência de muitos químicos ilustres, entre os quais figuram os nomes de muitos farmacêuticos que nas suas farmácias fundaram cursos de química, onde sábios de tôda a parte iam colher novos conhecimentos daquela sciência.

*
* *

Foi Lavoisier (1743-1794), possuïdor de uma sólida educação scientífica, e dotado de uma inteligência viva e esclarecida, que não se subordinando a preconceitos, procurou a explicação exacta dos factos observados.

Possuindo a admirável qualidade de tirar sempre consequências seguras dos fenómenos que êle e outros sábios descobriam, repetiu experiências já feitas, fez outras de novo e, servindo-se da balança como instrumento indispensável, conseguiu estabelecer conclusões justas, a que os seus antecessores e contemporâneos nunca tinham chegado.

Deu ideas precisas e claras sôbre os fenómenos da combustão, da respiração e da calcinação, estabeleceu o princípio inicial da conservação da matéria, fixou a verdadeira constituïção dos sais, e assim concorreu para uma remodelação completa da Química, que, no último quartel do século XVIII começou a assentar em bases estruturalmente scientificas. Como que, para compensar o larguíssimo período em que tôdas as sciências, pode dizer-se, jazeram na obscuridade, é assombroso o desenvolvimento que a Química teve desde Lavoisier! Em meio século, apenas, ela avançou como nenhuma sciência o conseguiu durante muitos séculos seguidos!

Nos fins do século XVIII e primeira metade do século XIX é extraordinária a actividade em todos os ramos da Química; muitos sábios, de grande perspicácia e tenacidade, trabalham nos seus laboratórios, ensinando e difundindo os resultados das suas investigações.

É ainda a classe farmacêutica que no período anti-flogístico presta o seu concurso para o desenvolvimento extraordinário da Química. Muitos farmacêuticos ilustres, verdadeiros sábios, a ela têm sacrificado o melhor da sua inteligência, do seu trabalho e até da sua vida.

A grande maioria dos nomes que a cada passo encontramos nos livros de Química geral e aplicada, como Bayen, Proust, Berzelius, Liebig, Dumas, pertence a farmacêuticos, ou a sábios que iniciaram os seus estudos em Farmácia. Muitos dêles, como alguns dos seus mestres do período flogístico, faziam das suas Farmácias laboratórios de ensino, verdadeiras escolas livres, largamente freqüentadas; outros exerciam a sua actividade na direcção de farmácias hospitalares; outros ainda, farmacêuticos militares, dirigiam serviços em que podiam entregar-se a pesquizas laboratoriais.

Alguns têm honrado diversas Escolas e Faculdades de Medicina e de Sciências, sendo elevado o número dos que têm contribuído para o engrandecimento da Escola Superior de Farmácia de Paris, hoje Faculdade, e de algumas outras. Impossível se torna, nos limites estreitos dêste trabalho, dar um esbôço de tôda a obra scientífica dêste período realizada por farmacêuticos.

De entre muitos destacaremos Robiquet, Soubeiran, Vauquelin, Pelletier, Caventou e tantos outros, que se dedicaram ao estudo químico das drogas medicamentosas, sobretudo de origem vegetal, extraindo-lhes os seus princípios activos no estado puro e cristalizado. Foram desta maneira os criadores da análise orgânica imediata, de que tinha sido precursor o notável médico e químico português, Dr. Bernardino António Gomes, com a descoberta da *cinchonina,* em 1812.

A terapêutica foi assim enriquecida com novas ideas e novos medicamentos, como a teoria da produção da essência de amêndoas amargas e da essência de mostarda, devida a Robiquet e Boutron; o clorofórmio, descoberto por Soubeiran; a codeína por Robiquet; a estricnina, a brucina, a cafeína, a quinina, por Pelletier e Caventou. Estes dois sábios descreveram e divulgaram o processo de extracção dos alcaloides, tendo sido duas figuras proeminentes na sciência, que ilustraram a sua profissão tanto pela grandeza das suas

descobertas como pelo desinterêsse e abnegação que sempre manifestaram.

A grande família farmacêutica perpetuou as qualidades brilhantes dêstes eminentes sábios, erigindo-lhes um monumento em que foi inscrito o maior elogio que se lhes podia prestar: «A PELLETIER E CAVENTOU, BEMFEITORES DA HUMANIDADE».

A Farmácia, que em seu seio teve homens célebres, que deram os primeiros passos para a renovação das sciências experimentais, que desfizeram os sonhos da Alquimia e prepararam a transformação da Química, tem orgulhosamente o direito de reivindicar para si a honra de ter sido o berço de diversas sciências e muito especialmente da Química.

A Farmácia e a Química têm relações tão íntimas e indissolúveis que, desde a origem, as vemos confundidas no mesmo ensino. Desde todos os tempos muitos corpos químicos constituíam as medicinas, e ainda durante o século XIX, são farmacêuticos de grande saber aliado a grande ilustração e cultura, que enriquecem os diversos ramos da Química com preciosas descobertas. Foram êles os criadores da análise orgânica imediata, eriçada de tôdas as dificuldades que só uma elevada competência e uma persistência tenaz nas diversas e delicadas experiências, podiam remover.

A terapêutica foi enriquecida com numerosos princípios activos, alguns de efeitos seguros, que em muitos casos podem substituir a droga original.

Na história da Farmácia, pois, deve frizar-se com orgulho e com grande honra o facto brilhante, que só por si seria suficiente para levantar bem alto o nome desta sciência, tantas vezes esquecida e mal apreciada — *A influência decisiva que teve na criação e desenvolvimento da Química* — sendo sempre oportuno recordar as belas palavras de Dumas, quando põe em relêvo a dignidade da profissão e os serviços por ela prestados à Sciência e à Humanidade: — foi a Farmácia que

criou e perpetuou o ensino da química, que lhe criou os métodos experimentais e os primeiros aparelhos, que lhe deu grande desenvolvimento com os trabalhos de Scheele, Vauquelin, Davy, Pelletier e Robiquet, e que teve a honra insigne de dar a Lavoisier as primeiras lições, bem como, podemos nós acrescentar, ao grande sábio que foi Pasteur.

A Farmácia em Portugal

SENHOR MINISTRO, EX.mo SENHOR REITOR, ILUSTRES E SÁBIOS PROFESSORES, ESPERANÇOSA MOCIDADE ACADÉMICA, MINHAS SENHORAS, MEUS SENHORES:

A Farmácia portuguesa apresenta na sua história homens inteligentes, activos e dedicados que têm empenhado todos os seus esforços no desenvolvimento e progresso da sciência farmacêutica. Assim, foi em laboratórios farmacêuticos que no século XVIII começou a ser cultivada a Química em Portugal, com a divulgação dos conhecimentos de Lémery. Mas, só depois da criação do Laboratório Químico na Universidade, onde professou o sábio italiano Dr. Domingos Vandelli, da Universidade de Pádua, é que aquela sciência principiou a ter mais desenvolvimento entre nós, sobretudo no século XIX.

A ela prestaram grande culto dois farmacêuticos portugueses, que muito nobilitaram os seus diplomas: Joaquim dos Santos e Silva (1842-1906), chefe dos trabalhos práticos do Laboratório Químico e professor de Química Toxicológica na Escola de Farmácia, que, tendo praticado nos laboratórios de Wöhler em Göttingen e de Kékulé em Bonn, cultivou os diversos ramos da Química aplicada, fazendo estudos importantes sôbre Hidrologia Mineral e Toxicologia, sôbre as quinas portuguesas de S. Tomé, tendo sido o

primeiro que em Portugal escreveu sôbre análise qualitativa; e Roberto Duarte Silva (1837-1889), que, depois de exercer a sua profissão em Macau e Hong-Kong, foi para Paris, onde se notabilizou na sciência química, a ponto de, a-pesar-de estrangeiro, ser nomeado professsor em diversas escolas de aplicação, como a Escola Central das Artes e Manufacturas e a Escola Municipal de Física e Química, tendo sido colaborador do eminente sábio e seu dedicado amigo Ch. Friedel.

Alguns químicos do meio scientífico português, a-pesar-de não terem diploma de farmacêuticos, prestaram à Farmácia valiosíssimos serviços, quer pugnando pela sua elevação e desenvolvimento, quer ilustrando os farmacêuticos na sciência química.

E entre estes, podemos citar:

a) Dr. Tomé Rodrigues Sobral, que se doutorou em 1783, falecendo em 1829, e a quem Balbi denominou o Chaptal e o Lavoisier dos portugueses. Foi o primeiro professor português do Laboratório Químico, onde sucedeu a Vandelli, tornando-se notável pelos seus inúmeros e valiosos trabalhos, e ainda pelas elevadas qualidades de abnegação e patriotismo que revelou durante a invasão francesa, transformando o laboratório numa verdadeira fábrica de munições de guerra;

b) Dr. Bernardino António Gomes (1768-1823), médico e professor de Farmacologia na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, o precursor da análise orgânica imediata, com os seus notáveis trabalhos sôbre as quinas;

c) Mousinho de Albuquerque (1792-1846), discípulo de Vauquelin, notável pelas brilhantes lições de Química no Laboratório da Casa da Moeda, que por assim dizer, constituíram o início da ilustração química para o farmacêutico.

São de nossos dias o professor Dr. Ferreira da Silva, que

deixou uma obra vastíssima em todos os ramos da Química e que à Farmácia prestou os serviços da sua valiosa colaboração, não deixando nunca de manifestar o seu muito apreço pela classe farmacêutica; os saüdosos professores Drs. Sousa Gomes e Álvaro Basto que iniciaram muitos alunos farmacêuticos no estudo da Química, e que à nossa Faculdade prestaram os honrosos serviços da sua colaboração e do muito interêsse que ela lhes merecia.

Por último não devemos esquecer a influência salutar que nos últimos anos do século XIX e principio do actual, exerceu na ilustração química de muitos médicos e farmacêuticos, o notável químico, Mr. Charles Lepierre, hoje distinto professor no Instituto Superior Técnico.

É desconhecida a história da Farmácia Portuguesa nos primeiros tempos da Monarquia. No entretanto, por diversas leis e regimentos estabelecidos durante os reinados de D. Afonso V, D. Manuel e D. Sebastião, sabe-se que nos séculos XV e XVI as municipalidades exerciam tutela, por vezes rigorosa sôbre os farmacêuticos.

A farmácia arábica predominou entre nós até aos fins do século XVII, começando a decair com a abolição do latim no receituário português (1656), sendo seguidos os textos árabes, especialmente o de Mesüe, considerado o evangelista dos farmacêuticos.

O ensino da Farmácia em Portugal data da primeira metade do século XVI, em que foi passada por D. Manuel, em 1515, a primeira carta de farmacêutico a Diogo Velho, e em 1521 dado pelo mesmo monarca o regimento ao seu físico-mor, Dr. Mestre Afonso, ordenando que os boticários fôssem examinados.

Nesta época tinha a Farmácia Portuguesa elementos de ilustração e prosperidade, sendo pródigos os governos em prover à educação scientífica dos boticários e seus praticantes.

D. Sebastião, em 1568, determinou que na Universidade houvesse partidos para um certo número de estudantes cristãos velhos que estudassem Medicina e Cirurgia, e ainda para os da *Faculdade de Botica,* sendo restaurado e reformado o respectivo regimento dos médicos e boticários cristãos velhos por Filipe I em 1585 e Filipe II em 1604 e 1618, concedendo estes monarcas nos seus alvarás diversos privilégios aos boticários partidistas, formados na respectiva faculdade.

Em 1608, tirada à Fisicatura a liberdade de consentir o exercício da Medicina a indivíduos não graduados pela Universidade, começou o físico-mor a facilitar e simplificar tanto os exames para boticário que, no tempo de D. João V, encarregava os seus delegados de realizar esses exames nas diversas localidades do reino.

A forma irregular e nada escrupulosa como a Fisicatura formava boticários, determinou a decadência da instrução farmacêutica, e conseqüentemente o desprestígio da classe, ao contrário do que, ao tempo, sucedia em outros países.

Nos princípios do século XVIII ainda eram desconhecidos entre nós os estudos de Química, o que levou João Vigier a introduzir na sua Farmacopeia Olyssiponense (1716), os preceitos daquela sciência, ensinados por Lémery. Mas, a-pesar disso, a instrução dos farmacêuticos portugueses continuou a decair por tal forma, que acabaria mesmo por desaparecer, se não fôsse a influência benéfica exercida pelos mosteiros. De facto, havia em muitos conventos boticas regidas por farmacêuticos religiosos professos, de instrução superior, providas dos melhores e mais aperfeiçoados utensílios e aparelhos, e ainda dos melhores livros que se publicavam no estrangeiro. Estas farmácias constituíram até muito tarde verdadeiras escolas, onde se formaram farmacêuticos hábeis e instruídos, sendo a maior parte das obras sôbre Farmácia publicadas no século XVIII, como as de D. Caetano de Santo António, D. An-

tónio dos Mártires e muitas outras, devidas a antigos administradores de boticas conventuais.

No reinado de D. José, em 1772, o grande estadista Marquês de Pombal, nos Estatutos com que dotou a Universidade, reformou os estudos farmacêuticos, estabelecendo uma Escola de Farmácia, o que contribuíu para elevar um pouco a instrução do farmacêutico.

Criados o Laboratório Químico na Faculdade de Filosofia e o Dispensatório Farmacêutico, junto ao Hospital, os alunos só podiam requerer exame ao fim de dois anos de prática naquele Laboratório e outros dois no Dispensatório, sendo estabelecidos partidos com algumas regalias para os estudantes farmacêuticos.

Todavia, a reforma não trouxe para a Farmácia as vantagens que era de esperar: a falta de instrução preparatória, de uma Farmacopeia legal, e ainda o predomínio da Fsicatura, que continuava a fazer exames sem habilitações algumas, deu lugar a que o ensino farmacêutico fôsse decaindo, tornando-se por êsse facto, excessivo o número de pseudo-farmacêuticos.

Alguns farmacêuticos, porém, procuravam ilustrar-se e, os da capital, tiveram ensejo de o fazer freqüentando de 1823 a 1827 os cursos brilhantes de Física e Química professados na Casa da Moeda por Mousinho de Albuquerque; mas, foi pouco duradouro, infelizmente, êste início de ilustração scientífica da classe farmacêutica.

Os mais estudiosos recorriam ao auxílio de livros diversos, como o compêndio de Física e Química de Mousinho; as obras de Brotero; a *Flora Farmacêutica e Alimentar* de Jerónimo José de Melo; a *Farmacopeia Lusitana* (1704) de D. Caetano de Santo António, primeira obra sôbre Farmácia, escrita em português; a *Farmacopeia Olyssiponense* (1716) de João Vigier, primeiro livro português em que se estuda Química; a *Farmacopeia Tubalense*, de Manuel

Rodrigues Coelho, e poucos mais, que constituíam o subsídio de então para a instrução farmacêutica.

Um facto importante na históra da Farmácia nos últimos tempos, foi a fundação da Sociedade Farmacêutica Lusitana, em 24 de Julho de 1835, constituindo uma fôrça importante para se opor aos actos de prepotência da Fisicatura, e para levantar a classe a um nível intelectual e moral que a prestigiasse e equiparasse a outras profissões liberais mais consideradas.

Desde a sua fundação tem sido a sua ideia predilecta e persistente — a instrução do farmacêutico — que tem sempre advogado com carinho e dedicação. Nos fins de 1836 sobe ao poder Passos Manuel que, propondo-se reformar a instrução, começa por satisfazer os desejos da classe farmacêutica, suspendendo os exames feitos pelo físico-mor e seus delegados.

Nos decretos de 5 e 29 de Dezembro de 1836, estabelece disposições importantes no que respeita ao ensino farmacêutico: no primeiro, obrigando os alunos que queiram ser admitidos a exame final, segundo o Estatuto Universitário, a apresentar certidões de freqüência nas aulas de Zoologia, Botânica, Física e Mineralogia.

Pelo segundo, são criadas Escolas de Farmácia, anexas às Escolas Médico-Cirúrgicas, compreendendo cursos teóricos de — Botânica, História Natural dos Medicamentos, Química e Farmácia — e curso prático, consistindo no exercício das operações farmacêuticas por espaço de dois anos no Dispensatório Farmacêutico da Escola.

Obriga os alunos a quási todo o curso dos Liceus, aos exames de Química e Botânica, depois do que se matriculam na aula de Matéria Médica e Farmácia no Dispensatório Farmacêutico, que freqüentam durante dois anos, ao fim dos quais fazem o seu exame de harmonia com o Estatuto Universitário. Este decreto facilita ainda o diploma de Farma-

cêutico aos aspirantes que, não cursando as Escolas, são submetidos a exame vago, com um certificado de 8 anos de prática ao qual, por decreto de 12 de Agôsto de 1854, deviam juntar certidões dos exames de instrução primária, francês ou inglês, arimética e geometria, física, química e introdução à história natural dos três reinos.

Esta reforma, estabelecia assim dois graus de ensino, a que correspondiam duas categorias de farmacêuticos, os quais na prática tinham todavia os mesmos direitos e regalias, motivo porque era bastante reduzida a freqüência das Escolas.

*
* *

São dignas de honrosas referências algumas publicações de interêsse scientífico e moral para a classe, dentre as quais sobresai o *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*, que, desde a sua origem em 1835, tem mantido a sua feição de sempre: a elevação da classe tanto sob o ponto de vista moral como scientífico.

Com o fim de ilustrar e engrandecer a classe, aparecem também publicações de iniciativa particular, como — *Os Elementos de Farmácia Teórica e Prática* (1859-1860), de Xavier Cordeiro, Administrador do Dispensatório Farmacêutico, livro ainda digno de ser consultado.

No entanto, é manifesto o desiquilíbrio na instrução das profissões médicas; ao passo que a Medicina e a Cirurgia têm uma instrução elevada e progressiva, a da Farmácia é nula ou quási nula.

A Sociedade Farmacéutica Lusitana continua a pugnar com insistência pelo ensino regular da Farmácia, até que em 19 de Julho de 1902 o grande estadista que foi Hintze Ribeiro, publicou a lei que reformou êste ensino, pela qual foram criadas três Escolas de Farmácia anexas respectiva-

mente à Faculdade de Medicina e às Escolas Médico Cirúrgicas.

Estas Escolas eram constituídas por quatro cadeiras, História Natural das Drogas, Química Farmacêutica, Farmacotecnia e Química Toxicológica, e dois Laboratórios, não havendo instalações para o seu funcionamento. A Escola de Coimbra foi acolhida pela Faculdade de Filosofia, pondo os Directores do Jardim Botánico e Laboratório Químico, Srs. Dr. Júlio Henriques e Dr. Sousa Gomes, à sua disposição algumas dependências, onde foram instalados os respectivos serviços. Por tal motivo perdura na nossa Faculdade o preito do mais profundo reconhecimento e gratidão para com a antiga Faculdade de Filosofia, hoje Faculdade de Sciências, e para com aqueles professores, que tanto honraram e ilustraram a nossa Escola, com o seu ensino útil e proficiente.

A freqüência dos alunos ordinários foi diminuta, o que bem se compreende se atendermos ao largo período transitório durante o qual se diplomaram muitas centenas de farmacêuticos pelo regimen anterior, e à falta de uma reforma acertada de exercício profissional.

Alguns farmacêuticos vieram ilustrar-se nas novas Escolas, e foi grande a freqüência de praticantes, cuja matrícula era facultada pela lei, tendo alguns mostrado na vida prática, os benefícios produzidos pela reforma.

Esta conquista da classe marcou um avanço e não pequeno no ensino da Farmácia em Portugal, se bem que ficasse ainda longe do superior desenvolvimento que tinha em nações estrangeiras.

Eram grandes os progressos em todos os ramos da actividade scientífica; o desenvolvimento da Química dos medicamentos modificava e alargava consideràvelmente os domínios da Farmácia, mas, o quadro restrito do ensino não podia abranger o estudo correspondente ao prodigioso avanço da sciência.

Em 1910, após a proclamação da República, veiu a esperança de que a instrução, base do progresso dos povos, iria ser tratada com um critério justo e são, de forma a poder contribuir para o levantamento da Pátria.

Na verdade, torrentes de luz irradiaram do Govêrno provisório da República e dos que se lhe seguiram. A instrução portuguesa foi consideràvelmente melhorada, tanto sob o ponto de vista pedagógico, como material: foram remodelados e ampliados os quadros das diversas Faculdades e Escolas, alargadas as diversas instalações e criados novos laboratórios e gabinetes. O ensino da Farmácia experimentou a mesma influência benéfica e salutar. Por decreto de 26 de Maio de 1911, o Governo provisório da República ampliou o reduzido quadro da reforma de 1902 com a criação dos cursos de Criptogamia, Hidrologia, Zoologia, Física, Análises bio-químicas e Bacteriologia, alguns laboratórios e um horto botânico, satisfazendo assim em grande parte as aspirações da classe farmacêutica, que bem manifestou o seu reconhecimento para com os poderes públicos, pelo interêsse dispensado ao ensino.

Em princípio de 1912, sendo Reitor o ilustre Professor Sr. Dr. Mendes dos Remédios, a quem a Escola ficou sempre grata pelos altos serviços que lhe prestou, foi cedida a velha e desmantelada Casa dos Melos para a sua instalação. Transformada quási ùnicamente à custa das magras dotações dos laboratórios e biblioteca, em 14 de Janeiro de 1915, faz-se a sessão inaugural dos serviços escolares no novo edifício, sob a presidência do Reitor, o saüdoso professor Dr. Guilherme Moreira, cujo nome ficou igualmente assinalado na história da nossa Escola.

A grande guerra determinou uma diminuïção considerável na actividade intelectual, como que, paralizando as rasgadas iniciativas dos primeiros anos da República.

No entretanto, em 1918, sendo Presidente da República

Sidónio Pais, antigo Professor desta Universidade, uma aura de luz se derramou sôbre a instrução portuguesa.

Em 14 de Julho foi outorgado um novo Estatuto às Universidades, pelo qual todos os ramos de ensino são altamente beneficiados. O ensino farmacêutico é mais uma vez melhorado com o desdobramento de algumas cadeiras, a que correspondeu o aumento do número de professores e de assistentes, sendo os alunos obrigados novamente, como pela reforma de 1902, ao curso complementar de sciências dos Liceus.

As Escolas Superiores de Farmácia ficam assim com uma organização correspondente às das diversas Escolas e Faculdades estrangeiras. E, com o grau de Licenciado obtido em 29 de Abril de 1919, para a sua conversão em Faculdades, nada mais foi preciso do que a sua mudança de título, o que se realizou por decreto de 13 de Janeiro de 1921. Desta forma conquistou a classe farmacêutica a sua legítima e suprema aspiração.

*

* *

O ensino na nossa Faculdade é feito duma maneira livre e progressiva, colocando o merecimento acima de preocupações mesquinhas e acanhadas. Assim, são convidados a colaborar connosco professsores competentes, que vêem honrar e dignificar o ensino farmacêutico: a Química Biológica, foi primeiro ensinada com toda a proficiência pelo saüdoso professor da Faculdade de Medicina Dr. Nogueira Lobo.

A Bacteriologia está a cargo do distinto professor da Faculdade de Medicina, Sr. Dr. Luís Pereira da Costa, que nos dá a honra da sua proficiente e sábia colaboração; a Farmácia Química Orgânica foi professada pelo saüdoso mestre que foi o Dr. Álvaro Basto, cuja perda enorme ainda hoje lamentamos, que com tanto brilho honrou a nossa Fa-

culdade, onde tão jubilosamente fôra recebido como professor ordinário. Pela organização do nosso ensino alguns professores da Faculdade de Sciências prestam-nos a sua valiosa colaboração, ministrando o ensino aos nossos alunos na sua Faculdade e organizando connosco os respectivos júris de exames.

A freqüência escolar aumenta de ano para ano, não sendo poucos os alunos licenciados na Faculdade de Sciências, ou seguindo a carreira militar, que à nossa Faculdade vêem adquirir os respectivos diplomas.

A organização actual do ensino farmacêutico, salvo pequenas modificações, satisfaz plenamente às exigências da sciência moderna. A Farmácia alarga o âmbito do seu labor profissional além dos limites estreitos do conteúdo das farmacopeias. O farmacêutico tem um campo de acção mais vasto do que o do simples estudo analítico dos medicamentos. A terapêutica, como de resto todos os ramos das sciências médicas, tem progredido extraordinàriamente. O ensino farmacêutico vai acompanhando sempre o desenvolvimento da sciência, de modo que o farmacêutico adquire a instrução precisa, para constituir um auxiliar necessário e útil ao médico no exercício da sua profissão.

Os conhecimentos scientíficos do médico e do farmacêutico completam-se, tornando-se indispensável a colaboração dêstes representantes das sciências médicas para conseguirem o fim comum: o tratamento dos doentes — o benefício da Humanidade.

Sem instalações convenientes e material aperfeiçoado torna-se impossível fazer estudo útil e proveitoso. As instalações da Faculdade de Farmácia são deficientes, bastando dizer que os serviços de Química têm sido feitos em recinto acanhado e impróprio; o material é pouco e antiquado; a biblioteca não tem as obras necessárias para a instrução dos alunos e professores. Tudo isto resulta da exigüidade das

dotações, que nunca foram actualizadas e ainda na sua maior parte absorvidas pelas obras de instalação.

Vemos, pois, que os serviços desta Faculdade enfermam do mesmo mal que todos os outros serviços universitários, para o que não pouco têm contribuído as agitações políticas dos últimos anos, tendentes, por vezes, a desviar da Universidade tôda a protecção e auxílio dos poderes públicos.

Hoje, porém, começamos a ver um pouco de esperança na reabilitação universitária; os governos da República mostram-se empenhados em a auxiliar, procurando manter a sua conservação e o seu desenvolvimento. A um Ministro da República ouvimos dizer: «se o déficit orçamental é bem pesado na balança do Estado, não o é menos o déficit mental, e por isso todo o dinheiro gasto com a instrução é o melhor aplicado, pois resulta em benefício da Pátria!».

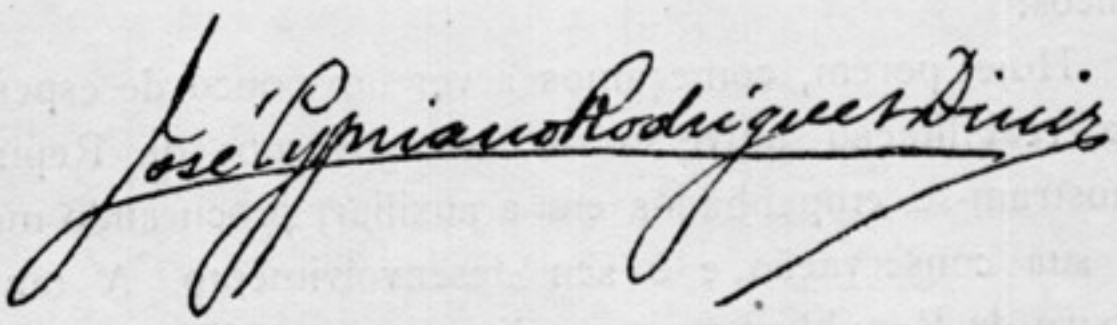
E o Govêrno, aqui tão distintamente representado pelo Sr. Ministro da Instrução, tem jus à gratidão da nossa Universidade, pois que à alta responsabilidade das palavras do seu Ministro, aliou a obra grandiosa de lhe fornecer alguns meios materiais para conservar e melhorar um pouco as suas instalações.

Senhor Ministro: O Sr. Reitor da Universidade tem mostrado de sobejo quanto são merecedores da sua atenção os diversos serviços universitários, a que tem prestado a sua valiosa dedicação e carinho.

O govêrno de Sua Ex.ª na Universidade de Coimbra, dá-nos o direito de esperar que ela continue a merecer ao seu Reitor os esforços da sua esclarecida inteligência, da sua actividade e da sua dedicação. E, a V. Ex.ª, Sr. Ministro, como representante dos poderes constituídos, e como um dos vultos de maior destaque no meio intelectual e político da

República, que à Instrução Portuguesa tem prestrado aquela dedicação cheia de sinceridade e acendrado patriotismo que põe em todos os seus actos, ousamos pedir que continue a facilitar ao Ilustre Prelado Universitário o desempenho da sua espinhosa e delicada missão.

Disse.



CHIMIE PHYSIQUE.

MOBILITÉ DES IONS NÉGATIFS ET COURANTS D'IONISATION DANS L'ARGON PUR

NOTE DE MM. MARCEL LAPORTE ET MARIO A. DA SILVA (1)

Franck et Hertz, dans des mesures déjà anciennes (2), ont signalé l'existence d'ions négatifs très mobiles ($K > 200$ cm : s) dans l'argon extrêmement pur.

Les expériences faites par l'un de nous (3) afin de déterminer les courbes de répartition des ions négatifs dans l'argon, ne contenant plus que 3 pour 1000 environ d'oxygène, ont confirmé l'existence d'ions très mobiles et montré en outre qu'il subsistait des ions de faibles mobilités, dont on pouvait espérer se débarrasser par une purification complète.

Le dispositif expérimental décrit (3) ne permet pas de mesurer des mobilités de l'ordre de 200 cm : s, mais on peut vérifier par une méthode indirecte l'existence d'ions de grandes

---

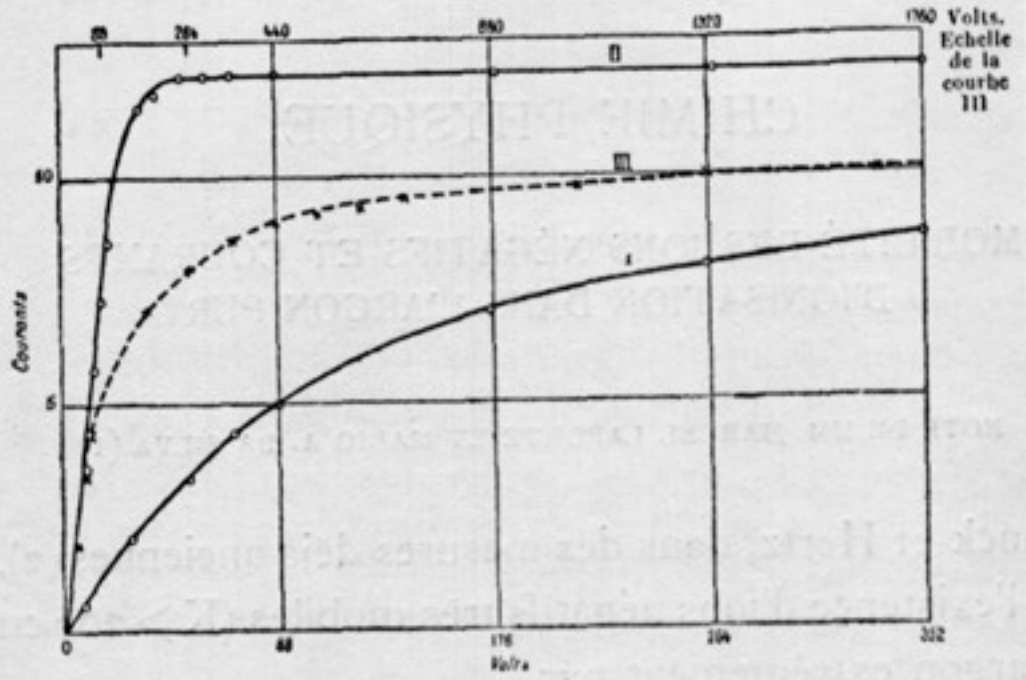
(1) O assistente da Faculdade de Sciências da Universidade de Coimbra, Dr. Mário A. da Silva, que por incumbência da sua Faculdade frequenta actualmente o Laboratório de M.me Curie, apresentou, de colaboração com M. Laporte, esta nota à *Académie de Sciences* (Sessão de 19 de Julho de 1926). Transcrevemo-la, com a devida vénia, dos *Comptes rendus des séances de l'Académie des Sciences,* t. 183, pág. 287, séance du 26 juillet 1926.

(2) Franck et Hertz, *Verh. d. Deuts. Phys. Ges.*, 12, 1910, págs. 291–298.

(3) Marcel Laporte, *Comptes rendus*, 182, 1926, págs. 620 et 781.

mobilités et la disparition des ions peu mobiles lorsque l'argon est soigneusement purifié.

On sait que le courant d'ionisation entre plateaux pa-



Échelle des courbes I et II.

Fig. 1.

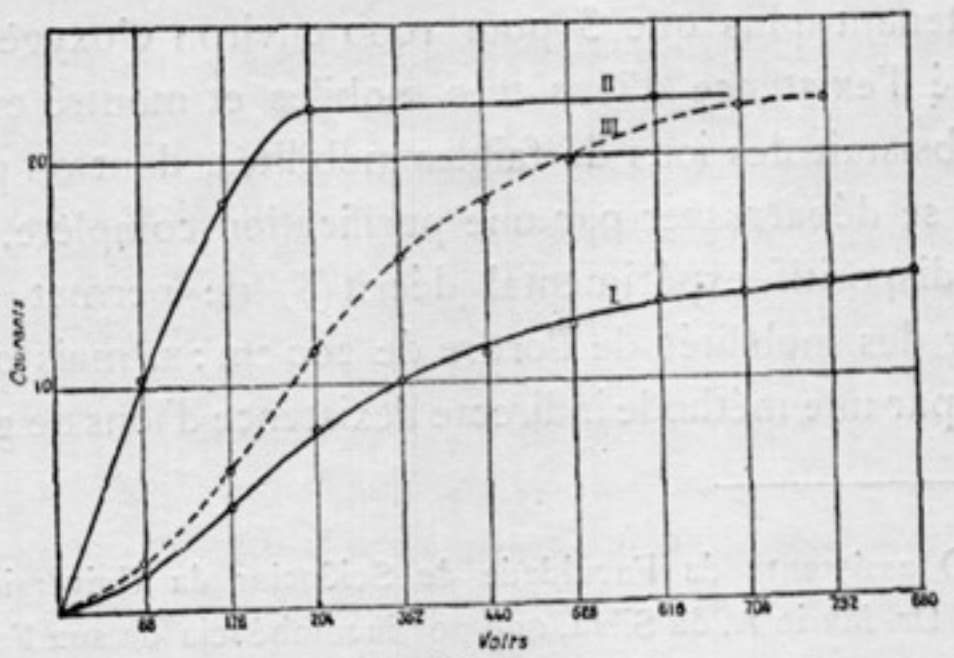


Fig. 2.

rallèles croît avec le champ et tend vers une valeur de saturation, qui est atteinte lorsque la tension est suffisante pour rendre négligeable la recombinaison des ions des deux signes. La tension nécessaire pour réaliser la saturation dépend évidemment de la mobilité des ions, car, pour un même

champ, des ions plus mobiles se séparent plus rapidement et le nombre des recombinaisons diminue.

On pourrait donc penser que, dans l'argon parfaitement pur, le courant de saturation serait obtenu pour une tension beaucoup plus faible que dans l'air. Cette prévision a été confirmée ainsi qu'il résulte des courbes suivantes. Sur la figure 1 sont indiqués les courants d'ionisation dans l'air (courbe I) et dans l'argon soigneusement purifié (courbe II) produits par une même source de polonium (recouverte d'une lame de mica de $\frac{1}{100}$ de millimètre d'épaisseur) entre deux plateaux parallèles distants de $3^{cm},5$, sous la pression atmosphérique. On voit que la saturation est obtenue dans l'argon sous 50 volts seulement, tandis qu'elle n'est pas encore atteinte dans l'air pour 1760 volts ainsi qu'il ressort de la courbe III tracée à une échelle plus petite pour les tensions.

La figure 2 indique l'effet des impuretés sur la déformation de la courbe d'ionisation. La courbe I est relative à l'air, la courbe II a l'argon moins bien purifié que dans les expériences précédentes, la saturation n'est obtenue que pour 264 volts; la courbe III est relative à l'argon 24 heures après le remplissage de la chambre d'ionisation dont l'étanchéité n'était pas encore parfaite.

Comme application de ces résultats on peut songer à utiliser des chambres d'ionisation à argon très pur, pour la mesure des courants d'ionisation intenses, dont la saturation pourra s'obtenir commodément sous de faibles tensions.

Il est probable que l'existence des grandes mobilités des ions négatifs dans l'argon est due à ce que les électrons sont repoussés par l'anneau électronique extérieur complet; ces faits sont certainement en connexion avec le manque d'affinités chimiques des gaz rares, et les particularités de la décharge électrique dans ces gaz.

DR. CARLOS FRANÇA

Em 1912, quando estudávamos as modificações autolíticas das células nervosas da medula espinhal, tivemos conhecimento de investigações idênticas, feitas pelo Dr. Carlos França e publicadas em 1898 nos Arquivos de Medicina. *A êle nos dirigimos para averiguar da existência de pesquisas ulteriores no mesmo sentido e na sua resposta encontrámos palavras de aplauso e de estímulo que nos emocionaram.*

Desde então muito lhe devemos.

Na luta inglória pela investigação scientifica, empenhada desde os bancos escolares, fazendo rosto à indiferença do meio, quando não à hostilidade, sempre que sentíamos o desânimo prestes a vencer-nos, íamos buscar alento em Carlos França.

Nas vibrantes e ásperas palavras com que chicoteava os inertes e os retrógrados, a indiferença das altas instâncias oficiais, os nossos processos de educação scientífica e as nossas notabilidades palavrosas, nos conceitos ditados pelo seu espírito brilhantíssimo, de uma avidez insaciável de profundas e desinteressadas sensações, novas forças cobravamos para a luta.

Como nós, quantos ficaram devendo energia a Carlos França e quantos orientação!

Pode afirmar-se que Carlos França foi, dos orientadores no domínio da biologia, um dos que mais decisiva influência tiveram na formação da minguada falange, que recorda ao mundo, que entre os trabalhadores da sciência, existe um

grupo de portugueses, embora pequenino pelo número e débil no crescimento.

A tenacidade do seu espírito nunca foi vencida, nem pela doença que o torturou sempre e que por fim o matou em pleno vigor intelectual.

Na proposta, subscrita por todos os professores da Faculdade de Medicina de Lisboa, para que Carlos França fôsse nomeado professor livre de Parasitologia, em atenção à sua notável carreira scientifica e aos seus méritos excepcionais, diz-se: «A multiplicidade dos problemas que Carlos França levantou ou resolveu é tal que qualquer dos membros dêste Conselho, na sciência a que especialmente se dedica, os encontrou no seu caminho».

Nenhuma homenagem mais alevantada se poderia prestar a Carlos França.

Não há problema algum, daqueles de que Carlos França se ocupou, em que não exista marcada a sua originalidade, a-pezar-da variedade dos pontos que tocou nos domínios da Histologia normal, da Histologia patológica, da Parasitologia, da Protozoologia, da Bacteriologia, da Patologia experimental, da Zoologia, da Fisiologia e Patologia vegetais, da Epidemiologia, da História das Sciências Naturais, da Clínica.

Alguns dos seus trabalhos são belos pedaços de cantaria que Carlos França lavrou para o edifício da sciência, com paciência, com amor e com as delicadas exigências de uma mentalidade superior; outros são blocos condenados talvez a ficar ocultos na espessura das paredes, mas contribuïndo poderosamente para a solidez do conjunto.

Uns e outros são numerosíssimos e pela sua enumeração se pode julgar da poderosa actividade do obreiro. Se encaramos o vasio que deixou na sciência portugueza o seu valor parece ainda maior, como sucede quando olhamos para dentro de um molde e pretendemos por êle avaliar o volume do vulto moldado.

Carlos França ficou num logar de relêvo na sciência portuguesa. O Instituto, que teve a sua colaboração preciosa, memora o seu passamento com estas palavras, poucas e inexpressivas para o muito que desejariamos dizer.

GERALDINO BRITES.

TRABALHOS PUBLICADOS PELO DR. CARLOS FRANÇA

1898 — «Contribuïção para o estudo da alteração cadavérica nas células radiculares da medula espinhal» — *Arquivos de Medicina.*

—— — «O método de Nissl no estudo da célula nervosa». Dissertação inaugural.

1899 — «Sur le rôle joué par les leucocytes dans la destruction de la cellule nerveuse» — *Compt. rend. Soc. de Biol.* (de colaboração com M. Athias).

1900 — «Relatório sôbre a peste bubónica» — Imprensa Nacional (de colaboração com Gomes de Resende).

—— — «Contribution à l'étude des altérations des centres nerveux dans la peste bubonique humaine» — *Le Névraxe*, I.

—— — Sur le dignostique de la rage par l'examen histologique des centres nerveux des animaux morts prématurément» — *Comp. rend. Soc. Biol.*

—— — «Lesões histológicas na paralisia geral» — *Medicina Contemporânea* (de colaboração com M. Athias).

1901 — «As Mastzellen e o diagnóstico histológico da raiva» — *Rev. Portug. Med. e Cir. práticas.*

—— — «Note sur l'action du sérum leucotoxique sur les lésions du névraxe dans la rage» — *Compt. rend. Soc. Biol.*

—— — «Seconde note sur l'action du sérum leucotoxique sur les lésions du névraxe dans la rage» — *Compt. rend. Soc. Biol.*

—— — «Uma autópsia de um caso de doença de sono» — *Rev. Portug. Med. Cir. práticas,* (de colaboração com Morais Sarmento).

—— — «Nota sôbre alguns culicídeos portugueses» — *Rev. Portug. Med. Cir. práticas,* (de colaboração com Morais Sarmento).

—— — «Sôbre o diplococcus intracellularis meningitidis de Weichselbaum» — *Rev. Portug. Med. Cir. práticas* (de colabo-

ração com A. Bettencourt, Morais Sarmento e Gomes de Resende).

1902 — «Les Plasmazellen dans les vaisseaux de l'écorce cérébrale dans la paralysie générale et la maladie du sommeil». — *Compt. rend. Soc. Biol.* (de colaboração com M. Athias).

—— — «Paludismo. Instruções sôbre a sua profilaxia». — *Jornal da Sociedade de Sciências Médicas de Lisboa.*

—— — «Les Mastzellen et le diagnostic histologique de la rage». — *Le Névraxe*, III.

—— — «As vacinações anti-rábicas no Real Instituto Bacteriológico de Lisboa em 1900». — *Medicina Contemporânea.*

1903 — «Sôbre a aglutinação do micrococcus intracellularis meningitidis pelo sôro de indivíduos atacados e curados de meningite cérebro-espinhal epidémica». — *Movimento Médico* (de colaboração com A. Bettencourt).

—— — «Sôro leucotóxico e raiva». — *Medicina Contemporânea.*

—— — «Meningite cérebro-espinhal epidémica». — Imprensa Nacional.

1904 — «Ueber die Meningitis cerebrospinalis epidemica und ihren specifischen Erreger». — *Zeitsch. f. Hygiene* (de colaboração com A. Bettencourt).

—— — «Lesões cutâneas da peste». — *Pôrto Médico.*

1905 — «Zur Kenntniss der durch die Pest verursachten hautläsionen». — *Zeitsch. f. Hygiene.*

—— — «Um caso de trypanosomiasis». — *Pôrto Médico.*

—— — «La rage chez les Muridés». — *Compt. rend. Soc. Biol.*

—— — «La rage chez le Renard». — *Compt. rend. Soc. Biol.*

—— — «Zur Behandlung der epidemischen Meningitis». — *Deutsche Medizinische Wochenschrift.*

—— — «La rage chez le Hérisson (Erinaceus Europaeus)». — *Rev. Med. Veterin.*

—— — «Sur une nouvelle espèce de Glossina». — *Jorn. Scienc. Mathem. Physic. e Natur.*

—— — «Sôbre as glossinas da África Oriental existentes no Museu de Lisboa». — *Jorn. de Sciênc. Mathem. Physic. e Natur.*

—— — «La rage chez le Blaireau». — *Rev. Portug. Med. veter.*

—— — «La rage chez la Fouine». — *Rev. Portug. Med. veter.*

—— — «Sôbre um trypanosoma do Texugo (Meles Taxus Schreib)». — *Polytechnia* (de colaboração com A. Bettencourt).

—— — «Sur un trypanosome de la Chauve-Souris». — *Compt. rend. Soc. Biol.* (de colaboração com A. Bettencourt).

1906 — «Méningites cérébro-spinales». — *Rapport officiel du XV Congrès Intern. Médecine, Lisbonne.*

—— — «Sur la méningite cérebro-spinale épidémique et son agent spécifique». — *Arch. Inst. Roy. Bactér. Câmara Pestana*, I, (de colaboração com A. Bettencourt).

—— — «Um caso de meningite de Weichselbaum». — *Medicina Contemporânea.*

—— — «Tratamento da meningite cérebro-espinhal estreptocóccica». — *Boletim do Hospital de S. José.*

—— — «As lesões histológicas da raiva (virus fixo)». — *Rev. Portug. Med. veter.*

—— — «Notes cytologiques sur les trypanosomes parasites de la Grenouille (Rana esculenta)». — *Compt. rend. XV. Congr. Intern. Méd., Lisbonne, Sect. Anatomie* (de colaboração com M. Athias).

—— — «Recherches sur la rage dans la série animale. I. La rage chez les Muridae. (Murinae et Microtinae)». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana, I.*

—— — «Les trypanosomes de la Rana esculenta». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana, I* (de colaboração com M. Athias).

—— — «Note sur l'existence du Trypanosoma cuniculi en Portugal». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana, I* (de colaboração com A. Bettencourt).

—— — «Sur un Trypanosome de la Chauve-Souris». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana, I* (de colaboração com A. Bettencourt).

—— — «Recherches sur la rage dans la série animale. II. La rage chez les Erinaceidae (Erinaceus europaeus)». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana, I.*

—— — «Les Trypanosomes de Hyla arborea». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana, I* (de colaboração com M. Athias).

—— — «Sur la formule hémoleucytaire des individus soumis au traitement anti-rabique». — *Compt. rend. XV. Congr. Intern. Méd., Lisbonne.*

—— — «Sur quelques lésions corticales de la maladie du sommeil». — *Compt. rend. XV. Congr. Intern. Méd., Lisbonne* (de colaboração com M. Athias).

1907 — «Sur les infiltrations périvasculaires dans la rage. — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana, I.*

—— — «Un cas de Piroplasmose Baciliforme chez le Daim». — *Arch.*

Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana I, (de colaboração com A. Bettencourt e I. Borges).

1907 — «Recherches sur la rage dans la série animale, III. La rage chez les Carnassiers (Mustelidae et Canidae)». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana.*

—— — «Culture des Trypanosomes de la Grenouille dans le sang de l'animal porteur de l'infection». — *Bull. Soc. Por. Sc. Nat. I.*

—— — «Coloration vitale des Trypanosomes». — *Bull. Soc. Port. Sc. Nat. I.*

—— — «Note sur la virulence du liquide céphalo-rachidien chez les animaux enragés». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana. II.*

—— — «Un cas de variole chez un lépreux». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana. II.*

—— — «Le traitement anti-diphtérique à l'Institut Royal de Bactériologie Câmara Pestana». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana. II.*

—— — «Recherches sur la rage dans la série animale. IV. La rage chez le Porc-épic». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana. II.*

—— — «Le cycle évolutif des trypanosomes de la Grenouille (T. costatum, T. rotatorium et inopinatum)». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana. II.*

—— — «Une Hémogrégarine de l'Anguille». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana. II.*

—— — «Le trypanosome de l'Anguille. (T. granulosum Laveran et Mesnil)». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. II.*

—— — «Quelques notes sur l'Haemogregarina splendens (Labbé)». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana. II.*

1908 — «Sur une piroplasmose nouvelle chez un mangouste». — *Bull. Soc. Pathol. Exot. I.*

—— — «Sur un hématozoaire nouveau de Lacerta ocellata». — *Bull. Soc. Pathol. Exot.*

—— — «Encore sur le Trypanosoma d'Hyla arborea». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana. II.*

—— — «O professor Barbosa du Bocage. Elogio histórico em sessão solene da Sociedade Portuguesa de Sciências Naturais». — *Bull. Soc. Port. Sc. Nat.*

1909 — «Sur les hématozoaires de Sauriens. I. Hémogrégarines de Lacerta ocellata». — *Arch. Ins. Roy. Bacter. Câmara Pestana. II.*

1909 — «Sur la virulence du liquide céphalo-rachidien dans la rage humaine». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana. II.*

—— — «Le cycle évolutif des Trypanosomes de la Grenouille (Remarques à propos du travail de MM. W. S. Paton et C. Strickland)». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana. II.*

—— — «Sôbre o tratamento das meningites pelas injecções intra-raquidianas de lysol». — *Gazeta dos Hospitais do Pôrto.*

—— — «Sur les Hématozoaires des Sauriens. II. Parasites endocellulaires de Psammodromus algirus». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana.* III.

—— — «Sur une Hémogrégarine des Lacerta ocellata de Tunisie». — *Arch. Inst. Pasteur de Tunis.* III.

—— — «Sur la classification des Piroplasmes et description de deux formes de ces parasites». — *Arch. Roy. Inst. Bacter. Câmara Pestana.* III.

—— — «Sur les Hématozoaires des Sauriens. III. Hémogrégarines de Lacerta muralis». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana.* III.

1910 — «Sur un Trypanosome du Lérot». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana.* III.

—— — «Hémogrégarine de deux couleuvres du Portugal». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana.* III.

—— — «Note sur les Hématozoaires de la Guinée Portugaise». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana.* III. Fasc. I.

—— — «Sur les leucocytozoaires du Mus decumanus». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana.* III. (de colaboração com Manuel Pinto).

—— — «Notes sur les Hématozoaires de la Guinée Portugaise». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana.* III, fasc. 2.

—— — «Sur les Hémogrégarines des Chéloniens du Portugal (Emys orbicularis et Clemys Leprosa». — *Arch. Inst. Roy Bacter. Câmara Pestana.* III.

—— — «Du danger des moelles plus virulentes dans le traitement de la rage». — *Centralblatt f. Bakteriologie.* I, Orig. Teil. IV.

1911 — «Sur les Hématozoaires des Taupes». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana.*

—— — «Hématozoaires de L. muralis de quelques iles du Portugal». — *Arch. Inst. Roy. Bacter. Câmara Pestana.* III.

—— — «Le coléra à Madère». — *Bull. Soc. Path. Exot.*

——— «Sur la rélation ontogénétique entre les grands et petits trypanosomes de la grenouille». — *Compt. rend. Soc. Biol.*

1911 — «A epidemia colérica da Madeira» (1910-1911). Relatório do Ministério de Interior. — Tipografia Universal.

——— «Sur l'éxistence en Portugal de Leptomonas davidi Lafont dans les latex de Euphorbia peplus et segetalis». — *Bull. Soc. Path. Exot.*

——— «Quelques notes sur Leptomonas davidi Lafont» — *Bull. Soc. Path. Exot.*

1912 — «Les forme aflagellées dans l'évolution d'un trypanosome de Batracien». (T. undulans). — *Bull. Soc. Path. Exot.*

——— «Leucocytozoon du Geai, de l'épervier et de la bécasse». — *Bull. Soc. Path. Exot.*

——— «Contribution à l'étude des Leucocytozoon des oiseaux du Portugal». — *Bull. Soc. Path. Exot.*, V.

——— «Contribution à l'étude des Leucocytozoon des oiseaux du Portugal. Troisième note». — *Bull. Soc. Path. Exot.*, V.

——— «Quelques considérations sur le Genre Theileria et description d'une nouvelle espèce de ce genre». (T. Stordii). — *Centralb. f. Bakter.*

——— «Les hémogrégarines des sauriens. (Réponse au Dr. Woodcock)». — *Bull. Soc. Portug. Sc. Nat.*, VI, fasc. 1.

1913 — «Phlebotomus papatasii (Scopoli) et fièvre à papatasii au Portugal». — *Bull. Soc. Path. Exot.*, VI.

——— «Un cas de chappa (?)» — *Bull. Soc. Path. Exot.*, VI.

——— «Quelques observations sur les genres Monocercomonas et Polymastix». — *Bull. Soc. Port. Sc. Nat.*, VI.

——— «Contribution à l'étude du Lapin du Pôrto Santo. (Oryctolagus cuniculus Huxleyi Haeckel)». — *Bull. Soc. Port. Sc. Nat.*, VI.

1914 — «La flagellose des Euphorbes». — *Arch. f. Protistenkunde.*

1915 — «Quelques observations sur le genre Leucocytozoon». — *Bull. Soc. Path. Exot.*, VIII.

——— «Le trypanosoma inopinatum». — *Arch. f. Protistenkunde.*

1916 — «Quelques observations sur les Triconymphidae». — *(Jubilé de Metschnikoff). Ann. Inst. Pasteur.*

1917 — «Le bouquetin du Gerez (Capra lusitanica). Notes sur une espèce éteinte». — *Arquivo da Universidade de Lisboa*, IV.

——— «Sur la classification de hémosporidiés». — *Jorn. Sc. Phys. Math. Nat.*, 3.ª série, n.º 1.

1918 — «Quelques considérations sur la classification des hématozoaires». — *Jorn. Sc. Phys. Math. Nat.*, 3.ª série, n.º 3.

—— — «Notes sur les inclusions cellulaires du cancer». — *Anais Scientificos da Faculdade de Medicina do Pôrto.* IV.

—— — «Notes sur la biologie des hémosporidiés. La schizogonie des hémogrégarines». — *Bull. Soc. Path. Exot.*, XI.

—— — «Observations sur les triconymphides». — *Bull. Soc. Port. Sc. Nat.*, VIII.

—— — «Observations sur les tryconimphides». — *An. Sc. Fac. Med. Pôrto*, IV.

—— — «Ma contribution à la connaissance des Triconymphides». — Réponse ao Prof. Battista Grassi, *An. Sc. Fac. Med. Pôrto*, IV.

—— — «Sur un Piroplasmide des Bovides de la Côte d'Or». — (Achromaticus macfiei. n. sp.) *An. Sc. Fac. Med. Pôrto*, IV.

—— — «Apontamentos para o estudo dos *Phlebotomos* portugueses». *Medicina Moderna*, Pôrto.

—— — «Notas de Entomologia». — *Gazeta das Aldeias.*

—— — «Observations sur les espèces portugaises de Phlebotomes». — *Bull. Soc. Path. Exot*, XI.

1919 — «L'insecte transmetteur de Leptomonas Davidi». — *Bull. Soc. Path. Exot.*

—— — «Observations sur le genre Phlebotomus». — *Broteria*, XVIII.

1920 — «Quelques considérations sur la pathogéneité». — *Rivista di Biologia*, Roma.

—— — «La flagellose des Euphorbes». — *Ann. Inst. Pasteur.*

—— — «Introduction à l'étude systématique des diptères du genre Phlebotomus». — *Bull. Soc. Path. Exot.*, XII (de colaboração com L. Parrot).

—— — «Phlebotomes du Nouveau Monde». — *Bull. Soc. Port. Sc. Nat.*, VIII.

1921 — «Sur deux phytoflagellés». (L. Elmassiani Migone et L. Bordasi, sp. n. — *Ann. Soc. Belge Méd. Trop.*, I.

—— — «Observations sur le genre phlebotomus». — *Bull. Soc. Port. Sc. Nat.*

—— — «Sur un cas de nanisme chez Phlebotomus papatasii». — *Arch. Inst. Pasteur. Afrique du Nord.*

—— — «Essai de classification des Phlebotomus». — *Arch. Inst. Pasteur. Afrique du Nord*, I (de colaboração com L. Parrot).

—— — «An early portuguese contribution to tropical medicine». —

Transactions of The Royal Soc. Trop. Med. and Hygiene, XV.

1921 — «A preliminary note on Bilharziosis indigenous in Portugal». — *Royal Soc. Trop. Med. and Hyg.*

—— — «Recherches sur le Drosophyllum lusitanicum Link et remarques sur les plantes carnivores». — *Arch. Port. Sc. Biol.*, I.

1922 — «Encore quelques considérations sur la flagellose des Euphorbes». *Bull. Soc. Path. Exot.*, XV.

—— — «Quelques observations sur la Bilharziose à Schistosoma Haematobium». — *Jorn. Sc. Mat. Fisic. Nat.*, 5.ª série, n.º 9.

—— — «Observations sur la Bilharziose à Schistosoma Haematobium». — *Jorn. Sc. Fis. Mat. Nat.*, I (Traitement par l'émétique).

—— — «Idem, II. Attraction miracidienne exercée par quelques mollusques de la faune portugaise» (de colaboração com M. de Almeida).

—— — Idem, III. «L'œuf et l'embryon».

—— — Idem, IV. «Um novo foco de Bilharziose em Portugal».

—— — Idem, V. «L'ovométrie et son importance dans le traitement par l'émétique».

—— — Idem, VI. «Sur l'hôte invertébré du Schistosome au Portugal et considérations sur les Planorbes».

—— — «L'hôte intermédiaire du Schistosoma hæmatobium au Portugal. (Planorbis Dufourii Graells)». *Bull. Soc. Path. Exot.*, XV.

—— — «A Bilharziose em Portugal». *Medicina Contemporânea.*

—— — «Sur les Flagellés parasites du Latex». *Bull. Soc. Path. Exot.*

—— — «Recherches sur les plantes carnivores. II. L'Utricularia vulgaris. III. La question des plantes carnivores dans le passé et dans le présent». — *Bol. Soc. Broteriana*, I. (2.ª série).

—— — «L'emploi des plantes dans le combat des Moustiques». — *Congr. Path. Trop. Loanda.*

—— — «Prophylaxie de la Schistosomose». — *Cong. Path. Trop. Loanda.*

—— — «Le traitement de la Bilharziose». — *Cong. Path. Trop. Loanda.*

—— — «Discurso de encerramento. A contribuïção dos portugueses do século XVI para os progressos da medicina tropical». — *Cong. Path. Trop. Loanda.*

1924 — «Pantes carnívores». — *Riv. di Biol.*

1925 — «Recherches sur les plantes carnivores. IV. Aldrovandia vesiculosa» L., *Bol. Soc. Broteriana.*

—— — «Relações entre a fitopatologia e a patologia humana.» — *Bol. Soc. Broteriana.*

1926 — «Os Portugueses da Renascença, a medicina tropical e a parasitologia». — *O Instituto*, Vol. 73.

—— — «Quelques considérations sur les Leishmania». — *Mem. e est. Muzeu Zool. Univ. Coimbra,* Série II, N.º 2.

—— — «Subsídios para a história da Sciência: Os portugueses do século XVI e a fauna brasilica». — *Mem. e est. Muzeu Zool. Univ. Coimbra,* Série I, N.º 9.

VÁRIA

A EDIÇÃO CRÍTICA DAS «CANTIGAS D'AMIGO DOS TROVADORES GALEGO-PORTUGUESES» DIRIGIDA PELO PROF. DR. JOSÉ JOAQUIM NUNES, APRECIADA NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Em sessão da Academia Brasileira de Letras, de 5 de Agôsto de 1926, o eminente académico Sr. Afrânio Peixoto referiu-se ao recente e notável trabalho do Prof. da Universidade de Lisboa, Dr. José Joaquim Nunes, nos seguintes têrmos, que registamos com vivíssimo prazer:

«O Sr. Afrânio Peixoto congratulou-se com a Academia, tão interessada nos acontecimentos literários de nossa língua, pelo aparecimento do segundo tômo da obra do sábio filólogo lusitano Dr. José Joaquim Nunes, *Cantigas d'Amigo*, edição crítica, acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário, que acaba de publicar-se.

Como se sabe, os primeiros documentos de nossa poética estão em três códices veneráveis: os Cancioneiros da Biblioteca da Ajuda, da Biblioteca Vaticana, e o Colocci-Brancuti, agora adquirido pela Biblioteca de Lisboa. Êles contêm cantigas de amor, de suposta declaração masculina, — o da Ajuda quási que exclusivamente — cantigas de escárneo e maldizer que faltam no da Vaticana — e cantigas de amigo, isto é, a amigo ou a namorado em que se atribuem iniciativa e declaração a namoradas e amantes. Se as outras são de imitação ou de inspiração provençal, estas são originais, peninsulares e constituem como que troféu literário dos povos ibéricos, que à mulher conferiram uma espontaneidade afectiva consagrada pela arte.

O reputado sábio português acaba de reüni-las em três tomos, essas *Cantigas d'Amigo*, com o aparato filológico indispensável e que só por autoridade de sua categoria pudera ser feito. O tômo presente revela os outros que não tardarão a sair da Imprensa da Universidade de Coimbra, ora dirigida por outro sábio professor, o Dr. Joaquim de Carvalho, que tantos beneméritos serviços vem prestando às nossas letras

tradicionais. Não só os textos autênticos, como as variantes de cancioneiro a cancioneiro, como as emendas propostas por doutos, e entre êles principalmente por D. Carolina Michaëlis, de excelsa memória, e mais Stuart, Bellermann, Lopes de Moura, Varnhagen, Monacci, Teófilo Braga, Storck, Epifânio, Lang, Leite de Vasconcelos, J. J. Nunes, Aires de Sá, Nobiling, e outros merecem ser lidos e estudados. Além desta erudição, e da fortuna de ter em mãos a edição diplomática do Cancioneiro da Biblioteca Vaticana e o texto original do códice Colocci-Brancuti, estava o Dr. J. J. Nunes preparado, pelas suas obras anteriores, para faze-lo: com efeito a *Gramática histórica*, a *Crestomatia*, o texto e as notas da *Vida e milagres de Dona Isabel, raínha de Portugal*, autorizam e dão perfeição a essa obra prima das *Cantigas d'Amigo*».

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS RECEBIDAS NO INSTITUTO DE COIMBRA

Desde Janeiro a Julho do ano corrente, o *Instituto de Coimbra* recebeu, por permuta com o seu jornal, as revistas e publicações periódicas abaixo indicadas, as quais se agradecem. A Direcção do *Instituto de Coimbra* julga poder assegurar, aos seus sócios, em breve praso, um mais extenso intercâmbio com instituïções e sociedades scientíficas do estrangeiro. Para facilidade de organização das listas das permutas, referir-se ha apenas o último número recebido até 31 de Julho. De futuro, e porém, a lista será completa.

PORTUGAL

A Águia — Orgão da Renascença Portuguesa, n.os 34-35-36, Abril, Maio Junho de 1925.

Anais do Instituto Superior de Agronomia. — Ano II, Vol. II. Coimbra, 1925.

Arquivo de Anatomia e Antropologia — Fundado e dirigido pelo prof. H. de Vilhena, Lisboa, 1925-26. Vol. IX, n.os 2 e 3.

Arquivo do Enfermeiro — Revista profissional dos enfermeiros portugueses. Ano I, n.º 7, Junho, 1926. Lisboa.

Biblos — Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1926, Maio, Vol. II, n.º 5. Coimbra.

Boletim da Agência Geral das Colónias — Ano II, Julho de 1926, n.º 13. Lisboa.

Boletim do Ministério da Agricultura — Ano VII, n.os 1 a 2, Julho de 1925.

Anais da Estação Agrária Nacional — Lisboa, 1926.

Boletim bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra — Vol. VII. 1925.

Boletim da Faculdade de Direito — Universidade Coimbra. Ano VIII, n.os 71-80 (1923-1925).

Boletim dos Hospitais Civis de Lisboa — XVIII ano, 1.º semestre. (Janeiro a Junho de 1919). Lisboa.

Boletim do Instituto de Criminologia — Revista de Criminologia, Antropologia, Polícia Scientífica, Psiquiatria e Legislação. IV Ano, I semestre de 1925. Vol. VI. Lisboa.

Boletim de Minas. — Ministério do Comercio e Comunicações. Repartição de Minas. Janeiro de 1926. Lisboa.

Boletim da Sociedade Broteriana — Publicação do Instituto Botânico da Universidade de Coimbra. Vol. II (II série) 1924. Coimbra.

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — Série 43.ª, 1925, n.ºs 10-12, Outubro-Dezembro. Lisboa.

Brotéria — Série Mensal: Fé — Sciências — Letras. Vol. III, fasc. I, Julho de 1926. Caminha.

Camara Portuguesa de Comercio e Indústria do Rio de Janeiro — Boletim Mensal. Ano XIV, 1926, Maio, n.º 5. Rio de Janeiro.

Camara Portuguesa de Comércio de São Paulo — Brasil. Ano XI, n.º II, 1926, Fevereiro.

Cultura — Revista de Letras. 1.ª série, n.º 2, 1926. Lisboa.

Estudos — Revista mensal de cultura e formação católica. Orgão do C. A. D. C. de Coimbra, Ano IV, n.ºs 47 e 48, Março e Abril de 1926.

Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis — Vol. I, n.ºs 5-8, 1926. Coimbra.

Gazeta da Relação de Lisboa — Revista crítica dos Tribunais. Ano 40, n.º 1. Lisboa, 1 de Maio de 1926.

Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana — Série 17.ª, Março de 1926, Tomo 2.º. Lisboa.

Lisboa Médica — Jornal mensal de medicina e cirurgia, Ano III, n.º 5, Maio de 1920, Lisboa.

Lusa — Vol. IV, n.ºs 77 a 82. Viana do Castelo.

A Medicina Contemporânea — Hebdomadario Português de Sciências Médicas. Ano XLIV-24-20 de Junho de 1926, Lisboa.

Memórias e Noticias do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra — N.º 3, 1925. Coimbra.

Memórias e Estudos do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra Série I, n.º 1, fascículo II. Coimbra.

O Missionário Católico — Boletim Mensal dos Colégios das Missões Religiosas Ultramarinas dos Padres Seculares Portugueses. Ano II. Maio de 1926, n.º 22. Couto de Cucujães.

Nação Portuguesa — Revista de cultura nacionalista. 1926, n.º 12, 3.ª série. Lisboa.

Ordem Nova — Ano I, n.º 3, Maio 1926. Lisboa.

Revista de Estudos Históricos — Boletim do Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras do Porto. 2.º Ano, N.º 2, Maio-Agosto 1925. Porto.

Revista de Guimarães — Publicação da Sociedade Martins Sarmento. Vol. XXXVI, n.ºs 1-2 Janeiro-Junho 1926.

Revista de Legislação e Jurisprudência — Ano 59, n.º 2306. Coimbra, 31 de Julho de 1926.

Revista Militar — (2.ª Época) Ano LXXVIII, n.ºs 5-6. Maio-Junho, 1926. Lisboa.

O Rosário — Ano XIX, n.º 112, Maio e Junho, 1926. Lisboa.

Técnica — Revista de cultura técnica e económica. Ano I, n.º 5, 1.ª série, Julho 1926. Lisboa.

Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia — Vol. II, fasc. IV. Porto, 1926.

O Vegetariano — Revista naturista portuguesa, Ano XVII, n.º 3, Março, 1926. Porto.

Revista da Universidade de Coimbra — Vol. IX. Coimbra, 1925.

ALEMANHA

Abhandlungen und Vorträge. Herausgegeben von der Bremer Wissenschaftlichen Gessellschaft — Helft, I, März 1926. Bremen.

Aus Natur und Museum. Senckenbergische Naturforschenden Geselschaft 56. 56. Bericht Helft 2 — Frankfurt am Main, Februar 1926.

Iberica — Organ des Ibero-Americanikanischen Instituts, Hamburg. Band IV, Helft 4 (März-1926).

ARGENTINA

Anales de la Sociedad Cientifica Argentina — Director: Julio R. Castiñeiras. Octubre-Diciembre 1925. Buenos Ayres.

BÉLGICA

Analecta Bollandiana — Tomus XLIII, Fasc. III et IV. Bruxelles. 1925.

Revue de l'Université de Bruxelles — 31.º année, N.º 4. Mai-Juillet. 1926. Bruxelles.

BRASIL

Revista da Academia Brasileira de Letras — Anno XVII, Maio 1926. N.º 53. Rio de Janeiro.

Revista de Filologia Portuguesa — Ano II. S. Paulo. Setembro-Dezembro de 1925, Núms. 21-24.

CHILE

Anales de la Universidad de Chile — Segunda Série Año III, 4.º Trimestre de 1925. Santiago de Chile.

Boletin de la Sociedad Agricola del Sur — Vol. XXV, N.º 11, Diciembre de 1925. Concepción.

Boletin de la Sociedad Agricola del Norte — Año 16, Febrero de 1926 N.º 2. La Serena.

Revista Chilena de Historia y Geografia — Publicacion trimestral organo de la Sociedad chilena de Historia y Geografia y del Archivo Historico Nacional. Ano XIV, t. XLIX, 1.º Sem. de 1924, n.º 53. Santiago de Chile, 1926.

Revista Chilena de Historia Natural Pura y Aplicada — Director Prof. Dr. Carlos E. Porter. Año XXIX (1925) Santiago de Chile.

COLOMBIA

Revista de Industrias — Publicacion del Ministerio de Industrias. Vol. II, n.º 25. Bogota, 1926. Junio.

CUBA

Revista bimestre cubana — editada por la Sociedad Económica de Amigos del Pais. Vol. XXI, n.º 3. (Mayo-Junio 1926). Habana.

EQUADOR

Revista Agro-Económica — Año V, n.º 40. Riobamba, Enero de 1926.

ESPANHA

Archivo Ibero-Americano — Revista de Estudios Historicos. Publicacion trimestral de los Padres Franciscanos. Año XIII, Julio-Agosto de 1926, num. LXXVI. Madrid.

Boletin del Centro de Estudios Americanistas de Sevilla — Sevilla, 1925. Año XII, n.os 94, 95 y 96. (Recebeu-se a colecção, com excepção de alguns numeros esgotados).

Boletin de la Institución libre de Enseñanza — Madrid, 31 de Mayo de 1926, num. 794.

Boletin de la Real Academia Gallega — Año XXI, num. 184. Coruña, 1.º de Julio de 1926.

Boletin de la Real Academia de la Historia, Tomo LXXXVIII — Cuaderno II, Abril-Junio de 1926. Madrid.

Boletin de la Sociedad Castellonense de Cultura — Tomo VII, 1926, Cuaderno III. Castellon.

Boletin de la Sociedad de Estudios Vascos. — San Sebastian 1926, 1.er Trimestre.

Boletin Mensual del Observatório del Ebro — Julio-Agosto-Septiembre de 1925. Vol. XVI, núm. 7-8-9. Observatório del Ebro-Tortosa.

Bolleti de la Societat Arqueológica Luliana — Palma-Mallorca, Abril--Maig de 1926.

Bulleti Excursionista de Catalunya — XXXVI Juny 1926, num. 373, Barcelona.

La Ciudad de Dios — Revista quincenal religiosa, cientifica y literaria publicada por los P. P. Agustinos. Epoca 4.ª, num 1275 (Julio de 1926).

La Escuela Moderna — Revista pedagógica y administrativa de primera enseñanza. Num. 6, Junio de 1926. Suplemento a la Escuela Moderna XXXVI — Núm. 3076 — 30 de Junio de 1926.

Los Negocios — Revista Hispano-Americana. Barcelona, Año 47, 10 de Junio de 1926.

La Rábida — Revista Colombina Iberoamericana Año XIII, num. 143, 30 de Junio de 1926. Huelva.

Nós — Boletin mensual de cultura gallega. Ourense, 15 Mayo, 1926, Ano VIII, núm. 29.

Razon y Fe — Revista quincenal hispano-americana. Año 26, num. 304 25 de Junio de 1926.

Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos. Organo del Cuerpo faculta-

tivo del ramo. Tercera Época. Año XXIX. Octubre a Diciembre de 1925. Madrid.

Ayuntamiento de Madrid — Revista de la Biblioteca, Archivo y Museo Año III, 1926, núm. XI. Julio.

Revista de las Españas — Publicada por la Union Ibero-Americana en Madrid. Año I, Junio, 1926, n.º 1. Madrid.

Revista de Filologia Española — Director: Ramon Menéndez Pidal. Tomo XII, 1925, Cuaderno 4.º.

Revista Internacional de los Estudios Vascos — Publicacion de Eusko-Ikaskuntza: Sociedad de Estudios Vascos. Año 20, Tomo XVII, n.º 1, Enero-Marzo 1926. San Sebastian.

Revista Jurídica de Catalunya — Publicació de l'illtre Collegi d'Advocats i de la Academia de Jurisprudència i legislació de Barcelona. Volum XXXII, Març-Abril 1926.

Revista Matemática Hispano-Americana — Publicada bajo los auspicios de la Sociedad Matemática Española y del Laboratório-Seminário Matemático. Madrid 2.ª Série — Tomo I, num. 3. Marzo de 1926.

Revista de Obras Públicas — Órgano de los Ingenieros de caminos, canales y puertos. Publicado por su Escuela especial. Año 1926, num. 12. Madrid, 15 de Julio.

Revista de Segunda Enseñanza — Informacion universitaria y de institos Director: Dr. J. Rogerio Sánchez, Cat. del Instituto de San Isidro. Madrid, num. 24, Junio de 1926.

Union Ibero-Americana — Organo de la Sociedad del mismo nombre. Febrero de 1926. Madrid.

Universidad — Revista de Cultura y Vida Universitaria. Publicacion trimestral. Zaragoza, Año III, num. 2. Abril-Junio de 1926.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE

Annual report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution shoing the operations, expenditures, aud condition of the Institution for the year ending June 30, 1922 — Washington, 1924.

Smithsonian Institution — Report ont he progress and condition of the United States National Museum for the jear ending June 30, 1923. Washington, 1923.

FRANÇA

Études — Revue catholique d'intérét général. 63.º année, Tome 188.º, n.º 13, 20 juillet 1926. Paris.

INGLATERRA

The Geographical Journal — Vol. LXVIII, n.º 1 July 1926. London. Oferta do Sr. Edgar Prestage).

ITÁLIA

Atti e Memorie — Reale Academia Virgiliana di Mantova. Nuova Serie Volume XVII-XVIII, Anni 1924-1925. Mantova.

Archivum Franciscanum Historicum. — Periodica publicatio trimestris cura P. P. Collegii D. Bonaventura. Annus XIX, Julius, fasc. III, 1926. Quaracchi.

Colombo — Revista bimestrale dell'Istituto Cristoforo Colombo. Ano I, fasc. I (Giugno, 1926). Roma.

Commentari dell'Ateneo di Brescia per l'anno 1924. Brescia 1925.

Rivista Internazionale di Scienze Sociali e Discipline Ausiliarie. Anno XXXV, Giugno, 1926. Roma.

JAPÃO

Folia Anatomica Japonica — Band IV, Helft 2 (April, 1926) Yotsuya, Tokio.

NICARÁGUA

La Escuela — Organo del Ministerio de Instruccion Publica. Año I, n.º 2, Managua, Enero de 1926.

RUSSIA

Bulletin de l'Institut des recherches biologiques et de la Station biologique à l'Université de Perm — Tome IV, Livraison 8, 1926. Perm.

SUÉCIA

Bulletin of the Geological Institution of the University of Upsala Vol. XIX, Upsala, 1925.

URUGUAY

Anales del Museo de Historia Natural de Montevideo — Serie II, Tomo II, Entrega I, Montevideo, 1925.

Revista del Instituto Historico y Geografico del Uruguay — Tomo V n.º 1. Montevideo, 1926.

VENEZUELA

Boletín de la Academia Nacional de la Historia, T. IX, n.º 33, marzo de 1926. Caracas.

AOS SENHORES ASSINANTES

A necessidade de não retardar a publicação de alguns artigos e de actualizar, na medida do possível, a colaboração do próximo volume, forçou a comissão de redacção a aumentar o presente número de *O Instituto*, o qual excede consideràvelmente os compromissos assumidos com os senhores assinantes. Êste facto é, porém, excepcional.

ARTIGOS A PUBLICAR NO VOLUME 74.º

O próximo vol. 74.º de *O Instituto* publicará, dentre outros, os artigos seguintes:

RUBEN LANDA — *La enseñanza secundaria en Portugal.*

VIEIRA DE ALMEIDA — *A obra de Guerra Junqueiro.*

J. M. MEUNIER — *Applications de la phonétique expérimentale à l'étude des langues étrangères et à la thérapeutique, c'est à dire à la correction des vices du langage et à la rééducation des sourds.*

M. VICENTE GONÇALVES — *Teoria geral da Integrabilidade Riemanniana.*

P. LARANJO COELHO — *História de uma livraria. A biblioteca municipal de Castelo de Vide.*

LENCASTRE PEREIRA DE ANDRADE — *Explorações scientíficas na Índia durante os reinados de D. Manuel, D. João III e D. Sebastião.*

PEDRO DE AZEVEDO — *Linhas gerais da história da diplomática em Portugal.*

GUEDALIA ARKIN — *Abraham Mapou e o romance hebraico.*

F. DE LLANOS Y TORRIGLIA — *Portugal en el Museo del Prado.*

JOAQUIM DE CARVALHO — *Jacob de Castro Sarmento e a filosofia inglêsa em Portugal no século XVIII.*

CARLOS SIMÕES VENTURA — *Um verso de Teócrito.*

LUÍS DA SILVA RIBEIRO — *A advocacia em Portugal. Alguns subsídios para a sua história.*

C. HUBER — *L'assurance maladie dans le canton de Bâle-Ville.*

E. CARTAN — *La théorie des groupes et les recherches récentes de Géométrie différentielle.*

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Notícia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação bimestral do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 25$00
Número avulso ..... 10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redação de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.